ISSN 2178-9428

INSTITUTO DE PESQUISA E EXTENSÃO - IPEX
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

CADERNO DE RESUMOS

REAL IPEX
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

CADERNO DE RESUMOS

2020

ISSN 2178-9428

O CONTEÚDO E FORMA DOS TRABALHOS É DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES. OS TRABALHOS QUE NÃO OBEDECERAM ÀS NORMAS DO EDITAL DO EVENTO OU QUE NÃO FORAM APRESENTADOS NO EVENTO NÃO FORAM INCLUÍDOS NOS ANAIS. O SUMÁRIO ESTÁ ORGANIZADO DE ACORDO COM SEQUÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO EVENTO.

E562

Encontro de iniciação científica e mostra de pós-graduação: caderno de resumos / Centro Universitário Campo Real. – vol. 13 (2020) – Guarapuava: IPEX, 2010-

Anual
ISSN 2178-9428

1. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário Campo Real. II. Instituto de Pesquisa e Extensão.

Elaborada pelo bibliotecário Eduardo Ramanauskas
CRB9 – 1813
CRB14 - 1702

ISSN 2178-9428

EXPEDIENTE

Instituto de pesquisa e extensão - IPEX – Centro Universitário Campo Real

Comissão Organizadora:
Professor Edson Aires da Silva;
Professora Moana Rodrigues França;
Professora Patricia Manente Melhem Rosas;
Professor Adailton Marcelo Lehrer.

Comissões Científicas:
Presidentes:
Professor Rafael Martini Pedroso;
Professor Sandro Roberto Mazurechen.

Área: Ciências Socias Aplicadas e Humanas
Curso: Administração
Professor Jonatã da Silva Mariani;
Professora Monica Antoniucci de Lima Mota;
Professor Pedro Paulo Papi;
Professor Rafael Henrique Mainardes Ferreira.
Curso: Ciências Contábeis
Professor Fabio Vinicius Primak;
Professor Nivaldo Orlan.

Curso: Direito
Professora Ana Claudia da Silva Abreu;
Professora Anna Flávia de Oliveira Giustti;
Professora Elizania Caldas Faria;
Professora Evelyn Raitz Fontes;
Professor Guilherme Schroeder Abreu;
Professor Igor Faggion;
Professor Jeferson de Carvalho;
Professor João Ricardo Ribas Teixeira;
Professor Luiz Eduardo Horst;
Professor Raphael Ribas;
Professor Rudy Heitor Rosas;
Professora Thieme Silvestre;
Professor Vinicius Platzgumer.
Curso: Publicidade e Propaganda
Professora Renata Caleffi;
Professora Vanessa Lobato da Costa Medeiros;
Professor Victor Hugo Niczay.

Área: Ciências da Saúde
Curso: Biomedicina
Professora Adriane Lenhard Vidal;
Professor Filipe Quadros Mariani;
Professora Gheniffer Fornari;
Professor Gonzalo Ogliari Dal Forno;
Professora Rubia Bonapaz.

Curso: Enfermagem
Professora Caroline Camargo Graça;
Professor Durinézio José de Almeida;
Professora Lucimara Heil Lehrer;

ISSN 2178-9428

Professor Raul Pinheiro.

Curso: Fisioterapia
Professora Lucimara Heil Lehrer;
Professor Maciel Rodrigues;
Professor Ricardo Germano Efing.

Curso: Medicina
Professor Basílio Techy;
Professor Eros Uriel Rodrigues;
Professor Guilherme Taques;
Professora Rita de Cassia Ribeiro Penha Arruda;
Professora Silvia Mara de Souza Halick;
Professora Solange Cristina Costa Cotlinski.

Curso: Nutrição
Professora Josieli Maria Kosak;
Professora Simone Carla Benincá;
Professora Vania Schmitt.

Curso: Psicologia
Professora Ana Bela Santos;
Professora Hellen Carolinne Rocha;
Professor Marcelo de Oliveira.

Área: Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação
Curso: Arquitetura e Urbanismo
Professor Gabriel Carvalho Soares de Souza;
Professora Íris Parada Soares de Souza.

Curso: Engenharia Civil
Professora Barbara Pergher Dala Costa;
Professora Sabrine Golinhaki.

Curso: Engenharia Elétrica
Professor Carlos Roberto Borsato;
Professora Isabelle Cordova Gomes;
Professor Thiago Prado de Campos.

Curso: Engenharia de Produção
Professora Camila Matos;
Professor Julio Cesar Cabral.
Curso: Engenharia de Software
Professor Bryan Rafael Dall Pozzo;
Professora Isabelle Cordova Gomes.

Curso: Engenharia Mecânica
Professor Ayres Siqueira Silva;
Professora Jessica Hipolito de Vasconcelos;
Professor Thiago Castro Bezerra.

Área: Ciências Agrárias
Curso: Engenharia Agronômica
Professora Greice Daiane Rodrigues Gomes Redivo;
Professora Luciana Luiza Pelegrini;
Professor Marcos Roberto Barboza.

ISSN 2178-9428

Curso: Medicina Veterinária
Professora Aline Aparecida da Silva;
Professor Felipe Eduardo Marques;
Professor Helton Felipe Stremmel;
Professora Moana Rodrigues França;
Professora Renata Severo Perez;
Professor Rodrigo Dornelles Tortorella.

Comissão Operacional:
Presidente: Professor Rafael Martini Pedroso;
Professora Adriana Cristina Loli;
Professor Sandro Roberto Mazurechen;
Leonice Salateski;
Briana do Prado Lopes;
Fabille da Silva Bastos;
Marcelo Kloczko;
Rejane de Fátima Cury Marcondes Maron;
Vilta Inês Quitério de Souza;
Thaisa Cristina Fiúza.
Adriana Maria Juliani

ISSN 2178-9428

Sumário

A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NA ANIMAÇÃO MULAN....12

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA PROBLEMÁTICA QUE SE MANTÉM ATUAL NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS....17

MÚSICA NO DIA A DIA: A INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DO INDIVIDUO....22

TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS NA ADOLESCÊNCIA: BIPOLARIDADE....27

QUEBRA DE DORMÊNCIA COM REGULADORES VEGETAIS NA CULTURA DA BATATA....32

RELAÇÃO AMOROSA NA ADOLESCÊNCIA....36

RENDIMENTO DA PRODUÇÃO DA AVEIA COM ADUBAÇÃO E SEM ADUBAÇÃO....41

ADOLESCÊNCIA: DESENVOLVIMENTO, SEXUALIDADE E GRAVIDEZ PRECOCE EM MENINAS ENTRE 12 E 15 ANOS.....45

O BRINCAR TERAPÊUTICO....51

ESPAÇAMENTO NA CULTURA DO TABACO....57

ADUBAÇÃO FOLIAR NO TABACO....62

PRODUÇÃO DE TABACO E ADUBAÇÃO DE BASE....67

PRODUÇÃO DE TABACO E ADUBAÇÃO DE COBERTURA....72

DIFERENTES ADUBAÇÕES NA CULTURA DA BETERRABA....77

MAUS HÁBITOS COTIDIANOS E A FERTILIDADE FEMININA....81

OS CRIMES INFORMÁTICOS E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE: UMA BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA....87

BULLYING: DEFINIÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA....91

ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS NO BRASIL....96

XXX: A INCITAÇÃO AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA PORNOGRAFIA ADULTA....102

PODER DE POLÍCIA E DELEGAÇÃO....107

LEI 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL....111

CENSURA INCONSTITUCIONAL NO ENTRETENIMENTO ANIMADO....115

INFLUÊNCIA DA APLICAÇÃO DE ARLA 32 VIA FOLIAR NA CULTURA DA SOJA....120

PARTIDOS POLÍTICOS: O QUE SÃO? COMO SE FILIAR? PARA QUE SERVEM?....125

O PACIENTE IDOSO EM CONTEXTO HOSPITALAR....130

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER....134

TRANSFOBIA NO MERCADO DE TRABALHO....139

DESCONSTRUÇÃO: UMA PERSPECTIVA DA SEMIOLOGIA PSICOPATOLOGICA DOS TRANSTORNOS DEPRESSIVOS EM MULHERES....144

ISSN 2178-9428

PRECONCEITO COM A MULHER NA ENGENHARIA CIVIL....149

EVOLUÇÃO E DISSEMINAÇÃO EPIDÊMICA DO SARS-CoV-2 EM GUARAPUAVA PARANÁ....155

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: O MINISTÉRIO PÚBLICO....160

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE PROVAS NO PROCESSO DE ABANDONO AFETIVO....165

POR UM OLHAR MAIS HUMANO: UM ESTUDO SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA E EXECUÇÃO PENAL....171

SÍNDROME DE PANDORA EM FELINOS....176

INFLUÊNCIA DOS ANTIOXIDANTES NO ESTRESSE OXIDATIVO DECORRENTE DO EXERCÍCIO FÍSICO INTENSO....181

DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO EM ADULTOS: ASPECTOS GERAIS....186

ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À INTERNET DURANTE A PANDEMIA E O ALERTA QUANTO AO CYBERBULLYING....192

ISOLAMENTO SOCIAL, COMO A POPULAÇÃO ESTÁ LIDANDO COM ESSE NOVO MODO DE VIVER?....197

ANÁLISE SENSORIAL DE DOCINHO DA FARINHA DE SEMENTE DE ABÓBORA....202

MALEFÍCIOS DO AÇÚCAR NO ORGANISMO....207

ANÁLISE FISICO-QUIMICA E DE FRAUDE DO LEITE *IN NATURA* COMERCIALIZADO NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR....212

COMPOSIÇÃO CENTESIMAL E BENEFICIOS DO COGUMELO *AGARICUS BLAZEI*....217

DOENÇA DE CHAGAS E A AÇÃO DO NUTRICIONISTA NA PREVENÇÃO....223

NANOTECNOLOGIA APLICADA À ESTÉTICA: USO EM FOTOPROTEÇÃO....228

INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NA DOENÇA DE CROHN: REVISÃO DE LITERATURA....233

O SILENCIAMENTO FEMININO DENTRO DE UMA ESFERA DE PODER PATRIARCAL....237

A REPRESENTAÇÃO NO CRIME DE ESTELIONATO CONFORME O PACOTE ANTICRIME....242

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E JUSTIÇA RESTAURATIVA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES....247

PERCEPÇÃO DE ALUNOS PRESENCIAIS A RESPEITO DE SEU DESEMPENHO E APRENDIZAGEM EM ENSINO REMOTO MEDIADO POR TECNOLOGIA....252

POSSÍVEIS PERCURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES DE INGLÊS DA EDUCAÇÂO INFANTIL....257

ASPECTOS CLÍNICOS DA PUBERDADE E O PAPEL DO MÉDICO EM SEU DIAGNÓSTICO....262

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A PSICOLOGIA....267

ISSN 2178-9428

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PROFISSIONAIS ATUANTES EM UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA 272

PADRÕES DE RESPOSTA IMUNE E SUA RELAÇÃO COM AS FORMAS CLÍNICAS DA PARACOCCIDIOIDOMICOSE 277

LISDEXANFETAMINA COMO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO PARA TRANSTORNOS ALIMENTARES E OBESIDADE 282

***IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA** 287

FISIOTERAPIA FRENTE AO COVID 19 292

MAPEAMENTO GENÉTICO: VANTAGENS E DESVANTAGENS 297

A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRO FRENTE A RELATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 302

A DEPRESSÃO E AS ARTES PLÁSTICAS 307

IMUNIDADE, MICROBIOTA INTESTINAL E ALIMENTAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19: UMA REVISÃO 312

RELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E O SURGIMENTO DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO 317

SANÇÕES ELEITORAIS 322

A RELAÇÃO DO *SELF* EM CONTATO COM A IMAGEM DO ESPELHO PÚBLICO 327

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA NEGOCIABILIDADE 332

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ABANDONO AFETIVO 337

A OFERTA DO ENSINO DE INGLÊS PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR) POR MEIO DE UM PROGRAMA DE VOLUNTARIADO 342

CRÍTICA AO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE GUARAPUAVA E ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA 347

RELAÇÃO ENTRE A CRIOGLOBULINEMIA MISTA E A HEPATITE C: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁGICA 352

PANCREATITE AGUDA EM CÃES – RELATO DE CASO 357

EFICÁCIA DO MÉTODO CUMBUCA EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTES DE CARGAS DE GUARAPUAVA - PARANÁ 361

ALIMENTAÇÃO DA LACTANTE COMO FATOR DE PROTEÇÃO DE DOENÇAS EM CRIANÇAS AMAMENTADAS 366

NUTRIÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS ATUAIS E A TRANSIÇÃO NUTRICIONAL 370

O USO DA BERINJELA PARA O CONTROLE DE UM GRANDE MAL QUE AFETA A POPULAÇÃO: A HIPERTENSÃO ARTERIAL 374

A EXISTÊNCIA DO ESTRESSE NO MEIO ACADÊMICO E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA 379

ISSN 2178-9428

GASTROTOMIA EM CÃO DEVIDO A INGESTÃO DE CORPO ESTRANHO – RELATO DE CASO 384

PERÍCIA CRIMINAL LÍCITA, MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL 389

REFLEXÕES A CERCA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO RECURSO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL 394

DETERMINAÇÃO DO FATOR DE VIRULÊNCIA PROTEINASE EM ISOLADOS DE CANDIDÍASE VULVOVAGINAL 398

PSICOLOGIA NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR 403

INFLUÊNCIAS GENÉTICAS NO TRANSTORNO DE BIPOLARIDADE 408

ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE HIV EM UNIVERSITÁTIOS RELACIONADA COM COMPORTAMENTO SEXUAL 413

MASTITE BOVINA CAUSADA PELO GÊNERO *Escherichia coli* 417

ANÁLISE DO DALIO-5S EM UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA EM GUARAPUAVA-PR 422

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 428

CENTRO DE CRIATIVIDADE E CULTURA 433

A IMPORTÂNCIA DO ALONGAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DA FLEXIBILIDADE DA COLUNA VERTEBRAL 439

TEORIA ANALÍTICA DO DELITO E AS INFLUÊNCIAS DAS TEORIAS DA CONDUTA 443

ABORDAGEM DA DENGUE NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL 448

IMUNOTERAPIA APLICADA À NEOPLASIAS – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 453

TAXA DE MORTALIDADE DO CÂNCER DE MAMA NO PARANÁ 458

LEI 13.846/2019 E O IMPACTO NO ÊXODO RURAL 462

SUPLEMENTAÇÃO DE PROGESTERONA PÓS INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL 466

PANORAMA DE PRODUTOS HOSPITALARES EM PERÍODO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DO PERFIL GUARAPUAVANO SOB A ÓTICA DO CONSUMO E DEMANDA 470

SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS E OS AGRAVANTES RELACIONADOS À PANDEMIA 475

FÍSTULA INFRAORBITÁRIA EM CÃO: RELATO DE CASO 480

DOENÇA RENAL POLICÍSTICA FELINA: RELATO DE CASO 485

A IMPORTÂNCIA DE SOLICITAR EXAMES LABORATORIAIS PARA TRATAMENTOS ESTÉTICOS 489

FUNGICIDAS PREVENTIVOS NO CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA NA SOJA 494

ASPECTOS GERAIS DO TROMBOEMBOLISMO VENOSO NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL 499

O MEDO E O DESEJO DAS PESSOAS QUE PRETENDEM INVESTIR NA BOLSA DE VALORES 504

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DIAGNÓSTICO, INCLUSÃO E REABILITAÇÃO 509

ISSN 2178-9428

PSICOLOGIA ANALÍTICA E SONHOS NA PANDEMIA DA COVID-19 514

BIOSSENSORES: APERFEIÇOAMENTO NO DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER E DENGUE 519

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 524

PROPAGANDA ELEITORAL EM BENS PARTICULARES E PÚBLICOS, COMÍCIOS E SHOWMÍCIOS 529

ANSIEDADE: SURGIMENTO NO MEIO ACADÊMICO E POSSÍVEL INTERVENÇÃO 534

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MASTITE NA PRODUÇÃO LEITEIRA 538

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE 543

INFLUÊNCIA DOS CONTRACEPTIVOS HORMONAIS EM ALTERAÇÕES FISIOPATOLÓGICAS DO METABOLISMO: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO FEMININA 548

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA HUMANIZAÇÃO DO PARTO NORMAL 553

USO DA FINASTERIDA, MINOXIDIL E MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DA ALOPECIA ANDROGENÉTICA MASCULINA 558

(IN) DELEGABILIDADE DO PODER DE POLÍCIA 563

SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE BARRAGENS DE USINAS HIDRELÉTRICAS 568

O LUTO COM BASE NA TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL 573

O USO DE ÓLEOS DE ESSENCIAS COM AÇÃO ANTIMICROBIANA EM CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS CRÔNICAS 577

JUDICIALIZAÇÃO E *BACKLASH*: O IMPACTO NA PRODUÇÃO E DISCUSSÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA 581

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR PARACOCCIDIOIDOMICOSE EM ÁREAS DE PREVALÊNCIA DE *PARACOCCIDIOIDES LUTZII* 586

DESFECHO DE TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES 590

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DO NÚCLEO MARIA DA PENHA- GUARAPUAVA 594

USO DE COBERTURAS ALTERNATIVAS COM AÇUCAR OU MEL EM FERIDAS ONCOLÓGICAS 599

OS 4 TEMPERAMENTOS NA GESTÃO DO TRABALHO 604

INFLUÊNCIA DA SUPLEMENTAÇÃO COM ÁCIDO FÓLICO DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL 609

MARCADORES CARDÍACOS DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: UMA REVISÃO. 614

JUSTIÇA RESTAURATIVA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI 619

ANÁLISE DO IMPACTO DOS INFLUENCERS VIRTUAIS NO MEIO PUBLICITÁRIO E NAS REDES DIGITAIS 624

IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO COM GESTANTES 629

INFLUÊNCIAS DE QUADROS DE ANSIEDADE NO CONSUMO ALIMENTAR EM ADULTOS JOVENS SAUDÁVEIS 633

ALEITAMENTO MATERNO: CAUSAS DO DESMAME PRECOCE 638

OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO E A PERSPECTIVA DOS PAIS 642

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E SENSORIAL NA QUALIDADE DO MEL SILVESTRE (*APIS MELLIFERA*) NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ.....648

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NA ANIMAÇÃO MULAN

AUGUSTMAK, Jéssica Caroline Soares[1]
SCHOEMBERGER, Fabiane Ramos[2]
CALEFFI, Renata[3]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da representatividade feminina. Para isso buscaremos destacar o empoderamento feminino presente na comunicação, através da animação Mulan – que rompe com a ideia da mulher associada a fragilidade e a coloca em um cenário distinto. Para isso, são usadas referências bibliográficas e análise de filme.

Palavras-chave: Mulher. Empoderamento. Protagonista. Mulan.

1 INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino é um assunto bastante abordado em redes sociais, movimentos sociais, e na própria comunicação e a animação “Mulan” traz na sua essência uma discussão sobre o papel da mulher em uma sociedade conservadora, a qual ela constantemente quebra paradigmas para realizar seus desejos. Mesmo que hoje tenhamos mulheres se inserindo cada dia mais no meio social, seja na política, nas grandes empresas, com cargos cada vez mais elevados e donas do seu próprio empreendimento.

O objetivo dessa pesquisa é, portanto, demonstrar a importância da representatividade feminina. Pretende-se, com isso, auxiliar nas quebras de paradigmas e padrões, mostrando através desse projeto, a importância da representatividade da mulher na animação Mulan, buscando enfatizar ainda mais a forma como a mulher tem buscando seu espaço em meio a sociedade e incentivar também a buscar de colocação feminina nesses espaços. Isso ajuda a concretizar sua emancipação em contextos sociais, culturais, políticos e históricos, mudando os estereótipos ditados. Veremos em seguida essa representatividade, em que a mulher é a protagonista da história, vendo resquícios desses pensamentos e comportamentos

[1] Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, 3º Período, Centro Universitário Campo Real, pp-jessicaaugustmak@camporeal.edu.br
[2] Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, 3º Período, Centro Universitário Campo Real, pp-fabianeschoemberger@camporeal.edu.br
[3] Doutora em Políticas Públicas, mestra em Comunicação, Bacharela em Comunicação Social (Jornalismo), professora do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Campo Real, prof_renatacaleffi@camporeal.edu.br

ISSN 2178-9428

desde o que é mostrado nas histórias de desenhos e filmes como no nosso próprio dia a dia.

2 DESENVOLVIMENTO

O empoderamento feminino é uma luta presente no movimento feminista há muito tempo. Romper paradigmas sociais que colocam a mulher como inferior e às margens da própria sociedade é fundamental para se construir uma sociedade melhor e, ao mesmo tempo, mais justa. Embora a luta seja antiga, conquistas referentes ao empoderamento são recentes, surgindo em meados da década de 60, difundindo essa necessidade em músicas, filmes, desenhos, novelas, etc.

Considerando o cinema e a televisão como grandes e importantes meios de comunicação, essa pesquisa traz como referência a mulher apresentada na animação feita pela Walt Disney, em 1998, Mulan, animação essa que buscou referências de uma lenda chinesa datado do século VI d.C. chamado de “Hua Mulan” porém o texto original acabou por se perder durante o tempo, restando a cópia mais antiga, reescrita entre os séculos XI e XII por Guo Maoqian, onde conta a história de uma mulher que finge ser um homem para conseguir lutar na guerra no lugar de seu pai.

A história apresentada pela protagonista ajuda a entender seu papel social, e ao mesmo tempo, esse reflexo de o que era ser mulher fez com que ela (Mulan) não se sentisse confortável perante a submissão. A partir disso, a protagonista assume um novo papel, este acompanhado por várias consequências, fazendo alusão com as próprias violências e discriminações sofridas pelas mulheres reais.

> A questão central no filme gera um debate em torno da temática de gênero. O papel da mulher na sociedade patriarcal chinesa da época e o contexto social que se vive a partir do filme contribuem para o questionamento sobre a sociedade atual, o que possibilita a discussão da questão de gênero, de identidade e de ideologias machistas e feministas. (SEREDA, 2016, p.63)

Assim como Serede (2016) afirmou, essa animação, apesar de retratar a sociedade chinesa de época, pode ser contextualizada com a nossa sociedade. Começando com o fato de que desde o início dos tempos a mulher era vista como protetora do lar, em muitos casos apenas como reprodutora e para servir a seu marido, não tendo vez, voz, nem sequer podendo reagir. Na própria animação é possível notar essa realidade e essa necessidade de uma mulher ficar dentro dos padrões esperados

ISSN 2178-9428

pela sociedade quando Mulan recebe a resposta da casamenteira da região, que diz que ela está despreparada para casar. Isso acontece após a protagonista falhar no seu teste de casamento (o que era típico na época) por não ser adequada.

O medo do não cumprimento das expectativas sobre as mulheres acaba por levar a si própria a essa situação, em que acham que seu lugar é somente dentro de casa, obedecendo e "servindo" marido e filhos. Essas afirmações reascendem uma pergunta que justifica a própria necessidade de pesquisas como essa: Que seu papel social é maior que isso? Que sua vida é mais do que apenas aceitar e servir?

Esse filme assim como vários outros é uma forma de representar a mulher e mostrar à todos que em igualdade com os homens temos a capacidade de sermos fortes, minimizando a imagem/estereótipo já ligada a mulher desde o início dos tempos, imagem essa que vemos ainda hoje sendo vaidosas, frágeis e dependentes. Aos poucos, as mulheres vêm conquistando seu espaço na sociedade. Além disso, elas também começam a aparecer na história social, e passam a ser referências para outras mulheres. Nesse cenário incluímos, quando o assunto é empoderamento, mulheres como Frida Khalo, Oprah Winfrey, entre outras.

A aceitação de quem você é e como é muitas vezes é o início do empoderamento de uma mulher, como no caso de Mulan, que após tirar sua maquiagem e soltar seus cabelos a protagonista começa a se livrar dos padrões como uma cena de libertação, representando todas as mulheres que estão cansadas de ser o modelo perfeito para a sociedade. A mídia consegue ampliar as discussões quando questiona o papel da mulher na sociedade em livros e filmes, por exemplo, que retratam histórias de mulheres quebrando os paradigmas da sociedade de seu tempo, como a história de Mulan.

> Mulan é uma protagonista que se encontra entre o dilema de seguir suas raízes tradicionais culturais ou forjar seu próprio caminho, sua própria identidade – um reflexo do que os descendentes de asiáticos nos EUA, no Brasil e no mundo passam. Graças a isso, Mulan da Disney acabou por se tornar um ícone muito maior e mais significativo para os filhos da diáspora asiática do que para os próprios chineses. (CARVALHO, 2019)

Junto com essa animação temos outras que mostram as mulheres (princesas) como mulheres fortes, independentes e seguras de si, apesar de todos os empecilhos que ocorrem no decorrer das histórias, como "Pocahontas", "Frozen", "Valente", "Moana" e "A Princesa e o sapo" mostrando ainda a inclusão social, com

ISSN 2178-9428

vários tipos diferentes de princesas – que não necessariamente precisam dos seus maridos para ter um “final feliz” e, ao mesmo tempo, também conseguem demonstrar força em situações em que antes precisavam ser “salvas” pelos príncipes encantados, histórias essas que vão ensinando às meninas que devem e podem se tornarem mulheres fortes e buscarem seu lugar onde quiserem, se descobrindo a todo momento, aprendendo consigo e com as lutas diárias.

Ainda usando essa linha de pensamento sobre o empoderamento e a animação, a publicidade em si colabora com isso, trazendo propagandas/campanhas onde mostram princesas como Branca de Neve, Bela Adormecida, Cinderela e Chapeuzinho Vermelho (que em suas histórias são frágeis e inocentes, necessitando de uma figura masculina para serem salvas) de uma maneira diferente e segundo Cunha (2013) “um toque de malícia foi dado a todas as mulheres utilizadas nesta campanha, e os próprios slogans demonstram que são elas que controlam a sua vida.” Como vemos na figura 1. (Abaixo)

Figura 1. Campanha da empresa O Boticário que coloca um conto de fada de uma maneira diferente da conhecida.

Trazendo na imagem a frase “A história sempre se repete, toda Chapeuzinho Vermelho que se preze, um belo dia, coloca o lobo mau na coleira.” Essa campanha do grupo O Boticário que lançou em 2005, transmite a mensagem que era seu principal objetivo desde o início. Ainda de acordo com Cunha (2013), a empresa Boticário quis, com essa campanha, demostrar que as suas clientes são mulheres

ISSN 2178-9428

fortes, independentes e determinadas. Assim sendo, as princesas da atualidade não são mulheres frágeis, mas empoderadas.

Segundo Carvalho (2019), Mulan se destacou como uma “princesa Disney” por ser apresentada de forma diferente, não como uma mulher fraca e indefesa à espera de seu príncipe, mas como a mulher que quebra os paradigmas femininos de donzela em perigo, tornando notável sua história entre as várias mulheres importantes em nossa história real como Joana d’Arc.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontando a direção, mostrando a trajetória de mulheres fortes e independentes para todos, homens e mulheres, desde seu primeiro contato com a história, ambos começarão a entender o papel da mulher na sociedade, que seu lugar é onde ela quiser estar, que o sucesso pode vir para quem o almejar e buscar, que todos podem andar lado a lado, sem um querer ser melhor que o outro, e entendendo isso o tal do empoderamento feminino, o próprio feminismo deixará de ser um tabu, deixará de ser motivo de discussão entre os gêneros e sempre contando com a ajuda constante dos meios de comunicação todas as pessoas continuaram a ver histórias como essas e desde pequenos carregaram consigo exemplos de como ser e agir.

4 REFERÊNCIAS

SEREDA, Lucas. **Discussões sobre a representação da mulher no cinema de animação: Mulan e o conceito de polissemia feminina**. PUC, Rio de Janeiro, 2016.

CONTO DE FADAS. **O Boticário - Campanha**. 2013. Disponível em: <https://creativitate2013.wordpress.com/2013/03/03/o-boticario-campanha-contos-de-fadas-2/>. Acesso em: 14 mai. 2020.

A BALADA DE HUA MULAN**. A lenda da guerreira mais famosa da China**. 2016. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2016/09/03/a-balada-de-hua-mulan/>. Acesso em 24 de maio de 2020.

COMPORTAMENTO. **A importância da representatividade no novo filme Mulan**. 2019. Disponível em: <http://www.garotasgeeks.com/a-importancia-da-representatividade-no-novo-filme-de-mulan/>. Acesso em 24 de maio de 2020.

NÃO NOS ESQUECEMOS DE MULAN**, POR FAVOR**. 4 anos atrás. Disponível em: <http://valkirias.com.br/nao-nos-esquecamos-da-mulan-por-favor/amp/>. Acesso em 24 de maio de 2020.

ISSN 2178-9428

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA PROBLEMÁTICA QUE SE MANTÉM ATUAL NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GALVÃO, Ana Carolina[4]

BOIKO, Gabriele[5]

FIUZA, Debora Rickli[6]

RESUMO: O presente trabalho propõe uma discussão sobre o tema “Gravidez na Adolescência”, a fim de problematizar os impactos de tal evento na vida acadêmica, financeira e familiar da jovem mãe. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método de revisão bibliográfica. A partir desta revisão, foram encontradas diversas questões que podem surgir após uma gestação na adolescência, tornando-se possível discorrer sobre o assunto e investigar formas de contracepção.

Palavras-chave: Adolescência. Gravidez. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a problemática da gravidez na adolescência e os possíveis impactos na vida financeira, familiar e acadêmica de jovens mães. O tema foi escolhido devido à discussão levantada pela campanha da Ministra Damares Alves, que prega a abstinência sexual como método de prevenção da gravidez na adolescência. A campanha iniciou devido à Semana Internacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, organizada todos os anos. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, a taxa mundial de gravidez na adolescência, em 2016, foi estimada em 44 nascimentos para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos. Desta forma, é possível perceber que a taxa de gravidez na adolescência é consideravelmente alta. Sendo assim, compreende-se que a pesquisa, o debate e a disseminação de informação sobre o tema são de extrema importância social.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica, na qual acontece um estudo sobre o material existente acerca do tema. Para a realização deste, foi realizada uma buscaa partir das palavras-chave “gravidez”, “adolescência” e “psicologia”, nas plataformas “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” e “Periódicos Eletrônicos de Psicologia”, onde foram

[4] Acadêmica do curso de Psicologia, 5º período, Centro Universitário Campo Real.
[5] Acadêmica do curso de Psicologia, 5º período, Centro Universitário Campo Real.
[6] Professora e orientadora de Pesquisa em Psicologia II, Psicóloga e Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

ISSN 2178-9428

escolhidosuma dissertação de mestrado e um artigo científico, além do uso de uma cartilha do Conselho Federal de Psicologia e umlivro deAberastury e Knobel.

2 DESENVOLVIMENTO

Na Psicologia, a noção de adolescência se tornou estereotipada a partir de 1904, quando Stanley Hall (1846-1924), em sua obra “Adolescência”, identificou esta etapa da vida como marcada por “tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade” (CFP, 2002). Segundo o documento “Adolescência e Psicologia”, do Conselho Federal de Psicologia, a noção de adolescência foi construída historicamente, sendo reforçada por Erik Erikson (1902-1994), que definiu a adolescência como caracterizada pela intensa “crise de identidade” e pela “moratória social”, além de Arminda Aberastury (1910-1972) e Mauricio Knobel (1922-2008), que desenvolveram o conceito de “Síndrome Normal da Adolescência”, definida a partir das características: busca de si mesmo e da identidade, tendência grupal, necessidade de intelectualizar e fantasiar, evolução sexual manifesta, atitude social reivindicatória, entre outras (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

Clímaco (1991) compreende que a adolescência se refere aum grupo com padrão coletivo de comportamentoe a um período de “latência social”, pois se constituicomo fase de preparo para a vida adulta. Compreende-se, assim, que a adolescência é marcada por mudanças, principalmente no que se refere a questões financeiras e familiares. Entende-se, então, que é o momento de experimentar, já que, por exemplo, segundo a cartilha “Adolescência e Psicologia”, geralmente, nessa faseacontecem as primeiras relações sexuais, em todas as formas e com diversos riscos, como uma gravidez não planejada.

Segundo Diniz &Koller (2012), baseadas em outros autores, isso aconteceria com adolescentes que enxergam seus futuros como “pouco promissores”, não possuindo “motivos” para evitarem tal risco. Além disso, segundo as autoras, a presença de estressores familiares, a ausência de uma das figuras parentais, o uso de substâncias químicas e a falta de monitoramento dos adolescentes facilitam a ocorrência de uma gravidez indesejada. Já segundo a cartilha “Adolescência e Psicologia”, de 2002, “com a quantidade de métodos disponíveis, informações claras, escolha livre e informada e espaço para a construção da identidade sexual, diminuem as chances para que a gravidez indesejada ocorra [...]”.No entanto, conhecer métodos

ISSN 2178-9428

contraceptivos não está necessariamente associado a saber usá-los, visto que, segundo Souza(2014), algumas características próprias da adolescência interferem no processo de assumir esta responsabilidade: os sentimentos de “onipotência e indestrutibilidade”, pois “ao mesmo tempo em que relatam ter informações sobre como se engravida, apresentam um ‘pensamento mágico’ [...] de que com elas não aconteceria” (SOUZA, 2014 apud LIMA et al., 2004).

Tendo em vista o exposto, é possível entender que a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, podendoter diversas “causas” e conseqüências, que se configuram como foco da pesquisa, pois há muitas maneiras de problematizar o assunto, já que tal evento não é apresentado, na Psicologia, como esperado para a adolescência.Sendo assim, compreende-se que uma gestação tem impactos sobre a jovem mãe, que podem ser físicos, acadêmicos, familiares e financeiros.No que se refere às questões físicas, segundo Aberastury&Knobel (1981), o corpo adolescente está passando pela puberdade, desenvolvimento de características sexuais, que implica em grandes mudanças e, portanto, gera ansiedade e preocupação, processo conhecido como o “luto do corpo infantil”. Desta forma, entende-se que uma gestação neste momento pode interromper a formação da identidade da jovem, já que interfere no luto do corpo.Outra implicação refere-se à vida acadêmica, pois, muitas vezes, uma gravidez na adolescência pode gerar o abandono escolar e o adiamento da entrada na universidade. Isso ocorre porque o cuidado integral do bebê, geralmente, recai sobre a mãe, já que, na maioria dos casos, ocorre o abandono paterno, resultando na necessidade de a jovem interromper seus projetos de vida (SOUZA, 2014).

Assim, em várias situações, a adolescente grávida necessita continuar morando com os pais e sendo amparada por estes, já que, conforme Aberastury&Knobel (1981), o adolescente, ao mesmo tempo em que quer ser independente, depende de suas figuras parentais.A partir disso, conflitos familiares podem emergir, entre eles a interferência constante dos avós na criação do neto, que pode decorrer do fato de estes ampararem financeiramente filha e neto (SOUZA, 2014). Esta é uma dinâmica familiar comum na adolescência, pois, como descrito na cartilha “Adolescência e Psicologia”, citando Clímaco (1991), um processo histórico adiou a entrada dos jovens no mercado de trabalho e estendeu seu período de escolarização, colocando estes como dependentes dos pais por mais tempo, especialmente na questão financeira.

ISSN 2178-9428

Desta forma, a chegada de um novo membro demanda o aumento das despesas, podendo gerar diversos conflitos. No entanto, segundo Souza (2014), os conflitos também podem ser emocionais, por exemplo, a culpa dos pais, que gera uma não aceitação da gravidez tida como “precoce”, além de questões da adolescente, como a vergonha, o arrependimento, o medo, entre outras.Desta forma, a jovem acaba ficando restrita ao núcleo familiar, o que diminui suas interações sociais e pode resultar em quadros depressivos, ansiosos, entre outros transtornos (SOUZA, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, é possível compreender que a gestação na adolescência pode impactar a vida da adolescente de diversas formas. Mas então por que as jovens continuam a engravidar? Segundo a cartilha “Adolescência e Psicologia”, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, a questão da gravidez na adolescência está vinculada à noção de sexualidade.Atualmente, o pensamento vigente sobre tal assunto ainda é repressor, pois entende o sexo na adolescência como tabu. Desta forma, é muito difícil encontrar espaços nos quais haja um diálogo aberto, para que dúvidas e queixas sobre o assunto possam ser acolhidas e sanadas, além de prover ensinamentos sobre a totalidade do que se refere à saúde sexual e reprodutiva. De acordo com Paiva (2000), citado na cartilha do CFP (2002), o jovem deve ser ensinado a cuidar da sua saúde e bem-estar sexual, ao invés de ser incentivado a reprimir seus desejos e fantasias, os quais são esperados para a adolescência, já que é nesta fase que ocorre o despertar da sexualidade.

Desta forma, entende-se que o posicionamento adotado pela ministra Damares Alves, no qual ela defende a abstinência sexual como método de prevenção da gravidez na adolescência, não deve ser tomado como única referência. Tendo em vista o que foi discorrido, compreende-se que a abstinência não se configura como um método contraceptivo totalmente eficaz, pois, segundo Aberastury&Knobel (1981), é nesta fase que acontece a “evolução sexual manifesta”, ou seja, há um despertar do interesse sexual/afetivo em todos os indivíduos.

Assim, entende-se que a melhor maneira de prevenir a gravidez na adolescência é a soma de diferentes ações, entre elas a disseminação de informações claras sobre os métodos contraceptivos e diálogos acolhedores sobre a sexualidade, em vários ambientes que o jovem frequenta, especialmente em casa e na escola, onde

ISSN 2178-9428

há maior seguridade para tratar do assunto. Nenhum método é 100% eficaz, porém, tratar a sexualidade na adolescência com atenção e dar ao adolescente a liberdade de que ele precisa aumenta a probabilidade da tomada de consciência e da prática de atitudes responsáveis deste indivíduo, diminuindo a chance de uma gravidez inesperada.

4 REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio; **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Edição. Porto Alegre: Artmed, 1981. p. 1-92. Acesso em: 23 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Adolescência e Psicologia:** concepções, práticas e reflexões críticas. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/adolescncia-e-psicologia-concepes-prticas-e-reflexes-crticas/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. **Fatores associados à gravidez em adolescentes brasileiros de baixa renda**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 22, n. 53, p. 305-314, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde e mais três ministérios firmam carta compromisso para prevenção da gravidez na adolescência**. Disponível em: https: <//www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45196-saude-e-mais-tres-ministerios-firmam-carta-compromisso-para-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SOUZA, Tereza Alves de. **Gravidez na adolescência:** percepção, sentimentos e motivos. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional) – Universidade Estadual do Ceará, 2014. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87596> Acesso em: 23 de março de 2020.

MÚSICA NO DIA A DIA: A INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DO INDIVIDUO

ARAUJO, Bruna Vitoria [7]
ROCHA, Hellen Carolinne[8]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Os estudos apresentados neste trabalho relatarão os efeitos da música com intuito terapêutico no cotidiano do ser humano. Foram utilizados artigos como método de apoio e dados complementares do SciELO e PePSIC. A partir destes, observaram-se critérios validos que dizem respeito diretamente às vantagens que a utilização da música produz na rotina dos indivíduos. Notou-se como efeito terapêutico a diminuição do nível de ansiedade, redução da frequência respiratória e de sintomas depressivos.

Palavras-chave: Música. Rotina. Efeitos. Musicoterapia. Psicoterapia

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a neurociência através de inúmeras pesquisas e intervenções, busca compreender a relação entre o comportamento humano e o funcionamento cerebral. Todavia, sabe-se que o ser humano apresenta cinco sentidos primordiais que coordenam seu cotidiano, dentre eles, a audição entra em pauta quando fala-se em som ou em musica. Pode se dizer que a musica faz parte do cotidiano do ser humano seja em sons emitidos em rádios de supermercados, lojas ou fones de ouvido (ROCHA, 2013).

A música é uma forma de arte que controla diversos impulsos no comportamento humano, tais como distintas emoções com acesso a tristeza, felicidade e afetividade. Ela pode ser utilizada para estimular a capacidade de memoria não verbal, ou seja, a habilidade de armazenar conteúdos sem palavras sejam escritas ou faladas, como cheiros, rostos, sentimentos inclusive musicas. A partir disso, compreenderam-se aspectos relacionados à dominância cerebral na função dos hemisférios cerebrais. O hemisfério esquerdo contém as habilidades verbais, enquanto o não verbal depende do hemisfério cerebral direito (SCHMIDEK, 2005).

[7] Acadêmica do 5º período curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.
[8] Professora do curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

A musicoterapia é considerada uma ciência aplicada por indivíduos qualificados que usam a música como intervenção terapêutica. Essa terapia deve ser realizada com algumas exigências tais como imaginação, maturidade e capacidade de observação do mundo exterior e interior. A musica tem sido utilizada como apoio interdisciplinar no hospital para atender demandas fisiológicas, psicológicas e pessoais do paciente. A musicoterapia pode ser definida como uma área interdisciplinar que une principalmente a música e as ciências da medicina. Pesquisas realizadas na área da saúde indicam inúmeros benefícios trazidos pela música no estado geral, bem estar e cognição de pacientes submetidos à musicoterapia. Apesar disso, ainda há uma escassez de trabalhos referentes ao impacto da música em pacientes hospitalizados (MONTEIRO, 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

Não se sabe a origem precisa da música, porém há relatos de que na Grécia antiga utilizava-se a voz para criar sons que imitassem ruídos da natureza, como forma de proteção. Em tempo, esses sons foram sendo substituídos por objetos sonoros que consequentemente transformaram-se nos instrumentos musicais. Para os gregos, tanto a música como as outras artes pertenciam à “arte das musas”, que eram conhecidas como seres celestiais, divindades que inspiravam as artes e as ciências. Essa crença dominou fortemente a sociedade grega até a divulgação dos escritos de Pitágoras, que foi o primeiro pensador ocidental a sistematizar os sons naturais, a música (ROBLEDO 1993).

Platão, em sua obra, buscava entender até onde iam as influências e as possibilidades geradas pela música na vida dos cidadãos gregos. Eram três, os principais tipos de melodia que ele observara: o Lírico, o Frígio e o Dórico. A diferença entre eles estavam nos intervalos entre os tons e na altura dos seus sons. Esses três tipos de melodia influenciavam os homens, cada um exaltando certo tipo de emoção. O modo Lírico buscava exaltar as características sensuais humanas, de forma excitante; já o modo Frígio era enternecedor e o modo Dórico exaltava as características de força e grandiosidade (ROBLEDO 1993).

2.1. A MÚSICA SOBRE UM VIÉS TERAPÊUTICO

ISSN 2178-9428

Uma pesquisa realizada no ano de 2011 pela Universidade de Drexel (EUA) com revisões divulgadas em agosto de 2016, mostrou que a música com viés terapêutico pode contribuir para o alívio da dor, ansiedade e da fadiga em pacientes com doenças graves. Ainda segundo esse estudo, a musicoterapia pode ajudar na diminuição do número de medicamentos tomados pelos pacientes, assim como do tempo de internação.

Tendo em vista os pacientes que se encontravam em estado grave, pode se citar casos de afasia (distúrbio adquirido do processamento da linguagem decorrente de um dano cerebral, que pode comprometer aspectos expressivos e receptivos, bem como outras funções neuropsicológicas). A música enquanto aspecto de motivação tem acesso direto à afetividade, às áreas límbicas que controlam nossos impulsos e emoções. Também é capaz de ativar áreas cerebrais terciárias, localizadas nas regiões frontais, responsáveis pelas funções práticas de e cognição.

O neurocientista Robert Zatorre (2013) constatou que músicas emocionalmente intensas, liberam dopamina, o neurotransmissor que promove a sensação de prazer, no cérebro. Observando as reações de voluntários, ele viu que, em notas mais altas, e no ápice da sinfonia, os indivíduos liberavam mais a substancia. Cientistas como Zatorre, tem utilizado o (EEG) Eletroencefalograma, tendo como objetivo registrar a atividade cerebral para detectar possíveis anormalidades neurológicas. Com isso, é possível identificar possíveis alterações de acordo com o nível de afinidade ou contato do individuo com a música.

Todavia, ainda no contexto no que se diz a respeito da neuropsicologia, a musica tem efeitos significativos em casos de pacientes que sofreram de um dano cerebral. Podem-se citar exemplos de indivíduos que através de um trauma ou de outro distúrbio neurológico desenvolveram afasia. a musicoterapia pode ser benéfica tanto no restabelecimento da capacitação linguísticas dos sujeitos acometidos pela afasia, facilitando a comunicação verbal e não verbal e melhorando o bem estar do paciente (PALAZZI, 2015).

2.2 MÚSICAS PRESENTE NO DESENVOLVIMENTO

A música exerce grande influência no desenvolvimento do ser humano. Segundo estudos, os fetos de seis meses já reagem a estímulos sonoros. Nessa fase também já é possível identificar possíveis deficiências auditivas. É onde tem início o

ISSN 2178-9428

processo de educação da criança. Ao nascerem, estudos mostram que os bebês trazem consigo a memória auditiva de, pelo menos, quatro meses, através de conversas com a criança ainda na barriga. Esses estímulos também ajudam nos vínculos afetivos com a criança (JABER, 2013).

Segundo Sharon (2000) apud Nogueira (2011) estudos nas universidades de Harvard e Jena (Alemanha) revelou que, ao comparar cérebros de músicos e não músicos, os do primeiro grupo apresentavam maior quantidade de massa cinzenta, ou seja, substancias que mandam impulsos nervosos entre os neurônios. Essa massa se encontra particularmente nas regiões responsáveis pela audição, visão e controle motor.

Segundo esses autores, tocar um instrumento exige muito da audição e da motricidade fina das pessoas, ou seja, esses indivíduos tem uma capacidade maior para executar movimentos finos com controle e destreza. (por exemplo, usar uma tesoura ou um lápis). A música no contexto de desenvolvimento pode se referir no que diz respeito a improvisação quando cantada, a auto expressão e também pode facilitar a comunicação, auxiliando na prevenção de problemas psicossociais (WINNICOTT 1975).

2.3 RELAÇÕES ENTRE A MÚSICA E ANSIEDADE

São vários os fatores que interferem na saúde mental dos indivíduos do presente século. A balbúrdia que acomete o dia a dia do ser humano, tem-nos tornado sujeitos com demandas relacionadas a transtornos de ansiedade, ataques de pânico e estresse. Grande parte da população recorre a especialistas, que recomendaram a eles ansiolíticos e antidepressivos. Contudo, sabe-se que a música pode apresentar os mesmos efeitos. Segundo estudos, a música tem capacidade para ativar as vias mesolímbicas e dopaminérgicas, consequentemente gerando o prazer e o reforço positivo. A música apresenta sentido polissêmico, sendo assim uma mesma canção pode ter uma representação para diferentes indivíduos, sendo de sentido benéfico ou maléfico (DIAS, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as informações citadas acima são de extrema importância, haja vista que a musicoterapia pode amenizar sintomas correlacionados aos fatores

ISSN 2178-9428

estressores do dia a dia que podem causar uma fadiga mental e psicológica nos indivíduos. É notável que este campo ainda não seja explorado por pesquisadores, e que suas técnicas ainda não são usufruídas frequentemente por profissionais especializados da área. A musicoterapia pode ser significada como uma união entre a arte e a saúde mental, tendo em vista que a música, por mais simples que pareça tem um contexto histórico, e é estudada por varias disciplinas. As técnicas utilizadas promovem melhorias seja na comunicação, aprendizado, traumas e expressão dependendo da demanda que o paciente apresentar. Através de levantamentos bibliográficos, conclui-se que a musica atrelada a psicologia em uma terapia pode ter resultados benéficos em casos de danos neurológicos como a afasia.

4 REFERENCIAS

DIAS, J. E. R. **Musicoterapia contra a ansiedade em enfermos.** Universidade de São Paulo, 2017

JABER, Maíra dos Santos **O Bebê e a Música** Escola de Música Programa de Pós-Graduação em Música- UFRJ 2013

MONTEIRO, Daniel Henrique Machado **Musicoterapia: Contribuição como Ferramenta Terapêutica no Auxilio a Tratamentos de Patologias Adversas Inseridas no Âmbito da Saúde.** Ciências Biológicas e da Saúde - periodicos.set.edu.br

PALAZZI, Ambra **Musicoterapia na afasia de expressão: um estudo de caso** Monografia apresentada como exigência parcial do Curso de Especialização em Psicologia – 2015

ROCHA, Viviane Cristina **A música por uma óptica neurocientífica** Per musi no.27 Belo Horizonte. June 2013

SHARON, B. **A música na mente**. Revista Newsweek, 24/07/2000.

SCHMIDEK, W. R. **Biodanza uma terapia do hemisfério direito**. Monografia de Biodanza, São Paulo, 2005

ROBLEDO, Antonio Gómez. **Platón, Los seis grandes temas de su filosofía**. México, D.F., Ed. Cuadratíny Médio, 1993. pp.521-524

WINNICOTT, D. W**. O Brincar e a realidade**. 1975

ZATORRE, Robert **De la Percepción al Placer: la Música y Sus Sustratos Neuronales** 2013

ISSN 2178-9428

TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS NA ADOLESCÊNCIA: BIPOLARIDADE

QUEIROZ, Dhafny[9]
FIUZA, Debora Rickli[10]
ROCHA, Hellen Carolinne[11]

RESUMO: Através desta pesquisa será apresentado o conceito de bipolaridade e as formas pelas quais o transtorno atinge os adolescentes, abordando a TCC (Terapia Cognitiva Comportamental), os tratamentos psicológicos e farmacológicos. Desse modo, apresentou-se que um diagnóstico preciso auxilia no tratamento adequado. Em que os adolescentes apresentam outros transtornos nessa fase, podendo ser confundido com transtorno bipolar. Para isso, a pesquisa bibliográfica se deu nas bases de dados SciELO, BDTD, GOOGLE ACADÊMICO, realizada no período de 10 de março de 2020, com base em 4 artigos científicos, 3 dissertações de doutorado, 2 dissertações de mestrado e o DSM-V.

Palavras-chave: Psicopatologia. Bipolaridade. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno Bipolar é uma doença psíquica caracterizada pela alteração do humor, em que o indivíduo apresenta uma crise, desse modo, pode ser confundida por doenças depressivas, comuns na adolescência, de formas variadas alternando entre raiva e tristeza (humor deprimido), ganho ou perda de peso, insônia ou excesso de sono, tornando a ajuda mais difícil. Desse modo, este estudo consiste em apresentar o conceito de bipolaridade, e de que forma atinge os adolescentes. Com o principal objetivo, busca compreender o tratamento farmacológico utilizado, e abordar de que forma a teoria da terapia cognitiva comportamental atua no TB.

O trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo bibliográfico, ou seja, pela seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa, além de se tratar do primeiro passo para realizar qualquer tipo de pesquisa científica. A pesquisa obtém um viés explicativo, que busca compreender o transtorno bipolar, as suas relações, causas e efeitos diante aos demais e do indivíduo, além de visualizar os métodos e técnicas que podem ser utilizados para seu desenvolvimento social.

Segundo o DSM-V o transtorno bipolar é subdividido em bipolar tipo I, e II. Sendo, o tipo I uma representação do entendimento moderno do transtorno maníaco-

[9] Psicologia, 5° período, Centro Universitário Campo Real.
[10] Professora do Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Especialista em Psicologia Hospitalar.
[11] Professora do Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real. Graduada em psicologia, especialista em psicopedagogia.

ISSN 2178-9428

depressivo clássico, ou psicose afetiva. O tipo II requer um ou mais episódios depressivos maiores, ou pelo menos um episódio hipomaníaco durante o curso da vida.

A TCC, através da intervenção, auxilia o paciente a observar as suas mudanças de humor e crenças distorcidas para uma melhor qualidade de vida. Segundo o autor, Aaron Beck (1997) se apropria dessa teoria como uma psicoterapia estruturada, de curta duração voltada para o presente, com o objetivo de solucionar os problemas e modificações de comportamentos inadequados e pensamentos, se conceituando e compreendendo cada paciente.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O TRANSTORNO BIPOLAR

Por volta de 4% da população adulta mundial sofre com o transtorno bipolar e entorno de 6 milhões de pessoas no Brasil. Os indícios do transtorno ocorrem na fase da adolescência, porém, não são tão levados em consideração, já que tal época da vida é comumente caracterizada pela rebeldia que os adolescentes apresentam. Segundo Pereira (2010), ao se tratar de TB pode se afirmar que é reconhecido como uma doença herdada, mas, sempre importante avaliar a história familiar da doença.

Segundo Dennehy & Suppes (2009), o transtorno bipolar é um dos mais graves transtornos quando se envolve a parte neuroquímicos, cognitiva sócia afetivos e funcional do indivíduo. Sobretudo, a TB é uma doença crônica e complexa que acomete o cérebro e a saúde, mas, é a única que permite um grau de profilaxia suficiente para manter a linha base do paciente. Entretanto, o prejuízo apresentado dificulta nas relações interpessoais, escolares do indivíduo (MIKLOWITZ, 1997).

Segundo Dennehy & Suppes, o TB é crônico e é compreendido como uma patologia crônica incurável, que tem tratamento e é controlada através de medicamentos. O humor depressivo (bipolar I) está relacionado a melancolia, pessimismo, gerando ansiedade, irritabilidade, comprometendo o comportamento e pensamentos, que o deixa mais lento ou agitado em função psicomotora, aumento e redução do sono, além de ideias suicidas. A hipomania, bipolar (II), é o estado de euforia, ou seja, não está fora do controle, não é um estado exorbitante ao ponto de

ISSN 2178-9428

causar prejuízos funcionais, em que necessite da intervenção ou apresentar sintomas psicóticos. (PEREIRA, DIAS, CAERAN, COLLARES, PENTEADO, 2010).

Segundo Aberastury e Knobel (1992), o adolescente exterioriza os conflitos de acordo com a sua estrutura e experiências, considerando essa postura de patologia normal. Na fase da adolescência, alguns transtornos são aparentes, como: Transtorno de humor, que é apresentado por essa categoria, inclui doenças depressivas, Transtorno de Ansiedade, como estresses pós-traumáticos, síndrome do pânico, fobia simples e social e o transtorno obsessivo compulsivo (Souza & Resende, 2012). As características de personalidade apresentadas por eles são o conflito com a lei, em que, obtêm características como: imaturidade, dificuldades de lidar com sentimentos e raiva, além da apresentação do comportamento opositor excessivo, e afins, que acaba o prejudicando (SOUZA & RESENDE, 2012).

Os sintomas apresentados, são os mesmo no contexto geral, entretanto, podendo ser confundido com o humor depressivo decorrente da TB ou da fase da própria adolescência. O transtorno não é frequentemente diagnosticado e tratado, pois não cumprem todos os critérios de transtorno bipolar. (Magalhães & Pinheiro, 2009). O diagnóstico se baseia em investigação e acompanhamento. Caso ocorra um diagnóstico incorreto, este pode afetar diretamente o paciente. Em adolescentes leva muito tempo para ser descobertos, gerando um transtorno de um grau intenso (Correa & Barbosa). As formas de tratamento abordados é farmacoterapia e a TCC.

Para a farmacologia, o tratamento medicamentoso apresenta variações. A associação ao tratamento psicofarmacológico no TB, restaura os comportamentos, controla os sintomas agudos e previne a recorrência. E na utilização dos medicamentos, a preferência é voltada aos que apresenta maiores evidências de ação e riscos de efeitos desfavoráveis menores. O lítio é o remédio mais utilizado para esse tratamento, pois estabiliza o humor do paciente em relação às crises maníacas (PEREIRA, 2010).

2.2 TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

A TCC, tem um destaque através da sua efetividade, pois busca uma atenção continuada ao paciente, ajudando o paciente a viver com mais qualidade de vida (Sudak, 2008). A efetividade que é apresentada ela está ligada a área

ISSN 2178-9428

psicoeducacional da TCC, que obtém auto monitoramento e autor regulação (MATTA; YATES; SILVEIRA; BIZARRO; TRENTINI, 2010).

Os terapeutas ensinam aos pacientes métodos para se prevenir, em que são utilizadas técnicas de mudanças de pensamentos e comportamento. As intervenções são diferentes cognições apresentadas pelo paciente, um exemplo são os pensamentos depressivos que experiência a culpa e vergonha desses episódios anteriores de mania, por muitas vezes através de perdas reais, relacionado a trabalho e família.

Por fim, a TCC tem grande relevância no tratamento da TB, pois permite a eficácia de diferentes métodos de tratamento, gerando sua eficácia. Além disso, demonstra que o auxílio psicoterapêutico é essencial em transtornos psiquiátricos, bem como a justificativa de intervenções farmacológicas e cognitivas (Matta; Yates; Silveira; Bizarro; Trentini, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração os aspectos estudados, ao se deparar com um tema que aborda Transtorno de Bipolaridade na Adolescência, deve-se obter uma atenção para que ocorra um diagnóstico preciso e sucessivamente um tratamento adequado, de acordo com o estado atual do paciente, não ocasionando agravamentos á ele. Vale ressaltar, que o psicólogo é de grande importância para auxiliar o indivíduo a enfrentar seus problemas e suas comorbidades, sendo assim, a TCC tem o seu papel essencial em frente desse caso, com sua abordagem e técnicas. Para isso, influenciando na qualidade de vida do paciente.

4 REFERÊNCIAS

ALDA, Martin. **Transtorno bipolar.** *Rev. Bras. Psiquiatr.* 1999, vol.21, suppl.2, pp.14-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbp/v21s2/v21s2a05.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

ARAÚJO, GEOVANY ELIBERTO. **Efeito da terapia cognitiva-comportamental sobre as funções cognitivas e as habilidades sociais de pacientes com transtorno afetivo bipolar tipo I.** Belo Horizonte Instituto de Ciências Biológicas - UFMG 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AJ4NQH/1/disserta__o_de_mestrado_8.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BORGES, J. L.; TRENTINI, C. M.; BANDEIRA, D. R.; DELL'AGLIO, D. D. **Avaliação neuropsicológica dos transtornos psicológicos na infância: um estudo de**

ISSN 2178-9428

revisão. Psico-USF (Impr.) vol.13 no.1 Itatiba Jan./June 2008. Disponível em: <scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a15.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CARDOSO de Souza, Carolina; RESENDE, Ana Cristina. **Transtornos psicológicos em adolescentes socioeducandos. Avaliação Psicológica**, vol. 11, núm. 1, abril-, 2012, pp. 95-109. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n1/v11n1a10.pdf >. Acesso em: 04 mar. 2020.

CORRÊA, Jessica Brenda; BARBOSA, Claudia Waltrick Machado. **Transtorno Bipolar Na Adolescência E As Consequências Do Diagnóstico Tardio: Um Estudo De Caso.** Disponível em: <https://www.unifacvest.net/assets/uploads/files/arquivos/a15a0-jessica-brenda-correa--transtorno-bipolar-na-adolescencia-e-as-consequencias-do-diagnostico-tardio-um-estudo-de-caso-2017.pdf> Acesso em: 04 mar. 2020.

GOMES, Bernard Camarramao. **Intervenção combinada de terapia cognitivo comportamental e reabilitação neuropsicológica em grupo para portadores de transtorno do humor bipolar.** São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-27022019-122105/publico/BernardoCarramaoGomes.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

MATTA, Adriana da; YATES, Denise Balem; SILVEIRA, Paula Grazziotin; BIZARRO,, Lisiane; TRENTINI, Clarissa Marceli. **Intervenções Cognitivo-Comportamentais no Transtorno de Humor Bipolar**. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - vol. 44, núm. 3, 2010, pp. 432-441. Sociedad Interamericana de Psicología Austin, Organismo Internacional. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420658004>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OLIVEIRA, Roseli Lage De. **Estudo comparativo da adição da terapia comportamental e da psicoeducação aos tratamentos padrão do transtorno bipolar em idosos**. Universidade De São Paulo, Instituto De Psicologia. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-20042012-114625/publico/oliveira_do.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PEREIRA, Lilian Lopes; DIAS, Ana Cristina Garcia; CAERAN, Juliane; COLLARES, Lucas de Abreu; PENTEADO, Raquel de Vargas. **TRANSTORNO BIPOLAR: REFLEXÕES SOBRE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO**. PERSPECTIVA, Erechim. v.34, n.128, p. 151-166, dezembro/2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_144.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SCOTT, John. **Livro - DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Editora. Artmed. Edição.5, Ano. 2014. Acesso em: 04. mar. 2020.

ISSN 2178-9428

QUEBRA DE DORMÊNCIA COM REGULADORES VEGETAIS NA CULTURA DA BATATA

OLIVEIRA, Sabrina Nunes[12]
OLIVEIRA, Patrícia[13]
PONTAROLO, Daniel[14]

RESUMO: O lucro de um produtor está diretamente ligado a escolha de uma semente de excelente procedência e qualidade, principalmente em relação a seu vigor e qualidade fitossanitária, porém de nada adianta ter qualidade fitossanitária e não apresentar uma boa germinação. Para os bataticultores isso é ainda mais importante já que se utiliza a batata-semente, que para apresentar uma estrutura foliar adequada deve apresentar um bom brotamento, pensando nisso, o objetivo do trabalho é avaliar o número e tamanho de brotos de batata-semente com a utilização de regulador vegetal.

Palavras-chave: Brotamento. Lucro. Vigor.

1 INTRODUÇÃO

Considerada a terceira cultura mais importante do mundo a Batata (*Solanum tuberosum* L.) foi descoberta na América do Sul mais especificamente na Cordilheira dos Andes, sendo que em nosso país é considerada a hortaliça mais importante pela sua alta produção e consumo.

De acordo com Fernandes et al (2016) “mais de um bilhão de pessoas consomem batata diariamente no mundo, a produção mundial anual supera 330 milhões de toneladas, sendo que no Brasil a produção anual de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas em uma área de cerca de 130 mil hectares”. Pode ser utilizada de diferentes formas na culinária em diferentes receitas e ainda diferentes formas como fritas, cozidas e assadas, resultando assim uma grande demanda e para suprir essa demanda devemos ter uma produção cada vez maior.

Para que aconteça uma boa produção é necessário que sejam tomadas muitas escolhas assertivas, uma de grande importância para a bataticultura principalmente é a escolha da batata-semente, já que sua forma de propagação é vegetativa, uma vez

[12] Discentes do curso de Engenharia Agronômica, 6° Período, Centro Universitário Campo Real.
[13]Docente do curso de Engenharia Agronômica Profª Dr: Eliza Gralak, Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal).

ISSN 2178-9428

que de boa qualidade fitossanitária, bom estado fisiológico e brotação adequada, resultará em uma excelente produtividade e consequente lucratividade ao produtor.

Para que a planta tenha uma boa estrutura foliar a quantidade de brotos que emergirá do tubérculo é de fundamental importância, já que um tubérculo com mais brotos dá origem a muitas hastes e consequentemente um maior número de folhas. Também é importante o tamanho desse broto, de acordo com Silva (2015) “a brotação é considerada apropriada quando os brotos apresentam-se com comprimento próximo de 1 cm”.

O objetivo desse experimento é avaliar a quantidade, comprimento e diâmetro de brotos que irá emergir em razão do estimula realizado com regulador de crescimento.

2 DESENVOLVIMENTO

O experimento foi realizado em Guarapuava- PR 25º22’25,508’’ S, 51°27’25,338’’ W, altitude de 1091,0501, com batatas-semente que apresentam dormência prolongada fornecida por um aluno da instituição de ensino Centro Universitário Campo Real.

O tratamento 1: foram colocadas sete batatas em um copo que ficaram imersas em uma solução de Ácido Giberélico (GA_3) 5,0 mg L^{-1} por 24 horas. Essa é uma quantidade que apresentou bons resultados de acordo com experimentos de Castro et al. (2016).

Após as 24 horas os tubérculos foram retirados da solução e colocados na geladeira por 10 dias em uma temperatura de aproximadamente de 1 a -2 ºC, em seguida foram realizadas as contagens do número de brotos, bem como o diâmetro e comprimento de cada tubérculo após 15 dias.

A testemunha não foi submetida a nenhum tratamento para que posteriormente fossem avaliados como comparativo ao tratamento com GA_3.

Todo o procedimento foi realizado em temperatura ambiente, sem condições de controle de umidades, luminosidade, fitossanitário. Sendo que de acordo com Benedetti (2015) “a temperatura também influencia no crescimento dos brotos. Temperaturas entre 16 e 20ºC parecem ser mais adequadas para o crescimento dos brotos”. E ainda segundo o mesmo autor “a dormência dos tubérculos é uma

ISSN 2178-9428

característica genética, muito influenciada pelo ambiente, pois a duração da dormência de grupos de tubérculos produzidos em condições ambientais controladas diferiu entre anos de cultivo e cultivares".

O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso, cada tratamento obteve quatro repetições, cada parcela apresentou diferentes tamanhos e pesos de tubérculo. Os dados foram submetidos à análise da variância (teste F) e as médias comparadas pelo teste de Tukey, sendo que foram realizadas com o auxílio do programa Sisvar.

Vale ressaltar que não era conhecida sua idade fisiológica já que segundo Muller (2012) "a idade fisiológica do tubérculo semente afeta importantes componentes do rendimento, como o vigor das plantas, o número de hastes, o número e o tamanho dos tubérculos, a velocidade de emergência das plantas e o início da tuberização e da senescência".

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O GA_3 apresentou o melhor resultado para número, comprimento e diâmetro de brotos que a testemunha como pode ser visto nos quadros 1, 2 e 3, porém apresenta um elevado custo, por essa razão o babaticultor deve avaliar o custo/beneficio da sua utilização.

Quadro 1: Número de brotos dos diferentes tratamentos

NÚMERO DE BROTOS	
TRATAMENTOS	**□ (MÉDIA)**
GA_3	1,821429 a
TESTEMUNHA	1,571429 b
□ Geral 1,696429	

*Médias comparadas pelo teste de TUKEY a 5% de probabilidade de erro.

Quadro 2: Comprimento de brotos em (cm)

COMPRIMENTO DE BROTOS EM (CM)	
TRATAMENTOS	**□ (MÉDIA)**
GA_3	0,793571 a
TESTEMUNHA	0,551786 b

ISSN 2178-9428

□ **Geral 0,6726785**

*Médias comparadas pelo teste de TUKEY a 5% de probabilidade de erro.

Quadro 3: Diâmetro de brotos em (cm)

DIÂMETRO DOS BROTOS (CM)	
TRATAMENTOS	**□ (MÉDIA)**
GA_3	0,60607 a
TESTEMUNHA	0,53929 b
□ Geral 0,57268	

*Médias comparadas pelo teste de TUKEY a 5% de probabilidade de erro.

Em relação experimento para se ter uma melhor resultado o ideal era que fosse conduzido em um laboratório e em temperaturas que apresenta uma melhor condição de brotamento e ainda para resultados mais precisos avaliara a taxa de respiração por cromatografia gasoso do etileno e CO_2 por meio do equipamento analisador de gases.

4 REFERÊNCIAS

MULLER, D. R; BISOGNIN, D. A. STRECK, N.A; GNOCATO, F.S. **Soma Térmica na Brotação de tubérculos de batata. 2012.** Disponível em: <http://www.abbabatatabrasileira.com.br/images/eventos/arquivos/ALAP2012-0100.PDF>. Acesso em 24 Agosto de 2019 ás 14:42.

CASTRO, C. R .P. ARAÚJO, K. D. ANGELINI, G. B. MENDES, M. C.C.A. **Reguladores na agricultura.** Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:J3bE5z83IcgJ:https://www.esalq.usp.br/biblioteca/file/3301/download%3Ftoken%3DLm9tOOkg+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 24 Agosto de 2019 ás 14:42.

FERNANDES, M. A. REIS, A. CARVALHO, A. D. F. BORTOLETTO, C.A. A cultura da batata. **Embrapa Hortaliças.** 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/hortalicas/batata/origem-e-botanica>. Acesso em 17 Agosto de 2019 ás 20:57.

SILVA, O. G. **Batata-semente. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2015**.
Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/batata/arvore/CONT000gnc4knh602wx5ok0e dacxlvh2d0fs.html>. Acesso em 30 Setembro de 2019 ás 20:57.
BENEDETTI, M. Quebra de dormência de minitubérculos de batata. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26398561_Quebra_de_dormencia_de_minitubérculos_de_batata/link/0912f50db7c2190d27000000/download. Acesso em 01 Dezembro ás 15:39.

ISSN 2178-9428

RELAÇÃO AMOROSA NA ADOLESCÊNCIA

HOUSNI, Aline Vieira[15]
FIUZA, Debora [16]
HINO, Lucilene[17]

RESUMO: Na adolescência é muito comum haver mudanças e sentimentos novos principalmente se tratando de relacionamentos amorosos, nesse resumo expandido se busca compreender o que esses relacionamentos podem causar na saúde mental dos adolescentes, busca entender como o apoio dos pais é importante para os aconselhar e auxiliar nessa fase de mudanças. Vemos também que entre os adolescentes as formas mais comuns de relacionamento vem sendo o “ficar”, nesse sentido, busca entender quais motivos os levam a achar esse tipo relação melhor.

Palavras-chave: Adolescentes. Saúde mental. Relações amorosas.

1 INTRODUÇÃO

As crises na adolescência são vividas por todos, porém, muitos adolescentes não conseguem passar por elas de uma maneira saudável, precisando algumas vezes de ajuda profissional. Nessa pesquisa, o objetivo principal foi entender como são construídas as relações amorosas na fase da adolescência, além dos objetivos específicos sendo eles, quais as funções dos pais para ajudar a enfrentar as crises nessa fase do desenvolvimento, entender as escolhas dos adolescentes entre o “ficar” e o namorar, quais motivos os levam a essas escolhas.

Foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica com o desenvolvimento a partir da base de dados, SCIELO e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD). Feita a escolha das palavras-chaves, “adolescentes”, ”saúde mental”, “relações amorosas”. Os critérios para a escolha de artigos e dissertações foram títulos com temas próximos que incluam adolescentes, saúde mental e relacionamentos. A discussão partir, prioritariamente, de 02 artigos 01 tese e 02 dissertações.

Para os adolescentes, o fim de uma relação amorosa ou fantasia do abandono de um parceiro, podem ser muito mais intensos do que nos adultos, isso nos faz

[15] Psicologia, 5° período, Centro Universitário Campo Real.

[16] Docente Ms. Do curso de psicologia, Centro Universitário Campo Real.

[17] Professora Orientadora do curso de psicologia, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

pensar acerca da forma como o amor se expressa entre os adolescentes, podendo tornar-se um motivo ou razão para que se desista de viver (AZEVEDO, 2012, p.111). Nos dias atuais, os adolescentes mudam muitos seus pensamentos, inclusive, sobre as relações amorosas por isso é interessante saber o que eles pensam sobre o namorar. (DE JESUS, 2005, p.69) o namoro iniciava-se a partir de uma série de passos e regras a se cumprir, mas, hoje em dia, os costumes mudaram e, consequentemente, as regras também, porém isso não indica que elas deixaram de existir.

2 DESENVOLVIMENTO

A adolescência, muitas vezes, é vista como a fase complicada cheia de mudanças, porém, nem todos passam por ela da mesma maneira, para alguns ela pode ser apenas uma fase com várias mudanças, já para outros é uma fase conturbada, a vida particular diz muito de como será passar essa fase.

Nos dias atuais os romances entre os adolescentes sofreram várias mudanças, os namoros já não são tão cheios de regras e a preferência da maioria vem sendo o "ficar", esse tipo de relação deixa de lado qualquer responsabilidade com o outro, normalmente acontece por atração física deixando de lado os sentimentos afetivos, ele também proporciona poder conhecer mais "intimamente" várias pessoas (Azevedo,2012, p.111).

O ficar é visto também como uma forma de conhecer a pessoa ideal, apesar da maioria dos adolescentes preferir este ato por ser sem compromisso mas muitas vezes ele pode acabar levando a um relacionamento mais sério, entre os jovens a uma grande preocupação com a aparência física o que para alguns pode se tornar algo muito idealizado (DE JESUS, 2005, p.69). O namoro já visto como uma relação de responsabilidade afetiva, mas não tão cheio de regras, como ainda é visto o casamento. A intensa vontade dos adolescentes de "ficar" pode ser vista como uma maneira de procurar no outro alguém semelhante e, muitas vezes, o ato é muito mais importante do que saber quem é a pessoa que eles estão se envolvendo (AZEVEDO, 2012, p.33).

> O namoro é o processo pelo qual os jovens costumam vivenciar o relacionamento afetivo com o sexo oposto, em que põe a prova a própria

ISSN 2178-9428

> aceitação recíproca, maneiras de pensar, sentir e agir e procuram construir um vinculo que perdure no tempo, embora sujeito, no inicio, às próprias incertezas e características da fase de crescimento e maturação (PILON,1984,p.23).

As vinculações dos adolescentes com os pais tendem a se modificar, é vista como uma transição da infância para a fase adulta, a ligação que havia quando criança passa a muda, já não sendo mais tão dependente, porem ainda os procuram para ter apoio de alguma maneira. Os adolescentes procuram por independência e também por novos vínculos, acabam se sentindo mais seguros com pessoas que compartilham dos mesmos pensamentos. O afastamento destes com os pais é algo natural por mais que eles criem novos vínculos sua vinculação da infância sempre será primordial, grande parte procura os pais para obter suporte emocional. Adolescentes com a relação segura com os pais tem mais suporte emocional para se relacionar tanto com amigos quanto com pares romântico, assim também tendo menos probabilidade de comportamentos depressivos ou agressivos, se os padrões de relação vivenciados pela criança e pelo adolescente são desajustados, serão esses padrões a condicionar o seu desenvolvimento (ANASTASIO, SUSANA 2013, p.17).

Algumas crises da adolescência podem surgir devido a relação prematura entre os sexos fazendo com que assim ocorra um jeito de substituir necessidades emocionais básicas, uma fuga da relação instável com a família ou pode ser um jeito de provar a masculinidade ou feminilidade (PILON, 1984). Na adolescia para resolver a crise de identidade se formam grupos para compartilhar sentimentos, angustias e pensamentos parecidos fazendo do grupo melhor lugar para se encontrar mostrando ideias e atitudes semelhantes a dos demais, com o tempo essas ideias e sentimentos se tornam particular de cada um (LEPRE, 2003, p.2). São vários os fatores que podem levar o adolescente a ter problemas com sua saúde mental como por exemplo sexualidade, uso de drogas, comportamentos antissociais, na pesquisa feita em 2007 foi relatado que 48% dos adolescentes sofreu alguma agressão por pessoas significativas na sua vida famílias com desentendimentos podem também trazer consequências psicológicas principalmente em caso de adolescentes que estejam enfrentando problemas como depressão (AVANCI, 2007, p. 288).

Na adolescência podem ocorrer tentativas de suicídio devido a relacionamentos o medo de perder o companheiro ou de ser abandonado se torna um fator, essa tentativa vem para acabar com a dor emocional que estão sentindo e não sabem como

ISSN 2178-9428

lidar, os jovens que pensam em cometer esse tipo de atentado sobre a própria vida não verem mais esperança em um dia ter um relacionamento e se sentem totalmente abandonados emocionalmente, é possível observar que nas pessoas que já tentaram cometer suicídio a falta de amor próprio, também não tem planos próprios pois tudo que eles são também é parte da pessoa amada, por isso quando o perdem querem tirar a própria vida pois se sentem incompletos (AZEVEDO, 2012, p.111).

> Muito embora a tentativa de suicídio seja interpretada como um ato extremo, final, ela pode ser entendida, nesse contexto, como uma expressão de um modo de ser, uma forma de existir. Nesse sentido, compreender a história de vida desse indivíduo pode nos fazer entender que morrer pode ser uma escolha para potencializar o existir, e que representaria continuar a viver, ainda que apenas na lembrança dos outros. (AZEVEDO, 2012, pg 24).

Por mais que a adolescência enfrente várias crises ela pode também ser uma das melhores fases onde mesmo com poucas responsabilidades eles consigam aproveitar, descobrir várias coisas e conhecer vários amores, de maneira saudável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que nessa fase há muitas mudanças e que os pais devem sempre estar por perto para os aconselharem quando preciso em suas escolhas. Vimos que os tipos de relacionamentos ideais estão diferentes, podendo observar que em alguns casos acontecem muito prematuramente e ainda, perceber outros fatores que podem prejudicar a saúde da relação e ter consequências na vida emocional do adolescente e um desses fatores seria não saber lidar com o abandono do parceiro, podendo fazer deste um motivo de suicídio.

4 REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Susana. **Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência.** 2013. Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento, Aconselhamento, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. doi: 2013-09-18T13:53:14Z. uri: http://hdl.handle.net/10316/23982. Acesso em 2020-05-25.

AVANCI, Joviana Q. et al . Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 23, n. 3, p. 287-294, Sept. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000300007.

ISSN 2178-9428

AZEVEDO, Ana Karina Silva; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Relação amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (des)amor. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 18, n. 1, p. 20-29, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 mar. 2020.

DE JESUS, Jardel Silva Oliveira. Ficar ou namorar: um dilema juvenil. **Psic**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 67-73, jun. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142005000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 mar. 2020.

LEPRE, R. M. . Adolescência e construção da identidade. Psicopedagogia Online , v. 01, p. 01-09, 2003.

PILON, Andre Francisco. **Desenvolvimento na adolescência**: sexualidade, interação com os pais, companheiros e sexo oposto. 1984. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. doi:10.11606/T.6.2016.tde-28072016-091805. Acesso em: 2020-04-07

ISSN 2178-9428

RENDIMENTO DA PRODUÇÃO DA AVEIA COM ADUBAÇÃO E SEM ADUBAÇÃO

KRAUS, Hykerson Lima[18]
GOLL, Jackson de Lima[19]
GRALAK, Eliza[20]

RESUMO: A palhada é utilizada na cobertura de solo com função de reduzir a proliferação de plantas invasoras, oferecendo uma melhor cobertura e armazenamento de nutrientes. Na região sul do Brasil o cultivo de aveia no inverno é para produzir palhada para a cultura subsequente, mas geralmente a palhada produzida é pouca para o controle de plantas invasoras.

Palavras-chave: *Avena sativa, Avena strigosa*, Palhada

1 INTRODUÇÃO

A aveia é um importante alimento funcional pois tem altos valores nutricionais além de cálcio, ferro, proteínas, vitaminas, carboidratos e fibras que contribuem para a manutenção da saúde como por exemplo a redução do açúcar do sangue e doenças cardiovasculares. houve um grande aumento na produção da aveia no Brasil a partir do seu reconhecimento como alimento funcional, utilizada como cultura de inverno a qual se concentra no sul do país principalmente no Paraná e Rio Grande do Sul.

A aveia é uma gramínea anual pertencente à família Poaceae, ordem Poales e Gênero *Avena*. Gênero este que engloba diversas espécies silvestres, daninhas e cultivadas distribuídas por seis continentes (GUTKOSKI E PEDÓ, 2000).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi realizado na Fazenda Experimental do Centro Universitário Campo Real entre o município de Guarapuava no Estado do Paraná trata de uma área de 7,5 m de comprimento e 6,0 m de largura sendo 45 m^2 dividida em 20 parcelas de 3 m^2.

Após ser feita a delimitação da área escolhida, foi realizada uma preparação do solo para receber as sementes da aveia. Essa preparação será feita manualmente

[18] Curso de Engenharia Agronômica, 6º Período, Centro Universitário Campo Real.

[20] Professora Orientadora.

ISSN 2178-9428

com o auxílio de enxadas e cortadeiras para revolver o solo. Após a preparação do solo, foram feitas as parcelas, cada uma com a delimitação escolhida para realizar a semeadura.

A cultura utilizada para o experimento foi a aveia, sendo que para o experimento foram utilizadas duas cultivares, uma de aveia branca e uma de aveia preta. Dentre as 20 parcelas que foram utilizadas foram divididas em 4 tratamentos com 5 repetições cada. No primeiro tratamento foi feita a semeadura com aveia branca com adubação, no segundo aveia branca sem adubação, no terceiro foi semeada a cultivar de aveia preta com adubação e no quarto tratamento foi semeado aveia preta sem adubação.

A semeadura da aveia em cada parcela foi feita manualmente, sendo que cada repetição foi semeada 300 g das sementes tanto para a aveia branca quanto para a aveia preta.

A adubação da aveia foi realizada uma semana após a semeadura, a qual para o experimento foi utilizado o adubo químico da formulação 04-20-20. Cada repetição foi aplicada 66 g de adubo sendo que a cada 1 ha é recomendado ser aplicado 300 kg dessa formulação para a cultura da aveia.

Após o crescimento da planta e a formação de suas panículas foi feito o corte das plantas em uma área de 1 m^2, as quais foram pesadas e levadas para o laboratório de sementes e bromatologia do Centro Universitário Campo Real para secagem. Cada amostra retirada possuía cerca de 100 plantas. Cerca de 72 horas depois de serem colocadas nas estufas, foram retiradas as amostras para realizar a pesagem a partir da matéria seca das plantas.

Com a pesagem inicial da matéria verde foram realizados os cálculos para identificar qual dos tratamentos teve a melhor produção. Para a matéria seca foi feita a pesagem das amostras e feitos os cálculos para identificar no caso da matéria seca qual dos tratamentos teve melhor produção.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após os procedimentos realizados para a conclusão do experimento, observou-se uma variação na produção em toneladas por hectare, nas quais as amostras retiradas foram submetidas. Cada um dos tratamentos foi identificado uma diferença na porcentagem de matéria seca, sendo que entre eles, o qual teve maior percentual foi o tratamento utilizando-se da cultivar de aveia preta sem adubação.

ISSN 2178-9428

A cultivar de aveia branca teve uma produção de 6,52 ton ha^{-1} de matéria verde no tratamento com aplicação do adubo. Com isso, a matéria seca teve uma produção de 2,00 ton ha^{-1}.

No tratamento utilizando-se de a mesma cultivar de aveia branca sem a aplicação do adubo, teve uma produção de matéria verde de 6,64 ton ha^{-1}. Portanto a sua produção de matéria seca foi de 2,28 ton ha^{-1}

A cultivar de aveia preta teve uma produção de 6,04 toneladas por hectare de matéria verde com aplicação do adubo. Sendo assim, teve uma produção de matéria seca de 3,12 ton ha^{-1}.

No último tratamento, o qual foi utilizado de a mesma cultivar de aveia preta, porém sem aplicação do adubo teve uma produção de 6,24 ton ha^{-1} e sua produção de matéria seca foi de 3,56 ton ha^{-1}.

Tabela 1: Produção das amostras retiradas e pesadas em laboratórios (ton ha^{-1})

Tratamentos	Matéria Verde	Matéria Seca	Teor de Matéria Seca
Aveia Branca com adubação	a 6,52	a 2,00	30,72%
Aveia Branca sem adubação	a 6,64	a 2,28	35,6%
Aveia Preta com adubação	ab 6,04	a 3,12	46,47%
Aveia Preta sem adubação	ab 6,24	b 3,56	52,35%
CV (%)	18,85	26,04	-

Médias seguidas pela mesma letra não diferem entre si segundo o teste de Tukey a 1% de probabilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos procedimentos realizados durante o experimento desde a preparação do solo até a pesagem das amostras foi possível observar que a cultivar de aveia branca sem a aplicação do adubo teve melhor produção de matéria verde. No caso da matéria seca, a cultivar que teve melhor desempenho e maior produção foi a cultivar de aveia preta sem adubação

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

Pode-se concluir que o experimento realizado na Fazenda Experimental do Centro Universitário Campo Real teve um melhor conhecimento a partir das ideias abordadas durante o projeto. A matéria seca que foi uma das ideias principais para a realização do experimento foi desenvolvida de forma que os alunos pudessem melhorar seu desempenho nas aulas as quais se trata o assunto.

4 REFERÊNCIAS

PERETTI, J. HENRIQUE, D. S. MAYER, L. R. R. MILITÃO, E. R. SCHIMITZ, R. BOGER, D. T. ROSLER, J. A. Composição química e cinética de degradação ruminal da aveia branca (*Avena sativa* L.) ev. sob diferentes níveis de nitrogênio, **Revista Brasileira de Saúde Animal,** v. 18, n. 1, p.89-102, Salvador, Jan. / Mar. 2017

BARBIERI, M. DUTRA, C. B BIANCHINI, N. H. MUNIZ, M. F. B. DORR, A. C. Análise de desenvolvimento a campo e avaliação de massa seca e massa verde de plantas de aveia preta, **Revista Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** v(11), nº 11, p. 2407-2412 , Jun, 2013.

GUTKOSKI, L. C.; PEDÓ, I. **Aveia**: composição química, valor nutricional e processamento. São Paulo: Varela, 2000. 191 p.

ISSN 2178-9428

ADOLESCÊNCIA: DESENVOLVIMENTO, SEXUALIDADE E GRAVIDEZ PRECOCE EM MENINAS ENTRE 12 E 15 ANOS.

ALVES, Sonia[21]
RICKLI, Debora[22]
SANTOS, Ana Bela dos[23]

RESUMO: a adolescência é uma fase da vida na qual ocorrem muitas transformações físicas e psicológicas. É um período em que há inúmeras mudanças, principalmente em relação à sexualidade, ao gênero, aos grupos sociais e de convivência. Diante de tal problemática, compreendemos que a escola, os pais e os professores se tornam lugares de referência e de encontro com as informaçoes pertinentes à moratória vivida pelos adolescentes. O objetivo deste trabalho é investigar o que entendemos por desenvolvimento sexual de meninas adolescentes. Para tanto, foram pesquisados diversos autores, em artigos, teses e dissertações referentes ao assunto estudado, disponíveis na Internet.

Palavras-Chave: Adolescentes. Sexualidade. Pais. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como tema central a sexualidade feminina e o recorte se volta para a adolescência. Assim, a partir de uma pesquisa, objetivamos compreender o impacto do desenvolvimento sexual das adolescentes, com idades entre 12 e 15 anos. Também, busca-se observar as variações de compreensão dos significantes “desenvolvimento sexual de meninas na adolescência”.

Enfatiza-se que o presente artigo é uma revisão bibliográfica descritiva e tem como foco a elaboração de uma apresentação compreensiva sobre o tema da sexualidade na adolescência. Para a evolução dessa pesquisa, serão utilizados os livros *A adolescência* de Contardo Calligaris (2009) e *Adolescer* de José Outeiral (2008). Além desses materiais, serão usados outros artigos científicos e dissertações, encontrados em plataformas acadêmicas digitais.

[21] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Campo Real (2020); Email: Kasoniaalves@hotmail.com.
[22] Mestre em desenvolvimento comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Professora de Psicologia e coordenadora do curso de pós-graduação em Psicologia do Centro Universitário Campo Real. Área infância e juventude; Email: prof_deborarickli@camporeal.edu.br.
[23] Mestre em desenvolvimento comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Professora de Psicologia no Centro Universitário Campo Real; Email:prof_anabela@camporeal.edu.br.

ISSN 2178-9428

Segundo Calligaris (2009), a adolescência é um período da vida que causa muitas preocupações para os pais, visto a confusão vivida pelos adolescentes. Ademais, todo o processo ocorre por volta dos 12 anos de idade e, a partir dessa fase, o adolescente começa a desejar se infiltrar em sua cultura, tentando se tornar respeitado pelos adultos, e assim, torna-se capaz de desenvolver habilidades específicas para seu amadurecimento. Para Calligaris (2009), todo processo se define por meio da moratória, isto é, o momento em que o adolescente se sente livre para se mover da maneira que quiser, e assim, ele se sente ativo no meio de vivência e passa a se identificar com diferentes grupos. O mesmo autor salienta que há um problema em tal processo, pois o adolescente, nessa fase, ainda não é reconhecido pelos adultos (CALLIGARIS, 2009).

Na concepção de Outeiral (2008), a sexualidade é um fator importante no desenvolvimento dos adolescentes. É algo difícil de ser abordado em um conjunto estrutural, em frente à sociedade em que habitamos, sendo um longo processo de desenvolvimento dos sujeitos, o qual segue evoluindo na vida (OUTEIRAL, 2008).

2 DESENVOLVIMENTO

A criança desde muito cedo busca o autoconhecimento, percebe que o toque pode ser prazeroso e essas sensações, à medida que o sujeito cresce, poderão ser compartilhadas com o consenso de outros sujeitos. Segundo Pereira (2002, p. 3), “No imaginário popular, o adolescente, sua vida emocional e comportamento, geram um sentimento de estranheza, inquietando aqueles que direta ou indiretamente com eles se relacionam”.

Tendo isso em vista, vê-se que a adolescência é a fase em que se consolidam as mudanças físicas, psicológicas e sociais da criança. É justamente nesse período que os pais devem estar atentos, buscando compreender, ouvir e esclarecer as dúvidas e os questionamentos dos adolescentes. Logo, é importante ressaltar que,

> Na sociedade na qual estamos inseridos, essa iniciação parece estar correndo cada vez mais cedo. Os jovens, mesmo confusos em relação a sexo e sexualidade, podem estar começando a atividade sexual mais cedo, em relação aos adolescentes de outras gerações (SOLDARELLI, 2006, p. 13).

ISSN 2178-9428

Salienta-se, dessa forma, que é uma fase complexa para o adolescente, na qual as experiências novas se apresentam e os riscos se tornam maiores.

É claro que a sexualidade tende a se modificar, e surgem às paixões e a primeira relação sexual. Tal relação pode ser positiva, entretanto, também apresenta riscos, como as DSTs, a gravidez e o uso de drogas.

Esses riscos são justificados pelo fato de nem sempre as informações estarem ao alcance de todos os adolescentes, e no que se refere às mulheres dessa faixa etária, a questão pode ser ainda mais sensível. A desinformação, a desagregação familiar, os meios de comunicação, as condições de vida precárias, a urbanização acelerada e as condições da saúde pública, podem ser alguns fatores responsáveis pelo aumento da gravidez na adolescência.

Ao falar das questões femininas, Bastone apresenta uma visão sobre a mulher, a qual, muitas vezes, é “tratada como outro, vista como submissa, de uma natureza maldita, biológica e psiquicamente mais fraca frente ao homem” (BASTONE, 2019, p. 69). De forma análoga, a sexualidade feminina não é vista de forma tão diferente e foi/é reprimida em diversas sociedades. Em muitas culturas, as mulheres eram/são castigadas e carregavam/carregam o estigma da falsidade. Segundo Noronha (2018), às mulheres adulteras, por exemplo, sofriam castigos horríveis e eram consideradas párias; e em alguns países da África, Oriente Médio e Sudeste asiático, ainda hoje, as mulheres são mutiladas para inibir o prazer.

Com o Cristianismo, o sexo ficou restrito apenas à procriação. Assim, Lima (1996, p. 38) disserta que, “‘construiu-se uma moralidade permanente’ aonde a castidade ou o casamento reforçaram uma recusa do prazer sexual feminino, reduzindo assim as práticas sexuais para os ‘limites estreitos dos interesses procriadores’" (*apud* CARDOSO; MAROLA, SANCHES, 2011, p. 95).

Então, consoante a Cardoso, Marola e Sanches (2011), a partir do cristianismo, instala-se uma nova atitude em relação à sexualidade, ou seja, uma postura castradora e punitiva. Depois, com os estudos de Freud, suas descobertas e teorias impulsionaram um novo discurso, e com essas novas perpectivas, passa-se a indagar as limitações impostas pela igreja. Hoje, a sexualidade é vista como “uma dimensão biológica, produzida no contexto social, cultural e histórico, no qual o sujeito se encontra inserido” (CARVALHO; RODRIGUES; MEDRADO, 2005, p. 2). Com esses olhares

ISSN 2178-9428

diferentes, pode-se pensar que a mulher é apresentada como a autora de seu desejo, e assim, destaca-se a liberdade frente aos desmandos do patriarcado estrutural. Todos os dados teóricos apresentados são relevantes para se pensar na adolescência feminina.

Entende-se, assim, que todas as classes sociais estão sujeitas aos fatores negativos da sexualidade na adolescência. Porém, a falta de informação e a gravidez na adolescência são mais graves nas comunidades carentes. Infere-se que a maioria das meninas grávidas em tais condições abandonam os estudos, não tem condições psicológicas e financeiras para manter um bebê, ás vezes sem apoio das famílias fogem de casa, interropem seu processo de socialização, abrindo mão de sua cidadania e caindo na marginalidade.

Conforme Outeiral (2008), além de uma gravidez indesejada, a iniciação sexual de meninas de 12 a 15 anos, traz o perigo das DSTs. É necessária a prevenção em ambos os sexos, mas as meninas sempre estarão mais expostas. Para esses fatores, Outeiral (2008) apresenta a necessidade de capacitar as adolescentes psicologicamente aos fatores de desamparo.

Diante do exposto, apresenta-se o saber sobre os mitos e tabus ainda vividos em nossa cultura. Afirma-se que tal mito, é na verdade a desinformação, e ao pregar-se em nossa sociedade o desconhecimento do corpo, do gênero e da sexualidade, acaba-se por fomentar uma questão importante e de saúde pública: a sexualidade feminina na adolescência e a gravidez prematura das meninas.

Mostra-se uma diferenciação no tratamento dos assuntos da sexualidade, entre meninos e meninas: Vê-se que os meninos são estimulados a iniciação sexual, reforçando a masculinidade; Já as meninas são orientadas a protelar o máximo possível sua iniciação sexual. Nesse contexto, propõe-se um trabalho integrado entre os sistemas de refêrencia e saúde, de forma que exista um suporte, no qual as escolas, pais, professores e comunidades estejam engajados em projetos de prevenção do fenômeno da gravidez prematura em adolescentes e de DSTs.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aponta-se a importância da construção de informação com as adolescentes, e isso é um projeto contínuo. Assim, é possível estabelecer um vínculo de confiança

ISSN 2178-9428

entre essas adolescentes, valorizando-as como pessoa, aumentando assim sua autoestima.

A dificuldade de administrar as emoções, as mudanças que ocorrem no seu corpo e a construção de uma identidade, acaba sobrecarregando as adolescentes. Somam-se assim as necessidades fisiológicas e psicológicas, que podem inviabilizar a formação de adultas saudáveis, equilibradas, e conscientes de seus direitos.

Conclui-se que analisar o corpo, a sexualidade e o gênero feminino é uma grande responsabilidade. Afirma-se, portanto, que os estudos aqui empreendidos terão continuidade, com a construção de projetos de integração e informação sobre e o tema da sexualidade para as adolescentes.

4. REFERÊNCIAS

BASTONE, P. **A teoria da sexualidade feminina por Sigmund Freud e a crítica da supervalorização do homem po Simone de Beauvoir**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. 2 ed. São Paulo: Folha Explica, 2009.

CARDOSO, L. M.; MAROLA, C. A. G.; SANCHES, C. S. M. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 33, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752011000200006
Acesso em: 04 Jun 2020.

CARVALHO, A. M., RODRIGUES, C. S., & MEDRADO, K. S. Oficinas em Sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 04 Jun 2020.

NORONHA, H. **Os momentos da história em que a sexualidade feminina foi alvo de crueldade,** 2018. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/05/06/os-momentos-da-istoria-em-que-a-sexualidade-feminina-foi-alvo-de-crueldade.htm?cmpid=copiaecola
Acesso em: 03 Jun 2020.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter Ltda, 2008.

PEREIRA, C. P. **A sexualidade na adolescência**: Os valores hierárquicos e

igualitários na construção da identidade e das relações afetivo- sexuais dos adolescentes. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

SOLDATELLI, M. M. **Educação sexual e condições de ensino**: implicações na construção da corporeidade de alunos do ensino médio. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

O BRINCAR TERAPÊUTICO

DE LIMA, Julia C. Ferreira [24]
Calixto, Milena Pessoa[25]
Fiuza, Débora Rickli[26]

RESUMO: O tratamento oncológico é muito intenso, e em crianças se torna mais sofrido, pois além de não conseguirem entender todos os aspectos da doença, elas deixam de aproveitar sua infância satisfatoriamente. Compreende-se que é fundamental que a criança esteja em um ambiente onde possa ficar emocionalmente equilibrada mesmo encontrando-se em um lugar com ansiedades, tensões e inseguranças presentes. Sendo o brincar imprescindível no desenvolvimento infantil, ele se torna não só uma atividade lúdica, mas também um método terapêutico para esses pacientes. Assim, essa pesquisa busca compreender como o brincar toma esse lugar terapêutico dentro do tratamento oncológico infantil.
Palavras-chave: Brincar. Terapêutico. Psico-oncologia. Desenvolvimento. Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A hospitalização é a admissão e internação em um estabelecimento hospitalar e seu motivo pode ser diverso, contudo, nesse trabalho, iremos nos concentrar apenas na hospitalização de pacientes oncológicos infantis. O que conduziu a realização desse trabalho foi o desejo de compreender como se dá o uso de brinquedos terapêuticos no enfrentamento da hospitalização, e investigar o brincar como uma ferramenta de mediação na saúde e no bem-estar da criança hospitalizada. Para isso, essa pesquisa tem como objetivo principal identificar as recreações infantis como recurso dentro da terapia psicológica, apontando técnicas que transformem brincadeiras em métodos de intervenção terápica e descrevendo a importância do brincar terapêutico no enfrentamento do câncer.

Como recurso metodológico, essa é uma pesquisa qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica. O trabalho que tem como foco, as crianças hospitalizadas na ala oncológica, se resultou através da pesquisa bibliográfica, uma vez que os dados foram obtidos por artigos e documentos em seu desenvolvimento. Para tal pesquisa foram utilizados como plataforma de dados: (a) BDTD e sciELO – brincar terapêutico, hospitalização infantil ou paciente pediátrico, oncologia e psicologia.

[24] Psicologia, 5° período, Centro Universitário Campo Real.
[25] Psicologia, 5° período, Centro Universitário Campo Real.
[26] Professora Orientadora, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

As palavras-chaves empregadas foram as seguintes: “brincar terapêutico”, “hospitalização infantil”, “oncologia” e “psicologia”.

O câncer, além de ser uma doença crônica, coloca a criança e seus familiares diante de situações emocionalmente e fisicamente exaustivas, como as visitas constantes ao hospital e a possível internação. A hospitalização na infância pode ainda, se tornar uma experiência potencialmente traumática (Rosa, 1997). Assim, parece inevitável se deparar com uma barreira entre a realidade e a sociedade, pois a criança hospitalizada tende a ter restrição do convívio social, ausências constantes na escola e consequentemente, angústia e tensão na família (Eiser; 1992). Além disso, outros acontecimentos que até então não faziam parte da rotina da criança, passam a se tornar regulares, como ter horários para medicamentos, consultas médicas, injeções, e outros que pareciam ser indispensáveis para qualquer uma, como brincadeiras em geral, passam a ser restritos. (MOTTA, ENUMO; 2004) (MITRE, GOMES; 2004).

O brincar se apresenta como sendo uma necessidade básica da criança e por conta do tratamento oncológico infantil ser em sua maioria, no ambiente hospitalar, muitas dessas crianças se encontram impossibilitadas de seguir suas rotinas, socializar e principalmente de brincar, em outras palavras é como se perdessem o direito de desempenhar com sucesso o papel de criança. Segundo as autoras Melo e Valle (2010) por meio de brincadeiras diversas, os infantes adquirem novos conhecimentos do mundo, descobrem sua individualidade e aprendem a distinguir a realidade da fantasia. O brincar também se mostra como uma possibilidade de expressão de sentimentos, preferências, angústias e costumes, sendo um ponto de intermédio entre o mundo já conhecido e os novos cenários em que a criança está inserida (Mitre, 2000). Assim, devemos reconhecer que cada criança possui sua cultura lúdica. (FONSECA, 2015) (MITRE, GOMES; 2004).

2 DESENVOLVIMENTO

No tratamento oncológico são realizados muitos procedimentos dolorosos, o que acaba gerando diversos sentimentos na criança. A mudança em seu cotidiano, o distanciamento dos familiares e dos amigos também influenciam seu emocional. As crianças, por menores que sejam, passam a compreender o câncer de seu próprio

ISSN 2178-9428

jeito quando estão lidando diariamente com o tratamento, vivenciando a dor e o sofrimento. Essas experiências podem desencadear comportamentos de insegurança, até mesmo frente ao profissional de saúde, assim, é importante que a equipe de saúde esteja preparada para falar com os pacientes pediátricos com uma linguagem simples e lúdica, minimizando as experiências traumáticas, para que eles consigam expressar seus medos e dúvidas. (FONSECA et al, 2015).

Além de permitir que a criança modifique seu cotidiano na internação, os brinquedos permitem que a criança crie um ambiente divertido e estimulante, melhorando sua qualidade de vida no período da hospitalização e fazendo-a se sentir mais a vontade, calma e segura. Ainda, a utilização de brinquedos como instrumento de orientação para procedimentos, ajudará o infante a compreender a situação, esclarecer conceitos e fantasias que fazem parte de seu imaginário, e consequentemente, trará maior tranquilidade a ele, principalmente frente a procedimentos invasivos. (FONSECA et al, 2015) (MITRE, 2004) (MOTTA, 2004).

O brincar é uma atividade prazerosa que permite a criança expressar-se e desenvolver-se, sendo essencial para o infante, inclusive para aquele que se encontra hospitalizado. Segundo Whaley & Wong (1989) citados por Aragão e Azevedo (2001):

> Crianças podem desenvolver conceitos relacionados ao seu ambiente e estratégias para lidar com ele através do brincar, praticando como lidar com as situações complicadas da vida, comunicando-se e estabelecendo relações satisfatórias com outras pessoas, estimulando e aprimorando seu desenvolvimento social e suas relações interpessoais. (WHALEY; WONG, 1989 apud ARAGÃO, p.34, 2001)

Quando consideramos as dificuldades colocadas pela hospitalização infantil em sua totalidade, se torna imprescindível o acolhimento humanizado que segundo Ângstrom-Brännström e Norberg (2014) deve proporcionar “conforto físico, social, ambiental e psicoespiritual” (apud FONSECA et al, 2015, p.1113). Pois, tais condições se tornam essenciais na recuperação do infante e proporcionam a melhor compreensão deste momento que a todo tempo provoca ansiedades e incertezas tanto na criança como em seus responsáveis. Sendo assim, é de extrema importância considerar o fato de que “crianças brincam com temas relacionados ao seu ambiente diário, e se esse contexto muda as brincadeiras também podem mudar” (Aragão, Azevedo; 2001). O que nos leva a considerar também que “características individuais e ambientais podem ser modificadas ou estimuladas para que os indivíduos

ISSN 2178-9428

apresentem estratégias eficazes de enfrentamento de situações adversas." (Bianchini, Dell'Aglio; 2006).

O brincar terapêutico é entendido como um conjunto de recursos materiais lúdicos que tem por objetivo promover interversões terapêuticas que garantam a promoção de saúde, alívio e compreensão das tensões que o ambiente hospitalar provoca. E a ideia de que ele melhora significativamente o impacto do tratamento na vida dos infantes pode ser demonstrado em vários dos artigos e documentos usados para desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa, explicitando um dos discursos encontrados abaixo:

> As crianças deste estudo tentam superar o estresse e a ansiedade gerados pelo tratamento, dramatizando situações vivenciadas no seu dia a dia, verbalizando algumas frases utilizadas rotineiramente pelos profissionais de saúde. (FONSECA et al, p.1115, 2015)

Fica clara a ideia de que o brincar tem valor terapêutico para a criança e facilita o enfrentamento da hospitalização infantil, permitindo melhor elaboração de significados criados durante o tratamento, contribuindo para o trabalho do profissional que consegue mais satisfatoriamente acesso ao mundo dos infantes e ainda favorece a compreensão, manejo e acolhimento de todos os sentimentos e comportamentos presentes.

Estudos indicam que o brincar de faz de conta é um marco para o desenvolvimento infantil, pois ajuda a criança na atribuição de diferentes significados a objetos e acontecimentos e também a representar a realidade por meio da dramatização. Piaget e Inhelder (1982, apud CAMPOS, 2017) explicam que o faz de conta é uma forma primária de assimilação de novas experiências. Campos (2017) ainda afirma: "Sobre essa perspectiva, o brincar de faz de conta constitui um espaço de aprendizagem, ultrapassando o fato essencial de ser uma atividade lúdica, mas sim de um espaço de conhecimento sobre o mundo externo."

Tendo em mente a importância da disponibilização do brincar, Leite e Shimo (2008, apud CAMPOS, 2017) e Vessey e Mahon (1990, apud CAMPOS, 2017) apresentam algumas modalidades como o brinquedo recreativo, que busca encorajar o enlaçamento da criança na brincadeira em grupo ou individual, de forma divertida e espontânea, promovendo o bem-estar físico e emocional, e o brinquedo terapêutico (BT), que possibilita à criança aliviar suas ansiedades geradas pelas experiências atípicas para sua idade e que precisam de mais atenção para ser resolvidas. Utilizado

ISSN 2178-9428

também para compreensão das situações vivenciadas e auxiliar no preparo para procedimentos terapêuticos. (CASTRO, 2010; LI; LOPEZ, 2008 apud CAMPOS, 2017). O BT ainda possui modalidades específicas como o dramático.

O brinquedo terapêutico dramático (BTD):

> [...] permite a descarga emocional e exteriorização dos sentimentos, dramatizar as experiências novas, as quais são difíceis de serem verbalizadas, comunicação eficaz e reviver situações consideradas desagradáveis na tentativa de aceitá-las. E, na perspectiva do profissional, permite a identificação do que está afligindo a criança, para que se possa intervir. (GREEN, 1974; ZAHR, 1998 apud CAMPOS, p.33, 2017).

Assim, fazer o uso do BTD, bem como das outras formas de brincar que foram aqui apresentadas, possibilitará à criança compreender a situação em que está inserida, capacitará o infante a verbalizar suas questões e até mesmo obter um melhor desempenho em “ser criança” durante a hospitalização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender que o brincar pode ser utilizado de diversas maneiras, seja para entretenimento da criança, dando continuidade no processo de desenvolvimento infantil da mesma, como também para auxiliá-la a entender o que está vivenciando e facilitar o trabalho dos profissionais que fazem parte da equipe de atendimento ao paciente pediátrico oncológico.

4 REFERÊNCIAS

ARAGAO, Rita Márcia; AZEVEDO, Maria Rita Zoega Soares. O brincar no hospital: análise de estratégias e recursos lúdicos utilizados com crianças. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 33-42, Dec. 2001.

BIANCHINI, Daniela Cristina Silva; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Processos de resiliência no contexto de hospitalização: um estudo de caso. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, p. 427-436, Dec. 2006 .

CAMPOS, Stefanny Maria Santana de. **O brincar de faz de conta de crianças com câncer que se submetem ao processo de quimioterapia.** 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

FONSECA, Marileise Roberta Antoneli et al . REVELANDO O MUNDO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO POR MEIO DO BRINQUEDO TERAPÊUTICO DRAMÁTICO. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 24, n. 4, p. 1112-

1120, Dec. 2015 .

MITRE, Rosa Maria de Araújo; GOMES, Romeu. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 147-154, 2004 .

MOTTA, Alessandra Brunoro; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Brincar no hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 9, n. 1, p. 19-28, Apr. 2004 .

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ESPAÇAMENTO NA CULTURA DO TABACO

PONTAROLO, Daniel [27]
GRALAK, Eliza [28]

RESUMO: A cultura do tabaco (*Nicotiana tabacum)* apresenta destaque frente a outras culturas por conta de sua lucratividade, a produção se concentra principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O espaçamento é uma das principais técnicas de manejo, pois através dele é possível aumentar ou diminuir a produtividade, pensando nisso buscou-se avaliar diferentes espaçamentos nesta cultura. O experimento foi conduzido em Guamiranga-PR com 6 tratamentos e 5 repetições cada, totalizando 30 unidades experimentais. Pode-se concluir que quanto maior o espaçamento maior a produtividade por plantas e maior o número médio de folhas por plantas.

Palavras-chave: *Nicotiana tabacum.* Tabaco. Lucratividade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a cultura do tabaco se destaca frente às outras culturas principalmente pela sua lucratividade, sendo produzida principalmente nos três estados do Sul, por pequenas propriedades caracterizadas por mão de obra familiar, mas tornando o país como o maior exportador e segundo maior produtor da cultura, cultura essa que mantém a economia sustentada em muitas cidades, se apresentando como fonte de renda principal para as famílias e ainda gerando empregos (NUNES, 2012).

A planta de tabaco pode até atingir dois metros de altura, e possui pelos viscosos, os caules são eretos, vigorosos, roliços e ramificados. Segundo Oliveira e Costa (2012): “As folhas são alternas, sésseis, ovais ou lanceoladas-ponteagudas, inteiras, pegajosas, com nervuras muito salientes na página inferior e de cor verde mais carregado na página superior, de cheiro fraco e sabor levemente picante.” O gosto característico é amargo e nauseoso, as flores das plantas são grandes de cor rosa, com brácteas do tipo panícula, com cálice tubuloso e o fruto é ovoide com sementes arredondadas do tamanho muito pequeno (OLIVEIRA E COSTA, 2012).

O espaçamento se apresenta como um das principais técnicas no manejo, pois é através dele que é visto a qualidade e a produtividade, o espaçamento nada mais é

[27] Acadêmico do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Daniel Pontarolo (eng-danielpontarolo@camporeal.edu.br).
[28] Professora orientadora do Centro Universitário Campo Real, Dra. Eliza Gralak (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

que um intervalo entre as plantas e linhas, o que determina significativamente a área para o desenvolvimento do sistema radicular e parte aérea além de influenciar as práticas de manejo, época de maturação, custos de produção e principalmente a produção por área (AGEITEC, 2020). Na cultura do tabaco Oliveira e Costa (2012) dizem que: “Recomendam-se espaçamentos de 1,20m entre as fileiras e 0,50 m entre plantas na fileira”, assim cada planta tem livre para o desenvolvimento 0,6 m².

Pensando na variação de produção conforme o espaçamento, este trabalho teve o objetivo de avaliar o resultado de diferentes espaçamentos na cultura do tabaco, avaliando o número médio de folhas por plantas e a produtividade de massa seca em gramas por plantas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na cidade de Guamiranga (PR), no sítio Boa Vista, com início em 23 de setembro e término dia 26 de janeiro. O solo escolhido e característico da região é argiloso de coloração vermelha, possuindo matéria orgânica em 3,7% e com pH H2O na faixa de 5,4 com clima predominante em subtropical com uma média de pluviosidade anual média de 1542 mm (MAIA et al., 2010).

O experimento foi realizado em delineamento de blocos ao acaso, totalizando 30 unidades experimentais, com 13,2 m² cada, onde avaliou-se os seguintes espaçamentos entre plantas: 15cm, 25cm, 30cm, 35cm, 45cm e 70cm, vale salientar que o espaçamento entre leiras foi de 1,7 metros, assim cada planta teve 0,255 m², 0,425m², 0,51m², 0,6m², 0,77m² e 1,19m² respectivamente, livres para o desenvolvimento. Em todos os tratamentos utilizou-se em uma vez o fertilizante de base NPK (10-16-10) da marca comercial YARA®, na dose de 50 gramas por planta e utilizou-se na adubação de cobertura 25 gramas por planta do fertilizante Salitre do Chile® NPK (15-00-15), aplicados em uma vez em todos os tratamentos, visou-se a adubação por quantidade de plantas por ha-¹, pois com diferentes espaçamentos ocorrem diferenças de populações por área. Foram preparadas 900 mudas de tabaco da cultivar híbrida ULT 115 (Universal Leaf Tabacco), das quais utilizaram-se 795 mudas e as demais foram para replantio caso fosse necessário.

ISSN 2178-9428

As colheitas ocorreram de forma manual, no dia 12 de dezembro com 80 dias realizou-se a primeira colheita, e as demais colheitas foram quinzenalmente, ou seja, no dia 27 de dezembro com 95 dias realizou-se a segunda colheita, no dia 11 de janeiro com 110 dias realizou-se a terceira colheita e no dia 26 de janeiro com 125 dias realizou-se a última colheita. As folhas colhidas foram secadas em estufa de grampos automatizada, cada parcela teve suas apanhas separadas e organizadas, depois de secas pesou-se e contou-se as folhas de cada parcela.

Os dados foram submetidos à análise de variância e quando foi significativo foi realizado teste de tukey para comparação das médias.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1 são apresentados o espaçamento de cada planta e sua respectiva produtividade em massa seca em g/planta-¹ e número médio de folhas por plantas na cultura do tabaco.

Pode-se perceber que quanto maior o espaçamento maior foi a produtividade. Segundo a AFUBRA, no ano de 2019 a média de produção foi de 2.235 kg/ha-¹ ou 135 g/plantas-¹, assim vemos que as plantas com 1,19m² produziram 88,15% a mais em comparação com a média nacional em g/plantas-¹, com 0,77m² a produção foi 35,56% maior, com 0,6m² a produtividade foi de 15,93% maior, com 0,51m² a produção foi de 10,96% menor, com 0,425m² as plantas produziram 14,07% a menos e com o espaçamento de 0,255m² por plantas a produtividade foi 42,74% a menos.

Segundo Oliveira e Costa (2012) o espaçamento recomendado é de 0,6m² por plantas, seguindo esta recomendação o número médio de folhas foi de 26,2 às plantas com 1,19m² produziram 14,5% a mais em comparação com a recomendação, com 0,77m² a produção de folhas foi 3,44% maior, com 0,51m² tivemos uma redução de 8,78%, com 0,425m² o resultado foi de 9,16% a menos e com 0,255m² a redução no número de folhas foi de 11,07%.

Tabela1. Peso médio em g/plantas-¹ e número médio de folhas/plantas-¹ na cultura do tabaco virgínia com diferentes espaçamentos em Guamiranga - PR, safra 2019/2020

ISSN 2178-9428

Tratamentos	g/plantas-¹	Número médio de folhas/plantas-¹
1,19 m²	254 a	30 a
0,77 m²	183 b	27,1 a b
0,6 m²	156,5 c	26,2 b c
0,51 m²	120,2 d	23,9 c
0,425 m²	116,5 d	23,8 c
0,255 m²	77,3 e	23,3 c

Fonte: O autor, 2020.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que quanto maior o espaçamento maior a produtividade em g/plantas-¹ e maior o número de folhas médias por plantas-¹, destacando-se as plantas que tiveram 1,19m² livres para o desenvolvimento que produziram 254 g/plantas-¹, porém é necessário levar em conta a quantidade de plantas por ha-¹, pois um espaçamento maior aumenta a produtividade por plantas, entretanto reduz o número de plantas por ha-¹ e com um número muito adensado de plantas pode ocorrer perda de qualidade.

4 REFERÊNCIAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em 08 de julho de 2020 às 20:49 horas.

AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/eucalipto/arvore/CONTAG01_49_2572006132315.html#:~:text=Na%20pr%C3%A1tica%2C%20trata%2Dse%20da,consequentemente%2C%20nos%20custos%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em 07 de julho de 2020 as 20:30.

MAIA, P. M. B.; VERBURG, W. S.; CRUZ, K. S.; DADDA, T.; **Bacias hidrográficas do Paraná**. Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Curitiba - PR, 2010.

NUNES, R.; **Fumo como fonte de renda dos agricultores na região Sul Brasileira: a dicotomia entre renda e saúde**. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012.

OLIVEIRA, F.; COSTA, M. C. F.; **Cultivo de fumo (*Nicotiana tabacum L.*)**. Dossiêtécnico, Universidade de São Paulo – USP, 2012.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ADUBAÇÃO FOLIAR NO TABACO

PONTAROLO, Daniel[29]
GRALAK, Eliza [30]

RESUMO: O tabaco é cultivado principalmente por mão de obra familiar, e se apresenta como boa fonte de renda. Com a dificuldade de abertura de novas áreas a adubação foliar pode aumentar a produtividade e assim a rentabilidade, assim buscou-se avaliar dois fertilizantes foliares sendo o PróFumo-TOP 10® e o More Tabaccus®, em concentrações recomendadas pelas empresas fabricantes. O experimento foi conduzido em Guamiranga-PR com 3 tratamentos e 7 repetições cada, totalizando 21 unidades experimentais. Pode-se concluir que os fertilizantes não aumentaram o número de folhas, mas aumentaram a produtividade, sendo o PróFumo-TOP 10® com maior incremento.

Palavras-chave: *Nicotiana tabacum.* Tabaco. Incremento. Produtividade.

1 INTRODUÇÃO

Com a modernização da agricultura os agricultores da Região Sul Brasileira buscaram visar o que dava mais lucratividade e então o tabaco começou a fazer cada vez mais parte das pequenas propriedades com mão de obra familiar, participando como boa fonte de renda, e ainda tornando o país como maior exportador e segundo maior produtor de tabaco, configurando a cultura como uma das mais importantes na atualidade da economia dentro das não alimentícias (NUNES, 2012). Nesta cultura existem algumas variedades a serem cultivadas, mas no Brasil as 3 principais são a Virgínia, Burley e comum, dentre essas 3 o tipo Virgínia se destaca (REIS et al., 2017).

No mundo a concentração de produção está em poucos países como China, Índia, EUA, Zimbábue, Indonésia e Brasil, esses países representam 70% da produção. Existe uma grande relação entre a indústria processadora e os produtores, onde tem-se um sistema integrado de produção, no qual é fornecido através das empresas aos produtores as sementes, assistência técnica e principalmente a garantia de compra e do outro lado o produtor se compromete com qualidade e padrões de volume (OLIVEIRA E COSTA, 2012).

O cenário atual não permite aos agricultores a aberturas de novas áreas para o cultivo, então o uso de fertilizantes tornou-se essencial para todas as culturas que

[29] Acadêmico do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Daniel Pontarolo (eng-danielpontarolo@camporeal.edu.br).
[30] Professora orientadora do Centro Universitário Campo Real, Dra. Eliza Gralak (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

buscam alta produtividade, até mesmo em solos mal manejados no passado e/ou com baixa fertilidade é possível alcançar altas produtividades (JESUS, 2016).

Além dos fertilizantes via solo a adubação via foliar se apresenta como boa forma para incremento na produtividade, desde que usada na forma correta, tendo ainda como vantagem a menor agressão ao meio ambiente em comparação com os fertilizantes via solo (FERNÁNDEZ, SOTIROPOULOS E BROWN, 2015).

Como a cultura do tabaco é exigente em vários nutrientes, esse trabalho teve como objetivo avaliar o efeito de 2 fertilizantes via foliar, baseando-se segundo as recomendações dos fabricantes, sendo avaliado o número médio de folhas por plantas e a produtividade em massa seca por ha-¹.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na cidade de Guamiranga (PR), no sítio Boa Vista, com início em 26 de setembro e término dia 29 de janeiro. O solo escolhido e característico da região é argiloso de coloração vermelha, possuindo matéria orgânica em 3,7% e com pH H2O na faixa de 5,4 com clima predominante é subtropical com uma média de pluviosidade anual média de 1542 mm (MAIA et al., 2010).

O experimento foi realizado em delineamento de blocos ao acaso, totalizando 21 unidades experimentais, com 13,2 m² cada. Foram realizados 3 tratamentos, no primeiro usou-se os fertilizantes foliares da caixa tecnológica da More Tabaccus® composta por 6 produtos diferentes, sendo: La Vitha®, Wueser®, Up Full®, Guardero®, Up Dry® e o Langer®. Usou-se na dessecação o produto Up Dry® na dose de 50 g/ha-¹ e o Langer® com 150 ml/ha-¹, na produção de mudas usou-se o La Vitha na dose de 1,67 ml por bandeja de 200 mudas sendo realizadas 3 aplicações a cada 15 dias, sendo a primeira quando as mudas estavam com 4 folhas, Wueser® usado também na produção de mudas, sendo realizadas um total de duas aplicações onde a primeira ocorreu com 65 dias após a germinação e a segunda aos 90 dias após a germinação na dose de 0,67 ml/bandeja. Na lavoura com 15 dias usou-se o Wueser® no dose de 250 ml/ha-¹, Up Full® no dose de 80 ml/ha-¹ e Langer® na dose de 100 ml/ha-¹, aos 45 dias após o transplante usou-se o Wueser® na dose de 130

ISSN 2178-9428

ml/ha-¹, Up Full® na dose de 80 ml/ha-¹, Guardero® na dose de 100 ml/ha-¹ e Langer® na dose de 100 ml/ha-¹ e por último usou-se com 90 dias (logo após a capação) o Up Full® na dose de 90 ml/ha-¹, Guardero® na dose de 150 ml/ha-¹ e o Langer® na dose de 100 ml/ha-¹.

No segundo tratamento usou-se o fertilizante foliar PróFumo-TOP 10® NPK (04-02-18) mais micronutrientes, na dose recomendada de 1,6 kg/ha-¹ por aplicação, onde realizou-se 3 aplicações sendo a primeira com 25 dias, a segunda com 40 dias e a terceira com 50 dias após o transplante, e o terceiro tratamento foi a testemunha. Utilizou-se na adubação de base 800 kg/ha-¹ do fertilizante NPK (10-16-10), e aos 20 dias após o transplante utilizou-se o fertilizante Salitre do Chile® NPK (15-00-15) na dose de 400 kg/ha-¹, aplicados em uma vez em todos os tratamentos. Foram preparadas o total de 680 mudas separadas e organizadas para cada tratamento da cultivar híbrida ULT 115 (Universal Leaf Tabacco), das quais utilizaram-se 660 mudas e as demais foram para replantio caso fosse necessário.

As colheitas ocorreram de forma manual, no dia 15 de dezembro com 80 dias realizou-se a primeira colheita, e as demais colheitas foram quinzenalmente, ou seja, no dia 30 de dezembro com 95 dias realizou-se a segunda colheita, no dia 14 de janeiro com 110 dias realizou-se a terceira colheita e no dia 29 de janeiro com 125 dias realizou-se a última colheita. As folhas colhidas foram secadas em estufa de grampos automatizada, cada parcela teve suas apanhas separadas e organizadas, depois de secas pesou-se e contou-se as folhas de cada parcela.

Os dados foram submetidos à análise de variância e quando foi significativo foi realizado teste de tukey para comparação das médias.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1 são apresentadas as diferenças em kg/ha-¹ na cultura do tabaco virgínia na safra 2019/2020, utilizando diferentes fertilizantes foliares. Para essas características agronômicas avaliadas, foram observadas diferenças estatísticas significativas.

Pode-se observar que com os fertilizantes foliares houve incremento na produtividade, o fertilizante foliar PróFumo-TOP 10® apresentou-se com o melhor resultado, produzindo 15,97% a mais em comparação com a testemunha e os

ISSN 2178-9428

fertilizantes foliares caixa tecnológica More Tabaccus® apresentaram a produção de 4,83% a mais comparando com a testemunha que produziu 2.758,96 kg/ha-¹.

Tabela 1. Peso médio da cultura do tabaco virgínia em kg/ha-¹ com fertilizantes foliares em Guamiranga - PR, safra 2019/2020

Tratamentos	Kg/ha-¹	Número médio de folhas/plantas-¹
PróFumo-TOP 10®	3.199,85 a	27,8 a
More Tabaccus®	2.892,29 b	27,75 a
Testemunha	2.758,96 c	27,25 a

Fonte: O autor, 2020.

Na tabela 1 também são apresentadas o número médio de folhas por plantas-¹, as quais não apresentaram diferença significativa, mantendo a média de 27,6 folhas por plantas-¹.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que os fertilizantes foliares aumentam a produtividade em kg/ha-¹ do tabaco virgínia, e o fertilizante foliar PróFumo-TOP 10® apresentou o melhor resultado. O número médio de folhas por plantas entre os tratamentos não apresentou diferença significativa.

4 REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, V.; SOTIROPOULOS, T.; BROWN.; **Adubação foliar**. Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal, São Paulo – SP, 2015.

JESUS, J.; **Rendimento e qualidade do tabaco virgínea afetados pela adubação nitrogenada e potássica.** Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina – UFSC, 2016.

ISSN 2178-9428

KAISER, D. R.; **Nitrato na solução do solo e na água de fontes para consumo humano numa microbacia hidrográfica produtora de fumo.** Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006.

MAIA, P. M. B.; VERBURG, W. S.; CRUZ, K. S.; DADDA, T.; **Bacias hidrográficas do Paraná**. Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Curitiba - PR, 2010.

NUNES, R.; **Fumo como fonte de renda dos agricultores na região Sul Brasileira: a dicotomia entre renda e saúde.** Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012.

Oliveira, F.; COSTA, M. C. F.; **Cultivo de fumo (*Nicotiana tabacum L.*)**. Dossiêtécnico, Universidade de São Paulo – USP, 2012.

REIS, M. M.; OLIVEIRA, A. P. N.; TURCI, S. R. B.; DANTAS, R. M.; SILVA, V. S. P.; GROSS, C.; JENSEN, T.; SILVA, V. L. C; **Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil.** Caderno de Saúde Pública, 2017.

ISSN 2178-9428

PRODUÇÃO DE TABACO E ADUBAÇÃO DE BASE

OLIVEIRA, Patrícia Aparecida[31]
OLIVEIRA, Sabrina Nunes[32]
PONTAROLO, Daniel[33]
GRALAK, Eliza[34]

RESUMO: A cultura do tabaco (*Nicotiana tabacum*) é amplamente produzida no sul do Brasil, principalmente em pequenas propriedades com mão de obra familiar, sendo uma cultura bastante rentável e que sofre alterações de produção ano após ano, assim buscou-se avaliar diferentes quantidades de fertilizante NPK (10-16-10) usado na base da cultura. O experimento foi conduzido em Guamiranga-PR com 6 tratamentos e 5 repetições cada, totalizando 30 unidades experimentais. Pode-se concluir que quanto maior a adubação maior a produtividade por hectare (ha^{-1}) e maior o número médio de folhas por plantas.

Palavras-chave: *Nicotiana tabacum.* Tabaco. Fertilidade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a produção de tabaco (*Nicotiana tabacum*) encontra-se em sua maior parte na região sul e segue com crescimento, tornando o Brasil o segundo maior produtor mundial e o principal exportador. A produção é concentrada principalmente em pequenas propriedades que utilizam a mão de obra familiar (SILVEIRA, 2015).

Em comparação com outras culturas, o tabaco se destaca por sua rentabilidade em pequenas áreas, o produtor tem integração com a indústria, que oferece compra garantida da produção contratada, ainda há crédito pelos bancos, seguros desde a lavoura até a chegada do produto na empresa, com esses fatores em mãos o produtor sente-se mais seguro e pode trabalhar em pequenas áreas (NUNES, 2012).

Para que a cadeia produtiva funcione as famílias tem o comprometimento de produção na quantidade contratada, e as empresas cuidam do resto do processo, as principais empresas exportadoras segundo Silveira (2015) são: “Universal Leaf Tabacco, a Alliance One, a British American Tabacco (através da Cia. Souza Cruz S/A) e a Japan Tabacco Internaciaonal”.

[31] Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Patrícia Aparecida Oliveira (eng-patriciaoliveira@camporeal.edu.br), e
[32] Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Sabrina Nunes de Oliveira (sabrinanunesoliveira@hotmail.com)
[33] Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Daniel Pontarolo (eng-danielpontarolo@camporeal.edu.br).
[34] Professora orientadora do Centro Universitário Campo Real, Dra. Eliza Gralak (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

A variação de produtividade ocorre safra após safra, segundo dados da AFUBRA a média foi a seguinte: em 2016 obteve-se a produtividade de 1.938 Kg/ha-¹, em 2017 obteve-se 2.365 Kg/ha-¹, em 2018 obteve-se 2.306 Kg/ha-¹ e em 2019 obteve-se 2.235 Kg/ha-¹. Segundo Oliveira e Costa (2012), a adubação de plantio varia de 500 kg/ha-¹ a 800 kg/ha-¹, dependendo do solo, planta, tipo de fertilizante, expectativa de produtividade, etc.

Pensando nessa variação de produtividade do tabaco, este trabalho buscou avaliar o efeito de diferentes doses do fertilizante NPK (10-16-10) da marca comercial YARA® utilizado como base na cultura, avaliando o número médio de folhas por plantas e a produtividade em massa seca por ha-¹.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na cidade de Guamiranga (PR), no sítio Boa Vista, com início em 23 de setembro e término dia 26 de janeiro. O solo escolhido e característico da região é argiloso de coloração vermelha, possuindo matéria orgânica em 3,7% e com pH H2O na faixa de 5,4 com clima predominante em subtropical com uma média de pluviosidade anual média de 1542 mm (MAIA et al., 2010).

O experimento foi realizado em delineamento de blocos ao acaso, totalizando 30 unidades experimentais, com 13,2 m² cada. Em todos os tratamentos utilizou-se em uma vez o fertilizante NPK (10-16-10) da marca comercial YARA® e os tratamentos avaliados foram 0 kg/ha-¹, 400 kg/ha-¹, 800 kg/ha-¹, 900 kg/ha-¹, 1000 kg/ha-¹ e 1600 kg/ha-¹. Utilizou-se na adubação de cobertura 400 kg/ha-¹ do fertilizante Salitre do Chile® NPK (15-00-15), aplicados em uma vez em todos os tratamentos. Foram preparadas 680 mudas de tabaco da cultivar híbrida ULT 115 (Universal Leaf Tabacco), das quais utilizaram-se 660 mudas e as demais foram para replantio caso fosse necessário.

As colheitas ocorreram de forma manual, no dia 12 de dezembro com 80 dias realizou-se a primeira colheita, e as demais colheitas foram quinzenalmente, ou seja, no dia 27 de dezembro com 95 dias realizou-se a segunda colheita, no dia 11 de janeiro com 110 dias realizou-se a terceira colheita e no dia 26 de janeiro com 125

ISSN 2178-9428

dias realizou-se a última colheita. As folhas colhidas foram secadas em estufa de grampos automatizada, cada parcela teve suas apanhas separadas e organizadas, depois de secas pesou-se e contou-se as folhas de cada parcela.

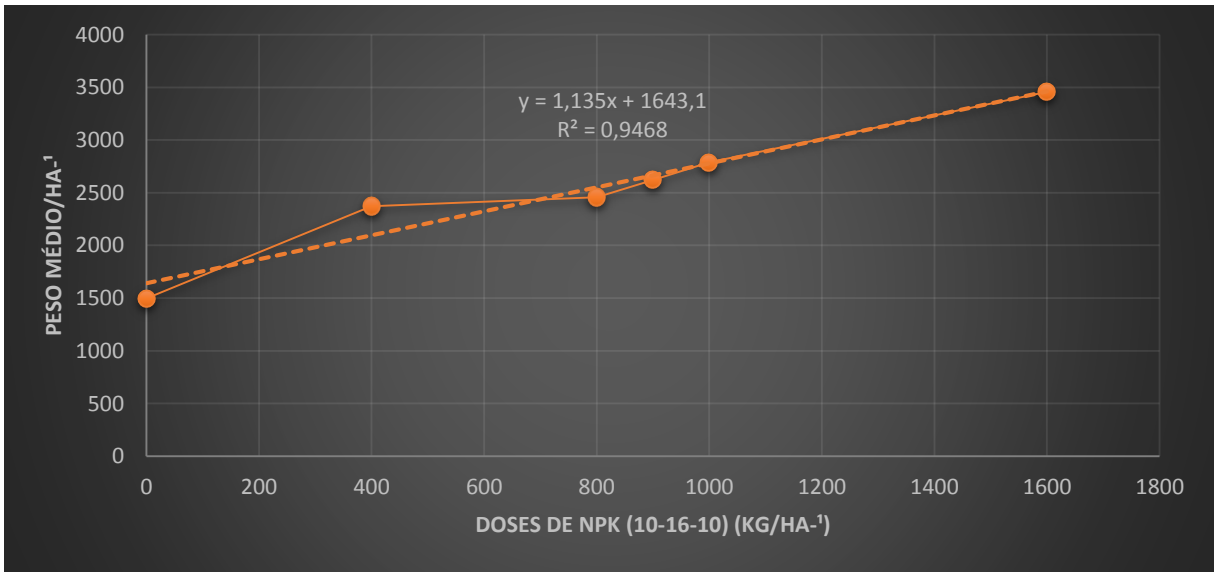
Os dados foram submetidos à equação da regressão e ao coeficiente de correlação.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No gráfico 1 são apresentadas as doses de NPK da marca comercial YARA® (10-16-10) em kg/ha-¹ e sua respectiva produtividade em massa seca por ha-¹.

Pode-se perceber que quanto mais fertilizante aplicado, maior foi a produção. Como já mencionado, segundo a AFUBRA, no ano de 2019 a média de produção foi de 2.235 kg/ha-¹. Comparando com a média nacional temos que no tratamento onde foi utilizado 0 kg/ha-¹ de NPK, obtivemos uma produção de 32,95% menor, no segundo tratamento utilizou-se 400 kg/ha-¹ e a produção foi 5,8% maior, no terceiro tratamento com 800 kg/ha-¹ a produção foi de 8,99% maior, no quarto tratamento com 900 kg/ha-¹, obtivemos 14,77% a mais de produção, no quinto tratamento com 1000 kg/ha-¹, o resultado foi de 19,86% a mais de produtividade e por fim no sexto tratamento com 1600 kg/ha-¹ de NPK a produção foi de 35,31% a mais em comparação com a média nacional.

Gráfico 1. Doses de NPK (kg/ha-¹) e peso médio/ha-¹ na cultura do tabaco em Guamiranga – PR, 2020.



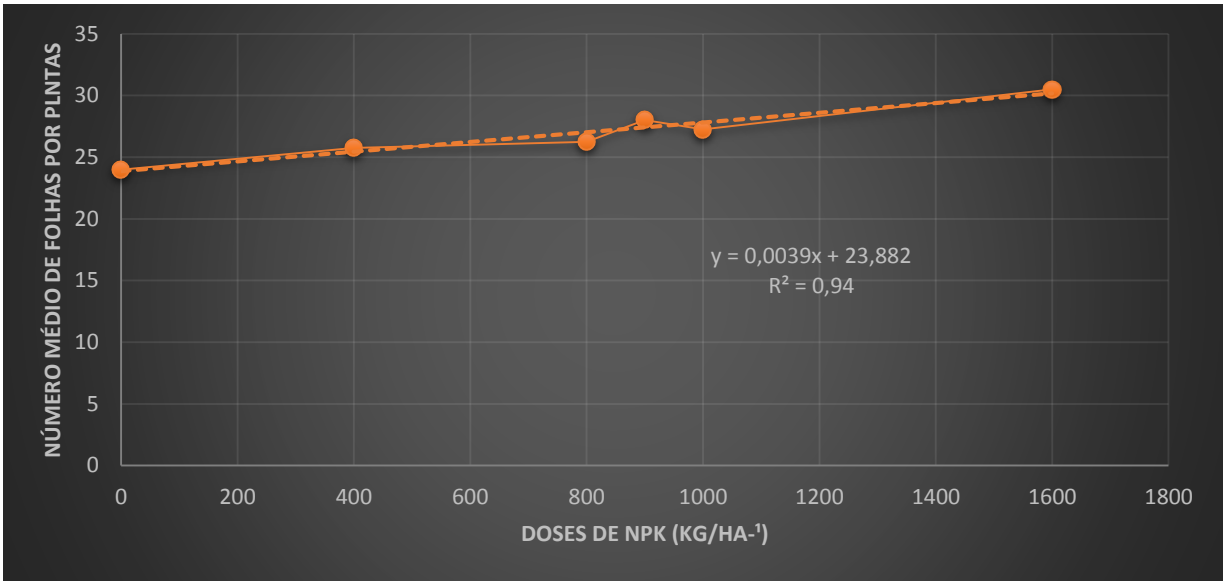
Fonte: Os autores 2020.

ISSN 2178-9428

No gráfico 2 são apresentadas as doses de NPK da marca comercial YARA® (10-16-10) em kg/ha-¹ e os números de folhas por plantas da cultura do tabaco.

Ocorreu pouca variância no número de folhas por plantas, na dose recomendada para a cultura que segundo Oliveira e Costa (2012) é de 800 kg/ha-¹, o número de folhas foi de 26,25 de média por plantas, comparando com os demais tratamento obtemos o seguinte: no primeiro tratamento com 0 kg/ha-¹ obtivemos o número de 8,57% folhas a menos, no segundo tratamento com 400 kg/ha-¹ o resultado foi de 1,9% menor, o terceiro tratamento foi seguido a recomendação, o quarto tratamento foi de 900 kg/ha-¹ e a diferença foi de 6,25% a mais de folhas, o quinto tratamento foi de 1000 kg/ha-¹ e apenas 1,9% a mais, e o último tratamento com 1600 kg/ha-¹ contou com a produção de 13,93% a mais na média do número de folhas.

Gráfico 2. Doses de NPK (kg/ha-¹) e número médio de folhas por plantas na cultura do tabaco em Guamiranga – PR, 2020.



Fonte: Os autores 2020.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que quanto maior a adubação de base maior a produtividade por ha-¹ e maior o número médio de folhas por plantas, cabe ao agricultor avaliar o custo do fertilizante em relação com a maior produtividade e então seguir o que lhe mais convém, contudo cabe salientar que a questão da qualidade das folhas não foi comparada nos tratamentos.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em 26 de junho de 2020 às 22:10 horas.

MAIA, P. M. B.; VERBURG, W. S.; CRUZ, K. S.; DADDA, T.; **Bacias hidrográficas do Paraná**. Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Curitiba - PR, 2010.

NUNES, R.; **Fumo como fonte de renda dos agricultores na região Sul Brasileira: a dicotomia entre renda e saúde**. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012.

Oliveira, F.; COSTA, M. C. F.; **Cultivo de fumo (*Nicotiana tabacum L.*)**. Dossiêtécnico, Universidade de São Paulo – USP, 2012.

SILVEIRA, R. L. L.; **A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas**. Geografia Ensino e Pesquisa, vol. 19, n. 2, maio/ago. 2015.

ISSN 2178-9428

PRODUÇÃO DE TABACO E ADUBAÇÃO DE COBERTURA

OLIVEIRA, Patrícia Aparecida [35]
OLIVEIRA, Sabrina Nunes [36]
PONTAROLO, Daniel[37]
GRALAK, Eliza[38]

RESUMO: A cultura do tabaco (*Nicotiana tabacum*) ocupa 315 mil hectares (ha-¹) e como não existem novas áreas a serem abertas a adubação de cobertura torna-se necessária para aumentar a produtividade, assim buscou-se avaliar diferentes quantidades de fertilizante NPK (15-00-15), usado em cobertura aos 20 dias após o transplante. O experimento foi conduzido em Guamiranga-PR com 6 tratamentos e 5 repetições cada, totalizando 30 unidades experimentais. Pode-se concluir que a maior produção e número médio de folhas por plantas foi com 300 kg/ha-¹ e doses maiores que essa ocorreu a diminuição do rendimento das duas características avaliadas.

Palavras-chave: *Nicotiana tabacum.* Tabaco. Eficiência. Rendimento.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a produtividade do tabaco cresceu muito tornando o país o maior exportador mundial desde o ano de 1993, a cultura está em atividade em 619 municípios do sul do Brasil, ocupando 315 mil hectares (ha-¹) e totalizando cerca de 692 mil toneladas, gerando R$ 12,8 bilhões em impostos, participando de forma significativa na economia (JESUS, 2016).

O tabaco pode ser consumido e preparado de muitas formas, assim alterando sabor, cheiro e até mesmo as propriedades farmacológicas. A principal forma de consumo é em forma de cigarros, mas pode ser consumida nos charutos (rolo de tabaco, que é envolvido em folha de tabaco ou outra substância, e normalmente é fumado sem o uso do filtro), cachimbo (objeto feito de madeira o outro material, composto por um fornilho onde-se coloca o tabaco, um tubo com abertura bocal por onde inala-se, usado sem filtro), narguilé (fornilho, um recipiente com água e tubo

[35] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Patrícia Aparecida Oliveira (eng-patriciaoliveira@camporeal.edu.br),.
[36] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Sabrina Nunes de Oliveira (sabrinanunesoliveira@hotmail.com)
[37] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Daniel Pontarolo (eng-danielpontarolo@camporeal.edu.br).
[38] Professora orientadora do Centro Universitário Campo Real, Dra. Eliza Gralak (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

longo por onde passa a fumaça antes de chegar a boca), e o tabaco pode ser usado sem fumaça, através do uso oral, onde masca-se o mesmo (VIEGAS, 2008).

Um cenário Brasileiro importante é que não existem novas áreas para serem abertas e cultivadas, desta forma os fertilizantes passam a ser essenciais para todas as culturas, e com eles é possível alcançar boa produtividade mesmo em solos mal manejados no passado e/ou com baixa fertilidade, buscando uma boa produtividade segundo Jesus (2016): “a adubação com nitrogênio (N) e potássio (K) passa a ser importante” e Jesus (2016) ainda cita: “O tabaco é uma cultura exigente em N e K, fazendo-se necessário a adubação equilibrada para repor esses nutrientes no solo com objetivo de maximizar a produtividade e garantir a qualidade da produção”.

A adubação em cobertura depende do tipo do solo, planta, tipo do fertilizante, expectativa de produtividade e qualidade, visando isso utiliza-se em média a recomendação das agroindústrias fumageiras que segundo Kaiser (2006) é de 400 kg/ha^{-1} e segundo Oliveira e Costa (2012) a recomendação é de 500 a 600 kg/ha^{-1}.

Sabendo-se que a cultura do tabaco é exigente em N e K, este trabalho buscou avaliar o efeito de diferentes doses do fertilizante Salitre do Chile® NPK (15-00-15), baseando-se na recomendação de Kaiser (2006), que é a mesma das fumageiras na atualidade. O mesmo foi utilizado como em cobertura na cultura, avaliando o número médio de folhas por plantas e a produtividade em massa seca por ha^{-1}.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na cidade de Guamiranga (PR), no sítio Boa Vista, com início em 23 de setembro e término dia 26 de janeiro. O solo escolhido e característico da região é argiloso de coloração vermelha, possuindo matéria orgânica em 3,7% e com pH H2O na faixa de 5,4 com clima predominante em subtropical com uma média de pluviosidade anual média de 1542 mm (MAIA et al., 2010).

O experimento foi realizado em delineamento de blocos ao acaso, totalizando 30 unidades experimentais, com 13,2 m² cada. Em todos os tratamentos utilizou-se em uma vez o fertilizante Salitre do Chile® NPK (15-00-15) aos 20 dias após o transplante, e os tratamentos avaliados foram 0 kg/ha^{-1}, 200 kg/ha^{-1}, 300 kg/ha^{-1}, 400

ISSN 2178-9428

kg/ha-¹, 500 kg/ha-¹ e 800 kg/ha-¹. Utilizou-se na adubação de base 800 kg/ha-¹ do fertilizante NPK (10-16-10), aplicados em uma vez em todos os tratamentos. Foram preparadas 680 mudas de tabaco da cultivar híbrida ULT 115 (Universal Leaf Tabacco), das quais utilizaram-se 660 mudas e as demais foram para replantio caso fosse necessário.

As colheitas ocorreram de forma manual, no dia 12 de dezembro com 80 dias realizou-se a primeira colheita, e as demais colheitas foram quinzenalmente, ou seja, no dia 27 de dezembro com 95 dias realizou-se a segunda colheita, no dia 11 de janeiro com 110 dias realizou-se a terceira colheita e no dia 26 de janeiro com 125 dias realizou-se a última colheita. As folhas colhidas foram secadas em estufa de grampos automatizada, cada parcela teve suas apanhas separadas e organizadas, depois de secas pesou-se e contou-se as folhas de cada parcela.

Os dados foram submetidos à equação da regressão e ao coeficiente de correlação.

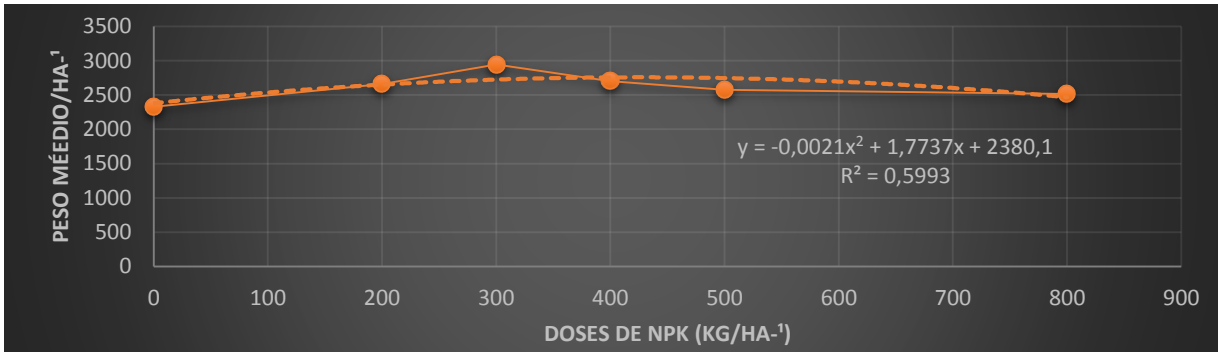
2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No gráfico 1 são apresentadas as doses de NPK do fertilizante Salitre do Chile® (15-00-15) em kg/ha-¹ e sua respectiva produtividade em massa seca na cultura do tabaco.

Pode-se perceber que a produtividade aumentou até em 300 kg/ha-¹ de NPK, com doses superiores a essa, o fertilizante passou a apresentar-se em excesso diminuindo a produtividade. Segundo a AFUBRA, no ano de 2019 a média de produção foi de 2.235 kg/ha-¹. Comparando com a média nacional temos que no tratamento onde foi utilizado 0 kg/ha-¹ do NPK, já obtivemos uma produção de 3,93% maior, no segundo tratamento utilizou-se 200 kg/ha-¹ e a produção foi 15,99% maior, no terceiro tratamento com 300 kg/ha-¹ a produção foi de 24,2% maior, no quarto tratamento com 400 kg/ha-¹, obtivemos 17,26% a mais de produção, no quinto tratamento com 500 kg/ha-¹, o resultado foi de 13,31% a mais de produtividade e por fim no sexto tratamento com 800 kg/ha-¹ de NPK a produção foi de 11,18% a mais em comparação com a média nacional.

Gráfico 1. Doses de NPK (kg/ha-¹) e peso médio/ha-¹ na cultura tabaco em Guamiranga – PR, 2020.

ISSN 2178-9428

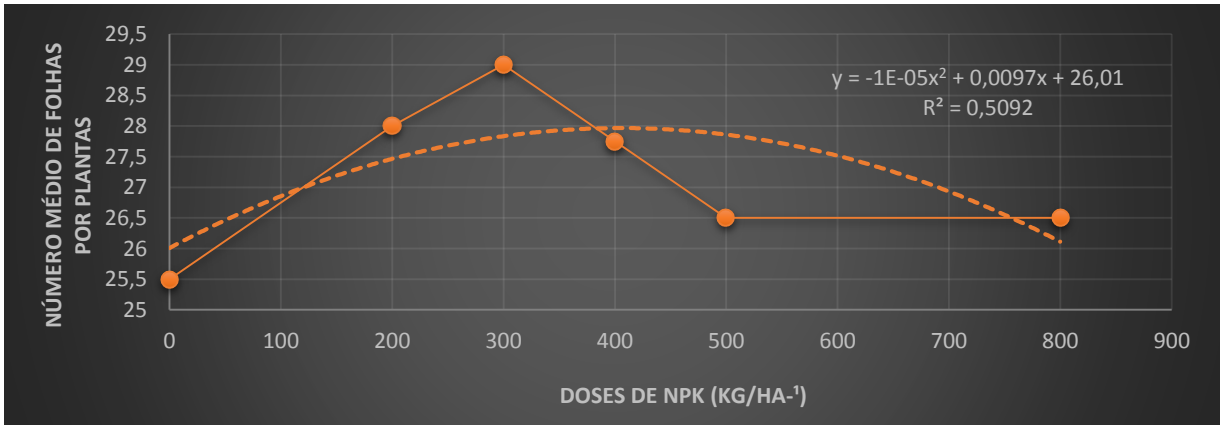


Fonte: Os autores 2020.

No gráfico 2 são apresentadas as doses de NPK do fertilizante Salitre do Chile® (15-00-15) em kg/ha-1 e os números de folhas por plantas da cultura do tabaco.

Ocorreu pouca variância no número de folhas por plantas, na dose recomendada para a cultura que segundo Kaiser (2006) é de 400 kg/ha-1, o número de folhas foi de 27,75 de média, comparando com os demais tratamento obtemos o seguinte: no primeiro tratamento com 0 kg/ha-1 obtivemos o número de 8,11% de folhas a menos, no segundo tratamento com 200 kg/ha-1 o resultado foi de 0,89% maior, o terceiro tratamento com 300 kg/ha-1 obtivemos 4,31% a mais, o quarto tratamento foi o recomendado, o quinto tratamento contou com 500 kg/ha-1 e a diferença foi de 4,5% a menos, e o último tratamento com 800 kg/ha-1 teve 4,5% de diferença a menos.

Gráfico 2. Doses de NPK (kg/ha-1) e número médio de folhas por plantas na cultura do tabaco em Guamiranga – PR, 2020.



Fonte: Os autores 2020.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Pode-se concluir que até a dose de 300 kg/ha-¹ a produção aumentou tanto em massa seca por ha-¹ quanto para o número médio de folhas por plantas e doses superiores aos 300 kg/ha-¹ ocorreu o decréscimo da produtividade e número de folhas, o excesso de nutrientes segundo a EMBRAPA: “pode ocasionar o desenvolvimento anormal da planta, seja devido á toxidez, salinidade, inibição da absorção de determinado nutriente pela presença excessiva de outro”.

4 REFERÊNCIAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em 26 de junho de 2020 às 22:10 horas.

EMBRAPA HORTALIÇAS. Disponível em: <https://www.embrapa.br/hortalicas/batata/adubacao>. Acesso em 02 de julho de 2020, as 19:38.

JESUS, J.; **Rendimento e qualidade do tabaco virgínea afetados pela adubação nitrogenada e potássica.** Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina – UFSC, 2016.

KAISER, D. R.; **Nitrato na solução do solo e na água de fontes para consumo humano numa microbacia hidrográfica produtora de fumo.** Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006.

MAIA, P. M. B.; VERBURG, W. S.; CRUZ, K. S.; DADDA, T.; **Bacias hidrográficas do Paraná**. Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Curitiba - PR, 2010.

Oliveira, F.; COSTA, M. C. F.; **Cultivo de fumo (*Nicotiana tabacum L.*)**. Dossiêtécnico, Universidade de São Paulo – USP, 2012.

VIEGAS, C. A. A.; Formas não habituais de uso do tabaco. **Jornal Brasileiro de Pneumologia.** v. 34, n° 12, São Paulo, 2008.

DIFERENTES ADUBAÇÕES NA CULTURA DA BETERRABA

BERLATTO, Gustavo[39]
GASPAR, Yan[40]
PONTAROLO, Daniel[41]
GRALAK, Eliza[42]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A beterraba (*Beta vulgaris)* é uma cultura de grande produção, que os produtores movimentam cerca de 256,5 milhões de reais no ano. O presente trabalho teve como objetivo avaliar os diferentes tipos de adubação na produção de beterraba da cultivar Early Wolder que tem como característica a precocidade. O experimento foi conduzido em Laranjeiras do Sul - PR com 4 tratamentos e 5 repetições cada, totalizando 20 unidades experimentais. Pode-se concluir que a adubação com esterco bovino e nitrogênio apresentaram os melhores resultados.

Palavras-chave: *Beta vulgaris*. Beterraba. Produtividade.

1 INTRODUÇÃO

Segundo consta no Censo Agropecuário (IBGE, 2009), a produção da beterraba abrange cerca de 21.937 estabelecimentos agrícolas. No ano de 2016 o Brasil tinha cerca de 10 mil hectares destinados a produção da beterraba, o Paraná representa cerca de 26% dessa produção, a frente de São Paulo 22%, seguido de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com média de 20%, e a Bahia com cerca de 11% da produção total de beterraba no Brasil (ANUÁRIO HF, 2016). A beterraba é uma das espécies mais produzidas no Brasil, estando entre uma das 17 hortaliças mais propagadas por sementes.

Os produtores movimentam cerca de 256,5 milhões de reais no ano, sendo que no mercado (varejo), sua venda atingiu cerca de 841,2 milhões de reais no ano de 2010 (TIVELLI et al., 2011).

Por mais que se apresentem em grande produção, sua escala comercial é menor do que a produção de hortaliças tradicionais como, batata, tomate, alho,

[39] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Patrícia Aparecida Oliveira (eng-patriciaoliveira@camporeal.edu.br),.
[40] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Sabrina Nunes de Oliveira (sabrinanunesoliveira@hotmail.com)
[41] Acadêmicas(os) do curso de Engenharia Agronômica, 6° período, Centro Universitário Campo Real, Daniel Pontarolo (eng-danielpontarolo@camporeal.edu.br).
[42] Professora orientadora do Centro Universitário Campo Real, Dra. Eliza Gralak (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

pimentão, cebola e repolho. Geralmente o plantio de beterraba é feita por meio de semeadura direta em canteiro, ou em caso de condições especiais, podem ser feitas em sementeiras ou bandejas. Os canteiros são feitos nas medidas de 80 a 120 cm de largura, 15 a 25 cm de altura, comprimento variável e espaçamentos com cerca de 60 cm (SENAR, 2012). Além do mais, segundo Tivelli et al. (2011), o uso de bandejas tem sido cada vez mais eficiente, devido a fatores econômicos e aperfeiçoamento da produção, com menos gasto em produtos fitossanitários e obtenção de mudas de alta qualidade, assim como elevado índice de vida das mudas.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar os diferentes tipos de adubação na produção de beterraba da cultivar Early Wolder que tem como característica a precocidade, bem como a diferença de desenvolvimento da hortaliça quando submetida aos fertilizantes, avaliando assim o peso e o número de folhas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na propriedade Nossa Senhora da Saúde, localizada em Laranjeiras do Sul-PR, entre os meses de agosto e dezembro de 2019, com o clima sendo predominante em quente e temperado com pluviosidade média anual de 1800 mm, e altitude de 820 m, o solo da área predomina-se em Latossolo Vermelho (MAIA et al., 2010). Tendo como resultado da análise de solos com profundidade de 0-20 cm o pH= 5.27, P= 3.30, mg dm^3 e K= 1.4 mg dm^3.

O experimento foi instalado usando os melhores resultados de três artigos científicos de Marques et al. (2010), Silva et al. (2019) e Barbosa et al. (2015) onde teve sua dose ajustada em 2 vezes, sendo todos os trabalhos realizados em adubação na beterraba. O experimento foi realizado em delineamento de blocos ao acaso, totalizando 20 unidades experimentais, com 0,4 m^2 cada. Os tratamentos avaliados foram: esterco bovino na dose de 80.000 kg/ha^{-1}, nitrogênio (N) com 220 kg/ha^{-1}, super fosfato (P_2O_5) com 186 kg/ha^{-1} e por último a testemunha. Foram preparadas 200 plantas de beterraba da cultivar Early Wolder, das quais utilizou-se 160 plantas as quais foram avaliadas e as demais foram para replantio caso fosse necessário.

ISSN 2178-9428

Os dados foram submetidos à análise de variância e quando foi significativo foi realizado teste de tukey para comparação das médias.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1 são apresentadas as diferenças de peso em gramas na cultura da beterraba, usando diferentes adubações. Para essas características agronômicas avaliadas, foram observadas diferenças estatísticas significativas.

Pode-se observar que o esterco bovino e o nitrogênio apresentaram os melhores resultados, sem diferença estatística significativa. Comparando com a testemunha as plantas tratadas com esterco bovino produziram 188% a mais, o tratamento com nitrogênio apresentou uma produção superior de 115,33% e o fertilizante P_2O_5 produziu 47,33% a mais que a testemunha que produziu 150 g por tubérculos.

Também houve diferença estatística significativa no número de folhas, onde os tratamentos com esterco bovino e nitrogênio se mostraram superiores. Comparando com a testemunha o esterco bovino produziu 182,81% a mais, com nitrogênio a produção foi de 121,88% superior e o P_2O_5 produziu 26,56% a mais comparando com a testemunha que produziu somente 6,4 folhas de média.

Tabela 1. Peso médio do tubérculo em gramas e número de folhas da cultura da beterraba com diferentes adubações em Laranjeiras do Sul - PR, safra 2019

Tratamentos	Peso do tubérculo (g)	Número de folhas
Esterco bovino	432 a	14,9 a
Nitrogênio	323 ab	14,2 a
P_2O_5	221 b	8,1 b
Testemunha	150 c	6,4 b

Fonte: Os autores, 2020.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Os tubérculos que tiveram adubações de esterco bovino e nitrogênio, foram as quais apresentaram os melhores resultados na cultura da beterraba, tanto em peso do tubérculo quanto número de folhas, percebeu-se que as plantas apresentavam maior uniformidade de bulbos e folhas mais sadias.

4 REFERÊNCIAS

ANUÁRIO HF – **CAMPO & NEGÓCIOS**, 5ª Edição 2014/2018. Disponível em: <www.revistacampoenegocios.com.br> Acesso em: 28 Agost. 2019.

BARBOSA, Paulo J. R.; FACTOR, Thiago L.; CALORI, Alex H.; SILVA, Rodrigo E.; BARBOSA Jônatas L.; MAGNO, Henrique.; **ADUBAÇÃO NITROGENADA PARA DUAS CULTIVARES DE BETERRABA.** 7ª Jornada Científica e Tecnológica do Ifsuldeminas, Poços de Caldas - MG, 12 de novembro de 2015.

IBGE – **LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**. Rio de Janeiro, dez. 2009.

MAIA, P. M. B.; VERBURG, W. S.; CRUZ, K. S.; DADDA, T.; **Bacias hidrográficas do Paraná**. Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Curitiba - PR, 2010.

MARQUES, Luciano Façanha; MEDEIROS, Damiana Cleuma de; COUTINHO, Ozimar de Lima. P**RODUÇÃO E QUALIDADE DA BETERRABA EM FUNÇÃO DA ADUBAÇÃO COM ESTERCO BOVINO**. Rev. Bras. de Agroecologia, Porto Alegre. RS 2010.

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural. HORTALIÇAS: **CULTIVO DE HORTALIÇAS RAÍZES, TUBÉRCULOS, RIZOMAS E BULBOS.** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: SENAR, 2012.

TIVELLI, Sebastião Wilson. FACTOR, Thiago Leandro. TERAMOTO, Juliana Rolim Salomé. **BETERRABA: DO PLANTIO À COMERCIALIZAÇÃO.** Campinas: Instituto Agronômico, 2011.

SILVA, Gerlani A.; GRANGEIRO, Leilson C.; SOUSA, Valdivia de F. L.; SILVA, Luiz R. R.; JESUS, Priscila M. M.; SILVA Jorge L. A.; **AGRONOMIC PERFORMANCE OF BEET CULTIVARS AS A FUNCTION OF PHOSPHORUS FERTILIZATION.** Rev. bras. eng. agríc. ambient**.**, Campina Grande, v. 23, n. 7, p.518-523, July 2019.

ISSN 2178-9428

MAUS HÁBITOS COTIDIANOS E A FERTILIDADE FEMININA

GOTARDO, Amabile Francesconi[43]
VIZINONI, Emily Vanessa[44]
BONAPAZ, Rubia[45]

RESUMO: A fertilidade humana é um tema crescente na área da biomedicina, tendo em vista que a demanda por tratamentos reprodutivos tem sido elevada. Este trabalho é uma revisão bibliográfica que contém informações relacionadas a hábitos impróprios praticados por milhares de brasileiras, e que em muitas vezes podem afetar a vida reprodutiva das mesmas sem que elas saibam. A partir da presente revisão, pôde-se observar que os hábitos cotidianos influenciam na saúde da mulher significativamente. Perante esse fato, cabe à ela rever suas ações e adaptar sua vida para que seja possível a chegada de um novo membro saudável a família.

Palavras-chave: Tabaco. Sedentarismo. Álcool. Fertilidade. Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

Constituir família e ter filhos é algo muito comum em nossa sociedade e ainda continua sendo o sonho de milhares de brasileiros atualmente. Heuschkel (2015), afirma esse fato colocando que “para muitos, ter filhos, constitui um importante projeto de vida, desenvolvimento pessoal e social.” Entretanto, essa vontade da maternidade e paternidade enfrenta, em muitos casos, algumas características da ascendente globalização e, também, algumas causas naturais do corpo humano, que estabelecem, de certo modo, limitações à realização de tal desejo.

Uma das contenções dispostas pela ascendente globalização foi a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda no período das Guerras Mundiais. Segundo Probst (2013, p. 72):

> As mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

Além disso, por causa de todas as mudanças sociais e comportamentais pelas quais a sociedade passou e continua passando, a escolha de ter filhos é tomada cada vez mais tarde por parte da mulher, evidenciando a alta frequência entre o conflito de

[43]Acadêmica de Biomedicina, 2° Período, Centro Universitário Campo Real.
[44] Acadêmica de Biomedicina, 2° Período, Centro Universitário Campo Real
[45]Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

vida profissional e o desejo da maternidade. Vila (2007, p. 13), sustenta essa hipótese declarando que “a mulher moderna adquiriu estabilidade profissional, afetiva e pessoal, planeja melhor seu futuro, faz uso do planejamento familiar e decide quando quer ser mãe...”

Outrossim, o principal e mais importante fato que efetivamente impede os casais de terem filhos, por meio dos métodos naturais, é a infertilidade, considerada pela Resolução CFM nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina, como “problema de saúde, com implicações médicas e psicológicas, e a legitimidade do anseio de superá-la”. De forma sucinta, esta é definida por Almeida et al. (2018), como a “ausência de gravidez após um ano de atividade sexual regular e sem o uso de métodos anticonceptivos”.

As causas que aumentam os riscos de infertilidade e que efetivamente levam à infertilidade podem estar associadas a diversos fatores, como afirma Almeida et al. (2018) “a idade, a obesidade (disfunção ovulatória), álcool (diminuição da qualidade seminal), fumo (alteração negativa de morfologia e concentração desaceleração da depleção folicular)”. Além desses, há fatores externos que podem influenciar, como “efeito acumulativo e hereditário de radiação proveniente de experiências atômicas, resíduos de agrotóxicos na alimentação, uso de hormônios anabolizantes na pecuária”, além de “sedentarismo drogas e estresse” (LUNA, 2007).

Levando em conta a importância deste assunto para a Biomedicina, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar a infertilidade feminina causada, principalmente, pela má alimentação associada ao sedentarismo, pelo elevado consumo de álcool e tabaco, evidenciando o modo que interferem no corpo feminino a ponto de causar a infertilidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O resumo expandido baseou-se em artigos presentes no Google acadêmico e em outras fontes respeitosas, como a OMS, o CRM e o Ministério da Saúde, nos quais

ISSN 2178-9428

foram buscados por artigos e informações complementares sobre os fatores que influenciam e fertilidade feminina.

- Google acadêmico; Resolução CRM; Dados OMS e Dados do Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.2 TABAGISMO

O tabaco possui em sua composição química a nicotina, substância extremamente nociva para a fertilidade humana em diversos pontos. Entre eles está o descolamento e a má irrigação sanguínea da placenta, a débil mobilidade do embrião nas trompas uterinas e a redução na produção de espermatozoides (SUONIO et al.,1990).

Entretanto, os males relacionados a esse hábito não se resumem apenas aos citados acima, alguns são mais alarmantes. Segundo Bolumar (1996), a chance de infertilidade em fumantes é três vezes maior do que em indivíduos não fumantes, e que até mesmo o bebê pode ter sua fecundidade afetada por conta do uso de tabaco. Ressalta-se ainda, que essa substância pode afetar os resultados de tratamentos como a reprodução assistida, em que casais cujos parceiros são tabagistas necessitam gerar uma criança quando comparados a casais não fumantes (INVITRO, 2018)

2.3 SEDENTARISMO

A escassez de vitaminas, proteínas, fibras, entre outros nutrientes na alimentação, como é de conhecimento comum, é um fator muito prejudicial à manutenção do organismo e à uma vida saudável, ainda mais quando tudo isso é aliado ao sedentarismo. Nesse sentido, muitas doenças são ocasionadas por esse déficit nutricional e inatividade e, o que muitos não sabem, é que a endometriose, doença responsável por causar infertilidade nas mulheres, pode ser desenvolvida por esses motivos. Conforme Guimarães et al. (2013), “o sedentarismo e a obesidade podem acarretar alterações no metabolismo de esteroides e prejudicar a função ovulatória.”

ISSN 2178-9428

2.4 CONSUMO DE ÁLCOOL

Esta prática é muito comum no ambiente social, seja entre amigos ou familiares. Contudo, para quem sonha em ter filhos este comportamento não é ideal, já que o excesso de álcool pode provocar malformações fetais e até mesmo abortos consecutivos (AZEVEDO et al., 2013).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), não existe uma quantia segura de álcool a ser consumido por ele ser de natureza tóxica para o organismo humano. Apesar disso, uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde (2019), revelou que o percentual de mulheres que abusam no consumo de bebidas alcoólicas, aumentou em comparação aos homens no período de 2006 a 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na bibliografia consultada, foi observado que apesar da existência de diversas campanhas relacionadas ao consumo consciente de bebidas e outros meios prejudiciais, o número de usuários só aumenta, mostrando o descaso do público principalmente jovem com as consequências disso a longo prazo.

A partir da presente revisão, pôde-se observar que os hábitos cotidianos influenciam na saúde da mulher significativamente. Perante esse fato, cabe à ela rever suas ações e adaptar sua vida para que seja possível a chegada de um novo membro saudável a família.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andrezza Silva de; ROCHA, Marcelo Gondim; MINÁ, Priscila Fiusa Lira; COELHO, Raquel Autran. **Protocolo Clínico** - infertilidade: propedêutica do casal infértil. Fortaleza. 2018.

AZEVEDO, Lígia Marques da Rocha de *et al*. **Uso de álcool na gestação e o risco de abortamento de repetição**. 2013. **Elaborado para a 33ª semana cientificado hospital de clínicas de porto alegre.** Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/121776/000911173. pdf?sequence =1. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Alexandre Penido. Ministério da Saúde. **Consumo abusivo de álcool aumenta 42,9% entre as mulheres**. 2019. Disponível em:

ISSN 2178-9428

https://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45613-consumo-abusivo-de-alcool-aumenta-42-9-entre-as-mulheres. Acesso em: 03 ago. 2020.

BULUMAR F, Olsen J, Boldsen J. Smoking reduces fecundity: **A European multicenter study on infertility and subfecundity**. Am J Epidemiol 1996;143: 578-87: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572001000400006&script=sci_arttext&tlng=PT. Acesso em 03 ago.2020

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2168, de 10 de novembro de 2017. **Resolução CFM Nº2.168/2017.** Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1-10.

GUIMARÃES, Matheus de Aquino Moreira; ALEXANDRE, Anne Elise; RIBEIRO, José Augusto Assumpcão Crespo. Prevalência e práticas preventivas em infertilidade entre mulheres atendidas em um serviço público de saúde. **Reprodução & Climatério.** Pelotas - RS, v. 28, ed. 2, p. 57-60, 2013.

HEUSCHKEL, Marina Augusto**. Aspectos epidemiológicos da reprodução humana assistida no brasil.** 2015. 66 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Biomedicina, Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

HAUG K, Irgens LM, Baste V, Markestad T, Skjaerven R, Schereuder P. **Secular trends in breastfeeding and parental smoking**. Acta Paediatr 1998;87:1023-7. : https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572001000400006&script=sci_arttext&tlng=PT. Acesso em 03 ago.2020.

INVITRO (Minas Gerais). Instituto de Reprodução Humana. **Cigarro e infertilidade: afinal, existe relação?** 2018. Disponível em: https://www.invitro.med.br/artigos /cigarro -e-infertilidade-afinal-existe-relacao. Acesso em: 20 jul. 2020.

LUNA, Naara. Infertilidade e ausência de filhos: a origem do drama. In: Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. **Antropologia e Saúde collection**, pp. 53-81. ISBN 978-85-7541-355-5.

OPAS/OMS BRASIL. Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa - Álcool**. 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093. Acesso em: 03 ago. 2020.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação v.1, n.1, p.1-8, 2013.

SUONIO S, Saarikpski S, Kauhanen O, Metsapelto A, Terho J, Vohlonen I. **Smoking does affect fecundity**. Eur J Obstetr & Gyn Reprod Biol 1990; 34: 89-95. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572001000400006&script=sci_arttext&tlng=PT. Acesso em 03 ago.2020

VILA, Ana Carolina Dias. **A endometriose e sua relação com a infertilidade feminina e fatores ambientais.** 2007. 71 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais e Saúde, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2007.

ISSN 2178-9428

OS CRIMES INFORMÁTICOS E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE: UMA BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

DOLINSKI, Kamila Camargo[46]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[47]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do Direito Digital no cenário brasileiro, com enfoque nos crimes informáticos. Este artigo irá abordar o surgimento da internet, até o surgimento da rede mundial de computadores e sua chegada ao Brasil. Quanto aos crimes informáticos estes serão definidos e diferenciados, pois apenas com este conhecimento básico o leitor poderá entender sobre os perigos que sofre nas redes de internet, além disso a partir da exposição dos crimes de *Ransomware* a Legislação brasileira será indagada de forma crítica.

Palavras-chave: Direito Digital. Crimes Informáticos. Legislação. Internet. Ransomware

1 INTRODUÇÃO

Área que apresenta um crescimento constante, mas que ainda é pouco explorada no cenário brasileiro, o Direito Digital vem se tornando cada vez mais influente e necessário no ambiente jurídico, são diversos os setores de abrangência, neste trabalho iremos tratar especificamente dos crimes cometidos no ambiente digital.

No ano de 2014, houve uma grande conquista para essa área jurídica com o Marco Civil da Internet, nesse ano foi decretada a Lei n° 12.965/2014, este momento foi de suma importância para o crescimento do Direito Digital, pois foi a partir disto que o usuário da internet passou a ter seus direitos prescritos em lei e o ambiente tecnológico passou a conter maior fiscalização.

No entanto, os crimes ainda passam despercebidos, baseado nisso este trabalho tem como objetivo analisar o porquê essa Legislação ainda é tão ineficiente no cenário brasileiro, expondo ao leitor o início da internet e da rede mundial de computadores bem como o crime de sequestro de dados e os *Ransomwares*, analisando-os juntamente com a Legislação Brasileira.

[46] Graduanda do curso de Direito, 2° semestre, Centro Universitário Campo Real, Guarapuava-PR
[47] Professor orientador do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real, Guarapuava-PR

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho trata-se de um resumo de assunto, pois efetuou-se uma pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por especialistas no assunto, valendo-se então de objeto bibliográfico e de uma abordagem qualitativa referente ao tratamento de dados.

Partindo disso, Nunes e Madrid (2019) nos informam que a internet possui origem antes mesmo da rede mundial de computadores, sendo que a primeira teve seu início em setembro de 1969 com a Arpanet, este projeto além de auxiliar os serviços militares estadunidenses, visava mobilizar recursos de pesquisas universitárias, logo o fluxo de informações aumentou exageradamente, e esta rede ficou sobrecarregada, então foi necessário realizar a divisão entre os serviços e assim surgiu a Milnet, sendo que este serviço ficou responsável pelas atividades militares e a Arpanet continuou sendo utilizada para as demais atividade universais.

No entanto de acordo com Estrella (2019) a comunicação entre diferentes lugares do mundo só foi possível quando Tim Berners-Lee, em 12 de novembro de 1990) juntamente com Robert Cailliau criou o projeto WorldWideWeb, que seria composto de uma teia de documentos ligados por hiperlinks, que atualmente são visualizados por *browsers.* No Brasil, esta comunicação passou a ser utilizada pelos governos estaduais e órgãos federais apenas em 1991, então, a partir disso essa rede de comunicação cresceu rapidamente e a Legislação Brasileira não foi capaz de acompanhar essa velocidade, por isso, os crimes informáticos passaram a ter maior espaço e maior facilidade para serem cometidos.

O crime informático possui algumas classificações, sendo elas: crimes informáticos impróprios, crimes informáticos próprios, crimes informáticos mistos e crime informático direto ou indireto.

Abordando o crime de sequestro de dados, sabe-se que um dos principais métodos utilizados para a execução desse crime é o *Ransomware*, segundo Nunes e Madrid (2019) esse vírus funciona de maneira silenciosa e passa despercebido até mesmo pela Legislação. O *Ransomware* é facilmente difundido a partir de links que são enviados no e-mail da vítima, ou em sites maliciosos da internet. Além disso é importante destacar que o *Ransomware* deve ser considerado a partir de dois aspectos, o aspecto tipo *malware* e o fenômeno criminoso ou atividade criminosa.

ISSN 2178-9428

Partindo para a análise da Legislação Brasileira percebe-se que esta possui inúmeros problemas nas Leis até aqui sancionadas: Leis nº 12.737 e nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, e Lei n° 12.965 de 23 de abril de 2014. A primeira lei trata da invasão de dispositivos eletrônicos, esta lei informa que o crime somente ocorrerá com a violação indevida do dispositivo, logo, se o dispositivo carece de mecanismos de segurança, a ação será considerada apenas uma conduta atípica.

A Lei n° 12.735 determina que órgãos da polícia judiciária devem criar delegacias especializadas no combate a crimes informáticos, atualmente, existem dezessete delegacias especializadas em Cibercrimes no Brasil. Já a Lei n°12.965, estabelece os princípios, garantias e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Sendo então evidente, a ineficácia da Legislação, pois além da Lei não funcionar de maneira prevista, ela possui inúmeras falhas prejudicando os cidadãos brasileiros que ficam vulneráveis aos crimes do ambiente digital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, observa-se que neste trabalho foram apresentados os principais fatos ligados à internet, desde o seu surgimento em 1969, momento em que ela era utilizada apenas pela comunidade científica e pelos militares estadunidenses, partindo então para a primeira rede de computadores mundiais em 1990, momento em que foi apresentado o projeto WorldWideWeb até a utilização da internet no Brasil em 1991. Também foi possível a compreensão dos crimes informáticos e das suas classificações: impróprio; próprio; misto; mediato ou indireto, bem como o crime específico do *Ransomware*, e do sequestro de dados.

Com a abordagem das leis tornou-se evidente que no cenário brasileiro tais crimes ainda não receberam sua devida atenção devido as pouquíssimas leis que abordam este cenário na sociedade, além da ineficiência das leis que atualmente existem.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei n. 12.735, de 30 de novembro de 2012. **Código Penal**. Disponível em**:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm>**.** Acesso em: 23 de maio de 2020.

ISSN 2178-9428

_____. Decreto-Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. Decreto-Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

ESTRELLA, C. F. **O que é a Rede Mundial de Computadores**. Hostinger**.** Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/tutoriais/rede-mundial-de-computadores/> Acesso em 22 de maio de 2020.

NUNES, D. R. O Fenômeno do *Ransomware* e o seu enquadramento jurídico penal. **CyberLaw**. ISSN 2183-729 v.8, 2019.

NUNES, M. V. A.; MADRID F. M. L. Crimes Virtuais: o desafio do Código Penal na atualidade e a impunidade dos agentes. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica** - ISSN 21-76-8498 v.15, n. 15, 2019.

ROSSINI, Augusto Eduardo Souza. **Informática, telemática e direito penal**. São Paulo: Memória jurídica, 2004.

VIANNA, T. **Crimes informáticos** / Túlio Vianna; Felipe Machado – Belo Horizonte: Fórum, 2013. 112 p.

ISSN 2178-9428

BULLYING: DEFINIÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

MARTINS, Guilherme Henrique[48]
DIAMANT, Maria Luciana[49]
ROSAS, Rudy Heitor[50]

RESUMO: Através da revisão bibliográfica de livros e de trabalhos acadêmicos e artigos encontrados na internet, neste trabalho será abordado como tema principal a prática do *bullying*. Onde este tema será conceituado, demonstrando como é feita a sua identificação, quais são as partes envolvidas e as suas respectivas consequências para as mesmas, e como a legislação brasileira lida com este tema, mesmo não havendo uma Lei específica que contemple este assunto.

Palavras-chave: *Bullying circle. Bully*. Vítima. Espectador. ECA.

1 INTRODUÇÃO

O *bullying* é uma palavra de origem inglesa, cujo o seu significado é traduzido como o ato de bulir, zombar, ridicularizar. Esta palavra define a prática de atos violentos, intencionais e repetitivos, que visam a humilhação, intimidação ou até mesmo a agressão física da vítima, que geralmente, é alguém que não compreende os motivos que levam à tal agressão e nem consegue se defender delas (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003).

Neste trabalho iremos demonstrar como identificar este ato quando praticado, quem são as partes envolvidas e as consequências ocasionadas no indivíduo e, por fim, como a nossa legislação aborda este tema.

2 DESENVOLVIMENTO

Para identificação do *bullying* existem determinadas características que permitem diferenciá-la de outras formas de violência: A primeira característica é a agressividade, justamente pela natureza do ato em querer humilhar, ferir, constranger alguém. Essa agressividade não se restringe somente à violência física, mas também pode ocorrer por meios indiretos, isto é, verbal, social, dentre outras; A segunda

[48] Acadêmico do Curso de Engenharia Agronômica, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[49] Acadêmica do Curso de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[50] Graduado em Direito pela Faculdade Campo Real, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor de Criminologia no Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Advogado.

ISSN 2178-9428

característica é a intencionalidade, em que o agressor, também conhecido como *bully*, tem o propósito de atingir a vítima, de forma ciente e, às vezes, premeditada; A terceira característica é a frequência, exatamente pelo *bullying* ser um ato repetitivo, que envolve um mesmo padrão comportamental e que se repete ao longo de um mesmo período, que podem ser dias, semanas ou meses. Tornando a vítima suscetível a receber os mais variados tipos de agressão; E, por fim, o desequilíbrio de poder, pois os *bullies* tiram proveito de sua força física, de sua popularidade ou mesmo de eventuais informações desagradáveis, afim de atingir fisicamente, ou moralmente, as suas vítimas (HORTA; VARGAS NETO, 2016).

Segundo Olweus (2003) e Limber & Olweus (2010), o *bullying* possui um processo peculiar no modo de como funciona chamado de *bullying circle*, que é constituído pela ação e reação de cada uma das partes envolvidas deste ato, sendo elas: o agressor, a vítima e os espectadores.

O agressor é caracterizado como o sujeito que começa o *bullying* e possui participação relevante durante todo o evento. A pessoa que é a parte agressora é tida como alguém que exerce a sua autoridade utilizando-se de força física e/ou psicológica, demonstrando a sua necessidade de poder e dominação (OLWEUS, 1997; OLWEUS, 2003). Este agressor, geralmente, não possui causa ou algum motivo específico para expressar tais comportamentos agressivos à vítima. Sendo que, ao expressá-los diante dos colegas, eles podem tomar este ato como um modelo a ser seguido (ANTUNES, 2008; FANTE, 2005).

De acordo com Fante (2005) e Olweus (1997, 2003), a vítima pode ser classificada em dois tipos: provocadora ou passiva. A vítima provocadora demonstra comportamentos agressivos e ansiedade, reagindo as reações agressivas de seus colegas. A vítima passiva é definida como uma pessoa quieta, tímida e solitária, que quando ocorre o *bullying*, esta pessoa é incapaz de pedir ajuda ou de se defender e, normalmente, não responde às agressões violentamente.

Os espectadores podem ser classificados de três modos: Os que participam do *bullying* e apoiam o agressor durante o ato; Os que tomam a atitude de ajudar e proteger a vítima; E os que veem as agressões acontecendo, porém, nada fazem para ajudar a vítima por medo de sofrerem represálias por parte do agressor e acabarem tornando-se as próximas vítimas (FANTE, 2005; LIMBER; OLWEUS, 2010; LOPES NETO, 2005).

ISSN 2178-9428

Por apresentar violência física e/ou psicológica, o bullying costuma trazer consigo efeitos de curto e longo prazo para todos os participantes. Em curto prazo, pode-se considerar que a vítima apresente insônia, reações psicossomáticas, pensamentos depreciativos e dificuldades na interação com demais colegas. Em longo prazo, a vítima pode apresentar dificuldade em se relacionar com outras pessoas e as ações que experienciou podem influenciar no surgimento de quadros depressivos e, possivelmente, levar ao suicídio. Com relação ao agressor, pode haver em curto prazo a consolidação de uma conduta autoritária que implicará consequências mais adiante, como dificuldades de relacionamento em virtude de um histórico de comportamentos agressivos. Ao longo da vida, o agressor também pode se tornar propenso a cometer atos infracionais. Quanto aos demais envolvidos, é possível que desenvolvam problemas de relacionamento interpessoal no decorrer da vida, mesmo que não tenham tido participação ativa nas agressões (FANTE, 2005; PEREIRA, 2008).

Por não haver tipificação específica do *bullying* no Código Penal Brasileiro (CP) e tendo em vista que o mesmo pode ser um conjunto de condutas ou ações cometidas contra alguém ou um grupo específico de pessoas, há a possibilidade do enquadramento de tais atos à um tipo penal correspondente, caracterizando-o como crime (HORTA; VARGAS NETO, 2016).

A seguir, será relatado alguns exemplos de crimes, enquadrados no Código Penal brasileiro, que podem ser praticados durante o *bullying*, com o número do artigo que trata disso e as suas respectivas penas: Práticas contrarias a **integridade corporal** poderão ser enquadrados como “**Lesão corporal**. Art. 129. - (...): Pena - detenção, de três meses a um ano.”; Disseminar **afirmações falsas e desonrosas** contra outra pessoa é crime contra a honra. “**Calúnia**. Art. 138 - (...): Pena - detenção, de seis meses a dois anos e multa. § 1º - (...).”; **Desacreditar alguém publicamente fazendo perder a boa fama ou a reputação**, crime de “**Difamação**. Art. 139 - (...): Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.”; **Ofender a dignidade e o decoro de alguém**, crime de “**Injúria**. Art. 140 - (...): Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 2º - (...): Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. § 3º - (...): Pena - reclusão de uma a três anos e multa.”; **Violência física ou moral, contra a liberdade pessoal**, crime de “**Constrangimento ilegal**. Art. 146 - (...): Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa. Aumento

ISSN 2178-9428

de pena: § 1º - (...). § 2º - (...).”; **Causar mal injusto e grave, ainda contra a liberdade pessoal**, crime de “**Ameaça**. Art. 147 - (...): Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.”; **Causar prejuízo material contra o patrimônio**, crime de “**Dano**. Art. 163 - (...): Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. (BRASIL, 1940).

Segundo o art. 103, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), condutas tipificadas como contravenção penal ou crime cometido por uma criança ou adolescente é definido como ato infracional (BRASIL, 1990). Logo, os atos infracionais realizados por crianças e adolescentes que resultem em violência física e/ou psicológica, que ocorram de forma repetitiva, com o propósito de intimidação sistemática à alguém, são considerados *bullying* (HORTA; VARGAS NETO, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a forma como o *bullying* é exercido entre as crianças e adolescentes (e também por adultos), este ato pode ser de difícil identificação no meio social por pessoas que desconhecem do assunto. A divulgação deste tema para a população em geral é de suma importância! Uma vez que, dia após dia inúmeras pessoas sofrem com isso, muitas vezes em silêncio, sem sequer terem coragem de pedir ajuda à alguém. E quando o fazem, geralmente, tem o seu problema relativizado por causa da inaptidão da pessoa, à qual foi solicitado o socorro, em lidar com esta situação. Somente assim será criada uma conscientização coletiva acerca deste problema para a sociedade e, no caso do ambiente escolar onde ocorre a maioria dos casos de *bullying*, possibilitará a capacitação de profissionais da educação para identificar e coibir esta prática.

Conforme o estabelecido no artigo 1º do Código Penal brasileiro e no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, que diz: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;” e por não existir o *bullying* como tipo penal específico no CP, há a necessidade da criação de uma Lei específica que unifique as várias tipificações penais que estão relacionadas ao *bullying* e que possa garantir a devida responsabilização dos envolvidos, sejam pessoas de menor ou maior idade.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

ANTUNES, D. C. **Razão instrumental e preconceito: reflexões sobre o *bullying***. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2443/1789.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1940.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

FANTE, C. **Fenômeno *bullying* - como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus Editora, 2005.

HORTA, B.; VARGAS NETO, E. J. ***Bullying*, ética e direitos humanos**. Curitiba: Abrace - Programas Preventivos, 2016.

LIMBER, S. P.; OLWEUS, D. ***Bullying in school: evaluation and dissemination of the Olweus Bullying Prevention Program***. 2010. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/43180648_Bullying_in_school_Evaluation_and_dissemination_of_the_Olweus_Bullying_Prevention_Program>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LOPES NETO, A. A. ***Bullying* - comportamento agressivo entre estudantes**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LOPES NETO, A. A.; SAAVEDRA, L. H. **Diga não para o *bullying* - programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

OLWEUS, D. ***A Profile of Bullying at School***. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279570438_A_profile_of_bullying_at_school>. Acesso em: 23 ago. 2020.

OLWEUS, D. ***Bully/victim problems in school: facts and intervention***. 1997. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF03172807>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência - estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças**. Cidade do Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2008.

ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS NO BRASIL

BIF, Julie Any Araujo[51]
MARCANTES, Karen Falchini[52]
PITURRA, Letícia Carneiro[53]
COTLINSKI, Solange Cristina Costa[54]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Esse estudo aborda a prevalência da Anemia Ferropriva em crianças. Essa doença hemolítica é causada por uma deficiência de ferro, que acarreta uma instabilidade na produção das hemácias e, por conseguinte, promove um desequilíbrio no organismo. O material utilizado para a coleta de dados foram artigos científicos, revisões bibliográficas e livros. Dessa forma, essa revisão bibliográfica expõe quais os critérios para diagnóstico, prevenção, tratamento e causas da anemia ferropriva em crianças. Além disso, foi possível compreender que a anemia ferropriva constitui um problema de saúde pública, necessitando de um diagnóstico prévio para evitar complicações futuras.

Palavras-chave: Anemia ferropriva. Criança. Deficiência de ferro. Prevalência. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A anemia, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida pela queda da hemoglobina no sangue, com queda do hematócrito e da contagem de hemácias no sangue, no qual, tornam-se insuficientes para atender as necessidades fisiológicas e pode indicar uma possível doença. Sendo assim, ela pode ser causada por diversos fatores dentre eles, deficiência de ferro e outros micronutrientes, perdas sanguíneas, infecções e patologias, e uso de medicações específicas que impeçam ou prejudiquem a absorção de certos nutrientes (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

A principal anemia nutricional é a ferropriva, ela é causada pela deficiência de ferro no organismo e é uma das maiores causas de anemia no mundo. Essa anemia é bastante frequente em crianças, principalmente, nas menores de três anos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018). Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde publicada em 2009, a prevalência de anemia ferropriva em crianças menores de cinco anos era de 20,9% (BRAGA, 2010). No entanto, esse índice muda conforme os níveis sociais e a distribuição geográfica do

[51]Acadêmica de Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real
[52] Acadêmica de Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real
[53] Acadêmica de Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real
[54]Médico, docente do Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

país, uma vez que a prevalência dessa anemia em crianças chega a mais de 53% na região Norte e Nordeste (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

Nos recém-nascidos, a anemia ferropriva é comum, pois a maior parte do ferro está na hemoglobina circulante e durante os primeiros 2 a 3 meses de vida ela reduz, além disso, uma quantidade considerável de ferro é reciclada. Ademais, as reservas de ferro em bebês a termo são suficientes para a formação do sangue nos primeiros 6 a 9 meses de vida. Porém, isso não ocorre naqueles que nasceram com baixo peso ou tiveram perda sanguínea, já que, seus estoques de ferro são menores. A anemia ferropriva infantil, portanto, se deve principalmente a deficiências nutricionais, mas também a perda sanguíneas e o clampeamento precoce do cordão umbilical (KLIEGMAN, 2016). Sendo assim, essa revisão bibliográfica sobre o tema "Anemia ferropriva em crianças no Brasil" tem por objetivo abordar essa doença hemolítica por meio de suas causas, diagnóstico, prevenção e tratamento nas crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Estudo realizado com busca de dados sobre Anemia Ferropriva em Crianças. As buscas foram realizadas em livros e plataformas online como Tratado de Pediatria, SciELO e Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria, respectivamente, nos idiomas português e inglês. Utilizaram-se livros, cartilhas e artigos científicos publicados entre 2001 a 2018. Os termos utilizados nas buscas foram "anemia ferropriva", "crianças" e "Brasil". Na busca foram incluídos artigos originais, estudo de casos clínicos e cartilha e diretrizes.

2.2 DISCUSSÃO

2.2.1 ETIOLOGIA

A anemia ferropriva nas crianças ocorre quando há falta do ferro na alimentação, dificuldade de absorção, hemorragia ou quando ocorre um desequilíbrio

ISSN 2178-9428

no metabolismo do ferro (BRAGA, 2010). Nas crianças a partir de 6 meses, o ferro recebido intraútero esgota e a principal fonte deste micronutriente passa ser a alimentação. No entanto, muitas vezes ocorre o desmame precoce da criança, somado a uma dieta inapropriada. Esses fatores, juntamente com o crescimento acelerado da criança leva uma baixa do ferro no organismo, que pode resultar em uma anemia ferropriva. A constituição familiar também é um fator importante que pode contribuir para esse tipo de anemia, uma vez que em famílias com um maior número de crianças faz com que a demanda por alimentos aumenta e, muitas vezes, devido a renda, não é possível supri-la (SILVA 2001).

Além disso, recém nascidos com baixo peso e prematuros também são um fator de risco para essa anemia, uma vez que eles não apresentam estoques adequados desse micronutriente. Ademais, as perdas sanguíneas são a segunda causa de anemia ferropriva nas crianças, posto que nessa fase as crianças estão sujeitas a sangramentos gastrointestinais, refluxo gastroesofágico, gastrite, duodenite e parasitoses intestinais (SILVA, 2001).

2.2.2 DIAGNÓSTICO CLÍNICO E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL

O diagnóstico da anemia por deficiência de ferro é feito por meio de sinais e sintomas como apatia, cansaço, fadiga, irritabilidade, taquicardia, taquipneia, sopro cardíaco, palidez cutâneo-mucosa, unhas quebradiças, atraso de desenvolvimento e estomatite angular (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018). Entretanto, a maioria das crianças com deficiência de ferro não apresenta sintomas e a deficiência de ferro pode causar efeitos sistêmicos não hematológicos, prejudicando a função neurocognitiva, por exemplo. A triagem laboratorial é recomendada aos 12 meses de idade ou mais cedo em casos mais graves (KLIEGMAN, 2016). Dentre os exames laboratoriais a serem feitos estão, estoque de ferro através da ferritina; ferro sérico, saturação da transferrina e capacidade total de ligação de transferrina para ver a deficiência de ferro; e hemoglobina e hematócrito para ver anemia. Além disso, o volume de hemoglobina presente nos reticulócitos representa o volume de ferro disponível para eritropoese, e é um indicador precoce da anemia ferropriva e déficit de hemoglobinização (valor relativo 0,5 a 2% e valor absoluto 25000-85000/mm^3) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018). Dessa forma, a anemia ferropriva

ISSN 2178-9428

na infância se resulta em uma anemia microcítica e hipocrômica, com amplitude de distribuição dos glóbulos vermelhos (RDW) aumentado, reticulócitos e diminuídos, ferritina e hemácias diminuídas, capacidade total de ligação do Fe (CTLF) aumentada, saturação da transferrina diminuída e pode haver plaquetose também (KLIEGMAN, 2016). A tabela 1 mostra os estágios da deficiência de ferro na pediatria.

Tabela 1. Estágios da deficiência de ferro

Estágio 1 - Depleção de Ferro	
Ferritina	<12 µg/L em crianças menores de 5 anos; <15 µg/L para crianças entre 5 e 12 anos
Estágio 2 - Eritropoiese deficiente	
Ferro sérico	< 30 mg/dl
Saturação de transferrina	< 16%
Capacidade total de ligação de ferro	> 250 a 390µg/dl’
Estágio 3 - Anemia	
Hemoglobina	< 11g/dl para crianças de 6 a 60 meses; < 11,5g/dl para crianças de 5 a 11 anos de idade
Hematócrito	< 33% para crianças de 6 a 60 meses; < 34% para crianças de 5 a 11 anos de idade

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018

2.2.3 Prevenção e tratamento

Ao se confirmar o diagnóstico de anemia ferropriva na criança e identificar a sua causa, é importante que seja feito um tratamento de forma correta e emergencial, com um acompanhamento e tempo adequado. Sendo assim, o médico deve focar em ações de educação alimentar e nutricional (EAN) aos pais, focando na importância do aleitamento materno exclusivo ou com fórmulas até os 6 meses de vida da criança e como deve ser feito a introdução de outros alimentos a partir desse tempo, principalmente aqueles que são fontes ricas de ferro e aqueles que ajudam na absorção e biodisponibilidade do mesmo. O tratamento profilático em crianças é feito

ISSN 2178-9428

com suplementação de sais ferrosos, sendo o sulfato ferroso o mais usado, por via oral conforme a idade gestacional ao nascimento e o peso ao nascer. Sendo assim, a suplementação com ferro deve começar a partir dos 3 meses de idade e ser mantida até o segundo ano de vida, independentemente do tipo de aleitamento (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

A monitorização do quadro é feito com exames laboratoriais de hemograma completo e reticulócitos a cada 30 a 60 dias, e dosagem de marcadores do estoque de ferro-ferritina, com 30 e 90 dias. Normalmente o tratamento dura em torno de 6 meses ou até que os estoques de ferro esteja em valores normais (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível a alta incidência de casos de anemia ferropriva em crianças no Brasil, por esse motivo é de vital importância que esse quadro anêmico tenha um diagnóstico precoce para evitar comprometimentos futuros. Ademais, a pesquisa se justifica no atual cenário social, considerando que a anemia ferropriva é um problema de saúde pública grave pela sua prevalência. Portanto, a consulta de pré-natal com um pediatra é de suma importância para a prevenção da anemia em crianças, já que, o médico tem um maior conhecimento sobre história clínica da gestante e pode ajudar quanto a orientação ao aleitamento materno, introdução de alimentos complementares e suplementação profilática de ferro.

4 REFERÊNCIAS

BEHRMAN, R. E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, H. B. **Nelson Tratado de Pediatria**. 20ª edição. Elsevier, 2016.

BRAGA, Josefina AP; VITALLE, Maria Sylvia S. Deficiência de ferro na criança. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 32, p. 38-44, 2010.

LOPEZ, F.A.; JÚNIOR, D.C.; **Tratado de Pediatria - Sociedade Brasileira de Pediatria.** 4ª edição. Manole, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher-PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. 2009.

SILVA, Loraine Storch Meyer da; GIUGLIAN, Elsa Regina Justo; AERTS, Denise Rangel Ganzo de Castro. Prevalência e determinantes de anemia em crianças de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 66-73, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Consenso sobre anemia ferropriva: mais que uma doença, uma urgência médica**. Departamento de nutrologia e hematologia-hemoterapia. N2, Junho, 2018.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

XXX: A INCITAÇÃO AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA PORNOGRAFIA ADULTA

KAZMIERCZAK, KetelinKarina[55]
SANTOS, Carla Ribas[56]
ZAMPIER, Bruno[57]

RESUMO: O presente trabalho abordará o tema de incitação ao estupro de vulnerável e ao abuso sexual infantil na pornografia adulta e quais as consequências jurídicas desse ato. Caberá também demonstrar o por que a pornografia adulta se tornou prejudicial e criou uma cultura de tolerância ao estupro de vulnerável.

Palavras-chave: Incitação, estupro, criança, pornografia, mídias

1 INTRODUÇÃO

Pornografia é o termo utilizado para definir imagens obscenas instigam pensamentos libidinosos, o estudo da prostituição ou ainda coleção de gravuras e pinturas de caráter sexual, como define o dicionário.

Nesta temática percebe-se que a indústria pornográfica teve um crescimento gradativo nos últimos tempos, hoje é de livre acesso qualquer tipo de pornografia adulta (mesmo que indicado apenas para pessoas maiores de 18 anos).

Contudo, notou-se nos sites de pornografia que disponibiliza vários tipos de gêneros pornográficos, um deles é o chamado: “incesto, ou sexo entre pai e filha” que, ao acessar o conteúdo, vê-se uma atriz mulher, de estatura magra e pequena, trajada de roupas de crianças e o outro ator personagem homem com as mesmas características desta, e que isto nos levaria a impressão que a atriz, e o ator se passam por crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

Sobre pornografia, define-se como sendo todo material sexualmente explícito que é primariamente designado a produzir excitação sexual no público que assiste (MIOTTO 2012).

[55]Cursando Direito no Centro Universitário Campo Real, no 8° período.
[56]Cursando Direito no Centro Universitário Campo Real, no 8° período.
[57]Professor de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Em sua etimologia a palavra pornografia, deriva do grego “*pornographos*”, formada pela junção de “*porne*”, que significa prostituta, com a palavra “*graphein*”, que se refere a escrita. Esse conceito é aquele que diz a respeito de escrever sobre prostitutas, onde há a representação de situações sob a forma de desenho, texto ou exposto em outras mídias.

A indústria pornográfica é a que mais cresce, seus números são elevados por dia, e os vídeos, chamados “pornôs” postados nos sites chegam a um grande número de visualizações. Devido a situação que estamos referindo-se ao período de quarentena, os acessos a pornografia cresceram em 25%, além de todos os filmes nacionais e internacionais já produzidos.

Logo, o acesso à pornografia é muito simples e embora tenha a restrição de idade para assistir os vídeos, que é 18 (dezoito) anos, os sites são públicos e atingem um número indeterminado de pessoas de diferentes idades.

No que se refere os sites pornográficos, percebe-se que existem vários tipos de gêneros nos vídeos, um deles que se pretende criticar é o “sexo entre pai e filha, incesto, sexo entre mãe e filho, menor e etc.” Nesses gêneros, vê-se a imagem de dois personagens no vídeo, um homem e uma mulher, ou vice-versa, ambos têm a figura e semblante parecido com a de uma criança.

Os atores e atrizes se vestem como crianças nos vídeos pornográficos, geralmente são de uma estatura baixa e magra, dando a impressão de se tratar de pornografia infantil, estupro de vulnerável e abuso sexual infantil, embora os atores tenham mais de 18 anos.

2.1 DA INCITAÇÃO AO CRIME

“Incitar” significa, respectivamente, reforçar, reproduzir, provocar ou estimular algo. A partir do gênero apresentado, vemos que o vídeo apresenta de forma explicita um ator mais velho, tendo relações sexuais com o que aparenta ser uma criança. Desta maneira, incita ao crime de estupro de vulnerável e de pornografia infantil, pois sugere-se que ter relações sexuais com um menor de idade é prazeroso e aceitável.

Aquele que depende do sexo, constrói ao seu redor um mundo inteiramente fantasioso pela pornografia, mediante a isso, esse indivíduo condiciona sua satisfação

ISSN 2178-9428

sexual a uma pessoa idealizada e ainda, a pornografia faz com que ele dependa de objetos e fantasias sexuais (NEVES 2009).

O indivíduo irá construir um mundo em torno da pornografia e ainda há uma grande chance de que suas necessidades sexuais se atentem a ter relações sexuais com menores, uma vez que vendo o vídeo dos sites pornográficos poderá ser um fator para ele.

O Código Penal em seu artigo 286, dispõe sobre a incitação a pratica de um crime e com pena de detenção de três a seis meses, ou ainda a aplicação de multa.

O crime de incitação para ser consumado só precisa ser público e atingir um número indeterminado de pessoas, como é a pornografia. E embora a consequência da incitação seja criminosa, os responsáveis pelos sites pornográficos não são responsabilizados.

2.2 DO ESTUPRO DE VUNERÁVEL

Cabe-se demonstrar a responsabilidade de quem comete o crime de estupro contra menor, incitado ou não pela pornografia. Dispõe o art. 217 – A do Código Penal:

> Art. 217 – A Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinosocom menor de 14 (catorze) anos: Pena — reclusão, de 8 (oito) a 15(quinze) anos. § 1o Incorre na mesma pena quem pratica as açõesdescritas no caput com alguém que, por enfermidade oudeficiência mental, não tem o necessário discernimento para aprática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não podeoferecer resistência. § 2o (Vetado.) § 3o Se da conduta resulta lesãocorporal de natureza grave: Pena — reclusão, de 10 (dez) a 20(vinte) anos. § 4o Se da conduta resulta morte: Pena — reclusão,de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Também o que menciona o Estatuto da criança e do Adolescente(Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), no art. 241- E:

> Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Deixando-se assim claro de que, incide em crime aquele que envolve pessoas, aparentemente parecidas com crianças, de forma a criar conteúdo sexual disponível

ISSN 2178-9428

ao público, para que gere lucro, disseminando a ideia de que é lícito ou aceitável praticar tais atos.

2.3 DA CRITICA A EXCLUDENTE DE ILICITUDE

Ainda com relação a responsabilidade, o artigo 218-C, §2° do Código Penal estabelece que:

> § 2º Não há crime quando o agente pratica as condutas descritas no caput deste artigo em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Os vídeos pornográficos de incesto são consumidos diariamente e sem responsabilização jurídica por atentarem contra o art. 218- C, realmente os atores pornôs devem ter mais de 18 anos para participar dessa indústria, porém qualquer ato que incite a um crime ou faça apologias deveriam ter a verificação do legislador e ainda o dever de responsabilização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de hoje que os crimes são escondidos, ou romantizados na mídia para a obtenção de lucros e de audiência. Como exemplo, muito se discute sobre a questão de um crime estar explicitamente ou implicitamente em um meio de entretenimento como cinema ou literatura, geralmente esses meios não trazem uma forma de combater o crime e se fazer jus ao direito, e sim são apenas para chamar a atenção do público.

Enquanto a indústria produz e vende pornografia, que nos dias de hoje são um dos maiores produtos consumidos, os indivíduos desfrutam do que a pornografia oferece, o que lhe causa cada vez mais consequências. Afinal, como já dito, os crimes de estupro e abuso sexual infantil podem ser influenciadas por esse tipo de conteúdo.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União,Rio de Janeiro, 31 dez.1940.Disponível em:

ISSN 2178-9428

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10ago. 2020.

NEVES, Ana Sofia Pereira da Silva. **Dependência de pornografia na internet: estudo sobre os hábitos de consumo dos alunos da Universidade de Aveiro**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Multimídia) - Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Aveiro 2009. Disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1173/1/2009001322.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOPES, Ana Sofia Semedo Pereira. **Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual**. 125 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Aconselhamento) – Universidade Autónoma De Lisboa, Departamento de Psicologia e Sociologia, Lisboa, 2013. Disponível em:<http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/286/1/TeseUAL2013.pdf>. Acesso em: 10 ago.2020.

MIOTTO, Lucas. **O que há de errado com a pornografia? Fundamento: Revista de Pesquisa em Filosofia**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 4, p.109-123, 2012. Jan–jun.

ISSN 2178-9428

PODER DE POLÍCIA E DELEGAÇÃO

SANTOS, Thaisa Klosowski Pacheco[58]
SILVA, Arli Pinto[59]

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto o tema Poder de Polícia, especificamente a possibilidade de delegação do mesmo, tendo como objetivo dispor sobre suas principais características e motivos de sua indelegabilidade, demonstrando, ainda, possíveis casos em que a delegação é possível. É de grande importância o conhecimento sobre o Poder de Polícia, o que ele é, tendo noção de sua importância para a administração pública bem como para a sociedade em geral. Os materiais utilizados foram livros didáticos sobre Direito Administrativo, bem como um site de apoio. O método utilizado foi o bibliográfico.

Palavras-chave: Administração. Poder de Polícia. Delegação.

1 INTRODUÇÃO

O Poder de Polícia é uma das quatro espécies de poderes a serem exercidos pela Administração Pública. Este Poder se baseia principalmente no princípio da Supremacia do Interesse Público, pois estabelece limitações ao exercício de liberdades individuais e ao direito de propriedade do particular, visando o interesse da população. Sendo, por sua vez, uma atividade estatal restritiva dos interesses privados.

Nas palavras de Alexandre Mazza:

> Poder de Polícia é a atividade da Administração Pública, baseada na lei e na supremacia geral, consistente no estabelecimento de limitações à liberdade e propriedade dos particulares, regulando a prática de ato ou a abstenção de fato, manifestando-se por meio de atos normativos ou concretos, em benefício do interesse público. (MAZZA, 2018, p. 435).

Muito se confunde o Poder de Polícia da administração como sendo apenas as instituições públicas responsáveis pelo oferecimento de segurança pública. Porém, se mostra muito mais abrangente, uma vez que consiste em toda atividade estatal de fiscalização. Também é importante ressaltar que o poder de polícia é exercido pela polícia administrativa, que incide sobre bens e direitos, e não pela polícia judiciária, a

[58] Acadêmica do curso de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[59] Professor do curso de Direito no Centro Universitário Campo Real e na Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Mestre em Direito do Estado pela UFPR, Graduado em Direito pela UEPG, Sócio da Tahech Advogados Associados.

ISSN 2178-9428

qual incide sobre pessoas (e é responsável por evitar e punir infrações às normas penais).

Há, na doutrina, certa pacificação sobre a indelegabilidade dos atos do Poder de Polícia, uma vez que resultaria numa desigualdade entre os particulares, desrespeitando o artigo 5º, da Constituição Federal de 1988. Porém, uma parte da doutrina admite a delegação em alguns casos excepcionalmente.

O objetivo do presente trabalho é apresentar o Poder de Polícia, a impossibilidade de sua delegação, dispor sobre os motivos para tal, bem como complementar com os casos excepcionais em que a mesma é possível e apresentar os ciclos de polícia visando facilitar a visualização dos atos considerados delegáveis e não delegáveis.

2 DESENVOLVIMENTO

A delegação de competência, existente dentro do Poder Hierárquico por exemplo, é uma forma de ampliação de parcelas da competência de uma autoridade superior para uma autoridade de mesma hierarquia ou ainda de hierarquia inferior. Para ocorrer a delegação, a competência a ser delegada deve ser parcial (não é possível delegar toda a competência de uma autoridade), deve haver motivação (razões para ocorrer), para ter eficácia deve ocorrer a publicidade/formalização, tem que ser por um prazo determinado e pode ser revogado a qualquer momento.

O Poder de Polícia é considerado uma atividade típica de Estado, que busca proteger interesses fundamentais e precípuos, e, portanto, não pode ser delegado. Podendo ser exercido apenas pelas pessoas jurídicas de direito público que fazem parte da Administração Direta e Indireta.

Ao delegar o poder de polícia a particulares surgiria uma desigualdade entre os mesmos, uma vez que um teria maior poder, uma maior supremacia sobre os demais, desrespeitando o artigo 5º da CF/88. Outra questão é que, num Estado Democrático de Direito, o exercício da violência é monopolizado pelo Estado, sendo a única entidade legítima para exercer a autoridade mediante violência.

Citando palavras de Matheus Carvalho sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1717-6, em que o Supremo Tribunal Federal decidiu que o poder de polícia só pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito público (administração

ISSN 2178-9428

direta, autarquias, fundações de direito público), declarando a inconstitucionalidade do art. 58 da Lei 9.649/1998, o qual prevê que os serviços de fiscalização de profissões serão exercidos em caráter privado, por delegação:

> No que tange à possibilidade de delegação, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1717, que analisava a constitucionalidade do art. 58 da lei 9.649/98, declarou que os conselhos reguladores de profissão tem natureza jurídica de autarquia, uma vez que atuam no exercício do poder de polícia, ao estabelecer restrições ao exercício da liberdade profissional e que tal poder é indelegável a particulares. (CARVALHO, 2020, p. 141).

A Lei 11.079/2004, no seu artigo 4º, inciso III, também dispõe sobre a indelegabilidade de algumas funções estatais na contratação de parceria público-privada, dentre elas se encontra o exercício do poder de polícia.

2.1 DELEGAÇÃO E CICLOS DE POLÍCIA

Uma parte da doutrina ainda admite a delegação em casos especiais, que seriam os casos de atividades de execução material das ordens postas pela Administração do ato. Exemplo usado por Ana Cláudia Campos é a demolição de um prédio, em que somente o Estado pode dar a ordem para a demolição, mas uma empresa particular poderá ser contratada para executar o serviço de demolir. (CAMPOS, p. 87).

Existem quatro ciclos que alguns autores dividem o poder de polícia, sendo eles: 1) a ordem de polícia, que seria a imposição de restrições; 2) o consentimento de polícia, que é a autorização de uma atividade mediante o consentimento estatal; 3) a fiscalização de polícia, sendo o controle de atividades com o intuito de verificar seu cumprimento; e 4) as sanções de polícia, que é a aplicação de penalidades pelo descumprimento de normas impostas.

Dando continuidade ao raciocínio da delegação em casos especiais, os ciclos 2 e 3 são delegáveis, uma vez que são considerados atividades materiais. Já os ciclos 1 e 4 são indelegáveis, pois são considerados atividades de império, típicas de Pessoas Jurídicas de Direito Público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

No trabalho realizado foi brevemente apresentado o Poder de Polícia, o que é, algumas de suas principais características, diferença com a Polícia Judiciária (com a qual pode haver similaridades mas não é a mesma), sendo o poder em questão exercido pela Polícia Administrativa.

Foi exposto também o que é a delegação de competência, a opinião majoritária da doutrina que considera o Poder de Polícia indelegável por colocar em patamar de desigualdade os particulares e até mesmo ir contramão do Estado Democrático de Direito. Ainda foi apresentado os chamados “ciclos de polícia”, divisão dada por alguns autores para os atos do Poder de Polícia, divisão a qual facilita a visualização dos atos suscetíveis de delegação.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 7ed. Bahia: Editora JusPODIVM, 2020.

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado**. São Paulo: Editora Forense, 2019.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8ed. São Paulo: Editora Saraiva Jur, 2018.

FONSECA, Gabriel Campos Soares; GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. **É constitucional a delegação do poder de polícia a particulares?.** Conjur, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-31/constitucional-delegacao-poder-policia-particulares>. Acesso em: 06 agosto 2020.

ISSN 2178-9428

LEI 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

SANTOS, Thaisa Klosowski Pacheco dos[60]
ABREU, Guilherme Schroeder[61]

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto a Lei 13.964/2019, mais especificamente o seu artigo 28-A com seus incisos e parágrafos, tendo como objetivo traçar os principais elementos do Acordo de Não Persecução Penal, bem como explanar uma das maiores críticas. Os materiais utilizados foram livros didáticos sobre o Pacote Anticrime, bem como a própria Lei. O método utilizado foi o bibliográfico. Percebe-se a importância de um estudo aprofundado sobre o referido Acordo, para buscar aplicá-lo de maneira legal, correta e justa, de forma que seja um elemento democrático e não resguardado apenas às classes superiores.

Palavras-chave: Pacote Anticrime. Lei 13.964/2019. Acordo.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.964/2019, mais conhecida como Pacote Anticrime, com o Acordo de Não Persecução Penal, trouxe certa flexibilização para a geração da Ação Penal Pública, principalmente do princípio da obrigatoriedade. O princípio da obrigatoriedade impõe proposição e a continuidade da persecução penal a todo delito enquadrado a esse tipo de ação. Com o advento desse acordo, situado no artigo 28-A da lei retro, há uma quebra desse princípio, uma vez que, preenchidos os requisitos necessários e cumpridas as condições, não será gerada a denúncia.

O objetivo para a criação desse acordo seria aliviar o sistema judiciário (que há muito tempo se encontra sobrecarregado e estagnado), pois com o acordo nem se iniciaria a fase processual.

Porém, com o advento dessa forma de justiça negocial, surgiram diversas críticas concernentes aos requisitos e a realidade brasileira. Uma vez que tais requisitos se encaixam em crimes de colarinho branco, desvio de dinheiro, e a maioria das pessoas encarceradas no Brasil (mulheres e homens, negros e pobres) não teriam conhecimento técnico para discutir sobre tal acordo nem mesmo uma defesa técnica que garanta profissionalismo.

[60] Acadêmica de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo real.
[61] Professor do curso de Direito, Mestre pela UFPR, Especialista em Direito Criminal pela Unicuritiba, Especialista em Direito Tributário pelo IBEJ/FESP, Graduado em Direito pela Fundação Regional de Blumenau.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

O conhecimento deste acordo por parte de defensores e dos cidadãos deve se dar de forma integral, para evitar qualquer medida utilizada de maneira abusiva por parte do Estado.

2 DESENVOLVIMENTO

O acordo de não persecução penal se insere na chamada "justiça negocial", conhecida por *plea bargaining*, com a qual guarda relevante proximidade, segundo Vinícius Assumpção (ASSUMPÇÃO, 2020, p. 74). "Plea Bargain" é um instituto norte americano, comum nos países de sistema common law e funciona como um acordo entre a acusação e o réu. Também chamado de contrato, acusação e réu entram em um acordo em que o réu confessa autoria no crime e recebe em troca uma pena menor do que a que poderia pegar se fosse para julgamento e considerado culpado.

Em suma, quando não é caso de arquivamento do inquérito policial, o Ministério Público poderá propor o acordo de não persecução penal ao investigado, desde que existentes os requisitos do artigo 28-A, quais sejam: não ser caso de arquivamento, ter o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal, a qual deve ter ocorrido sem violência ou grave ameaça e tenha pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.

Não será admitido o acordo se for possível a transação penal, se o indivíduo for reincidente ou tiver conduta infratora habitual, se foi beneficiado nos 5 anos anteriores por acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo e ainda não caberá esse acordo se o for crime de violência doméstica ou familiar. (Artigo 28-A, §2º, incisos, do CPP).

Após serem preenchidos os requisitos, serão implementadas algumas condições ao investigado, conforme dispõe os incisos do artigo 28-A, como reparar o dano ou restituir a coisa à vítima.

Para o acordo ser válido ele precisa ser escrito, ter a assinatura do Ministério Público, da pessoa investigada e sua defesa técnica. Então será remetido para o juiz das garantias, que será responsável pela homologação (art. 3º-B, XVII, do CPP).

2.1 CRÍTICAS

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

Há uma grande discussão em relação ao acordo de não persecução penal, uma vez que, em um país como o Brasil, em que a maior parte de encarcerados são homens e mulheres negros e pobres, não teriam técnica para discutir sobre o acordo e não haveria igualdade para a negociação, tendo em vista a disparidade entre o mais fraco em relação ao mais forte, levando em consideração inclusive o déficit de servidores públicos. Como dispõe Soraia da Rosa e Ana Maria "(...) segundo dados do IBGE, para mais de 100 milhões de pessoas maiores de 15 anos e com renda inferior a 03 salários mínimos, há um déficit de mais de 10 mil defensores e defensoras públicos." (MENDES; MARTINEZ, 2020, p. 65)

Existe um debate sobre quem seriam os mais beneficiados com esse acordo, tendo em vista os atuais escândalos políticos. Bem como se essa medida seria eficiente para satisfazer o objetivo para a qual foi criada, desafogar o judiciário. Sobre isso:

> "(...)Entretanto, a considerar que grande parcela dos sistema carcerário brasileiro continua a ser composta por pessoas negras, pobres e que praticaram crimes contra o patrimônio, sem violência ou grave ameaça, como é o caso do furto simples, melhor teria sido a opção legislativa aquela que, se não descriminalizasse tal conduta, a torna-se crime de ação privada. Seguramente, medida como essa "desafogaria" mais o sistema de justiça criminal e os cárceres brasileiros do que a fictícia situação na qual uma pessoa furtadora será posta em uma mesa de "negociações" sem o devido acompanhamento técnico, tendo o Ministério Público de outro lado." (MENDES; MARTINEZ, 2020, p. 65).

As autoras acima escrevem sobre a suposta ineficácia desse método para esvaziar o judiciário, uma vez que abrangeria apenas uma parcela mais rica e mais educada da população do cárcere.

Porém, tem que levar em consideração parágrafos como o 4º e o 5º da referida Lei:

O §4º dispõe que: "para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade." Ou seja, para que não haja vícios, como o de vontade, o juiz, através de uma audiência, verificará a legalidade da medida bem como a sua voluntariedade.

Já o §5º dispõe que o juiz irá analisar as condições do acordo, e, caso as considere irregulares (inadequadas, insuficientes ou abusivas), devolverá os autos ao

ISSN 2178-9428

Ministério Público para sua reformulação com a concordância do investigado e seu defensor.

Apesar do Estado buscar a proteção do investigado nesse caso, dentro do acordo, não se pode negar a desigualdade quando se trata do acesso a esse acordo. Uma vez que a perda da liberdade de um indivíduo pode se dar por mero descaso e ignorância.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho realizado acima foi sucintamente esclarecido sobre o Acordo de não persecução penal, seu objetivo de "desafogar" o sistema judiciário, seus requisitos e condições, onde se encontra no Código de Processo Penal, bem como as situações em que o mesmo não será admitido.

Além disso, noutro momento do trabalho foi exposto uma crítica muito comum feita em torno do acordo, pois, num país como o Brasil, não se sabe até onde pode ser benéfica essa medida. E, principalmente, quais pessoas irá alcançar, uma vez levada em consideração a gritante desigualdade social.

É de muita importância o conhecimento de todos sobre esse acordo, bem como a compreensão, para que, se realmente beneficiar apenas os criminosos de relevante acervo econômico, para que haja pressão popular contra isso.

Porém, até o momento, nada se tem comprovado.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ASSUMPÇÃO, Vinícius. **Pacote Anticrime: comentários à lei n. 13.964/2019**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MENDES, Soraia da Rosa; MARTÍNEZ, Ana Maria. **Pacote Anticrime: comentários críticos à lei 13.964/2019**. São Paulo: Atlas, 2020.

MELO, João Ozorio. **Funcionamento, vantagens e desvantagens do *plea bargain* nos EUA**. Conjur, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-15/funcionamento-vantagens-desvantagens-plea-bargain-eua>. Acesso em: 06 agosto 2020.

ISSN 2178-9428

CENSURA INCONSTITUCIONAL NO ENTRETENIMENTO ANIMADO

DONA, Myrella Kathrina Ferreira[62]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [63]

RESUMO: O trabalho aponta o abuso da censura dentro no mundo do entretenimento, abordando sobre os direitos dos animes, mangás, quadrinhos e desenhos, defendendo sua originalidade e conteúdo. Mostrando sua história e luta contra a censura e abordando a suavização do conteúdo exibido pelas redes midiáticas. Finalizado com uma exposição dos fatos e exibindo o real problema na sociedade contemporânea que afeta os direitos pessoais e sociais dos fornecedores de conteúdo.

Palavras-chave: Animações; Censura; Constituição; Quadrinhos; Suavização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o abuso dentro da censura aplicada aos mangás, animes, desenhos e revistas, que transita entre o passado e o presente, e indicar quais as inconstitucionalidades realizadas por magistrados e doutrinadores dentro destas formas de entretenimento, mostrando o quanto essa tentativa de volta ao passado pode ser problemática no presente. Evidenciando, como a própria Constituição Federal defende do direito de livre expressão e proíbe a censura, conforme será demonstrado de forma sucinta no decorrer da pesquisa.

Por conseguinte, o objetivo do presente trabalho é inteirar os consumidores e trabalhadores do meio interativo que a luta contra a censura ainda continua, mesmo estando previsto em lei que não deve existir tal ato, deve-se perceber que mesmo de forma indireta os fantasmas do passado tentam proibir a livre expressão.

Portanto, será feita uma análise de livros, artigos, leis e estudos que contam sobre a história e a evolução da luta contra a censura, realizando a exposição do abuso de autoridade ainda existente no meio e demonstrando o novo termo utilizado para a correção de cenas, como ela é aplicada nos dias de hoje de forma correta. Tendo principalmente como base a Constituição Federal, que protege os direitos fundamentais de todos, então será provado que a violação desses direitos não pode ocorrer, principalmente dentro de um país democrático.

[62] Acadêmica do 4° período do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real .
[63] Orientadora, professora de Direito Constitucional, do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Em nosso dia a dia, gozamos a todo o momento de diversos tipos de entretenimentos, sejam eles virtuais, físicos, auditivos, táteis, ou visuais. Com o passar do tempo esses meios foram se atualizando, adaptando e se modernizando, assim como a sociedade em que eles habitam.

Voltando a um passado não tão distante, 1950, percebemos que os meios de diversão em quadrinhos e animações já eram muitos, e traziam conteúdos voltados para todos os públicos. Mas a censura pairava sob o mundo como algo normal, onde o certo e errado era definido e decidido por outras pessoas, consideradas importantes, como representantes do poder público, padres, psicólogos e professores, que trabalhavam para manter os bons costumes da moral e da família.

No meio dos quadrinhos, a censura ganhou força em meados da década de 50, nos Estados Unidos, onde segundo o psiquiatra Fredric Wertham, em seu livro "Sedução dos Inocentes", julgou os quadrinhos como o principal fator para a delinquência juvenil. Segundo Fredric *"[..] Se alguém se propusesse a mostrar às crianças como roubar, mentir e invadir casas, não há guia que contribua melhor que as revistas em quadrinhos".* (WERTHAM, 1954. Pg. 5). Então para a proteção dos jovens os pais, professores e a igreja apoiaram Wertham, esse apoio gerou uma crise em vários países, chegando até a queimarem as revistas em praças públicas.

Como forma de proteção a arte, o Congresso Americano criou o código de autocensura, *"Comics Code Authority"*, que mais tarde influenciou o Brasil a criar o "Código de Ética", gerando um padrão para ser seguido, como palavras, cores e temas, então após conseguir o selo de aprovação às revistas poderiam ser publicadas, mas isso gerava uma grande perda no significado e conteúdo do material. Esse meio de proteção, acabou prejudicando os quadrinhistas, pois seus trabalhos ou foram inteiramente cortados e proibidos ou foram reduzidos a algo insatisfatório, então ocorreu o desbravamento das brechas dentro do código para poder fugir das limitações. Editoras independentes começaram a surgir e publicar as artes, postadas então como conteúdo adulto.

Já no meio das animações, que era visto por muitos como algo para entretenimento do publico infantil, a censura era baseada na proibição de más influencias, então tudo que poderia vir a desvirtuar ou ferir a inocência infantil era

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

censurado, seja com o banimento de certos episódios ou apenas o corte da cena em questão. Mas sabe-se que mesmo na década de 1930 ocorreu o surgimento da animação "*Betty Boop"*, que tinha como publico alvo os adultos, pois seu conteúdo insinuava nudez, sátiras com religião, drogas, dentre outras referências voltadas ao público da maioridade.

Nos dias atuais existem diversos canais de televisão e sites que exibem animes e desenhos, cada canal escolhe os tipos de telespectadores, o que vai passar e em qual horário. Os animes são muitas vezes adaptações de mangás já publicados, assim como temos filmes inspirados em *HQ's* de super-heróis, quando a adaptação é realizada, dependo do consumidor e do conteúdo, ocorre à transformação de censura para suavização, onde são simplesmente adaptados alguns fatores na hora de virar uma animação, como por exemplo, não deixar uma roupa da personagem muito apertada ou decotada como é no mangá original, o cigarro do personagem é trocado por um pirulito, o sangue do corte de um ferimento é ocultado ou trocado por algo que não seja muito chocante, pois a intenção dessa suavização é que o anime seja liberado para todas as idades.

Depois de muitos anos de luta contra a censura no Brasil, os órgãos oficiais de censura foram pacificamente exterminados com a Constituição Federal de 1988, onde dispõe em seu Art. 5°, IX que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, cientifica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". Isso não significa que a censura não exista ainda, existem casos excepcionais, onde violando o direito de outrem, pode sim ocorrer à censura pós-publicação. Então, na atualidade o que nós encontramos são as classificações indicativas, onde baseado no conteúdo colocado no mangá, HQ, desenho e anime é determinado uma classificação mínima de idade para consumir o conteúdo.

Criado então o Serviço de Classificação Indicativa, os quadrinhos e animações foram classificados de acordo com seu conteúdo para determinar qual será a faixa etária e qual o horário permitido para passar na televisão.

O problema atual permanece dentro da sociedade, onde histórias passadas e crenças enraizadas acabam por tentar se fortalecer novamente, como por exemplo, a proibição da circulação de mangás que contenham cunho sexual, beijos homoafetivos ou qualquer tipo de afronta à família tradicional. A tentativa de censura

ISSN 2178-9428

pós-publicação é muito recorrente no país, pois pessoas com cargos altos acabam por utilizar de suas autoridades para poder satisfazer os interesses próprios.

A grande adversidade é que a vedação acaba por ferir diversos direitos fundamentais individuais, coletivos e sociais. Essas inconstitucionalidades que partem de doutrinadores dilacera não somente o direito a livre imprensa ou liberdade de expressão e sim acaba prejudicando também o trabalho e a renda que o trabalhador perde ao ser censurado.

A atual Constituição Federal é um grande apoio aos cartunistas, desenhistas e produtores da atualidade, pois além de proteger seus direitos como pessoas protegem seu trabalho, Luís Roberto Barroso destaca que:

> [...]Uma nova Constituição, ensina a doutrina clássica, é uma reação ao passado e um compromisso com o futuro. A Constituição brasileira de 1988 foi o ponto culminante do processo de restauração do Estado Democrático de direito e da superação de uma perspectiva autoritária, onisciente e não pluralista do exercício do poder. (...) Nesta nova ordem, a garantia d liberdade de expressão, em suas múltiplas formas, foi uma preocupação constante do constituinte, que a ela dedicou um conjunto amplo de dispositivos, alguns deles superpostos. Rejeitava-se, da forma mais explicita possível, o modelo anterior (...). É possível constatar que vige no País ampla liberdade de expressão, estando proibida a censura sob qualquer forma"(BARROSO, 2005 p. 354-356).

Mesmo com a proteção sob os meios de arte, o preconceito e a bandeira apoiando a censura é constantemente levantada, mas uma breve reflexão deve ser entendida dentro do meio, cada conteúdo é feito para um público selecionado, onde os animes do *"Studio Ghibli"* são feitos para todos os gêneros e idades, mas os heróis da "*Marvel*" e *"DC Comics*" são feitos para os homens, o *"hentai*" é feito para consumo pornográfico e a Turma da Monica é feito para o publico infantil. Cada um com sua faixa etária, público e consciência, onde um pode colocar palavrões e o outro deve ensinar sobre educação ao próximo.

Portanto, precisa-se compreender que toda e qualquer arte merece reconhecimento e respeito, tem sua liberdade de circular em bancas, bienais, sites e livrarias. O Poder Público deve tirar inteiramente o poder de magistrados de interferir e tentar censurar as obras baseando em seus costumes dentro de suas residências e prezar pelo respeito à Constituição Federal, fornecendo aos autores e diretores os seus direitos como consumidores e fornecedores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Nessa breve exposição, pretendemos chamar a atenção para a problemática do abuso da autoridade em meio às obras de entretenimento e quais os impactos que essa censura causa na sociedade, e indicar uma possível solução ao problema. Porém, exequível pensar-se que a solução pacifica sempre será o melhor meio para a resolução dos problemas, mas que o Poder Público deve mais uma vez ser controlado, para não ferir novamente os direitos da população brasileira como na época antecedente a Constituição de 1988.

O objetivo será evitar a restrição das obras publicadas baseados em costumes antigos, que não condizem com as leis e a sociedade atual. Buscando a liberdade de expressão e circulação para todas as pessoas. Por fim, se faz importante frisar que as classificações indicativas, as suavizações nas adaptações são meios corretos para aplicar de certa forma uma censura, assim mantendo uma relação positiva e produtiva entre criadores e consumidores.

4 REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto**. Liberdade de Expressão Versus Direitos da Personalidade. Colisão de direitos Fundamentais e Critérios de Ponderação**. Temas de Direito Constitucional. Tomo III. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_220_.asp>. Acesso em: 14 ago. 2020.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Isto Não é Censura: A Construção de um Conceito e de um Objeto de Estudo.** 25 jul. 2017. Disponível em: < http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002842629.pdf> Acesso em: 18 ago. 2020.

GUSMAN, Sidney. **A Censura nos Quadrinhos.** 1991. Disponível em: < https://www.legal.adv.br/zine/hq/hq03.htm> . Acesso em: 22 ago. 2020.

WERTHAM, Fredric. **Sedução dos inocentes.** 1954. Compilação do Livro. Disponível em: <https://kupdf.net/dowload/seduao-dos-inocentes-em-portuguespdf_59b9a60408bbc5e906894cff_pdf#>. Acesso em 28 ago. 2020.

ISSN 2178-9428

INFLUÊNCIA DA APLICAÇÃO DE ARLA 32 VIA FOLIAR NA CULTURA DA SOJA

WAGNER, Kaline Aparecida[64]
OHSE,Guilherme[65]
GRALAK, Eliza[66]

RESUMO: O objetivo do trabalho foi avaliar o desempenho agronômico da soja com relação ao peso médio de mil sementes (PMS) e produtividade em função da aplicação de uma fonte de nitrogênio líquida, o Arla 32, sob diferentes doses. O ensaio foi conduzido no município de Candói-PR, na safra 2019/2020. O estádio reprodutivo na aplicação foi o R5.2, aos 64 dias após o plantio. O delineamento experimental foi o de blocos ao acaso com quatro repetições. Apesar dos resultados demonstrarem resposta positiva à aplicação do Arla 32, principalmente para a produtividade, não houve diferença estatística para as variáveis estudadas.

Palavras-chave: Adubação. Nitrogênio líquido. Soja. Ureia.

1 INTRODUÇÃO

Na cultura da soja (*Glycine max)*, o nitrogênio é o nutriente requerido em maiores quantidades, principalmente na fase reprodutiva. Todavia, mesmo sendo bastante demandada, a adubação nitrogenada da soja via fertilizantes industrializados não é uma prática comumente adotada pelos agricultores brasileiros, em função dos excelentes resultados que a fixação biológica apresenta quanto ao fornecimento de nitrogênio (AMADO, 2010).

Por um longo período afirmava-se que a aplicação de ureia, mesmo em pequenas quantidades, poderia resultar em fitotoxidez nas plantas de soja. No entanto, diante de pesquisas tem-se observado o contrário. A ureia, quando aplicada na forma líquida, diminui perdas por volatilização, além do nitrogênio facilitar a abertura de estômatos nas folhas. Desta forma, a aplicação via foliar apresenta importância na maximização da produtividade nas culturas. Esta forma amídica, quando aplicado em quantidade correta, via foliar, traz benefícios para a planta, porque dissolvida pode ser melhor absorvida (MACHADO, 2010).

[64] Acadêmica do curso de Engenharia Agronômica, 8° período, do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava – PR, Brasil. (eng-kalinewagner@camporeal.edu.br).
[65] Acadêmico do curso de Engenharia Agronômica, 8° período, do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava – PR, Brasil. (eng-guilhermeohse@camporeal.edu.br).
[66] Docente orientadora do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava – PR, Brasil. (prof_elizagralak@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

Apesar disso, alguns fatores como solos que apresentam elevada população estabelecida de Bradyrhizobium, condições favoráveis na semeadura ou quando o teor de nitrogênio no solo é elevado o suficiente para suprir as necessidades da soja, pode não haver incrementos no rendimento de grãos em resposta a aplicação de nitrogênio (HUNGRIA et al., 2001). Sendo assim, cabe analisar a viabilidade de aplicações conforme as condições de cada lavoura, sendo o fornecimento de nitrogênio via fertilizantes uma alternativa possível em condições desfavoráveis à fixação biológica eficiente.

Diversos produtos são testados na cultura da soja, sendo um deles o Arla 32 (Agente Redutor Líquido de NOx), uma solução de ureia (32,5%) com elevada pureza, utilizada para a redução química das emissões de óxidos de nitrogênio (NOx), encontrados nos gases de escape dos veículos a diesel. É de conhecimento empírico de alguns produtores, que o Arla 32 pode apresentar resultados benéficos em aplicações na cultura da soja.

Diante do exposto, considerando a importância do nitrogênio para a cultura da soja, buscou-se com este estudo, avaliar o desempenho agronômico da soja com relação ao peso médio de mil sementes (PMS) e produtividade, em função da aplicação de uma fonte de nitrogênio líquida, no caso o Arla 32, sob diferentes doses do produto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi instalado em 26 de outubro de 2019, no município de Candói -PR. O solo do local é classificado como Latossolo Bruno (EMBRAPA, 2006). Foram utilizadas sementes da cultivar BRASMAX 50i52 RSF IPRO (RAIO). A cultura anterior foi trigo e antes da semeadura da cultura de soja foi aplicado 230 kg ha^{-1} da formulação NPK (06-35-06), já no plantio foi realizada uma adubação de cobertura com 80 kg de KCl ha^{-1}.

O espaçamento utilizado foi de 0,45m entre linhas, resultando em uma população de 300 mil plantas por hectare. As sementes foram submetidas à inoculação com 200 ml de *Bradyrhizobium* e 80 ml de *Azospirillum brasilense* aplicados pouco antes da semeadura. Os blocos tinham 2,7 metros de comprimento

ISSN 2178-9428

por 5 metros de largura, contendo 7 linhas cada um. O experimento foi mantido livre de pragas e plantas daninhas através de controle químico.

O Arla 32 é uma solução de 32,5% de ureia, a qual foi utilizada em uma única aplicação quando a soja se encontrava no estádio R5.2, aos 64 dias após o plantio, com as vagens localizadas no terço superior da haste principal, com 11% a 25% de granação máxima. Foram utilizados cinco tratamentos, com doses diferentes do produto, sendo: testemunha, 10 L ha^{-1}, 20 L ha^{-1}, 30 L ha^{-1} e 40 L ha^{-1}.

As características avaliadas foram as seguintes: PMS (peso médio de mil sementes) e a produtividade, sendo esta avaliada pelo peso da parcela em gramas. O delineamento experimental utilizado foi blocos ao acaso com quatro repetições. Os fatores avaliados foram analisados pelo teste de Duncan, comparando os diversos tratamentos com a testemunha, pelo teste de análise de variância, a 5% de probabilidade de erro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1 são apresentados os valores de F e valores médios para as variáveis em relação ao peso médio de mil sementes e a produtividade, avaliada pelo peso da parcela em gramas. Entretanto, não foram observadas diferenças significativas entre os tratamentos; para todas estas variáveis, de acordo com os dados analisados.

Tabela 1 - Quadrados médios, valores de F e valores médios para as variáveis: peso médio de mil sementes e produtividade (peso da parcela em gramas), em relação aos tratamentos. Candói (PR), 2019/2020.

Tratamentos	PMS	Produtividade
Testemunha	203,25	4510
10 L ha^{-1}	207,75	4697,5
20 L ha^{-1}	205	4616,5
30 L ha^{-1}	206,25	4560
40 L ha^{-1}	204	4511
Média	205,25	4579
Q.M.Trat.	12,87	25194,5
F	1,22	0,42

Fonte: Os autores (2020).

ISSN 2178-9428

O peso médio de mil sementes e a produtividade na ocasião da colheita tiveram alterações com a aplicação do Arla 32, porém sem diferença estatística. Condições favoráveis do solo e a eficiência da inoculação podem ter influenciado na resposta da cultura à aplicação do produto. No entanto, os incrementos numéricos constatados no tratamento de 10 L ha^{-1} podem justificar sua aplicação na cultura da soja.

No trabalho realizado por Bahry et al. (2013), sobre o efeito do nitrogênio em alguns caracteres morfológicos e no rendimento da soja, a aplicação de nitrogênio suplementar demonstrou efeito positivo sobre a massa de mil grãos da soja e incremento na produtividade devido ao uso de nitrogênio. Porém, as variáveis morfológicas, altura de planta, altura de inserção do primeiro legume e diâmetro do colmo, não apresentaram resultados significativos em suas características em função das diferentes fontes de nitrogênio testadas e também não variaram com a aplicação de N em diferentes estádios reprodutivos da soja.

Os resultados obtidos neste trabalho corroboram com o observado por Pasqualli & Pittelkow (2014) quando avaliaram a resposta da aplicação de UBYFOL N-32 na cultura da soja em Lucas do Rio Verde, MT, utilizando doses de N foliar (32 %) em R3. Os autores também não encontraram diferença estatística, mas notaram incremento de produtividade de 8,0 e 10,6% nos tratamentos com dose de 3 e 5 L ha^{-1} e médias de 3384,00 kg ha^{-1} e 3465,50 kg ha^{-1}, respectivamente, em relação à testemunha sem aplicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos resultados demonstrarem resposta positiva à aplicação do Arla 32, principalmente para a produtividade, não houve diferença estatística para as variáveis estudadas. Além disso, também não foram verificados efeitos de fitotoxicidade em resposta à aplicação dos tratamentos.

Todavia, a aplicação do produto Arla 32 na dosagem de 10 l/ha^{-1} no estádio R5.2 apresentou incremento na produtividade de 4,16%, em relação à testemunha sem aplicação do produto.

5 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

AMADO, T. J. C.; SCHLEINDWEIN, J. A.; FIORIN, J. E. Manejo do solo visando à obtenção de elevados rendimentos de soja sob sistema plantio direto. In: THOMAS, A. L.; COSTA, J. A. (Ed.) **Soja – Manejo para alta produtividade de grãos**. Porto Alegre. Cap. 2, p. 35-97, 2010.

BAHRY, C. A.; VENSKE, E.; NARDINO, M.; FIN, S. S.; ZIMMER, P. D.; SOUZA, V. Q. de.; CARON, B. O. Características morfológicas e componentes de rendimento da soja submetida à adubação nitrogenada. **Agrarian**, Dourados, v. 6, n. 21, p. 281-288, 2013.

EMBRAPA (2006). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS)**. SPI, EMBRAPA, 412 p, 2006.

HUNGRIA, M.; CAMPO, R. J.; MENDES, I. C. **Fixação biológica do nitrogênio na cultura da soja.** EMBRAPA, 48 p, 2001.

MACHADO, L. O. **Adubação nitrogenada. 2010.** Disponível em: http://www.dpv24.iciag.ufu.br/new/dpv24/Apostilas/Monitor%20Leonardo%20%20Apostila%20Adub.%20Nitrogenada%2002.pdf . Acesso em: 10 jun 2020.

PASQUALLI, R. M.; PITTELKOW, F. K. **Efeito da aplicação de ubyfol n-32 na cultura da soja em lucas do rio verde, MT.** Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Rio Verde. Lucas do Rio Verde, 2014.

ISSN 2178-9428

PARTIDOS POLÍTICOS: O QUE SÃO? COMO SE FILIAR? PARA QUE SERVEM?

CAVESKI, Aline Gomes[67]
GIACOMITTI, Ana Carolina Nodari[68]
FIORI, Eduarda Barão [69]
SILVESTRI NETTO, Thieme[70]

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é apresentar o que são partidos políticos, como se filiar, bem como para que servem, utilizando-se do método de pesquisa bibliográfico e jurisprudencial. Verificar-se-á no decorrer do trabalho um aparato geral sobre como surgiram os partidos políticos e a legislação inerente a eles, bem como a forma pela qual os cidadãos podem se filiar e qual é a sua função dentro do estado democrático brasileiro. Demonstrar-se-á que os partidos políticos são responsáveis por estabelecer a relação entre o cidadão e o Estado, lançando candidatos às eleições.

Palavras-chave: Partidos Políticos. Democracia. Filiação Partidária.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com o regime de governo democrático, sendo levada em consideração a liberdade de escolha do cidadão, seja para ser votado ou votar no candidato em que mais se assemelha, ficando livre também para realizar a filiação no partido que mais se identifica.

Destarte, o Brasil possui uma extensa lista de partidos políticos e coligações partidárias, o que decorre justamente do pluralismo político, permitindo-se, por conseguinte, uma pluralidade de ideologias, capazes de permitir que o cidadão escolha seus representantes de acordo com a sua convicção, questão essa que está diretamente associado ao exercício da democracia.

O presente trabalho explicará ao leitor o que são os partidos políticos, como funcionam, qual a maneira que o eleitor faz a filiação e desfiliação e, por fim, qual a função dos partidos políticos, bem como sua importância para as eleições.

2 DESENVOLVIMENTO

67 Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
68 Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
69 Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
70 Orientadora, docente do curso de Direito no Centro Universitário Campo Real, Mestre pela Universidade do Vale do Itajaí.

ISSN 2178-9428

2.1. PARTIDOS POLÍTICOS: O QUE SÃO?

Os partidos políticos são pessoas jurídicas de Direito Privado (arts. 44, V, do CC e 1º da Lei nº 9.096/1995), e salvo o respeito a algumas normas de caráter cogente, decorrentes da eficácia horizontal dos direitos fundamentais e de dispositivos expressos na Constituição Federal e na lei infraconstitucional. Estes possuem liberdade quanto à forma de organização e funcionamento, visto que são organizações formadas através da livre associação de indivíduos que compartilham entre si a mesma ideologia, filosofia e princípios sociais. Os partidos políticos surgiram a partir do século XIX, com a finalidade de trazer democratização dos poderes políticos e a participação de um grupo maior de pessoas nas decisões governamentais.

O Brasil é um país pluripartidário, pois permite a existência de vários partidos políticos diferentes, podendo ascender ao poder de forma independente ou em uma coalizão.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 17, regula acerca da criação, organização, e o funcionamento dos partidos políticos brasileiros. Além da Constituição Federal, a Lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispões sobre os Partidos Políticos, em seu artigo primeiro versa o seguinte:

> Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
> Parágrafo único. O partido político não se equipara às entidades paraestatais.

Mesmo sendo um país pluripartidário, a criação de partidos políticos não é tão simples. Conforme dispõe o Título II, Capítulo I, da Lei Nº 9.096/95, é necessário que sejam obtidas assinaturas de 101 fundadores, com domicílios eleitorais em pelo menos nove estados brasileiros, para então registrar a legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtendo-se assim um registro provisório, para se concretizar é necessário o apoio formal da quantidade de eleitores que correspondam a no mínimo a 0,5% dos votos válidos dados na última eleição a toda a Câmara dos Deputados, se não houverem falhas no processo o pedido de registro é concedido pelo TSE.

2.1.1. Participação nas eleições

ISSN 2178-9428

O art. 2º, da Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019, dispõe que estarão aptos a participarem das eleições os partidos que, “até 6 (seis) meses antes da data do pleito, tenha registrado seu estatuto no TSE e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, devidamente anotado no tribunal eleitoral competente, de acordo com o respectivo estatuto partidário” (TSE, 2019).

Não obstante, a escolha dos candidatos pelos respectivos partidos políticos, bem como as deliberações acerca das coligações, deverá ocorrer no período compreendido entre os dias 20 de julho e 5 de agosto do ano eleitoral, consoante o disposto no art. 6º, da Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019.

2.2. FILIAÇÃO

A filiação é feita de forma simples e rápida, sendo necessário que o cidadão procure o partido que preferir, portando o título de eleitor e documentos pessoais em mãos (RG e CPF) e preencher a ficha de filiação, após, será deferido pelo partido e este encaminhará à Justiça Eleitoral os dados dos filiados (VALE, 2015).

Porém, pode ocorrer de o eleitor já ser filiado a um partido, não pedir a desfiliação deste e realizar em outro, este caso é a dupla filiação, e para fins eleitorais prevalecerá a mais recente (LEITE, 2020).

Com relação aos eleitores que almejam concorrer a um cargo eletivo, é necessário ter domicílio eleitoral na circunscrição e estar filiado no partido 6 meses antes da eleição, e esta filiação deve estar deferida pelo partido, conforme o art. 9º, inciso V, da Resolução 23.624/2020.

Isso posto, tem-se que a filiação partidária é o ato pelo qual o cidadão ingressará no partido político escolhido, sendo, inclusive, condição de elegibilidade para aqueles que pretendem concorrer a um cargo eletivo, seja ele municipal, estadual ou federal.

2.3. FUNÇÃO DO PARTIDO POLÍTICO

ISSN 2178-9428

À luz do disposto no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Partindo dessa premissa, os partidos políticos são os responsáveis por organizar a participação popular nas eleições, por meio do poder representativo, cujo os quais formam seus ideais e os defendem, lançando candidatos que representam os anseios daquele grupo.

Dessa forma, a função dos partidos políticos está indissociavelmente ligada à democracia, pois a formação desses grupos, com ideologias distintas, permite que o cidadão escolha os representantes que melhor o representem, segundo sua convicção ideológica.

Inobstante, a filiação partidária como condição inafastável de elegibilidade, consoante o disposto no art. 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, é também e elemento importante ao exercício da democracia, segundo complementam os autores Clever Vasconcelos e Marco Antonio da Silva (2018, p. 100):

> Os partidos políticos ocupam importante papel na democracia brasileira, pois aparecem como condição inafastável de elegibilidade. A melhor forma de expressar a democracia ideologicamente é por intermédio dos partidos políticos, nos quais ocorre a representação popular e o exercício do poder estatal com a atuação destes, que lutam e acreditam em ideais que fazem o desenvolvimento de uma democracia.

Posto isso, sabendo-se que o Brasil adota o pluripartidarismo, os inúmeros partidos políticos registrados junto ao TSE são capazes de constituir uma pluralidade de ideologias, cabendo ao cidadão escolher aqueles que melhor o representam, podendo-se dizer que os partidos políticos são uma ponte entre a vontade popular e a direção do Estado, logo, essenciais ao exercício da democracia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, tem-se que os partidos políticos se tratam de pessoas jurídicas de direito privado, dotados de autonomia quanto à forma de constituição e organização e, sendo o Brasil um país pluripartidário, ou seja, que permite a existência de vários partidos políticos, ao cidadão é garantida uma ampla liberdade de escolha.

ISSN 2178-9428

A filiação partidária é garantida ao cidadão em pleno gozo dos direitos políticos, bastando para tanto o preenchimento da ficha de filiação e o deferimento pelo partido, com a posterior remessa à Justiça Eleitoral.

Por fim, sabe-se que os partidos políticos são responsáveis por estabelecer, diante do poder representativo, a relação entre o cidadão e o Estado, lançando candidatos às eleições, observando os anseios sociais daquele grupo que representam, sendo, portanto, essenciais ao exercício da democracia.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Lei nº 9.096 de 1995.** Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Brasília, DF: Senado Federal. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LEITE, Luisa. **Partidos recorrem a prática ilegal de filiação de candidatos no prazo-limite.** Consultor Jurídico. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-23/luisa-leite-partidos-recorrem-pratica-ilegal-filiacao>. Acesso em: 31 ago. 2020

TSE. **Resolução nº 23.624**, de 13 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2020/resolucao-no-23-624-de-13-de-agosto-de-2020> Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/normas-e-documentacoes >. Acesso em: 03 set. 2020.

VALE, Cleverlan Antônio do. **Por que se filiar a um Partido Político?**. DM. Disponível em <https://www.dm.jor.br/opiniao/2015/10/por-que-se-filiar-um-partido-politico/>. Acesso em 31 ago. 2020.

VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio. **Direito eleitoral**. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

O PACIENTE IDOSO EM CONTEXTO HOSPITALAR

TABALDI, Estéfani Cecatto[71]
MACEDO,Luana Ramos[72]
FIUZA, Debora Rickli[73]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a forma de atuação do Psicólogo no contexto hospitalar, no contexto de atuação do Estágio em Práticas Integrativas III no Hospital São Vicente de Paula, do curso de Psicologia ao qual realizou-se na Clínica Médica do hospital tendo o seu foco de atuação o atendimento aos idosos hospitalizados e suas famílias, ofertando acolhimento e uma escuta ativa a estes pacientes.

Palavras-chave: Psicologia. Hospitalar. Paciente. Idoso. Hospital.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho diz respeito às práticas realizadas pelos acadêmicos de Psicologia do 9º período ao realizarem o Estágio em Práticas Integrativas III no Hospital São Vicente de Paula. Tendo como objetivo apresentar a forma de atuação do psicólogo no contexto hospitalar e as principais problemáticas encontradas na atuação. A “Psicologia hospitalar é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento" – aquele que se "dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um "real", de natureza patológica, denominado "doença” (Simonetti, 2004).

Chiattone (2011) afirma que a tarefa do psicólogo é apoiar e direcionar de forma humanizada as situações singulares que enfrenta o paciente e seus familiares. Todo programa terapêutico deveria incluir apoio psicológico para fazer urgir as ferramentas de enfrentamento do processo de adoecimento, ao qual se trata de um processo de adaptação que surgiu de uma demanda traumática.

2 DESENVOLVIMENTO

[71]Estéfani Cecatto Tabaldi: Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real

[72] Luana de Ramos Macedo: Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[73] Deborá Rickli Fiuza, Professora do Colegiado de Psicologia.

ISSN 2178-9428

O estágio curricular no campo hospitalar propicia aos acadêmicos a possibilidade de conhecer de maneira mais geral os setores e forma de funcionamento de um hospital. No atendimento aos pacientes foi utilizado o direcionamento teórico de Simonetti, com a utilização das ferramentas de escuta ativa e acolhimento, este último seria uma "ferramenta tecnológica de intervenção na qualificação de escuta, construção de vínculos, garantia do acesso com responsabilização e resolução nos serviços" (BRASIL, 2010).

Para realização das intervenções foi escolhida a Clínica Médica através da percepção de que este era o setor menos assistenciado por profissionais da Psicologia, a grande maioria dos pacientes que se encontram internados neste local são idosos passando por tratamento ou recuperando-se de um procedimento cirúrgico, ao longo dos atendimentos percebeu-se a demanda que os pacientes idosos apresentavam: de compartilhar o que estavam sentindo, o que lhes trazia ao hospital e por muitas vezes, sua história pessoal.

O projeto de intervenção elaborado e aplicado foi uma experiência narrativa com idosos no contexto hospitalar, tendo como objetivo: fornecer escuta e atenção aos idosos hospitalizados, esta escuta estaria amparada pela técnica Psicanalítica de Associação Livre. Nesta escuta terapêutica, conforme Freud (1996[1937b]) busca-se oferecer ao paciente um espaço, tempo e suporte para que o mesmo associe livremente: recordações, vínculos e por meio disto retome sua história.

No decorrer do estágio pode-se perceber o quanto o adoecimento impacta na vida do paciente e sua família, pois traz preocupações, restrições e grandes mudanças na rotina. Tudo isso se agrava quando se trata de um paciente idoso, em inúmeros atendimentos foram encontrados conflitos devido ao fato de onde este idoso residiria após o processo de internamento, pois, a família percebe a necessidade do idoso residir junto a si como algo inegociável e ideal, já o idoso vê aquilo como uma perda da sua autonomia, de seu lar. Como afirma Brasil, Barcelos, Arrais e Cádernas (2013) para o idoso, mais grave que o medo da morte seria o medo de tornar-se dependente e perder sua dignidade.

Neste sentido, a intervenção seria para organizar o diálogo entre família e paciente, para ajustar os conflitos de maneira a que todos os envolvidos pudessem colaborar nas decisões. Como Lustosa (2007) afirma: A principal tarefa da Psicologia

ISSN 2178-9428

dentro do Hospital seria detectar focos de ansiedade e dúvidas, seja por parte do paciente ou de seus familiares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio propiciou analisar na prática as relações instituídas e instituentes e problematizar as interferências propiciadas na dinâmica da instituição. O ambiente hospitalar é um campo de atuação com certas limitações: não existe um local ou horário agendado, os atendimentos podem ser interrompidos devido à necessidade de outros profissionais realizarem procedimentos, o paciente pode encontrar-se limitado devido a sua condição de saúde e muitas vezes não é possível fazer uma intervenção individual, pois o mesmo encontra-se acompanhado por um familiar, dentre tantas outras características limitantes deste campo.

Embora existam instrumentos de trabalho os quais o Psicólogo possa utilizar o maior aprendizado deste estágio foi à compreensão da experiência única e subjetiva ao qual cada paciente enfrenta no processo de adoecimento e hospitalização, compreender isso, seria propiciar um atendimento humanizado a este sujeito e sua família. O paciente, munido de seu diagnóstico, com a compreensão plena de suas limitações juntamente a possibilidade de ter acesso a uma escuta qualificada está pronto para ressignificar o que se passa em sua vida.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL, K. T. R., Barcelos, M. A. R., Arrais, A. R., & Cádernas, C. J. (2013). A clínica do envelhecimento: desafios e reflexões para prática psicológica com idosos. **Aletheia**, 40, 120.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. A Significação da Psicologia no Contexto Hospitalar. In:_____. **Psicologia da Saúde – um novo significado para a prática clínica**. 2ª Edição revista e ampliada. Cengage Learning Edições, p. 145 – 233, 2011.

FREUD, S. Artigos sobre Técnica (1913b). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIII, p. 169- 192.

LUSTOSA, M. A. (2007). A família do paciente internado. ***Rev. SBPH,*** *10*(1), 3-8.
SIMONETTI, A. (2004). *Manual de Psicologia Hospitalar.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

ISSN 2178-9428

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

MICHELC, Gabrielle Donner[74]
PERICO, Maria Eduarda de Lima[75]
SILVA, Dionatan Fagundes[76]
CALEFFI, Renata[77]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral identificar as principais formas de violência contra as mulheres, dentre os específicos são: descrever os tipos de violência doméstica e identificar o agente ativo, ou seja, os agressores. Sendo assim, para facilitar a compreensão da pesquisa, subdividimos a violência contra a mulher em três tópicos: no primeiro conceituamos a violência doméstica para podermos dar início ao projeto; no segundo mostramos quais os tipos de violência existente, assim como, apontamos as principais formas de violência cometida contra as mulheres; e por fim, terceiro, onde exibimos quem pode ser os agentes agressores, e demos um exemplo.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Tipos de violência. Agente agressor.

1 INTRODUÇÃO

Saffioti (2004) diz que a violência está presente no indivíduo desde seus primórdios, inclusive a doméstica – que para o autor é defendida pela própria sociedade como correta.

Segundo Dias (2012) desde muitos anos atrás existe uma divisão sexual de papéis: homem destinados a trabalhos com força e no espaço público; as mulheres às atividades no âmbito privado, além do papel de submissão. Podendo dizer então que as diferenças de gênero foram impostas há muito tempo e, junto com elas, aumentam as possibilidades para que aconteça a violência doméstica. A violência contra a mulher, portanto, é um fenômeno que não advém de uma determinada raça, religião, classe econômica ou idade.

Falar sobre violência doméstica é importante para diminuir as distâncias entre as posições entre os gêneros. Por isso, essa pesquisa nasce com o interesse em compreender alguns fatos ocorridos, divulgados em noticiários e até mesmo

[74] Acadêmica no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[75] Acadêmica no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[76] Acadêmico no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[77] Orientadora, Professora,Doutora, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

ocorridos com amigos, parentes, etc. Além disso, o tema precisa de visibilidade acadêmica e social.

A violência doméstica pode ser subdividida em violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Mas, afinal de contas, quais seriam as principais formas de violência contra as mulheres? Para responder essa pergunta, primeiramente, procuramos identificar as principais formas de agressão, buscamos mostrar os tipos de violência e identificamos o sujeito ativo, ou seja, o agressor.

2 DESENVOLVIMENTO

A violência doméstica é uma das formas de violência mais preocupante, pelo motivo de que, na maioria das vezes ocorre no âmbito familiar, onde deveria ser a sua área de conforto. Até poucos anos atrás a violência contra a mulher não era vista como um problema social, e os agressores tinham penas leves, sendo assim, as vítimas não tinham coragem de denunciá-los.

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Para Saffioti (2004), violência trata-se da violação de qualquer forma de integridade da vítima, sendo elas, física, psíquica, sexual e moral. Dias (2012), diz que a violência está ligada ao uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar uma pessoa fazer o que não quer. De acordo com Giordani (2006), violência é tudo que seja capaz de causar sofrimento e destruição ao ser humano.

A violência doméstica não é completamente visível, e muitas vezes é desconsiderada como crime. A violência contra a mulher continua oculta, possivelmente pelos devidos motivos: vergonha de denunciar, pelo desdém das autoridades, achar que o marido vai mudar, dificuldade econômica, entre várias outras razões.

ISSN 2178-9428

Sendo assim, a violência doméstica é todo o tipo de ferocidade praticada entre os integrantes que convivem num ambiente familiar em comum. Podendo acontecer com pessoas de laços sanguíneos ou unidas de forma civil.

Segundo Araújo (2003), ao se tratar do contexto no qual a vítima de violência contra a mulher está inserida, é preciso fazer uma pequena pesquisa ao terreno da vitimologia.

Smanio apud Araújo (2003) explica, que a vitimologia estuda a vítima e suas relações com o autor do crime, para uma formulação adequada da política criminal. Araújo (2003), aponta que quando se trata de violência contra a mulher, o conceito de vítima deve ser estudado atentamente.

3.2. TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo Dias (2012), o ciclo da violência contra a mulher, começa com ditados populares, como: em briga de marido e mulher ninguém mete a colher; ele pode não saber por que bate, mas ela sabe por que apanha. Esses entre muitos outros, repetidos como brincadeira, que escondem certa conveniência da sociedade para com a violência contra a mulher – e um dos mais terríveis para ela, seria o, “mulher gosta de apanhar”, certamente pela dificuldade da vítima em denunciar seu agressor. Que por muitas vezes é por medo, vergonha, ou por não ter para onde ir, e etc.

Um contexto relatado por Dias (2012), que faz com que a violência surja, é a incorporação da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que o homem assuma responsabilidades domésticas. De acordo com a autora, o ciclo da violência é perverso, primeiro surge o silêncio, depois as reclamações, e em seguida começam os castigos e punições. E assim a mulher vira um alvo fácil. Para dominar a vítima, o agressor isola-a do mundo exterior, fazendo com que ela não tenha para quem pedir apoio.

Há várias formas de violência contra a mulher e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não acontecem separadamente, e sim em uma sequência crescente de episódios.

ISSN 2178-9428

A Lei 11.340/06, em seu art. 7º mostra o que vem a ser a violência doméstica e familiar contra a mulher, nele é apresentado as diferentes formas de violência doméstica e familiar praticada contra a mulher.

Quanto as formas de violência contra a mulher, a mais comum é a física. Ocorre quando uma pessoa, que está em poder da outra, causa ou tenta causar dano por meio da força física ou algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas.

Já a violência psicológica é a mais frequente e talvez a que seja menos denunciada. A vítima as vezes nem se dá conta de que agressões verbais, silêncios, manipulações de atos e desejos sejam violência e deve ser denunciada.

Temos também a violência sexual, que na maioria das vezes é cometida por agentes conhecido das mulheres no espaço doméstico, o que ajuda na sua invisibilidade. Há uma variedade de atos ou tentativas sexual fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos.

Outro tipo de violência, que talvez poucos saibam que exista, é a violência patrimonial que acontece quando o outro usa o dinheiro ou bens materiais da mulher para ter controle sobre ela. Assim como, pode ser visualizada através de situações como rasgar roupas, ferir ou matar animais de estimação, quebrar móveis, etc.

Por fim, a violência moral que é qualquer conduta que gera calúnia, difamação ou injúria. Um exemplo dessa violência seria a publicação de “nuds”.

3.3. AGENTE AGRESSOR

Para a configuração da violência doméstica não precisa ser necessariamente marido e mulher, nem que sejam ou foram casados. A violência para ser considerada doméstica, não necessita que haja uma diferença de sexos entre os envolvidos. O sujeito ativo tanto pode ser um homem como uma mulher.

Por exemplo, a empregada doméstica, que presta serviço a uma família, ela está sujeita a violência doméstica, tanto do seu patrão como da sua patroa.

ISSN 2178-9428

Segundo Araújo (2003), 80% dos TCOs registrados de agressores que vitimizam mulheres são do sexo masculino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão dessa pesquisa, temos que a violência doméstica está inserida na sociedade desde muito tempo, porém, com uma invisibilidade que se dá pelo devido fato de as agredidas terem motivos pessoais (medo, vergonha...) para não denunciar seus agressores. Além disso, temos que o sujeito ativo, tanto pode ser do sexo masculino como, do sexo feminino. Já o sujeito passivo, para ser protegido pela Lei Maria da Penha, necessita ser do sexo feminino.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Letícia Franco de. **Violência Contra a Mulher: A Ineficácia da Justiça Penal Consensuada**. Campinas, SP: Lex, 2003

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. **Violências contra a mulher**. São Caetano do Sul: Yendis, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ISSN 2178-9428

TRANSFOBIA NO MERCADO DE TRABALHO

MICHELC, Gabrielle Donner[78]
PERICO, Maria Eduarda de Lima[79]
SILVA, Dionatan Fagundes[80]
CALEFFI, Renata[81]
ROSAS, Rudy Heitor[82]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo definir o conceito de sexo, ideologia de gênero e de transexualidade. Da mesma forma, identificar alguns dos motivos pelo qual os trans não conseguem entrar no mercado de trabalho e; analisar os dados estatísticos de número de transexuais e travestis no mercado de trabalho. Identicamente, mostrar o enfrentamento em prática.

Palavras-chave: Transfobia. Transexualidade. Ideologia de gênero. Mercado de Trabalho

1 INTRODUÇÃO

Transfobia é um tema pouco abordado, possivelmente por ser considerado crime a pouco tempo, o preconceito com a população transexual acaba prejudicando das mais variadas formas e, uma das dificuldades enfrentadas é a exclusão no mercado de trabalho. Pouco se vê e, quando se vê, os demais olham com discriminação para o que deveria ser um ato comum.

Mas, afinal, por que os trans não conseguem entrar no mercado de trabalho, qual o real motivo? Por meio deste trabalho buscamos entender a causa, através de pesquisas e, análises na internet; livro; artigos e; em entrevista com a travesti Céu Cavalcanti.

2 DESENVOLVIMENTO

Para discutirmos sobre transexualidade, primeiramente, precisamos entender a distinção entre sexo e gênero. Podemos alegar de que sexo é a distinção anatômica e biológica entre homens e mulheres. O sexo simplesmente refere-se a algumas partes do corpo, sendo elas: genitálias, aparelhos reprodutivos, seios e, entre

[78] Acadêmica no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[79] Acadêmica no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[80] Acadêmico no 4º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[81] Orientadora, Professora, Doutora, Centro Universitário Campo Real.
[82] Coorientador, Professor, Doutorando, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

outras. Desta forma, temos pessoas do sexo feminino (com vagina), pessoas do sexo masculino (com pênis) e, pessoas intersexuais (são casos raros de pessoas que nascem com variação nas características sexuais que identificam cada sexo).

Já gênero, nada mais é que, a construção social, ou seja, apesar da sociedade definir as pessoas como homens e mulheres desde o seu nascimento, a percepção que o indivíduo tem sobre seu gênero é diferente do seu sexo biológico. *Ideologia de gênero*, é o conceito de identidade de gênero que, entende-se como:

> [...] a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim pessoas não-binárias (todos os outros gêneros)[83].

As pessoas transgêneros apresentam uma discordância entre seu senso de pertencer a um determinado sexo. Travestis e transexuais são pessoas que fogem dos padrões impostos ao feminino/masculino. As (os) transexuais são pessoas que sentem uma desconexão/repugnância com o sexo do seu nascimento. As (os) travestis, por sua vez, não possuem essa desconexão, por mais que sua identidade de gênero volte para o sexo oposto.

2.1 TRANSEXUAIS E A EXCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Devido ao preconceito, a inclusão dos transexuais, travestis e transgêneros no mercado de trabalho torna-se um desafio. Segundo pesquisas feitas pelo G1, o desrespeito ao nome social é só uma das situações pela qual os trans enfrentam para entrar no mercado de trabalho ou, até mesmo, nas seleções de emprego.

Constantemente, o currículo dos transexuais são bons, entretanto, não conseguem emprego por causa de sua identidade de gênero. Geralmente, o empregador demanda que utilize o nome de registro na identificação de emprego.

[83] GUERRA, Luiz Antonio. Sexo, gênero e sexualidade.InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 13 de set. 2019.

ISSN 2178-9428

Por conta dos trans serem registrados com o nome do RG, e não à sua identidade de gênero, não existem dados estatísticos do número de transexuais, travestis e transgêneros empregados no mercado de trabalho.

De acordo com uma estimativa da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo. E claramente, o motivo é que, desde o momento em que esse grupo de pessoas LGBT se assumem, são discriminados e, acabam deixando os estudos e/ou acabam saindo de casa pela falta de aceitação da família.

2.2 O ENFRENTAMENTO EM PRÁTICA

Em entrevista ao programa *EROSDITA,* a travesti e psicóloga Céu Cavalcanti comenta sobre os obstáculos enfrentados durante toda à sua formação para se fixar no mercado de trabalho. Primeiramente, ela ressalta o dado exposto pela Antra, que alega que 90% da população trans acaba optando pela prostituição, o que para ela é muito sério e, aponta para algumas questões estruturais na cultura, que coloca o indivíduo nessa condição.

> [...] Ser prostituta não é o problema, o problema é essa ser a única opção que você tem na vida para comer, para pagar aluguel [...] Nós precisamos pensar que isso acaba sendo resultante de um processo que começa muito antes, começa na família, depois passa pelo sistema de educação, para chegar no sistema de trabalho [...] Conheço algumas pessoas trans que começam a transição muito cedo que, se deixam ser muito cedo e, a família é a primeira grande barreira [...][84].

Além do mais, Céu Cavalcanti comenta sobre o que passou em sua transição, diz que sofreu com a aceitação dos demais, e cita exemplos vividos desde o ambiente familiar até o educacional.

> [...] A vivência trans é conhecida como a vivência do erro; a vivência do pecado; uma vivência que não deveria acontecer; como as pessoas em geral no senso comum têm essa ideia [...] atacam, seja família, seja espaços na rua, seja vários outros espaços [...][85].

[84] Transexuais no mercado de trabalho. EROSDITA. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=br4eOQYRSqk>. Acesso em: 29 de ago. 2019.
[85] Transexuais no mercado de trabalho. EROSDITA. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=br4eOQYRSqk>. Acesso em: 29 de ago. 2019.

ISSN 2178-9428

Por fim, ela relata um acontecimento importante em sua vida, que a introduziu e a preparou para viver no ambiente preconceituoso do mercado de trabalho. Que foi quando o seu currículo foi aprovado em uma seleção para uma vaga em uma faculdade particular, porém, quando ela pediu para que colocasse o nome Céu e não o do seu RG nos murais e postagens, a pessoa do RH disse que foi um equívoco e, que na verdade a vaga já havia sido preenchida. Céu confessa que isso foi um divisor de águas para ela e, que desse dia em diante não tentou mais trabalho em faculdades particulares.

A importância do nome social para uma pessoa trans é enorme, conseguir sua retificação é um marco histórico em sua vida, Céu é a única psicóloga travesti com seu nome trans registrado em seu CRP (Documento de identificação do psicólogo), entretanto, ainda não concluiu a retificação nominal por conta do processo burocrático, que tramita pelas varas do Estado.

A entrevista concedida por Céu Cavalcanti nos mostra que, quem mais se abala ao se deparar com uma situação de transfobia é o preconceituoso e, não quem sofre o preconceito, pois o trans já está preparado para encarar os preconceitos impostos pela sociedade, pelo simples fato de trazer consigo uma bagagem de experiências ruins relacionadas a isso, já vividas anteriormente envolvendo desde familiares, passando pelos colegas de formação e, até chegar no mercado de trabalho.

2.3 VITÓRIA TRANS NOS TRIBUNAIS

No dia 13 de junho de 2019, o STF (Supremo Tribunal Federal) abriu sessão de votos para enquadrar homofobia e transfobia como tipo penal definido na Lei 7.716/1989, até o Congresso Nacional edite Lei sobre a matéria.

Mesmo ainda não conquistando uma lei específica que possa garantir e defender seus direitos, a injunção decretada pelo STF foi um marco histórico para à cultura trans, a medida tomada mudou a cena de *invisibilidade* de atos violentos contra homo e transexuais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Com o presente trabalho retratamos que a vida pessoal, quanto a profissional para os transexuais e travestis é abundantemente complexa na sociedade em que vivem. Simplesmente, por causa de a primeira barreira enfrentada, ser a família e, isso fazer com que elas (es) não gozem de uma vida digna.

Para chegarmos a esse desfecho desfrutamos de pesquisas relacionadas ao conceito de sexo e gênero que, descortinou as dessemelhanças entre ambos. Além do mais, buscamos dados estatísticos do número de trans no mercado de trabalho; contemplamos da entrevista feita pela EROSDITA e; por fim, exibimos a Lei da qual refere-se à transfobia.

4 REFERÊNCIAS

ABÍLIO. Travestilidade e Transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. **Revista Hispeci & Lema On-Line**, Bebedouro SP, p. 126-142, dez. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DERLANDES, K. **Homo Trans Fobia e Direitos Sexuais:** Debates e embates contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Autêntica, jul. 2018.

GUERRA, Luiz Antonio. **Sexo, gênero e sexualidade**. InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 13 de set. 2019.

STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Notícias STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 01 de set. 2019.

Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 11 de set. 2019.

Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. Correio Braziliense. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>. Acesso em: 11 de set. 2019.

Transexuais no mercado de trabalho. EROSDITA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=br4eOQYRSqk&feature=youtu.be>. Acesso em: 01 de set. 2019.

DESCONSTRUÇÃO: UMA PERSPECTIVA DA SEMIOLOGIA PSICOPATOLOGICA DOS TRANSTORNOS DEPRESSIVOS EM MULHERES

ARAUJO, Bruna Vitoria[86]
FIUZA, Debora Rickli[87]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Os estudos apresentados neste trabalho têm como objetivo contribuir com estudos de teorias da psicologia e as diversas formas da manifestação da depressão em mulheres. A ansiedade, e transtornos de humor serão terminologias indispensáveis para a compreensão das características fenomenológicas das doenças psicológicas que acometem esse grupo de indivíduos. Os conceitos e a nosologia dos estados depressivos, assim como os seus subtipos são de suma importância para a compreensão da sintomatologia apresentada pelo paciente.

Palavras-chave: Depressão. Transtorno de Humor. Mulher. Fenomenologia. Sintomatologia.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como principal objetivo analisar as mulheres brasileiras como seres biopsicossociais – espirituais, e como uma pluralidade de desencadeamentos para sintomas que podem leva-las a transtornos depressivos. Será necessário também compreender através de uma “desconstrução” do sujeito quais são os fatores que levam o mesmo à depressão, para então realizar um levantamento de informações a partir de revisões bibliográficas sobre quais são os fatores mais relevantes que condicionam o sujeito a desenvolver a depressão. Será retomada a ideia de que tanto para o gênero masculino ou feminino, a sexualidade da mulher por muitas vezes se resume a reprodução. Desse modo, deixa-se de lado uma vasta extensão de outros significantes à sexualidade feminina.

Como recurso metodológico, a presente pesquisa refere-se a um levantamento bibliográfico do tema em questão. O primeiro passo da pesquisa se configura no estudo de artigos que explanaram a complexidade do ser enquanto sujeito biopsicossocial e enquanto mulher. Foram utilizados conteúdos da plataforma SciELO e PePSIC como maneira de aprimorar a veracidade do que será exposto. Foram utilizados 04 dissertações de mestrado e 08 artigos científicos e 04 livros para esse levantamento de informações. A pesquisa prioriza estudos voltados ao sexo feminino tendo em vista que o pertencimento das mesmas na sociedade desde sua

[86] Acadêmica do 5º período curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.
[87] Professora de psicologia do Centro Universitário Campo real.

ISSN 2178-9428

nascença é composto por inúmeros tabus, que em muitas vezes acabam trazendo fatores problemáticos a sua saúde mental. Essa problematização será feita através da busca de informações práticas com profissionais e autores que pesquisaram sobre o determinado tema.

Tendo em vista os aspectos observados, essa pesquisa tem o intuito de fundamentar o quão necessário é o papel da mulher na sociedade. O sujeito mulher é uma pluralidade de ofícios do dia a dia e é designada socialmente a submeter-se a afazeres domésticos que muitas vezes não são atribuídos ao sexo masculino.

2 DESENVOLVIMENTO

A terminologia depressão tem sido utilizada frequentemente por estudiosos e leigos por se tratar de uma doença que tem acometido vários indivíduos em uma extensa amplitude. Sabe-se que parte das informações ou pré-julgamentos são advindas de uma falha no conhecimento da doença, haja vista que a depressão é confundida com a tristeza, sentimento esse que é parte da homeostase do ser humano (RODRIGUES, 2000).

São vários os fatores que condicionam o indivíduo a desenvolver a depressão, dentre eles, vê-se a fase do luto normal, o individuo tende a responder a estímulos que lhe são fornecidos, diferente de estados depressivos, onde o mesmo pode desenvolver inibição motora Porto (1999). Pode-se citar também o histórico familiar, onde o individuo herda características genéticas de familiares que tem ou já tiveram a doença, traumas psicológicos, ou seja, alguma experiência que causou muito sofrimento deixando sequelas ou até mesmo por drogas depressoras que diminuem a atividade cerebral Cunha, (2012). Segundo Baptista (1999), na mulher encontram-se fatores hormonais pode-se citar o exemplo do período pós-parto ou até mesmo pelo fato do indivíduo ser do sexo feminino.

> Em sentido estrito, o tabu abrange apenas a) o caráter sagrado (ou impuro) de pessoas ou coisas, b) o tipo de restrição que resulta desse caráter e c) a sacralidade (ou impureza) que resulta da violação dessa proibição (FREUD, 1913).

Nesse sentido, observa-se também que ainda permeiam fatores contribuintes provindos de tabus impostos pela sociedade de atitudes que julgam o que estaria para o lugar do incorreto nas atitudes de uma mulher. Sendo assim, observa-se que os fatores retomam a ideia principal de que a depressão acomete mulheres por questões bio – onde há fatores biológicos ou hereditários; psico- quando

ISSN 2178-9428

há fragilidade e vulnerabilidade ou por meio de causalidades que interfiram na estrutura psíquica da mulher ou até mesmo social por imposições ao sexo feminino.

2.1 A SUBJETIVIDADE DO TERMO “MULHER IDEAL”

Tem-se preconizado um conceito de “mulher ideal” além de outras estereotipias de como a mesma deve se portar perante o meio social. Em alguns casos, conforme pesquisas, há um indicio considerável de mulheres que são acometidas de insatisfação crônica com o próprio corpo odiando-se por efeitos estéticos que não possuem. Os quilos, estrias e celulites não estão na tabela da mulher perfeita. Por esses e mais padrões impostos, algumas mulheres passam a desenvolver dismorfias corporais para tentar chegar a um objetivo (BORIS, 2007).

Desta forma, a construção do corpo feminino está ligada ao modo como a mulher organiza a sua subjetividade, pois o fato de não conseguir sua adequação ao modelo de corpo e comportamentos impostos pela cultura, sejam eles por limites financeiros, genéticos ou pessoais interferem na sua saúde mental desenvolvendo uma maneira alternativa de enfrentar tal situação, seja criando uma válvula de escape ou ignorando mesmo que inconscientemente uma depressão.

2.2 TRANSTORNOS ALIMENTARES

Os transtornos alimentares são padrões de comportamentos alimentares disfuncionais que prejudicam um individuo tanto fisicamente quanto psicologicamente. Constata-se em leituras de pesquisas bibliográficas e cientificas que esses quadros de distúrbios na alimentação começam na adolescência e são mais frequentes em mulheres, devido a inúmeros fatores sendo o principal a imposição social pelas mídias. Essas mulheres muitas vezes não possuem os mesmos recursos, tempo e disposição que as influenciadoras das mídias possuem, e acabam se frustrando com os resultados não obtidos. Essa pressão pode ser difundida por meio da família e por grupo de amigas ou colegas de trabalho e universidade (OLIVEIRA, 2010).

2.3 MULHERES E A CULTURA MACHISTA PATOLÓGICA

Durante muito tempo se preconizou o fato de que mulheres tinham que ser submissas ao marido, deixando de lado seus momentos de lazer e até mesmo seus estudos. A mulher era considerada frágil e inepta a realizar trabalhos como a medicina

ISSN 2178-9428

e trabalhos rurais, sem mencionar o fato de não ter direitos na politica. Com o passar do tempo esse cenário de proibições diminuiu e as mulheres criaram lugar de fala na sociedade, contudo a misoginia ainda perdura em muitos lugares por indivíduos que desconhecem a importância da mulher e seu lugar no meio social.

Sabe-se que além da consistência de manter-se um padrão de comportamentos à mulher, essa também sofre psíquica e fisicamente com a violência, seja ela de cunho sexual/mental. Em grande parte dos casos, após sofrer o abuso, a mulher pode apresentar infecções genitais e no aparelho reprodutivo e problemas com doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, há o risco de gravidez. Também existem consequências psicológicas e emocionais que podem se estender pela vida, como distúrbios sexuais, problemas nos relacionamentos e dificuldade de confiança nas pessoas ao seu redor. O trauma também pode fazer com que a vítima passe a abusar de substancias ou que desenvolva transtornos como ansiedade e depressão, o que pode gerar problemas como síndrome do pânico e até tentativas de suicídio (MORAIS, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ato de pesquisar os tempos antigos, percebe-se que a mulher conquistou muito espaço seja em direitos, visibilidade, mais poder e voz. Porém, parte dessa liberdade não é alcançada frente à cultura de uma sociedade que impõe diversos tabus femininos Romper alguns tabus faz parte dessa modificação e reconstrução de pensamentos. Esse tema está em constante expansão, e nessa pesquisa, buscou-se complementar através de diversos pesquisadores que a mulher não deve ser um objeto de inferioridade na sociedade.

O ser humano está propenso a diversas psicopatologias e a depressão está afetando grande parte da população em feitos mundiais. Contudo, mulheres tem sido o alvo dessa doença psíquica, por conta de fatores que poderiam ser amenizados pela sociedade. Sabe-se que o meio social machista perdura há séculos como fator ao sofrimento psíquico e físico das mulheres levando-as a depressão e o medo de falar sobre esse tema delicado. Entretanto, nas mídias sócias através de mulheres que passaram por esse difícil período de sofrimento estão tomando um posicionamento para difundir esse assunto com mais facilidade.

ISSN 2178-9428

Através de pesquisas, concluiu-se que a psicologia em casos de violência entra com intuito de elaborar a vivência dolorosa do abuso, eliminando sentimentos inadequados como a culpa por parte da vitima, e em casos que a mulher desenvolve medo e desconfiança em outros indivíduos, é buscado mudar percepção da relação com as outras pessoas que convivem com essa vítima. Espera-se que ainda sejam realizadas mais estudos e pesquisas que remetam ao assunto sobre a depressão no sexo feminino para que assim, a população perceba que a mulher tem ganhado sua voz na sociedade, quebrando paradigmas de que a mulher é inferior ao sexo masculino.

4 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, MlIkilim Nunes. Depressão e gênero: por que as mulheres deprimem mais que os homens? **Temas em psicologia**·1999, Vol. 2,143-156

BORIS, George Daniel Janja Bloc Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade **Rev. Mal-Estar Subj**. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007

CUNHA, Ricardo Vivian da Cunha Prevalência de depressão e fatores associados em comunidade de baixa renda de Porto Alegre, Rio Grande do Sul **Rev Bras Epidemiol** 2012;
15(2): 346-54
Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rbepid/2012.v15n2/346-354>

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 07-10.

MORAIS, **Depressão em mulheres vítimas de violência doméstica** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

OLIVEIRA, Leticia Langlois, Transtornos alimentares: o papel dos aspectos culturais no mundo contemporâneo **Psicol. estud.** vol.15 no.3 Maringá set. 2010

PORTO,José Alberto Del. Conceito e diagnóstico **Rev. Bras. Psiquiatr**. vol.21 s.1 São Paulo
May 1999.
Disponível em:<scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003>

RODRIGUES, Maria Josefina S. Fuentes O diagnóstico de depressão. **Psicol**. USP vol.11 n.1 São Paulo 2000

PRECONCEITO COM A MULHER NA ENGENHARIA CIVIL

SOUZA, Jaqueline [88]
TEIXEIRA, Raiany Ribeiro [89]
COSTA, Bárbara Pergher Dala [90]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Esta pesquisa procurou compreender a existência do preconceito com as mulheres na Engenharia Civil, a partir de um artigo original, que obteve resultados quantitativos com refutações de alunas e profissionais da área. Aplicou-se a metodologia de levantamento, utilizando um questionário, que foi aplicado usando uma plataforma on-line. Identificou-se com os resultados obtidos, uma grande porcentagem de resultados positivos em questão ao preconceito com a mulher, considerando que sim, existe preconceito com as mulheres na área, como pôde-se observar a maioria do preconceito são por colegas e professores dentro da sala de aula, engenheiros e familiares.

Palavras-chave: Preconceito. Mulheres. Engenharia. Familiares. Profissionais.

1 INTRODUÇÃO

A presença das mulheres na Engenharia Civil ainda é reduzida em razão do preconceito, por se acreditar que a profissão é masculina. É justo dizer que os empregos no setor da construção civil ainda são vistos por muitos, como opções não tradicionais para as mulheres. Numerosas explicações podem ser oferecidas para essa discrepância, incluindo a falta de orientação/incentivo para as mulheres e as demandas femininas em manter um equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar.

Comprovar através de dados e pesquisas que o preconceito ainda está presente nesse meio, é de extrema importância para expandir a mente e perceber que estamos em uma nova era, em que a mulher pode ser o que quiser, provando sua capacidade como tal. Por isso, a pesquisa foi realizada com o intuito de entender se realmente as mulheres que cursam ou são Engenheiras Civis já sofreram ou sofrem preconceito, onde esse preconceito ocorreu e quem praticou.

[88] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 4° Período do Centro Universitário Campo Real, eng-jaquelinedesouza@camporeal.edu.br.
[89] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 4° Período do Centro Universitário Campo Real, eng-raianyteixeira@camporeal.edu.br.
[90] Docente Orientadora, Bacharelado em Engenharia Civil, Pós Graduada em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia, Centro Universitário Campo Real, prof_barbaracosta@camporeal.edu.br.

ISSN 2178-9428

Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir, se tem preconceito nesta área da engenharia, desde a inserção das mulheres neste campo de trabalho, até sua atuação no ramo. Partindo do pressuposto de que o entendimento dos fundamentos de qualquer processo implica sua trajetória, que se fez necessária uma breve análise da área de Engenharia Civil. Em virtude de responder as premissas expressas acima, a pesquisa também assume um caráter somatório, ou seja, quantitativa. Afinal, realmente as mulheres consideram que sofreram ou sofrem preconceito dentro da área de Engenharia Civil?

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo dados do IBGE de 2002, nas últimas décadas ocorreu um crescente número de mulheres ingressando no mercado de trabalho ou procurando por emprego. Por consequência, o número de mulheres nas Engenharias também aumentou, demonstrando que essa área está passando por transformações, como explica Lombardi (2006). Atualmente é perceptível uma presença significativa das mulheres neste campo, alterando a questão da divisão sexual do trabalho na engenharia, no aumento da participação das mulheres em várias especialidades, nas áreas de trabalho e na área profissional.

Considerando a linha histórica da engenharia, a entrada da mulher nesse campo é um rompimento de valores que as discriminam em carreiras tidas como predominantemente masculinas. Segundo Lombardi (2005), para sustentar essa escolha profissional, elas tiveram que enfrentar padrões de gênero aceitos no interior das famílias, nas escolas e no trabalho. Dessa forma, a trajetória das mulheres na área tecnológica é repleta de desafios.

> O número total dos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea é de 23.308. Dessa quantia, apenas 2.494 são do sexo feminino, o que equivale a apenas 10,70% de participação. Das 2.494 mulheres, apenas 736 possuem algum vínculo empregatício. Outro número expressivo indica que 42% das mulheres do Sistema estão inseridas na modalidade civil, seguido da modalidade de arquitetura e urbanismo. (CORDEIRO, 2004, p. 1)

Para tentar diminuir a desigualdade existente nessa área, algumas leis vêm sendo propostas pelos órgãos públicos, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito municipal. Desde 2012, tramita no Senado um projeto de lei que determina um percentual mínimo de 12% de mão de obra feminina nas obras e serviços contratados

ISSN 2178-9428

pelo governo federal. E de forma municipal, a mais recente iniciativa é de Guarapuava, no Paraná, que em junho de 2017, sancionou uma lei exigindo que as empresas da construção civil que prestam serviços ao município tenham no mínimo 10% de suas vagas ocupadas por mulheres.

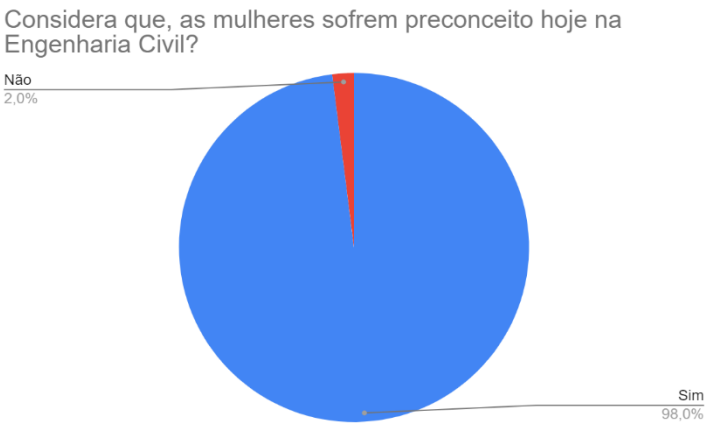
A capacidade técnica, força de trabalho e articulações das mulheres na luta por seus direitos estão promovendo progressivas mudanças socioculturais. Isso está impulsionando o progresso feminino no setor. Como resultado, estão surgindo novas gerações de engenheiras e operárias, com cada vez mais oportunidades e reconhecimento profissional. (DUTRA, 2017)

2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Através da pesquisa proposta, a qual se utilizou uma plataforma on-line para se aplicar, foi coletado respostas de cinquenta mulheres que estão inseridas no campo da engenharia civil, seja como profissionais já formadas ou acadêmicas. Com esse estudo buscou-se intuir se as mulheres acreditam sofrer preconceito, se sim, onde sofreram e quem praticou.

Essas cinquenta participantes foram questionadas se acreditam que as mulheres hoje em dia experienciam preconceito na engenharia civil. Onde, é possível analisar as respostas na figura 1.

FIGURA 1 - Gráfico da primeira questão

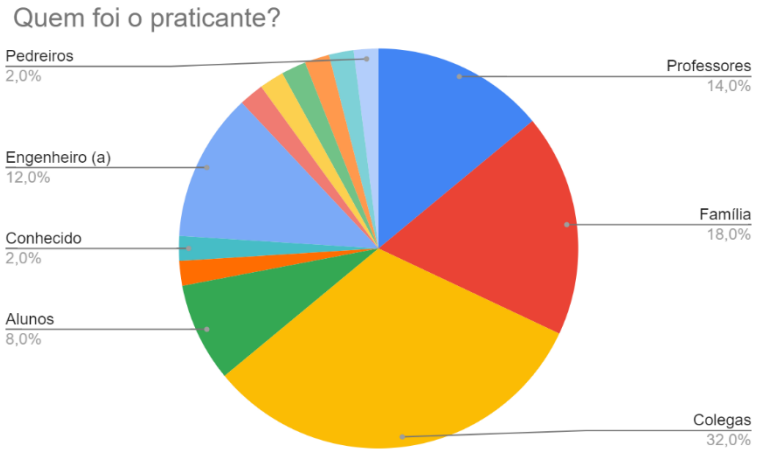


Fonte: Autoras, 2020.

ISSN 2178-9428

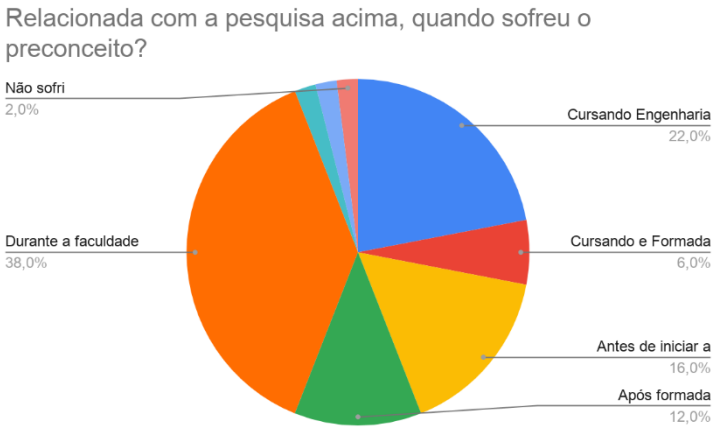
Como pôde-se observar, 98% das mulheres que responderam ao questionário consideram que sim, as mulheres sofrem preconceito na Engenharia Civil. Após essa interpelação, elas foram convidadas a responder mais duas perguntas, que questionavam quando sofreram preconceito e quem foi o praticante desse ato, que teve seus resultados expostos nas figuras 2 e 3.

FIGURA 2 - Gráfico da Segunda questão



Fonte: Autoras, 2020.

Figura 3 - Gráfico da terceira questão



Fonte: Autoras, 2020.

Quanto ao momento em que sofreram algum tipo de preconceito, a grande maioria, cerca de 58%, relataram ter sofrido durante o curso, outras 16% antes mesmo de iniciar, e mais de 12% após formada. Sendo os principais praticantes os colegas, representando 32% das respostas, seguidos da família (18%), dos professores e engenheiros, que correspondem a 14% e 12% dos praticantes, respectivamente.

ISSN 2178-9428

Dessa forma, a hipótese levantada para essa pesquisa, que as mulheres sofrem preconceito na Engenharia Civil, foi confirmada. Por conseguinte, a grande maioria das mulheres relatou ter sofrido algum tipo de preconceito, sendo o principal ambiente o da faculdade, sobretudo por seus colegas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres enfrentam muitos desafios na área da Engenharia Civil, um deles reside na necessidade da prova permanente da competência profissional, como na maneira da mulher se auto afirmar diante do grupo de homens, sendo eles colegas, subordinados ou superiores, mostrando que essa questão varia de gênero, pois não há uma cobrança quanto aos homens. Pode-se observar que o preconceito quanto mulheres na Engenharia Civil são tanto velados, como explícitos, acontecendo durante o curso e após a formação. Ainda há trabalho a ser feito na crescente representação feminina em todos os papéis mais tradicionalmente dominados pelos homens, sem embargo relatos de sucesso duradouro das mulheres na engenharia civil são boas inspirações para o ponto de partida, juntamente com uma mudança de pensamento de todos aqueles que ainda acreditam que as mulheres não podem ocupar determinados espaços de estudo e trabalho.

4 REFERÊNCIAS

CORDEIRO, P. **Valorização das Profissões e a questão da mulher**. 5º Congresso Capixaba de Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 5º Confea, 2004.

IBGE – **Perfil das mulheres responsáveis por domicílio no Brasil.** Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=281814&view=detalhes>. Rio de Janeiro de 2002. Acesso em: 16 de Setembro de 2020.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, jan./abr. de 2006.

LOMBARDI, M. R. **Perseverança e resistência: a Engenharia como profissão feminina**. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

DUTRA, H. **Mulheres na construção**. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/mulheres-na-construcao/>. 13 de dezembro de 2017. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

EVOLUÇÃO E DISSEMINAÇÃO EPIDÊMICA DO SARS-CoV-2 EM GUARAPUAVA PARANÁ

OLIVEIRA, Alerrandro dos Santos[91]
PINHEIRO, Raul Henrique Oliveira[92]

RESUMO: O objetivo do trabalho foi analisar os dados obtidos referente a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na cidade de Guarapuava-PR. O estudo trata-se de uma revisão de base de dados epidemiológico, onde buscou revisar os casos de Covid-19 confirmados, recuperados, óbitos e investigados. Diante este estudo notou-se um aumento de casos em junho, julho e agosto, três últimos meses da pesquisa. Percebe-se que o inverno na cidade foi um fator que estava ao lado do número elevado de casos, juntamente com a curva ascendente dos casos no Brasil.

Palavras-chave: Coronavírus. Disseminação. Evolução. Guarapuava-Pr.

1 INTRODUÇÃO

A problemática no qual consiste esse trabalho diz respeito ao assunto falado nos quatro cantos do mundo que vem trazendo efeitos devastadores na vida e na saúde da população mundial. Tudo isso tem acontecido devido o aparecimento de um novo coronavírus o SARS-CoV-2, que pode causar a síndrome respiratória aguda grave. A família coronavírus possui sete subtipos, mas apenas três deles são capazes de causar sinais e sintomas graves aos pacientes, destaca aqui o SARS-CoV, SARS-CoV-2 e o MERS-CoV este último também conhecido como síndrome respiratória do oriente médio. Os outros quatro subtipos menos conhecidos são os HCoV-NL63, HCoV-229E, HCoV-OC43 e HCOV-HKU1, que possuem uma carga viral mais leve trazendo sintomas comuns (MATHESON; LEHNER 2020).

Quando falamos em Covid-19 temos a seguinte definição:

> A Covid-19, causada por um vírus altamente contagiante, é uma doença provavelmente sistêmica com importantes componente respiratórios e é transmitida por meio de gotículas e/ou aerossóis. Após atingir o trato respiratório, o vírus inicia a multiplicação intracelular e, logo a seguir, sua semeadura. (CHATKIN e GODOY, 2020, p. 1).

[91] Enfermagem, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
9[2] Professor orientador.

ISSN 2178-9428

As características do Covid-19 no corpo humano, é bastante complexa, alguns pacientes acometidos desenvolvem apenas sintomas gripais conhecidos, parecido com os sintomas do vírus influenza. Porém outros pacientes com a presença de algumas doenças de base podem se encontrar em um estado mais grave, desenvolvendo pneumonia viral e podendo levar o paciente a óbito (LIMA, 2020).

Na ausência de vacinas, ou medicamentos que provem eficácia contra a Covid-19, a maior parte do cuidado vai partir da população. Realizando o uso de máscaras, higienização das mãos, isolamento social, as medidas preventivas sempre será o melhor a se fazer. Pois ambas agindo em conjunto, em intervalos de tempos pode diminuir os números de casos de Covid-19 (GARCIA, 2020)

Com o passar do tempo em um efeito dominó, a doença foi se espalhando de forma rápida e descontrolada pelo mundo e não demorou muito que ela chegasse ao Brasil, fazendo com que registrássemos nosso primeiro caso no dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte. Não tínhamos nenhum tratamento farmacológico conhecido em mãos, passamos a agir tendo os outros países como referência e dados epidemiológicos de pandemias passadas, a fim de encontrar um ponto norteador em meio a uma escuridão desconhecida (FERNADES, 2020).

Vemos todos os dias nos jornais a mídia abordando os casos de Covid-19 e notamos que as pequenas cidades ficam sem visibilidade. Com base nesta visão reduzida nos pequenos municípios diante a pandemia, surgiu-se a ideia de realizar um estudo no município de Guarapuava-PR. Abordando em um período de seis meses os casos confirmados, óbitos, recuperados e investigados, a fim de visualizar como o município se comportou nesse em ritmo de pandemia, e interpretar os resultados finais, adquiridos com base na coleta dos dados.

2 DESENVOLVIMENTO

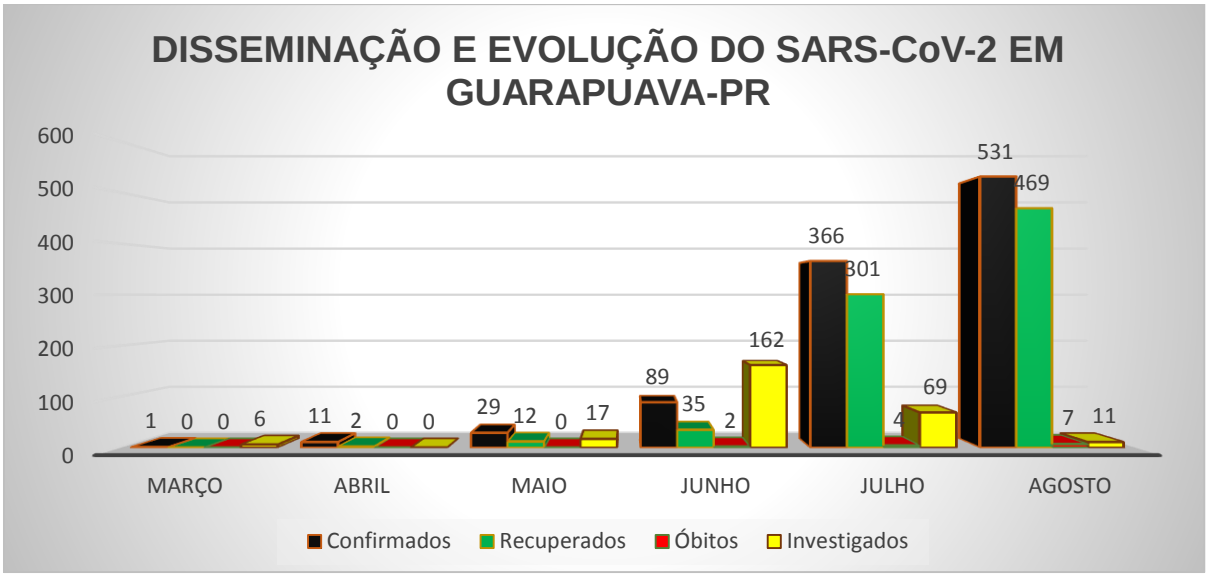
Este trabalho foi desenvolvido partindo de um estudo de base de dados epidemiológico, partiu-se da retirada de dados em um intervalo de seis meses, com início no dia primeiro de março e término no dia trinta e um de agosto, os dados foram extraídos do site da Secretária de Saúde do Estado do Paraná (SESA), onde o acesso fica livre para o público. Os pontos norteadores para a coleta dos dados foram, “número de casos confirmados”, “número de casos recuperados”, “número de casos

ISSN 2178-9428

que evoluíram a óbitos" e "número de casos investigados". Com base nos dados obtidos, para uma melhor analise, os números foram representados em um gráfico (Gráfico 1) a fim de visualizar com mais clareza o período em que se obteve aumento e queda dos casos de Covid-19.

Diante desta pesquisa conseguimos identificar o período do ano em que se obteve um aumento de casos em Guarapuava. Nota-se que desde o mês de março, mês que foi registrado o primeiro caso até trinta e um de agosto, teve um aumento importante nos números. Visto com mais clareza no (Gráfico 1), Guarapuava fechou o mês de março deste ano com apenas 1 caso confirmado, 6 investigados, 0 óbitos e 0 em investigação. No mês de abril percebe-se um aumento de casos confirmados chegando a 11 casos positivados, 2 recuperados, 0 óbitos e 0 em investigação. No mês de maio sem ser diferente dos outros municípios do país, Guarapuava presenciava aumentos gradativos nos números, sendo que já apresentava 29 casos confirmados, 12 recuperados, 0 óbitos e 0 casos em investigação. No mês de junho a realidade passa a ser outra, mostrando ter 89 casos confirmados, 35 recuperados, 2 óbitos e 162 recuperados. Portanto não para por aqui, julho apresentou 366 casos confirmados, 301 recuperados, 4 óbitos e 69 em investigação. O mês de agosto continuou com aumentos nos casos tendo registrado 531 casos confirmados, 469 recuperados, 7 óbitos e 11 casos em investigação.

Gráfico 1, dados cumulativos da evolução e disseminação do SARS-CoV-2 em Guarapuava-Pr.



Dados retirados da Secretária de Saúde do Estado do Paraná (SESA).

ISSN 2178-9428

Percebe-se no gráfico que junho, julho e agosto teve um pico no número de casos. Levando em conta que em vinte e um de junho inicia o inverno no Brasil, sendo que é mais rigoroso na região sul, e segundo Chatkin e Godoy (2020) existe possibilidade de as condições climáticas terem relação com as variações dos números de caso de Covid-19, porém os estudos ainda não deixam claro esta questão.

Quando respiramos ar seco podemos lesionar nossa mucosa do trato respiratório e a nível imunológico, essas lesões deixam o ser humano mais vulnerável para desenvolver infecções por algum tipo de vírus (CHATKIN E GODOY 2020).

Embora ainda seja registrado casos diariamente no município de Guarapuava-PR, podemos visualizar até aqui os meses que tiveram picos em relação ao Covid-19. No intervalo de seis meses desde o primeiro caso registrado, pode-se acompanhar mais de perto e evolução e disseminação do SARS-CoV-2 em Guarapuava-Pr.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pandemia ainda não tenha cessado e casos diariamente são registrados nos quatro cantos do mundo. Não podemos deixar de olhar com atenção os pequenos municípios, que na maioria das vezes passam despercebido. Contudo nas metrópoles brasileira gera-se um impacto maior quando se trata em disseminação do SARS-CoV-2, porém as pequenas cidades também perdem. Perdas que vão muito além de fatores econômicos, em meio a tantas mortes, a perda de um ente querido vem a trazer grandes tristezas em todas a famílias que se deparam com essa situação. Este estudo trouxe dados concretos e cumulativos, mas por trás dele, não se trata apenas de números e dados epidemiológicos e sim, história, família e vidas.

4 REFERÊNCIAS

MATHESON, N. J.; LEHNER, P. J. Como o SARS-CoV-2 causa o Covid-19?. **Science**, Cambridge, v. 369, n. 6503, p. 510-511, jul. 2020. Disponível em: < https://science.sciencemag.org/content/369/6503/510/tab-pdf>. Acesso em: 30 ag. 2020.

CHATKIN, L. M.; GODOY, I. Tabagismo, poluição ambiental e condições climáticas são fatores de risco para COVID-19?. **Jornal Brasileiro de Pneumologia,** Porto Alegre v. 46 n. 5 p. 1-6, set./out. 2020. Disponível em <

ISSN 2178-9428

http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=3378>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LIMA, C. M. A. O. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnósticos por Imagem**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2 p. V-VI, mar./abr. 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-39842020000200001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 7 set. 2020.

GARCIA, L. P. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiologia e Serviços em Saúde,** Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-4, abr. 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200902>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FERNANDES, J. L. Covid-19 no Brasil: Aprendendo a Andar no Escuro sem Deixar Nada para Trás. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia,** Rio de Janeiro, v. 114, n. 6 p 988-991, jun. 2020. Disponível em: < http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2020/v11406/pdf/ABC-PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ (/Paraná). Boletim-informe epidemiológico coronavírus (COVID-19). *In***:** SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ (Paraná). **Boletim-Informe epidemiológico Coronavírus (COVID-19).** [Guarapuava, PR]: Secretária de Saúde do Estado do Paraná**,** 2020. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-COVID-19>. Acesso em: 31 ago 2020.

ISSN 2178-9428

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: O MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREA, Francelize[93]
ANTONIUCCI, Danielle R.[94]
MORELES, Ana Cristiane de Mello[95]

RESUMO: O estudo doutrinário deste trabalho repousa na análise e reflexão de umas das maiores inovações institucionais trazidas pela Constituição Federal de 1988 e de sua destinação constitucional como uma das Funções Essenciais à Justiça. Procurou-se através de um estudo crítico, analítico, e reflexivo, apontar a importância do Ministério Público, bem como explicitar a principais funções deste órgão constitucional, que não se caracteriza apenas por ser uma instituição comprometida com a manutenção da ordem jurídica e a defesa da democracia, mas sim, com a atribuição fundamental de ser guardiã dos direitos fundamentais e individuais, próprios de um novo mundo globalizado.

Palavras-chave: Ministério Público. Constituição Federal. Direitos Fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

A temática, “Das Funções Essenciais à Justiça”, é abordada na Constituição Federal (CF/88), para representar uma das mais importantes conquistas da nossa sociedade democrática, a saber, a garantia dos direitos fundamentais, que se constituem em nossa contemporaneidade, dos valores fundantes do Estado Democrático de Direitos.

No que se refere, a ideia da positivação constitucional, os direitos e as garantias fundamentais formam, aquilo que doutrinadores e a própria Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu art. 5.º, § 1.º, denomina de um conjunto de princípios irradiantes do sistema jurídico, com força normativa em grau máximo e aplicabilidade imediata.

Fazem parte deste rol de Funções Essenciais à Justiça o Ministério Público, (objeto em tela neste trabalho) a Advocacia – pública e privada – e a Defensoria Pública.

[93] Acadêmica do Curso de Direito, 5° período do Centro Universitário Campo Real.
[94] Acadêmica do Curso de Direito, 5° período do Centro Universitário Campo Real.
[95] Professora de Processo Civil e de Direito Civil - Família e Sucessões – do Centro Universitário Campo Real e das Faculdades do Centro do Paraná (UCP).

ISSN 2178-9428

Nesse sentido, mediante uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e de análises e reflexões pautadas na teoria dos direitos fundamentais constitucionais adotada no Brasil, buscaremos explicitar a importância de compreendermos a função institucional do Ministério Público na defesa de uma sociedade democrática, e para tal faremos além de exposições doutrinarias sobre o tema, reflexões pertinentes a elas.

Bem como, demostraremos ao final a importância desta inovação constitucional, para a sociedade globalizada que vivemos atualmente, buscando salientar a justificativa, pela qual julgamos o estudo sobre a Instituição do Ministério Público, uma das temáticas mais essenciais, quando questionamos as problemáticas e a busca pelas garantias fundamentais e individuais, pressupostas pelo Estado Democrático de Direitos.

2 DESENVOLVIMENTO

A CF/88, afirmou a existência de duas grandes dimensões de direitos e garantias fundamentais, a individual e a coletiva, que estão expressas no Título II, Capítulo I da Constituição.

Essa afirmação, foi amparada pelos critérios justificadores do Estado Democrático de Direitos, que pressupõe a titularidade dos direitos, sendo esta individual ou coletiva, bem como, os mecanismos de acesso à Justiça, que também poderão ser de tutela individual ou coletiva, as situações de lesão e de ameaças a direitos, que poderão, mesma forma, assumir dimensão individual ou coletiva.

Diante disso, podemos concluir que os direitos e garantias fundamentais, que se encontram previstos em dispositivos expressos, ou até mesmo implicitamente no ordenamento jurídico brasileiro, “representam os valores maiores nas conquistas históricas dos indivíduos e das coletividades, os quais giram em torno de um núcleo fundante do próprio Estado Democrático de Direito, que é justamente o direito à vida e à sua existência com dignidade”. (ALMEIDA, DAHER, LOPES, 2017)

> Com efeito, um dos esteios da própria fundamentalidade consiste, como já demonstrado, na força jurídica privilegiada das normas de direitos

ISSN 2178-9428

> fundamentais, da qual o art. 5.º, § 1.º, da CF é justamente um dos mais importantes indicadores. No que diz com a origem do referido dispositivo, verifica-se que, nas Constituições brasileiras anteriores, não houve previsão de dispositivo similar, cuidando-se de inovação trazida pela Constituição Federal de 1988. Todavia, já no anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a assim designada Comissão Afonso Arinos, 1039 a questão da força normativa dos direitos fundamentais foi contemplada, visto que o art. 10 (do anteprojeto) dispunha que "os direitos e garantias constantes desta Constituição têm aplicação imediata", teor que praticamente corresponde ao adotado pela atual Constituição, com a ressalva de que está se refere aos direitos e garantias fundamentais. (SARLET, 2018, p. 386)

É nesse contexto que vemos a incidência da essência da atuação do Ministério Público, que, de acordo com o art. 127, caput, da CF/88, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (CF/88)

Tal como aponta Pedro Lenza, o Ministério Público a partir dessa concepção expressa na CF/88, é uma das essências da sociedade democrática, e que está totalmente desvinculada, de qualquer outro órgão institucional, caracterizando assim, sua independência funcional, e sua possibilidade de atuar, frente as garantias e direitos acima expressos e em favor da coletividade.

> O texto de 1988 consagrou a evolução do Ministério Público, separando-o dos Poderes e o alocando no capítulo que trata das funções essenciais à Justiça. Em verdadeira consagração, o MP foi elevado à posição de instituição permanente e desatrelado, de vez, da representação judicial da União, tanto é que, de maneira categórica e enérgica, o art. 129, IX, expressamente vedou a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, ficando essa atribuição nas mãos da advocacia pública. A CF/88, em seu art. 131, caput, fez a previsão expressa da Advocacia-Geral da União, instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, passou a representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. (LENZA, 2020, p. 639)

É a partir dessas disposições constitucionais que, podemos afirmar contundentemente, que a essência da atuação do Ministério Público, iniciou com a CF/88, a partir do momento em que essa instituição, adquiriu *status* constitucional de órgão independente. Tal como também ocorreu com Tribunal de Contas, o Ministério

ISSN 2178-9428

Público, tornou-se um órgão com a função de exercer importantes ações fiscalizatórias e por tal função, lhe é absolutamente inerente não ser hierarquizada por outro Poder.

Muito mais se faz a relatar, porém, ainda em tempo, é essencial demostrarmos como o Ministério Publico atua, e porque essa sua forma de atuação, e extremamente necessária para a garantia dos direitos fundamentais.

> Dentre as principais inovações, destacam-se: a) exclusividade para promoção da ação penal pública; b) possibilidade de requisição de investigações às autoridades públicas competentes; c) autonomia funcional, financeira ou orçamentária e administrativa; d) consagração dos princípios constitucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional; e) fim da representação da União e dos Estados, com a respectiva vedação à representação e consultoria de órgãos públicos; f) o Procurador-Geral da República deve ser da carreira, não podendo ser demitido *ad nutum* pelo Presidente; g) promoção de inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos etc. (NUNES JUNIOR, 2019 p. 1962)

A independência do Ministério Público não deve ser vista como mera abstração legal ou ficção jurídica, mas sim como condição prática para exercício de suas próprias funções num Estado democrático de Direitos.

> (...) quando o Estado brasileiro adquiriu nova conformação jurídico-política, ao Ministério Público foram assegurados elevados papéis, que supõem sua efetiva independência: a) defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, até mesmo em face do Estado e dos governantes; 2 b) zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; 3 c) titularidade privativa da ação penal pública; 4 d) titularidade concorrente da ação civil pública; 5 e) a ação de inconstitucionalidade e a representação interventiva; 6 f) controle externo da atividade policial. (MAZZILLI, 1996, p. 30)

É somente por estas disposições que o Ministério Público pode exercer de fato essa independência jurídica, e assim estar verdadeiramente a serviço dos direitos da coletividade, “somente uma instituição independente, de direito e de fato, poderá desempenhar-se de forma efetiva de tão altos encargos que lhe reservam a Constituição e as leis”. (MAZZILLI, 1996, p.34)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão trazida neste trabalho, buscou demostrar que o Ministério Público, representa uma instituição/função imprescindível na organização, no

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

funcionamento, na efetivação do Estado e principalmente no estabelecimento da uma verdadeira democracia.

Compreendemos que ele é uma Instituição oficial, independente e autônoma, cuja existência foi dotada de grande repercussão com a CF/88, que demostrou a grande importância desta instituição, para a função jurisdicional do Estado, atribuindo a ele a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito, na defesa dos direitos sociais, e individuais indisponíveis, bem como pela leal observância das leis e da Constituição.

É desta forma que o pensamento de diversos doutrinadores, acima analisados, nos demostra que pensar e refletir a instituição do Ministério Público, não se destina apenas a usufruir do que o Ministério Público, pode realizar enquanto instituição, mas sim, perceber o que ele pode e deve fazer como Função Essencial à Justiça, conforme a constituição, o cometeu. Nesse sentido, o Ministério Público, vai além de uma atuação prática, ele perpassa atuações cuja função é a de agir com responsabilidade e na garantia dos direitos da coletividade.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.A de. DAHER, L.L.N. LOPES, L.R.B **O Ministério Público como Garantia Constitucional Fundamental da Sociedade de Acesso à Justiça**. 2017 Disponível em: https://congressonacional2017.ammp.org.br/public/arquivos/teses/51.pdf

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. Coleção esquematizado. 24.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A independência do Ministério Público**. 1996 Disponível em: http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/indmp.pdf

NUNES, JUNIOR, Flavio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional** – 3.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SARLET, I. W. **Curso de Direito Constitucional** / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. – 7.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018

ISSN 2178-9428

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE PROVAS NO PROCESSO DE ABANDONO AFETIVO

CORREA, Francelize[96]
ANTONIUCCI. Danielle R.[97]
MORELES, Ana Cristiane de Mello[98]

RESUMO: A família é um dos pilares que compõem a sociedade brasileira, sendo que um dos temas recorrentes mais atuais sobre o Direito de Família, refere-se ao abandono afetivo. Neste resumo pretendemos analisar alguns elementos sobre o tema, especialmente sobre a questão da importância da produção provas nos processos de abandono afetivo. Para isto recorremos à doutrina, jurisprudência e algumas decisões de tribunais, além de reflexões a luz de diversas bibliografias sobre o tema. A partir disso compreende-se ao final que as provas precisam ser contundentes e conexas, assegurando ao magistrado a aplicação da medida correta a cada caso concreto.

Palavras-chave: Direito De Família. Abandono Afetivo. Dano Moral. Provas.

1 INTRODUÇÃO

A família, objeto de estudo do Direito Civil, se caracteriza por ser um dos pilares da sociedade, expressamente assim tratada na Constituição Federal, é um núcleo social revestido por várias significações, dentre elas sociais, psicológicas e jurídicas.

Dentro desta temática encontramos a questão do abandono afetivo e a responsabilização civil pelo ato ilícito praticado por um dos genitores em relação a criança. A este assunto abordamos a significação da produção de provas no processo de abandono afetivo, evidenciando sua relevância para que o magistrado, ao julgar o processo, aplique a medida cabível para aquele que comete o ato. A produção de provas adequadas dá segurança para que seja feita justiça na medida certa, olhando não apenas pelo lado financeiro, mas sim para a questão da responsabilização parental do genitor na vida de um filho.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é demonstrar, com base na doutrina, na jurisprudência e no julgamento de alguns tribunais, a relevância que existe entre as provas adequadamente produzidas no decorrer do processo e a decisão final justa, em razão da responsabilidade civil em questão.

[96] Acadêmica do Curso de Direito, 5° período do Centro Universitário Campo Real.
[97] Acadêmica do Curso de Direito, 5° período do Centro Universitário Campo Real.
[98] Professora de Processo Civil e de Direito Civil - Família e Sucessões – do Centro Universitário Campo Real e das Faculdades do Centro do Paraná (UCP).

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

As problemáticas envolvendo o dano moral são recorrentes na esfera jurídica civil, e contemporaneamente sua incidência na área do direito de família vem aumentando significativamente, pois a sociedade moderna vem questionando-se fortemente em relação à possibilidade ou impossibilidade, da responsabilização civil por abandono afetivo proveniente das relações familiares.

O conflito sobre a possibilidade do cabimento da ação de indenização decorrente de abandono afetivo estabelece-se diante da proteção da dignidade da pessoa humana e em decorrência desta, o valor jurídico da afetividade princípio contemporâneo do direito de família que tem provocado inúmeras alterações nessas relações jurídicas.

Imagens extraídas de canais de notícias jurídicas demonstram muito mais do que a simples atualização desse tema em relação à doutrina, a jurisprudência e a legislação que envolve esses casos: elas demonstram também a incidência que possuem na atualidade quanto problemática que permeia as relações familiares, cujos princípios basilares são decorrentes dos direitos e garantias fundamentais expressos em nossa Constituição Federal.

Abandono afetivo

Pai indenizará por abandono afetivo

Pai deverá pagar R$ 30 mil de danos morais.

sábado, 7 de dezembro de 2019

A 3ª câmara de Direito Privado do TJ/SP manteve decisão que condenou pai a pagar R$ 30 mil de dano moral por abandono afetivo de sua filha. Para o colegiado, as provas testemunhais e o laudo psicossocial não deixavam dúvidas do abandono e a negligência do pai.

De acordo com a mãe, que representou a filha no processo, o pai "*se omitiu de prover companhia e afeto por muitos anos, tratando a filha com desprezo e de forma distinta de seu outro filho*", de modo que a ausência paterna causou sofrimento à criança. Ainda de acordo com ela, a filha possui Síndrome de Asperger, um dos transtornos do espectro do autismo que dificulta a interação social e a comunicação, além de restringir interesses e causar comportamentos repetitivos.

Dano moral

Pai deve indenizar filhos em R$ 120 mil por abandono afetivo

Relator no TJ/MG destacou que "afeto não é coisa, mas sentimento" ao votar por manter condenação fixada em 1º grau.

quarta-feira, 9 de outubro de 2019

"Exatamente em razão de o afeto não ser coisa, mas sentimento, é preciso que um pai saiba que não basta pagar prestação alimentícia para dar como quitada sua 'obrigação'. Seu dever de pai vai além disso e o descumprimento desse dever causa dano, e dano, que pode ser moral, deve ser reparado, por meio da indenização respectiva."

A afirmação é do desembargador Evandro Lopes da Costa, da 17ª câmara Cível do TJ/MG ao analisar recurso de um pai contra sentença que o condenou a indenizar dois filhos em R$ 120 mil por danos morais. O colegiado negou provimento ao recurso.

ISSN 2178-9428

Fonte:https://www.migalhas.com.br/quentes/316379/pai-indenizara-por-abandono-afetivo Acesso em 04/04/2020

Fonte:https://www.migalhas.com.br/quentes/312718/pai-deve-indenizar-filhos-em-r-120-mil-por-abandono-afetivo Acesso em 04/04/2020

Nesse contexto, percebemos a importância atribuída pela doutrina e pela jurisprudência, dessas causas decorrentes do poder familiar implicitamente no artigo 277 de nossa Constituição Federal, e ainda é perceptível que esses processos tenham profunda relação com sentimentos intrínsecos aos seres humanos e consequentemente subjetivos. Ou seja, nas palavras de Paulo Luiz Netto Lobo:

> A convivência familiar, que o art. 227 da Constituição considera integrante do melhor interesse da criança e do adolescente, é fato entretecido em relações sociais duradouras, com objetivo de constituição de família, o que as distingue de outras relações sociais. A afetividade, por seu turno, é dever jurídico a que devem obediência pais e filhos, em sua convivência, independentemente de haver entre eles afeto real. (LOBO, 2008, p. 43).

No entanto, para a configuração da responsabilidade civil por abandono afetivo é imprescindível provas que demonstrem a ilicitude do genitor, omissiva ou comissiva, o dano e o nexo de causalidade entre ambos.

Para tanto, é importante salientarmos que a ilicitude a que se refere não se encontra no desamor[99], mas sim no desamparo na criação, na educação e na convivência com a criança, nas palavras de PEREIRA (2014, p. 22) “afronta o princípio da dignidade humana o pai ou a mãe que abandona seu filho, isto é, deixa voluntariamente de conviver com ele.”

Um processo nessa esfera deve demonstrar a ausência injustificada dos deveres do poder familiar, o distanciamento voluntário de convivência e principalmente essa ação ou omissão do genitor, precisa ser a causa de danos, seja no comprometimento do desenvolvimento, ou formação psíquica, afetiva e moral ou que cause dor, sofrimento, humilhação, ansiedade, angustia, baixa autoestima dentre outros. Assim, ressaltasse que é extremamente dificultosa a produção de tais provas, uma vez que se estendem por anos na vida da criança ou adolescente, e sua valoração goza da mesma dificuldade, eis que os critérios de apreciação pelo juízo no caso concreto são subjetivos.

Nesse mesmo contexto, Flávio Tartuce (2012), expõe que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais deduziu que "*por não haver nenhuma possibilidade de*

[99] Teoria criada pela Doutora Gisele Maria Fernandes Moraes Hironaka.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

reparação a que alude o art. 186 do CC, que pressupõe prática de ato ilícito, não há como reconhecer o abandono afetivo como dano passível de reparação" (TJMG, Apelação Cível n. 1.0647.15.013215-5/001, Rel. Des. Saldanha da Fonseca, julgado em 10/05/2017, DJEMG 15/05/2017).

Com esse mesmo ideário o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul afirmou que "*a pretensão de indenização pelos danos sofridos em razão da ausência do pai não procede, haja vista que para a configuração do dano moral faz-se necessário prática de ato ilícito. Beligerância entre os genitores*" (TJRS, Apelação Cível n. 0048476-69.2017.8.21.7000, Teutônia, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Jorge Luís Dall'Agnol, julgado em 26/04/2017, DJERS 04/05/2017).

Contudo, no ano de 2012, a questão chegou ao Superior Tribunal de Justiça que entendeu pela possibilidade de reparação civil nos casos de abandono afetivo. A ementa foi assim publicada (*Informativo* n. *496 do STJ*):

> Civil e processual civil. Família. Abandono afetivo. Compensação por dano moral. Possibilidade. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o *non facere*, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido (STJ, REsp 1.159.242/SP, 3.a Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 24.04.2012, *DJe* 10.05.2012). Grifo nosso.

Basicamente compreende-se dessas colocações que a matéria está pacificada em nosso Tribunal Superior, no sentido de que se admite a possibilidade de dano afetivo suscetível de ser indenizado, desde que bem caracterizada a violação aos deveres extrapatrimoniais integrantes do poder familiar, especialmente o dever de cuidado. Ou seja, desde que as provas sejam suficientes para demonstrar que

ISSN 2178-9428

ocorreu o ilícito (dever de cuidado) e que deste fato houveram danos (mesmo que emocionais) a vítima que pleiteia indenização. Com o ultimo julgamento pudemos notar que a falta de afeto ou amor, não são atos puníveis pelo ordenamento jurídico, pois não há qualquer obrigação jurídica de dar afeto, mas parafraseando as palavras da Nancy Andrighi naquele julgamento, *"amar é faculdade, cuidar é dever*" (REsp 1.159.242/SP). Assim, a reparação civil pela quebra do dever de cuidado é possível, e suas provas deverão demonstrar a prática desse ato ilícito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logicamente, nenhuma indenização monetária irá repara o dano sofrido por um filho ao longo de sua vida pela ausência de seu pai ou mãe. Entretanto a fixação de uma indenização vai além desse aspecto, de acordo com Pablo Stolze e Pamplona Filho, ela tem caráter pedagógico e punitivo, na perspectiva da função social da responsabilidade civil.

Portanto, alude-se que perquirir que as indenizações por abandono afetivo, precisam ser muito bem pautadas em provas, que vão muito além de provas testemunhais, mas que atentam contra a sua dignidade humana, provas estas que apontam para a quebra do dever de cuidado exigido pelo Tribunal Superior, que perpassem inclusive, a instrução ou realização de prova psicossocial do dano suportado pelo filho, que afetaram a integridade física, moral, intelectual e psicológica do mesmo, em prejuízo do desenvolvimento sadio de sua personalidade.

4 REFERÊNCIAS

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de direito Civil, volume 6: direito de família.** 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Socioafetividade no Direito de Família: a Persistente Trajetória de um Conceito Fundamental. In: **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. vol. 5, Porto Alegre: Magister, ago./set. 2008.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Responsabilidade Civil por abandono afetivo. In: **Responsabilidade Civil no Direito de Família**, Coord. Rolf Madaleno e Eduardo Barbosa. São Paulo: Atlas,2014.

TARTUCE, Flávio. **Da indenização por abandono afetivo nas mais recentes jurisprudências brasileiras.** 2012. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/262537/da-indenizacao-por-abandono-afetivo-na-mais-recente-jurisprudencia-brasileira. Acesso em 04/04/2020.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

POR UM OLHAR MAIS HUMANO: UM ESTUDO SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA E EXECUÇÃO PENAL

ANDREKOWICZ, Gisele do Belem[100]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[101]

RESUMO: A pesquisa, fruto do Grupo de Estudos Jr Lab, objetiva refletir sobre o sistema penal formal atual, especialmente em relação à execução de penas privativas de liberdade. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica e após, pesquisa documental através do levantamento de dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN) no ano de 2019 sobre o número de presos. Após, com base nos estudos sobre Justiça Restaurativa, como método alternativo e complementar para execução de pena, os resultados da pesquisa apontaram que os métodos restaurativos são uma alternativa viável frente às alternativas penais retributivas.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Execução Penal. Estabelecimento prisional. Ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o sistema penal formal, especialmente no que se trata da execução de penas privativas de liberdade e o encarceramento no Brasil, aliado a alternativas restaurativas. A pesquisa iniciou com a abordagem do Direito Penal e Execução Penal. Após, foi analisada a realidade carcerária do Brasil em números. Em seguida, foi discutido acerca da Justiça Restaurativa, suas possibilidades e alternativas em meio à Execução Penal, bem como apresentação de propostas de complemento nos casos em que o cárcere foi necessário.

Para tanto, fez-se necessária a utilização da técnica de pesquisa bibliográfica, através da análise legislativa, de doutrinas e artigos sobre o tema abordado, e pesquisa documental, através do levantamento de informações sobre o encarceramento brasileiro junto ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN do ano de 2019, assim como debates no Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa no Centro Universitário Campo Real em

[100] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Campo Real, aluna especial no programa de Mestrado em Direito Negocial na Universidade Estadual de Londrina/PR, pós-graduanda em Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Estado do Paraná.
[101] Professora do Centro Universitário Campo Real, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universdade Estadual de Ponta Grossa.

ISSN 2178-9428

Guarapuava/Paraná, visando analisar se a execução penal pode ser uma fase propícia para aplicação da Justiça Restaurativa.

2 DESENVOLVIMENTO

O olhar mais humano para as penas partiu da famosa obra de Cesare Bonsana Beccaria, “Dos delitos e das penas”, que impulsionou diversas mudanças no Direito Penal[102]. De acordo com Nucci (2017, p. 716), o conceito atual de pena é retributivo-punitivo: “a sanção imposta pelo Estado, por meio de ação penal, ao criminoso como retribuição ao delito perpetrado e prevenção a novos crimes”.

Em complemento, o art. 1º da Lei 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais) prevê que: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, dessa forma, promovendo a integração social do indivíduo e não somente causando-lhe sofrimento, sentimento de vingança ou descrença com a possibilidade de mudar de vida.

Ademais, a respeito do caráter preventivo e “reeducativo” da pena, a Lei de Execuções Penais preceitua que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (art. 10). Assim como, o art. 22 da mesma Lei dispõe que a “assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, realizado em 2019, o Brasil conta com um total de 748.009[103] presos em unidades prisionais, sendo 48,47% no regime fechado (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019).

Cumpre destacar que no ano de 2000 a população privada de liberdade era de 232.775, no entanto as vagas eram de 135.710, ou seja, um déficit de vagas de 97.045. Aproximadamente vinte anos após, em 2019, têm-se uma população privada

[102] Em conclusão à sua obra, no capítulo XLII, Beccaria (1999) diz que: “para que cada pena não seja uma violência de um ou de muitos contra um cidadão privado, deve ser essencialmente pública, eficaz, necessária, a mínima das possíveis nas circunstâncias dadas, proporcionada aos crimes, ditadas pelas leis”.

[103] Acrescente-se a esse número, 7.265 presos oriundos de dados da Segurança Pública, o que gera um total de 755.274 presos.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

de liberdade no total de 755.274, para ocupação de 442.349 vagas, o que gera um déficit de 312.925 vagas (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019).

Sobre as questões envolvendo a prevenção de novos crimes e ressocialização do preso, considerando o número de 748.009 presos: somente 144.211 (19,28%) realizaram atividades laborativas; da população prisional em atividade educacional, extrai-se um número de aproximadamente 124.000 (16,53%) de presos em contato com atividade educacionais[104] (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019).

Como se percebe dos números acima, trata-se de uma população carcerária superior ao número que o sistema prisional comporta, sem acesso a atividades laborativas e educacionais. O indivíduo comete um crime, entra no sistema prisional, que na teoria é retributivo-preventivo, mas acaba cumprindo sua pena em caráter exclusivamente retributivo. Segundo informações disponibilizadas pelo Projeto Cidadania nos Presídios, do Conselho Nacional de Justiça (2018):

> Dentro dos presídios tornou-se rotineiro encontrar condições precárias e sub-humanas. Falta de espaço, de higiene, doenças em série, profissionais mal treinados e corrupção são constantes no sistema prisional brasileiro. A violência é, sobretudo, um dos grandes desafios dos gestores do setor. Os relatórios dos mutirões carcerários do CNJ são provas das condições indignas de sobrevivência nesses ambientes.

A partir desses níveis de encarceramento, em 2015, o Ministério da Justiça em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça firmou o Termo de Cooperação Técnica nº 006/2015, visando a ampliação e aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo. Dentre as finalidades estão: promoção de autonomia e cidadania da pessoa submetida à medida; incentivo à participação da vítima e comunidade; autorresponsabilização e manutenção do vínculo com a comunidade e; restauração das relações sociais.

Tais finalidades são semelhantes às obtidas na Justiça Restaurativa, em que os conflitos e crimes são tratados com foco nas pessoas, relacionamentos, reparação dos danos, atenção à vítima, corresponsabilização do ofensor, família e círculo de relacionamento, visando a recomposição do tecido social rompido pela

[104] Como alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, atividades complementares como videoteca e envolvendo cultura, remição pelo estudo através da leitura e remição através do esporte, por exemplo.

ISSN 2178-9428

infração e fortalecimento das comunidades. Orientados por um facilitador, as deliberações oriundas de uma prática restaurativa podem servir de alternativa ou complemento às soluções do sistema de justiça formal, pois ao dialogar sobre o problema, oportuniza aos envolvidos discutir sobre o ocorrido, auxiliar na solução, evitar que novos conflitos nasçam de um conflito não resolvido e contribuir para a vida em comunidade, que foi afetada diretamente ou indiretamente pelo conflito (BRANCHER, 2013).

Quanto à preocupação em aplicação da Justiça Restaurativa para casos em que o indivíduo já está cumprindo pena privativa de liberdade, vislumbra-se que ela pode ser encarada como: um programa alternativo, com objetivo de redirecionar/substituir os processos criminais; um programa terapêutico, em que o ofensor já está preso e o encontro não possui objetivo de influenciar o processo judicial, mas de acompanhar o cumprimento da pena, cujo foco é estimular o ofensor a compreender o que fez e se responsabilizar por isso, através de painéis que abordam o impacto do crime, relatos das vítimas para grupos de ofensores, seminários para acolhida pela comunidade; e, programas de transição, que cuida da reintegração do preso à sociedade, cujo atendimento inicia dentro da prisão e continua fora dela através do apoio da comunidade, continuidade do trabalho de responsabilização do ofensor e apoio à vítima (ZEHR, 2015).

Desta forma, a utilização da Justiça Restaurativa para amenizar o encarceramento e para casos em que o indivíduo já foi inserido no sistema prisional, permite o acolhimento a um ambiente em que o indivíduo tem voz e entende o significado de sua responsabilização, além do estímulo a práticas que reconheçam as necessidades dele, da vítima e da comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da forma como é apresentado atualmente, o cárcere não é remédio para a criminalidade, pois não retribui o mal causado, tampouco previne e ressocializa aqueles que entram em contato, mas os trata como números e/ou estatísticas. Neste sentido, cabe às autoridades focar no problema do encarceramento brasileiro, ao garantir o mínimo já previsto em lei, como as atividades laborativas e educacionais.

ISSN 2178-9428

Para além do já previsto, alternativas visando a diminuição do encarceramento, como é o caso das práticas restaurativas, através da promoção de políticas públicas.

Para os casos que necessitam do sistema prisional, deve-se atentar ao ser humano, sua particularidade e focar em um trabalho restaurativo que iniciará dentro do cárcere e continuará na progressão de regime no semiaberto, por exemplo. Saliente-se que não pode ser apenas um círculo de apoio ao preso, mas verdadeiramente, um processo de inclusão de necessidades, fala e escuta para a resolução de conflitos, beneficiando todas as partes.

A implantação deve ser voluntária, em um ambiente acolhedor e que não seja somente mais um protocolo a ser seguido ou mais uma "condenação" judicial, mas uma oportunidade de fala, escuta e ressignificação de objetivos dali em diante.

4 REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BRANCHER, Leoberto (coord). **A paz que nasce de uma nova justiça – Paz Restaurativa**: um ano de implantação da justiça restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul. Caxias do Sul: Núcleo de Justiça Restaurativa, 2013.

BRASIL. **Lei 2848/1940**. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. **Termo de Cooperação Técnica 006 de 9 de abril de 2015**. Celebram, entre si, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério de Justiça para os fins que especifica CNJ-ADM 2015/00833.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Dezembro, 2019**.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Projeto Cidadania dos Presídios.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios. Acesso em: 29 mar. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Traduzido por Tônia Van Acker. 1 ed. São Paulo: Palas Athena Editora, 2012.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

SÍNDROME DE PANDORA EM FELINOS

DALLE CORT, Alexandra Lana[105]
SAPLAK, Ingridi Fernanda[106]
BARBOSA, Rogério Luis Cardoso[107]
FRANCA, Moana Rodrigues[108]

RESUMO: A Síndrome de Pandora vem se mostrando como a doença do trato urinário inferior que mais acomete os felinos, tem origem psiconeuroimunendócrina e é desencadeada devido eventos que possam causar estresse agudo ou crônico nos animais, por se tratar de uma doença autoimune o principal objetivo do tratamento é evitar recidivas, estas podendo ocorrer várias vezes se o gatilho estressor não for retirado. Esta revisão bibliográfica tem como objetivo esclarecer a apresentar a Síndrome de Pandora, já que esta levanta muitas especulações e discussões no meio científico sobre sua etiologia, diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: DTUIF. Gatos. Cistite. Idiopática.

1 INTRODUÇÃO

Os felinos são animais que apresentam maior sensibilidade diante a fatores estressantes, e se este estresse for frequente ou contínuo estes animais tendem a desenvolver alterações psicogênicas que podem afetar vários sistemas do organismo (DEFAUW, 2011).

A doença do trato urinário inferior em felinos (DTUIF) é um termo utilizado para definir várias alterações que ocorrem no sistema urinário inferior dos felinos, dentre as patologias que podem ser denominadas desta maneira estão, a cistite idiopática felina, infecção do trato urinário, urolitíase, anomalias neurológicas e anatômicas (DEFAUW, 2011).

A causa mais comum de ocorrência de DTUIF é a cistite idiopática felina (CIF), que representa cerca de 54-64% dos casos (DEFAUW, 2011). Essa alteração consiste em uma inflamação estéril e crônica sem patogenia devidamente esclarecida. Frequentemente os animais diagnosticados com CIF apresentam recidivas e o tratamento pode ser frustrante tanto para os tutores quanto para os médicos veterinários (LITTLE, 2015).

[105] Acadêmica do 8º Período de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.
[106] Acadêmica do 8º Período de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.
[107] Acadêmico do 8º Período de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.
[108] Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real, prof_moanafranca@camporeal.edu.br

ISSN 2178-9428

A analogia com a Caixa de Pandora foi descrita pela primeira vez por Buffington em 2011, a Caixa de Pandora é um mito grego em que Zeus cria uma caixa e dá à Pandora, sua primeira esposa, ele a instrui para que nunca a abra, mas, Pandora não seguiu o que foi lhe dito e abriu desta forma liberando todos os males no mundo permanecendo na caixa apenas a esperança, os males no caso são associados aos múltiplos órgãos que são afetados, a dificuldade no tratamento e a falta de informações, já a esperança corresponde a esperança de fato para que se consiga mais conhecimento sobre esta síndrome.

O presente trabalho visa revisar, apresentar e elucidar os dados coletados sobre a Síndrome de Pandora, como, sua etiologia, diagnóstico e tratamento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta revisão bibliográfica foi desenvolvida através de pesquisas em livros e em bases de dados online como, Elsevier, Google Acadêmico, Scielo e Journal of Feline Medicine and Surgery, as palavras chaves utilizadas nos bancos de dados foram “felinos”, “cistite idiopática”, “síndrome”, “pandora”, “felidae”, “feline”, “cystitis” e “idiopathic”. Pesquisa foi realizada no mês de Junho do ano de 2020.

2.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A fisiopatologia desta síndrome não esta completamente elucidada, a certeza é de que se desenvolve a partir de episódios relacionados ao estresse, que podem levar a uma maior estimulação do sistema nervoso simpático resultando na liberação de catecolaminas (norepinefrina e dopamina). Os gatos com CIF desenvolvem um aumento na produção de tirosina hidroxilase, que é uma enzima limitante da variação da produção das catecolaminas em decorrência do estresse. Com os estímulos crônicos e níveis elevados de catecolaminas esses animais podem apresentar ainda uma dessensibilização dos adrenoreceptores alfa-2 (LITTLE, 2015).

Esses fatores podem levar a uma perda da proteção do urotélio pela provável reabsorção dos glicosaminoglicanos decorrente do aumento da permeabilidade deste.

ISSN 2178-9428

Com isso os componentes que deveriam ser eliminados pela urina podem entrar em contato com os neurônios aferentes, desta maneira provocando muita dor e inflamação (BUFFINGTON, 2011).

Gatos com CIF, quando submetidos ao estresse, podem apresentar uma resposta elevada do sistema nervoso simpático e uma resposta insuficiente adrenocortical, esta relação não está totalmente compreendida (LITTLE, 2015).

Sabe-se ainda que este desequilíbrio endócrino pode causar alterações cardíacas, pulmonares, imunológicas, dermatológicas, gastrointestinais e nervosas (BUFFINGTON, 2011).

Do ponto de vista comportamental, a exposição ao estresse pode ser decorrente de erros de manejo dos felinos, tendo em vista que os ambientes em que esses animais estão inseridos hoje não correspondem às suas necessidades etológicas. Além disso, fatores como mudança, morte de uma pessoa da família, adoção de outro animal podem submeter este animal à um período de estresse podendo acarretar CIF ou ainda outras comorbidades de origem psicogênica (WESTROPP; BUFFINGTON, 2004).

A partir de pesquisas foi possível observar que os animais com maior pré-disposição para desenvolver a CIF são machos, com idade de 1 a 6 anos, acima do peso e de raça pura. Estudos demonstraram que a raça persa tem uma maior disposição para desenvolver a CIF e que os gatos da raça siamês são os que tem menor pré-disposição (DEFAUW, 2011). Os gatos com CIF poderão apresentar sinais como hematúria, disúria, polaciúria, estrangúria e micção em lugares inapropriados (BUFFINGTON, et.al., 2006). Os episódios podem ter duração de 3 a 7 dias e cerca de 50% dos gatos podem apresentar recidivas ao longo de 1 a 2 anos após a primeira ocorrência (LITTLE, 2015).

O diagnóstico desta Síndrome normalmente é realizado pela exclusão de outras patologias (LITTLE, 2015). Os exames que podem guiar o raciocínio clinico são, a cultura da urina com resultado negativo e ultrassom para descartar as suspeitas de cálculos urinários ou neoplasias (DEFAUW, 2011).

Estes animais podem apresentar ainda sinais e resultados de exames laboratoriais mais brandos, como hematúria (achado frequente na DTUIF), aumento de PH urinário, a densidade urinária elevada e cristalúria, que pode ou não indicar a CIF, pois, pode ser normal em gatos saudáveis. Adicionalmente, formações de cristais

ISSN 2178-9428

de estruvita podem direcionar mais o diagnóstico de CIF, pois, por conta da diminuição do espessamento da parece da bexiga as proteínas do plasma podem permear dentro da bexiga levando a formação deste, (LITTLE, 2015).

A anamnese detalhada também é muito importante para o diagnóstico, conseguir informações sobre exposição a estressores como mudanças, adoção de outro gato ou cachorro, conflitos com animais da vizinhança ou até mesmo dentro de casa. Deverá ser avaliado se o animal está tomando água adequadamente, como é a oferta de desta, no exame clínico o gato irá apresentar muita dor durante a palpação abdominal e normalmente alopecia na região inguinal e abdominal por conta do excesso de lambedura na tentativa de minimizar a dor (DEFAUW, 2011).

Para um tratamento adequado no qual o animal tenha menos probabilidade de recidivas o primeiro passo é alterar o meio ambiental que este está inserido. Algumas recomendações prezam a tentativa de aumentar o consumo de água destes animais podendo, por exemplo, aumentar a quantidade de vasilhas de água pela casa e até mesmo fazer a instalação de fontes elétricas de água (WESTROPP; BUFFINGTON, 2004).

A comida pode ser alterada também, pode-se oferecer mais comida úmida para estes gatos, desta forma aumentando a ingestão hídrica (WESTROPP; BUFFINGTON, 2004). Os gatos precisam de espaço e estímulos para brincar desta maneira aliviando o estresse, o enriquecimento ambiental vertical é indicado para que os gatos possam escalar e até mesmo terem um lugar de descanso, pois, esta espécie tem preferencia a lugares mais elevados (WESTROPP; BUFFINGTON, 2004).

É de suma importância a observação da existência de conflitos que normalmente irão estar presentes em casas multigatos, pois os animais tendem a disputar recursos, com a correção ambiental e manejo adequado estes conflitos podem diminuir ou cessar completamente (WESTROPP; BUFFINGTON, 2004).

Para o tratamento medicamentoso é recomendado o uso de analgésicos como buprenorfina na dose de 0,02 à 0,03 mg/Kg a cada 6 ou 12 horas via transmucosa durante 3 a 5 dias. Para machos com CIF pode ser recomendado ainda o uso de antiespasmódicos como a fenoxibenzamina via oral na dose de 0,5 mg/kg a cada 12 ou 24 horas, este medicamento irá promover o relaxamento da uretra facilitando a micção. Para gatos que apresentam muitas recidivas e em casos em que o manejo ambiental correto foi insuficiente, é recomendado o uso de amitriptilina, um

ISSN 2178-9428

antidepressivo com atividade simpaticolítica, anti – inflamatória, anticolinérgica e anti-histamínica, a dose recomendada é de 2,5 a 5 mg⁄kg a cada 24 horas com a administração por via oral. Esse fármaco pode ser utilizado por tempo suficiente até que haja uma melhora significativa dos animais afetados (LITTLE, 2015).

Os feromônios (Feliway®) podem ser utilizados como forma de terapia ambiental, pois irão promover a sensação de bem-estar nos animais. (WESTROPP, 2008). O uso de glicosamina vem demonstrando bons resultados, pois, este composto auxilia no reparo do urotélio, desta maneira reduzindo a permeabilidade que a CIF causa (LITTLE, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar o papel fundamental da terapia de MEMO (modificação multimodal do ambiente), para pacientes com CIF, tendo em vista a remoção de gatilhos de fatores que possam gerar estresse nos felinos, desta forma prevenindo o possível acometimento da Síndrome de Pandora. Contudo, foi também possível perceber a necessidade de mais pesquisas para melhor compreensão dessa doença.

4 REFERÊNCIAS

BUFFINGTON, C.A.T. Idiopathic Cystitis in Domestic Cats - Beyond the Lower Urinary Tract. **J. Vet Intern Med**, The Ohio State University, p. 784-796, 2011.

BUFFINGTON, C. A. T. et al. Clinical Evaluation of Multimodal Environmental Modification (MEMO) in the Management of Cats With Idiopathic Cystitis. **Journal of Feline Medicine and Surgery**, Estados Unidos, n. 8, p. 261-268, 2006.

DEFAUW, P. A. et al. Risk Factors and Clinical Presentation of Cats With Feline Idiopathic Cystitis. **Journal of Feline Medicine and Surgery**, Londres, v. 13, n. 3, p. 967-975, 2011.

LITTLE, S. E. **O gato:** Medicina Interna. 1. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2015.

WESTROPP, J. L; BUFFINGTON, C. A. T. Feline idiopathic cystitis: current understanding of pathophysiology and management. **Vet Clin North Am Small Anim Pract**. Estados Unidos, n.34, p. 1043-1055, 2004.

WESTROPP, J. L. Feline Idiopathic Cystitis: Pathophysiology and Management. **Proceedings of the 33rd World Small Animal Congress** ,Dublin, p. 294-295, 2008.

ISSN 2178-9428

INFLUÊNCIA DOS ANTIOXIDANTES NO ESTRESSE OXIDATIVO DECORRENTE DO EXERCÍCIO FÍSICO INTENSO

MARTINS, Gabrieli Castro [109]
ROSA, Joici[110]
VENGER, Millena Cristina Zanaldino[111]
BENINCÁ, Simone Carla [112]

RESUMO: Os antioxidantes são resposta do mecanismo de defesa do organismo, quando há excesso de EROs após processos bioquímicos para conversão de nutrientes em energia, esses radicais são tóxicos ao organismo. Podem ser ingeridos através da alimentação, e auxiliam na diminuição dos radicais livres que estão aumentados após o exercício físico intenso. Essa revisão traz principais antioxidantes, como, vitamina A, E, C, selênio, zinco e magnésio. Frente aos estudos percebe-se que uma alimentação saudável rica em antioxidantes é indispensável para evitar o stress oxidativo causado pelo exercício físico mantendo o processo fisiológico dentro da sua normalidade.

Palavras-chave: Antioxidantes. Radicais livres. Estresse oxidativo.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se a busca por novos hábitos de vida, principalmente voltados para uma vida mais saudável, para se ter uma melhor qualidade de vida, e estudos comprovam a importância de uma alimentação equilibrada e a prática de algum exercício físico. O exercício físico geralmente citado como sinônimo de atividade física, porém é importante destacar que, a atividade física consiste em qualquer movimento muscular que tenha um gasto de energia acima da taxa de repouso do indivíduo, já o exercício físico é um tipo de atividade que equivalem a movimentos planificados, estruturados e repetitivos, com o intuito de melhorar ou manter sua aptidão e desempenho físico (TEIXEIRA *et al*., 2016).

A prática de exercícios físicos (EF) é associada a uma melhor qualidade de vida, pois é uma forma de eliminar o estresse decorrente do estilo de vida do indivíduo que trabalham e/ou estudam, sendo assim para muitos torna-se um passatempo (SILVA *et al*., 2010). O EF tem sido estudado e relacionado no auxílio de alguns

[109] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[110] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[111] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[112] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

tratamentos, como, depressão, ansiedade e doenças neurodegenerativas, e se mostra altamente eficiente e acessível para essas situações (VORKAPIC-FERREIRA *et al*., 2017).

Segundo estudo realizado por Souza *et al.* (2005) a prática de exercícios físicos intensos de longa duração, resultam em um estresse oxidativo maior, quando comparados com os menos intensos, não desenvolvendo as funções antioxidantes para proteção de espécies reativas de oxigênio produzidos. Existe um sistema antioxidante de defesa endógeno, o qual retém tais radicais com o propósito de reduzir os níveis fisiológicos destes para amenizar os efeitos adversos dos radicais livres (MORAES, 2017).

Propriedades antioxidantes encontrados nos micronutrientes tem um papel muito importante tanto para o estado nutricional e também para o metabolismo, principalmente em situação de estresse oxidativo, que é definido como um desequilíbrio entre as defesas antioxidantes e as espécies reativas do oxigênio (FERRARI *et al*., 2019).

Dentre as vitaminas com potencial antioxidantes destacam-se as vitaminas A C e E (MORAES, 2017). Existem também alguns minerais com esse potencial, que de alguma forma atua nos processos de atenuar os efeitos do estresse oxidativo são eles selênio, zinco e magnésio (FERRARI *et al*., 2019).

Portanto o presente estudo, por meio de uma revisão bibliográfica busca relacionar o consumo de antioxidantes na diminuição dos danos decorrentes do estresse oxidativo o qual é natural do processo de recuperação, após o exercício físico, citando como agem no organismo e quais as suas fontes alimentares.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica sobre a ação dos antioxidantes presentes na alimentação, por meio dos micronutrientes como vitaminas e minerais, no estresse oxidativo decorrente da prática de exercício físico intenso. A pesquisa foi realizada a partir de artigos científicos de 2005 a 2019, a pesquisa foi realizada a partir das seguintes palavras: estresse oxidativo, fontes antioxidantes,

ISSN 2178-9428

radicais livres, relação antioxidantes e esporte. Os resultados foram obtidos através dos seguintes bancos de dados: Scielo e Google acadêmico no mês de agosto de 2020.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos vêm demonstrando que o movimento é tão essencial para humanos que o cérebro, não só precisa, mas requer atividade física regular para funcionar de modo adequado, pode-se dizer que os efeitos do exercício aeróbico no bem-estar mental sejam consequência da regulação para baixo do eixo hipotalâmico-pituitário-adrenal (HPA), porém ao mesmo tempo o EF intenso é considerado um fator estressor (VORKAPIC-FERREIRA *et al*., 2017).

Segundo Cruzat *et al*. (2007) a frequente realização de exercícios físicos de alta intensidade ou exaustivos pode aumentar a suscetibilidade a lesões, promover a fadiga crônica e over training, parcialmente em razão da elevada síntese de espécies reativas de oxigênio (EROs).

O dano oxidativo causado por essas biomoléculas podem causar à inativação enzimática, mutação, ruptura de membrana, aumento na aterogenicidade de lipoproteínas plasmáticas de baixa densidade e à morte celular. Estes efeitos tóxicos do oxigênio têm sido associados ao envelhecimento e ao desenvolvimento de doenças crônicas, inflamatórias e degenerativas (CERQUEIRA; MEDEIROS; AUGUSTO, 2007).

Com forma de amenizar os danos causados por essas biomoléculas, há os chamados alimentos funcionais, ou seja, aqueles que além de funções nutritivas, possuem também funções não nutritivas, mas que são benéficos para o organismo, são os compostos bioativos, que podem ser anti-inflamatórios, imunomoduladores e os antioxidantes (BARBOSA; SOUSA; CLEMENTE, 2019).

Os antioxidantes agem combatendo ou inativando os radicais livres, que aparecem decorrente da defesa natural do organismo, sendo assim, a alimentação saudável ajuda no equilíbrio da quantidade de antioxidantes com a quantidade dos radicais livres presentes no organismo (ROCHA; SARTORI; NAVARRO, 2016).

As vitaminas A C e E possuem potencial antioxidante, apresentam um importante papel na proteção das membranas celulares contra danos oxidativos, além

ISSN 2178-9428

disso, podem ter efeito positivo na performance e prevenção da fadiga. Estas substâncias antioxidantes são responsáveis pela inibição e redução das lesões causadas pelos RL nas células (MORAES, 2017). O selênio, zinco e magnésio, são minerais com o mesmo potencial e podem auxiliar na recuperação de lesões musculares causada por atividade física intensa (FERRARI *et al*., 2019).

Tais antioxidantes como vitamina C, E, carotenoides e flavonoides são compostos dietéticos encontrados em vários grupos alimentares, como por exemplo as frutas, que são extremamente ricas em diferentes antioxidantes, desde as sementes até as cascas. Como exemplos de frutas temos as uvas, framboesas, mangas, laranjas, acerolas, dentre outras. Já nas verduras também é possível encontrar potencial antioxidante, com destaque as cebolas e espinafre, além da cenoura, brócolis, batatas e até mesmo as alfaces tanto lisa quanto crespa. Também pode-se encontrar antioxidantes em bebidas como o vinho e chás, e temperos como pimentas e noz-moscada (OLIVEIRA *et al*., 2009).

Inúmeros estudos demonstram que maior poder oxidativo está presente nas sementes e cascas, ou seja, o aproveitamento completo dos alimentos é essencial, podendo utilizar como farinhas, polpas ou até mesmo sopas com os resíduos alimentares, assim trazendo mais benefícios a saúde e também evitando desperdício alimentar (FERREIRA *et al*., 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se da importância da prática de exercícios físicos para uma boa qualidade de vida, apesar do exercício físico ser considerado um gerador de estresse oxidativo e radicais livres ao organismo, o mesmo também tem um papel de desencadear mecanismo de defesa dessas moléculas reativas, capazes de neutralizar a geração acentuada desses radicais livres e de proteger o organismo contra a oxidação.

Associado a isso, a alimentação saudável rica em alimentos antioxidantes, desempenham um papel muito importante na modulação do estresse oxidativo mantendo o processo fisiológico dentro da sua normalidade. É importante destacar,

ISSN 2178-9428

que a orientações de profissionais da área é imprescindível, tanto para a prática de exercícios físicos quanto para a elaboração de dietas.

4 REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Fernanda Menezes; MEDEIROS, Marisa Helena Gennari de; AUGUSTO, Ohara. Antioxidantes dietéticos: controvérsias e perspectivas. **Quim. Nova**, p. 441-449, 2007.

CRUZAT, Vinicius Fernandes et al. Aspectos atuais sobre estresse oxidativo, exercícios físicos e suplementação. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 13, n. 5, p. 336-342, 2007.

HONGARO, Stéfane et al. A INFLUÊNCIA DOS MICRONUTRIENTES ANTIOXIDANTES NA ATIVIDADE FISICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA. 2019.

OLIVEIRA, Alane Cabral de et al. Fontes vegetais naturais de antioxidantes. **Química Nova**, v. 32, n. 3, p. 689-702, 2009.

BARBOSA, Dafne Nayara Quinta; DE SOUSA, Haylla Freiria Maganhoto; CLEMENTE, Rodolfo Castilho. AÇÃO ANTIOXIDANTE DOS ALIMENTOS. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 6, n. 4, p. 1-2, 2019.

ROCHA[1], Eloisa Cristiana; SARTORI, Carolini Aparecida; NAVARRO, Fernanda Flores. A aplicação de alimentos antioxidantes na prevenção do envelhecimento cutâneo. **Revista Científica da FHO| UNIARARAS v**, v. 4, n. 1, 2016.

SILVA, Rodrigo Sinnott et al. Atividade física e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 115-120, 2010.

SOUZA JR, Tácito Pessoa de; OLIVEIRA, Paulo Roberto de; PEREIRA, Benedito. Exercício físico e estresse oxidativo: efeitos do exercício físico intenso sobre a quimioluminescência urinária e malondialdeído plasmático. **Revista Brasileira de medicina do Esporte**, v. 11, n. 1, p. 91-96, 2005.

TEIXEIRA, Carla M. et al. Atividade física, autoestima e depressão em idosos. **Cuadernos de Psicología del deporte**, v. 16, n. 3, p. 55-66, 2016.

TELESI, Marina; MACHADO, Fabiana Andrade. A influência do exercício físico e dos sistemas antioxidantes na formação de radicais livres no organismo humano. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, v. 3, n. 1, 2008.

VORKAPIC-FERREIRA, Camila et al. Nascidos para correr: a importância do exercício para a saúde do cérebro. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, n. 6, p. 95-503, 2017.

ISSN 2178-9428

DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO EM ADULTOS: ASPECTOS GERAIS

PACHECO, Eduarda Krebs[113]
MAZON, Mirella Lau[114]
DIDONE FILHO, Celso Nilo[115]

RESUMO: A doença do refluxo gastroesofágico é considerada uma das afecções digestivas de maior prevalência mundialmente. Assim, esta revisão bibliográfica aborda os aspectos de diagnóstico, manifestações, orientações e tratamentos para a doença do refluxo gastroesofágico, bem como as principais complicações dessa patologia. O estudo baseia-se em pesquisas realizadas em livros de gastrenterologia, artigos e publicações de revistas científicas encontradas em plataformas digitais. Logo, infere-se que a realização de uma anamnese adequada é imprescindível, visto que o diagnóstico é majoritariamente clínico e, somado a isso, preconiza-se o acompanhamento e tratamento precoces, a fim de evitar o pior prognóstico.

Palavras-chave: Doença do refluxo gastrosofágico. Pirose. Regurgitação.

1 INTRODUÇÃO

A doença do refluxo gastrosofágico (DRGE) tem prevalência considerável, no Brasil, sua incidência é de cerca de 12%, o que alerta para a importância do diagnóstico e busca pela melhor conduta terapêutica, além de representar essencialmente seu impacto na saúde pública (HENRY, 2014). Essa afecção é relatada por seus portadores como uma queimação epigástrica que se estende até a região da laringe. É frequentemente descrita como uma das enfermidades mais comum na prática médica e como a afecção orgânica mais comum no tubo digestivo (CHINZON et al, 2003).

A etiologia da DRGE é multifatorial, especialmente decorrente da falha nos mecanismos de defesas do esôfago. Para tanto, seu diagnóstico é primariamente clínico e pode encontrar auxílio em exames complementares, o principal deles é a endoscopia digestiva alta, capaz de relacionar os sintomas típicos com os achados de imagem (DANI & PASSOS, 2018).

O tratamento abrange medidas comportamentais, farmacológicas e cirúrgicas, objetivando a diminuição dos sintomas e a recuperação tecidual, quando

[113] Acadêmica do curso de Medina do 4º período do Centro Universitário Campo Real.
[114] Acadêmica do curso de Medina do 4º período do Centro Universitário Campo Real.
[115] Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

possível. Há, ainda, a preocupação com as complicações da DRGE, pois estas incluem o esôfago de Barrett, a estenose, a úlcera e o sangramento esofágico (HENRY, 2014).

Partindo-se desse pressuposto, frente a notável prevalência dessa patologia, adicionada a suas complicações provenientes da evolução da doença não tratada, vê-se a necessidade da abordagem deste tema, revisando-se os principais aspectos da DRGE de manifestação adulta, o que inclui o diagnóstico, os exames preconizados, as diversas formas de tratamento e demais orientações.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a presente revisão bibliográfica foram analisados estudos observacionais retrospectivos ou estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura. Utilizou-se como metodologia a consulta nas bases de dados online SciELO e Google Acadêmico aplicando-se à pesquisa os termos “doença do refluxo gastroesofágico” para artigos científicos e publicações de revistas com alta relevância redigidos na língua portuguesa, além de consultas na literatura que abordaram o assunto.

2.2 DISCUSSÃO

A DRGE é definida pela presença anormal do conteúdo gástrico e, em alguns casos, duodenal acima do esfíncter esofagiano inferior, sendo a causa de diversos sintomas e complicações por se tratar de uma patologia crônica (NASI et al, 2006). Essa doença é a afecção digestiva mais preponderante nos países ocidentais, variando sua prevalência mundial entre 21% e 56% em diferentes países (CHINZON et al, 2003).

Essa patologia pode ser classificada em doença do refluxo não erosiva e doença do refluxo erosiva. A primeira, forma mais predominante, pode ser conceituada pela presença de pirose e refluxo típico, com ausência de erosões ao exame endoscópico, enquanto na segunda, há a ocorrência dos mesmos sintomas, dessa vez associados a erosões (ZARTEKA & EISIG, 2016).

ISSN 2178-9428

Pode-se dizer que a DRGE possui uma etiologia multifatorial, uma vez que suas apresentações clínicas são decorrentes da falha de um ou mais dos mecanismos de defesas do esôfago, tais como barreira antirrefluxo, mecanismo de depuração intraluminal e resistência intrínseca do epitélio (DANI & PASSOS, 2011). A falha na barreira antirrefluxo, composta pelos esfíncteres esofágicos, dá-se pelo relaxamento transitório do esfíncter interno, causada por fatores anatômicos (como exemplo, a hérnia) e físicos (variações amplas de pressão) (NASI et al, 2006). Quanto ao mecanismo de depuração intraluminal, tem-se como fatores ocasionais os mecânicos (falha do peristaltismo) e químicos (redução do fluxo salivar, alteração da mucosa esofágica e agressividade do material refluído). Sobre a resistência intrínseca do epitélio, entende-se que sua relação com a DRGE se dá por meio de lesões nos componentes das camadas histológicas (DANI & PASSOS 2011).

Para o correto diagnóstico da DRGE deve-se levar em conta sua conceituação e suas diversas manifestações clínicas, dentre as quais as principais são pirose e regurgitação (CHINZON et al, 2003). A fim de sustentar a suspeita de DRGE, esses sintomas relatados precisam estar presentes no mínimo duas vezes por semana, durante um período de quatro a oito semanas, ou mais, com interferência na qualidade de vida por conta do incômodo gerado (HENRY, 2014). Há, ainda, os chamados sintomas atípicos, de manifestação extraesofágica, tais como dor torácica não cardíaca, tosse, rouquidão, pigarro e disfonia, podendo-se apresentar isoladamente, não excluindo o diagnóstico (ZARTEKA & ESIG, 2016). Sobre os sintomas típicos, tem-se que a pirose (popular azia) é caracterizada pela sensação de queimação retroesternal que se ascende do epigástrio à base do pescoço. Já a regurgitação, é a percepção do retorno do conteúdo gástrico até a faringe, causando desconforto (MORAES FILHO & HASHIMOTO, 2002).

Apesar do diagnóstico da DRGE ser primariamente clínico, exames complementares podem ser utilizados, sendo o mais indicado a Endoscopia Digestiva Alta (EDA) que segmenta seus achados de acordo com a classificação de Los Angeles. Contudo, a EDA é capaz de diagnosticar apenas 40% dos casos, exigindo a complementação com biópsia em complicações mais graves (HENRY, 2014). Outros exames passíveis de requerimento são: exame radiológico contrastado do esôfago, manometria esofágica computadorizada, cintilografia esofágica, pHmetria esofágica prolongada com e sem fio e impedanciometria esofágica (NASI et al, 2006).

ISSN 2178-9428

O tratamento para a doença do refluxo gastroesofágico objetiva o alívio dos sintomas, a cicatrização das lesões e a prevenção de recidivas e complicações. Dessa forma, podemos separar as abordagens terapêuticas em medidas comportamentais e farmacológicas. As medidas comportamentais recomendadas incluem elevar a cabeceira da cama, moderar a ingestão de certos alimentos e uso de fármacos, evitar deitar nas duas horas após as refeições, parar de fumar e reduzir o peso corporal (MORAES FILHO & HASHIMOTO, 2002).

Por sua vez, a primeira linha de tratamento farmacológico inclui os fármacos inibidores da bomba protônica (IBP), que atuam inibindo a produção de ácido pelas células parietais do estômago, reduzindo a agressão do esôfago (HENRY, 2014). A segunda linha de escolha é formada pelos antagonistas dos receptores de H2 da histamina e os pró cinéticos, capazes de atuar no bloqueio dos receptores da histamina para redução da secreção de ácido (MORAES FILHO & HASHIMOTO, 2002). Há, ainda, a opção cirúrgica com a construção de uma válvula anti-refluxo gastroesofágica, utilizando parte do próprio fundo gástrico, sendo esta opção majoritariamente indicada aos pacientes de quadro grave ou intolerantes ao tratamento clínico prolongado (NASI et al, 2006).

As complicações da DRGE incluem: esôfago de Barrett, estenose, úlcera e sangramento esofágico (MORAES FILHO & HASHIMOTO, 2002). O esôfago de Barrett é definido como uma substituição metaplásica do epitélio estratificado e escamoso do esôfago por epitélio colunar típico do intestino, tratando-se de uma consequência da DRGE a longo prazo, alterando a função motora esofágica. Essa condição é preocupante, pois essas células metaplásicas possuem maior predisposição a sofrer alterações genéticas associadas a adenocarcinomas (DANI & PASSOS, 2011).

Ainda sobre as complicações da DRGE, as manifestações de estenose dão-se de forma distal, com resolução cirúrgica na grande maioria dos casos, devido principalmente ao acometimento da função motora. Por sua vez, as úlceras pépticas ocorrem devido à resposta inflamatória e a deposição de material fibrótico na parede do esôfago (ZARTEKA & ESIG, 2016). Em último lugar, o sangramento esofágico tem caráter insidioso e lento, podendo evoluir para quadros de anemia crônica. Seu tratamento busca a cicatrização do local da lesão, existindo opção cirúrgica para casos graves (MORAES FILHO & HASHIMOTO, 2002).

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a doença do refluxo gastroesofágico é considerada uma afecção crônica decorrente do fluxo retrógrado de parte do conteúdo gastroduodenal para o esôfago e/ou órgãos adjacentes. Logo, a anamnese é fundamental quando há suspeita da DRGE, uma vez que seu diagnóstico é majoritariamente clínico, levando em consideração principalmente a análise dos sintomas típicos e atípicos.

Nesse sentido, existem exames que auxiliam no diagnóstico da DRGE, sendo o mais preconizado a endoscopia digestiva alta. Assim, o tratamento clínico é dividido em conservador e farmacológico, ambos baseados no controle dos sintomas, além do tratamento cirúrgico, com indicação individual.

Ademais, por se tratar de uma patologia de prevalência considerável, é essencial o diagnóstico precoce e tratamento, uma vez que altera a qualidade de vida do paciente e, também, quando não tratada, pode evoluir para complicações sérias, como o esôfago de Barrett, estenose, úlcera e sangramento esofágico. Partindo-se disso, é recomendado que adultos que apresentarem queixas recorrentes de pirose e/ou regurgitação, os sintomas clássicos da DRGE, valorizem-os e procurem atendimento médico.

4 REFERÊNCIAS

CHINZON, Denise; NAVARRO, Tomás Rodrigues; MORAES FILHO, Joaquim Prado P., et al. Refluxo Gastroesofágico: Diagnóstico e Tratamento. **Federação Brasileira de Gastroenterologia**. Outubro de 2003.

DANI, Renato; PASSOS, Maria do Carmo Friche. **Gastroenterologia Essencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

HENRY, Maria Aparecida Coelho de Arruda. Diagnóstico e tratamento da doença do refluxo gastroesofágico. **ABCD, arq. bras. cir. dig.**, São Paulo , v. 27, n. 3, p. 210-215, 2014.

MORAES FILHO, Joaquim P.P.; HASHIMOTO, Cláudio Lyoiti. I Consenso Brasileiro da Doença do Refluxo Gastroesofágico. **A Gastroenterologia no Brasil II**. São Paulo: Lemos; p.43-59, 2002.

NASI, Ary; MORAES FILHO, Joaquim Prado P. de; CECCONELLO, Ivan. Doença do refluxo gastroesofágico: revisão ampliada. **Arq. Gastroenterol**., São Paulo , v. 43, n. 4, p. 334-341, 2006.

ZATERKA, *Schlioma*; *EISIG*, *Jaime* Natan. **Tratado de gastroenterologia: da graduação à pós-graduação.** 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2016.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À INTERNET DURANTE A PANDEMIA E O ALERTA QUANTO AO CYBERBULLYING

BOTAN, Larissa Roceti[116]
OLIVEIRA, Oiara Guanaira[117]
SANTOS, Janaina Bueno[118]

RESUMO: O presente artigo tem como objeto de pesquisa o cyberbullying. Seu objetivo consiste em analisar essa questão à luz dos direitos previstos no ECA, apresentando conceituação, forma que se apresenta e direitos violados nesse momento em que o seguimento do ano letivo tem se realizado via plataformas digitais. Trata-se de um estudo teórico, portanto, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Os principais resultados demonstraram tratar-se de uma prática de intimidação sistemática através de meios virtuais com objetivo de causar sofrimento psicossocial causando ampla exposição da vítima.

Palavras-chave: ECA. Proteção Integral. Bullying. Cyberbullying. Internet.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela disseminação do novo Coronavírus denominado Sars-Cov-2, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 e consequente suspensão das aulas presenciais nas escolas até a presente data, modificou a forma de ensino que passou a ser realizada de forma remota por meio de plataformas virtuais. O acesso de alunos ainda em tenra idade no ambiente virtual é motivo de preocupação quanto à segurança nesse ambiente bem como a exposição a prática de cyberbullying.

Diante disso, o resumo abordará direitos estabelecidas no Estatuto da criança e do adolescente - ECA relacionados a essa temática bem como a definição de cyberbullying e as formas que esse se apresenta.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho consiste em um estudo teórico cujo método utilizado foi a Abordagem Qualitativa por meio de Revisão Bibliográfica. Os resultados obtidos até o

[116] Acadêmica de Direito, 10º período do Centro Universitário Campo Real.
[117] Acadêmica de Direito, 10º período do Centro Universitário Campo Real.
[118] Professora de Direito, com especialização em Direito Aplicado, Advogada e Conselheira da subseção de Guarapuava da Ordem dos Advogados do Brasil.

ISSN 2178-9428

momento demonstraram que o alerta quanto a prática do cyberbullying é apropriado para o momento educacional que vivenciamos, como será discutido neste tópico.

2.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 é um marco legal de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Traz os anseios constitucionais do artigo 227 da Constituição Federal o qual dispõe:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,2020b)

Devido a proteção integral e prioritária estabelecida pelo diploma legal que incumbe responsabilidade ao Estado a família e a sociedade, o ECA considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento.

Face ao exposto, estabelece direitos fundamentais a crianças (pessoa até os 12 anos incompletos) e adolescentes (pessoa entre 12 a 18 anos) vedando violações de direitos conforme estabelece art. 5º ECA que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". (BRASIL,2020a)

Ademais, prevê direito à liberdade em vários aspectos, dentre eles o de opinião e de expressão (art.16) bem como o direito ao respeito conforme aduz art. 17 "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. "

Diante disso, toda violação de direitos mesmo em ambiente virtual deve ser amparada por esta legislação face o desejo do legislador de proporcionar um desenvolvimento sadio e que não comprometa a dignidade enquanto pessoa humana pois este é um dos fundamentos da República plasmado no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal.

ISSN 2178-9428

2.2 BULLYING E CYBERBULLYING

Devido ao isolamento, o acesso à rede mundial de computadores tem aumentado o que gera preocupação quanto ao uso adequado da internet. Segundo a Organização da Nações Unidas – ONU cerca de 47,9 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão sem aulas presenciais desde março devido as medidas de controle do coronavirus, porém algumas escolas a continuidade do ano escolar têm sido realizada de modo remoto o que reforça a necessidade de proteção dos alunos no ambiente virtual. (ONU,2020b)

Considerando a novo ambiente de aprendizado faz mister o esclarecimento das crianças e adolescentes sobre o tema do cyberbullying.

A lei nº.13.185 /2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação sistemática em todo território nacional traz a definição de bullying no artigo 1º § 1º, o qual dispõe:

> Considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de **violência física ou psicológica**, intencional e **repetitivo** que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o **objetivo de intimidá-la ou agredi-la**, causando dor e angústia à vítima, em uma **relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas**. (BRASIL,2020c, grifo nosso)

Na sequência o dispositivo legal elenca as formas que podem ocorrer essa violência podendo se através de ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social e premeditado e pilhérias que significa piadas de mau gosto. (BRASIL,2020c)

Entretanto quando esses atos são realizados no ambiente virtual, tem-se a forma de bullying com denominação própria, o cyberbullying.

O conceito legal de cyberbullying está disposto a seguir conforme artigo Art. 2º, Parágrafo único da lei 13.1085/ 15:

> Há intimidação sistemática **na rede mundial de computadores** (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para **depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais** com o **intuito de criar meios de constrangimento psicossocial**.(BRASIL, 2020c, grifo nosso)

ISSN 2178-9428

Neste caso, o agressor ou agressores com o objetivo de macular a imagem da vítima e causar constrangimento psicossocial pode se valer de adulteração de imagens ou vídeos, declarações ofensivas, publicar imagens em circunstâncias que possam causar constrangimento. Também é praticado via publicação ou compartilhamento de conteúdo ofensivo em meios de comunicação digital como rede sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, criação de perfil *FAKE* específico para práticas de agressão uma vez que o agressor acredita permanecer no anonimato.

O cyberbullying é uma forma de agressão moral de amplo alcance uma vez que a publicação ou compartilhamento na rede mundial de computadores possibilita o acesso de inúmeras pessoas ao conteúdo o que dimensiona o dano causado a vítima. A Constituição e o ECA estabelecem que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que possuem prioridade absoluta de proteção uma vez que estão em fase especial de desenvolvimento.

É em defesa dessa proteção que os esclarecimentos a prevenção são importantes diante do atual contexto em que o acesso a ambientes virtuais pelos alunos é a única forma de dar continuidade aos estudos. Por esse motivo a ONU através de sua agência especializada em tecnologia da informação-ITU, como também o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (BR) lançaram cartilhas de proteção de crianças e adolescentes na internet.

Segundo a cartilha da ONU “a Internet pode levar crianças e jovens a praticamente qualquer lugar do mundo, e no processo, eles podem ser expostos a riscos potencialmente perigosos, assim como estariam no mundo físico. ”(2020a, p.11, tradução pelas autora)

Não há como negar que o uso da internet traz diversos benefícios como: acesso a serviços de educação, cultura, entretenimento, na interação com amigos e familiares como também pesquisas escolares, todavia alguns alertas são importantes em razão de segurança e privacidade pois é nesse ambiente virtual que o cyberbullying acontece, onde há a agressão visual (publicações de imagens e vídeos comprometedores), agressão verbal (mensagens instantâneas de áudio e texto)e exclusão social (através de exclusão de participante de grupos).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Diante do novo cenário de aulas remotas e de amplo acesso de crianças e adolescentes a rede mundial de computadores, o alerta quanto a ocorrência de cyberbullying se faz necessário.

A prática de violência que antes poderia ocorrer no pátio da escola transpôs barreiras podendo acontecer em ambiente virtual e como consequência a ampliação do constrangimento social pois expõe a vítima de cyberbullying a um número incalculável de pessoas.

Oportuna a conscientização sobre o uso adequado de aplicativos e plataformas virtuais a fim de proporcionar o desenvolvimento sadio às crianças e aos adolescentes.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL.**ECA** Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 17 de Ago.2020a.

_____.**Constituição Federal**. Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>Acesso em 17 de Ago.2020b.

_____. **Lei 13.185/2015.** Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm> Acesso em 22 de Ago.2020c.

_____. **Proteção de crianças e adolescentes na Internet**. Disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/20202/junho/proteodecrianaseadolescentesnainternet.pdf>Acesso em 18 de Ago.2020d.

ONU. **Guidelines for parents and educators on Child Online Protection 2020.** Disponível em :<https://8a8e3fff-ace4-4a3a-a495-4ea51c5b4a3c.filesusr.com/ugd/24bbaa_f8a17ad2a3b94490add9a586ce4b6db8.pdf > Acesso em 21 de Ago.2020a.

_____. **UNICEF apoia lançamento de guia sobre educação em tempos de pandemia.** Disponível em :<https://nacoesunidas.org/unicef-apoia-lancamento-de-guia-sobre-educacao-em-tempos-de-pandemia/.Acesso em: 15 de set.2020b.

ISSN 2178-9428

ISOLAMENTO SOCIAL, COMO A POPULAÇÃO ESTÁ LIDANDO COM ESSE NOVO MODO DE VIVER?

ROSENSCHEG, Marcelen[119]
LENHARD-VIDAL, Adriane[120]

RESUMO: a pandemia do COVID-19 trouxe diversas alterações na rotina da população mundial. Diversos fatores negativos circulam na mídia social, impondo medo e ansiedade na população. Em meio a isso, buscou-se propor quais foram os fatores positivos da pandemia na população brasileira e como ela está modificando seu modo de vida, sua interação social e a tentativa de voltar a rotina. Para isso, revisou-se a literatura em busca de artigos que promovem positivamente as mudanças e interações sociais no isolamento imposto pela pandemia. O que se vê são muitas ações benéficas realizadas, como o caso do #FIQUEEMCASAECANTECOMIGO, da telemedicina e outros.

Palavras-chave: COVID-19, isolamento social, mudança social.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da pandemia relacionada ao COVID-19 (SARS), diversos fatores de prevenção de sua transmissão foram implementados na população mundial, sendo a maior utilizada estratégia de isolamento social (HERMOGENES et al., 2020). Essa estratégia de isolamento se mostra efetiva na transmissão do vírus, no entanto provoca diversas outras questões que interferem direta e indiretamente na população (BEZERRA et al., 2020).

Um estudo feito com base em questionário demonstra que a maior parte da população brasileira aderiu ao isolamento já no início da pandemia, sendo 32% em isolamento total. Essa adesão prejudicou muito em questões de renda/gastos familiares, estresse doméstico, expectativas de término do isolamento, impacto do convívio social, saúde populacional, alteração de rotina, alteração do sono, prática de atividade física entre outros fatores (BEZERRA et al., 2020).

Diversas ações nesse sentido promovem principalmente o estresse, mudança de hábitos, alteração de rotina, deficiências financeiras e diversos outros fatores que levam essa população a uma mudança no seu padrão de vida, alterando a zona de conforto. Nesse sentido, como a população está reagindo ao novo mundo imposto pela pandemia e como são feitas as estratégias de enfrentamento, de maneira positiva a essa questão? Este é o objetivo deste resumo.

[119] Graduanda. Graduanda de medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[120] Biomédica. Doutora em patologia experimental, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Foi feito uma revisão bibliográfica a partir de pesquisa no google acadêmico com artigos atuais de 2019 e 2020 com a palavra chave isolamento social no COVID-19. Por conta das alterações promovidas em meio a pandemia do COVID-19, precisou-se de estratégias que, de dentro do isolamento social, pudessem dar continuidade a vida “normal” das pessoas. Essas estratégias foram trazidas mais profundamente por conta do isolamento e, por isso, intensificou-se intervenções no meio digital e em processos tecnológicos com distanciamento, sendo eles a internet, rádio e televisão.

Em meio a isso, o início do processo foi a readaptação da parte profissional, onde o trabalho realizado presencialmente nas empresas e as reuniões também presenciais passaram a ser feitas por meio de vídeo chamadas. O home office também veio trazer benefícios para a população trabalhadora, que mesmo no isolamento social, pode, por meio de programas via internet, realizar seu trabalho. Processos como reuniões por vídeo conferência, compartilhamento de documentos pelos drives da nuvem, acesso remoto a outros computadores, gerenciamento de projetos em programas compartilhados, gerenciamento de equipes e gerenciamento de rotina passou a ser comum a partir desse período. O avanço tecnológico e o desenvolvimento a partir da internet passou a ser muito mais usual do que antes. Programas como Trello, Asana, WhatsApp, Telegram, Zoom, Whereby, Canva, TeamViewer, AnyDesk, FocusList, Any.Do, Google Drive, OneDrive, SurveyMonkey, Google Forms, DocuSign, Microsoft Teams foram demonstrados como mais utilizados nesse momento. (HERMOGENES et al., 2020).

Com relação a estratégias voltadas a ações sociais e psicológicas, iniciou-se interações e trabalhos de forma online através de teleconsultas. Com a autorização dos responsáveis dessas intervenções em meio a pandemia, principalmente voltado ao atendimento médico (HELVÉCIO; NETO, 2020), fortaleceu-se a utilização do teleatendimento em questões primordiais. Para isso, passou a ser utilizados algumas estratégias principais como as equipes multidisciplinares com médicos, psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, etc.; uso de informação e atualizações bem definidas e exemplificadas pelos órgãos de saúde responsáveis durante o COVID-19 além do teleatendimento. Mediante essas situações é ideal que os pacientes já em

ISSN 2178-9428

tratamento possam ter segurado seu tratamento e todas as suas necessidades anteriores da mesma forma, principalmente relacionado a pacientes psiquiátricos, oncológicos, cardiopatas e demais doenças com tratamento mais rigoroso (PEREIRA et al., 2020). Nesse mesmo sentido, o Ministério da Saúde decretou a validação das prescrições médicas por até seis meses, podendo ser realizado acompanhamento presencial ou online nesse período. Pela resolução nº 2.227/18 do Conselho Federal de Medicina (CFM) também foi aprovado o acompanhamento por teleconsultas médicas e psiquiátricas com acompanhamento a longo-prazo podendo interferir no tratamento do paciente nesse mesmo meio de comunicação (PEREIRA et al., 2020).

No campo cultural e do entretenimento brasileiro, diversos aspectos foram difundidos e ampliados no contexto da pandemia. Na parte cultural de viagens e passeios já adquiridos pela população, houve novos agendamentos e remodelação das propostas anteriores, para que nenhum dos lados tivesse desamparo. No sentido do entretenimento musical, diversos shows e programações foram adiados e a situação se mostrou a mesma, de reagendamentos e posteriores realocações dessa população que já havia se antecipado a tais eventos. No entanto, novas ideias sugiram nesse meio, com a instalação de lives abertas com arrecadação e patrocinadores que divulgaram muito a ideia (SOUZA JUNIOR et al., 2020).

Em meio ao isolamento social dentro das próprias casas, a população brasileira recebeu diversos meios de interação mundial e entretenimento online. Em março de 2020 ocorreu a primeira dessas lives com o “Festival Música em Casa – Live Show” com cinco shows realizados de forma ao vivo e com participação de diversos artistas da música atual. Posteriormente a esse evento ocorreu a transmissão do show do cantor Gustavo Lima pela plataforma do Youtube que contou com a participação de 750 mil acessos ao mesmo instante. Isso provocou uma reviravolta e um auge da música dentro dessa mesma plataforma. Durante a live, a hasheag utilizada e que repercutiu muito também nos demais eventos online foi a “#FiqueEmCasaeCanteComigo”. Esses demais eventos se superaram cada vez mais e promoveram participação de Jorge e Mateus e Marília Mendonça, 3,1 e 3,2 milhões de espectadores respectivamente. Repercussões nas plataformas do Instagram, Twitter, Facebook entre outras também foram sentidas (SOUZA JUNIOR et al., 2020).

Num sentido mais comercial, essas lives tiveram diversas propagandas feitas durante sua transmissão através de patrocínio, divulgando diversas marcas

ISSN 2178-9428

principalmente brasileiras e que tiveram valorização do seu trabalho regional. Esses mesmos eventos possuíram formas de arrecadação de benefícios voltados a projetos de caridade relacionados a pessoas de baixa renda, instituições de caridade e focos em saúde e sua promoção (SOUZA JUNIOR et al., 2020).

Outros programas de transmissão de entretenimento também ampliaram espaço nesse meio, como é o caso de reality show da Globo e o canal Multishow com a criação do “Festival Fome de Música” também com a participação de diversos cantores atuais. Juntas, as lives do evento “#FiqueEmCasa e Cante Comigo” e do “Festival Fome de Música” arrecadaram cerca de 304.389.654Kg de alimentos doados para o Projeto Mesa Brasil, do Serviço Social do Comércio (SESC), sem contar com todos os outros projetos que foram auxiliados (SOUZA JUNIOR et al., 2020).

Já no meio jurídico, o aumento de casos de violência doméstica contra a mulher, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou plataformas digitais dos canais de atendimento da Organização Das Nações Para Os Direitos Humanos. Em outros países como França e Espanha existe uma assistência a mulher dentro das próprias farmácias e, através deum código próprio para tal ato, a mulher consegue denunciar o abuso de maneira mais simples e efetiva. Por conta disso, estabeleceu-se também a digitalização de documentos públicos ou privados com os mesmos efeitos legais para julgamento por meio eletrônico e com audiências de forma online, a fim de não comprometer os processos judiciais ou acumulá-los (BOLSONARO et al., 2020; TOFFOLI, 2020). A atenção com relação a criança também deve ser cada vez mais ativa, com apoio profissional e da familia, tentando manter a interação e o equilíbrio dentro do ambiente doméstico. Manter rotinas de atividade, lazer, complementação escolar e rotina diária podem ajudar nesse sentido (GUINANCIO, 2020). Cuidados relacionados a acidentes com crianças e adolescentes também aumentaram na pandemia e devem ser orientados com prevenção de acidentes domésticos (SILVA et al., 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em meio a pandemia do COVID-19, diversas ações positivas foram desencadeadas e continuam cada vez mais ativas para auxiliar a população nessa situação. A tecnologia vem, por meio desses momentos, trazer melhor desenvolvimento e forçar a população a se manter ativa e conectada aos diversos

ISSN 2178-9428

meios tecnológicos existentes. O impacto dessa reativação e da mudança social gerada poderá ser identificada com o passar do tempo, mas acima de tudo o conhecimento e a reorganização social promovem melhorias em todos os sentidos, mesmo em meio a uma pandemia pode-se transformar ações em coisas positivas.

4 REFERÊNCIAS

BEZERRA, ACV et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 1 [Acessado 12 Setembro 2020], pp. 2411-2421. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>.

GUINANCIO, JC et al. COVID –19: Desafios do cotidiano e estratégias de enfrentamento frente ao isolamento social. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e259985474, 2020(CC BY 4.0). [Acessado 12 Setembro 2020]. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5474.

HELVÉCIO, NF e NETO, RJP. **Dispõe sobre o atendimento médico por Telemedicina durante a pandemia de SARS-CoV2/COVID-19**. RESOLUÇÃO Nº 56, de 1º de abril de 2020. Publicado em: 03/04/2020 | Edição: 65, Seção: 1 (145). [Acessado 12 Setembro 2020]. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-56-de-1-de-abril-de-2020-251068159.

HERMOGENES, LR et **al. A importância das digital skills em tempos de crise: alguns aplicativos utilizados durante o isolamento social devido à pandemia do COVID-19.** Revista Augustus [online] n. 51 | p. 198-218|jul./out. 2020. [Acessado 12 Setembro 2020] https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p198

PEREIRA, MD et al. The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. **Research, Society and Development**, 9(7): 1-35, e652974548, 2020. [Acessado 12 Setembro 2020]. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548.

SILVA, CVF et al. Isolamento social devido a COVID-19 - **Epidemiologia dos acidentes na Infância e Adolescência. Residência pediátrica da Universidade Santo** Amaro, 2020.

SOUSA JUNIOR, JHS et al. "#FIQUEEMCASA E CANTE COMIGO": estratégia de entretenimento musical durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Ano II | Volume 2 | Nº 4 | Boa Vista | 2020. [Acessado 12 Setembro 2020]. DOI: http://doi.org/10.5281/zenodo.3752276.

BOLSONARO JM; MORO S; GUEDES P. DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020. **Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos**.

TOFFOLI, D. RESOLUÇÃO 312, 19 DE MARÇO DE 2020. Conselho Nacional de Justiça. https://atos.cnj.jus.br/files/original220509202003195e73ec955cffb.pdf

ISSN 2178-9428

ANÁLISE SENSORIAL DE DOCINHO DA FARINHA DE SEMENTE DE ABÓBORA

SILVA, Andressa Lopes[121]
UCHAK, Alisson Ferreira[122]
WELINSKI, Dábila Rayanne[123]
BENINCÁ, Simone Carla[124]

RESUMO: A procura por novos produtos que tragam benefícios tanto nutricionalmente, quanto economicamente está cada vez maior no mercado, pensando nisso o objetivo do trabalho foi desenvolver um produto com características já existentes, mas o tornando mais saudável e viável, utilizando como seu principal ingrediente a farinha de semente de abóbora, um subproduto, que geralmente é descartando pelas indústrias, fazendo com que não resulte em desperdício, além de estudar a composição química da farinha de semente de abóbora e avaliar as características sensoriais do docinho elaborado com a farinha.

Palavras-chave: Nutrientes. Cucurbita. Aproveitamento Integral dos Alimentos.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a procura por novos alimentos nutricionalmente saudáveis e economicamente viáveis vem aumentando. Assim, tem aumentado a atenção sobre à utilização de subprodutos vegetais, em sua maioria. A utilização desses subprodutos pode agregar valor econômico à produção, além de contribuir para a formulação de novos produtos alimentícios e minimizar o desperdício (DE PAULA NAVES *et al*; 2010).

Dentre diversas fontes alimentares ricas em nutrientes como fibras, vitaminas e minerais, pode-se citar a *Curcubita maxima*, uma espécie de abóbora/moranga, pertencente à família da *curcubitaceae* (SMRKOLJ *et al;* 2005). Segundo Del-Vechio (2004), 3,32% do peso da moranga corresponde ao peso de suas sementes.

A farinha de semente de abóbora representa ingrediente alimentar com grande potencial de uso em função de suas características benéficas e relevantes à saúde (CERQUEIRA *et al*., 2008; PUMAR *et al*., 2008), sendo rica em fibras, proteínas, ácidos graxos poli-insaturados, sais minerais e consideradas vermífugos. Além das

[121]Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[122] Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[123]Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[124] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

propriedades nutricionais, a semente de abóbora auxilia nos processos de manutenção do tecido epitelial, na manutenção do crescimento, na reprodução, nos mecanismos imunológicos e na ação antioxidante, devido à presença de zinco, cálcio e vitaminas A e E (BUENO & CZEPIELEWSKI, 2007).

Embora haja o consumo dessas sementes em determinadas regiões do mundo, seu aproveitamento corresponde apenas a uma pequena parcela das sementes desperdiçadas cotidianamente (MACEDO *et al*; 2017).

Pensando em minimizar esse desperdício e agregar benefícios a saúde da população que é grande consumidora de docinhos tradicionais, a elaboração de farinhas de sementes de abóbora e sua utilização na produção de docinho vem sendo estudada, pois além de ser economicamente viável a todas as classes econômicas tem grande potencial nutricional. Nesse contexto, os objetivos deste trabalho são estudar a composição química da farinha de semente de abóbora e avaliar as características sensoriais do docinho elaborado com farinha de semente de abóbora.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizadas sementes de abóbora, adquiridos na cidade de Guarapuava (PR) para o preparo da farinha. As sementes foram colocadas em bandejas de alumínio e torradas em um forno à temperatura de 200 °C, por 10 minutos. O material obtido foi posteriormente triturado em liquidificador e peneirado, obtendo-se a farinha.

Para o preparo da massa do docinho, colocou-se em uma panela margarina, leite, a farinha, sendo de 32 % sua proporção na formulação, amendoim, açúcar demerara e o amido de milho, deixando em fogo baixo mexendo sempre com uma colher, até que tivesse a textura de docinhos tradicionais. Após, foi colocada em uma vasilha para esfriar. Então, os docinhos foram modelados e passados no coco ralado para decorar (TABELA 1).

Tabela 1 – Formulação do docinho

Ingredientes (g)	**Formulação**
Leite	300 g
Farinha da semente de abóbora	280 g
Açúcar demerara	150 g
Amendoim	144 g

ISSN 2178-9428

Coco ralado	50 g
Amido de milho	10 g
Margarina	6 g

Fonte: Autores, 2019.

Depois de pronto foi realizada a análise sensorial utilizando-se escala hedônica de 9 pontos para que se pudesse verificar a aceitação do produto pelos indivíduos.

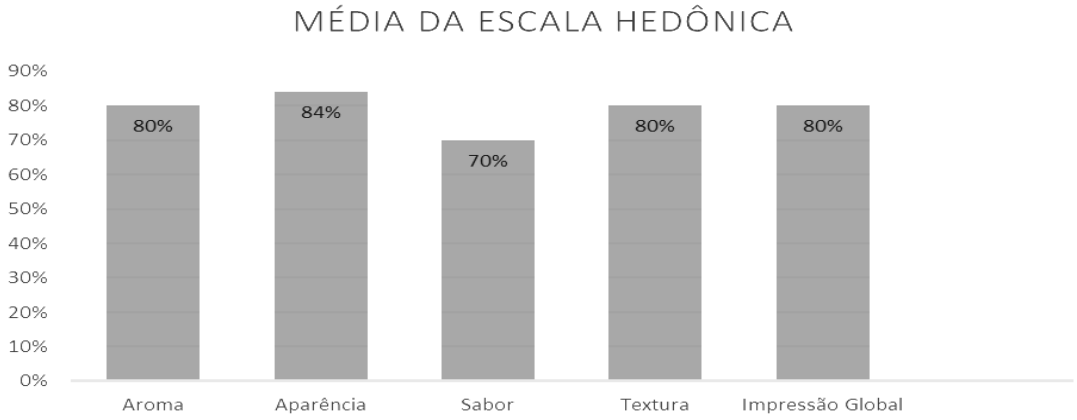
Foi realizada também uma revisão de literatura especializada, no ano de 2019, no mês de agosto através de artigos científicos em português e inglês do ano de 1996 ao de 2010, utilizando palavras como, propriedades e benefícios da semente de abóbora, consumo de docinhos tradicionais e utilização de subprodutos para a sua busca, com uso da plataforma Scielo e Google Acadêmico.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do teste sensorial 50 indivíduos, todos acadêmicos do curso de nutrição de uma instituição na cidade de Guarapuava – PR. Verificou-se que se teve uma boa aceitação do produto. Pois obteve-se o resultado acima de 70 %, que é considerado satisfatório (CASTRO *et al;* 2007).

As notas médias obtidas no teste de aceitação do docinho de farinha de semente de abóbora, avaliando os atributos aroma, aparência, sabor, textura e impressão global, encontram-se na figura 1.

Figura 1 – Média da Escala Hedônica



Fonte: Autores, 2019.

ISSN 2178-9428

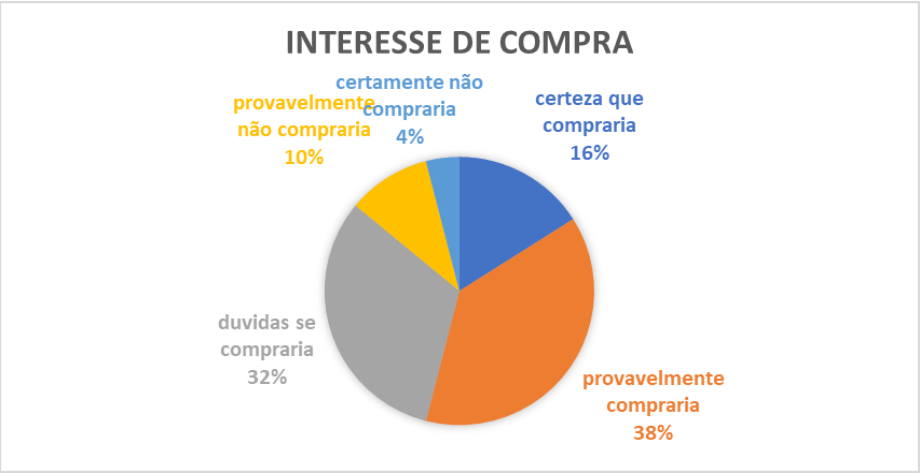
Analisando o aspecto global, verifica-se que aproximadamente 80% dos provadores gostaram do docinho enriquecido com 32% da farinha de semente de abóbora.

Em média na característica aroma, aproximadamente 80% atribuíram notas entre “desgostei muito” e “gostei muitíssimo”. Para aparência e textura, cerca de 84% e 80% também apresentaram notas nesse intervalo.

A elaboração de um produto sem similares no mercado, como docinhos enriquecidos com farinha da semente de abóbora, torna o produto estudado mais sujeito a rejeição. De uma forma geral, as pessoas sempre irão aceitar melhor os alimentos preparados a partir de ingredientes tradicionalmente estabelecidos e próximos aos seus hábitos alimentares, uma vez que, a preferência dos indivíduos por determinados alimentos é o resultado do relacionamento sinérgico entre os fatores ambientais, biológicos, ecológicos e socioculturais (PARRAGA, 1990; DUTCOSKY, 1996).

O produto elaborado apresentou índice de aceitabilidade de 80%, estando somente o atributo sabor 70%. Os resultados obtidos são bastante favoráveis com relação à possibilidade de introdução do docinho com farinha de semente de abóbora no mercado.

Figura 2 – Interesse de Compra



Fonte: Autores, 2019.

Na análise de intenção de compra verificou-se que 54% dos participantes relataram intenção positiva em adquirir o produto caso este viesse a ser comercializado, conforme demonstrado na figura 2.

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o docinho de farinha de semente de abóbora obteve uma boa aceitação, pois foi de 80%, assim podendo representar uma nova opção de produto no mercado, tendo em vista as propriedades nutricionais da matéria-prima que deu origem a essa farinha, viável economicamente e portanto acaba evitando com que esse subproduto seja descartado.

4 REFERÊNCIAS

BUENO, L. A.; CZEPIELEWSKI, M. A. Micronutrientes envolvidos no crescimento. **Rev. HCPA**, v.27, p.47- 56, 2007.

Castro, L.I.A de.; Real, C.M.V.; Pires, I.S.C.; Pires, C.V.; Pinto, N.A.V.D.; Miranda, L.S.; Rosa, B.C.; Dias, P.A. Quinoa (Chenopodium quinoa Willd): digestibilidade in vitro desenvolvimento e análise sensorial de preparações destinadas a pacientes celíacos. **Alimentos e Nutrição**, v.18, n.14, p.413-419, 2007.

CERQUEIRA, P. M. et al. Efeito da farinha de semente de abóbora (*Curcubita maxima, L.*) sobre o metabolismo glicídico e lipídico em ratos. **Revista de Nutrição** , v.21, n.2, p.129-136, 2008.

DE PAULA NAVES, Luciana et al. Nutrientes e propriedades funcionais em sementes de abóbora (*Cucurbita maxima*) submetidas a diferentes processamentos. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 30, n. 1, p. 185-190, 2010.

DEL-VECHIO, G. **Efeito do processamento em sementes de abóbora** (*Cucurbita spp*.) **sobre os níveis de nutrientes e antinutrientes**, Lavras, 2004. 80 p. Dissertação (Mestrado em Agroquímica e Agrobioquímica) – Universidade Federal de Lavras-UFLA.

DUTCOSKY, S. D. **Análise Sensorial de Alimentos.** Editora Universitária Champagnat. Curitiba, Paraná, 1996.

MACEDO, M. C. C. *et al*. PÃES FORMULADOS COM FARINHAS DE SORGO, SEMENTE DE ABÓBORA, TRIGO E AVEIA. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v. 19, n. 2, p. 193-205, 2019. Disponível em: <http://www.deag.ufcg.edu.br/rbpa/rev192/rev1929.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

PARRAGA, I. M. Determinats of food consumption. **J. Am. Diet. Assoc.,** v90, n. 5, p. 661-663, 1990.

PUMAR, M. et al . Avaliação do efeito fisiológico da farinha de semente de abóbora (*Cucurbita maxima L.*) no trato intestinal de ratos. **Ciência e Tecnologia de Alimentos , Campinas**, v. 28, p. 7-13, 2008.

SMRKOLJ, P.; STIBILJ, V.; KREFT, I.; KAPOLNA, E. Selenium species determination in selenium-enriched pumpkin (Cucurbita pepo L.) seeds by HPLC-UV-HG-AFS. **Analytical Sciences**, v.21, p.1501-1504, 2005.

MALEFÍCIOS DO AÇÚCAR NO ORGANISMO

SILVA, Andressa Lopes[125]
UCHAK, Alisson Ferreira[126]
WELINSKI, Dábila Rayanne[127]
BENINCÁ, Simone Carla[128]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O açúcar é um produto essencial na cultura brasileira devido ao alto consumo pela população, assim a indústria procura com que haja uma grande diversidade desse produto, entretanto seu consumo exacerbado pode propiciar o surgimento de doenças crônicas relacionados a sua alta ingestão. O presente trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica e tem como objetivo informar aos indivíduos dos efeitos que o açúcar tem no organismo e o quão é desnecessário e maléfico seu consumo exagerado, e propor algumas alternativas mais saudáveis para adoçar os alimentos.

Palavras-chave: Açúcar. Doenças Crônicas. Adoçantes.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Ramos & Junior (2001), não se sabe com exatidão onde a cana de açúcar pode ter surgindo, porém são admitidas duas hipóteses distintas de surgimento: na Polinésia e na Nova Guiné, mas é de consenso que a forma mais popular de consumo humano, na antiguidade, era a mastigação dos colmos, para sorver o caldo doce, rico em sacarose, que é utilizada nos dias de hoje pela população, como açúcar de mesa.

Segundo Carreta (2006), os açúcares formados por uma única molécula mais comuns são a glicose e a frutose e existem de forma abundante na natureza, seja de forma livre ou como molécula, onde se combinam duas ou mais unidades de um mesmo tipo ou de estruturas diferentes. Assim, uma molécula composta por duas unidades de açúcar é chamada Dissacarídeo, enquanto os carboidratos que contém cadeias curtas de unidades de açúcar são chamados Oligossacarídeos. Há também os polissacarídeos, mas esses não são doces.

A cana é utilizada como matéria prima da produção de açúcar, é cultivada na maior parte dos estados brasileiros, mas é no estado de São Paulo que se concentra

[125] Acadêmica do curso de Nutrição co Centro Universitário Campo Real
[126] Acadêmica do curso de Nutrição co Centro Universitário Campo Real
[127] Acadêmica do curso de Nutrição co Centro Universitário Campo Real
[128] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

o maior produtor de açúcar do país. A importância econômica do açúcar é grande, sendo que o Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo, trazendo benefícios para as comunicações internacionais e para a economia brasileira (ALVES e BACCHI, 2004).

Na natureza, os alimentos como frutas maduras, têm gosto doce, enquanto que o sabor amargo é associado a substâncias venenosas, e isso foi muito utilizado por nossos ancestrais para diferenciar alimentos bons para consumo dos venenosos, presente em muitas plantas como as que contêm alcaloides, e essas habilidades genéticas ainda estão presentes na contemporaneidade (WOLKE, 2003).

Observa-se que há uma grande variedade do consumo de açúcar, sendo desde o de mesa, o presente nos alimentos *in natura*, até os industrializados, a diferença está na quantidade e qualidade de como o indivíduo faz seu uso. Atualmente com as mudanças de hábito do ser humano, o consumo de açúcar pela população brasileira passa de 50% do limite recomendado (LEVY, 2012).

> Em março de 2015, a Organização Mundial de Saúde (OMS) disponibilizou um Guideline (diretrizes de conduta) para nortear o consumo de açúcar por adultos e crianças. A recomendação é a restrição do consumo de açúcar extrínseco (ou açúcar livre), para menos de 10%, a fim de reduzir o risco de sobrepeso, de obesidade e também de cárie dentária. O documento diz que se a diminuição for para menos de 5%, aproximadamente 25 gramas ou seis colheres de chá por dia, o ganho para a saúde é maior. A OMS ainda considera que, os efeitos negativos da doença cárie à saúde são acumulativos (desde a infância à fase adulta), mesmo uma pequena redução no risco de cárie na infância é significativa para a vida futura, assim, o consumo de açúcares livres deve ser tão baixo quanto possível (FRANCA *et al.,* 2016).

O objetivo deste trabalho é demonstrar aos indivíduos de que o açúcar em excesso ingerido no dia a dia é desnecessário e maléfico em ambos os sentidos, podendo influenciar no aparecimento de doenças crônicas, e também propor algumas alternativas mais saudáveis para adoçar os alimentos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho consiste de uma revisão de literatura especializada, realizado no ano de 2019, no mês de agosto, por meio de artigos científicos em português do ano de 1998 ao de 2016, utilizando para a sua busca palavras como, características do

ISSN 2178-9428

açúcar, malefícios que ele traz a saúde e seus substituintes com uso da plataforma Scielo e Google Acadêmico.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os açúcares de modo geral são divididos em 3 categorias de acordo com sua estrutura molecular, uma molécula composta por duas moléculas de açúcar é chamada dissacarídeo, enquanto os carboidratos que contém cadeias curtas de unidades de açúcar são chamados oligossacarídeos (de complexidade intermediária entre os açúcares simples e os polissacarídeos). Os polissacarídeos são moléculas de açucares que estão presentes em produtos como o trigo, a batata e a mandioca e não são doces (CARRETA, 2006).

Podemos encontrar os açucares de duas maneiras, aqueles encontrados naturalmente nos alimentos, como em frutas (frutose e sacarose) e leite (lactose), e aqueles extraídos de alimentos, sendo da cana de açúcar, beterraba e milho para posteriormente ser utilizado em preparações culinárias ou na elaboração de alimentos processados (LEVY, 2012).

A fabricação dos açucares utilizados pela população para servir como adoçante, é feita por meio da extração do caldo de cana, que passa por vários processamentos, que dará cor, sabor e perfil nutricional para os vários tipos de açúcares conhecidos, como: demerara, mascavo, cristal, refinado, líquidos, entre outros (MACHADO, 2016).

Para Lemos (1998), o grande desenvolvimento do consumo de açúcar na Europa e no mundo está associado com a chegada de três novas bebidas: o chocolate, o café e o chá, que no Brasil são consumidos em quantidades exageradas, e dessa forma, os brasileiros acabam adoçando ainda mais essas bebidas e paralelamente a isso, é utilizado na culinária com a formação do hábito de se acompanhar essas bebidas com bolos e biscoitos.

Do ponto de vista do seu efeito sobre a saúde, além da cárie que pode causar nos dentes, o consumo exagerado de açúcar está associado a doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, depressão, síndrome do pânico e ainda pode prejudicar o aprendizado e a memória (RECH *et al.,* 2014).

Dados revelam que mais de três milhões de pessoas morrem todos os anos no mundo, vítimas de uma excessiva concentração de glicose no sangue (hiperglicemia).

ISSN 2178-9428

Destas mortes, 960.000 se devem diretamente ao diabetes e 2,2 milhões são resultado de transtornos cardiovasculares causados pelo excesso de açúcar (DE ALMEIDA, 2011).

Sendo assim, observa-se a necessidade de tentar reduzir o consumo em excesso do açúcar utilizado em nosso dia a dia, para isso há algumas alternativas de adoçantes mais saudáveis, como caldo de cana, açúcar mascavo, açúcar demerara e mel de abelha. Lembrando que, quanto mais natural o açúcar for, ou seja, tenha passado por menos processamentos, melhor será sua qualidade nutricional, assim trazendo menos riscos à saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em demonstrar que o açúcar em excesso no organismo pode ser maléfico em ambos os sentidos. Foram apresentadas de forma sucinta as reflexões realizadas, os aspectos relevantes sobre o trabalho e as recomendações que se façam necessárias.

Observou-se que o açúcar é um produto barato que, cada vez mais faz parte da dieta do homem, transformando-a em um ingrediente que pode favorecer o aumento nas doenças crônicas, metabólicas e degenerativas. Com tantas doenças relacionadas ao consumo do açúcar, é evidente o controle do seu uso, portanto o presente trabalho propôs algumas alternativas mais saudáveis para adoçar os alimentos como: caldo de cana, açúcar mascavo, açúcar demerara e principalmente o mel de abelha, desde que seu consumo seja de forma equilibrada.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Oferta de exportação de açúcar do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 1, p. 9-33, 2004.

CARRETA, D. B. Açúcar: Seus efeitos sobre a sociedade sacarose dependente. **Monografia]. Nova Xavantina: Faculdade de Odontologia, Especialização em Saúde Coletiva, Nova Xavantina, Mato Grosso**, 2006.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

CARVALHO, F. A. C. D. **O lado negro do açúcar**: Algumas verdades sobre a indústria da doença. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

DE ALMEIDA, LORENA. OS DIFERENTES TRATAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO AÇÚCAR E A INFLUÊNCIA DO CONSUMO DO AÇÚCAR NA SAÚDE HUMANA.

DE SOUZA, Andressa Ferreira; DOS SANTOS, Andressa Maria; AUGUSTI, Valquiria Maria. O AÇÚCAR É UMA DROGA? CAUSA MAL À SAÚDE HUMANA? O QUE PENSAM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL ADOLPHO CARVALHO A ESSE RESPEITO.

FRANCA, Swellyn. AÇÚCAR X CÁRIE E OUTRAS DOENÇAS: UM CONTEXTO MAIS AMPLO. **Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas** [online]. 2016, vol.70, n.1, pp. 05-11. ISSN 0004-5276.

LEMPS, Alain Huetz de. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. **FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M.(Diret.) História da Alimentação. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade**, p. 611-624, 1998.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Disponibilidade de" açúcares de adição" no Brasil: distribuição, fontes alimentares e tendência temporal. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, p. 3-12, 2012.

MACHADO, Simone Silva. Tecnologia da fabricação do açúcar. 2016.

RAMOS, Pedro; JÚNIOR, Antonio Oswaldo Storel. O açúcar e as transformações nos regimes alimentares. **Cadernos de Debate**, v. 8, p. 1, 2001.

RECH, Rosane; SCOPEL, Tais; MENDES, Leila Grando. MALEFÍCIOS DO AÇUCAR. **Ação Odonto**, v. 2, n. 1, p. 23-23, 2014.

WOLKE, Robert L. - **Que Einstein Disse a Seu Cozinheiro**, vol.01, Cap. 01 Ed. Jorge Zahar, 2003. págs 13 à 20.

ISSN 2178-9428

ANÁLISE FISICO-QUIMICA E DE FRAUDE DO LEITE *IN NATURA* COMERCIALIZADO NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR

WELINSKI, Dábila Rayanne[129]
SILVA, Andressa Lopes[130]
UCHAK, Alisson Ferreira[131]
BENINCÁ, Simone Carla[132]

RESUMO: O leite é um alimento que possui alto valor nutricional e por isso é de fundamental importância para a dieta humana, devendo chegar à mesa do consumidor sem qualquer descaracterização em sua composição. O objetivo do presente trabalho foi determinar as características como PH, densidade, presença de mastite e qualidade físico-química das amostras de leite através de alguns testes realizados. Foram coletadas seis amostras mensalmente, durante 3 meses, de leites *in natura*. Os resultados obtidos com a pesquisa podem indicar problemas higiênico-sanitários de obtenção, possíveis fraudes, transporte e conservação inadequada, além da manipulação incorreta na ordenha até o consumo final.

Palavras-chave: Leite. Consumo Informal. Analise Físico Química. Possíveis Fraudes.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, o leite tem sido utilizado na alimentação humana como fonte de proteína, gordura, energia e outros constituintes essenciais (TREVISAN, 2008).

Devido às suas qualidades intrínsecas, o leite é um produto altamente perecível, exigindo grandes cuidados na sua obtenção e procedimentos tecnológicos adequados no seu processamento, para que sejam mantidas suas características de qualidade como alimento, desde sua produção até o consumidor final (BORGES & OLIVEIRA, 1988).

A comercialização do leite pelo método informal é uma grande alternativa para o microempreendedor, porém essa venda é proibida por lei por causa da falta de inspeção sanitária, pois a oferta deste produto "*in natura*", ou seja, leite não pasteurizado pode agregar vários problemas à saúde humana. O controle higiênico

[129]Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[130] Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[131] Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[132] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

sanitário é essencial, desde a obtenção do leite cru até a sua embalagem (produto final), visto que sua produção realizada de forma imprópria torna o alimento um meio de transmissão de doenças aos consumidores (LUZ et al., 2011).

Além da grande importância da qualidade do leite na disseminação de doenças ao homem e também aos animais, é fundamental avaliar as características físico-químicas do produto, para considerar a possibilidade da ocorrência de fraudes econômicas, estabelecer base para pagamento e verificar o seu estado de conservação (AGNESE et al., 2002).

Apesar da proibição legal imposta à comercialização do leite cru no Brasil (Lei n° 1.283 de 18/12/1950 e Decreto n° 30.691 de 29/03/1952), a venda deste tipo de leite tem sido realizada abertamente em diversas cidades do estado do Paraná, inclusive no município de MARQUINHO-PR, pelas populações muitas vezes possuidoras de elevado nível socioeconômico e cultural (QUEIROZ, 1995).

Desta forma o presente trabalho objetivou analisar a qualidade do leite *in natura* comercializado no município de MARQUINHO-PR, através de análises físico-químicas e pesquisa de fraudes. Foi avaliado a qualidade do leite *in natura* de 5 grandes propriedades diferentes, determinando características como PH, densidade, presença de mastite.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consistiu de uma pesquisa cientifica com testes realizados no laboratório do Centro Universitário Campo Real, entre os meses de maio e julho de 2019. Foram coletadas 06 amostras de leite *in natura* na localidade de Guampará, no município de Marquinho-PR, em garrafas plásticas tipo PET's (previamente limpas e higienizadas), cada amostra era constituída por 500 ml de leite, sendo que 5 dessas amostras eram de produtores distintos, e a 6° amostra uma mistura dos mesmos. Para as análises físico-químicas e microbiológicas foram coletadas amostras acondicionadas em uma caixa térmica, e transportadas dentro de 24 horas para o Laboratório de Química do centro Universitário campo real.

As amostras de leite passaram por exames para avaliar sua qualidade e se houve fraudes, antes de ser comercializados. Tais como: a estabilidade ao alizarol, estabilidade ao álcool, teste de CMT e o teste de fervura (BRASIL, 2006).

ISSN 2178-9428

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados foram discutidos com os padrões de normalidade segundo a Embrapa para leite *in natura* refrigerado, que estabelece os seguintes padrões: estabilidade ao alizarol a 72%; ao álcool 68%, densidade entre 1,029 e 1,033 g/ml correspondendo de 29 a 33 graus Quevenne, fervura sem formação de coágulos, e CMT sem presença de mistura gelatinosa.

2.2.1 Teste do alizarol

Das 3 analises de leite *in natura* realizadas mensalmente a primeira apresentou os seguintes resultados no teste do alizarol, 04 amostras (66,6%) foram estáveis na prova, apresentando uma coloração tijolo/rosa claro, e 02 amostras (33,2%) estavam ácidas e apresentaram cores amarelo pardo. Na segunda analise do mês seguinte, apresentou os seguintes resultados, 03 amostras (50%) foram estáveis na prova, apresentando uma coloração tijolo/rosa claro, e 03 amostras (50%) estavam ácidas e apresentaram cores amarelo pardo. Na análise do terceiro mês apresentou os seguintes resultados, 03 amostras (50%) foram estáveis na prova, apresentando uma coloração tijolo/rosa claro, e 03 amostras (50%) estavam ácidas e apresentaram cores amarelo pardo.

A partir disso, percebe-se que aproximadamente 55% das amostras estavam estáveis e 45% ácidas em resumo as triplicatas. Foi identificado variação na qualidade do leite entre as análises das amostras.

2.2.2 Estabilidade do álcool

Na prova do álcool os resultados coincidiram com o teste do alizarol, em alguns casos. Na primeira analise houve floculação em 03 amostras (50%), ou seja, foram observadas alterações, e nas outras 03 amostras (50%) não ocorreu floculação. No segundo mês de analise houve floculação em 03 amostras (50%), ou seja, foram observadas alterações, e nas outras 03 amostras (50%) não ocorreu floculação. Já na terceira analise obteve-se floculação em 04 amostras (66,4%), e nas outras 02 amostras (33,2%) não ocorreu floculação.

Em resumo, percebe-se que 55% das amostras estavam sem floculação e 44% das amostras apresentaram floculação a partir da análise em triplicata. Foi identificado variação na qualidade do leite entre as análises das amostras.

2.2.3 Teste do lactodensimetro

ISSN 2178-9428

No processo de lactodensímetro, ocorreu alteração na densidade do produto, porém na primeira analise apresentou-se mais significante, na segunda menos significante, e na terceira analise sem alteração alguma. Na primeira analise houve alterações na densidade em 03 amostras (50%), sendo todas caracterizadas por adição de água, e nas outras 03 amostras (50%) não ocorreu nenhuma alteração. No segundo mês de analise houve adulterações insignificantes em 02 amostras (33,3 %), para adição de água. E nas outras 04 amostras (66,6%) apresentaram-se produtos sem alterações. Já na terceira analise nenhuma das amostras teve adição de sólidos ou água.

Em resumo, percebe-se que 61% das amostras estavam sem adição de água e 39% das amostras apresentaram adição de água a partir da análise em triplicata. Foi identificado variação na qualidade do leite entre as análises das amostras.

2.2.4 Teste do cmt

Na avaliação de CMT, ocorreram algumas alterações nos produtos, porém alterações menos significantes em todas as provas realizadas. Na primeira analise realizada houve 02 (33,3%) alterações que caracterizava mastite subclínica, classificado como leve formação de gel, as outras 04 (66,6%) estavam nos conformes segundo a classificação da Embrapa. Na segunda análise todas as amostras estavam nos padrões das normalidades. Na terceira avaliação 02 amostras (33,3%) apresentaram leve formação de gel, e as outras 04 (66,6%) estavam nas normalidades.

Em resumo, percebe-se que 55% das amostras apresentaram sinais de mastite e 45% das amostras não apresentaram sinais da mastite a partir da análise em triplicata. Foi identificado variação na qualidade do leite entre as análises das amostras, ou seja, cada produtor teve um resultado diferente em cada amostra.

2.2.5 Teste fervura

No teste da fervura, todas as amostras apresentaram-se negativas, ou seja, em todas houve precipitação de nata. Em resumo, percebe-se 100% das amostras não apresentaram alterações físicas a partir da análise em triplicata.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da avaliação da qualidade do leite informal comercializado no município de MARQUINHO-PR, através das análises físico-químicas e pesquisas de fraudes,

ISSN 2178-9428

estava fora dos padrões 45% das amostras no alizarol, 44% no álcool, 39% no lactodensimento, 55% no CMT e no teste de fervura não houve alteração. Perante aos resultados permitiu constatar que a maioria do leite pesquisado apresentou irregularidades, uma vez que não são seguidas as normas estabelecidas pela legislação.

Esse resultado pode estar relacionado ao manejo alimentar e sanitário, bem como às práticas de transporte e armazenamento do leite, medidas de orientação para os consumidores não adquirirem o leite cru comercializado informalmente, assim como no direcionamento de aplicação de métodos de controle de qualidade. Pode-se concluir que houve possíveis fraudes por adulteração de leite pelos resultados apresentados.

4 REFERÊNCIAS

AGNESE, A. P.; NASCIMENTO, A. M. D. do; VEIGA, F. H. A.; PEREIRA, B. M.; OLIVEIRA, V. M. de. Avaliação físico-química do leite cru comercializado informalmente no município de Seropédica – rJ. **Revista Higiene Alimentar**, v.16, n. 94. p. 58-61, 2002.

BORGES, S.F.; OLIVEIRA, J.S. O nosso leite de cada dia. **Inf. Agropec**., v.13, p.3-5, 1988.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 68 de 12 de dezembro de 2006**. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais Físico-Químicos, para Controle de Leite e Produtos Lácteos, em conformidade com o anexo desta Instrução Normativa, determinando que sejam utilizados nos Laboratórios Nacionais Agropecuários. Diário Oficial da União, Brasília, 14 dez. 2006. Seção 1, p. 8.

DE OLIVEIRA FERNANDES, Sinaria et al. Avaliação da qualidade do leite “in natura” entregue em laticínio no município de Ji-Paraná, Rondônia–estudo de caso. **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**, v. 2, n. 1, p. 12-17, 2016.

LUZ, D. F.; BICALHO, F. A.; OLIVEIRA, M. V.M; SIMÕES, A. R. P. Avaliação microbiológica em leite pasteurizado e cru refrigerado de produtores da região do Alto Pantanal Sul-Mato-Grossense. **Revista Agrariran**. V.4; n.14; p. 367-374; 201.

QUEIROZ, J.C. **Avaliação sanitária do leite cru distribuído nos municípios de Juquitiba e Itapecirica da Serra**. 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TREVISAN, A.P. 2008. **Influência de Diferentes Concentrações de Enzimas Lactase e Temperatura sobre a Hidrólise de Lactose em Leite Pasteurizado**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 195p.

TSIOULPAS A, Lewis MJ, Grandison AS. Effect of minerals on casein micelle stability of cows’ milk. **Journal of Dairy Research,** 74(02), 167-173, 2007

ISSN 2178-9428

COMPOSIÇÃO CENTESIMAL E BENEFICIOS DO COGUMELO *AGARICUS BLAZEI*

UCHAK, Alisson Ferreira[133]
SILVA, Andressa Lopes[134]
WELINSKI, Dábila Rayanne[135]
BENINCÁ, Simone Carla[136]
GRZYBOWSKI, Adélia[137]

RESUMO: Os cogumelos têm sido tratados como uma iguaria e podem ser apreciados tanto pelas suas características gastronômicas, conferindo sabor e aroma, como também pelo seu valor nutricional. O objetivo do presente trabalho foi relatar os principais benefícios nutricionais do cogumelo *Agaricus blazei* na prevenção de algumas doenças. Esta revisão apresenta dados de diversos autores, nacionais e internacionais, que realizaram análises quantitativas da composição de cogumelos da classe do cogumelo *Agaricus blazei.* Portanto, o consumo deste cogumelo é fundamental para a saúde humana, tendo em vista o seu elevado teor proteico, ser rico em vitaminas e em sais minerais.

Palavras-chave: Informação. Cogumelo. Valor Nutricional.

1 INTRODUÇÃO

O cogumelo *Agaricus blazei* é um fungo basidiomiceto, pertencente à família Agariaceae, sendo nativo do Brasil e popularmente conhecido como cogumelo do sol. É muito utilizado na alimentação humana devido as suas propriedades nutritivas e medicinais, e, portanto, têm despertado o interesse de vários pesquisadores (ELLERTSEN e HETLAND, 2009).

Segundo LILACE (2016), os resultados dos estudos atualizados comprovam que alguns cogumelos têm extrema eficácia contra algumas doenças, como o câncer. O *Agaricus blazei*, é um microrganismo vivo, ou seja, um fungo muito utilizado na culinária oriental agora muito comum no Brasil. Os estudos sobre as propriedades medicinais do cogumelo começaram a ser realizadas exatamente por causa da longevidade atingida pelos orientais, dessa forma descobriu-se que um dos responsáveis pela longa vida dos mesmos era o consumo dos cogumelos. Além de

[133] Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[134] Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[135] Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[136] Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[137] Docente orientadora, Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

ser rico em vitaminas, proteínas, aminoácidos, minerais e antioxidantes, o cogumelo e rico em betaglucano.

Assim, este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, cujo principal objetivo foi relatar os principais benefícios nutricionais do cogumelo *Agaricus blazei* na prevenção de algumas doenças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATÉRIAL E MÉTODOS

Esse trabalho consiste de uma revisão de literatura especializada, realizado no ano de 2019, no mês de julho, através de artigos científicos entre os anos de 1992 a 2016, em português e inglês, utilizando palavras como cogumelos, benefícios e composição para a sua busca nas plataformas Scielo e google acadêmico, que relatam a composição centesimal e valor nutricional do *Agaricus blazei* e seus benefícios a saúde.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Furlani (2004), os cogumelos são macrofungos muito utilizados na alimentação humana desde a antiguidade. Por este motivo, cada vez mais, os cogumelos têm atraído o interesse de pesquisadores que procuram descobrir um maior potencial deste produto, sempre interessados nas suas propriedades nutritivas e medicinais. No Brasil, o consumo de cogumelos vem crescendo significativamente, em virtude do valor nutritivo e da disponibilidade do mercado, o que torna o produto mais popular e acessível.

Existem poucas informações sobre composições centesimais dos produtos comercializados no Brasil. A composição centesimal de macro e micronutrientes bem como as de minerais e outras substâncias é de extrema importância, quando os mesmos atuam de alguma maneira no corpo humano e animal. O cogumelo do sol contém diversos nutrientes e substancias que podem ser utilizadas em fins medicinais, como o betaglucano, por exemplo, que é um excelente fortalecedor do sistema imunológico.

ISSN 2178-9428

> A composição centesimal ou percentual exprime de forma geral, o valor nutritivo de um alimento e corresponde à proporção dos grupos homogêneos de substâncias presentes em 100g do alimento considerado. Os grupos de substâncias considerados homogêneos são aqueles que se encontram em todos os alimentos, a saber: umidade, lipídios ou extrato etéreo, proteínas, fibras, cinzas ou resíduo mineral fixo e glicídios, quando determinado por diferença (Lima e Carvalho, 1998, p. 21).

Um estudo recente da composição centesimal revelou os seguintes resultados apresentados no Quadro 1 na proporção de 100g do cogumelo no sol:

Quadro 1: Composição centesimal do *Agaricus blazei*:

Elementos determinados	**Valores encontrados**
Umidade	9,67%
Lipídeos	1,48%
Proteínas	30,13%
Cinzas	9,37%
Fibra bruta	14,57%
Fosforo	0,87%
Potássio	2,34%
Cálcio	0,07%
Magnésio	0,08%
Enxofre	0,29%
Cobre	61,88mcg
Zinco	86,90mcg
Ferro	79,13mcg
Glicídios	34,78%

FONTE: R. Uni. Alfenas, Alfenas, 5:169-172,1999

Segundo OLIVEIRA (1999), os resultados dessa pesquisa, nota-se que o *A. blazei* possui um teor de glicídios maior do que o Cogumelo *Pilyporus sulphureus* que, segundo Franco (1992), possui a maior quantidade de glicídios no grupo dos cogumelos com 19,26g; seu teor de proteínas também mostrou valores acima da média para os cogumelos - segundo estudos do mesmo autor o de maior valor corresponde a 6g para o Cogumelo "gema" *Amanita cesarae*; o valor de lipídios encontra-se na mesma faixa para os demais cogumelos já estudados.

> Com relação aos minerais, os que mais se destaca com altos teores, são o fósforo e o potássio; o valor de magnésio, comparando-se aos cogumelos cultivados é, muito maior; os teores de enxofre e zinco são semelhantes aos encontrados em feijão; o seu teor de cálcio é bem elevado, comparando-se ao aipo, escarola entre outros; quanto ao cobre e o ferro, em relação a outros alimentos, considera-se como baixos os teores encontrados (BOAS, 1999, p. 6).

ISSN 2178-9428

Com o consumo do *Agaricus blazei* pode beneficiar os humanos de todas as maneiras como o fortalecimento do sistema imunológico obtendo longevidade e qualidade de todos nós estamos sujeitos ao enfraquecimento do sistema imunológico, seja pelo avanço natural da idade, por contaminantes ambientais ou substâncias químicas presentes nos alimentos ou na água, também por estilo de vida exaustivo ou sedentário. O cogumelo *Agaricus blazei* vem se mostrando bastante eficaz com atividade imunomodulatória, anticancerígena, anti-inflamatória e antioxidante e também amplos benefícios que podem dar ao indivíduo uma melhora de vida significativa (MONTEIRO; 2008), tais como:

• No combate ao câncer, há resultados da resistência das células NK no controle e prevenção desta doença, e mostra-se eficaz principalmente na prevenção.

• Em doenças do sistema circulatório, onde é indicado como estimulante cardíaco aumentando a resistência contra doenças como: hipertensão, arteriosclerose, angina e infarto, ou seja, traz uma melhora de vida significativa para o indivíduo.

• No aparelho digestório atuando como preventivo em doenças como: cirrose, úlcera gástrica, gastrite, estomatite etc. e também com o auxílio das fibras, traz um trabalho intestinal mais pontuado.

• Em doenças do aparelho urinário como nefrite e insuficiência renal

• Na prevenção de diabetes e colesterol, pois também ajuda a controlar os níveis de açúcar e de HDL na corrente sanguínea. (Júnior, 1999).

Para o uso do cogumelo *Agaricus blazei* em pessoas que estão em tratamento de radioterapia, é recomendado fazer o uso do chá apenas após a sessão. Já para prevenção e ação antitumoral, deve-se realizar o uso do cogumelo *Agaricus blaze*i concentrado (AMABIS, 2001).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo deste cogumelo é fundamental para a saúde humana, tendo em vista o seu elevado teor proteico, por ser rico em vitaminas e em sais minerais. Além disso, possui fibras nutricionalmente valiosas e todos os aminoácidos essenciais importantes para um melhor funcionamento do organismo humano, destaca-se as glucanas, que fortalecem o sistema imunitário aumentando a resistência do organismo contra o crescimento dos tumores, induzem a produção de interferon, potencializam a função imune e destroem células tumorais.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

AMABIS, J.M.& Martho, R. **Biologia dos organismos** 2. Editora Moderna: São Paulo, 1ed, 713p, 1994.

BOAS, EDUARDO VALÉRIO DE BARROS VILLAS. COMPOSIÇÃO CENTESIMAL DO COGUMELO DO SOL (*Agaricus blazei*).

DE JESUS PEREIRA, Nathalia Cristina; DE ASSIS ROSA, Aline; RÉGIS, Wiliam César Bento. Avaliação dos potenciais benefícios da ingestão do cogumelo *Agaricus blaze*i para a microbiota endógena: análise de efeitos in vivo e in vitro sobre diferentes linhagens bacterianas. **Percurso Acadêmico**, p. 10-18, 2012.

ELLERTSEN, Linda K. et al. An extract of the medicinal mushroom *Agaricus blazei Murill* can protect against allergy. **Clinical Molecular Allergy**, v. 7, n. 6, p. 1-10, 2009.

FORTES, Renata Costa; NOVAES, M. R. C. G. Efeitos da suplementação dietética com cogumelos Agaricales e outros fungos medicinais na terapia contra o câncer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 52, n. 4, p. 363-71, 2006.

FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos.9.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1992. 307p

FURLANI, Regina Prado Zanes; GODOY, Helena Teixeira. Valor nutricional de cogumelos comestíveis: uma revisão. **Revista do Instituto Adolfo Lutz (Impresso)**, v. 64, n. 2, p. 149-154, 2005.

Júnior, F. J.. 1999*, Agaricus*- cogumelo brasileiro com efeitos anti-cancer, **Journal of Biomolecular medicine & Free Radicals**. Vol.5, n. 2, 1999.p. 33-62.

LIMA, L.C.O.; CARVALHO, V.D. **Bromatologia -** aulas práticas. Lavras: UFLA. 1998. -(apostila).

Monteiro CS. **Desenvolvimento de molho de tomate Lycopersicon esculentum Mill formulado com cogumelo *Agaricus brasiliensis***. Paraná. Tese [Doutorado em Tecnologia de Alimentos] - Universidade Federal do Paraná; 2008.

RIBEIRO, Camilla Rivera; MACHADO, Nayane Moreira. Avaliação do efeito anticarcinogênico do cogumelo do sol (*Agaricus blazei*), por meio do teste para detecção de clones de tumores epiteliais (warts) em Drosophila melanogaster. **Revista Perquirere**, v. 13, n. 2, p. 203-217, 2016.

SINGI, Glenan et al. Efeitos agudos da aplicação endovenosa do cogumelo-do-sol (*Agaricus blazei Murill*) sobre a pressão arterial média e a freqüência cardíaca de ratos anestesiados. **Brazilian Journal of Pharmacognosy**, v. 16, n. 4, p. 480-484, 2006.

SOARES, Andréia Assunção. **Atividade antioxidante e compostos fenólicos do cogumelo *Agaricus blazei Murril***. 2007. Tese de Doutorado. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Maringá-UEM. 2007, 57 p.[Links].

SOUZA, Brunno Mergulhão et al. **Os efeitos terapêuticos de *Agaricus blazei* para a saúde humana**. 2001.

ISSN 2178-9428

DOENÇA DE CHAGAS E A AÇÃO DO NUTRICIONISTA NA PREVENÇÃO

UCHAK, Alisson Ferreira[138]
SILVA, Andressa Lopes[139]
WELINSKI, Dábila Rayanne[140]
BENINCÁ, Simone Carla [141]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho objetivou relatar a importância do conhecimento de doenças parasitárias como a doença de chagas, que é causada pelo protozoário Trypanosoma cruzi, que está presente no organismo do mosquito conhecido como barbeiro (*Triatoma brasiliensis*). Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, e concluiu-se a importância de saber sobre essa doença parasitária, seu vetor, processo de contaminação, profilaxia e como o profissional nutricionista poder atuar, orientando principalmente na higienização dos alimentos, onde e como devem ser armazenados. Pois grande parte das doenças parasitárias tem alguma ligação com higiene, modo de manipulação e preparação dos alimentos.

Palavras-chave: Doença de chagas. Higiene dos Alimentos. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, e em especial após a Primeira Guerra Mundial, iniciou-se um declínio das doenças infecciosas e parasitárias em praticamente todo o mundo (OMRAM, 1971).

Segundo Treviso *et al.* (2009) mais de um terço da população global (2,5 bilhões) alberga alguma espécie de parasito, sendo as doenças infecciosas e parasitárias responsáveis por dois a três milhões de óbitos por ano. Tal cenário é decorrente, principalmente da explosão demográfica observada nos centros urbanos, porque a grande parte das pessoas que alberga esses parasitas vivem nas periferias dos grandes centros, que são locais instáveis de declives geográficos os quais geralmente não possuem saneamento básico, e muito menos profissionais capacitados para orientar essa população sobre boas práticas sanitárias e higienização dos alimentos, e também para controlar tamanha contaminação e disseminação de infecções (BOEIRA *et al.,* 2010).

[138] Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[139] Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real
[140]Curso Nutrição, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[141] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Sob o ponto de vista epidemiológico, várias categorizações têm sido feitas no sentido de melhor orientar as operações de controle, uma vez que servem a determinação da maior ou menor importância relativa de cada uma das espécies na transmissão da doença ao homem (SILVEIRA, 2000).

O presente trabalho objetivou relatar a importância do conhecimento da doença de chagas, que é causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, que está presente no organismo do mosquito barbeiro (*Triatoma brasiliensis*). Bem como a atuação do nutricionista para a prevenção e controle de doenças parasitárias.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho consiste de uma revisão de literatura especializada, realizado no ano de 2019, no mês de agosto, através de informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde e artigos científicos entre os anos de 1971 e 2016, buscados na plataforma Scielo e google acadêmico, em português e inglês, utilizando palavras como surtos parasitários, doença de chagas, prevenção e contaminação para a sua busca. Tendo como objetivo relatar o surto de doenças parasitárias e a ação do nutricionista para amenizar estes surtos.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A doença de Chagas ocorre caracteristicamente em espaços abertos, naturais ou como produto de ação antrópica, geralmente acomete os indivíduos que residem em zona rural, onde ocorre o contato humano-vetor (GODOY, 2007). Além da invasão das moradias, o contágio pode ocorrer pela ingestão de alimentos infectados por *Tripomastigotas metacíclicos*. Durante o preparo da polpa do açaí, por falta de higienização da fruta, as fezes dos triatomíneos ou o próprio vetor podem ser triturados, e por causa dessa falha, pessoas ao consumirem o produto podem ser infectadas (SILVA, 2010).

Por isso é de extrema importância os alimentos serem bem armazenados, de preferência em lugares bem fechados e altos, para evitar o contato com o chão. A domiciliação do vetor está relacionada a maior ou menor preservação de seus

ISSN 2178-9428

ecótopos naturais, do tipo de habitação na área, então, da possibilidade de abrigo para os triatomíneos, do hematofagismo estrito deles e da oferta alimentar existente, bem como do diferente grau de antropofilia de cada uma das espécies (FORATTINI, 1980).

> O ciclo da doença de chagas se inicia com a picada do mosquito barbeiro em uma pessoa infectada com o parasita, no seu intestino os parasitas se reproduzem de forma assexuada, e novamente o barbeiro pica um indivíduo não infectado e no mesmo momento da picada ele deposita suas fezes na pele da pessoa, dessa forma o infectando com o *Trypanosoma cruzi*. Os parasitas invadem primeiro o tecido epitelial e em seguida a circulação sanguínea. A fase assintomática da doença, os *Trypanosoma cruzi* se concentram nas fibras musculares. O ciclo recomeça quando a pessoa é picada de novo, todavia o barbeiro infectado pode depositar suas fezes em alimentos também, portanto é de extrema importância uma boa higienização dos alimentos para que não ocorra a transmissão dessa forma também (GUERRA, 2007, p. 10).

Seu período de incubação varia de acordo com a forma de transmissão. Vetorial: 4 a 15 dias; transfusional: 30 a 40 dias; vertical: pode ocorrer em qualquer período da gestação ou durante o parto; oral: 3 a 22 dias; transmissão acidental: até aproximadamente 20 dias (CARVALHO e ARAUJO, 2013).

Clinicamente, a doença de Chagas apresenta duas fases bastante distintas: fase aguda e fase crônica (OMS, 2019). A fase aguda pode se apresentar de forma sintomática ou assintomática. Essa fase inicia-se quando o parasito penetra no vertebrado. A manifestação sintomática inicia de oito a dez dias após a entrada do parasita na corrente sanguínea do indivíduo infectado. Nesta fase, o indivíduo pode apresentar sinais de porta de entrada da infecção, como sinal de Romaña e o Chagoma de inoculação, que são feridas cutâneas onde ocorreu a picada, e um inchaço no olho respectivamente (BERN *et al.,* 2007).

Após o término da fase aguda inicia-se a fase crônica, essa fase é subdividida em crônica assintomática, ou seja, que não apresenta nenhum sintoma e crônica sintomática. A forma assintomática apresenta achados clínicos e laboratoriais, e é a mais frequente forma clínica da tripanossomíase identificada na população das áreas endêmicas e entre doadores de sangue (30% dos pacientes chagásicos que apresentam a forma assintomática irão manifestar alguma das formas crônicas da tripanossomíase após um período de 10 a 20 anos) (BARBOSA, 2009; MEYER *et al.*, 2006).

ISSN 2178-9428

Segundo o Manual de Atendimento a Pacientes com Doença de Chagas, a doença pode afetar todo o aparelho digestivo do indivíduo, podendo ocasionar como megaesôfago, megacólon, e mais raramente megaestômago, megaduodeno, estenose hipertrófica de piloro. Define-se como “megas” as dilatações permanentes e difusas das vísceras ocas, acompanhadas ou não de alongamento da parede, não provocadas por obstrução mecânica. O manual traz que o tratamento do paciente sempre irá depender da situação em que o paciente se encontra, em caso de uma inflamação hipertrófica do TGI (trato gastrointestinal), tornará a absorção de nutrientes mais difíceis, mesmo assim, o nutricionista deve buscar um tipo de alimentação que busque a via mais fisiológica do paciente, com a ajuda de medicamentos para que diminua a inflamação e o paciente consiga se alimentar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a solução definitiva da transmissão vetorial domiciliar da doença de Chagas depende da melhoria das condições de vida de grande parte da população do continente, sobretudo no meio rural, deve-se desenvolver educação em saúde com foco em locais de menor estrutura física, recursos sanitários, baixa rentabilidade, como tentativa de evitar que ocorra o surgimento de novos casos. De posse desses conhecimentos, começaram os avanços nos métodos de prevenção da doença, principalmente no combate aos vetores.

Através deste trabalho foi possível concluir a importância de saber sobre essa doença parasitária, o seu vetor, o processo de contaminação, como podemos evitar, o que causa a saúde do homem. Como o profissional nutricionista pode atuar, antes que haja a contaminação, orientando principalmente na higienização dos alimentos, onde devem ser armazenados, como em armários fechados, e se possível, bem refrigerados, e cozidos. Visto que, grande parte das doenças parasitárias tem alguma ligação com higiene e preparação dos alimentos, tanto com eles, quanto ao local onde são preparados e o modo de manipulação.

E caso ocorra a doença, o nutricionista deve buscar a melhor maneira de como o indivíduo deve se alimentar, dependendo do estado em que se encontra.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. G. N. DOENÇA DE CHAGAS. **Revista Logos**. nº.1, p. 20-36. 2009.

ISSN 2178-9428

BERN, Caryn et al. Evaluation and treatment of Chagas disease in the United States: a systematic review. **Jama**, v. 298, n. 18, p. 2171-2181, 2007.

BOEIRA, Veridiana Lenartovicz et al. Educação em saúde como instrumento de controle de parasitoses intestinais em crianças. **Varia Scientia**, 2010.

BRASIL. Ministério da saúde. **Doença de Chagas: o que é, causas, sintomas, tratamento e prevenção.** Disponível em: http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doenca-de-chagas. Acesso em: 01/09/2019.

CARVALHO, Aline Adne Araújo de. Doença de Chagas e seus vetores sob o olhar de agentes comunitários de saúde da região administrativa de Ceilândia. 2013.

CARVALHO, N. B. *et al*. **Manual de Atendimento a Pacientes com Doença de Chagas**: ATENÇÃO BÁSICA 2014 / 2015. Edição. FACULDADE DE MEDICINA DA USP 2015.

COSTA, Milce et al. Doença de Chagas: Uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres**, v. 2, n. 1, 2013.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Biogeography, origin, and distribution of triatominae domiciliarity in Brazil. **Revista de saúde publica**, v. 14, n. 3, p. 265-299, 1980.

GODOY, I.; MEIRA, D.A. Soro prevalência da infecção chagásica em moradores de municípios da região de Botucatu, Estado de São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, São Paulo.2007.

GUERRA, Rafael BERN, C.; MONTGOMERY, S. P.; HERWALD, B. L.; RASSI, A. J. R.; MARIN-NETO, J. A.; DANTAS, R. O. et al. Evaluation and treatment of Chagas Disease in the United States. **JAMA**, 2007.

MEYER, Isabela Fabiana; KANESHIMA, Edilson Nobuyoshi; DE SOUZA-KANESHIMA, Alice Maria. Alterações no sistema digestivo desencadeadas pelo quadro infeccioso do Trypanosoma Cruzi. **Iniciação Cientifica Cesumar**, v. 8, n. 1, p. 11-23, 2007.

Omran AR. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. **Milbank Mem Fund.** 1971.

SILVA, E. M. et al. Estudo clínico-epidemiológico da doença de Chagas no distrito de Serra Azul, Mateus Leme, centro-oeste do Estado de Minas Gerais. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, n. 2, p. 178-81, 2010.

SILVEIRA, Antonio Carlos. Situação do controle da transmissão vetorial da doença de Chagas nas Américas. **Cadernos de saúde Pública**, v. 16, p. S35-S42, 2000.

Trevisol FS, Trevisol DJ. Parasitoses intestinais em pré-escolares matriculados em creche filantrópica no sul de Santa Catarina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**. 2009.

ISSN 2178-9428

NANOTECNOLOGIA APLICADA À ESTÉTICA: USO EM FOTOPROTEÇÃO

LIMA, Mariana Stefany Zaluski[142]
CUBIÇA, Gabriella Denardi[143]
PATEL, Nilane Françoise[144]

RESUMO: A exposição intensa à radiação ultravioleta confere danos à pele favorecendo o seu envelhecimento, sendo indispensável o uso da fotoproteção. O presente trabalho consiste de uma revisão da literatura com os objetivos de salientar a importância do uso do filtro solar em contato com as radiações, sendo o enfoque principal a utilização da nanotecnologia nos filtros solares. A fotoproteção é a prevenção mais segura e econômica para manter a pele jovem ao longo do tempo, sendo que a utilização das nanopartículas em fotoprotetores trouxe benefícios na eficácia e aparência do produto tornando-se mais agradável aos consumidores.

Palavras-chave: Fotoproteção. Nanotecnologia. Radiação Ultravioleta.

1 INTRODUÇÃO

A estética é um campo em ascensão, onde a busca e a prática de consumo de produtos variados é alta, motivando uma vida melhor e prolongada, com juventude e beleza (LYON & SILVA, 2015).

O envelhecimento da pele ocorre de duas formas, através do envelhecimento intrínseco, trata-se do envelhecimento natural da pele decorrente da influência de genes e hormônios e através do envelhecimento extrínseco relacionado com os agressores ambientais como tabagismo, má nutrição e radiação solar, sendo este uma das preocupações dermatológicas mais comuns. Dos vários agressores ambientais que favorecem o envelhecimento extrínseco, a radiação ultravioleta (UV) é considerada a mais significativa e também a mais estudada (LI, et al, 2019; WANG & LIM, 2016).

Diante dos danos causados com a exposição solar, é indispensável lançar mão de medidas fotoprotetoras, sobretudo com o uso constante dos filtros solares. Visando aumentar a eficácia e a melhora na aparência do produto, as nanopartículas foram

[142] Biomédica, Pós graduanda em saúde estética - Centro Universitário Campo real, Mestranda em nanociências – universidade Estadual do Centro Oeste.
[143] Biomédica, Pós graduanda em saúde estética - Centro Universitário Campo real, Mestranda em nanociências – universidade Estadual do Centro Oeste.
[144] Docente do Centro Universitário Campo Real, Biomédica Esteta, Especialista em Saúde Estética, Mestra e Doutoranda em Ciências Farmacêuticas.

ISSN 2178-9428

empregadas (SHETTY et al, 2015). A utilização da nanotecnologia na fotoproteção é um assunto muito comentado, o debate é entre a segurança dos produtos com o uso da nanotecnologia (WANG & TOOLEY, 2011).

Sendo assim, o presente trabalho possui como objetivos salientar a importância do uso do filtro solar em contato com as radiações, sendo que o enfoque principal é a utilização da nanotecnologia nos filtros solares.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura, utilizando a estratégia de busca das bases, Scielo, Pubmed, Google acadêmico, além de dissertação e livros com conteúdo em questão. Foram selecionados trabalhos que relatam o uso de nanopartículas em fotoproteção e de acordo com sua relevância, publicados nos últimos dez anos As palavras chaves utilizadas foram: “nanotechnology” “photoprotection”, “ultraviolet radiation”.

A radiação ultravioleta Pode ser classificada em UVA (315 – 400 nm), que subdivide-se em UV-A1 (340 a 400 nm) e UV-A2 (315 a 340 nm) UVB (280 – 315 nm) e UVC (200-280 nm). As duas principais radiações de estudo são a UVA e UVB, que atravessam pela camada de ozônio, a radiação UVC possui comprimento de onda curto, com menor probabilidade de penetrar na pele, sendo filtrada pela camada de ozônio (EGAMBARAM, et al, 2020; JOSÉ & NETTO, 2018).

Essas fontes de radiação são absorvidas por variados cromóforos na pele, entre eles, melanina, DNA, RNA, proteínas, entre outros, gerando reações e interações, envolvendo espécies reativas de oxigênio, resultando em danos quando se tem exposição em excesso. (BALOGH, et al, 2011).

A radiação UVA gera dano oxidativo podendo levar ao envelhecimento prematuro da pele e enrugamento excessivo da pele através da ativação das metaloproteinases (MMPs), enzimas que degradam o colágeno. A radiação UVB comparada com a UVA tem capacidade reduzida de penetrar na pele, sendo responsável por uma porção menor do espectro eletromagnético. É responsável pela conversão do ergosterol epidérmico em vitamina D, induz o bronzeamento, na camada

ISSN 2178-9428

da epiderme pode gerar ROS e RNS, levando a uma resposta inflamatória, queimaduras solares e envelhecimento prematuro da pele. A exposição intensa e freqüente pode gerar danos no DNA. (BAILLO&LIMA, 2012).

Os fotodanos como rugas, pigmentação, eritemas, e em alguns casos queimaduras solares, câncer de pele, estão susceptíveis a afetar indivíduos de qualquer raça ou idade, entretanto pessoas com fototipo de pele mais baixo e aquelas que permanecem mais expostas ao sol, estão mais susceptíveis ao fotoenvelhecimento (EGAMBARAM, et al, 2020; WANG & LIM, 2016).

Sendo assim a fotoproteção tem se tornado cada vez mais importante, contendo ingredientes que conseguem absorver ou dispersar a radiação ultravioleta. É importante que não sejam irritantes, não fototóxico, não sensibilizantes e precisam permanecer estável na pele durante a exposição solar (CHEN & WANG, 2016).

A nanociência é a ciência que estuda átomos e moléculas na dimensão de nanômetros (nm), o prefixo “nano” vem do grego que significa “anão”. Trata-se de um bilionésimo do metro (1nm: 10^{-9} metros). A nanotecnologia se preocupa na criação e manipulação de materiais em escala nanométrica, para aplicação nas mais variadas áreas. (ROZ, et al, 2015).

Os filtros solares são divididos em dois grupos filtros químicos ou orgânicos e filtros físicos ou inorgânicos. Os filtros inorgânicos possuem alta capacidade de refletir a luz. Produzem uma barreira em volta da pele, refletindo, absorvendo e dispersando a luz UVA, sobretudo a luz UVB. Também são capazes de absorver radiação, pois são semicondutores, dependendo do tamanho da partícula absorvida a radiação é refletida (Coutinho, 2015; FRIZZO, 2016).

As matérias - primas utilizadas para a fotoproteção fornecem uma melhora na aparência, garantindo sensorial agradável, transparência no produto final e eficiência do produto, dois exemplos de nanopartículas estudadas são o dióxido de titânio (TiO_2) e o óxido de zinco (ZnO). As nanopartículas insolúveis de TiO_2, possui maior eficiência em partículas com tamanho de 60 e 120 nm, quanto a reflexão da radiação UV, possui facilidade em sua dispersão e incorporação. O ZnO possui boa proteção UVA, utilizado em partículas com tamanho entre 30 e 200 nm. (BAILLO&LIMA, 2012).

ISSN 2178-9428

Antes que a matéria prima seja utilizada para a fabricação e dimensão das nanopartículas, os requisitos de segurança devem ser cumpridos. As matérias -primas que serão utilizadas devem ser avaliadas quanto às suas propriedades físicas, químicas e físico-químicas, sendo realizados testes de nanotoxicidade visando a segurança dos colaboradores das indústrias de cosméticos, dos consumidores e meio ambiente (BAILLO&LIMA, 2012).

Através dos sistemas nanoestruturados, dentre eles lipossomas, microesferas poliméricas, ciclodextrinas, nanoesferas é possível assegurar a permanência dos filtros solares na camada córnea com o controle de liberação, sendo mais eficazes, com redução da permeação cutânea e aumento da proteção solar (CHEN & WANG, 2016; LIM, et al, 2017). Em concentrações quando liberadas progressivamente não irá atingir limites tóxicos, permitindo uma distribuição constante às diferentes camadas da pele, consequentemente garantindo maior eficácia com doses menores (BAILLO&LIMA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela pele perfeita é retratada por uma pele jovem e bonita, sem sinais de envelhecimento. A fotoproteção é a prevenção mais segura e econômica para manter aparência jovem da pele ao longo do tempo. A utilização das nanopartículas em fotoprotetores trouxe benefícios com a melhora da aparência do produto, mais transparente, com viscosidade reduzida, melhora na espalhabilidade do produto sobre a pele, com atividade em longo prazo, retidas nas camadas mais externas da pele, com o objetivo de melhorar a eficácia e aparência do produto sendo mais agradável aos consumidores.

4 REFERÊNCIAS

BAILLO, V.P & LIMA, A.C. Nanotecnologia aplicada à fotoproteção. **Rev. Bras. Farm.** 93(3): Pág 271-278. 2012.

BALOGH, T.S. et al. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. **Anais Brasileiros de dermatologia** 86 (4). Pág 732-742. 2011.

CHEN, L.L & WANG, S.Q. (2016). **Nanoscience in Dermatology**, pág 229-236.

ISSN 2178-9428

COUTINHO, C.S.C.; SANTOS, E.P.; MANSUR, C.R.E. Nanosystems in Photoprotection. **Journal of Nanoscience and Nanotechnology**. 15(12), Pág 9679–9688. 2015.

EGAMBARAM, O.P.; PILLAI, S.K.; RAY, S.S. Materials Science Challenges in Skin UV Protection: A Review. **Photochemistry and Photobiology**. 96(4). Pág 779-797. 2020.

FRIZZO, M.S. Encapsulação de nanopartículas de óxido de zinco via polimerização em miniemulsão para aplicação em protetores solares. **Dissertação de pós graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.** Pág 29. 2016.

JOSE, J. & NETTO, G. Role of solid lipid nanoparticles as photoprotective agents in cosmetics. **Journal of Cosmetic Dermatology**. Pág 1-2. 2018.

LIM, H.W.; ARELLANO-MENDOZA, M.-I.; STENGEL, F. Current challenges in photoprotection. **Journal of the American Academy of Dermatology**. 76 (3), S91 – S99. 2017.

LYON, S. & SILVA, R.C. **Dermatologia estética medicina e cirurgia estética.** 2015.

ROZ, A.L.; et al. **Nanoestruturas princípios e aplicações, coleção nanociência e nanotecnologia.** Vol 1. 2015.

SHETTY, P.K. et al. Development and evaluation of sunscreen creams containing morin-encapsulated nanoparticles for enhanced UV radiation protection and antioxidant activity. **International journal of nanomedicine** vol. 10 6477-91. 2015.

LI, Y.; et al. Photoprotection of Cerium Oxide Nanoparticles against UVA radiation-induced Senescence of Human Skin Fibroblasts due to their Antioxidant Properties. **Sci Rep 9**, 2595. 2019.

WANG, S.Q & TOOLEY, I.R. Photoprotection in the Era of Nanotechnology. **Seminars in Cutaneous Medicine and Surgery**. 30 (4), 210–213. 2011.

WANG, S. Q & LIM, H. W. **Principles and Practice of Photoprotection.** 2016.

INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NA DOENÇA DE CROHN: REVISÃO DE LITERATURA

BINDE, Emily de Oliveira[145]
SANTANA, Sanndy Gembro[146]
SCHMITT, Vania[147]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O trabalho teve como objetivo abordar a intervenção nutricional na doença de Crohn revisão da literatura, destacando a alimentação mais adequada para cada fase da doença, para que o portador dessa patologia consiga recuperar ou manter seu estado nutricional. Pode-se concluir que o suporte nutricional é considerado parte integrante do tratamento do paciente e deve ser individualizado às necessidades de cada um.

Palavras-chave: Intervenção Nutricional. Doença inflamatória intestinal. Doença de Crohn.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Associação Brasileira De Colite Ulcerativa e Doença de Crohn, a doença de Crohn é uma doença inflamatória intestinal (DII) que possui um caráter crônico e provoca manifestações na maioria das vezes na região do íleo e do cólon, portadores dessa patologia acabam sofrendo maiores carências nutricionais. Pode-se citar que os principais fatores que desencadeiam essa patologia são: indivíduos geneticamente predispostos, antígenos derivados da microflora e uma resposta imune, no qual poderá ocasionar lesão contínua na mucosa do intestino. Os principais sintomas da doença de Crohn são: febre, diarreia, dores abdominais. A doença também pode ocasionar desconforto abdominal, cansaço, perda relativa do peso e em alguns casos pode ser presenciado sangue nas fezes (SANTOS, 2013).

Durante o tratamento são utilizados anti-inflamatórios e imunomoduladores e em relação a tratamento não farmacológico leva-se em consideração os hábitos alimentares dos pacientes e seus hábitos de vida, assim pode-se considerar que a alimentação é utilizada para restaurar o estado nutricional do paciente. Segundo dados de 2017 apresenta uma prevalência de 73 casos/ 100.000 indivíduos em

[145] Acadêmicas de Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[146] Acadêmicas de Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real
[147] Nutricionista. Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário – Unicentro. Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Portugal, sendo mais comum no sexo feminino (LOPES; MOURA; MACHADO; SILVA 2017).

O trabalho teve como objetivo apresentar a intervenção nutricional na doença de Crohn, deixar em evidência que a reeducação alimentar é de extrema importância para que possa informar o paciente sobre os alimentos que devem consumir, a maneira na qual devem evitar o consumo de outros para que aconteça a recuperação ou manutenção do estado nutricional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, por levantamento de fontes secundárias. A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Scielo, Pubmed e Google Acadêmico, sendo selecionados artigos publicados a partir de 2016. A pesquisa foi realizada no período de julho a setembro de 2020.

2.2 RESULTADOS

Os fatores de risco que mais se relacionam com a doença são a alimentação, tabagismo, utilização prolongada de AINE´s, (anti inflamatórios esteróides) infeções intestinais e o uso de contraceptivos orais. No que tange a alimentação, existem alguns produtos alimentares que poderão conduzir a uma eventual inflamação intestinal. Os mecanismos, que estão envolvidos são o efeito antigénico direto, alteração na expressão dos genes, modulação dos mediadores inflamatórios, alterações na composição da flora entérica ou alterações na permeabilidade do intestino (HOU; ABRAHAM; EL-SERAG, 2011).

Os sintomas são de forte impacto para vida social e envolvem principalmente medo e ansiedade relacionados ao ato de se alimentar. As experiências com dor, inchaço, náuseas, sangramentos, diarreia, comprometem a alimentação e consequentemente o estado nutricional do paciente.

ISSN 2178-9428

No estágio agudo da doença a dieta não pode ter um impacto negativo nos sintomas da doença, para isso é necessário um plano alimentar calculado de acordo com a individualidade do paciente. As orientações são retirar os principais alimentos que podem causar intolerância ao paciente, alguns deles são: Leite e derivados, trigo, alimentos que rico em fibras fermentáveis. As exclusões destes alimentos diminuem a ocorrência de diarreias, flatulência e estenose intestinal.

Para fases de remissão da doença deve ser ofertada uma dieta mais liberal possível, sem submeter o paciente a restrições alimentares, esta dieta deve ser equilibrada, as calorias devem ser calculas de acordo com o estado nutricional do paciente.

Pode ser incluída gradativamente a lactose para aqueles que não possuem intolerâncias, assim como as fibras, principalmente insolúveis. A ingestão de lácteos deve se iniciar pelos derivados do leite, estes apresentam menos lactose. Novas técnicas de tratamento nutricional estão sendo abordadas e englobam o uso de ácidos graxos ricos em ω-3, como o óleo de peixe, e vem apresentado resultados benéficos em pacientes com esta enfermidade, quando se trata de atividade leve e moderada. Outra possibilidade é a utilização de probióticos no prolongamento de tempo de remissão (FLORA; DICHI, 2006). Estes são pacientes que podem, ainda, necessitar de receber suplementos de zinco, magnésio e vitamina B12, para contornar os efeitos resultantes da diarreia aguda e persistente e da má absorção (FRANCES; MONAHAN; SHARON, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa, conclui-se que a intervenção nutricional tem como objetivo recuperar e manter o estado nutricional, aumentar o tempo de remissão da doença, reduzir complicações e a indicação de cirurgias e reduzir complicações pós operatórias. Fazendo uso de dietas que diminuam a atividade da doença assim como aplicar a dietoterapia mais adequada para a o grau de atividade da doença.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

FLORA, A. P. L.; DICHI, I. Aspectos atuais na terapia nutricional da doença inflamatória intestinal. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v.21, n.2, p.131-137, 2006.

FRANCES, D.; MONAHAN, F.; SHARON, A. Problemas do intestino. In: MONAHAN, F.; SANDS, J. K.; NEIGHBORS, M.; MAREK, J. F.; GREEN, C. J**. Enfermagem médico cirúrgica: perspectivas de saúde e doença**. 8 ed. Loures, Portugal: Lusodidacta, 2010. p. 1284-1291.

HOU, J. K.; ABRAHAM, B.; EL-SERAG, H. Dietary intake and risk of developing inflammatory bowel disease: a systematic review of the literature**. American Journal Gastroenterology,** v. 106, n. 4, p. 563-573, 2011. Dísponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21468064/>. Acesso em: 16 ago.2020.

LOPES, A. M. et al. 2017. Calidad de vida de pacientes con enfermedad de Crohn. **Enfermería Global.** v. 16, n. 3 (jun.2017), 321368. DOI: https://doi.org/10.6018/eglobal.16.3.266341. Dísponível em: <http://revistas.um.es/eglobal/article/view/266341>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PASSONI, C.M.S.; PAGANOTTO, M.; RODRIGUES, C. S. Aspectos nutricionais na doença de Crohn. **Caderno da escola de saúde**, numero 1 – julho de 2008.

SANTOS, Sandra Margarida Rodrigues. **Doença de Crohn: Etiopatogenia, aspetos clínicos, diagnóstico e tratamento.** 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, Faculdade Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Cidade do Porto, 2013. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4100/1/TESE%20MESTRADO%20SANDRA%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ISSN 2178-9428

O SILENCIAMENTO FEMININO DENTRO DE UMA ESFERA DE PODER PATRIARCAL

KAMINSKI, Kamila Dib[148]
ABREU, Ana Claudia da Silva[149]

RESUMO: O presente resumo pretende demonstrar como as mulheres são caladas nas estruturas de poder mediante análise da série “The Morning Show”, a qual traz o tema da influência do poder masculino nas relações de trabalho e evidencia uma cultura de silenciamento em favor da perpetuação do poder nas mãos dos homens. Através de uma metodologia de revisão de literatura, essa pesquisa pretende examinar a influência do patriarcado em relações de poder que envolvem homens e mulheres, com o objetivo de apontar como o mesmo atua de forma a eclipsar e reprimir a voz e atuação das mulheres, com foco, no caso analisado, para o âmbito profissional.

Palavras-chave: Poder. Patriarcado. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A cultura patriarcal exerce sua influência silenciadora sob as mulheres em diversos âmbitos. O ambiente de trabalho onde são praticados esses padrões negativos de comportamento machista têm na relação de poder desigual e desrespeitosa o seu principal motor, agindo de modo a impedir a obtenção e exercício de direitos por parte das mulheres. Um exemplo disso é a diferença salarial observada entre ambos.

Compreender e decodificar as maneiras através das quais esse comportamento se mostra é essencial para seu desmantelamento. Promover ações de combate aos mais sutis comportamentos predatórios é um passo inicial para que todo o sistema patriarcal possa se desconstruir, em prol de uma vivência onde mulheres não sejam submetidas a condições inferiores de salário e posições. As leituras realizadas expõem esse sistema através de conceitos e dados; informações capazes de elucidar a problemática proposta.

2 DESENVOLVIMENTO

[148] Direito, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[149] Professora de Direito Penal do Centro Universitário Campo Real, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná

ISSN 2178-9428

Não é necessário possuir conhecimento acadêmico ou uma vasta leitura sobre o assunto para se dar conta da influência do patriarcado em todas as relações interpessoais que envolvem homens e mulheres. Independe, também, do viés sociológico ou político que se adote; a opressão de gênero pode ser visualizada em âmbito familiar, político e profissional. Esta cultura vem sendo perpetuada ao longo de séculos e culmina em uma enorme discrepância na aplicabilidade e materialidade dos direitos das mulheres, que têm como uma de suas bases principiológicas a igualdade.

Com foco sobre o mercado de trabalho, análises quantitativas demonstram que mulheres ganham menos que os homens em diferentes áreas e idades. Dados do IBGE de 2018 demonstram que “o rendimento médio das mulheres ocupadas com (sic) entre 25 e 49 anos de idade (R$ 2.050) equivalia a 79,5% do recebido pelos homens (R$ 2.579) nesse mesmo grupo etário” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE). Ainda, a pesquisa trouxe dados que evidenciam uma diferença entre o valor médio de horas trabalhadas: mulheres ganharam o equivalente a 91,5% da hora trabalhada pelos homens. Considerando uma análise racial, a diferença salarial é ainda maior. Enquanto mulheres brancas ocupadas tiveram uma proporção de 76,2% em relação aos seus rendimentos e os dos homens ocupados, a razão entre mulher e homem de cor preta ou parda foi de 80,1%.

Esses e tantos outros dados evidenciam a presença do patriarcado nas relações profissionais. Nas palavras de Marcia Tiburi (2018), o patriarcado “representa a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando outros a se submeterem ao grande favorecido que ele é, sob pena de violência e morte”. É um sistema de privilégios que condiciona a mulher a uma posição de inferioridade e pressupõe normalidade.

A força física e a coação, porém, não andam sempre juntas com o poder que constitui e faz parte do sistema patriarcal. Fato é que são esses os casos que prendem nosso olhar e preocupação. É quando o ápice da violência e do abuso aparece que se toma consciência da cultura existente. A chegada ao ápice, contudo, pressupõe um caminho longo de escuridão e silêncio. Mulheres percorrem esse caminho sozinhas, em posição de submissão, tomadas pelo medo e pela vergonha, muitas vezes levando a culpa pelo comportamento predatório que alimenta essa cultura há séculos. Movimentos como o ‘me too’ dão voz e coragem a essas mulheres, e se não garantem a vitória da revolução, permitem pelo menos que ela se inicie.

ISSN 2178-9428

2.1 O MOVIMENTO

O movimento #MeToo teve início em 2006, quando foi usado nas redes sociais pela primeira vez pela ativista norte-americana Tarana Burke, de acordo com o portal BBC News. Seu ápice, contudo, se deu em 2017, quando se tornou viral após as acusações de assédio de várias mulheres dentro da indústria do cinema contra o diretor hollywoodiano Harvey Weinstein. Dentre celebridades e assistentes, mais de 80 mulheres falaram publicamente sobre a conduta de Weinstein. O jornal The New York Times e a revista The New Yorker publicaram reportagens que relataram as versões de várias mulheres a respeito dos assédios por parte do produtor. Em matéria sobre o assunto, a BBC relata que “entre as acusações, as mulheres alegaram que Weinstein obrigava as mulheres a massageá-lo e a vê-lo nu” (BBC, 2020) bem como a promessa de alavancar suas carreiras em troca de “favores sexuais”. Em 2020, Weinstein foi condenado a 23 anos de prisão por estupro em terceiro grau e por ato sexual criminoso em terceiro grau, por um juiz de Nova York, e segue sendo processado em Los Angeles por crimes sexuais supostamente cometidos em 2013, de acordo com matéria da BBC News.

Movimentos como esse e, principalmente, sua veiculação nas grandes mídias trazem foco para os casos de assédio que até então eram desconhecidos e numerosos, mas que devido ocorrerem por debaixo dos panos, eram vistos como inexistentes. O cargo de altíssimo poder exercido por Weinstein, juntamente aos costumes patriarcais existentes, legitimaram tanto os assédios quanto o seu silenciamento. A cultura existente não protagoniza a mulher como sujeito com voz ativa e constantemente invalida suas opiniões, dando menos importância ainda quando ela é vítima.

A série televisiva “The Morning Show”, veiculada pela Apple TV, ficcionou a história do movimento #MeToo em um cenário de um programa matinal assistido por milhares de americanos, tendo como apresentadores Alex Levy (Jennifer Aniston) e Mitch Kessler (Steve Carell). Mitch, carismático, poderoso e milionário, conhecedor da influência que possuía sobre as mulheres de sua produção, exercia seu carisma sobre as mesmas e até mesmo sua parceira, Alex, e, como demonstrado na série, praticou uma série de abusos. Da mesma forma velada em que os abusos ocorriam,

ISSN 2178-9428

era também tratado dessa forma o assunto, em um ambiente em que todos tinham conhecimento, mas nenhuma coragem de falar.

Ao desenvolver da série, a bolha de Mitch estoura e é revelado para o público o que ocorria nos corredores e salas da produtora. Aos poucos, mulheres começam a falar e tem-se conhecimento de que não somente o charmoso apresentador de TV é responsável pelos assédios e abusos sexuais, mas também seus colegas e chefes. A cultura patriarcal abusiva fica em evidência e a dimensão do problema vem à tona.

O que a ficção se propõe a mostrar é uma parcela da realidade, um mundo hipotético que elucida as possibilidades e potências humanas. A série claramente faz referência direta ao movimento e indireta às celebridades envolvidas, e busca demonstrar um mundo aparentemente distante do ordinário, mas que, bastando a existência de seus elementos principais para ocorrer, está mais próximo do que se imagina. A naturalização dessas práticas permite que se perpetuem.

Tais elementos se baseiam em toda a já demonstrada cultura patriarcal, o silenciamento, o poder. A influência masculina opressora sobre a mulher que perdura há séculos e inibe toda a capacidade criativa e conquistadora. O empoderamento, enquanto ferramenta que se propõe a reestruturar a ordem de poder vigente que recai sobre a mulher, torna-se essencial na luta política pelo fim das opressões. Joice Berth (2019, p.23) diz que pensar no empoderamento não significa uma inversão dos polos de opressão, mas sim em uma postura de enfrentamento para que se eliminem as injustiças, aplicando ao mesmo conceito as noções de coletividade e de elemento informativo. A autora ainda elucida que:

> Empoderar (...) é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história. (2019, p. 23)

Virginia Woolf (2014), dentro de seu contexto literário e histórico, atribuiu vários fatores para que a mulher tenha independência: um teto todo seu e dinheiro, acompanhados de tempo e o reconhecimento de seu trabalho. À atualidade cabe ainda adicionar: voz. A luta pela igualdade não se dará dentro do molde atual do patriarcado. O combate à violência e ao assédio não obterá êxito enquanto comportamentos velados de abuso ocorrerem e forem aceitos como normais. A

ISSN 2178-9428

denúncia é o segundo passo. O primeiro é elaborar um terreno seguro, justo e honesto que a possibilite.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura patriarcal estabelecida em todos os âmbitos sociais pode ser percebida de formas variadas; umas mais explícitas, outras nem tanto. Todas as suas nuances, porém, demonstram um sistema que silencia e impede mulheres de alcançarem posições, realizarem seus trabalhos e de forma geral exercerem sua subjetividade de forma plena e com respeito. Dessa forma é que são mantidos os privilégios masculinos.

Pensar sobre as opressões e sobre as injustiças de um sistema patriarcal é, consequentemente, refletir sobre seus aspectos motivadores. Um panorama que fornece informações basais viabiliza que se estruturem políticas de mudança em prol de uma nova cultura que oportunize à mulher condições justas de vida e trabalho dignos.

4 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>. Acesos em: 18 de jun. 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

BBC NEWS. **Harvey Weinstein é condenado a 23 anos de prisão; entenda o caso em 7 questões.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51553491>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ISSN 2178-9428

A REPRESENTAÇÃO NO CRIME DE ESTELIONATO CONFORME O PACOTE ANTICRIME

KAMINSKI, Kamila Dib[150]
PLATZGUMER, Vinícius[151]

RESUMO: O presente resumo expandido tem como objeto de pesquisa uma breve elucidação a respeito das modificações legislativas trazidas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), com foco na alteração do tipo de ação penal referente ao crime de estelionato; de ação penal pública incondicionada a condicionada a representação. Através de uma metodologia de revisão de literatura, o método utilizado foi o qualitativo mediante análise de artigos que trazem diferentes visões a respeito da aplicabilidade desta modificação legislativa, levando em conta seus efeitos teóricos e principalmente práticos.

Palavras-chave: Estelionato. Representação. Legislação.

1 INTRODUÇÃO

O advento do chamado Pacote Anticrime trouxe diversas alterações ao regimento penal e processual em uma tentativa de combater a corrupção e ao crime de forma ampla. No escopo destas alterações encontra-se a nova definição de ação penal para o crime de estelionato, agora de ação penal pública condicionada a representação.

A representação reflete a delegação de interesse na persecução penal para a vítima, que tem a liberalidade sobre decidir a respeito da continuidade das investigações. Os efeitos dessa liberalidade influem em muito o aspecto processual e procedimental de crimes de estelionato, tanto os que estão em andamento como os que futuramente serão objeto de investigação policial. As pesquisas realizadas expõem diversos pontos de especialistas e juristas a respeito dos efeitos práticos desta modificação.

2 DESENVOLVIMENTO

O crime de estelionato, previsto no Código Penal Brasileiro através do artigo 171, é redigido como a obtenção para si ou para outrem, de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil,

[150]Direito, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[151] Professor de Direito Processual Penal no Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

ou qualquer outro meio fraudulento (BRASIL, 1940). Em termos processuais, até 2019, o referido crime imprescindia de representação criminal para o oferecimento da denúncia, sendo classificado como de ação penal pública incondicionada.

Com o advento do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), definido por Benigno Núñes Novo (2020) como "um conjunto de alterações na legislação brasileira que visa a aumentar a eficácia no combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção", diversos pontos foram alterados tanto na legislação penal, quanto na processual.

Dentre as mudanças legislativas trazidas pela lei, a representação no crime de estelionato foi uma delas. A representação, elemento necessário ao prosseguimento da ação penal pública condicionada é definida por Renato Brasileiro de Lima (2019, p. 262) como "a manifestação do ofendido ou de seu representante legal no sentido de que possui interesse na persecução penal do autor do fato delituoso". Ainda, de acordo com o autor, essa delegação de interesse é convencionada à vítima com a intenção legislativa de "evitar a produção de novos danos em seu patrimônio moral, social e psicológico", já que novas circunstâncias, por vezes mais gravosas que a inicial, podem advir mediante o prosseguimento investigativo. Em termos procedimentais, em respeito ao artigo 38 do CPP, a representação possui prazo decadencial de 6 (seis) meses a partir do conhecimento da autoria delituosa por parte do ofendido.

A respeito do crime de estelionato, tipo penal integrante do título que versa sobre os crimes contra o patrimônio, a necessidade de representação altera significativamente a procedimentalização do processo investigativo, já que a mesma obsta a continuidade da ação penal, e assim sendo, constitui benefício para o ofensor. Essa alteração não acolhe, porém, a situação em que a vítima for a Administração Pública, direta ou indireta, criança ou adolescente, pessoa com deficiência mental ou maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz, já que nestes casos, a ação será pública incondicionada, conforme elucidam Marcelo Geraldo Lemos e Marcelo Geraldo Lemos Filho (2020).

Nestes termos, aplica-se o que dispõe o artigo 5º da Constituição Federal em seu inciso XL: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". Este aspecto presente na modificação legislativa aqui tratada significa o efeito *ex tunc* da referida lei, retroagindo para crimes anteriores a sua vigência de forma a aplicar o direito

ISSN 2178-9428

constitucional que ampara o réu. A respeito de sua natureza ser de caráter genuinamente processual ou processual material, Marcelo Geraldo Lemos e Marcelo Geraldo Lemos Filho (2020) acreditam ser verdadeiro o último caso, explicitando o caráter penal material da norma, já que, de acordo com os autores:

> além de possuir dupla previsão (CPP e Código Penal), constitui uma condição específica de procedibilidade, sendo certo que, sem ela, sequer se pode iniciar um inquérito (artigo 5º, §4º do CPP). Não bastasse isso, se não exercida no prazo estabelecido no artigo 38 do CPP, decaíra o direito de representação, ocasionado a extinção da punibilidade (artigo 107, IV do Código Penal). (LEMOS; FILHO, 2020)

Para Filipe Magliarelli e Victor Campos Fanti (2020), a retroatividade, neste caso, não é absoluta. De forma a não desperdiçar a atividade processual já desenvolvida, os autores elucidam:

> para evitar uma desconexão ou desorientação do processo quando uma lei modificadora passa a exigir certa formalidade, como a representação, antes não exigida, deverá ser utilizado um sistema que leve em consideração as fases processuais postulatória e instrutória. (MAGLIARELLI; FANTI, 2020)

Ainda, de acordo com os autores, prevalece a fase instrutória iniciada antes da vigência da lei até a sentença. Quanto aos inquéritos policias, segue-se o disposto pela nova lei. Para Lucas Neuhauser Magalhães (2020), a representação, em caso de delito em processamento, é condição de prosseguibilidade, devendo as vítimas serem intimadas para se manifestarem a respeito do seu desejo de representar.

Autoridades e especialistas divergem opiniões a respeito da aplicabilidade dessa alteração. Alguns consideram como uma forma de desafogamento processual, já que, por muitas vezes, leva-se ao âmbito jurídico situações contrárias a esse propósito, e sendo o estelionato um crime complexo, essa condição de procedibilidade funcionaria como uma barreira. Por outro lado, especialistas afirmam que essa barreira procedimental dificultaria a ação policial no combate ao crime de estelionato. Nas palavras do criminalista Wellington Arruda (2020):

> A polícia não poderá investigar delitos de estelionato sem que haja a formal representação da vítima, exatamente como ocorre hoje com delitos de injúria, por exemplo. Polícias judiciárias do Brasil inteiro investigam inúmeros casos de estelionato, que é um crime ardil, complexo e em muitos casos, inclusive, a vítima sequer sabe que foi vítima. Considerando que em várias situações a vítima não sabe nem que foi vítima, como esperar que esta represente formalmente pela investigação? (ARRUDA apud SANTOS, 2020)

ISSN 2178-9428

Os efeitos práticos dessa modificação legislativa ainda hão de ser estudados, já que é recente sua incorporação ao aparato jurídico. No Brasil, o crime de estelionato tem se tornado cada vez mais recorrente, inclusive e principalmente via internet. São conhecidos pelas autoridades os golpes “do leilão”, do cartão clonado, do WhatsApp e tantos outros que fazem vítimas diariamente. A preocupação legislativa é processual, mas deve ser, sobretudo, material.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deliberalidade quanto à decisão a respeito da continuidade das investigações de um crime complexo como o estelionato por certo trará diversos encalços quanto da persecução penal do crime. Os motivos que levaram à adição do parágrafo 5º ao artigo 171 são contestáveis. Os efeitos processuais dizem respeito a uma significativa diminuição de denúncias, aspecto positivo para o réu. Por outro lado, como já previamente exposto, a complexidade do crime unida a esta condição pode levar a um aumento da impunidade, indo de encontro aos aspectos motivadores da Lei que a instituiu.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

NOVO, Benigno Núñez. **As mudanças na legislação penal e processual penal com o pacote anticrime.** 2020. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11475/As-mudancas-na-legislacao-penal-e-processual-penal-com-o-pacote-anticrime>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

DE LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal: volume único.** 7.ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

LEMOS, Marcelo Geraldo; FILHO, Marcelo Geraldo Lemos. **Alteração da ação penal do crime de estelionato e seus reflexos na prática forense.** 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81455/alteracao-da-acao-penal-do-crime-de-estelionato-e-seus-reflexos-na-pratica-forense>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

ISSN 2178-9428

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em> 08 de jul. de 2020.

MAGLIARELLI, Filipe; FANTI, Victor Campos. **O direito de representação do estelionato na lei anticrime e as consequencias práticas para os ofendidos.** 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/319326/o-direito-de-representacao-do-estelionato-na-lei-anticrime-e-as-consequencias-praticas-para-os-ofendidos>. Acesso em: 058 de jul. de 2020.

MAGALHÃES, Lucas Neuhauser. **A alteração promovida pelo "pacote anticrime" na ação penal por estelionato.** 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-08/lucas-magalhaes-alteracao-promovida-pacote-anticrime-referente-crime-estelionato#author>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

SANTOS, Rafa. **"Lei anticrime" torna estelionato crime de ação condicionada e divide opiniões.** 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-02/lei-anticrime-torna-estelionato-crime-acao-condicionada?fbclid=IwAR0CKPyoo5rnLD1DJE59LNSGqhQOGgvXmbHXJgr-8xGjTyJapAO8GeQaO-M>. Acesso em: 08 de jul. de 2020.

ISSN 2178-9428

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E JUSTIÇA RESTAURATIVA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

KAMINSKI, Kamila Dib[152]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[153]

RESUMO: O objeto de pesquisa desse resumo, fruto do grupo de estudos Jr Lab, aborda conceitos de violência de gênero, considerando a Justiça Restaurativa como um modelo de aplicação efetiva de resolução de conflitos, trazendo os interesses de vítima e ofensor em pé de igualdade na busca pela tutela de seus direitos. Mediante uma metodologia de revisão de literatura, aborda dados e posições de estudiosos envolvidos com a temática, comprometidos com uma busca por um modelo de justiça que atenda às demandas sociais que a matéria suscita.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Justiça Restaurativa.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é tema de muitas pesquisas diante de sua ampla ocorrência e consequente necessidade de erradicação. A solução penal e processual tradicional aplicada não apresenta respostas eficazes em se tratando da compreensão do delito por parte do ofensor, bem como da não culpabilização da vítima quanto ao ocorrido.

A Justiça Restaurativa, mecanismo entendido por alguns como alternativa, por outros como paralela à jurisdição convencional, se mostra como uma resposta capaz de atingir os objetivos de todas as partes envolvidas no conflito. Esse resumo se propõe, mediante revisão bibliográfica, a uma breve elucidação a respeito dos conceitos que envolvem as temáticas, dados e teorias de especialistas.

2 DESENVOLVIMENTO

Os conceitos e percepções que envolvem a temática de gênero já foram amplamente estudados por aqueles que se propõem a determinar os impactos que essa dualidade apresenta. Para além de uma noção definidora, a partir de uma revisão bibliográfica, esse resumo elucida sobre as problemáticas de gênero e a violência a

[152] Direito, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[153] Professora do Centro Universitário Campo Real, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ISSN 2178-9428

ele atrelada, buscando encontrar na Justiça Restaurativa uma resposta satisfatória às diversas camadas que a questão suscita.

A violência contra a mulher possui conotação histórica e diversa conforme recortes de espaço e tempo, estando amplamente ligada à dominação masculina responsável por perpetuar a subjugação feminina. A cultura patriarcal apresenta respaldo a esse comportamento, demonstrando conivência com as atitudes que naturalizam a violência de gênero e a visão da mulher como inferior. Pierre Bourdieu (1998), ao tratar sobre o assunto, elucida:

> A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. (BOURDIEU, 1998, p. 24)

Bourdieu (1998) ainda complementa evidenciando situações e atividades consideradas inerentes a cada um dos sexos, como a divisão sexual do trabalho e a estrutura do espaço, onde se considera “o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens; e a casa, reservada às mulheres” (1998, p. 24). Tais conceituações históricas e culturais sobre qual é (ou deve ser) considerado o lugar da mulher é fator que motiva a violência de gênero quando as noções do dever-ser são rompidas.

Em âmbito doméstico, essa violência tornou-se objeto de preocupação legislativa e maior atenção foi atribuída aos direitos das mulheres conforme se deu a transição do assunto do privado para o público, conforme elucidam Simões e Aquino (2013). De acordo com as autoras, o avanço da criação de leis e tratados sobre direitos humanos foi de grande importância no desenvolvimento de leis que atribuem como fundamental a erradicação da violência de gênero.

Ainda de acordo com as autoras, é nesse momento que “a violência praticada contra a mulher é reconhecida, ao menos substancialmente, como manifesta violação aos direitos humanos” (SIMÕES; AQUINO, 2013). No Brasil, diversas foram as atribuições legislativas conferidas a proteger os direitos das mulheres, considerando que o princípio constitucional da igualdade se apresenta insuficiente frente à realidade da violência de gênero.

A adoção de diversos tratados internacionais e a promulgação de leis nacionais, tais como a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e a Lei Maria da Penha

ISSN 2178-9428

(Lei 11.340/06) são exemplos jurídicos desse combate. Esta última traz em seu artigo 2º que "toda mulher [...] goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana" (BRASIL, 2006), atribuindo ao poder público o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem o resguardo a esses direitos, como previsto no artigo 3º da referida lei.

A judicialização e atribuição ao Estado da problemática da violência doméstica e de gênero é assunto de crítica por parte daqueles que acreditam em uma alternativa ao atual sistema criminal retributivo. Para Bazo e de Paulo (2015),

> Violência de gênero se trata, primeiramente, de um problema de saúde pública, não cabendo ao Estado - o qual reproduz a violência estrutural das relações sociais patriarcais (sistema de violência institucional) - substituir a opressão historicamente reputada ao homem. (BAZO; DE PAULO,2015)

De acordo com os autores, "o discurso jurídico [...] é incapaz de resolver a raiz dos conflitos intersubjetivos", considerando a dogmática penal e a retórica penal como alijada da realidade (BAZO; DE PAULO, 2015).

Diante de uma realidade penal e jurídica que não se mostra suficiente frente à gravidade da problemática apresentada, a justiça restaurativa surge como uma opção capaz de oferecer respostas satisfatórias. Considerada por muitos como uma alternativa ao sistema judiciário tradicional, a justiça restaurativa baseia-se em alocar os sujeitos de um conflito como centrais e com participação ativa na tentativa de resolvê-lo. Podendo contar com a participação da comunidade e pressupondo a vontade dos envolvidos como obstativa a sua realização, a JR pretende atribuir sentido ao ocorrido por parte do autor, buscando seu entendimento, e ao dar voz para as vítimas, retirar delas o sentimento vitimizador que o conflito pode causar. Nas palavras de Bazo e de Paulo (2015), a Justiça Restaurativa

> tem por objetivo primordial a restauração das relações sociais conflitivas, por meio da responsabilização dos envolvidos e reparação dos danos ocorridos em uma determinada relação segundo uma ética comunitária e emancipatória, promovendo uma cultura de paz. (BAZO; DE PAULO, 2015)

Bazo e de Paulo (2015) ainda afirmam que "a Justiça Restaurativa idealiza uma mudança do paradigma de confrontação Estado-delinquente para a tríade infrator-vítima-comunidade" e "permite aos indivíduos empoderarem-se concretamente de seus conflitos e tornarem-se os sujeitos principais na busca da solução dos mesmos" (BAZO; DE PAULO, 2015). Para Santana e Piedade (2018), a Justiça Restaurativa não deve ser considerada como uma alternativa, mas como uma

ISSN 2178-9428

forma de solução paralela, que deve caminhar junto à justiça tradicional, já que "depende fundamentalmente da admissão pelo transgressor quanto à verdade dos fatos, bem como da concordância de todos os interessados na solução do problema" (SANTANA; PIEDADE, 2018).

As práticas restaurativas, regulamentadas pela Resolução Nº 225 do CNJ, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, apresentam possibilidades satisfatórias de aplicabilidade em conflitos de violência doméstica e de gênero. Simões e Aquino (2013) mencionam que a força restaurativa não reside unicamente no acordo proposto e discutido durante os encontros, mas também na compreensão por parte dos envolvidos sobre seu papel nas relações que participam e como as consequências dos seus atos podem afetá-las.

Enquanto modelo que se propõe a alterar significativamente os moldes de como a justiça em sentido amplo é concebida, a Justiça Restaurativa é ambiciosa e ainda encontra resistências por parte daqueles que não veem no diálogo e na comunicação não-violenta uma solução na resposta à criminalidade. Pensar pelo viés solucionador da Justiça Restaurativa pode não ser o mais viável quando se pretende abranger seus aspectos e torná-la conhecida; reconhecer, por outro lado, a dimensão falha, e por sua vez, não solucionadora da justiça tradicional talvez seja uma abordagem mais eficaz.

A solução de conflitos abrange a violência doméstica e de gênero independente de sua tipificação legal. Teorias feministas juntam-se ao apelo pelo fim da violência e morte de mulheres simplesmente motivadas por serem mulheres, entendendo que o sujeito mulher abrange conceitos amplos e diversos. Conforme elucidam Daly e Stubbs (2006), a Justiça Restaurativa não pode ser prescrita ou adotada como uma fórmula. As necessidades dos sujeitos, da comunidade e da justiça tradicional em geral devem ser adaptadas para que essas práticas possam atingir seus objetivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de seu papel por parte daqueles que fazem parte de um conflito é ferramenta fundamental para que o processo de restauração e atendimento

ISSN 2178-9428

jurisdicional eficaz seja comprovado. A violência de gênero possui características específicas que a naturalizam e a configuram como uma ocorrência social e penal que necessita de alternativas à sua forma de combate. Através de seus encontros e se pautando em um objetivo final, a Justiça Restaurativa se apresenta como uma esperançosa resposta.

4 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SIMÕES, A. P. A.; AQUINO, Q. B. . JUSTIÇA RESTAURATIVA E GÊNERO: POR UMA CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA QUE DESARTICULE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO. In: **I Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa e I Mostra de Trabalhos Científicos**, 2013, Santa Cruz do Sul - RS. Anais do I Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa e I Mostra de Trabalhos Científicos. Curitiba: Multideia, 2013. v. 1. Disponível em: </ https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao_e_jr/article/view/10922>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BAZO, A. L.; PAULO, A. R. . Da Aplicabilidade da Justiça Restaurativa à Violência Moral em Função do Gênero**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir.**/UFRGS, v. 10, p. 190-209, 2015. Disponível em: </ https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/54381>. Acesso em: 22 set. 2020.

SANTANA, S.P.; PIEDADE, F.O.. A Justiça Restaurativa como Política Pública de Prevenção à Violência de Gênero. In: **Marli M. Moraes da Costa; André Viana Custódio. (Org.). Direito & Políticas Públicas XII.** 12. ed. Curitiba: Multideia, 2018, v. 12, p. 125-144. Disponível em: </ http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378123_ARQUIVO_FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos‑normativos?documento=2289>. Acesso em: 16 set. 2020.

STUBBS, Julie; DALY, Kathleen. Feminist engagement with restorative justice. **Theoretical Criminology, SAGE Publications.** Vol. 10(1): 9-28. Australia, 2006. Disponível em: </https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1362480606059980>. Acesso em: 18 set. 2020.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

PERCEPÇÃO DE ALUNOS PRESENCIAIS A RESPEITO DE SEU DESEMPENHO E APRENDIZAGEM EM ENSINO REMOTO MEDIADO POR TECNOLOGIA

DALLA ROSA, Luiz Vergilio[154]

RESUMO: Tem por objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa amostral em grupo de alunos do ensino superior, matriculados entre o 1º e 6º períodos, sobre suas percepções de desempenho e aprendizagem durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia (COVID-19) e adoção do ensino remoto mediado por tecnologia.

Palavras-chave: Ensino remoto mediado por tecnologia. Pandemia. Desempenho e aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O estado de pandemia mundial, reconhecido oficialmente pelo estado brasileiro pela Lei 13.979, de 6.02.2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, repercutiu diretamente nas estratégicas didático-pedagógicas das Instituições de Ensino Superior. O ensino remoto mediado por tecnologia - ERMT (NASCIMENTO, 2018) foi adotado como alternativa para o impedimento das aulas presenciais e, nesse período, uma série de ferramentas tecnológicas passaram a fazer parte do arsenal pedagógico dos professores.

Decorridos seis meses de oferta e execução do ERMT este estudo se propõe a analisar, num contexto específico e em amostra controlada, a percepção dos alunos em relação ao seu desempenho e aprendizado neste período e com os recursos mediadores utilizados (GOODMAN, 2018).

Para tanto, foi aplicado um questionário de respostas múltiplas e assertivas, sem identificação e com participação voluntária, com o objetivo de coletar respostas indicando os pontos que dificultaram e facilitaram o aprendizado, qual o modelo de aula (síncrona ou assíncrona) mais eficiente, o mecanismo de avaliação que repercutiu melhor no desempenho (avaliação semanal ou periódica - bimestral ou

[154] Acadêmico de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real. Doutor em Direito do Estado pela UFPR (2001), Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela UFSC (2000), Especialista em Teoria da Argumentação pela UFSC (1999). Professor Adjunto da UNICENTRO.

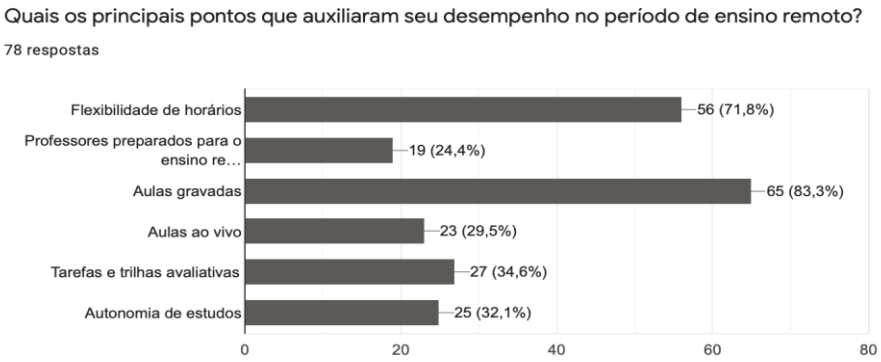
ISSN 2178-9428

semestral) e a percepção subjetiva do aluno sobre o seu desempenho comparativo entre o período de ensino presencial e remoto (GRZYCH, 2020).

Foram 78 respostas, de acadêmicos matriculados entre o 1º e o 6º períodos de cursos superiores, de instituição pública e privada, que geraram tabulação própria e que seguem em análise pontual.

2 DESENVOLVIMENTO

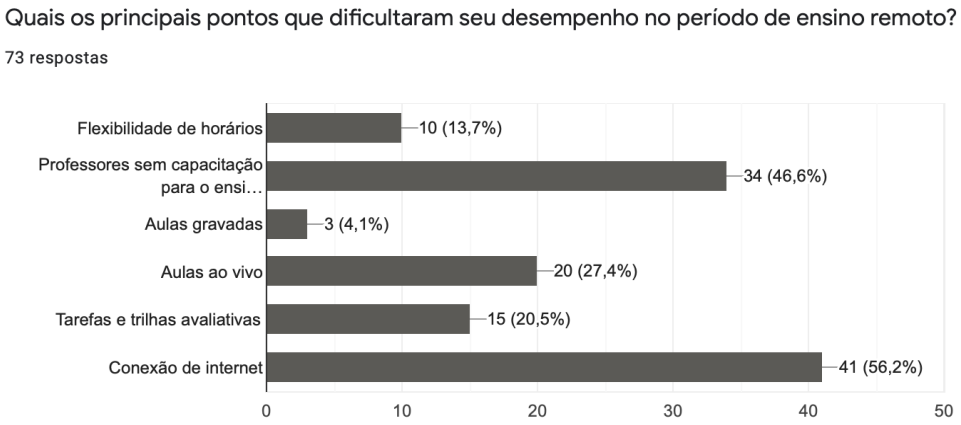
Com relação aos pontos que auxiliaram no desempenho dos alunos durante o ensino remoto, as respostas foram as seguintes:



As respostas foram distribuídas quase uniformemente, com uma indicação inequívoca de que a flexibilidade de horários e o recurso assíncrono de aulas gravadas são os elementos que melhor auxiliam no desempenho favorável dos acadêmicos. Observa-se, ainda, que a autonomia de estudos, fator prioritário e decisivo nas metodologias ativas e também no ensino remoto, foi reconhecido como ponto relevante apenas por 32,1% do quadro amostral.

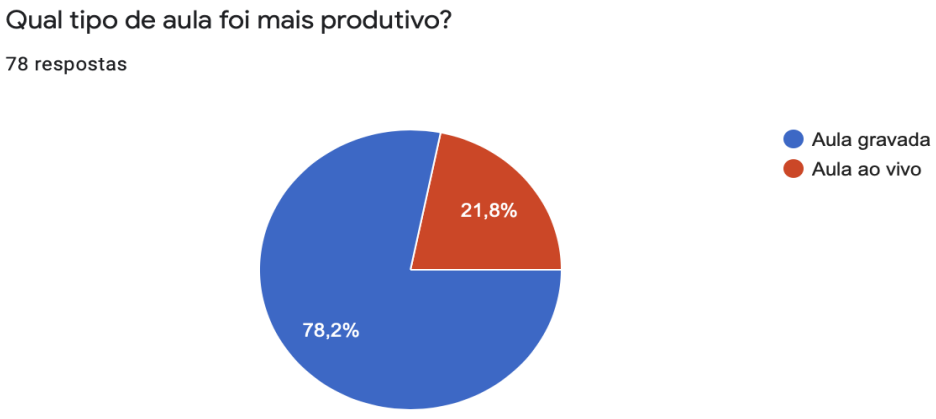
Já em relação aos pontos que dificultaram o desempenho, o resultado assim se apresentou:

ISSN 2178-9428



Na percepção dos elementos que dificultaram o desempenho acadêmico, observa-se um elemento de suporte estrutural e outro de formação técnica-profissional. A dificuldade de conexão estável, principalmente quando a opção por atividades síncronas é alta e prevalente, aparece como o principal dificultador ao acadêmico. De mesma importância, a falta de capacitação dos professores para o exercício da docência de forma remota e mediada por tecnologia é outro indicador que merece análise e preocupação.

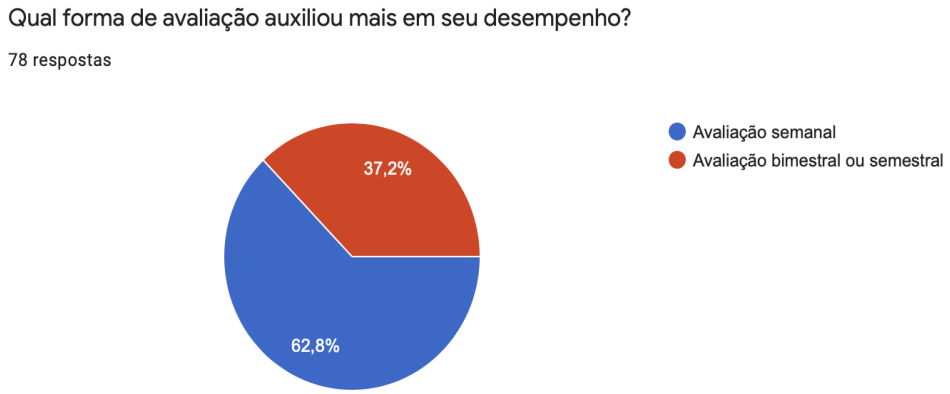
Quando questionados diretamente, de forma assertiva, sobre a melhor forma de acesso às aulas, gravadas ou ao vivo, bem como a forma mais eficiente de avaliação do aprendizado, semanal ou periódica (bimestral ou semestral), o resultado apresentado é quase indiscutível e bastante contundente:



A aula gravada é referenciada por praticamente 80% da população ouvida, sendo indicativo prioritário de melhor desempenho e, se relacionado à

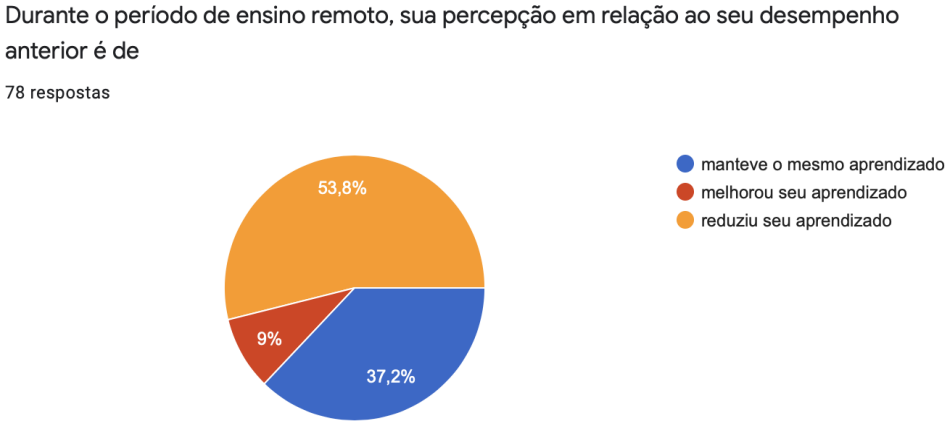
ISSN 2178-9428

percepção de falta de capacitação docente e desgaste das atividades síncronas ao vivo, reflete uma tendência a ser considerada e trabalhada em projetos pedagógicos.



A avaliação constante, com função de reforço e fixação do aprendizado, como suporte de trilha pedagógica, mostrou-se preferencial em percepção subjetiva dos alunos, com mais de 60% indicando ser a forma que melhor avalia seu desenvolvimento.

Por fim, uma percepção geral sobre o aprendizado, de forma comparativa, entre momentos presenciais e de ensino remoto, trouxe o resultado a seguir:



Uma leve prevalência da percepção de que o aprendizado foi reduzido no ensino remoto, com um indicativo de que quase a metade dos acadêmicos percebeu um nível similar de aprendizado ou levemente melhor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

O ERMT apresentou resultados subjetivos de percepção nos acadêmicos que indicam ser uma estratégia viável, exequível e que pode ser inserida na dinâmica regula dos cursos superiores presenciais (RHIM, 2020). Importante perceber tendências que indicam a necessidade de domínio pedagógico dos professores e também o controle adequado do tempo, da interação e dos objetivos de aprendizagem, com ferramentas instrumentais que devem ser alocadas intencionalmente, inseridas num projeto de aprendizagem (SEYMOUR-WALSH, 2020).

4 REFERÊNCIAS

Nascimento, F. E. DE M.; Silva, D. G. Educação Mediada por Tecnologia: inovações no processo de ensino e aprendizagem - uma revisão integrativa. **Abakós**, v. 6, n. 2, p. 72-91, 21 maio 2018. https://doi.org/10.5752/P.2316-9451.2018v6n2p72-91

Goodman BE, Barker MK, Cooke JE. Best practices in active and student-centered learning in physiology classes. **Adv Physiol Educ**. 2018 Sep 1;42(3):417-423. doi: 10.1152/advan.00064.2018. PMID: 29972063. DOI: 10.1152/advan.00064.2018

Grzych G, Schraen-Maschke S. Interactive pedagogical tools could be helpful for medical education continuity during COVID-19 outbreak. **Ann Biol Clin** (Paris). 2020 Aug 1;78(4):446-448. doi: 10.1684/abc.2020.1576. PMID: 32627731. DOI: 10.1684/abc.2020.1576

Rhim HC, Han H. Teaching online: foundational concepts of online learning and practical guidelines. **Korean J Med Educ**. 2020 Sep;32(3):175-183. doi: 10.3946/kjme.2020.171. Epub 2020 Sep 1. PMID: 32894921; PMCID: PMC7481046. DOI: 10.3946/kjme.2020.171

Seymour-Walsh AE, Weber A, Bell A. Practical approaches to pedagogically rich online tutorials in health professions education**. Rural Remote Health**. 2020 May;20(2):6045. doi: 10.22605/RRH6045. Epub 2020 May 30. PMID: 32471311. DOI: 10.22605/RRH6045

ISSN 2178-9428

POSSÍVEIS PERCURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES DE INGLÊS DA EDUCAÇÂO INFANTIL

BORTOLOTTI, Fernanda Seidel[155]

RESUMO: O ensino de inglês tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, especialmente na rede privada, e as práticas têm envolvido crianças cada vez menores. Porém, nota-se que as possibilidades de formação para a atuação com crianças pequenas e este conhecimento específico ainda são escassas. O presente trabalho objetiva discutir o percurso de formação inicial para o trabalho com o inglês na Educação Infantil a partir das grades curriculares e das ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Pedagogia e Inglês da Universidade Estadual do Centro-Oeste, apresentando as disciplinas com potencial para amparar a atuação nesta área.

Palavras-chave: Formação de professores. Línguas estrangeiras. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças na sociedade geram novos desafios para a educação mundial, sendo um dos mais atuais o trabalho das escolas com a globalização. As crianças necessitam aprender sobre como acessar e lidar com as informações que vem de toda a parte do mundo (VERDUM, 2013). O papel que o inglês pode ocupar está para além de trazer informações e conhecimento do centro para a periferia, atuando também no sentido oposto (LEFFA, 2003).

A escolha do inglês como segunda língua caracteriza-se hoje como a principal para os que decidem expandir suas habilidades linguísticas, apesar da ocorrência de outras com relevância significativa, como por exemplo o Mandarim. Crowley e Bowern (2010) compartilham duas maneiras de entender a opção pelo inglês, primeiramente por este ser uma combinação de outros idiomas importantes e, em segundo lugar, pela característica do alfabeto, comum aos ocidentais e às influências políticas, econômicas, acadêmicas, e etc.

Apesar de toda a atenção que a temática merece, atualmente a legislação brasileira não reconhece a importância do ensino desta língua para a Educação Infantil (EI), deixando o assunto passar por despercebido. Diferente de outros países, como os europeus, no Brasil ainda não existem documentos oficiais de abrangência

[155] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unicentro). Professora do Programa Paraná Fala Inglês (SETI - PR).

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

nacional que forneçam orientações específicas quanto à oferta de línguas estrangeiras (LE) para essas crianças (SARMENTO, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996), tornou o ensino de no mínimo uma língua estrangeira moderna obrigatório desde então, contudo apenas no segundo ciclo do EF. O inglês, que já era a língua frequentemente escolhida para ser ensinada, passa efetivamente a ser a língua adotada nos currículos a partir do sexto ano segundo determinado na Medida Provisória n° 746 (BRASIL, 2016).

A responsabilidade da EI recai sobre o município, que de acordo com lei é quem deve tomar iniciativas sobre esta etapa, bem como financiar, organizar propostas pedagógicas, concursos públicos e todos os processos que seriam necessários para uma possível inclusão do inglês no currículo destas crianças. Deste modo, nota-se uma minoria de escolas públicas que ofertam inglês na EI, principalmente quando comparadas às escolas particulares, onde tal prática vem se tornando cada vez mais comum, visto que o mercado as pressiona nesse sentido (CRISTOVÃO; GAMERO, 2009; QUEIROZ; CARVALHO, 2010).

Lima, Borghi e Souza Neto (2019) compartilham suas preocupações acerca da qualidade do ensino de inglês para crianças, que é diretamente afetada pelo caráter facultativo que as leis impõem a este, e que consequentemente não repercute em mobilizações significativas para suprir as necessidades do campo - por exemplo, a reestruturação das grades curriculares para oferta de formação inicial (FI) com devido amparo.

Assim, este trabalho tem como objetivo investigar as possibilidades de FI atuais a partir dos cursos de nível superior entendidos como mais adequados para os interessados no ensino de LE na EI – ainda que estes encontrem-se longe de serem ideais ou completos para os requisitos que a área exige. Analisam-se as grades curriculares bem como as ementas das graduações em Pedagogia e Inglês ofertadas pelas Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) com o propósito de apontar seus pontos de relevância para a formação de profissionais com este perfil.

2 DESENVOLVIMENTO

ISSN 2178-9428

Neste trabalho, a discussão acerca da formação dos professores ultrapassa o âmbito do conhecimento de inglês e engloba também o trabalho com a EI, uma vez que se enfoca profissionais capacitados nos dois sentidos, todavia parece não existir um curso que contemple as duas questões.

No caso da Pedagogia, há pouca ênfase no desenvolvimento linguístico dos alunos-professores (FERNANDES *et al*, 2019), porém, o curso fornece aos futuro pedagogos o aporte teórico necessário para entendimento da aquisição da linguagem pelas crianças pequenas, permitindo um posicionamento diferenciado destes profissionais (BOLZAN; FIGHERA, 2011). Quanto à graduação em Inglês, Lima e Santos (2017) explicam que dar aulas para crianças seria muito diferente de para um adulto já que elas se encontram em formação, principalmente em relação ao comportamento em sociedade, e o professor atuaria inclusive nessa esfera – temas não contemplados neste curso. Outro desafio para o profissional seria adaptar sua prática, metodologia e postura às diferentes crianças e seus comportamentos, idade, condição social, maturidade e demais características.

A Universidade Estadual do Centro-Oeste oferta os dois cursos mencionados, sendo analisadas neste trabalho a matriz curricular e a ementa do currículo de Pedagogia publicado em 2018 e de Inglês em 2020. No primeiro caso, entende-se que algumas disciplinas obrigatórias que possam fornecer suporte para a atuação específica com esta modalidade de ensino seriam: Fundamentos da educação infantil (102 h/a); Estágio supervisionado na educação infantil (102 h/a); Prática de ensino de alfabetização e letramento (102 h/a); e Prática de ensino de educação infantil (68 h/a). Em relação à graduação em Inglês, as disciplinas apontadas como possivelmente mais relevantes seriam: Língua inglesa e ensino (136 h/a); e Linguagem, educação e sociedade (68 h/a).

As disciplinas acima foram apontadas a parir da leitura do ementário disponível no site da instituição, todavia entende-se que cada professor responsável pelo andamento destas pode trabalhar os conteúdos de maneira diferente, apresentando ou não certo viés para as áreas da EI e das LE concomitantemente. No entanto, a priori, não é possível notar evidências sobre entrelaçamento das áreas nestas ementas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

Por ora, encerra-se a presente discussão refletindo acerca da lacuna que permanece em termos de formação para a atuação com o ensino de Inglês na EI. Entende-se que nenhuma FI é, e nem deve, ser capaz de compreender todos os conhecimentos necessários para qualquer profissional, porém não se pode criar grandes expectativas com relação à formação continuada, já que as oportunidades são igualmente insuficientes. Ainda sobre a FI, acredita-se nas disciplinas optativas (também conhecidas como eletivas) como uma maneira de abarcar os conhecimentos específicos em pauta neste trabalho.

Sugere-se que estudos futuros analisem detalhadamente os planos de cada disciplina dos dois cursos de graduação nomeados, procurando investigar se existem professores trabalhando tais conhecimentos. Entretanto, considera-se que ainda que seja registrada a presença de um ou outro professor pincelando o ensino de inglês na EI em disciplinas obrigatórias, ou de uma disciplina optativa trabalhando o tema na íntegra, as duas situações ainda não contemplariam a complexidade do trabalho com este conhecimento específico e estas crianças.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2020] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 13 set. 2020.

BOLZAN, Dóris Pires Vargas; FIGHERA, Adriana Claudia Martins. Formação de professores: reflexões sobre o ensino da língua inglesa para crianças. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, n. 3, 2011. Disponível em: <https://revistas.psi.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/8638>. Acesso em: 04 set. 2020.

CRISTOVÃO, Vera Lucia Lopes; GAMERO, Raquel. Brincar aprendendo ou aprender brincando? O inglês na infância. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 48, n. 2, p. 229-245, 2009.

ISSN 2178-9428

CROWLEY, Terry; BOWERN, Claire. **An introduction to historical linguistics**. 4. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

FERNANDES, Alessandra Coutinho; BEATO-CANATO, Ana Paula Marques; PAULA, Anna Beatriz da Silveira; *et al*. Projeto pedagógico do curso de licenciatura em letras inglês - UFPR. 2019.

LEFFA, Vilson J. O ensino do inglês no futuro: da dicotomia para a convergência. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; CUNHA, Maria Cavalcanti. **Caminhos e colheita:** ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil. Brasília: Editora UnB, p.225-250, 2003. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/ingles_no_futuro_hp.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

LIMA, Aline Schmidt de; SANTOS, Leandra Ines Seganfredo. Formação de professores em pré-serviço: o fazer docente na oferta de língua inglesa para crianças. **Revista de Educação, Linguagem e Literatura,** Goiás, v.9, n.4, p.37-57, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/6729>. Acesso em: 03 set. 2020.

LIMA, Ana Paula de; BORGHI, Raquel Fontes; SOUZA NETO, Samuel de. Base Nacional Comum Curricular e a lacuna no ensino de inglês para crianças no brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 9-29, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11094>. Acesso em: 21 set. 2020.

QUEIROZ, Isabela; CARVALHO, Raquel Cristina Mendes de. A pesquisa no ensino de Língua Inglesa para crianças. **Revista Interfaces**, v. 1, n. 1, p. 76-82, 2010.

SARMENTO, Jaqueline Santos. **"Brown bear, brown bear, what do you see?" - Um relato interpretativo de um projeto de ensino de língua inglesa na educação infantil.** 2019. Orientadora: Lívia Pretto Mottin. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras). Disponível em: <https://univates.br/bdu/bitstream/10737/2707/1/2019JaquelinedosSantosSarmento.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

UNICENTRO. **Ementário das disciplinas do curso de Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa (Currículo iniciado em 2020).** 2020. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proen/cursos/matrizes-curriculares/#1536186068741-8805eefe-673d>. Acesso em: 17 set. 2020.

UNICENTRO. **Ementário das disciplinas do curso de Pedagogia (Currículo iniciado em 2018).** 2020. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proen/cursos/matrizes-curriculares/#1537484632232-4b76e08b-0c47>. Acesso em: 17 set. 2020.

VERDUM, Priscila. Prática Pedagógica: o que é? O que envolve? **Educação Por Escrito**, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/14376/0>. Acesso em: 13 set 2020.

ISSN 2178-9428

ASPECTOS CLÍNICOS DA PUBERDADE E O PAPEL DO MÉDICO EM SEU DIAGNÓSTICO

PACHECO, Eduarda Krebs[156]
MARCANTES, Karen Falchini[157]
MARTINI, Kauana Maschio[158]
DE LACERDA, Letícia Domingos[159]
PELEGRINI, Luciana Luiza[160]

RESUMO: A presente revisão bibliográfica objetiva definir o conceito de adolescência, seu início e características fisiológicas, além de descrever aspectos diagnósticos da puberdade precoce e tardia. Busca-se, ainda, entender o papel semiológico do médico no atendimento ao adolescente, por meio dos pontos que utiliza para análise durante consultas. A metodologia inclui pesquisa em livros e artigos científicos relacionados ao tema. Conclui-se que a puberdade normal segue os parâmetros do estadiamento de Tanner, sendo que as condições de atraso ou precocidade sofrem a ação de diversos fatores causais. Nesse sentido, a atuação do médico é essencial no apoio e acompanhamento do adolescente.

Palavras-chave: Adolescência. Consulta do adolescente. Hebiatria.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e desenvolvimento humanos passam por inúmeras fases durante a vida do indivíduo, uma das mais significativas é a adolescência, a qual se define pela transição entre a infância e a vida adulta. Esta etapa começa pela puberdade, fenômeno fisiológico caracterizado pela ação de hormônios específicos e reflexos socioculturais exteriores, através de impulsos para o desenvolvimento físico, mental, sexual, social e emocional (FEBRASGO, 2004).

A fim de delimitar o intervalo de duração da adolescência, diversas entidades propuseram-se a estabelecer uma faixa etária que a compreendesse. Especificamente no Brasil, a idade de interesse para o Ministério da Saúde estende-se de 10 a 24 anos, com a divisão para as estratégias de saúde do adolescente, considerando um espectro entre os 10 anos até os 19 anos, 11 meses e 29 dias (BRASIL, 2004).

[156] Acadêmica do curso de Medicina, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[157] Acadêmica do curso de Medicina, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[158] Acadêmica do curso de Medicina, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[159] Docente do Centro Universitário Campo Real.
[160] Docente do Centro Universitário Campo Real. (prof_lucianapelegrini@camporeal.edu.br).

ISSN 2178-9428

Preconiza-se o uso da classificação ou estadiamento de Tanner para monitorar o desenvolvimento puberal durante a puericultura e avaliação realizada pelo hebiatra, o médico especialista em adolescentes (SBP, 2000). Nesse período, a consulta adequada exige certo conhecimento para distinguir o normal do precoce ou tardio e compreensão da relação existente entre o processo de puberdade e a esfera biopsicossocial. Dessa forma, é importante conhecer as peculiaridades que contemplam o mundo adolescente, como a predisposição a situações que podem comprometer seu presente e futuro. O papel do médico consiste em prevenir e intervir nos casos necessários (PORTO, 2017).

A puberdade precoce ocorre quando há o aparecimento dos caracteres sexuais secundários em meninas antes dos 8 anos e em meninos antes dos 9 anos, por conta da ativação precoce do eixo hipotálamo-hipófise-gonadal (HHG) (BEHRMAN, 2016; BURNS, 2017). Já o atraso puberal, acontece quando esse desenvolvimento ocorre após os 13 anos de idade nas meninas e 14 anos nos meninos, afetando e atrasando também a maturação óssea e o crescimento, justamente pela não ativação do eixo HHG (BURNS, 2017). Nesse sentido, o objetivo da presente revisão bibliográfica consiste em contemplar aspectos da puberdade normal e suas variações, bem como o papel do médico nesse panorama.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Revisão bibliográfica realizada com busca de dados sobre a puberdade e seus distúrbios, tais como atraso e precocidade. As pesquisas foram realizadas em livros e plataformas online nacionais e internacionais, baseando-se em publicações dos anos de 1962 a 2017. Os termos utilizados nas buscas foram “adolescência”, “adolescente”, “puberdade”, “puberdade precoce”, “puberdade tardia”, “consulta do adolescente”, “consulta hebiátrica” e “hebiatria”. Foram incluídos artigos originais, estudo de casos clínicos, cartilhas e diretrizes.

2.2 DISCUSSÃO

ISSN 2178-9428

A participação familiar é de suma importância para a construção de uma relação médico-adolescente-família adequada, pautando-se nela a divisão da consulta, a qual é realizada em três etapas: a primeira ocorre com todos os membros da tríade e inicia-se com a anamnese sobre o adolescente, com busca de antecedentes familiares e pessoais e escuta da queixa principal. A segunda, apenas com o adolescente, contempla-se melhor sua visão e realiza-se o exame físico, com acréscimo do estadiamento de Tanner, explicando de maneira clara a sequência dos eventos puberais fisiológicos, destacando a importância da presença de outro profissional da saúde e também do respeito ao sigilo médico. Já na terceira, a família é reintegrada à consulta com o intuito de estabelecer o vínculo e extrair o maior número de informações para a composição da história clínica (PORTO, 2017). O Quadro 1 mostra as etapas do estadiamento de Tanner.

Quadro 1: Estadiamento de Tanner

Genitais (sexo masculino)	Pelos Pubianos	Mamas (sexo feminino)
G1: características infantis, observadas até a pré-adolescência (9,5-13,5 anos).	**P1**: ausência de pelos, podendo haver leve penugem semelhante à do abdome.	**M1**: a qual corresponde à mama infantil.
G2: a partir dos dez anos, em alguns casos com o início até os treze anos e meio, há o crescimento da bolsa escrotal e dos testículos, sem, no entanto, aumento do pênis.	**P2**: surgem pelos longos e finos, levemente pigmentados, lisos ou pouco encaracolados, principalmente em base de pênis e ao longo de grandes lábios.	**M2**: fase fisiologicamente esperada para os oito a treze anos de idade, na qual há um broto mamário, com elevação discreta da mama e aréola como pequeno montículo.
G3: aumento do pênis em extensão, ocorre num espectro etário dos dez anos e meio até os quinze.	**P3**: maior quantidade de pelos, que são mais grossos, escuros e encaracolados, que se espalham difusamente por sínfise púbica (formando um U invertido).	**M3**: entre os dez e os quatorze anos, quando há um maior aumento da mama, porém sem a separação dos seus contornos.
G4: aumento do diâmetro do pênis e da glande, continuidade do crescimento dos testículos e do escroto, agora com o escurecimento da pele destes locais, podendo ocorrer dos onze anos e meio aos dezesseis.	**P4**: pelos do tipo adulto cobrindo mais densamente a região púbica, mas sem atingir face interna das coxas (formando um triângulo).	**M4**: fase na qual é formado o montículo secundário a partir da projeção da aréola e das papilas, ocorrendo por volta dos onze aos quinze anos de idade.
G5: etapa final, na qual a genitália assume caráter do tipo adulto, espera-se atingir essa etapa, em condições fisiológicas, dos doze anos e meio aos dezessete anos.	**P5**: pilosidade do adulto em quantidade e distribuição, atingindo face interna das coxas.	**M5**: a partir dos treze até os dezoito anos, a mama completa seu desenvolvimento apresentando saliência somente nas papilas, diz-se que a glândula chegou à fase adulta.

Fonte: TANNER, James Mourilyan. Growth at Adolescence. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1962.

A puberdade precoce nas meninas tem origem idiopática em 90% dos casos, por ativação precoce do eixo HHG, manifestando-se inicialmente pelo desenvolvimento das mamas. Já nos meninos, são de causa orgânica cerca de 70% dos casos (BURNS, 2017), estando associados a anormalidades neurológicas e a tumores (MADEIRA, 2019).

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

A puberdade precoce pode ser classificada quanto a sua origem, sendo central ou periférica: a primeira é dependente de gonadotrofinas, ou seja, é originada da ativação do eixo HHG com subsequente secreção de hormônios sexuais e maturação sexual progressiva; a segunda ocorrendo quando algumas das características sexuais secundárias surgem independentemente das gonadotrofinas. Além disso, pode ser do tipo isossexual, que normalmente é central ou heterossexual, de causa periférica que caracteriza a virilização ou feminização (BEHRMAN, 2016; BURNS, 2017). Existe, também, o tipo misto, que primeiramente não depende do eixo mas depois passa a depender dele (MADEIRA, 2019).

Além dos critérios avaliativos de Tanner para caracteres secundários, existem outros exames para complementar a avaliação da puberdade precoce como a dosagem de Hormônio Luteinizante (LH) basal e a radiografia de punho e mão para avaliação da idade óssea em ambos os sexos. Nas meninas, pode ser feito, ainda, a ultrassonografia pélvica para avaliação do volume ovariano e uterino e, nos meninos, a dosagem de testosterona (BURNS, 2017). É importante investigar também a relação com o uso de medicamentos esteroides, doenças neurológicas e história familiar do desenvolvimento puberal (MADEIRA, 2019).

A puberdade tardia tem como causa mais comum o atraso constitucional do crescimento e da puberdade (ACCP), condição de padrão genético que acomete mais os meninos do que as meninas (BURNS, 2017). Além disso, pode ocorrer devido ao hipogonadismo hipogonadotrófico funcional, hipogonadismo hipogonadotrófico, hipogonadismo hipergonadotrófico e idiopático (MADEIRA, 2019). Sendo assim, nos meninos, o hipogonadismo hipogonadotrófico é caracterizado pela ausência de caracteres sexuais e desenvolvimento testicular, e apresenta baixos níveis séricos de testosterona e hormônios gonadotróficos. Já nas meninas, diferencia-se pela ausência de desenvolvimento puberal aos 13 anos de idade e baixos níveis de Hormônio Folículo Estimulante (FSH) e Hormônio Luteinizante (LH) (BURNS, 2017).

O diagnóstico é feito por meio da anamnese contemplando a história familiar, hábitos alimentares, cirurgias prévias e prática de exercício físico. No exame físico, é utilizado os critérios avaliativos de Tanner. Os exames laboratoriais necessários no atraso puberal são as dosagens basais dos hormônios gonadotróficos. Também é usada a radiografia para analisar a idade óssea e ultrassonografia pélvica para a análise de ovários e útero (MADEIRA, 2019).

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em qualquer relação pessoal, a relação médico-paciente terá suas características próprias, dependendo de fatores como personalidade, vínculo e confiança. É válido ressaltar que ela é estabelecida em momentos bem diferentes do ciclo vital, o que pode gerar um certo receio no adolescente, cabendo ao médico lidar com esse obstáculo da melhor forma possível, desenvolvendo habilidades para estabelecer um relacionamento construtivo. Dessa maneira, o papel desse profissional é essencial no diagnóstico de puberdade precoce e tardia bem como seu acompanhamento para garantir uma melhor qualidade de vida ao paciente.

4 REFERÊNCIAS

BEHRMAN, R. E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, H. B**. Nelson Tratado de Pediatria**. 20ª edição. Elsevier, 2016.

BURNS, Dennis Alexander Rabelo et al. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. Barueri, SP, 2017.

FEBRASGO. Adolescência, Anticoncepção e Ética. Diretrizes. Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP. Federação das Sociedades Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO. **Jornal de Pediatria**, 2004.

MADEIRA, Isabel Rey; CORDEIRO, Marilena de Menezes**. Endocrinologia pediátrica**. 2. ed. - São Paulo: Manole, 2019.

MS. Brasil. Ministério da Saúde. Cartão do Adolescente. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. **ASAJ**/MS, Brasília: MS, 2004.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. O atendimento do adolescente. In: Guia da Adolescência - Departamento Científico de Adolescência da SBP. Rio de Janeiro: **SBP**, 2000.

WHO, World Health Organization. Young People's Health - a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. **Technical Report Series** 731**.** Geneva: WHO, 1986.

PORTO, C. C**. Semiologia Médica**. Porto AL, editor. 2010.

ISSN 2178-9428

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A PSICOLOGIA

LALA, Solange dos Santos Martins de[161]
FIUZA, Debora Rickli[162]

RESUMO: A violência obstétrica está essencialmente ligada à violência aplicada ao corpo feminino, mas a questão de gênero pode ser ainda mais impactada por fatores socioeconômicos e culturais. O objetivo principal deste trabalho é entender o conceito de violência obstétrica e as possíveis repercussões psicológicas para uma gestante. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica por meio da qual foi possível perceber que a Psicologia precisa dar visibilidade e legitimidade a todo e qualquer tipo de sofrimento e tem a responsabilidade de oferecer à mulher que sofre violência obstétrica um lugar de acolhimento e escuta.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Psicologia. Violência de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A violência obstétrica refere-se à percepção ou o sentimento de abuso exercido pelas figuras de poder que cercam as mulheres desde o início da gravidez, passando pelo pré-natal, parto e até o pós-parto. Ela está relacionada a vários fatores que trazem desconforto emocional e é nesse âmbito que a Psicologia pode contribuir com seus recursos, a fim de amenizar o sofrimento da mulher que passa por essa situação.

Esta pesquisa será norteada por um problema central: quais são as possíveis relações entre a violência obstétrica e as condições socioeconômicas da parturiente? Este trabalho é relevante, pois existem muitos casos onde mulheres se sentem desprotegidas, o que prejudica também a qualidade de vida depois que o bebê nasce (JARDIM; MODENA, 2018; ZANARDO; CALDERÓN; NADAL; HABIGZANG, 2017; RIBEIRO, 2017; CARDOSO, 2015; BATISTA, 2015).

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Ministério da Saúde detectou um alto número de cesarianas no Brasil no ano 2016, pois mais da metade das gestantes (55,4%) tiveram esse tipo de parto e em sua maioria fora de contexto plausível, o que retrata violência obstétrica (BRASIL, 2019).

O objetivo geral desta investigação é entender o conceito de violência

[161] Psicologia, 5.º período, Centro Universitário Campo Real
[162] Professora do Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

obstétrica e as possíveis repercussões psicológicas para uma gestante (quais os danos oferecidos para sua saúde mental e física). O objetivo principal se desdobra em alguns objetivos específicos: 1) verificar se a violência obstétrica acontece apenas no atendimento da saúde pública ou também no setor privado; 2) compreender a relação da violência obstétrica com questões de gênero; 3) entender qual é o papel do profissional de Psicologia em casos de violência obstétrica.

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica que pretende identificar como acontece a violência obstétrica e de que maneira a psicologia pode auxiliar para que uma parturiente tenha mais conforto.

2 DESENVOLVIMENTO

O termo violência obstétrica compreende o atendimento no setor de saúde em três diferentes instantes: o pré-parto, o parto e o pós-parto (MARIANI; NETO, 2016). Um artigo da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) relata que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência obstétrica como o

> uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (FEBRASGO, 2019, p. 01).

Mariani e Neto (2016) afirmam, ainda, que a violência obstétrica é algo que já faz parte da cultura social e, por essa razão, inúmeras mulheres não notam que estão sofrendo algum tipo de abuso no momento do parto, por exemplo. De acordo com Uchoa, Hamermüller, Dal Bosco, Costa e Negri (2018), existem vários tipos de violência obstétrica: violência por negligência, violência física, violência verbal e violência psicológica, além da violência que ocorre nos casos de aborto.

A violência obstétrica está muito relacionada a um abuso sofrido pelas mulheres e isso promove uma reflexão acerca de questões de gênero. Segundo Mariani e Neto (2016), a violência sofrida por corpos femininos causa muito sofrimento e afeta questões relacionadas aos direitos humanos de uma mulher, tais como o valor da pessoa humana, a justiça, a dignidade, o respeito e a igualdade.

ISSN 2178-9428

Sendo assim, entende-se que é importante abordar algumas discussões sobre violência de gênero. Neste trabalho será a utilizada a interpretação de gênero apresentada por Mariani e Neto (2016) que é de "classificar as pessoas na sociedade numa concepção relacional" (MARIANI; NETO, 2016, p. 53.)

Com relação à violência obstétrica e sua associação com o gênero feminino, Jardim e Modena (2018) reiteram que

> os profissionais de saúde, vestidos de sua autoridade técnico-científica e respaldados nas relações de poder e desigualdade entre as usuárias/mulheres, usam a autoridade para manter a obediência às regras, rompendo com as interações humanas, o que gera a fragilização dos vínculos entre suas pacientes e a crise de confiança no cuidado que é prestado, acarretando a perda da autonomia da mulher e do livre direito de decidir sobre seu corpo (JARDIM; MODENA, 2018, p. 02).

Ribeiro (2017) ressalta que determinados grupos de mulheres acabam sendo mais suscetíveis a sofrer violência obstétrica, visto que essa violência está relacionada com outras condições econômicas e socioculturais, tais como escolaridade, etnia, classe social e idade. "As principais afetadas pela violência obstétrica são as mulheres negras, de baixa renda e de baixa escolaridade, usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS)" (RIBEIRO, 2017, p. 18).

Nota-se, então, que a violência obstétrica está ligada principalmente ao corpo feminino, mas que a questão de gênero pode ser ainda mais impactada por fatores socioeconômicos e culturais. Segundo Batista (2015), os poderes econômicos e socioculturais contribuem para o aumento da violência obstétrica na saúde pública, mas isso não quer dizer que as mulheres as quais estão sendo atendidas no setor privado não passam por violência obstétrica.

Seja no setor público ou privado, fica evidente que a violência obstétrica causa danos graves à saúde física e emocional de uma mulher que passa por isso. Sendo assim, percebe-se que é de suma importância que os profissionais da Psicologia atuem nesses casos de forma preventiva e também no intuito de auxiliar mulheres que sofreram esses danos.

A Psicologia possui um importante papel no que diz respeito a esse tema. Os profissionais dessa área têm o dever de apoiar as mulheres que passam por esse tipo de abuso e, de acordo com Portela e Silva (2017), eles têm a responsabilidade de oferecer à mulher um lugar de conforto e seguridade. Diante

ISSN 2178-9428

dessa problemática, é necessário que cada vez mais profissionais da Psicologia efetuem pesquisas que envolvam o tema violência obstétrica a fim de contribuir com a atuação de profissionais da área com relação a esse problema tão recorrente no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível concluir que existem muitas falhas no sistema de saúde brasileiro e que, de fato, a violência obstétrica precisa ser olhada de maneira mais atenta por profissionais da área de Psicologia. Também identificou-se que muitas mulheres, ainda, não conhecem seus direitos em relação ao pré-parto, parto e pós-parto. Sendo assim, a violência se torna invisível e de difícil enfrentamento nos cotidianos de atendimento a essas mulheres. Esse fator evidencia que a violência obstétrica não acontece apenas em estabelecimentos de saúde, mas é um problema cultural, e por isso, precisa ser enfrentada e superada por meio de políticas públicas.

Além disso, acredita-se que as equipes multidisciplinares que atendem nas instituições de saúde necessitam passar por treinamentos a fim de promover a humanização do seu trabalho. Precisam também abandonar conceitos hierárquicos e preconceituosos e compreender que a mulher é a detentora do seu corpo.

Entende-se, então, que os profissionais de Psicologia devem instrumentalizar-se tecnicamente para que essas mudanças de paradigma aconteçam. Isso pode ocorrer por meio de treinamentos das equipes que atuam nos setores de saúde, a fim de promover a interação entre a equipe e a mulher gestante e, assim, essa mulher grávida poderá saber quais são os seus direitos e terá um ambiente de conforto e segurança durante toda a gestação, parto e pós-parto.

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. D. C. **Entre gestações/partos humanizados e violência obstétrica:** subjetividades em movimento. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Liliana da Escóssia Melo. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação n.º 024, de 16 de maio de 2019.** Disponível em:

ISSN 2178-9428

https://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2019/Reco024.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

CARDOSO, I. P. B. **Significados da violência na assistência ao parto em narrativas de mulheres atendidas na rede privada.** Orientadora: Ana Cecília de Sousa Bastos; Co-orientador: Márcio Santana da Silva. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FEBRASGO. **Posicionamento oficial do Ministério da Saúde sobre o termo "violência obstétrica".** Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/es/component/k2/item/797-posicionamento-oficial-do- ministerio-da-saude-sobre-o-termo-violencia-obstetrica. Acesso em: 26 mai. 2020.

JARDIM, D. N. B.; MODENA, C. M. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, 2018.

MARIANI, A. C.; NETO, J. O. do N. Violência obstétrica como violência de gênero e violência institucionalizada: breves considerações a partir dos direitos humanos e do respeito às mulheres. **Cad. Esc. Dir. Rel. Int. (UNIBRASIL)**, Curitiba, v. 2, n. 25, p. 48-60, jul/dez. 2016.

PORTELA, A. R. P.; SILVA, E. N. da. A Psicologia dialogando com a violência obstétrica e o direito da mulher: uma revisão bibliográfica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SUBJETIVIDADES, 2017, Salvador. **Anais Enlaçando**. Salvador: Realize Eventos e Editora, 2017.

RIBEIRO, P. B. **Significados da maternidade para mulheres que vivenciaram a violência obstétrica.** Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos; Co-orientador: Prof.º Dr.º Márcio Santana da Silva. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

UCHOA, T.; HAMERMÜLLER, A.; DAL BOSCO, J.; COSTA, J.; NEGRI, R. de. **As faces da violência obstétrica**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jordi/172- violenciaobstetrica/violencia-obstetrica/. Acesso em: 26 mai. 2020.

ZANARDO, G. L. P.; CALDERÓN, M.; NADAL, A. H. R.; HABIGZANG, L. F. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 29, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310- psoc-29-e155043.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

ISSN 2178-9428

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PROFISSIONAIS ATUANTES EM UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

BUDNIK, Emanuele Cristina Gueba[163]
SCHMITT, Vania[164]

RESUMO: Por meio de pesquisas e questionários aplicados a funcionários de uma Estratégia de Saúde da Família, no município de Prudentópolis, obteve-se informações sobre o estado nutricional dos mesmos. Participaram do estudo 9 adultos, com atuação em várias áreas dentro da unidade de saúde. Os dados mostraram que a população analisada se caracteriza com o estado nutricional de acordo com o IMC como acima do peso, fator contribuinte para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

Palavras-chave: Estado Nutricional. Profissionais de Saúde. Nutrição.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cinquenta anos foram observadas transformações na qualidade e na quantidade da dieta dos brasileiros, bem como mudanças no estilo de vida, que acabaram por influenciar diretamente o processo saúde/doença (DE SOUZA, 2017). Ou seja, as mudanças ocorridas levaram ao aumento do sobrepeso e obesidade entre a população do Brasil, caracterizando a transição nutricional (SIQUEIRA et al, 2019).

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Básica (AB), auxiliada pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), atua como meio de promoção, proteção e recuperação da saúde de indivíduos ou de suas famílias (FERREIRA; SLOB, 2014). Mas, em alguns casos, os profissionais que atuam nestas unidades acabam por se descuidarem devido a horários noturnos, longas jornadas e elevada carga horária. Fatos estes que comprometem os hábitos de vida, inclusive os alimentares, promovendo a prevalência do sobrepeso e da obesidade (SIQUEIRA et al, 2019). Sendo assim, é essencial a avaliação nutricional dos trabalhadores também, para identificar distúrbios nutricionais e detectar alterações no estado nutricional destes (FERREIRA; SLOB, 2014).

O método mais recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é a coleta dos dados antropométricos (FERREIRA; SLOB, 2014). Um dos meios para avaliação dos dados antropométricos mais utilizados é o Índice de Massa Corporal

[163] Nutrição, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[164] Professora Orientadora. Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

(IMC), que se refere à análise do peso pela estatura do indivíduo (ANJOS, 1992), capaz de indicar distúrbios no estado nutricional.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o estado nutricional, pelo IMC, de funcionários de uma ESF no munícipio de Prudentópolis, afim de identificar em qual nível (desnutridos, eutróficos, sobrepesos ou obesos) os voluntários se encontram.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa transversal e de análise descritiva, que foi realizada em uma ESF no município de Prudentópolis-Pr, no mês de julho de 2020, contemplando funcionários da área de enfermagem, medicina, odontologia, agente comunitário de saúde e serviços gerais.

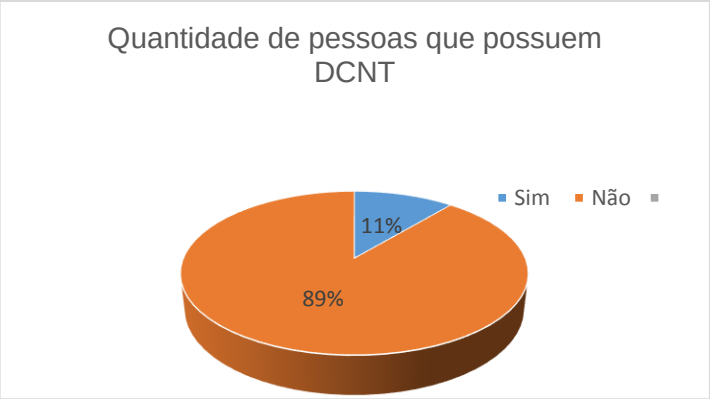
Para análise do estado nutricional foi utilizado o Índice de Massa Corporal (IMC), por meio da aferição do peso e da estatura. O peso foi verificado em uma balança digital com capacidade máxima de 200kg e precisão de 100g. Na qual o participante ficou em pé, na posição vertical, com roupas leves, no centro da balança, descalço, com os braços relaxados ao lado o corpo. A estatura foi feita utilizando estadiômetro milimetrado de 200 cm. Para a aferição os voluntários permaneceram com os pés juntos, as costas retas, braços estendidos ao lado do corpo, inspirando o ar, imóveis e olhando em um ponto fixo.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta dos dados foi feita em 9 funcionários, sendo destes 8 mulheres e 1 homem, com a média de idade de 40 anos, caracterizados como adultos. Em um primeiro momento foi perguntado aos participantes se possuía alguma doença crônica não transmissível. Após isto, foi feita a coleta do peso e da altura. Sobre a presença de DCNT, os dados podem ser observados na Figura 1.

Figura 1: Quantidade de pessoas que possuem Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

ISSN 2178-9428

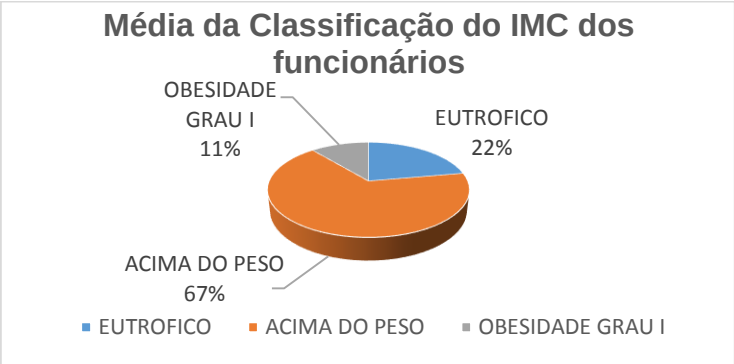


Conforme pode ser observado, 11% dos funcionários possuem DCNT, isso corresponde a uma pessoa, cuja qual possuí hipertensão arterial sistêmica. Os demais não possuem nenhuma das doenças que se encaixam neste grupo.

A presença da hipertensão arterial sistêmica nesta pessoa, pode ser explicada pelo estresse que o profissional de saúde enfrenta no seu dia a dia, sendo portanto, junto com os hábitos de vida, um fator determinante no surgimento desta doença (DA SILVA SOARES, 2012).

Quanto ao estado nutricional, os resultados estão expressos na Figura 2.

Figura 2: Dados do estado nutricional segundo o IMC.



Pode ser observado, segundo o gráfico, que o estado nutricional dos voluntários é bem disperso. Tendo funcionários eutróficos, mas também obesos, com uma predominância de indivíduos acima do peso ideal.

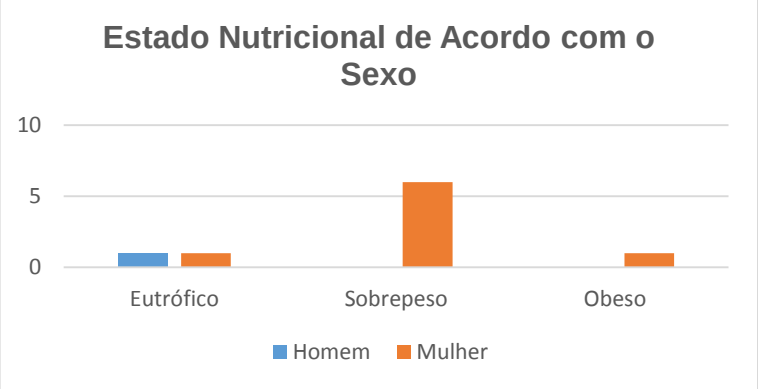
Essa prevalência de um peso maior, pode ser explicada pela POF de 2017-2018, que demonstrou o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, sendo estes responsáveis por um quinto da energia diária (IBGE, 2020), fator determinante no ganho de peso (BRASIL, 2014). E, segundo a pesquisa de Vigilância de Fatores

ISSN 2178-9428

de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, no ano de 2019 houve uma prevalência 55,4% de excesso de peso entre os brasileiros (Brasil, 2020), sendo que dado semelhante foi encontrado no presente estudo.

Já a classificação do estado nutricional segundo o IMC, pelo sexo, pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Estado nutricional e a divisão pelo sexo.



É possível notar uma prevalência de mulheres acima do peso ideal, e que o sexo masculino encontra-se na linha da eutrofia. Isso pode se explicar pelo fato de que a mulher é responsável pelas tarefas domésticas e deve cuidar da casa, fato este, segundo o estudo de Correia (2011), é um determinante na questão da probabilidade do sobrepeso e obesidade na mulher. Pois, neste estudo Correia (2011) demonstra que as mulheres que eram casadas se encontravam, na maioria dos casos, no nível acima da eutrofia, pois deixavam de cuidar da sua imagem pessoal. Já as mulheres que não possuíam uma união estável, possuíam mais tempo para o autocuidado e a valorização da autoimagem.

Analisando os dados é evidente que mesmo dentro de um ambiente de promoção a saúde, as pessoas encontram-se suscetíveis ao ganho de peso e ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. E isso ainda torna-se mais evidente no sexo feminino, que possuí uma certa vulnerabilidade ao ganho de peso por fatores biológicos e fisiológicos.

O estudo sugere uma necessidade de intervenção nutricional, a fim de melhorar os hábitos e reduzir os riscos de desenvolvimento de patologias em indivíduos inseridos em meios de promoção, proteção e recuperação da saúde.

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a população analisada se caracteriza com um estado nutricional favorável para o sobrepeso e a obesidade, bem como ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

A vida dos profissionais atuantes na área da saúde é uma fator determinante na adoção de hábitos de vida inadequados, pois atuam sob forte estresse e em jornadas de trabalho longas e desgastantes. E consequentemente pode se tornar uma fator favorável a obesidade, desencadeando doenças.

4 REFERÊNCIAS

ANJOS, L. A. Índice de massa corporal como indicador do estado nutricional de adultos: revisão da literatura. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 431-436, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2019**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 137 p.

CORREIA, Luciano Lima et al. Prevalência e determinantes de obesidade e sobrepeso em mulheres em idade reprodutiva residentes na região semiárida do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 133-145, 2011.

DA SILVA SOARES, Rafael et al. Estresse e demais fatores de risco para hipertensão arterial entre profissionais militares da área de enfermagem. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 4, p. 45-48, 2012.

DE SOUZA, Elton Bicalho. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**, v. 5, n. 13, p. 49-53, 2017.

FERREIRA, A. I. DA S.; SLOB, E. Avaliação do Perfil Nutricional dos Funcionários das Equipes Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família do Município de Pedralva – MG. **Revista Ciências em Saúde**, v. 4, n. 3, p. 12-21, 2014.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

SIQUEIRA, Franciele Viana et al. Excesso de peso e fatores associados entre profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 138-145, 2019.

ISSN 2178-9428

PADRÕES DE RESPOSTA IMUNE E SUA RELAÇÃO COM AS FORMAS CLÍNICAS DA PARACOCCIDIOIDOMICOSE

FRANCESCHINI, Ana Cláudia Ilivinski[165]
LENHARD-VIDAL, Adriane[166]

RESUMO: A paracoccidioidomicose (PCM) é uma micose sistêmica causada pelo fungo *Paracoccidioides* sp., e suas diferentes formas clínicas de apresentação estão ligadas diretamente, dentre outros fatores, à resposta imune apresentada pelo paciente. Este trabalho teve como objetivo apresentar, por meio de pesquisa bibliográfica, a influência dos padrões de resposta imunológica ao *P. brasiliensis* no desenvolvimento de suas variadas formas clínicas. Os resultados demonstraram que um padrão de resposta Th1 promove resistência ao fungo (PCM infecção), uma resposta predominantemente Th17 leva à forma crônica/adulta da doença, enquanto o perfil Th2 está relacionado com a forma clínica mais agressiva (aguda ou juvenil).

Palavras-chave: Imunologia ; Paracoccidioidomicose; Resposta imune.

1 INTRODUÇÃO

A Paracoccidioidomicose (PCM) é uma micose sistêmica granulomatosa humana, causada pelo agente etiológico *Paracoccidioides* sp., um fungo termodimórfico cuja principal espécie conhecida é o *P. brasiliensis*. O principal fator de risco para infecção são as profissões ou atividades relacionadas ao manejo do solo contaminado, principalmente atividades agrícolas, pois o tratamento do solo propicia a liberação de propágulos fúngicos (hifas, conídios), os quais são inalados pelo ser humano. Após a inalação, o fungo passa a adquirir forma de levedura e se comporta como um parasita intracelular facultativo (SHIKANAI-YASUDA et al., 2018).

Por se tratar de uma micose sistêmica, a PCM pode comprometer qualquer órgão e tecido humano, no entanto apresenta preferência pelos pulmões, linfonodos e mucosa oral. Ela pode ser classificada em três formas clínicas, baseadas nos achados clínicos e na história natural da moléstia: (I) PCM infecção; (II) PCM doença, subdividida em forma aguda/subaguda (juvenil) e forma crônica (do adulto), cada qual com diferentes escalas de gravidade; e (III) Formas residuais ou sequelas (FOCACCIA, 2015).

Na PCM infecção, são enquadrados os indivíduos que estão infectados pelo fungo, mas que não possuem nenhuma manifestação clínica relacionada à doença. A PCM doença ocorre quando há manifestações clínicas no paciente, as

[165] Acadêmica do Centro Universitário Campo Real
[166] Professora Orientadora

ISSN 2178-9428

quais podem variar conforme o subtipo (aguda/subaguda ou crônica) e conforme a gravidade desta apresentação (leve, moderado ou grave). Por fim, a forma residual ou sequelas corresponde à alterações anatômicas e funcionais decorrentes da doença, que se mantém após o término do tratamento e erradicação do fungo do organismo (FORTES et al., 2011; SHIKANAI-YASUDA et al., 2018).

No entanto, quais são os fatores que levam à essas diferentes formas de apresentação clínica? Segundo Fortes et al. (2011), a virulência da cepa infectante, as características intrínsecas do hospedeiro e o grau e tipo de resposta imunológica desencadeada são os principais fatores envolvidos, com destaque para o papel da resposta imunológica na evolução da doença.

Embora a resposta a um patógeno intracelular, como o *Paracoccidioides* sp., necessite do funcionamento correto do sistema imune como um todo, uma grande parcela da sua eficácia está ligada à imunidade celular. Este tipo de defesa é mediado pelas células T, que ao adquirirem função efetora, passam a serem classificadas em subpopulações, sendo as principais chamadas Th1, Th2 e Th17, cujas características definidoras são as citocinas que estas produzem. Essa diferenciação permite uma maior eficácia na resposta antígeno-específica, ao formar um padrão de resposta com base nas citocinas produzidas por cada subtipo. Uma vez que cada subpopulação é gerada a partir de estímulos produzidos durante o início das respostas imunes a um patógeno, esta passa a possuir uma ação apropriada contra o mesmo (ABBAS, LICHTMAN, PILLAI, 2019).

2 DESENVOLVIMENTO

A exposição ao *P. brasiliensis* pode levar a vários desfechos, os quais estão relacionados, entre outros fatores, ao tipo de resposta imune envolvida no controle da infecção. Tendo isso em mente, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre a influência dos padrões de resposta imunológica ao *P. brasiliensis* em suas diferentes formas clínicas. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos retirados da plataforma Pubmed e livros disponíveis na biblioteca do Centro Universitário Campo Real.

A PCM infecção, pode ser definida como um estado no qual o indivíduo possui reação imunológica positiva para o *Paracoccidioides* sp., mas que não apresenta nenhuma manifestação clínica da doença. Este estado pode se manter

ISSN 2178-9428

durante anos, décadas ou até mesmo durante toda a vida do paciente (SHIKANAI-YASUDA et al., 2018). A manutenção do estado de infecção, sem evolução para doença, depende da resposta imune com padrão Th1, considerado como ideal para patógenos intracelulares. Esse padrão está relacionado com a secreção de elevados níveis de IL-12 e INF-γ, com ativação clássica dos macrófagos e formação de granulomas (ABBAS, LICHTMAN, PILLAI, 2019; BORGES-WALMSLEY et al., 2002; FORTES et al., 2011). Além das suas funções na ativação dessas células, o INF-γ estimula os macrófagos infectados pelo *P. brasiliensis* a secretar TNF-α, substância necessária para a persistência de granulomas bem formados (BORGES-WALMSLEY et al., 2002). Dessa forma, embora o fungo não possa ser erradicado totalmente do organismo, ele permanece neutralizado.

A PCM crônica, também conhecida como forma adulta, é mais frequente em homens (razão de 22:1) com idade entre 30 e 60 anos. Acredita-se que a prevalência é muito superior em homens devido a um fator protetivo que o estrogênio apresenta nessa forma da doença. Ela possui curso clínico mais lento, e pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com sinais e sintomas encontrados (SHIKANAI-YASUDA et al., 2018).

A forma crônica está relacionada com uma resposta imune considerada mista: ela é predominantemente Th17, porém há produção, ainda que reduzida, de citocinas características dos padrões Th1 (possui participação importante) e Th2. O padrão Th17 é bastante efetivo contra bactérias e fungos comuns, e o desenvolvimento dessa subpopulação está relacionado com as IL-1, IL-6 e IL-23. Essas células produzem elevadas quantidades de IL-17, responsável por indução de intensa inflamação imune, rica em neutrófilos e, em menor quantidade, monócitos. Embora esse padrão contribua para uma resistência parcial à infecção, ele também está relacionado a uma resposta inflamatória exacerbada, que pode levar a lesão tecidual e fibrose (ABBAS, LICHTMAN, PILLAI, 2019; CASTRO, et al., 2013).

A PCM doença, na sua forma aguda/subaguda, também chamada de juvenil, se desenvolve entre semanas a meses do contato com o patógeno, e é mais prevalente em crianças e indivíduos jovens. Essa forma clínica é considerada como a mais agressiva da doença, com evolução rápida e disseminação generalizada do fungo a múltiplos órgãos e sistemas, o que pode levar a altas taxas de mortalidade. Felizmente, esta forma é muito menos frequente do que a PCM crônica, somando

ISSN 2178-9428

aproximadamente 10% do total de PCM doença (BORGES-WALMSLEY et al., 2002; SHIKANAI-YASUDA et al., 2018).

A forma aguda/subaguda está relacionada com uma resposta celular deficiente, com polarização para o padrão Th2. Essa subpopulação é mediadora da defesa fagócito-independente, onde os eosinófilos e mastócitos exercem papéis centrais, sendo, portanto, mais efetiva contra infecções helmínticas. O padrão Th2 está relacionado com a expressão de IL-4, IL-13 e IL-5, conhecidos pela sua função na ativação de eosinófilos, além de IL-10, responsável por inibir as células dendríticas e macrófagos, e por consequência, suprimir a ativação da resposta Th1 (ABBAS, LICHTMAN, PILLAI, 2019; BERNARD, 2008; BORGES-WALMSLEY et al., 2002; FORTES et al., 2011). Além disso, a IL-4 estimula a produção de IgE, o que explica o fato de quantidades elevadas desse anticorpo, juntamente com IgG, serem encontradas nesses pacientes. Com base nessa observação, estudos indicam que a elevação de IgE no soro dos pacientes pode servir como marcador de severidade da doença (MARQUEZ et al., 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma doença de relevância epidemiológica no Paraná e em outras regiões do país, a PCM ainda é pouco discutida em comparação às outras micoses sistêmicas conhecidas, sendo vários aspectos de sua imunopatologia ainda não completamente elucidados. Suas variadas formas de apresentação clínica levantam uma questão sobre a importância do papel da resposta imunológica em sua evolução e controle.

Uma resposta imunológica ideal para este tipo de patógeno, a qual é proporcionada pela subpopulação de linfócitos Th1, faz com que a doença fique contida e que o paciente não apresente sinais, sintomas ou complicações desta condição, quadro que pode durar por toda a vida. Um padrão misto, mas com predominância Th17, confere resistência parcial ao fungo, levando à forma crônica da doença.

Todavia, se o sistema imune falhar inicialmente em adotar o tipo correto de resposta, e houver uma polarização para padrões que são ineficazes no controle do fungo (como na subpopulação Th2), este será capaz de se disseminar e gerar formas muito mais agressivas da doença, como a aguda/subaguda.

ISSN 2178-9428

Levando em conta essas informações, surge uma pergunta: o que leva a falha da resposta imune, ou à adoção de um padrão imunológico incapaz de controlar a doença? Acredita-se que características como idade, sexo, tabagismo e alcoolismo possam apresentar uma influência importante, visto que todos esses fatores foram relacionados com a PCM crônica. Em casos mais graves, como nas formas aguda/subaguda, Borges-Walmsley et al. (2002) propõe, com base em outros estudos, que o *background* genético do indivíduo possa ser a resposta para essa questão.

Assim sendo, mais estudos serão necessários para definir aspectos importantes da imunopatologia desta infecção, cujo papel epidemiológico possui grande relevância no cenário nacional. Isso faz com que o tema seja de grande interesse para pesquisas científicas, objetivando melhores respostas sobre a interação do patógeno com o sistema imunológico.

4 REFERÊNCIAS

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. **Imunologia celular e molecular**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BERNARD, Gil. An overview of the immunopathology of human paracoccidioidomycosis. **Mycopathologia**, v. 165, n. 4-5, p. 209-221, 2008.

BORGES-WALMSLEY, M. Ines; et al. The pathobiology of *Paracoccidioides brasiliensis*. **TRENDS in Microbiology**, v. 10, n. 2, p. 80-87, 2002.

CASTRO, Lívia F.; et al. Characterization of the imune response in human paracoccidioidomycoses. **J Infect.**, v. 67, n. 5, p. 470-485, 2013.

FOCACCIA, Roberto. **Veronesi: tratado de infectologia.** 5 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

FORTES, Maria Rita Parise; et. al. Imunologia da paracoccidioidomicose. **An Bras Dermatol.**, v. 86, n. 3, p. 516-525, 2011.

MARQUEZ, Audrey de Souza; et al. Serum proteins and fractions, HDL-cholesterol and total IgG and IgE levels in cases of acute and chronic paracoccidioidomycosis. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 42, n. 3, p. 245-249, mai-jun, 2009.

SHIKANAI-YASUDA, Maria Aparecida; et. al. II Consenso Brasileiro em Paracoccidioidomicose – 2017. **Epidemiolo. Serv. Saúde**, Brasília, v. 27, n. spe e0500001, 2018.

ISSN 2178-9428

LISDEXANFETAMINA COMO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO PARA TRANSTORNOS ALIMENTARES E OBESIDADE

DALLA ROSA, Luiz Vergilio[167]

RESUMO: Tem por objetivo analisar os ensaios clínicos e revisões sistemáticas realizados a partir da aprovação em 2015 pelo FDA para o uso de lisdexanfetamina como primeiro fármaco aprovado para tratamento do transtorno de compulsão alimentar. Pretende ainda verificar a possibilidade de extensão deste tratamento para os demais transtornos alimentares e para o tratamento farmacológico da obesidade.

Palavras-chave: Lisdexanfetamina. Venvanse. Transtorno de compulsão alimentar. Obesidade.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade, enquanto problema de saúde mundial, multifatorial e de complexa abordagem terapêutica (SRIVASTAVA, 2019), em conjunto com o aumento de incidência dos transtornos alimentares, inclusive e especialmente em idade precoce (CITROME, 2015), exige um arsenal terapêutico amplo, com medidas ambientais, sanitárias, cirúrgicas, de reabilitação e farmacológicas.

A proposta desta pesquisa foi verificar, sob a forma de revisão, a produção científica dos últimos 5 anos sobre o uso de lisdexanfetamina (nome comercial no Brasil de Venvanse) - LDX como fármaco de escolha ou adjuvante no tratamento da obesidade e demais transtornos alimentares. A escolha do referido fármaco deve-se ao seu uso *off label* na prática clínica recente e, principalmente, pela liberação pelo FDA para tratamento do transtorno de compulsão alimentar (*binge-eating desorder*).

Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura nas bases de dados PMC, NIH, Medline e Scielo, no período entre 2015 e 2020. As palavras-chave utilizadas foram “lisdexanfetamina”, “obesidade”, “transtornos alimentares” e “transtorno de compulsão alimentar”, e suas correspondentes em inglês, “lisdexamfetamine”, “obesity”, “eating desorders” e “binge-eating desorder”.

A integralidade da pesquisa nestas bases resultou em 223 artigos. Após confronto entre os títulos destes artigos nas diferentes bases de dados, exclusão das repetições e seleção, pelo título, dos artigos que se aplicavam aos critérios

[167] Acadêmico de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real. Doutor em Direito do Estado pela UFPR (2001), Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela UFSC (2000), Especialista em Teoria da Argumentação pela UFSC (1999). Professor Adjunto da UNICENTRO.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

propostos pelo estudo, foram selecionados 43 artigos para leitura dos resumos. Destes, verificou-se que 12 tratavam diretamente do propósito deste estudo e foram lidos na íntegra (Tabela 1). Na seleção final foram excluídos artigos de revisão e aqueles que não incorporaram efetivamente o uso de LDX para fins de tratamento da obesidade e transtornos alimentares.

Tabela 1. Resultado da busca nas bases de dados e seleção de artigos pertinentes.

Base de dados	Títulos		Resumos		Artigos	
	Total	Aceitos	Total	Aceitos	Total	Aceitos
NHI	24	12	12	8	8	8
Medline	194	31	31	4	4	4
Scielo	5	0	0	0	0	0
Total	223	43	43	12	12	12

Destaque-se que não foram encontradas literaturas em base nacional de pesquisa que abordem o tema com o foco pretendido, nem mesmo no uso *off label*.

2 DESENVOLVIMENTO

Dimesilato de lisdexanfetamina é um estimulante do sistema nervoso central aprovado pelo FDA em 2007 para tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (BROWNLEY, 2016). Em janeiro de 2015 a droga foi aprovada para tratamento do transtorno de compulsão alimentar, um transtorno com maior prevalência que a anorexia e a bulimia em conjunto (GUERDJIKOVA, 2017).

Com a aprovação para tratamento de um transtorno alimentar, ainda que de origem compulsiva e, portanto, nervosa, os estudos clínicos começaram a ser realizados com o monitoramento e acompanhamento dos resultados. A eficácia do tratamento se mostrou bastante promissora, ainda que o segmento não tenha um tempo longo de duração para verificação de resultados duradouros e estabilizados, assim como do surgimento e controle de eventuais efeitos colaterais (FLECK, 2019).

O acompanhamento clínico do uso de LDX para o transtorno compulsivo alimentar demonstrou, contudo, que os pacientes em uso da medicação tinham não apenas uma melhora da compulsão e, assim, do número de refeições diárias, como

ISSN 2178-9428

tiveram uma redução substancial do peso, tributado, em parte, ao efeito anoréxico previamente conhecimento do fármaco (AMODEO, 2019).

O dimesilato de lisdexanfetamina é uma pró-droga de D-anfetamina, uma amina simpaticomimética estimulante do sistema nervoso central. A anfetamina inibe a recaptação de norepinefrina e dopamina no neurônio pré-sináptico e aumenta a disponibilidade destas monoaminas no espaço extra-neuronal. A anfetamina também inibe a monoamina oxidase, reduzindo o metabolismo da dopamina e norepinefrina e aumento sua disponibilidade sináptica (McELROY, 2015).

As principais contraindicações do fármaco são, além da sensibilidade conhecida aos componentes, o uso concomitante com IMAOs, as possíveis reações cardiovasculares ou a exacerbação de sintomas psicóticos ou maníacos. Vasculopatia periférica, incluindo fenômeno de Raynaud também pode ser observada, eventualmente (HOWLAND, 2015).

Estudos isolados, em pacientes pediátricos, com obesidade severa e na presença de transtornos alimentares tem sido desenvolvidos e seus resultados, ainda que incipientes, demonstram efetiva redução de peso, controle dos sintomas compulsivos e melhora das condições gerais de vida (HILBERT, 2019).

A dificuldade de se estender as conclusões dos ensaios existentes se dá pelos critérios de triagem e seleção dos pacientes testados e acompanhados, uma vez que são excluídos pacientes que apresentem cardiopatias, problemas cardiovasculares ou evidência de surtos psicóticos. Com a limitação da amostragem os resultados não podem ser estendidos para toda população (CITROME, 2019).

O laboratório fabricante não indica seu uso para perda de peso e controle de obesidade, tendo associação com efeitos cardiovasculares severos, não sendo testado a segurança e a eficácia do fármaco para este fim. Recomenda testes clínicos para pesquisa e aplicação (HIMMERICH, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de LDX, ainda que com resultados imediatos de perda efetiva de peso, não pode ser recomendada. A ausência de estudos clínicos controlados, a dificuldade de compor populações amplas para testes de segurança e eficácia, bem como a experiência adquirida no manejo de anfetaminas indicam cautela e precaução.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

AMODEO G, Cuomo A, Bolognesi S, Goracci A, Trusso MA, Piccinni A, Neal SM, Baldini I, Federico E, Taddeucci C, Fagiolini A. Pharmacotherapeutic strategies for treating binge eating disorder. Evidence from clinical trials and implications for clinical practice. **Expert Opin Pharmacother.** 2019 Apr;20(6):679-690. doi: 10.1080/14656566.2019.1571041. Epub 2019 Jan 29. PMID: 30696303.

BROWNLEY KA, Berkman ND, Peat CM, Lohr KN, Cullen KE, Bann CM, Bulik CM. Binge-Eating Disorder in Adults: A Systematic Review and Meta-analysis. **Ann Intern Med**. 2016 Sep 20;165(6):409-20. doi: 10.7326/M15-2455. Epub 2016 Jun 28. PMID: 27367316; PMCID: PMC5637727.

CITROME L. Binge eating disorder revisited: what's new, what's different, what's next. **CNS Spectr.** 2019 Aug;24(S1):4-13. doi: 10.1017/S1092852919001032. Erratum in: CNS Spectr. 2019 Aug;24(S1):82. PMID: 31196238.

CITROME L. Lisdexamfetamine for binge eating disorder in adults: a systematic review of the efficacy and safety profile for this newly approved indication - what is the number needed to treat, number needed to harm and likelihood to be helped or harmed? **Int J Clin Pract.** 2015 Apr;69(4):410-21. doi: 10.1111/ijcp.12639. Epub 2015 Mar 6. PMID: 25752762.

FLECK DE, Eliassen JC, Guerdjikova AI, Mori N, Williams S, Blom TJ, Beckwith T, Tallman MJ, Adler CM, DelBello MP, Strakowski SM, McElroy SL. Effect of lisdexamfetamine on emotional network brain dysfunction in binge eating disorder. **Psychiatry Res Neuroimaging.** 2019 Apr 30;286:53-59. doi: 10.1016/j.pscychresns.2019.03.003. Epub 2019 Mar 7. PMID: 30903953.

GUERDJIKOVA AI, Mori N, Casuto LS, McElroy SL. Binge Eating Disorder. **Psychiatr Clin North Am.** 2017 Jun;40(2):255-266. doi: 10.1016/j.psc.2017.01.003. Epub 2017 Mar 6. PMID: 28477651.

HILBERT A, Petroff D, Herpertz S, Pietrowsky R, Tuschen-Caffier B, Vocks S, Schmidt R. Meta-analysis of the efficacy of psychological and medical treatments for binge-eating disorder. **J Consult Clin Psychol**. 2019 Jan;87(1):91-105. doi: 10.1037/ccp0000358. PMID: 30570304.

HIMMERICH H, Kan C, Au K, Treasure J. Pharmacological treatment of eating disorders, comorbid mental health problems, malnutrition and physical health consequences. **Pharmacol Ther**. 2020 Aug 25:107667. doi: 10.1016/j.pharmthera.2020.107667. Epub ahead of print. PMID: 32858054.

ISSN 2178-9428

HOWLAND RH. Odds and ends in psychopharmacology from the past 10 years. **J Psychosoc Nurs Ment Health Serv.** 2015 Jan;53(1):9-12. doi: 10.3928/02793695-20141222-01. PMID: 25622272.

MCELROY SL, Hudson JI, Mitchell JE, Wilfley D, Ferreira-Cornwell MC, Gao J, Wang J, Whitaker T, Jonas J, Gasior M. Efficacy and safety of lisdexamfetamine for treatment of adults with moderate to severe binge-eating disorder: a randomized clinical trial. **JAMA Psychiatry.** 2015 Mar;72(3):235-46. doi: 10.1001/jamapsychiatry.2014.2162. PMID: 25587645.

SRIVASTAVA G, O'Hara V, Browne N. Use of Lisdexamfetamine to Treat Obesity in an Adolescent with Severe Obesity and Binge Eating. **Children** (Basel). 2019 Feb 4;6(2):22. doi: 10.3390/children6020022. PMID: 30720744; PMCID: PMC6406487.

ISSN 2178-9428

IN DUBIO PRO SOCIETATE NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

BUFOLISKI, Andressa Cardoso[168]
OLIVEIRA, Kamila Demenck de[169]
ABREU, Guilherme Schroeder[170]

RESUMO: Por meio de pesquisas bibliográficas de renomados autores de processo penal o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a posição da doutrina e jurisprudência a respeito da aplicação do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia do rito do Júri, através de explicações sobre o procedimento do Tribunal do Júri, em especial a fase *Judicium Accusatione* onde pode ocorrer a pronúncia, procurando deixar evidente os argumentos sobre a aplicação do *in dubio pro societate* e da corrente minoritária que defende a aplicação do *in dubio pro reo* e presunção de inocência.

Palavras-chave: Processo Penal. Pronúncia. Tribunal do Júri.

1 INTRODUÇÃO

A instituição do Tribunal do Júri é prevista pela Constituição Federal para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, tendo seu procedimento dividido de forma escalonada, sendo dependente da decisão de pronúncia na primeira fase para que possa prosseguir para o julgamento em plenário.

Para que seja possível a decisão de pronúncia é necessário que o juiz identifique a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime. Tendo estes pressupostos em vista é de suma importância identificar o critério de decisão do juiz e qual deve ser sua abordagem em caso de dúvida se há indícios e materialidade necessários para pronúncia e posterior envio do processo para julgamento pelo Conselho de Sentença.

Através de obras doutrinarias e jurisprudências é possível identificar que a doutrina majoritária prega que o juiz deve optar pela aplicação do *in dubio pro societate* em caso de incerteza, pronunciando o acusado, tema tratado no presente trabalho. Porém esse entendimento não é pacífico havendo uma corrente contrária que prega a aplicação do *in dubio pro reo* e da presunção de inocência.

A abordagem desse tema se faz importante para uma melhor compreensão a respeito do procedimento utilizado no Tribunal do Júri e a interpretação de princípios

[168] Acadêmicas do curso de Direito, 6 º período B, Centro Universitário Campo Real
[169] Acadêmicas do curso de Direito, 6 º período B, Centro Universitário Campo Real
[170] Orientador docente do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

processuais penais, pois a abordagem do princípio *in dubio pro reo* em conjunto com a presunção de inocência beneficiaria o acusado, enquanto o *in dubio pro societate*, deixa a sociedade decidir sobre a autoria e materialidade do crime, respeitando a soberania do júri, algo controverso, mas que é defendido pela doutrina majoritária e pela jurisprudência.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI

A Constituição Federal Brasileira prevê em seu Art. 5°, inciso XXXVIII a instituição do Tribunal do Júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, tendo seu procedimento regido pelos artigos 406 a 497 do Código de Processo Penal, que tiveram sua alteração mais recente realizada pela Lei 11.689 de 9 de junho 2008.

O Tribunal do Júri possui um procedimento escalonado, ou seja, possui duas fases, a primeira denominada de *judicium accusationis* que consiste na instrução preliminar compreendida entre o recebimento da denúncia ou queixa e as decisões de pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação, e a segunda fase, do *judicium causae* do julgamento em plenário. Essa divisão acontece como filtro para que não sejam levados ao júri processos sem o menor indício de autoria e materialidade, evitando a exposição e constrangimento desnecessários do acusado (AVENA, 2019).

A instrução preliminar do processo segue um procedimento semelhante ao Rito ordinário, tendo como objetivo examinar se há indícios suficientes para que haja a possível existência de um crime doloso contra a vida e com base nesses indícios ao final dessa fase o juiz poderá decidir pela absolvição sumária, desclassificação, impronúncia ou pronúncia do crime como já aludido (PACELLI, 2020).

A absolvição sumária ocorre quando o juiz identifica alguma hipótese do Art. 397 do Código de Processo Penal, excluindo o crime e sua punibilidade; a desclassificação própria quando o crime cometido não trata-se de um crime doloso contra a vida; a impronúncia quando não há indícios suficientes para que se verifique a possível existência do crime e a decisão de pronúncia quando verifica-se que existem indícios suficientes para que o processo prossiga para segunda fase e seja levado ao julgamento em plenário (PACELLI, 2020).

ISSN 2178-9428

Com o trânsito em julgado da decisão de pronúncia os autos são remetidos ao Tribunal do Júri, dando início a fase *judicium causae* onde o Conselho de Sentença composto por sete jurados irá decidir o mérito do processo, condenando ou absolvendo o acusado (CAPEZ, 2020).

2.2 *IN DUBIO PRO REO* E A PRESUNÇÃO DE INÔCENCIA

A presunção de inocência é um princípio fundamental dentro do ordenamento jurídico brasileiro onde a Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LVII dispõe “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988, Art. 5º, LVII). Tal princípio deve servir de base para o processo penal, uma vez que este, deve ser interpretado de acordo com a Constituição.

Dentro do processo penal, cabe uma presunção relativa de inocência sobre a pessoa que está sendo acusada de cometer determinado crime, pois cabe ao acusador apresentar provas que comprovem o fato e autoria alegada, porém a pessoa somente será tida como culpada após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (MARCÃO, 2020).

O princípio *in dubio pro reo*, ou também chamado “favor rei” é um princípio processual que deve ser utilizado quando houver dúvida sobre a culpa – sentido amplo - ou se realmente ocorreu tal fato criminoso. Nesse caso o réu deverá ser absolvido, ou deverá ser tomada uma decisão mais benéfica para ele (BONFIM, 2016).

2.3 *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

Existe um princípio que se apresenta de forma mais maléfica ao réu entrando em conflito com o princípio do *in dubio pro reo*, o chamado princípio do *in dubio pro societate*, ou seja, quando houver dúvida sobre a existência do fato ou da culpa do réu, a decisão deverá ser favorável a sociedade. É comum a utilização desse princípio no recebimento da denúncia e na fase de pronúncia no rito do Júri (BONFIM, 2016).

2.4 *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

ISSN 2178-9428

Para que seja iniciada a segunda fase do procedimento do júri é necessário que ao final da primeira fase haja uma decisão de pronúncia, baseada no fato da existência de indícios de autoria e materialidade do crime. Quando não há indícios suficientes para comprovar a possibilidade de sua existência ocorre a impronúncia e havendo indícios suficientes ocorre a pronúncia e o processo é encaminhado para o julgamento em plenário. E quando não há a plena convicção da decisão?

A doutrina majoritária acredita que no caso de dúvida do juiz deve-se utilizar o princípio do *in dubio pro societate*, ou seja, pronunciar o réu para que o Conselho de Sentença decida. É a opinião de doutrinadores como Fernando Capez (2020) que diz que a decisão de pronúncia é uma mera prelibação, devendo deixar a apuração para os jurados. Por sua vez, Norberto Avena (2019) argumenta que os Tribunais Superiores seguem a corrente majoritária do *in dubio pro societate,* porém admite a existência de uma corrente minoritária contrária.

Aury Lopes Junior (2020) é um dos principais doutrinadores que negam o *in dubio pro societate*, ele alega que este não tem nenhum embasamento constitucional, se posicionando contrário a sua aplicação pois acredita que em tal caso deve-se utilizar o *in dubio pro reo* e a presunção de inocência não devendo o juiz pronunciar o réu sem fortes indícios e um elevado grau de convencimento.

> Não se pode admitir que os juízes pactuem com acusações infundadas, escondendo-se atrás de um princípio não recepcionada pela Constituição, para burocraticamente pronunciar réus, enviando-lhes para o Tribunal do Júri e desconsiderando o imenso risco que representa o julgamento nesse complexo ritual judiciário. (LOPES JR., 2016, p. 806).

Pacelli (2020), apesar de rejeitar o princípio do *in dubio pro societate* em nossa ordem processual garantista, acredita que em caso de incerteza o juiz deve optar pela pronúncia pois em suas palavras “É preciso considerar que a decisão de pronúncia somente deve revelar um juízo de probabilidade e não o de certeza” (PACELLI, 2020, p. 554). Com isso o autor afirma que não há necessidade do juiz demonstrar se está totalmente convencido da autoria e materialidade, preservando a competência do júri para julgamento de crimes dolosos contra vida já que não cabe ao juiz realizar uma decisão fundamentada com certeza absoluta sobre os fatos como ocorre nas hipóteses de absolvição sumária e desclassificação em que se exige um convencimento total do juiz sobre a decisão.

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível compreender melhor o funcionamento do Rito do Júri e sua divisão, expondo as possíveis decisões do juiz, em especial, a decisão de pronúncia e o procedimento a ser adotado em caso de dúvidas a respeito da existência de indícios suficientes para julgamento em plenário.

Apesar da doutrina majoritária e da jurisprudência pregarem a utilização do *in dubio pro societate* em caso de incerteza do juiz em relação a pronúncia respeitando, assim, a soberania do júri há uma corrente minoritária contrária a este princípio devido a falta de base legal e que defende a aplicação da presunção de inocência e do *in dubio pro reo* para benefício o acusado.

4 REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 17 de set. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.689 de 03 de outubro de 1941.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm > Acesso em: 21 de set. de 2020.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 27.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 17.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 6.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ISSN 2178-9428

FISIOTERAPIA FRENTE AO COVID 19

CALDAS, Douglas Darci[171]
BATISTA E LUZ, Beatriz Samantha[172]
EFING, Ricardo Germano[173]

RESUMO: O Coronavírus é uma doença decorrente da SARS que após sofrer modificações do seu DNA se transformou em um vírus que acarreta várias complicações, afetando principalmente as estruturas do aparelho respiratório do indivíduo infectado, causando especialmente falta de ar o que pode levar a óbito, principalmente para os grupos de risco, como idosos e pessoas diagnosticadas com doenças crônicas. O fisioterapeuta é um profissional capacitado em diferentes cenários de atuação, principalmente em seu domínio hospitalar, onde atua através da oxigenoterapia e da reabilitação muscular, respiratória e também no desmame do paciente depois do uso do ventilador mecânico.

Palavras-chave: SARS-CoV-2. Coronavírus. Covid-19. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

O Coronavírus (SARS-CoV-2) é uma doença decorrente da SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) que veio a sofrer modificação do seu DNA no qual acarretou em um vírus com mais complicações respiratórias, que afeta principalmente as estruturas do aparelho respiratório do indivíduo infectado, causando especialmente falta de ar o que pode levar a óbito, principalmente para os grupos de risco, como idosos e pessoas diagnosticadas com doenças crônicas.

O fisioterapeuta vem conquistando seu espaço cada dia mais dentro das suas diversas áreas de atuação, mas também em reabilitações pós-cirúrgicas e traumáticas do âmbito hospitalar, trabalhando na reabilitação de patologias e acidentes neurológicos, dentre várias outras modalidades do processo de reabilitação, podendo atuar também na área de estética, jurídica, desportiva e várias outras áreas, realizando com total autonomia baseado em sua expertise de formação profissional.

Dentro ao cenário atual em que estamos vivendo o fisioterapeuta vem se mostrando cada dia mais valioso, qualificado, preparado e com conhecimentos nos

[171] Acadêmico do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real
[172] Acadêmico do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real
[173] Professor Orientador

ISSN 2178-9428

quais o torna altamente eficaz, com grande relevância no enfrentamento do Coronavírus e suas complicações, de forma individual ou em equipes multidisciplinares.

2 DESENVOLVIMENTO

Em meio a esse cenário, os fisioterapeutas vêm mostrando a fundamental importância da sua atuação, desde a prevenção e conscientização do autocuidado até o enfrentamento desta pandemia, bem como o tratamento direto junto aos pacientes sintomáticos e debilitados por ela. Este profissional da reabilitação contribui bastante com o paciente afetado, pois consegue com sua atuação devolver ao paciente suas habilidades naturais, perdidas com a patologia em questão. Caso o paciente esteja com sintomas pulmonares leves e se mantenha com boa oxigenação em ventilação espontânea, o profissional apenas fará a monitorização e manutenção de sua capacidade respiratória, devido ao risco de piora que pode acontecer em um curto intervalo de tempo. Se o paciente evoluir para uma insuficiência respiratória, o fisioterapeuta irá intervir com a oxigenoterapia invasiva, que é uma terapia complementar que auxilia em casos de doenças respiratórias, e se utiliza neste caso um ventilador mecânico. O fisioterapeuta terá sua atuação junto a este aparelho, estabelecendo seus parâmetros de ajuste, garantido com isso os adequados índices de oxigenação e adaptação do paciente ao mesmo. Também será de competência do fisioterapeuta realizar manobras respiratórias, que ajudarão o paciente eliminar as secreções que o vírus produz nos pulmões, bem como promover uma reexpansão pulmonar, com o ganho de funcionalidade de tal estrutura de hematose. Toda essa atuação serve para diminuir as chances de o paciente vir a apresentar algum tipo de sequela pós-doença, porém em muitos casos acaba acontecendo também da necessidade do fisioterapeuta interceder junto à parte motora geral, a fim de minimizar os danos sistêmicos causados, pelo longo processo de internação em ambiente de terapia intensiva e sedação, pelos quais os pacientes passam em seu processo de recuperação patológica.

Mostrando a vital importância da fisioterapia no tratamento de doenças respiratórias, o fisioterapeuta Renato Leite, em entrevista para o Jornal Band (04/Maio/2020), fez o seguinte comentário a respeito dos cuidados que este

ISSN 2178-9428

profissional tem com o respirador: “Imagine um carro sem o motorista, é o mesmo que um ventilador sem o Fisioterapeuta”. (JOSÉ RENATO LEITE, 2020, Band Jornalismo). Esta frase dita em rede nacional trouxe como repercussão um maior reconhecimento para os profissionais perante a opinião e conhecimento públicos, pois muitos em nossa sociedade ainda não entendem a grande importância do fisioterapeuta no enfrentamento desta pandemia respiratória.

A forma em que o vírus afeta o corpo vai depender de como o organismo do infectado irá reagir e além da inflamação nos pulmões, ele também irá reagir à infecção coagulando o sangue de forma excessiva. Em casos leves pode existir uma pneumonia branda ou não apresentar pneumonia, já em casos severos acompanham sintomas como falta de ar, saturação de oxigênio no sangue, infiltração pulmonar e síndrome respiratória aguda, por fim nos casos críticos o paciente já começa a apresentar insuficiência respiratória, choque séptico (infecção generalizada) e acabando em falência múltipla de órgãos.

As principais atuações do fisioterapeuta na UTI são: manutenção da ventilação mecânica; oxigenoterapia; higiene brônquica; realização de exercícios respiratórios e exercícios básicos para manter a funcionalidade dos membros; avaliação, monitoramento e intervenção para a recuperação funcional global do paciente em tratamento.

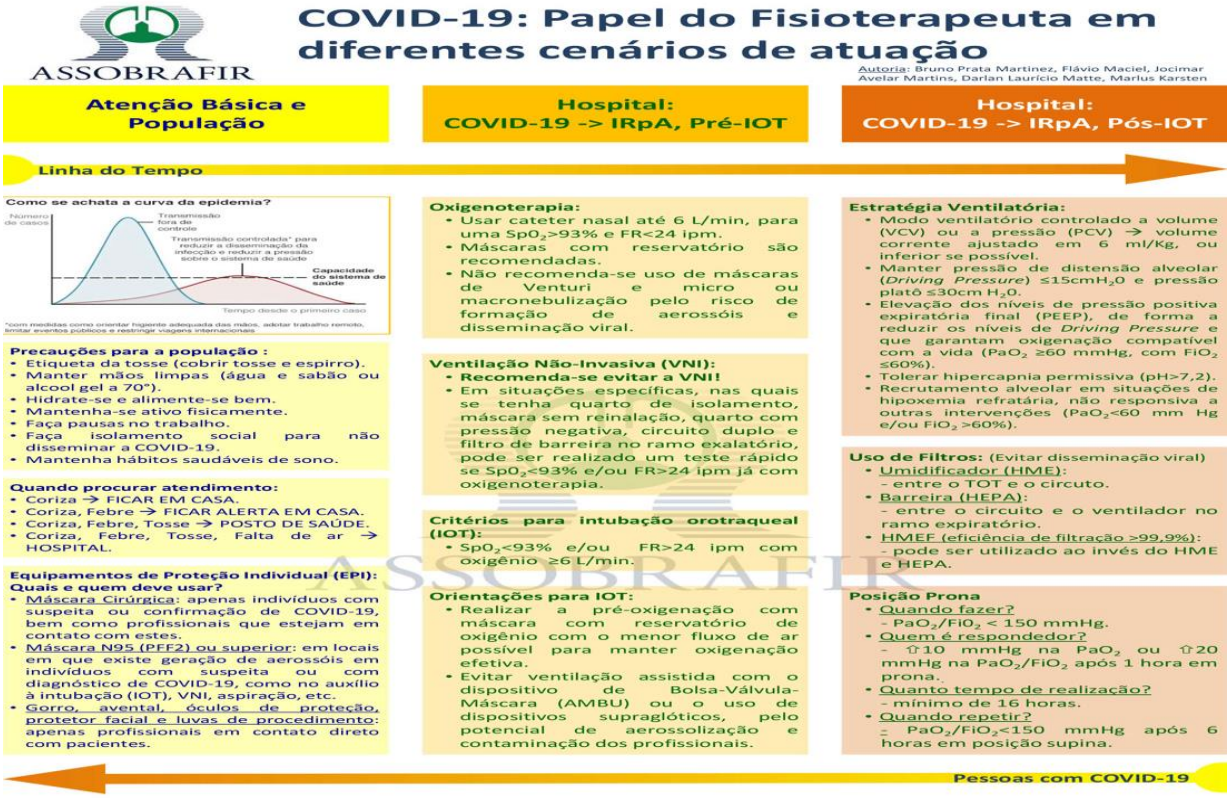
Paciente internado por um determinado período na UTI, tem por consequência, vir a perder tônus muscular global. Alguns músculos podem sofrer, inclusive, processos de atrofia e perda de funcionalidade, além do acometimento também da musculatura cardíaca, trazendo graves e importantes intercorrências ao paciente.

O fisioterapeuta irá trabalhar para recuperar toda musculatura cardíaca do paciente, através de exercícios respiratórios específicos, trabalhando musculatura esquelética costal e diafragmática, bem como todo o contexto de mobilização precoce em ambiente de UTI, de internamento hospitalar e pós-alta hospitalar. Tal processo, visa devolver ao paciente, capacidades e funcionalidades perdidas, tanto pelos efeitos da patologia, bem como dos efeitos do longo período de internação e muitas vezes de sedação, aos quais o paciente é submetido.

Na questão muscular onde recuperação também é necessária, são realizados exercícios das mais variadas modalidades dentro da cinesioterapia, utilizando a biomecânica do paciente, com movimentos onde o mesmo pode realizar sozinho ou

ISSN 2178-9428

com auxílio do fisioterapeuta, para que o paciente possa voltar a ganhar amplitude de movimento e tônus muscular. Tais efeitos melhorarão as atividades de vida diária do paciente, significativamente alteradas no processo de internação, como caminhar, higienizar se, alimentar se, vestir se, etc.



Fonte: assobrafir.com.br

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fisioterapia em meio ao cenário atual mostrou e vem se mostrando essencial no âmbito hospitalar, com ênfase em UTI por se tratar de um profissional de formação e qualificação especificas, com conhecimentos da biomecânica humana, trabalhando na prevenção da perda de tônus, força muscular, na reabilitação cardiopulmonar e por seus relevantes e importantes trabalhos junto ao controle da ventilação mecânica e desmame do paciente submetido ao uso de ventilador artificial, bem como todos cuidados de higiene e recuperação pulmonar, tão danificado pelo Coronavírus.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

PEREIRA Rodríguez, Javier Eliecer; WAISS Skvirsky Sandra Sharon; VELÁSQUEZ Badillo Ximena; LOPEZL-Florez Otilio; QUINTERO-Gómez Juan Camilo, **FISIOTERAPIA E SEU DESAFIO CONTRA COVID-19,** 22-Abril-2020, disponível em < https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/157/186 >acesso em 21-Maio-2020.

MURAMAYA Renato**; Atuação do Fisioterapeuta no Corona Vírus COVID-19,** c2020, disponível em < https://www.clinicareativacao.com.br/blog/atuacao-fisioterapeuta-corona-virus-covid19/ > acesso 03-Setembro-2020.

MATTE Darlan Lauricio; ANDRADE Flavio Maciel Dias de; MARTINS Jocimar Avelar; MARTINEZ Bruno Prata; KARSTEN Marlus, **O Fisioterapeuta e sua relação com o novo betacoronavirus (2019-nCoV),** 30- Janeiro-2020, disponível em < https://assobrafir.com.br/wpcontent/uploads/2020/01/ASSOBRAFIR_BETACORONAVIRUS-2019_v.4.pdf > acesso em 21-Maio-2020.

MARTINEZ Bruno Prata; MACIEL Flavio; MARTINS Jocimar Avelar; MATTE Darlan Laurecio; KARSTEN Marlus; **Papel da Fisioterapia em diferentes cenários de atuação**, 27-Março-2020, disponível em < https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15901 > acesso em 21-Maio-2020.

ISSN 2178-9428

MAPEAMENTO GENÉTICO: VANTAGENS E DESVANTAGENS[174]

BORTOLANZA, Aline da Motta[175]
FARIA, Adrielly Nunes[176]
PEREIRA, Anelize[177]
DAL FORNO, Gonzalo Ogliari[178]

RESUMO: Tratou-se de uma revisão bibliográfica e de artigos acadêmicos que teve o objetivo de fazer uma síntese de informações acerca de mapeamento genético, bem como apresentar suas vantagens e desvantagens. A junção de informações permitiu esclarecer de maneira objetiva o que é mapeamento genético e sua colaboração social e científica, bem como suas vantagens e desvantagens, sintetizadas de maneira simplificada.

Palavras-chave: Mapeamento genético. Doenças. Genes. Hereditariedade. Biotecnologia.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1986, dava-se início um projeto norte-americano que mudaria a perspectiva genética da humanidade, tratava-se da sequenciação integral do genoma humano. Quando aprovado pelos órgãos competentes, a ambiciosa experiência já não se tratava mais somente de um sequenciamento do código genético humano, mas de uma revolução na história da medicina genômica e nos diagnósticos biomoleculares (LAMOLLE, MUSTO, OROSCO; 2018).

Elemento fundamental do estudo, a biologia molecular vem ganhando espaço em pesquisas e tratamentos, parte disso deve-se à perspectiva futura de uma medicina personalizada. No mapeamento genético localizam-se os genes, o distanciamento entre eles e uma possível ligação entre lócus específicos, esta que atuará como marcador genético a ser analisado, em outras palavras, mapeamento

---

[175] Biomedicina, Quarto Período.
[176] Biomedicina, Quarto Período
[177] Biomedicina, Quarto Período.
[178] Prof° Orientador Gonzalo Ogliari Dal Forno, Graduado em Biomedicina pela Universidade de Cruz Alta (2008) e mestrado em Biologia Celular e Molecular pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011), Atualmente é doutorando em Ciências Farmacêuticas da UNICENTRO. Docente do Centro Universitário Campo Real dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Psicologia. Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - COMEP da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

ISSN 2178-9428

genético é uma forma de demonstrar a correlação física que existe entre os genes, apesar da segregação em termos de localidade. De forma específica os mapeamentos não auxiliam com informações a nível molecular, porém são extremamente úteis em processos de comparação e compreendimento quanto a organização cromossômica e processos biológicos ligados à mesma (EYRE, 2017).

Essa tecnologia permite avanços que hoje são fundamentais para maior desenvolvimento da ciência. Entre eles, está o diagnóstico pré-sintomático de doenças hereditárias, identificação de paternidade, desenvolvimento de análises forenses e aconselhamento genético. O tema implicavárias questões éticas, contudo o avanço tecnológico em saúde depende da colaboração da biologia molecular, uma ciência que tem salvado vidas, bem como prevenindo complicações futuras. O objetivo desta pesquisa foi encontrar diversos artigos práticos ou teóricos que expusessem o que é o mapeamento, sua utilidade e a retratação possíveis de vantagens e desvantagens.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia aplicada foi a de revisão bibliográfica, teve como fonte de consulta artigos científicos e acadêmicos. Por meio dos sites de pesquisa Scielo, PubMed e Google Acadêmico. Foram utilizados termos de buscas como: “mapeamento genético”, “Projeto Genoma Humano”, “vantagens e desvantagens do mapeamento genético”, “genetic mapping” e “advantages and disadvantages of genetic mapping”. Foram utilizados como critérios para a seleção dos artigos a obtenção de informações acerca do mapeamento genético, o que é, qual sua utilidade, além das vantagens e desvantagens do mesmo apresentado pelos autores. Além disso, os artigos deveriam ser publicados a partir do ano de 2006.

3 MAPEAMENTO GENÉTICO

O termo mapeamento genético tem se tornado popular nos últimos anos, cultivando grande engajamento científico e social. O interesse sobre o tema cresceu a determinadas proporções despertado pelo aprofundamento sobre o Genoma Humano, desenvolvido pelo Projeto Genoma Humano, este que demonstrou através de uma intensa pesquisa, perante colaboração de diversos países, entre outros

ISSN 2178-9428

pontos, a relação existente entre algumas doenças e regiões genéticas específicas (LAMOLLE; MUSTO; OROSCO 2018).

Quanto à estruturação, o mapa genético pode ser de baixa, média ou alta resolução. Determinado de acordo com a quantidade de genes ou marcadores a serem ordenados, a ordem linear entre os marcadores (perante os cromossomos) será deduzida a partir do distanciamento entre eles. Existem dois tipos de mapeamento: o físico, que referencia a distância entre os marcadores pelo número de bases, e o mapa genético, objeto de estudo, que estabelece uma distância relativa entre estes, sem especificação quanto a "distância real" (EYRE, 2017). Seu desenvolvimento ocorre basicamente de duas maneiras: por meio de análise proteica, que permite conhecer a sequência de DNA correspondente e através do mapeamento de um gene no interior do cromossomo e isolamento do mesmo.

O mapeamento é especificamente sensível a má definição de fenótipos, fatores de risco genético e ambiental em possíveis alterações e padrões de herança desconhecidos (SHRINER, 2013). Entretanto, é útil em diversas circunstâncias, além da pré-identificação de disfunções, e no diagnóstico, por exemplo, colaborando em análises forenses, e, embora gerado controvérsias, no aconselhamento genético.

3.1. VANTAGENS VS. DESVANTAGENS DO MAPEAMENTO GENÉTICO

AUTOR	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Stephen Eyre, Gisela Orozco e Jane Worthington.	Condições de prever possíveis mutações genéticas. Portanto auxiliando nas pesquisas acerca da pré-identificação e compreensão de doenças, influenciando diretamente no entendimento, diagnóstico e tratamento destas, que por muitas vezes são pouco conhecidas.	Não fornece informações a nível molecular, assim portanto não fornecendo informações muito específicas, é uma técnica refém de informações adjacentes.
Albany Ossege e Volnei Garrafa	Empresas conscientes da insalubridade que disponibilizam, podem usar do mapeamento genético para prevenir possíveis processos judiciais e adoecimento dos trabalhadores.	O mapeamento genético pode gerar diversos preconceitos durante a seleção de trabalhadores.
Daniel Shriner	O mapeamento proporciona uma visão ampla sobre a biologia, prevenção e tratamentos de diversas doenças.	Algumas técnicas de mapeamento requerem dados com atenção especial a certos fatores, algumas

ISSN 2178-9428

		vezes sendo limitados pela falta de informações.

3.2. MANIPULAÇÃO GENÉTICA E QUESTÕES RELACIONADAS À ÉTICA E A MORALIDADE.

A possibilidade de conhecer minuciosamente um ser humano, em cada detalhe genético presente no interior de suas células possibilita um leque de interesses pessoais. Essa questão levanta dilemas éticos, como a discriminação de algumas expressividades genicas (OSSEJE; GARRAFA. 2015).

A inteligência humana, por exemplo, está ligada diretamente a um gene, e seria um tanto quanto injusto ter que apresentar um mapa genético para a aprovação em universidades renomadas. O comportamento anti-social, da mesma forma, mantém predisposição genética, assim como vícios em drogas e álcool. De certo modo, se fosse possível interferir, todas as gestações apresentaram intervenções biomoleculares para a seleção gênica, deixando de serem naturais. (JOAQUIM; EL-HANI. 2010)

Em outras palavras, seria possível “moldar” uma pessoa perfeita. E qual a problemática disso? Quando a reprodução da espécie acontece naturalmente, ocorre um processo conhecido como “diversidade genética”. Esse fator impede que todos os organismos da espécie sejam geneticamente iguais. Portanto, garante que a espécie não seja consumida pela seleção natural. Quando há diversidade genética, a tendência das gerações futuras é a evolução, pois cada vez mais as características favoráveis são selecionadas. (SANCHES; FEITOSA 2006)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento genético é um grande avanço para biologia molecular relacionada com a saúde. Principalmente, por trazer respostas sobre doenças genéticas desde o pré-natal até análises de DNA após o nascimento. Pode ajudar na identificação de doenças pré-sintomáticas, como câncer e doenças neurodegenerativas, e ajudar em tratamentos terapêuticos.

ISSN 2178-9428

Destaca-se discussões sobre possíveis desvantagens, como por exemplo, quando a maioria dos autores questionam a ética do mapeamento genético relativa a uma hipotética exigência por parte de empresas e/ou universidades, que poderiam acarretar uma valorização e até priorização com relação a uma possível "perfeição". Apesar do desenvolvimento na área, existem dificuldades tanto financeira, por ser um procedimento caro, como ligadas a incertezas quanto a métodos e resultados dos estudos, e em meio a tudo, ainda se questiona até que ponto a manipulação cromossômica influência na variabilidade genética.

5 REFERÊNCIAS

EYRE, Stephen; OROZCO, Gisela; WORTHINGTON, Jane. The genetics revolution in rheumatology: large scale genomic arrays and genetic mapping. N**ature Reviews Rheumatology**, v. 13, n. 7, p. 421, 2017. DOI:10.1038/nrrheum.2017.80. Disponível em : https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28569263/. Acesso em 21 set. 2020.

JOAQUIM, Leyla Mariane; EL-HANI, Charbel Niño. A genética em transformação: crise e revisão do conceito de gene. **Scientiae studia**, v. 8, n. 1, p. 93-128, 2010. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662010000100005. SciELO. Dispnível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-31662010000100005&script=sci_arttext. Acesso em 22 Set. 2020

LAMOLLE, Guillermo; MUSTO, Héctor; OROSCO, Gisela. **Genoma Humano. Aspectos estructurales**. In: Anales de la Facultad de Medicina. Universidad de la República. Facultad de Medicina, 2018. p. 12-28. DOI: 10.25184/anfamed2018v5n2a10. Disponível em: https://doaj.org/article/a5e12ed09a6a4eadb75351b59751e397 .Acesso em 09 set. 2020.

OSSEGE, Albany; GARRAFA, Volnei. Bioética e mapeamento genético na seleção de trabalhadores. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 226-238, 2015. DOI:10.25184/anfamed2018v5n2a10. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000100226&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 21 set. 2020.

SANCHES, Mário Antonio; FEITOSA, Gabriela Dias. O Impacto Ético e Social da Pesquisa em Genética. **Revista Acadêmica Ciência Animal**, v. 4, n. 1, p. 85-97, 2006. DOI: http://dx.doi.org/10.7213/cienciaanimal.v4i1.9303. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/cienciaanimal/article/view/9303. Acesso em 22 Set. 2020.

SHRINER, Daniel. **Overview of Admixture Mapping.** 2017. DOI: 10.1002/cphg.44. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28696560/. Acesso em 21 set. 2020.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRO FRENTE A RELATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

MORETTO, Heloisa Buco[179]
PLATZGUMER, Vinicius[180]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho foi segmentado através de pesquisas documentais e bibliográficas, partindo da análise da Constituição Federal brasileira e do Código de Processo Civil brasileiro, minuciando clássicos doutrinadores como Humberto Theodoro Júnior e Uadi Lammêgo Bulos, com o objetivo de explanar sobre os novos métodos de Execução Civil, para prestação satisfativa do credor, especificamente sobre as Medidas Executivas Atípicas.

Palavras-chave: Execução Civil. Medidas Executivas Atípicas. Relatividade dos Direitos Fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho se tem como objetivo analisar e clarificar o atual processo de Execução Civil, sob o fundamento do Código de Processo Civil do ano de 2015. Legitima-se pela ineficácia do atual processo de execução e pelo não cumprimento da prestação satisfativa do credor quanto aos seus créditos, visando apresentar a aplicação do disposto no art. 139, inciso IV do CPC, as Medidas Executivas Atípicas, que visam modernizar e prosperar a fase executiva.

Além de explanar sobre o que são essas medidas, essencialmente será analisado o contexto Constitucional em que se encontram, sob o prisma da Relatividade dos Direitos Fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

2 DESENVOLVIMENTO

Doutrinariamente, os títulos executivos dividem-se em dois: o primeiro deles, é o título executivo judicial, com mais frequência decorrente de uma sentença judicial, e o segundo, é o título executivo extrajudicial, disciplinado por um rol taxativo no Código de Processo Civil, conforme preceitua Theodoro Jr:

> O processo de execução contém a disciplina da ação executiva própria para a satisfação dos direitos representados por títulos executivos extrajudiciais.

[179] Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[180] Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

> Serve também de fonte normativa subsidiária para o procedimento do cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 771). ([1]Theodoro Jr, 2020, p. 12)

A ação de Execução de Título Extrajudicial, portanto, segue o procedimento especial, inicia-se no processo de executivo, enquanto o Cumprimento de Sentença ocorre, de regra, conforme os tramites do procedimento comum ordinário.

O processo de execução civil tornou-se ineficaz e repetitivo, ou seja, o processo não está alcançando o fim a que se destina, a instrumentalidade do processo resta prejudicada, pois o credor não consegue satisfazer a sua pretensão, para Azevedo, um processo efetivo é aquele que atinge o fim a que se propõem, nas palavras do autor:

> A efetividade do processo nada mais é do que a realização prática, real, dos fins a que o processo se propõe; é o cumprimento das finalidades do processo. Parafraseando os pensamentos de Dinamarco *Ibidem* pág. 5., visando o processo, a pacificação com a justiça dos conflitos sociais, será efetivo aquele que chegue mais perto do cumprimento dessa finalidade (Azevedo, 2020)
>
> .

No mesmo diapasão, alguns autores, entendem o processo executivo como estruturais, comumente conhecido por possuir sentenças estruturais, onde encontra-se o paradigma da legitimidade constitucional e a efetividade do processo, nas palavras de Faria:

> Se as medidas típicas se submetem ao princípio da legalidade, estando, portanto, inseridas em um contexto de previsibilidade, publicidade e isonomia155, o mesmo não se pode dizer das medidas atípicas executivas no que tange à sua previsibilidade normativa, exatamente por não terem sido discriminadas na legislação processual. A cláusula geral de atipicidade, trazida pelo art. 139, IV, do CPC/2015, está inserida no capítulo que disciplina os poderes, os deveres e a responsabilidade do juiz. Isso significa que está no campo de discricionariedade do Juízo fixar ou não essas medidas não tipificadas, e sob quais parâmetros aplicá-las. (FARIA, 2019, p. 70)

Conclusiva a análise da ineficácia dos meios executivos típicos, encontra-se a necessidade de vislumbrar a atipicidade dos meios, portanto, as Medidas Executivas Atípicas são necessárias à celeridade processual e a efetividade da execução civil, previstas no Código De Processo Civil, mais precisamente em seu artigo 139, inciso IV, o qual preceitua:

> Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

> IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária; (BRASIL, 2015)

Essas medidas, são definidas por Theodoro Jr, 2020, como:

> O legislador quis ampliar a efetividade das ordens judiciais, munindo o juiz da autoridade para criar medidas executivas que complementem e reforcem as medidas executivas típicas já previstas no Código. Não se trata, porém, de uma abertura para o abandono discricionário do procedimento legal. Em regra, o juiz usará da atipicidade executiva, na medida em que inexista medida típica para a hipótese do caso dos autos, ou quando a medida existente não se mostrar capaz de proporcionar a efetividade da tutela jurisdicional satisfativa a que tem direito o exequente. ([2]Theodoro Jr, 2020, p. 429)

Ainda, no mesmo entendimento sobre estas medidas, preceitua Campos:

> O atual Código de Processo Civil inovou ao deixar a cargo do juiz a determinação das medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, conforme previsão do seu art. 139, IV. Essa regra, porém, apenas concretiza o direito à efetividade, que se tornou uma garantia fundamental de natureza constitucional e, portanto, deve ser aplicado de imediato, exercendo uma função bloqueadora em relação às normas que lhes são contrárias. O equívoco metodológico na aplicação de normas-princípio, porém, pode levar (e já tem levado na prática forense) a sérias distorções na aplicação do dispositivo normativo, pois alguns intérpretes insistem em aplicá-las como se tivessem pretensão de decidibilidade e exclusividade, quando na verdade não podem ser aplicadas sem a consideração dos demais princípios que compõem o ordenamento jurídico (pretensão de complementaridade). (Campos, 2018, p. 73)

Conforme a análise jurisprudencial, essas medidas podem ser aplicadas, como exemplo de sua aplicação prática, é a apreensão do passaporte do executado, apreensão da CNH, bloqueio de cartões de crédito, dentre outras medidas, desde que haja a proporcionalidade e a fundamentação devida pelo magistrado, conforme explana a jurisprudência:

> A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade. (STJ AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.309 - SP 2019/0270754-2)

ISSN 2178-9428

A aplicação das Medidas Atípicas ainda sofre grande censura, motivada pela infundada alegação de violação dos direitos fundamentais, sem que haja a perfeita subsunção do contexto fático com a norma violada, por esse motivo é que se fundamenta o aprofundamento de uma das características dos direitos fundamentais, a relatividade, como regra, conforme preceitua Bulos:

> Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos, e não absolutos. Esse é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Embasado no princípio da convivência entre liberdades, a Corte concluiu que nenhuma prerrogativa pode ser exercida de modo danoso à ordem pública e aos direitos e garantias fundamentais, as quais sofrem limitações de ordem ético-jurídica. Essas limitações visam, de um lado, tutelar a integridade do interesse social e, de outro, assegurar a convivência harmônica das liberdades, para que não haja colisões ou atritos entre elas. (Bulos, 2018, p. 535)

Portanto, para o autor acima citado é necessário se fazer uma ponderação de valores, antes de declarar o direito violado em detrimento de outro “A relatividade dos direitos fundamentais é, em grande parte, um problema de interpretação. Cada caso é único. Não é preciso sacrificar um direito fundamental em relação ao outro; basta que se reduza, proporcionalmente, o âmbito de alcance dos interesses em disputa, mediante a técnica da ponderação de valores (cf. Cap. 8, n. 9, h).” (Bulos, 2018, p. 536)

Por fim, ressalta-se que, diante da ineficácia do atual processo de execução civil e da relatividade dos direitos fundamentais, os meios executivos atípicos, previstos no art. 139, IV do CPC devem ser aplicados, respeitando sempre a necessidade de fundamentação por parte do magistrado e a conformidade da medida com a caso concreto, nos limites do princípio da proporcionalidade e da ponderação de valores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, entende-se o processo de execução civil, tornou-se inócuo e inefetivo, gerando sentenças e processos estruturais pré-determinados, sem que haja a satisfatividade do crédito exequendo, e consequente não alcançando o fim a que se destina a instrumentalidade do processo.

ISSN 2178-9428

Ainda, sobre o conflito entre direitos fundamentais, clarividente ficou que esses direitos devem ser analisados mediante uma ponderação de valores, por tratarem-se direitos relativos e não absolutos, dada a característica da relatividade dos direitos fundamentais.

Contudo, conclui-se que as medidas executivas atípicas devem ser aplicadas, sob o prisma da ponderação de valores e do princípio da proporcionalidade, devendo sempre ser estritamente fundamentado pelo magistrado, para então assim, o processo atingir o fim a que se destina, a efetivação do débito exequendo.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marcos de**. AS REFORMAS NECESSÁRIAS À CELERIDADE PROCESSUAL E A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO CIVIL.** Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/teses/marcos.htm>. Acesso em: 22 set 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. ***Curso de direito constitucional***. Editora Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553172726/>. Acesso em: 22 set 2020.

CAMPOS, Eduardo L. Cavalcanti. **Coleção Processo Civil Contemporâneo - O Princípio da Eficiência no Processo Civil Brasileiro**. Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979850/>. Acesso em: 22 set. 2020.

FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho. **Meios atípicos de execução e o cumprimento de sentenças estruturais: entre a legitimidade constitucional e a efetividade**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. Disponível em: <https:/www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11614 >. Acesso em: 07 abr. 2020.

THEODORO Jr., Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. I, 61. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989750/>. Acesso em: 21 mai. 2020

THEODORO Jr., Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento de Sentença**. Grupo GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990961/>. Acesso em: 22 set. 2020.

A DEPRESSÃO E AS ARTES PLÁSTICAS

VASCO, Sarah Wendler[181]
BEIGAJ, Thiago Almeida[182]
FUIZA, Debora Rickli[183]
OLIVEIRA, Marcelo[184]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente artigo é estudo bibliográfico sobre a depressão e as artes plásticas a qual é uma forma de tratamento diferencial para o transtorno depressivo. Como metodologia de pesquisa, este estudo refere-se a um estudo de revisão bibliográfica, tomando como base a história de vida do ator Dim Query e teóricos que tratam da relação entre saúde mental e arte. Como resultados iniciais, pode-se afirmar que a depressão é uma experiência de sofrimento bastante comum na atualidade e a arte como recurso terapêutico pode ser considerada um grande recurso terapêutico.

Palavras-chave: Depressão, Artes plásticas, Tratamento diferencial, Arte terapia.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de como as expressões artísticas auxiliam no tratamento diferencial em pacientes que possuem depressão, e tem como objetivo principal relacionar as artes plásticas com o recurso terapêutico no tratamento da depressão em adultos e idosos. Este tema se torna importante no âmbito da psicologia, pois é uma das formas nas quais o paciente poderá encontrar um meio de expressar o que sente em momentos diversos.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2018) “A depressão é um transtorno mental frequente. Em todo o mundo, estima-se que mais de 300 milhões de pessoas, de todas as idades, sofrem com esse transtorno”, por isso a importância de um tratamento diferencial, pois com situações cotidianas como o acesso a artes podem auxiliar na reinserção destas pessoas na sociedade.

Conforme Silva (2017) na sua dissertação de pós-graduação, “O momento da produção artística pode vir a ser extremamente prazeroso, agindo como um verdadeiro encontro com a criatividade, tocando a sensibilidade do ser devido à facilidade que a arte tem de permitir ao indivíduo a ampliação dos seus sentimentos”,

[181] Estudante, Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real
[182] Estudante, Psicologia, 5º período, Centro Universitário Campo Real
[183] Professora Orientadora, Professora de Psicologia e Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Psicologia, Centro Universitário Campo Real
[184] Professor Coorientador, Professor de Psicologia e Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

a arte proporciona uma liberdade de expressão na qual o indivíduo tem os seus sentimentos e emoções colocados em exercício.

2 DESENVOLVIMENTO

A depressão geralmente é uma abreviação para o Transtorno Depressivo Maior ou Episódio Depressivo Maior na qual se caracteriza como uma tristeza ou angústia suficientemente grave ou persistente para interferir no funcionamento e, muitas vezes, para diminuir o interesse ou o prazer nas atividades (MSD, 2016), então podemos observar que pessoas que possuem depressão normalmente perdem o interesse em fazer suas atividades cotidianas.

Sendo assim a depressão pode ter vários fatores conjuntos que influenciam no desenvolvimento da mesma como: biológicos, psicológicos e sociais. Biológicos como disposição, atividade sexual, atividade física e até mesmo o sono. Em relação ao fator psicológico podemos destacar a angústia, sentimentos de tristeza, solidão e vazio, baixa autoestima, entre outros. E a questão social podemos perceber o isolamento, enfraquecimento dos vínculos, baixo rendimento no trabalho que automaticamente influência na economia.

O público alvo desta doença que estamos nos referindo são adultos e idosos nos quais acabam desenvolvendo com mais facilidade pois, segundo Katya Luciane de Oliveira, Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Mirian Cruvinel e Anita Liberalesso Néri (2006), é um período no qual a memória, a imaginação e o julgamento apresentam uma maturidade e em algumas pessoas poderia apresentar um declínio.

Então para o tratamento nesses casos é por meio de medicamentos e terapia, nos quais servem para estimular a produção de hormônios e também para entender mais a fundo o porque a pessoa está/estava com depressão. Porém neste artigo propomos em uma maneira diferencial sendo esta pela arte.

Segundo Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima e Peter Pál Pelbart (2007) citando Foucault (1995) nos conta que,

> ...em hospitais no mundo árabe – criados por volta do século XII e destinados exclusivamente aos loucos –, a música, a dança, os espetáculos e as narrativas de contos fabulosos eram utilizados como forma de intervenção e de cura da alma. Na Europa, durante a Renascença, a retomada de conhecimentos e práticas da Antiguidade e o interesse pela loucura – infiltrado em todas as esferas da vida cultural e na arte em especial –, somaram-se à influência árabe fazendo surgir os primeiros hospitais para insanos, nos quais essa tradição estava presente: as artes, em especial a música, tinham aí virtudes terapêuticas que atuavam na totalidade do ser humano, penetrando-lhe corpo e alma…

ISSN 2178-9428

Podemos observar que pensadores já obtinham uma percepção diferente da arte e como ela influencia os indivíduos, existindo inúmeras formas de expressão de sentimentos.

Então o processo de arte terapia se baseia no reconhecimento de que os pensamentos e os sentimentos mais fundamentais do homem, derivados do inconsciente, encontram sua expressão em imagens e não em palavras. As técnicas da arte terapia se baseiam no conhecimento de que cada indivíduo, treinado ou não em arte, tem uma capacidade latente de projetar seus conflitos internos em forma visual. Quando os pacientes visualizam tais experiências internas, ocorre frequentemente que eles se tornam mais articulados verbalmente (Naumburg, 1991, p.388).

Este processo em arte terapia é extremamente importante porque é a pessoa quem cria a obra que determina os valores e significados de cada imagem. Caso o terapeuta tente interpretar uma criação, por exemplo, uma pintura, sem consultar a pessoa que a fez, corre o alto risco de depositar conteúdos próprios nela, distorcendo seu significado real (Gray, 1978; Hansen, 2006; Malchiodi, 2005; Rubin, 2005). Podemos entender que apenas a pessoa a qual desenvolveu a arte nos poderá contar o que representa aquilo para ela.

Cada técnica visa estimular e trabalhar uma dimensão do ser humano, por exemplo: a pintura é liberadora, uma vez que ajuda a emoção a fluir; o desenho é ordenador e é a melhor forma de representar a imagem. O que é valorizado não é a forma, mas sim o significado; a modelagem com argila é estruturadora e é usada para dar uma forma concreta ao inconsciente; a colagem é uma atividade multiplicadora, pois, as figuras recortadas e coladas de uma nova maneira adquirem outros significados. A sucata proporciona uma transformação de significados e conceitos através da transformação daquilo que era “lixo”. Assim, com a condução do arte terapeuta e a participação do paciente, as técnicas e materiais cumprem seu papel terapêutico.

Tentar interpretar pelo olhar do indivíduo o que ele quer dizer perante sua arte, e ressignificar alguns contextos que ele apresenta por meio da mesma, para assim entender que é possível ressignificar a vida e também oferecer um refúgio para a expressão do interno.

ISSN 2178-9428

Como é o caso do ator Dim Query no qual por meio da pintura e da música conseguiu trazer uma ressignificação em sua vida e assim entender seus episódios depressivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a depressão está bastante presente atualmente assim a arte seria uma alternativa diferenciada para o tratamento no qual não são todas as pessoas que se identificam com a terapia tradicional.

A arte terapia pode ser usada como tratamento diferencial, pois possibilita a expressividade do sofrimento interno para o mundo. Como no exemplo do Dim Query que o ajudou a superar este transtorno que afeta os adultos e idosos que ficam muito tempo dentro de casa sem interação com outras pessoas, indivíduos que acabam se aposentando e não sabem o que fazer, pessoas que trabalham em casa ou mesmo aquelas que apenas focam no trabalho e quando se frustram acabam adoecendo.

4 REFERÊNCIAS

MACEDO N. D.; **Iniciação á pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. Revista. São Paulo. Edições Loyola. 1994.

OPAS, OMS. Folha informativa - **Depressão**. 2018. Disponível em: < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095>. Acesso em: 07 Abril. 2020.

SILVA M. M.; **A arte como ferramenta no tratamento da depressão**. Salvador. 2017.

OLIVEIRA K. L.; SANTOS A. A. A.; CRUVINE M.; NÉRI A. L.; **Relação entre ansiedade, depressão e desesperança entre grupos de idosos.** Maringá. 2006.<acessado em 8 de Junho de 2020>.

LIMA E. M. F .de.A[I]; PELBART P.P. Arte, clínica e loucura: um território em mutação Hist. **cienc. saude-Manguinhos** vol.14 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2007<acessado em 8 de Junho de 2020>.

SANTOS. R. C. S; CUSTÓDIO. L. M.G. Quando as imagens falam: Definição, estruturação de campo e usos da arte terapia. **Psicologia**.pt ISSN 1646-6977 Documento publicado em 06.08.2017<acessado em 8 de Junho de 2020>.

CORYELL W.; **Transtornos depressivos**, 2018. Disponível em > https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/transtornos-do-humor/transtornos-depressivos < acessado em 08 de Junho de 2020>.

Vasconcellos. E. A.[I]; Giglio. J. S. Introdução da arte na psicoterapia: enfoque clínico e hospitalar **Estud. psicol**. (Campinas) vol.24 no.3 Campinas July/Sept. 2007<acessado em 8 de Junho de 2020>.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

IMUNIDADE, MICROBIOTA INTESTINAL E ALIMENTAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19: UMA REVISÃO

BUDNIK, Emanuele Cristina Gueba[185]
KOSAK, Josieli Maria[186]

RESUMO: A COVID-19, uma doença decorrente do vírus coronavírus, foi identificada na China no final do ano de 2019, trazendo as pessoas um ar de insegurança e da identificação da importância de um sistema imunológico preparado para diversas situações. Para o fortalecimento e/ou manutenção do sistema imunológico é essencial uma microbiota humana bem desenvolvida através de hábitos alimentares saudáveis e equilibrados. Portanto, este trabalho teve como objetivo a união de estudos a fim de relacionar a importância da microbiota intestinal com a imunidade e a alimentação..

Palavras-chave: Sistema Imunológico. Microbiota. Alimentação. COVID-19.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, na China, começou a propagação da doença COVID-19, que rapidamente espalhou-se pelo mundo todo (DE SOUZA OLIVEIRA et al, 2014). Ela é ocasionada pelo vírus coronavírus, cujo qual é de uma família de vírus relativamente grande, com uma membrana cravejada com picos de glicoproteínas, que contém um genoma de RNA em sentido positivo de fita simples, encapsulado em um envelope de membrana. (SILVA, 2020).

Este vírus codifica várias proteínas estruturais, inclusive aquelas que são indutoras de reações imunológicas, como a proteína glicosilada, causando uma baixa resposta do sistema imune a invasores, e acometendo, principalmente, o sistema respiratório inferior (LIU, 2020).

Desde o surto as pessoas buscaram métodos, inclusive alimentares, que pudessem aumentar a capacidade do sistema imunológico. Porém, junto com esta busca acelerada, surge dentro dos meios de comunicação, informações falsas, principalmente no contexto da nutrição, com orientações a suplementos alimentares e alimentos que possam prevenir ou curar a doença covid-19, em suas diversas formas como *shots*, sucos e até soroterapias por meio de transporte endovenoso (CFN, 2020). Porém, sabe-se que a boa eficiência do sistema imunológico é um processo constante, sem haver fórmulas milagrosas.

A imunidade é considerada como a capacidade de resistência a doenças;

[185] Acadêmica do curso de Nutrição 4º Período – Centro Universitário Campo Real
[186] Professora orientadora - Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

de forma mais específica as doenças infecciosas, sendo coordenada pelo sistema imunológico (ABBAS, LICHTMAN & SHIV, 2013). Esse sistema imunológico está correlacionado com a presença de bactérias benéficas, também a microbiota intestinal, a qual exerce função na regulação do sistema imune, sistema nervosos e sobre o comportamento (DE SOUZA & BRENTEGANI, 2017).

A microbiota intestinal humana é formada por bactérias benéficas, que interagem com o hospedeiro e agem juntamente com o sistema imunológico, bem como são essenciais na absorção de nutrientes, visto que sua composição está diretamente ligada com a nutrição (DE SOUZA & BRENTEGANI, 2017).

Dentro destes aspectos, o presente trabalho tem por objetivo uma revisão bibliográfica de artigos presentes nas plataformas google acadêmico e scielo, a fim de apresentar a importância para o sistema imunológico da manutenção da microbiota intestinal.

DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura. Para sua realização foram utilizados informações e dados de artigos encontrados nas bases de dados online do Scielo, Google Acadêmico e Documentos Oficiais, bem como livros físicos, usando as palavras chaves: imunidade; nutrição; covid-19 e microbiota humana.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos tempos os cenários acerca da nutrição mudaram nos países, essencialmente naqueles emergentes, passando da desnutrição para a ingestão excessiva de alimentos com calorias vazias, acarretando portanto, uma deficiência de nutrientes, especialmente os micronutrientes (BRASIL, 2014), essenciais na fortificação do sistema imunológico humano.

Porém, a maior preocupação com o sistema imunológico começou a crescer entre a população a partir do surto de Sars-CoV-2, o qual se intensificou, ocasionando uma pandemia global (GARCIA & DUARTE, 2020),

ISSN 2178-9428

trazendo a uma massa populacional a preocupação de adquirir o vírus e não possuir um sistema imunológico capaz de resistir ao quadro inflamatório da doença.

Estudos revelam que a boa eficiência do sistema imunológico está diretamente correlacionada com a prática de hábitos alimentares saudáveis, tendo uma ingestão adequada de micronutrientes, tais como (MAGGINI, 2018) vitamina A encontrada em cenouras cozidas, ovo de galinha, couve, manga e abobora (FARIAS, 2020); vitamina C que está presente em frutas como acerola (MATSUURA & ROLIM, 2002); ferro que possuí uma grande biodisponibilidade em carnes de gado, como fígado, feijões e uma absorção potencializada pelo ácido ascórbico (BORTOLINI & FISBERG, 2010); zinco sendo suas fontes carne de gado e ovos (CESAR, WADA & WADA, 2005) e selênio encontrado em peixes e na castanha-do-pará (BARBOSA,2016), bem como com a conservação da microbiota intestinal (GONÇALVES, 2014), através do consumo de fibras (DE SOUZA & BRENTEGANI, 2017).

Todavia, a prática de bons hábitos alimentares para a manutenção da imunidade e da microbiota intestinal é essencial durante a vida toda e não somente em um respectivo momento, como um método salvífico. (MAGGINI, PIERRE & CALDER, 2018).

A microbiota humana é um conjunto de microrganismos que habitam o corpo humano, em diversos locais, tais como pele, vias respiratórias, intestino entre outras. Fazem parte da classe de microrganismos as bactérias, *archaea, eucarya*, vírus e elementos genéticos (GONÇALVES, 2014).

A mudança da flora intestinal é contínua durante o período de vida do indivíduo, mas essencialmente no momento de desmame e introdução de alimentos sólidos, sendo modulada na infância a sua maturação e presente a mesma na vida adulta. (GONÇALVES, 2014).

Hábitos alimentares e de vida, bem como a ingestão de antibióticos acabam por modular de formas diferente a composição da microbiota e consequentemente a imunidade das pessoas (GONÇALVES, 2014).

As bactérias presentes no intestino formam o “efeito barreira” a invasores, através da produção de substratos antibactericidas, competição por sítios de adesão, competição por nutrientes e pelo aumento de estímulos ao sistema imune, através da interação com o epitélio do hospedeiro, provocando uma resposta

ISSN 2178-9428

imunológica continua, sendo então um importante componente do sistem a imunológico (DE SOUZA & BRENTEGANI, 2017).

A microbiota é responsável pela estimulação do desenvolvimento do sistema imune, através da síntese e secreção de IgA e geração de resposta da célula T e o desenvolvimento de folículos linfoides. E, por tanto, uma inexistência da microbiota leva a defeitos no sistema imunológico, tais como número reduzido de células T CD4 e níveis reduzidos de anticorpos sistêmicos (DE SOUZA, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema imunológico é a primeira esfera de defesa de um organismo vivo, arcando no combate a hospedeiros indesejáveis como o coronavírus, causador da doença COVID-19.

Sendo assim, para ter uma boa resposta imunológica os hábitos alimentares saudáveis são imprescindíveis, com ingestão adequada de fibras, probióticos e através da baixa ingestão de alimentos ricos em açúcares, conservantes e outros produtos.

Através da prática de hábitos saudáveis ocorre uma modulação equilibrada do sistema imunológico através da microbiota humana, já que um sistema imunológico robusto é decorrente de bons hábitos alimentares proporcionando o fortalecimento da microbiota humana.

4 REFERÊNCIAS

ABBAS, A.; LICHTMAN, A.; SHIV, P. **Imunologia Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 2013.

BARBOSA, C. H. V. **Alimentos e suplementos alimentares contendo selénio: riscos e benefícios**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária.

BORTOLINI, G. A.; FISBERG, M. Orientação nutricional do paciente com deficiência de ferro. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, São Paulo , v. 32, supl. 2, p. 105-113, June 2010.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

ISSN 2178-9428

CESAR, T. B.; WADA, S. R.; BORGES, R. G. Zinco plasmático e estado nutricional em idosos. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 18, n. 3, p. 357-365, June 2005.

DE SOUZA, J. P.; BRENTEGANI, L. M.. A influência da alimentação sobre a microbiotaintestinal e a imunidade. **Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares**, v. 5, n. 8, p. 47-52, 2017.

DE SOUZA OLIVEIRA, E., et al. AS DUAS FACES DA VITAMINA D COMO TERAPIA ADJUVANTE NA COVID-19. **Revista Interamericana de Medicina e Saúde** , 2020, 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

FARIAS, P. K. S. et al . Consumo habitual de alimentos fonte de vitamina A em pré-escolares da zona rural no Norte de Minas Gerais. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 28, n. 5, p. 533-542, Oct. 2015 .

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. **Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil.** Epidemiol Serv Saúde 2020; 29 (2): 1-4.

GONÇALVES, M. A. P. **Microbiota: implicações na imunidade e no metabolismo.** 2014. PhD Thesis. [sn].

LIU, C.; et al. Research and Development on Therapeutic Agents and Vaccines for COVID-19 and Related Human Coronavirus Diseases. **ACS Cent. Sci**, v. 6, p. 315−331, 2020.

MAGGINI, S; PIERRE, A; CALDER, P.C. Função imune e requisitos de micronutrientes mudam ao longo da vida. **Nutrients**, v. 10, n. 10, p. 1531, 2018.

MATSUURA, F. C. A. U.; ROLIM, R. B.. Avaliação da adição de suco de acerola em suco de abacaxi visando à produção de um "blend" com alto teor de vitamina C. **Rev. Bras. Frutic.**, Jaboticabal , v. 24, n. 1, p. 138-141, Apr. 2002

SILVA, F. G. C. et al. **ALIMENTOS, NUTRACÊUTICOS E PLANTAS MEDICINAIs UTILIZADOS COMO PRÁTICA COMPLEMENTAR NO ENFRENTAMENTO DOS SINTOMAS DO CORONAVÍRUS (COVID-19):** UMA REVISÃO. 2020.

ISSN 2178-9428

RELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E O SURGIMENTO DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO

BUDNIK, Emanuele Cristina Gueba[187]
KOSAK, Josieli Maria[188]

RESUMO: Estudo realizado por meio de uma revisão bibliográfica com o objetivo de abordar a obesidade e sua relação com a anemia ferropriva, como um fator agravante que traz consequências na qualidade de vida de crianças. A anemia ferropriva é causada pela baixa concentração de ferro no corpo humano, que pode ser decorrente de dietas com calorias vazias, que ocasionam a obesidade. Estas doenças são fatores preocupantes para os profissionais da área da saúde, pois desencadeiam outras patologias. Por isso, o estudo visa trazer esclarecimentos acerca da anemia ferropriva e a importância da prática de hábitos alimentícios adequados.

Palavras-chave: Crianças. Obesidade. Anemia Ferropriva.

1 INTRODUÇÃO

A anemia é uma condição caracterizada pela baixa concentração de hemoglobina (presente nos glóbulos vermelhos do sangue) no organismo humano. Esta baixa concentração de hemoglobina, está diretamente ligada a ingestão inadequada de ferro por meio da alimentação, ocasionando assim o surgimento da anemia (SCHERER & BENEDUZI, 2011).

Outra condição que contribui diretamente para o surgimento da anemia é a obesidade, cuja doença é de etiologia multifatorial, envolvendo aspectos genéticos, metabólicos, nutricionais, socioeconômicos, culturais, psicológicos e hábitos de vida. A obesidade caracteriza-se pela desordem da composição corporal, com um excesso absoluto ou relativo de massa gorda, por meio de uma ingestão calórica superior ao gasto energético, levando ao aumento do índice de massa corporal (IMC). (NERI, MATTAR, YONAMINE & NASCIEMNTO, 2017). Esta ingestão calórica excessiva nem sempre dispõem dos nutrientes essências para o organismo humano, como é o caso do ferro.

Por isso, a nutrição adequada durante a infância é essencial para o bom desenvolvimento da criança (SCHERER & BENEDUZI, 2011) e na prevenção da anemia ferropriva. No entanto, a deficiência de ferro pode ter início ainda no período

[187] Acadêmica de Nutrição, 4ºperíodo, Faculdade Campo Real.
[188] Docente de Nutrição, Faculdade Campo Real.

ISSN 2178-9428

intrauterino, bem como no último trimestre gestacional ou ainda, durante o aleitamento materno, pois são nestes períodos que se formam as reservas de ferro. A prematuridade ou o precoce abandono do aleitamento materno, podem estar diretamente ligados a espoliação de ferro (DE SOUZA QUEIROZ & MARCO, 2000).

Juntamente com os fatores supracitados, a má nutrição está como fator contribuinte para a carência de ferro, pois, a nutrição inadequada não envolve somente o baixo consumo de alimentos, mas também o consumo de alimentos pobres em nutrientes. Visto que, muitas crianças consomem inúmeros alimentos, tendo até mesmo um aumento do tecido adiposo, contudo, ainda assim possuem uma carência de ferro (BATISTA FILHO, 2008).

Desta forma, considerando a importância deste assunto, objetivou-se elaborar este trabalho de revisão com a finalidade de expor a relação entre a obesidade e a anemia ferropriva. Mostrando os malefícios a saúde, relação com outras patologias, possíveis tratamentos e prevenções e o controle da doença no país.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de artigos científicos e livros que trabalhassem o tema. Os artigos foram obtidos por meio de pesquisa nas bases de dados do Scielo, Google Acadêmico e Periódicos Caps, e selecionados aqueles que estavam de acordo com o objetivo da pesquisa.

2.2 DISCUSSÃO

A obesidade é um problema de saúde pública que vem preocupando o setor saúde, pois, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2010, mostram uma evolução da obesidade de 2,2% de 1990 a 2010, no mundo. Ainda, de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de meninos

ISSN 2178-9428

obesos aumentou em 300% de 1989 a 2009, e nas meninas a variação para o mesmo período foi de 492%, no Brasil.

Um estudo realizado em Maceió mostrou que de 426 escolares entrevistados 25,4% possuíam anemia (SANTOS et. al, 2002). E, em uma distribuição universal, estima-se que 25% da população é acometida pela carência de ferro (DE SOUZA QUEIROZ & MARCO, 2000).

Dentro desta perspectiva, há a influência direta do consumo de alimentos com baixo valor nutricional, no desenvolvimento da anemia ferropriva. Pois, na maioria, há a baixa quantidade ou até mesmo a inexistência do ferro e um grande aporte calórico (LACERDA & CUNHA, 2001).

Os estágios que envolvem a deficiência de ferro acontecem em três fases: o primeiro estágio ocorre quando a quantidade de ferro não é capaz de suprir as necessidades, sendo denominado de depleção de ferro; o segundo estágio tem a diminuição do ferro sérico, saturação da transferrina abaixo de 16% e elevação da protoporfirina eritrocitária livre. Este estágio é denominado de eritropoiese ferro deficiente; e o terceiro e último estágio possui o nível da hemoglobina abaixo dos padrões para a idade e sexo. Sendo a fase da anemia por deficiência de ferro (DE SOUZA QUEIROZ & MARCO, 2000).

Observando os estágios de desenvolvimento, é possível fazer relação direta com a obesidade, pois ao se consumir alimentos com baixo valor nutricional em grandes proporções ou até mesmo em substituição a outros alimentos ricos em nutrientes, inicia-se a baixa de ferro até o surgimento da anemia (DE SOUZA QUEIROZ & MARCO, 2000).

A anemia ferropriva pode desencadear além de mudanças hematológicas, redução da capacidade de atenção, deficiências psicomotoras e comportamentais, inibição da capacidade de atuação de neutrófilos, alteração na neurotransmissão dopaminérgica, atraso na linguagem, coordenação motora e desenvolvimento motor (DE CARVALHO, BARACAT & SGARBIERI, 2006).

Fazendo um paradoxo entre a diminuição do número de desnutridos no Brasil e a crescente curva epidemiológica de obesos, pouco se mudou em relação à anemia ferropriva. Pois, em uma dieta hipercalórica há, igualmente na dieta hipocalórica que acarreta a desnutrição, o baixo consumo de alimentos fontes de ferro (BATISTA FILHO, 2008).

ISSN 2178-9428

Para o combate a anemia ferropriva é essencial à prática de bons hábitos alimentícios, evitando alimentos com calorias vazias e fazendo a ingestão de alimentos ricos em nutrientes, especialmente aqueles ricos em ferro, como feijões e carnes (DE SOUZA QUEIROZ & MARCO, 2000). É essencial para a reserva de ferro adequada, o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida do bebê, bem como a introdução alimentar saudável, evitando alimentos processados e ultra processados (OLIVEIRA, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação inadequada está diretamente ligada com a deficiência de ferro, pois ocorre a substituição das refeições nutritivas por alimentos como *fast foods,* ricos em quantidade energética e baixa em quantidade de ferro.

Essa substituição da alimentação saudável por alimentos não saudáveis pode proporcionar além da obesidade e da anemia vários problemas de saúde na criança, ou aumentar as chances de desenvolvimento de doenças crônicas na vida adulta.

Desta forma, a melhor alternativa é a melhora dos hábitos de vida, como a ingestão de alimentos mais nutritivos e a diminuição do sedentarismo infantil, como forma de prevenção de doenças associadas aos maus hábitos alimentares.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, Malaquias et al. Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. s247-s257, 2008.

BORGES, Cristiane Queiroz et al. Fatores associados à anemia em crianças e adolescentes de escolas públicas de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 877-888, 2009.

DE CARVALHO, Miriam Corrêa; BARACAT, Emílio Carlos Elias; SGARBIERI, Valdemiro Carlos. Anemia ferropriva e anemia de doença crônica: distúrbios do metabolismo de ferro. ***Segurança alimentar e nutricional***, 2006, 13.2: 54-63.

DE SOUZA QUEIROZ, Suzana; MARCO, A. de A. Anemia ferropriva na infância. **Jornal de Pediatria**, v. 76, n. Supl 3, p. S299, 2000.

ISSN 2178-9428

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.** Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil.

LACERDA, Elisa; CUNHA, Antonio José. Anemia ferropriva e alimentação no segundo ano de vida no Rio de Janeiro, Brasil. ***Revista Panamericana de Salud Pública*****,** 2001, 9: 294-301.

NERI, Lenycia de Lopes, MATTAR, Larissa Farjalla, YONAMINE, Glauce Hiromi, NASCIMENTO, Andréa Gislene do. **Obesidade Infantil.** Editora Manole Ltda, 2017.

OLIVEIRA, Andréa Silva de et al. Efeito da duração da amamentação exclusiva e mista sobre os níveis de hemoglobina nos primeiros seis meses de vida: um estudo de seguimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, p. 409-417, 2010.

SANTOS, Célia Dias dos et al. Anemia em escolares da primeira série do ensino fundamental da rede pública de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 1757-1763, 2002.

SCHERER, Fernanda; BENEDUZI, Vera Lúcia. Perfil nutricional e prevalência de anemia ferropriva em crianças. **Conscientiae Saúde**, v. 10, n. 3, p. 433-440, 2011.

ISSN 2178-9428

SANÇÕES ELEITORAIS

ZITTEL, Karoline Marcely [189]
ALMEIDA, Patrícia Rafaela[190]
NETTO, Thieme Silvestri[191]

RESUMO: A inobservância das leis sobre as campanhas eleitorais e o financiamento de partidos, bem como a inobservância de normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos como o de votar e de ser votado, sujeita os indivíduos a sanções administrativas, a penas pecuniárias, à redução ou suspensão de quotas do Fundo Partidário e a imposição de penas restritivas de liberdade e de direitos. As sanções eleitorais alcançam conforme a natureza da infração, o eleitor, o candidato, o partido político, a coligação de partidos e as pessoas jurídicas.

Palavras-chave: Campanhas Eleitorais. Candidato. Direitos Políticos. Eleitor. Sanções Eleitorais.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Eleitoral é a ciência do direito que compreende as normas a serem observadas no processo de voto, consiste em direitos e deveres de suma importância, do sufrágio popular, basilar da democracia no Brasil, englobando responsabilidades tanto para quem governa quanto para quem é governado. Deste modo, temos as sanções cabíveis no âmbito eleitoral, sendo elas a pecuniária, por abuso de poder, fraude, corrupção, captação ou gastos ilícitos de recursos, captação ilícita de sufrágio e conduta vedada e proporcionalidade.

Neste trabalho, tem-se como fonte de estudo a sanção pecuniária, a sanção por abuso de poder, a sanção por fraude e a sanção por corrupção.

Diante das responsabilidades eleitorais, são compreendidas a ética, a honestidade, a razão, a probidade, a moralidade entre outras com cunho de que devem cumpridas, pois sua não observância pode ensejar em sanções atinentes ao Direito Eleitoral, com interesse pela mácula do pleito e não pela penalização individual do sujeito, pois um ilícito eleitoral, enseja em responsabilidade eleitoral com fundamento na transparência do pleito e não em dolo ou culpa.

[189] Acadêmica do Curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[190] Acadêmica do Curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real
[191] Orientadora e Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SANÇÕES ELEITORAIS

As Sanções Eleitorais são destinadas aos eleitores que violam a legislação e aos candidatos que tiverem as contas de campanha desaprovadas, assim, poderão ser investigados por eventuais crimes de abuso do poder econômico (TSE, 2020)

As Sanções se destinam também aos partidos políticos que através dos comitês financeiros tenham suas contas desaprovadas, ocorrendo a perda do direito ao recebimento de quotas do Fundo Partidário correspondente ao ano seguinte (TSE, 2020).

Portanto, a existência de sanção traz a efetividade do Direito, se levado em conta como uma forma coercitiva para a manutenção da ordem social, cumprindo assim sua efetividade (ALVIM, 2013).

2.2 TIPOS DE SANÇÕES ELEITORAIS

2.2.1 Sanção Pecuniária

A Lei dos Partidos Políticos dispõe sobre a aplicação de penalidades decorrentes da arrecadação irregular de recursos, que consistem na devolução das importâncias consideradas irregulares, suspensão temporária do recebimento de quotas do Fundo Partidário, devolução e aplicação de multas (LEITE, 2017).

Conforme o art. 36 da Lei 9.096/1995 é determinado que a violação de normas legais ou estatutárias sujeita o partido político à sanção suspensão do recebimento das quotas do fundo partidário, em caso de recursos de origem não mencionada ou não esclarecida, até que sejam prestados os esclarecimentos pelo partido e, apresentados, sejam aceitos pela Justiça Eleitoral e a suspensão da participação do fundo partidário por um ano, no caso de ocorrer o recebimento de recursos de fontes vedadas (BRASIL, 1995).

ISSN 2178-9428

2.2.2 Sanção Por Abuso De Poder

No Direito Eleitoral, entende-se por abuso de poder o mau uso do direito, a fim de exercer de forma indevida e ilegítima certa influência em um processo eleitoral. Isto ocorre em razão do cerceamento de eleitores que estão em sua liberdade política, de forma que haja a manipulação de consciência política do eleitor ou indução de suas escolhas para que este vote em determinado candidato ou partido político (GOMES, 2020).

O abuso de poder é ilícito, pois fere bens e valores fundamentais ligados ao sistema político-eleitoral e democrático como: liberdade, igualdade, virtude, sinceridade, normalidade, legitimidade e integridade (GOMES, 2020).

As sanções por abuso de poder se aplicam tanto ao autor do fato abusivo quanto aos eleitores que dele se beneficiarem, sendo previstas na Lei Complementar nº 64/1990 no artigo 22, XIV, que consistem em inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos oito anos subsequentes à eleição que foi verificada o abuso, bem como, cassação do registro ou diploma do candidato, e ainda, invalidação dos votos dados ao candidato, sem prejuízo da responsabilização disciplinar, administrativa e penal (BRASIL, 1990).

2.2.3 Sanção Por Fraude

Entende-se por fraude o ato artificioso ou ardiloso, em que há indução ao engano, ocultação de verdade. A fraude tem como consequência a distorção das regras e princípios do direito, regentes de determinada situação (GOMES, 2020)

A sanção por fraude se encontra presente no artigo 14, §10º da Constituição Federal:

> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
> § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Diante do exposto, temos o fundamento para a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). A prática da fraude afeta a integridade e legitimidade do processo eleitoral e é sancionada com a cassação do mandato do beneficiário (GOMES, 2020).

ISSN 2178-9428

2.2.4 Sanção Por Corrupção

A corrupção é caracterizada como a situação em que uma pessoa pratica atos indevidos em razão de uma promessa, oferta ou vantagem indevida para si ou para terceiros (GOMES, 2020).

Segundo Lilia Moricz Schwarcz, a corrupção remete ao ato de conceder ou receber vantagens indevidas ou de agentes públicos ou do setor privado, com o intuito de obter vantagem (SCHWARCZ, 2019).

No âmbito do Direito Eleitoral, a corrupção está presente no artigo 14, §10 da Constituição Federal e também está presente no artigo 299 do Código Eleitoral, que cria um tipo penal para a corrupção eleitoral, circunscrevendo o crime, portanto, na esfera criminal.

> Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita:
> Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Desta forma, para que se caracterize a corrupção eleitoral, é necessário que ocorra uma oferta, aceitação, recebimento, promessa ou oferecimento de vantagem indevida sem causa lícita, que influencie no processo eleitoral em que é ferido a sua integridade, higidez e legitimidade (GOMES, 2020).

Diante do exposto, temos o fundamento para a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). A prática da corrupção afeta a integridade, higidez e legitimidade do processo eleitoral e é sancionada com a cassação do mandato do beneficiário (GOMES, 2020)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as sanções são necessárias para que o Direito Eleitoral seja efetivo, pois o sufrágio popular caracteriza a democracia no Brasil.

Através da responsabilidade eleitoral pode-se imputar a determinada pessoa um dever jurídico, que quando não é cumprido, tem como consequência alguma sanção, logo, tais sanções são essenciais para que o direito seja respeitado, de modo que toda a Justiça Eleitoral é beneficiada.

ISSN 2178-9428

Portanto, agir com respeito é dever de todos para resguardar e manter o regime democrático de direito.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Frederico Franco. **A sanção jurídica no direito eleitoral**. Estudos eleitorais, Brasília, DF, v. 8, n. 2. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990**. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm> Acesso em: 15 set. 2020

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral. Brasília, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4737.htm Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, §3º, inciso V da Constituição Federal. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm> Acesso em: 15 set. 2020.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 16. Ed. São Paulo : Atlas, 2020

LEITE, Geraldo Magela. **Sanções pecuniárias instituídas na legislação eleitoral e partidária brasileira.** Disponível em : <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34384> Acesso em: 20 set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moricz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 88

TSE. **Processo Eleitoral no Brasil**. Sanções. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/sancoes> Acesso em: 20 set. 2020

ISSN 2178-9428

A RELAÇÃO DO *SELF* EM CONTATO COM A IMAGEM DO ESPELHO PÚBLICO

ZIEGEMANN, Amanda[192]
OLIVEIRA, Marcelo de[193]

RESUMO: O interesse pela autoimagem juntamente com o comportamento social fez com que a união desses elementos constituísse este trabalho, onde a observação é o ponto chave para a obtenção dos resultados. Os objetivos da pesquisa abrangem considerar o comportamento de diferentes pessoas diante da imagem do espelho no espaço público, comparando resultados ao final da pesquisa e aprimorando as técnicas de observação social por meio do treinamento do olhar de forma sensível. O espelho escolhido foi o qual se localiza na entrada do Shopping Maria Antônia, em Guarapuava/PR.

Palavras-chave: Espelho. Imagem. Narcisismo. Olhar. Reflexo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do Estágio Observatório realizado no Shopping Maria Antônia, em Guarapuava/PR, mais especificamente no espelho localizado no corredor de entrada do local. Foram feitas anotações a respeito do sexo, idade e tempo de observação das pessoas que passaram pelo espelho durante a carga horária de 10 horas, as quais foram distribuídas entre 8 dias de campo. As visitas aconteceram desde o dia primeiro de outubro de 2018 até o dia primeiro de novembro de 2018.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O espaço escolhido para a observação foi o espelho lateral localizado à esquerda do corredor de entrada do Shopping Maria Antônia, em Guarapuava/PR. O objeto está fixado na parede e mede aproximadamente 5m de largura e 2m de altura. Em frente ao espelho, nota-se a presença de escadas rolantes laterais e uma escada central, as quais permitem o acesso ao segundo andar. Dois pilares também espelhados, dois vasos com plantas e duas lixeiras complementam a caracterização do ambiente. As lojas encontram-se ao redor de todo o estabelecimento.

[192] Acadêmica do Curso de Psicologia, Centro Acadêmico Campo Real
[193] Professor Orientador

ISSN 2178-9428

Durante os períodos de observação, notou-se claramente a alteração no comportamento dos indivíduos. Quando estes estavam com a visão voltada para o espelho e avistavam a observadora, por exemplo, rapidamente desviavam o olhar. O fato de outras pessoas que passavam pelo corredor os observarem, por outro lado, não influenciou no tempo de atenção voltada ao espelho. As intervenções realizadas no campo de estágio se concentraram apenas nas anotações anexadas, pois o cunho não-participante exclui qualquer possibilidade de contato verbal da observadora para com os observados.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

Para que parte do corpo as pessoas prestam mais atenção ao se depararem com sua própria imagem? Uma suposta satisfação leva quanto tempo até ser atingida? O sexo e a idade do indivíduo influenciam na escolha de parar ou seguir em frente? A relação do homem com sua autoimagem pode ser explicada por meio do narcisismo.

> O termo narcisismo deriva da descrição clínica e foi escolhido por Paul Näcke em 1899 para denotar a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado - que contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades. (FREUD, 1996, p. 81)

Ainda sobre o viés narcísico, Sales (2005, p. 114) nos traz a teoria de que é para o narcisismo – como momento primordial da constituição do "eu" por imagens – que se volta a teorização construída a propósito do estágio do espelho. Seu objetivo é fornecer uma teoria genética do "eu" definida como a reflexão que "[...] trata a relação do sujeito com seu próprio corpo em termos de sua identificação com uma imago, que é a relação psíquica *par excellence* [...]" (LACAN, 1951, p. 2 *apud* SALES, 2005, p. 114). Essa constituição do eu acontece logo nos primeiros contatos do indivíduo diante do seu reflexo gerado a partir de um espelho, ainda na infância. Lacan (1998, p. 73) determina que o estádio do espelho fornece a regra de partilha entre o imaginário e o simbólico. Diante do reconhecimento da imagem, o indivíduo passa a interpretá-la de forma a unir o reflexo com seu eu real. "Basta compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse

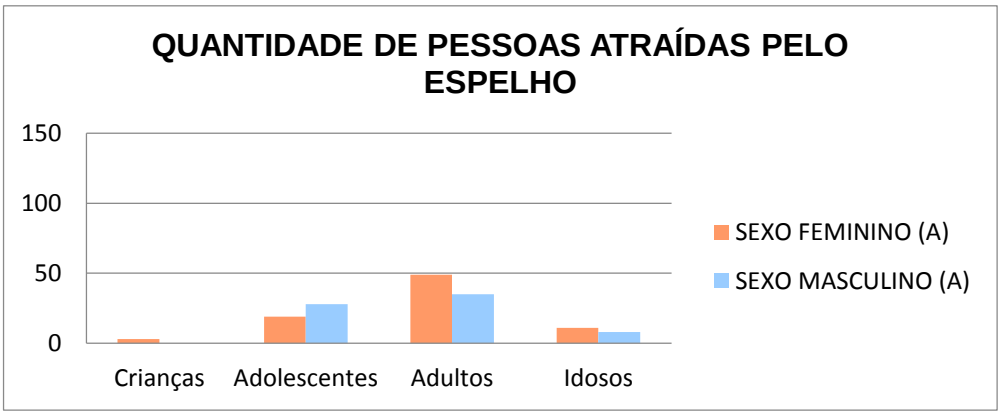
termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem.” (LACAN, 1998, p. 97)

Dunker (2019) discute esse tema em seu canal no Youtube, onde exemplifica que o estádio do espelho envolve três tempos:

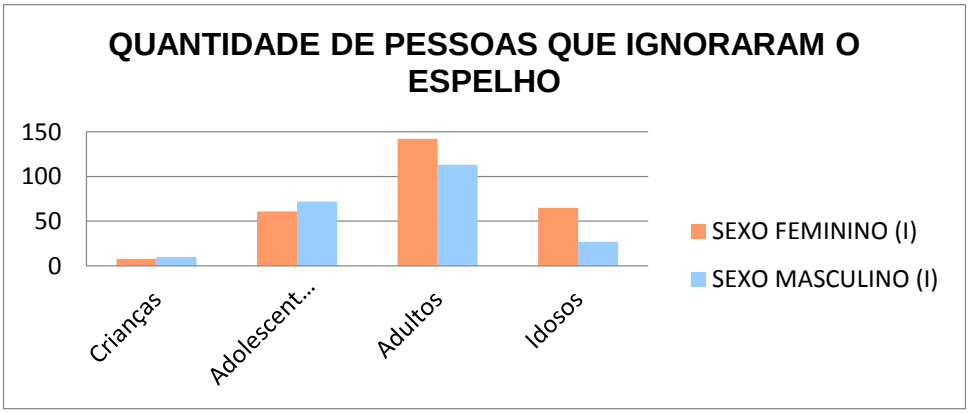
> No primeiro tempo, a criança olha para sua imagem no espelho e recebe uma imagem combinada, uma imagem que a princípio é de um estranho... que é de um outro [...] depois acontece uma experiência que é de transitivismo: eu não sei se o *eu* está aqui ou está lá. Há uma fragmentação do corpo da criança enquanto experiência, essa ausência de unidade do corpo. E no terceiro momento, eu consigo realizar a unidade entre a imagem virtual e a imagem real, de tal maneira que apreendo que o valor da imagem é o valor simbólico. Ela me simboliza. (DUNKER, 2019)

ISSN 2178-9428

2.3 RESULTADOS

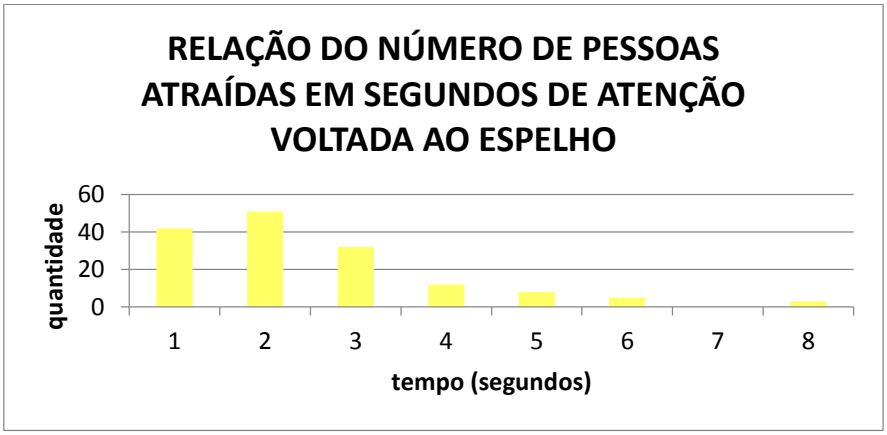


O gráfico acima nos mostra a quantidade de pessoas atraídas pelo espelho, segundo o sexo. Nota-se que o sexo feminino tem um número maior de admiradoras, somando 82 indivíduos, sendo que o sexo masculino completou 71.

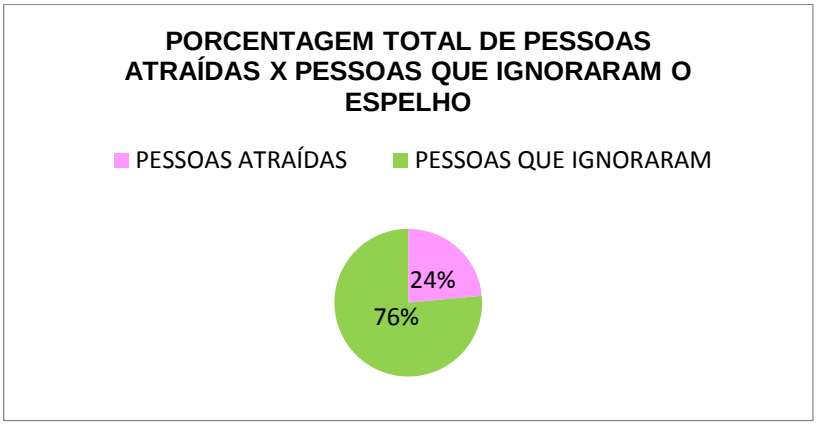


ISSN 2178-9428

O gráfico acima possui a quantidade de pessoas que ignoraram o espelho, segundo o sexo. Pode-se observar que o sexo feminino novamente é maior, totalizando 276, se comparado com o sexo masculino, o qual totaliza 222 indivíduos.



Outro ponto interessante a ser tratado é a relação dos segundos de atenção voltada ao espelho com o número de pessoas que foram atraídas pelo objeto. Nota-se que a maioria dos sujeitos teve seu tempo de atenção voltada à sua imagem reduzido a apenas 2 segundos. Das 153 pessoas, somente 3 delas permaneceram com seu olhar direcionado ao espelho durante 8 segundos (tempo máximo observado).



Segundo o gráfico, a porcentagem total de pessoas atraídas pelo espelho foi menor do que as pessoas que o ignoraram.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos foram de encontro aos objetivos pretendidos. Foi possível descobrir que o objeto espelho no espaço público causou mais repulsa do

ISSN 2178-9428

que atração. Constatou-se que a agitação das atividades cotidianas fez com que a maioria das pessoas não despertasse interesse em checar sua aparência durante este processo. A questão do narcisismo, portanto, não se aplicou totalmente à presença do espelho no espaço público.

A prática permitiu que o olhar sensível necessário na Psicologia fosse treinado e se desenvolvesse a cada indivíduo observado. À medida que os dias de observação foram acontecendo, se tornou mais fácil anotar e analisar simultaneamente o fluxo de pessoas quando este aumentava e se intensificava. A importância de conquistar um olhar atento, sensível e humano para com o outro é essencial no trabalho do psicólogo.

4 REFERÊNCIAS

DUNKER, Christian. **Narcisismo, Édipo e o estádio do espelho | Christian Dunker | Falando nIsso 256**. (29m56s). 27 de nov. de 2019. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=9kzhYVciHJg&t=228s>. Acesso em 18 de set. de 2020

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Volume XIV (1914-1915)**. Rio de Janeiro, 1996.

LACAN, Jacques. **Escritos I Jacques Lacan**; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SALES, Léa Silveira. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. **Rev. Dep. Psicol**., UFF, Niterói , v. 17, n. 1, p. 113-127, Junho 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de set. de 2020.

ISSN 2178-9428

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA NEGOCIABILIDADE

SANTOS, Tatiane Gasparetto dos[194]
ROSAS, Rudy Heitor[195]

RESUMO: O presente estudo busca apresentar sucintamente os requisitos legais para a propositura do Acordo de Não Persecução Penal como uma modalidade de negócio jurídico no âmbito do Direito Processual Penal. Bem como apontar alguns posicionamentos sobre em que momento da persecução penal pode ser oportunizado e se há direito subjetivo do investigado na apresentação da proposta.

Palavras-chave: Negócio Jurídico. Extinção da Punibilidade. Processo Penal

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº.13.964/19 incluiu o artigo 28-A no Código de Processo Penal, que trata sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

Esse instituto já se encontrava previsto no ordenamento jurídico brasileiro, por meio do ato administrativo do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº. 181 de agosto de 2017).

Para a doutrina é caracterizado como um negócio jurídico complexo entre as partes envolvidas no processo penal, uma vez que o Ministério Público possui capacidade jurídica para propor ao investigado o referido acordo, que ensejará na extinção da punibilidade.

No entanto, para que o Ministério Público possa oferecer tal proposta, deve ocorrer o preenchimento de alguns requisitos legais, que serão aqui discorridos.

Este estudo busca discutir os requisitos legais para a propositura, se é direito subjetivo do investigado, bem como em que momento da persecução penal poderá ser proposto.

2 DESENVOLVIMENTO

O acordo de não persecução penal (ANPP) pode ser caracterizado como uma medida despenalizadora, ao lado da transação penal e da suspensão condicional do processo.

Para Gustavo Henrique Badaró (2020) o ANPP possui natureza jurídica de

[194]Acadêmica do 8º Período de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[195] Orientador, Prof. Doutorando do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

> [...] negócio jurídico processual penal entre investigado e Ministério Público, que substancialmente constitui um acordo sobre pena, em que se aceita o cumprimento de uma pena restritiva de direitos, com benefício de sua redução, em troca de se abrir mão do processo.

A Lei nº 13.964/19, a qual alterou o Código de Processo Penal, trouxe alguns requisitos objetivos e subjetivos para que o Estado representado, pelo órgão acusador, Ministério Público possa oferecer a proposta de ANPP, determina o *caput* do art. 28-A do CPP:

> Art. 28-A - "Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente" (BRASIL, 2020).

Cumpre salientar que este artigo apresenta um rol meramente exemplificativo quanto as condições a serem impostas ao investigado, uma vez que o texto legal é claro em dizer que são condições cumulativas e alternativas. O preceito legal indica algumas dessas condições, tais como: reparar o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, renunciar os bens, indicados pelo Ministério Público, como instrumentos, produto ou proveito do crime, cumprir penas restritivas de direitos como prestação de serviço à comunidade e prestação pecuniária, além disso, o órgão acusador poderá, inclusive, propor outras medidas para extinção da pena. Entretanto, Aury Lopes Júnior (2020) explica que por ser um negócio jurídico, com característica consensual, cabe ao investigado de maneira voluntária em conjunto com seu defensor avaliar a proposta e verificar a respeito do aceite.

Nesse sentido também é o entendimento de Gustavo Henrique Badaró (2020):

> O conteúdo da proposta deve ser expresso e especificado. Justamente por se tratar de um negócio jurídico bilateral, as partes devem conhecer o seu objeto. O investigado, antes de aceitar a proposta, tem o direito de saber exatamente a que condições está se comprometendo. Nada impede que, diante de uma proposta do Ministério Público que considere excessiva, haja uma contraproposta do investigado.

Todavia, o parágrafo 2º, determina que além das exigências supra mencionadas, não será ofertado o ANPP diante dos casos que se mostre cabível a transação penal, em caso de reincidência, ou, ainda, se o agente tenha recebido o

ISSN 2178-9428

benefício do ANPP nos últimos 05 (cinco) ou da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95), além disso, não é permitido para os crimes no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

O ANPP, será homologado em audiência por Juiz competente, que nesse caso, terá função fiscalizatória, na qual será observado se há o requisito da voluntariedade por parte do investigado em firmar o acordo. O presente instituto proporciona benefícios equiparados como os previstos na Lei 9.099/95 (transação penal e suspenção condicional do processo), contudo o § 5º determina que "se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor".

Para os autores Ali Mazloum e Amir Mazloum (2020), o ANPP é um avanço para o sistema penal no país, uma vez que proporciona medidas capazes de viabilizar a negociabilidade decorrente do processo civil, aproximando as partes diante de uma construção significativa do punir, os autores ainda defendem que:

> [...] o acordo consubstancia expressiva transformação do panorama penal vigente no Brasil, configurando-se em instrumento destinado a viabilizar, juridicamente, mecanismo de despenalização, com a inequívoca finalidade de aprimorar nosso modelo consensual de Justiça Criminal.

Destarte, após cumpridas todas as condições impostas ao investigado que opte por aceitar o ANPP, por consequência terá extinta sua punibilidade, conforme art. 28-A, § 3º do CPP. Ocorre que o dispositivo legal não determina expressamente em qual momento pode ser oportunizado, ainda, se é cabível em processos, cuja denúncia já foi recebida, ou que esteja tramitando em fase recursal, outra questão que surge a baila, é se o ANPP é um direito subjetivo do investigado.

Para Aury Lopes Júnior (2020) a omissão da lei sobre tais questões poderá ensejar em discrepâncias quanto à aplicabilidade, contudo o autor defende que é perfeitamente possível o oferecimento da proposta de ANPP a processos que estavam em curso quando a Lei nº 13.964/19 entrou em vigor, uma vez que é uma norma de caráter híbrido, ou seja, penal e processual penal, que beneficia o agente, logo, é considerada uma *novacio legis in mellius*, e coaduna-se com a previsão constitucional expressa no art. 5º, inciso XL "a lei penal não retroagirá, salvo para

ISSN 2178-9428

beneficiar o réu", por conseguinte, preenchidos os requisitos legais deverá retroagir à processos cuja ação penal esteja em curso antes do trânsito em julgado.

Nesse sentido, a 2ª Câmara Criminal do Ministério Público Federal, possui o seguinte entendimento sobre o tema, apresentado no Enunciado nº 98:

> É cabível o oferecimento de acordo de não persecução penal no curso da ação penal, isto é, antes do trânsito em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais, devendo o integrante do MPF oficiante assegurar seja oferecida ao acusado a oportunidade de confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal, nos termos do art. 28-A da Lei n° 13.964/19, quando se tratar de processos que estavam em curso quando da introdução da Lei nº 13.964/2019, conforme precedentes, podendo o membro oficiante analisar se eventual sentença ou acórdão proferido nos autos configura medida mais adequada e proporcional ao deslinde dos fatos do que a celebração do ANPP. Não é cabível o acordo para processos com sentença ou acordão após a vigência da Lei nº 13.964/2019, uma vez oferecido o ANPP e recusado pela defesa, quando haverá preclusão. Alterado na 187ª Sessão Virtual de Coordenação, de 31/08/2020.

Outrossim, o §14º do respectivo artigo, determina: – "no caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior", nesse sentido as 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal com base na Orientação Conjunta nº 03/2018 preleciona "o acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo membro do MPF conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal".

A doutrina, por outro lado, apresenta o entendimento divergente em alguns aspectos quanto a subjetividade do direito de ser ofertado a proposta do ANPP. Para Aury Lopes Júnior (2020) "preenchidos os requisitos legais se trata de direito público subjetivo do imputado, um direito processual que não lhe pode ser negado".

Guilherme Madeira Dezem (2020), por sua vez, explica "caso o promotor não faça a proposta do ANPP e o suspeito ou indiciado deseje se submeter a ele deverá proceder na forma do §14º do art. 28-A do CPP, e requerer a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público". O autor, ainda, explica que cumprido as condições impostas será declara extinta a punibilidade, o que denota não se tratar de sentença condenatória, e, portanto, não há que se falar em sentença apta a gerar reincidência".

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

Sendo assim, nota-se o ANPP é um instituto com característica do processo civil, pela sua negociabilidade, e está na fase de adaptação ao sistema jurídico brasileiro, uma vez que apresenta divergências para sua aplicabilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, o presente estudo demonstrou que o acordo de não persecução penal ainda está na fase de aperfeiçoamentos para sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro. Contudo, seu objetivo é, inegavelmente, aproximar as partes envolvidas no processo penal diante de uma negociação consensual, por meio desse método inovador, para que o punir estatal seja verdadeiramente eficaz.

Para tanto, mostra-se fundamental maiores estudos e pesquisas sobre esse tema que é extremante pertinente ao processo penal como um todo.

4 REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Direito Processual Penal**. 6.ed. São Paulo: RT, 2020.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 31 jun. 2020.

DEZEM, Guilherme M. **Curso de Direito Processual Penal**. 6.ed. São Paulo: RT, 2020.

LOPES, Aury Júnior. **Questões Polêmicas do Acordo de Não Persecução Penal**. 2020. <https://www.conjur.com.br/2020-mar-06/limite-penal-questoes-polemicas-acordo-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 31 jun. 2020.

MAZLOUM, Ali. MAZLOUM, Amir. **Acordo de Não Persecução Penal é aplicável em Processos em Curso.** 2020. Disponível em: **<**https://www.conjur.com.br/2020-fev-07/opiniao-acordo-nao-persecucao-penal-aplicavel-acoes-curso>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MPF. **Orientação Conjunta nº 03/2018** – Revisada e ampliada a partir da edição da Lei 13.964/2019. 2020. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-181-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

MPF. **Enunciados da 2ªCCR/MPF**. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/enunciados>. Acesso em: 01 set. 2020.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ABANDONO AFETIVO

BARCELOS, Karen Durlo[196]
CRISTO, Renan J. Oliveira[197]
KOLODY, Andressa[198]

RESUMO: Este trabalho trata da questão do abandono afetivo de crianças e adolescentes e foi produzido através da revisão bibliográfica, da análise de jurisprudências e do Projeto de Lei nº 3212/2015. A realização do trabalho permitiu compreender que apesar do abandono afetivo não se configurar como ilícito civil, existem jurisprudência nesse sentido que reconhecem essa prática como uma forma de violação do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à convivência familiar e comunitária de meninos e meninas.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Convivência Familiar e Comunitária. Abandono Afetivo.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da legislação brasileira no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente é recente se comparado com a história do país. Apenas com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/88) e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é que eles passam a ser reconhecidos como sujeito dos direitos fundamentais: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988, ART. 4º).

Em se tratando do direito à convivência familiar e comunitária, em 2006, foi publicado o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que previu diretrizes para a sua efetivação. O PNCFC propõe ações para que a criança/adolescente permaneça no seio de sua família de origem, alterando a lógica predominante de institucionalização da infância no país.

Esse documento reforça a noção de que a condição de desenvolvimento pleno (material, moral e psicológico), da criança e do adolescente, demanda cuidados e apoio da família, da sociedade civil e do Estado (BRASIL, 1988, ART. 227). Percebe-se que, há o reconhecimento e a valorização dos vínculos construídos por meio da convivência familiar e comunitária, visto que essas relações podem se constituir uma

[196] Acadêmica do 4° período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[197] Acadêmico do 4° período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[198] Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Bacharel em Serviço Social e Direito, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste.

ISSN 2178-9428

forma de proteção social. Portanto, são os vínculos que tornam a família importante para o desenvolvimento desses sujeitos e não sua estrutura.

À família cabe prover-lhes sustento, guarda e educação, como dispõe o artigo 22[199], caput, do ECA; ao Estado compete atuar através de políticas públicas garantindo o mínimo de dignidade existencial à família para que possa exercer capacidades protetivas. Nessa direção, decidiu o Supremo Tribunal Federal: “as medidas previstas no ECA têm caráter educativo, preventivo e protetor, não podendo o Estado ficar impedido de aplicá-las. [HC 98.381, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 20-10-2009, 1ª T, DJE de 20-11-2009.].

Os marcos regulatórios e as pesquisam mostram a importância da atuação da família na proteção da criança e do adolescente, mas é preciso reconhecer que a família é um espaço contraditório e pode ser que a criança ou o adolescente não tenha esse apoio, e que o pai/mãe e/ou responsável, não exerçam suas responsabilidades ficando constituída situações de abandono intelectual e afetivo por exemplo.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o abandono afetivo e analisar o Projeto de 3212/2015, através da pesquisa bibliográfica em doutrinas e teses relacionadas com o direito da criança e do adolescente.

2 DESENVOLVIMENTO

O projeto para novas relações com crianças e adolescentes na chave da proteção integral, é atravessado por uma cultura de invisibilização. Esta por sua vez é alimentada por diferentes determinantes que muitas vezes envolvem o adultocentrismo, a violência, as desigualdades sociais e de gênero, a falta de convivência entre genitores e seus filhos, ausência de políticas públicas.

Uma das expressões que demonstram como essas relações transversalizam a realidade de crianças e adolescentes é o abandono afetivo, que

> [...] se configura como uma ação omissiva atribuída ao pai, quando este tem deveres de morais em razão do poder familiar que lhe é atribuído por força da lei e que exerce sobre o filho, destacando-se os deveres de prestar assistência moral, educação, atenção, carinho, afeto e orientação à prole (BOIN, 2016, p. 55).

[199]Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

ISSN 2178-9428

Somente no primeiro semestre de 2020, no estado do Paraná, 5% das mais de 75.000 crianças foram registradas apenas com o nome da mãe na certidão de nascimento (BEM PARANÁ, 2020). Esse dado evidencia que o não reconhecimento da paternidade é uma conduta recorrente, naturalizada e uma das faces do abandono afetivo.

Entretanto, esse fenômeno também pode acontecer com na presença do genitor, na medida que este não assume nenhuma responsabilidade como pai, a exemplo da falta reiterada e deliberada de participação no cuidado, educação e proteção dos filhos, seja com relação às necessidades físicas, emocionais ou morais. Nesse campo, o machismo cumpre um importante papel, visto que, a demonstração de afeto, cuidado e carinho, por parte do homem ainda é vista como algo que fere sua masculinidade.

Tão prejudicial quanto o abandono material, que se configura quando um dos genitores deixa de prestar suporte material para o desenvolvimento da criança e do adolescente, o abandono afetivo não deixa marcas físicas, mas deixa marcas psicológicas, que podem afetar o desenvolvimento desses sujeitos.

Em virtude dos desafios enfrentados na adolescência, a privação da convivência familiar e comunitária nesse período pode tornar particularmente doloroso o processo de amadurecimento, frente à falta de referenciais seguros para a construção de sua identidade, desenvolvimento da autonomia e elaboração de projetos futuros, acompanhados ainda de rebaixamento da auto-estima (PNCFC, 2006, p. 32).

Os meandros da mente humana são difíceis de serem compreendidos, assim como os reflexos das atitudes exteriores que podem alterá-los, principalmente quando estas partem de alguém que naturalmente teria o dever moral e objetivo de cuidar, amparar, proteger e dar afeto.

Tendo em vista que não há como obrigar um genitor a sentir afeto pela sua prole, a legislação busca assegurar que este não seja omisso na vida do filho, como afirma a ministra Nancy Andrighi, da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “amar é faculdade, cuidar é dever”. Esses pressupostos têm orientado decisões judiciais, como é o caso dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná:

ISSN 2178-9428

I APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ABANDONO AFETIVO. SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. II - CERTIDÃO NO DISTRIBUIDOR ONDE CONSTA DIVERSAS AÇÕES DE ALIMENTOS AJUIZADAS PELA AUTORA. III - ATO ILÍCITO CARACTERIZADO. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR. ART. 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. IV - DANO MORAL. DEVER DE INDENIZAR. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. V - VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM R$5.000,00. VI - RECURSO PROVIDO. (TJ-PR 7685249 PR 768524-9 (Acórdão), Relator: Jorge de Oliveira Vargas, Data de Julgamento: 26/01/2012, 8ª Câmara Cível)

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL.RESPONSABILIDADE CIVIL. OBRIGAÇÃO CIVIL DE DAR CUIDADO CORRESPONDENTE AO DIREITO DO FILHO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR QUE NÃO SE CONFUNDE COM OBRIGAÇÃO MORAL DE DAR AMOR - SITUAÇÃO EMOCIONAL COM ALTO GRAU DE SUBJETIVIDADE QUE NÃO SE PODE EXIGIR NAS RELAÇÕES FAMILIARES. DANOS MORAIS. ABANDONO AFETIVO. OMISSÃO E NEGLIGÊNCIA DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CUIDAR - DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E RESPEITO AO
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL ÀS RELAÇÕES FAMILIARES - OMISSÃO QUANTO AO DEVER DE CUIDAR QUE CARACTERIZA OBRIGAÇÃO CIVIL - PAI QUE, NO CASO, NEM MESMO PAGOU AS PENSÕES ALIMENTARES - DANO MORAL CONFIGURADO - ABANDONO AFETIVO RECONHECIDO. A INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO NÃO CARACTERIZA JULGAMENTO EXTRA PETITA. SENTENÇA MANTIDA.RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8ª C.Cível - AC - 640566-7 - Campo Mourão - Rel.: Desembargador Roberto Portugal Bacellar - Unânime - J. 13.12.2012)

Nas jurisprudências citadas, é reconhecido o abandono afetivo como um dano moral a criança ou adolescente, que em alguns casos vem acompanhado de abandono material, negligência e omissão de cuidados, o não exercício do direito da convivência familiar e comunitária e o ferimento da dignidade da pessoa humana, que deve ser indenizado, não porque ameniza o sentimento desta, mas como forma de proporcionar um sentimento de justiça e como forma do Estado assegurar o direito à criança e/ou adolescente e responsabilizar os genitores.

O Projeto de Lei nº 700/2007 do Senado, pretende tipificar esse comportamento como ilícito civil, alterando disposições do ECA. O PL aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. O parecer da relatora na CCJ, é pela rejeição. Na sua análise, a reiteração desse comportamento

ISSN 2178-9428

enseja a atuação do Estado na oferta de políticas públicas que favoreçam o enfrentamento desse quadro, portanto, a proposta seria inconstitucional, antijurídica e ainda poderia prejudicar a técnica legislativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve estudo realizado permitiu observar que há divergências importantes no trato da questão. Enquanto a jurisprudência do TJPR reconhece a conduta como forma de violação do princípio da dignidade humana e do direito à convivência familiar e comunitária, o PL 700/2007 vem sendo questionado justamente pelo grau de monetarização do afeto. Ao que parece, ambos procuram enfrentar uma das formas de risco à garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

4 REFERÊNCIAS

BEM PARANÁ. **No Paraná, 5% das crianças foram registradas sem pai em 2020**. Ago, 2020. Disponível em: https://www.bemparana.com.br/noticia/no-parana-5-das-criancas-foram-registradas-sem-pai-em-2020#.X2qXa2hKjIU

BOIN, Gizelli Karol Both Palermo. **DO AFETO COMO CATEGORIA JURÍDICA**:: consequências do abandono no direito das sucessões. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro Universitário Eurípedes de Marília- Univem, Marília, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal.** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito Decrianças e Adolescentes À Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF, dez. 2006.

BRASIL. Senado Federal - Marcelo Crivella - PRB-RJ. Senado Federal. PL 3212/2015: altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1999535. Acesso em: 22 set. 2020.

ISSN 2178-9428

A OFERTA DO ENSINO DE INGLÊS PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR) POR MEIO DE UM PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

BORTOLOTTI, Fernanda Seidel[200]

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade compartilhar uma iniciativa local para o ensino de inglês a crianças da Educação Infantil, as quais não são contempladas em políticas nacionais ou municipais de educação. O programa de voluntariado organizado por uma escola de idiomas de Guarapuava (PR) oportuniza que algumas escolas municipais sejam contempladas com a oferta de aulas semanais de inglês. Apresentam-se informações gerais do programa, as quais são aprofundadas a partir de duas entrevistas com voluntárias. Além de proporcionar o desenvolvimento das crianças, as professoras voluntárias sentem-se privilegiadas por poderem aprofundar habilidades pessoais e iniciarem suas carreiras profissionais.

Palavras-chave: Educação pública. Educação infantil. Inglês.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de no mínimo uma língua estrangeira moderna tornou-se obrigatório a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996), contudo apenas no segundo ciclo do Ensino Fundamental (EF). Duas décadas mais tarde, a Medida Provisória n° 746 (BRASIL, 2016) determinou que o inglês fosse efetivamente a língua adotada nos currículos a partir do sexto ano, ainda que esta língua já costumasse ser a escolhida para oferta. Excluída de tais determinações nacionais, a decisão sobre a Educação Infantil (EI) passa a ser pertinente a cada município, que de acordo com lei seria a esfera a tomar iniciativas sobre esta etapa, bem como financiar, organizar propostas pedagógicas, concursos públicos e todos os processos que seriam necessários para uma possível inclusão do inglês no currículo destas crianças.

Em Guarapuava (PR) não são observadas práticas de ensino de inglês para a EI em escolas públicas, apesar oferta comum nas privadas – que acompanham a tendência nacional, onde tal prática vem se tornando cada vez mais comum, mesmo por conta da pressão que o mercado exerce neste sentido (CRISTOVÃO; GAMERO, 2009; QUEIROZ; CARVALHO, 2010). Contudo, o presente trabalho corrobora a existência de um programa de voluntariado atendendo determinadas escolas do

[200] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unicentro). Professora do Programa Paraná Fala Inglês (SETI - PR).

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

município por meio de aulas semanais com duplas de adolescentes, devidamente treinados e orientados pela escola de idiomas responsável pela parceria, sendo duas participantes professoras convidadas para entrevistas com o objetivo de aprofundar a temática.

2 DESENVOLVIMENTO

A referida escola de idiomas, responsável pelo programa de voluntariado, atende desde criança até adultos e iniciou suas atividades na cidade em 1986. Caracteriza-se como um centro binacional pelo governo americano através da embaixada no Brasil e não se enquadra na categoria franquia, mas em um dos centros de estudos presentes nos cinco continentes. Ela entende a si mesma não somente como uma escola de inglês, mas se vê inserida na comunidade em apoio às necessidades dos alunos e demais habitantes da cidade. Desde 2004, a escola trabalha em parceria com a Embaixada Americana, a Editora Cambridge, a Secretaria de Educação do Paraná, a Prefeitura de Guarapuava e outras instituições locais; atualmente conta com três programas de voluntariado.

O programa que atende as escolas pertinentes à presente pesquisa atuava em 14 instituições municipais em 2019, e pretende expandir esse número nos próximos anos. As aulas são previamente preparadas pela coordenação do programa e realizadas por voluntários, geralmente em duplas. Aproximadamente 31 turmas foram contempladas naquele ano, com a participação de 67 voluntários. A estrutura conta com etapas, iniciando pela divulgação e captação de voluntários nas escolas, que em seguida passavam por uma reunião na presença de seus pais ou responsáveis. Nesta ocasião discutem-se a disponibilidade de horário dos voluntários, o bairro e possíveis escolas de interesse. Com as informações em mãos, a escola responsabiliza-se pelo envio dos detalhes à Prefeitura Municipal, a qual emite declarações para permissão da presença destes adolescentes como voluntários nas escolas.

Para aprofundamento das questões referentes ao programa, realizaram-se duas entrevistas semiestruturadas com voluntárias atuantes. Finardi e Gil (2005) explicam a entrevista como ferramenta para acessar o que pensam e dizem fazer os professores (suas crenças, princípios e experiências) e, quanto ao modelo semiestruturado, a escolha se justifica pela possibilidade de alteração do

ISSN 2178-9428

direcionamento do discurso ou aprofundamento das discussões de acordo com a fala do participante (GATTI, 2004).

As voluntárias relataram detalhes sobre a execução das aulas, como em termos de materiais didáticos, sendo a principal preocupação delas a impressão dos arquivos enviados pela coordenadora, a qual elabora detalhadamente os planos de aulas e as atividades. Elas se revezam para imprimir a cada aula, não só por conta da responsabilidade da tarefa, mas também da divisão de custos, já que não recebem suporte para pagar pelas impressões.

Segundo uma delas, no início ambas se reuniam para discutir o conteúdo da aula e verificar possíveis adequações necessárias das atividades recebidas da escola de idiomas para a realidade da turma com a qual trabalham. Por exemplo, ela conta que já houve atividades propostas que ambas consideraram “ativas demais” e entenderam que as crianças ficaram muito exaltadas, motivo que as levou a redesenhar o plano de aula. Atualmente, dizem que não é mais necessário que se encontrem pessoalmente e a revisão do plano de aula que recebem da escola de idiomas é feita por meio de mensagens de celular, bem como a definição de quem levará eventuais materiais extras (como os objetos, materiais, brinquedos e etc, além das atividades impressas). Deve-se ressaltar que as adolescentes não são de fato obrigadas a seguir à risca o plano de aula fornecido, sendo livres para modificarem certos aspectos, mas mantendo grande parte das indicações que recebem por julgarem adequadas.

Uma voluntária esclarece que o fato de alterar os planos não significa que estes não sejam interessantes ou que o trabalho da coordenadora não seja de qualidade, porém certos ajustes são necessários para as voluntárias se sentirem confortáveis e capazes de lecionar. Ela lembra que ambas vivem a primeira experiência como professoras no programa e por isso ainda estão em fase de aprendizado, mas ao mesmo tempo já se desenvolveram bastante. Atualmente conseguem ter ideais para acrescer à proposta inicial (como uso de outros objetos e criação de *flashcards*) ou simplesmente alterar a ordem das atividades para um formato que entendam ser mais interessante para aqueles alunos. Ambas mencionam a participação no programa como uma oportunidade de crescimento para as crianças e para elas próprias, citando aspectos referentes à manutenção e aprimoramento da língua, demonstrando-se gratas pela existência do programa.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discrepância entre a educação privada e pública já não surpreende os leitores, sejam eles leigos ou estudiosos da área. Grande parte dos brasileiros encontra problemas quanto ao acesso, permanência e a qualidade da educação, revelando a fragilidade da democracia em tempos onde o inglês torna-se uma ferramenta de manutenção de poder dos abastados, ao invés de empoderamento dos menos favorecidos. Todavia, procura-se fazer outra leitura da realidade encontrada nas escolas municipais compreendidas no programa da escola de idiomas, entendendo suas crianças como pertencentes a uma fatia privilegiada, com acesso à uma L2 antes de ingressarem no EF.

Também no discurso das voluntárias, uma dupla de adolescentes responsável pelas aulas, a experiência foi apontada como engrandecedora, marcando o início da vida profissional e contribuindo inclusive para o crescimento pessoal. Por último, contudo, destaca-se o merecido respeito e a valorização aos profissionais graduados em Pedagogia e Letras. Ainda que não exista um percurso formativo inicial ou oportunidades de formação continuada estruturados e comuns em todo o território nacional, a mão de obra destes profissionais professores deve ser considerada para a atuação com o ensino de inglês na EI.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 13 set. 2020.

CRISTOVÃO, Vera Lucia Lopes; GAMERO, Raquel. Brincar aprendendo ou aprender brincando? O inglês na infância. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 48, n. 2, p. 229-245, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132009000200005&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 19 set. 2020.

ISSN 2178-9428

FINARDI, Kyria Rebeca; GIL, Gloria. Crenças de professores sobre o uso da linguagem lúdica na sala de aula de língua estrangeira (LE). In: GIL, Gloria; RAUBER, Andréia Schurt; CARAZZAI, Marcia Regina Pawlas; *et al*. **Pesquisas qualitativas no ensino e aprendizagem de inglês: a sala de aula e o professor de LE.** Florianópolis: UFSC, p.191-212, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

QUEIROZ, Isabela; CARVALHO, Raquel Cristina Mendes de. A pesquisa no ensino de Língua Inglesa para crianças. **Revista Interfaces**, v. 1, n. 1, p. 76-82, 2010. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/908>. Acesso em: 19 set. 2020.

CRÍTICA AO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE GUARAPUAVA E ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

WOEHL, Milena Maroski[201]
SOUZA, Gabriel Carvalho Soares de[202]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho propõe criticar o planejamento urbano da cidade de Guarapuava, com o objetivo de analisar como a dimensão humana se insere na cidade, tal qual, como o conceito de *marketing* urbano e *Smart city* é retratado. Diante das várias bibliografias e experiência cotidianas, observam-se algumas carências em infraestrutura e mobilidade da cidade, que apresenta vias públicas inacessíveis e ausência de conexões entre os principais parques e praças, além de investimentos grandiosos concentrados em um local da cidade. Partindo desses argumentos, percebe-se a necessidade de adequar a cidade às vivências humanas e incentivar a infraestrutura e mobilidade sustentável.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Dimensão humana. Smart City. Marketing urbano.

1 INTRODUÇÃO

Em sua essência o planejamento urbano estuda o crescimento e funcionamento das cidades, com o intuito de responder aos problemas que elas apresentam. Para isso é preciso levar em consideração questões como mobilidade, qualidade de vias públicas, alternativas de infraestrutura e transporte sustentável.

As cidades devem ser estudadas nas questões que são fundamentais para a qualidade de vida e que se refletem nos espaços, nos elementos que favorecem a vitalidade, nas várias alternativas de mobilidade, na valorização e qualidade dos espaços e vias públicas, bem como os lugares que estabelecem encontro entre pessoas.

De acordo com GEHL (2013, p.12), as cidades devem ser pensadas para os pedestres ao invés de para os carros, assim como meios alternativos de locomoção devem ser incentivados, como as bicicletas que são prejudiciais ao meio ambiente e ainda contribuem para um estilo de vida mais saudável.

[201] Qualificação em Arquitetura e Urbanismo, 8°. período, Centro Universitário Campo Real.
[202] Arquiteto e Urbanista, especialista em Gestão e Gerenciamento de Projetos, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de TCC 1, Planejamento Urbano, Urbanismo, Projetos Arquitetônicos, Processos Criativos, Topografia e Meio Ambiente no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

As bases do planejamento urbano consistem na ideia de que a cidade é um sistema composto por atividades humanas e os espaços que as suportam, esses espaços permitem conexões de fluxos e canais de circulação.

As cidades necessitam de espaços que oportunizem os encontros que ocorrem nos espaços de vivências das relações cotidianas de forma saudável, permitindo ao usuário contemplar o caminho a pé e admirar edifícios na escala humana: “Caminhar é o início, o ponto de partida e a vida em toda a sua diversidade se desdobra quando estamos a pé”. (GEHL, 2013).

Andar pela calçada permite desfrutar da beleza daquilo que pode ser apreciado no nível do observador, as cidades saudáveis devem ser planejadas para as pessoas, partindo da vitalidade urbana, da valorização dos espaços públicos e da mobilidade atrelada ao transporte não motorizado, melhor para a cidade e para a saúde de seus habitantes, ou seja, o planejamento urbano deve ser humanístico.

A cidade de Guarapuava, Paraná, tem crescido bastante nos últimos anos e com isso a quantidade de construções em altura e veículos motorizados tem aumentado consideravelmente, muito se tem pensado no trânsito de automóveis e pouco na qualidade e vitalidade dos espaços de vivências, das circulações e edifícios na escala dos pedestres, a densidade aumenta porém, a infraestrutura para melhorar a qualidade de vida da cidade e das pessoas é deixada em segundo plano.

> Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas [...] Há mais olhos nas ruas e um incentivo maior para acompanhar os acontecimentos da cidade, a partir das habitações e edifícios do entorno. (GEHL, 2013, pag. 6).

Esses itens, poucos valorizados na cidade de Guarapuava, integram o conceito de *Smart Cities* que vem sendo implantado em um novo bairro da cidade. Esse termo surgiu na década de 90 quando se iniciaram os primeiros estudos buscando fundamentos do desenvolvimento das cidades utilizando a tecnologia. Neste formato, os centros urbanos são planejados com infraestrutura eficiente e inteligente, melhorando a qualidade de vida urbana e beneficiando os locais onde são aplicados. Além disso, espaços urbanos projetados – ou modernizados – seguindo a ótica da *Smart Cities* oferecem ciclovias, ciclofaixas, largas calçadas, praças, parques

ISSN 2178-9428

e reflorestamentos. Esses fluxos de interações são considerados inteligentes por fazerem parte de infraestruturas, serviços, informações e comunicações com planejamentos e gestão urbana para suprir as necessidades sociais e econômicas da sociedade.

Apesar deste conceito induzir a um pensamento de que será contemplada a cidade como um todo, não é o que ocorre na maioria dos espaços urbanos anunciados como *Smart Cities* e em Guarapuava não seria diferente, restringindo-se a uma parte da cidade em expansão: o bairro planejado Cidade dos Lagos (CILLA). Com aproximadamente três milhões de metros quadrados, o novo bairro conta com infraestrutura e equipamentos adequados, como praças, parques, ciclovias e boas calçadas para caminhar, além de considerar normas ambientais exigentes.

A instalação dessa *Smart City*, usualmente chamada de CILLA, não decorreu da saturação do tecido urbano consolidado da cidade e da necessidade de modernização desta área, mas sim de forma intencional e especulativa, ou seja, houve uma seleção de um território da cidade ainda desocupado para concentrar investimentos na criação de um novo bairro de classe média e alta. Sua localização, fazendo divisa com alguns bairros menos favorecidos e de infraestruturas urbanas precárias, como Primavera e Industrial, configura a nova área urbana como uma barreira econômica e social no desenho urbano.

Esse empreendimento tem fortemente explorado o conceito de *marketing urbano*, apoiado na oferta de uma cidade mais saudável com infraestrutura e serviços, acessível apenas a uma parcela da população que poderá usufruir cotidianamente dos espaços de vivências, calçadas largas e acessíveis, que incentivam andar a pé e ciclovias que estimulam o transporte alternativo, além de residir em casas e condomínios isolados. Percebe-se maciços investimentos neste novo bairro ainda em lento processo de ocupação, evidenciando outros objetivos que não a qualidade de vida dos cidadãos.

> A cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isso explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. (VAINER, 2000, pag. 78).

Por não priorizar a qualidade de vida de todos os cidadãos da cidade, nota-se que o planejamento da CILLA é amigável ao mercado, oferecendo maiores

ISSN 2178-9428

vantagens de investimento do que os bairros vizinhos e centrais da cidade, de maneira a elevar os preços dos lotes, evidenciando assim o que o Vainer (2000) apresenta como “mercadoria a ser vendida”, na qual o *marketing urbano* é elemento fundamental.

A implantação da *Smart City* em Guarapuava tem um preço social: é baseada na concentração de investimentos grandiosos em uma região de público alvo mais favorecido em detrimento do restante da cidade. Portanto a ideia de cidade inteligente aplicada em Guarapuava é socialmente segregadora. A cidade já consolidada, socialmente diversa, não recebe incentivos para a atração de investimentos, apesar de carregar a identidade e provocar pertencimento por parte dos cidadãos. Identifica-se, portanto, um movimento de negação às áreas urbanas existentes carentes de equipamentos e infraestruturas apropriadas em detrimento de uma nova imagem da cidade moderna e inteligente acessível a uma pequena parcela da população, ignorando a função social no espaço da cidade.

> Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói, o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo. (VAINER, 2000, p. 83).

A ideia de *Smart City* é uma concepção de estilo de vida e a tecnologia é aplicada para resolver os problemas que as cidades contemporâneas apresentam. Um exemplo positivo deste conceito aplicado a uma cidade já consolidada pode ser observado na cidade de Melbourne na Austrália, grande referência de cidade inteligente, ao prover uma infraestrutura adequada, propícia para caminhar e pedalar, além de contar com uma boa qualidade de serviço de transporte público.

As ruas de Melbourne são largas e com vegetação, além de serem ofertados vários espaços de vivências. Alguns exemplos são a *Collins Street*, uma viela com vários cafés que proporcionam permanências e encontros entre pessoas, *o Queen Victoria Market*, um grande espaço público, um mercado que existe a mais de cem anos que é espacialmente vibrante e proporciona ótimos passeios a pé e o *Fitzroy Gardens*, um dos muitos jardins tradicionais. Em Guarapuava nota-se a carência de conexões, fluxos, circulações e a baixa qualidade dos espaços de vivências.

Portanto, é fundamental para a cidade de Guarapuava que as ruas sejam voltadas para os pedestres que utilizam a cidade para viver, trabalhar, morar e passear, pois, Melbourne é um exemplo de que o conceito de cidade inteligente pode

ISSN 2178-9428

ser aplicado com sucesso em uma cidade já consolidada e não exclusivamente a novos bairros planejados voltados para classes sociais de maior poder aquisitivo, oferecendo qualidade de vida a todos os moradores.

Para melhorar a vida urbana de Guarapuava é de grande relevância organizar o sistema de áreas livres e mobilidade no tecido já consolidado. É preciso conectar os principais equipamentos com ciclovias e ciclofaixas, adequar as calçadas para que sejam acessíveis e que permitam a caminhada sem obstáculos, incentivar o transporte público inteligente e eficaz e inserir respiros urbanos. Bons exemplos de áreas livres urbanas são os *pockets parks* com distâncias consideradas agradáveis aos pedestres. Outra estratégia consiste na criação e incentivo à apropriação de espaços de vivências como as referências dos jardins e ruas largas com cafés de Melbourne, para proporcionar permanências e conversas entre pessoas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das bibliografias e estudos, é possível perceber que a *Smart City* em Guarapuava restringe-se a uma área não consolidada, ao invés de priorizar a resolução dos problemas urbanos da área urbana já existente. Ao concentrar estes investimentos em uma nova área, evidencia a estratégia mercadológica da cidade produto, em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Para além da criação de novos bairros inteligentes segregados voltados ao mercado imobiliário, é preciso um planejamento urbano pensado para adequar a cidade como um todo a um cenário mais saudável e sustentável em termos de infraestrutura, mobilidade, fluxos, circulações, apropriação, pertencimento e vitalidade urbana.

4 REFERÊNCIAS

VAINER, Carlos B., **Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas Sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** 4°. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas.** 1°. Ed. Tradução de Anita Di Marco, São Paulo, 2013.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

RELAÇÃO ENTRE A CRIOGLOBULINEMIA MISTA E A HEPATITE C: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁGICA

MARCON, Ana Esther Tussolini[203]
FILHO, Celso Nilo Didoné[204]

RESUMO: O objetivo do estudo é identificar a relação entre a hepatite C e a sua principal manifestação extra-hepática, a crioglobulinemia mista. A pesquisa foi realizada a partir da revisão de artigos de várias fontes, feitos entre os anos de 2011 e 2020. A crioglobulinemia mista é uma doença causada por imunocomplexos, sendo dividida em três tipos, podendo causar diversos sinais e sintomas. Seu tratamento é realizado a partir do tratamento da própria hepatite. Percebe-se que a crioglobulinemia mista leva a grande morbidade para os pacientes com hepatite C, devendo ser tratada para melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Manifestações extra-hepáticas. Crioglobulinas. Hepatite C.

1 INTRODUÇÃO

A hepatite C é uma doença viral causada pelo vírus da hepatite C (HCV), composto por uma fita simples de ácido ribonucleico (RNA) (BRASIL, 2019). A hepatite C é uma patologia transmitida principalmente por contato com sangue contaminado, como transfusão de sangue e derivados e uso de drogas injetáveis, além de, raramente, ocorrer contaminação sexual e vertical (VERONESI, FOCACCIA, 2015).

Entre os anos de 1970 e 1980, não era realizada triagem sorológica para o HCV nos bancos de sangue, sendo feito apenas para os vírus da hepatite A e B (que representavam somente 25% dos casos), sendo os outros tipos chamados “não A e não B” (NANB). Por conta disso, cerca de 12% das pessoas que realizavam diversas hemotransfusões desenvolviam hepatite NANB. Felizmente, a partir de 1985, foi introduzido o teste de triagem nos bancos de sangue, para identificação do vírus da hepatite C (VERONESI, FOCACCIA, 2015). Dessa forma, indivíduos com idade igual ou superior a 40 anos são testados contra o HCV com prioridade em relação a outros pacientes, justamente pela possibilidade de terem sido contaminados no passado (BRASIL, 2019).

[203]Acadêmica de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[204]Professor Mestre, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

No Brasil, de acordo com o estudo de BENZAKEN et al., cerca de 0,7% da população entre 15 e 69 anos apresentaram anticorpo positivo contra a hepatite C. No entanto, ainda existe uma grande subnotificação, principalmente pelo fato de se apresentar, na maioria dos casos, de maneira assintomática, ocorrendo manifestações apenas em situações mais avançadas e crônicas, constituindo-se um grande problema de saúde pública. Esses sintomas geralmente são inespecíficos, como icterícia, astenia, mal-estar geral e náuseas. Além disso, a hepatite C apresenta uma grande taxa de cronificação, chegando a cerca de 80% dos casos, podendo levar a complicações, como cirrose e carcinoma hepatocelular (DANI, 2011).

Além desses sintomas inespecíficos, ocorrem, em alguns pacientes, manifestações extra-hepáticas, podendo afetar diversas partes do corpo, fazendo com que a hepatite C seja considerada, por alguns autores, uma patologia sistêmica (VERONESI, FOCACCIA, 2015).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão de artigos relacionados ao tema, encontrados em fontes como PubMed, Scielo, LILACS, Ministério da Saúde e livros de literatura. Os artigos selecionados foram realizados entre os anos de 2011 e 2020, nos idiomas português e inglês.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A hepatite C é, na maioria dos casos, assintomática ou oligossintomática, podendo apresentar sintomas como anorexia, mal-estar, dor abdominal e icterícia (BRASIL, 2019). No entanto, cerca de 40 a 74% dos pacientes apresentam manifestações extra-hepáticas, sendo as mais comuns a crioglobulinemia mista, a glomerulonefrite membranoproliferativa e a porfiria cutânea tarda. Além dessas, algumas menos frequentes envolvem a síndrome de Sjögren, úlcera de córnea, fibrose pulmonar, líquen plano, entre outras. (VERONESI, FOCACCIA, 2015).

ISSN 2178-9428

A crioglobulinemia mista é uma doença autoimune, caracterizada pela presença de imunocomplexos na circulação, chamados crioglobulinas, que precipitam a baixas temperaturas (< 37°C) (VIGANÒ, COLOMBO, 2015). As crioglobulinas são divididas em três tipos, de acordo com aspectos químicos e imunológicos. O tipo I ou simples é caracterizada por imunoglobulinas monoclonais, podendo ser IgM ou IgG. O tipo II, conhecida como crioglobulinemia mista, apresenta imunoglobulinas monoclonais e policlonais. Já o tipo III, que também pode ser chamado de mista ou policlonal, envolve apenas imunoglobulinas policlonais. (DESBOIS, CACOUB, SAADOUN, 2019).

A crioglobulinemia do tipo I pode estar relacionado a doenças linfoproliferativas, como mieloma múltiplo e linfoma de células B. A crioglobulinemia mista (tipo II) é a mais comum, representando cerca de 65% das crioglobulinemias, podendo ser encontrada em doenças malignas das células B, doenças autoimunes e, muitas vezes, na hepatite C. Já o tipo III está presente em casos de lúpus eritematoso sistêmico e, também, hepatite C. (VERONESI, FOCACCIA, 2015)

Cerca de 80 a 90% dos casos de crioglobulinemia mista está relacionado à infecção pelo vírus da hepatite C (HCV), sendo principalmente do tipo II, apesar de, em casos menos comuns, ser do tipo III. Isso é explicado pela habilidade do HCV em infectar e replicar nas células B, por conta da presença do receptor CD81, expresso tanto nas células B quanto nos hepatócitos, levando a uma expansão clonal dos linfócitos B. (PETTA, 2020). Dessa forma, com a estimulação e superexpressão de células B, há desregulação da imunidade, que pode levar à crioglobulinemia e, mais tarde, evoluir para uma doença maligna, como o linfoma não Hodgkin (ROCATELLO, 2018), o qual tem prevalência de cerca de 5 a 10 vezes maior que a população geral (VERONESI, FOCACCIA, 2015).

A crioglobulinemia pode causar vasculites, fazendo parte das vasculites sistêmicas mediadas por imunocomplexos. Dessa forma, os principais sinais e sintomas dos tipos II e III são a púrpura, artrite, artralgia e neuropatia periférica, ocorrendo em mais de 50% dos pacientes (DESBOIS, CACOUB, SAADOUN, 2019).

O diagnóstico desta manifestação extra-hepática relacionada à hepatite C é feito a partir de critérios clínicos, sorológicos e histopatológicos. Na sorologia, pode-se encontrar redução do complemento (C4), fator reumatoide positivo, presença de crioglobulinas (tipos II e III) e positividade para hepatite C. Com relação à

ISSN 2178-9428

histopatologia pode haver vasculite leucocitoclástica e infiltrado monoclonal de células B. (VERONESI, FOCACCIA, 2015)

O tratamento da crioglobulinemia relacionada ao HVC geralmente é feito através do tratamento da própria hepatite, levando à remissão dela. A hepatite C é subdividida em genótipos (1 a 6), sendo o mais comum no Brasil o genótipo 1 (VERONESI, FOCACCIA, 2015). Esses subgrupos são de grande importância para se estabelecer a terapêutica do paciente, sendo os medicamentos disponíveis pelo SUS, atualmente, o ledispavir/sofosbuvir para pacientes com o genótipo 1, e velpatasvir/sofosbuvir para os demais genótipos (BRASIL, 2019). Com isso, a taxa de resposta virológica sustentada pode chegar a até 90% (WHO, 2016), obtendo ausência de HCV-RNA 12 ou 24 semanas após o término do tratamento (BRASIL, 2019).

O prognóstico da crioglobulinemia depende da severidade do acometimento do organismo, além da presença ou não de malignidade hematológica. Assim, estudos indicam que a taxa de sobrevivência após 1 ano é de 91%, porém após 10 anos, cai para 65% (DESBOIS, CACOUB, SAADOUN, 2019). As causas de morte na crioglobulinemia relacionada à hepatite C envolvem infecções causadas pela terapia de imunossupressão, cirrose hepática, doença cardiovascular e disfunção renal (TERRIER, 2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se perceber que a crioglobulinemia mista é uma patologia bastante complexa que leva a grande morbidade para os pacientes com hepatite C, necessitando de um tratamento eficaz para melhorar a qualidade de vida do enfermo, evitando complicações e aumentando a taxa de sobrevivência. Além disso, é necessário um número maior de estudos apresentando uma maior quantidade de participantes, para se encontrar um tratamento que seja ainda mais efetivo contra a crioglobulinemia, além da terapia antiviral.

4 REFERÊNCIAS

ROCATELLO, Dario *et al*. Cryoglobulinaemia. **NatureReviewsDiseasePrimers**: DiseasePrimers, v. 11, n. 4, 2018.

ISSN 2178-9428

DESBOIS, Anne Claire; CACOUB, Patrice; SAADOUN, David. Cryoglobulinemia: anupdate in 2019. **Joint BoneSpine**, Paris, v. 86, n. 6, p. 707-713, nov. 2019. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jbspin.2019.01.016.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Guidelinesforthescreening, care and treatment of personswithchronic hepatitis C infection**. Updatedversion,April 2016. Geneva: WHO, 2016.

DANI, Renato. **Gastroenterologia Essencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções**. Brasília, DF, 2019.

VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. **Tratado de Infectologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

TERRIER, Benjamin *et al*. Prognosticfactors in patientswithhepatitis C virusinfectionandsystemicvasculitis. **Arthritis&Rheumatism**, Paris, v. 63, n. 6, p. 1748-1757, 31 maio 2011. Wiley. http://dx.doi.org/10.1002/art.30319.

PETTA, Salvatore; CRAXÌ, Antonio. ExtrahepaticManifestationsofChronic Viral C Hepatitis. **GastroenterologyClinicsOf North America**, v. 49, n. 2, p. 347-360, jun. 2020. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.gtc.2020.01.012.

VIGANÒ, Mauro; COLOMBO, Massimo. ExtrahepaticManifestationsofHepatitis C Virus. **GastroenterologyClinicsOf North America**, Milan, v. 44, n. 4, p. 775-791, dez. 2015. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.gtc.2015.07.006.

ISSN 2178-9428

PANCREATITE AGUDA EM CÃES – RELATO DE CASO

OREIKO, Victória Backes[205]
LIMA, Daniela da Cruz[206]
DE MELLO, Fernanda Cristina[207]
DOS SANTOS, Luciana Dalazen[208]
FRANÇA, Moana Rodrigues[209]

RESUMO: A pancreatite é a doença da porção exócrina do pâncreas, podendo ser aguda ou crônica, onde ocorre a ativação das enzimas digestivas pancreáticas causando lesões inflamatórias intensas dentro do próprio órgão. Os sinais são inespecíficos, sendo necessários exames complementares laboratoriais e de imagem, mas sendo conclusivo somente com o resultado do exame histopatológico, por biópsia pancreática. Dessa forma, esse trabalho relata um caso clínico de uma cadela com suspeita de pancreatite aguda.

Palavras-chave: Pâncreas. Enzimas. Histopatológico. Biópsia.

1 INTRODUÇÃO

O pâncreas é um órgão além de exercer uma função endócrina, exerce importante função exócrina sendo a secreção de enzimas digestivas, que são proteínas responsáveis pela absorção e digestão de nutrientes de determinadas vitaminas e minerais da dieta, além de auxiliar na regulação de processos metabólicos através de hormônios como a insulina (MARCATO, 2010).

Esse órgão é suscetível a vários fatores adversos, sendo o mais comum a inflamação da sua porção exócrina, que pode ser classificada como pancreatite aguda ou crônica (CARDOSO, 2015). Não é possível ter certeza sobre as causas primárias da doença, mas sabe-se que independente de qual for, elas fazem com que as enzimas digestivas pancreáticas sejam ativadas e atuem nas células do próprio tecido, gerando lesões inflamatórias intensas, provocando uma ruptura de membrana celular resultando em necrose celular do tecido exócrino (MACHADO; PELOI; PITOL, 2013).

Existem fatores predisponentes para a ocorrência da pancreatite, dentre eles pode-se destacar alguns como obesidade ou dieta rica em gorduras, hiperlipoproteinemia, isquemia pancreática, hipercalcemia, traumatismo ou cirurgia

[205] Medicina Veterinária, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[206]Medicina Veterinária, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[207]Medicina Veterinária, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[208] Coorientadora, Médica Veterinária, Doutora, Docente UNICENTRO
[209] Orientadora, Médica Veterinária, Doutora em Ciências, Docente Campo Real.

ISSN 2178-9428

abdominal, neoplasia pancreática, diversos fármacos (MARCATO, 2010).Há também estudos que mostram a predisposição de determinadas raças relacionadas com as suas heranças autossômicas recessivas, podendo levar a uma manifestação da doença de forma autoimune, dentre as raças destacam-se os alguns da categoria Terrier (Schnauzer miniatura, Airdale, Cairn Terrier, Yorkshire), Lhasa Apso, Pastor Alemão, Jack Russeal, West Highland White Terrier e ChowChow (MACHADO; PELOI; PITOL, 2013).

A patologia apresenta um difícil diagnóstico clínico pelo fato dos sinais clínicos e achados clinico-patológicos serem inespecíficos (CARDOSO, 2015), exames laboratoriais como amilase e lípase, exames de imagem como ultrassom, podem auxiliar no diagnóstico, porém o mesmo só será conclusivo com exame histopatológico de biópsia pancreática (MARCATO, 2010).

Uma boa anamnese é fundamental para identificar e remover a causa inicial da doença, devido á isso é necessário a realização deum tratamento suporte primário, pois há diversos tratamentos para pancreatite que poderão variar conforme o caso de cada paciente. Entre eles encontram-se fluidoterapia, plasma, analgesia, anti-inflamatórios, antieméticos, antibióticos, antiácidos, cobalamina (vitamina B-12), dopamina, manejo nutricional, tratamento cirúrgico, antioxidantes e ácidos gordos (CARDOSO, 2015).

O presente trabalho tem por objetivo relatar o caso de uma cachorra, diagnosticada com pancreatite, atendida no RealVet, departamento veterinário do Centro Universitário Campo Real pela médica veterinária Luciana Dalazen dos Santos.

2 DESENVOLVIMENTO

No dia 15 de maio de 2019, no departamento veterinário Real Vet, situado em Guarapuava, no estado do Paraná, foi atendido um canino, fêmea da raça Lhasa Apso, com 12 anos, pesando 7,100 kg, castrada com queixa principal, relatada pelo tutor, de tremedeiras pelo corpo inteiro. O animal vomitou três vezes na casa do proprietário, sendo as duas últimas vezes acompanhadas com espuma branca e desconforto abdominal. Ao realizar a anamnese, foi identificado que além da ração, o animal recebe restos de alimentos.

ISSN 2178-9428

No exame clínico foi observada a presença de fezes no reto e dores abdominais à palpação. Foi realizada a coleta de sangue para os exames complementares, como hemograma e bioquímico realizaram-se também o exame de ultrassom, onde se constatou um leve aumento do pâncreas e presença de fibrose nos ductos biliares do fígado.

Ao diagnóstico, a pancreatite pode ser aguda ou crônica, e tal conclusão pode ser obtida através do histórico do animal e exame físico que aponte os sinais relacionados a doença, porém não são específicos. Para o diagnóstico devem ser realizados exames laboratorias de hemograma, perfil bioquímico sérico, urinálise e exames de imagem, porém o diagnóstico definitivo é feito por histopatológico através de biópsia pancreática (MARCATO, 2010).

O animal foi submetido a um tratamento com vermífugo Febendazol, Paomato de Pirantel, Praziquante (Vetmax®), Omeprazol (Omeprazol®), Cloridrato de Metoclopramida (Plasil®) e 0,5 ml N-Butilbrometo de Hioscina, Dipirona Sódica (Buscofin Composto®) afim de tratar o vômito e as dores abdominais.

No dia 16 de maio de 2019, o tutor retornou com o animal até o departamento veterinário, com relatos de aumento da frequência de vômitos, pelo menos umas 20 vezes após a primeira consulta, diarreia e dores abdominais. O tutor relatou que a medicação não foi administrada nos horários certos e que pela manhã forneceu um pouco de chá natural de *Cymbopogon citratus* (Capim-limão) e o animal bebeu. Relatou também que o animal recusava ração, quando oferecida.

Inicialmente foi administrado0,7 mg/kg de Metoclopramida (Metoclopramida®), via intramuscular e 0,4 mg/kg de Tramadol (Tramadol®) via subcutânea, para analgesia. Foi prescrito Cloridrato de Tramadol (Cronidor®) de 12mg, 1 comprimido a cada 8 horas, durante 3 dias e alteração de dieta. Foi solicitado o retorno do paciente em 7 dias, mas acredita-se que o tutor desistiu do tratamento pois não retornou ao consultório com o animal. Sabe-se que a pancreatite é uma doença grave que pode levar a morte do animal, com isso, durante o tratamento é necessário acompanhamento e suporte de fluidoterápico para manter o controle eletrolítico.

O tratamento dessa patologia é de suma importância para remover a causa inicial da doença, fazendo com que ocorra uma restauração no volume vascular,

ISSN 2178-9428

perfusão pancreática, alivio da dor, diminuir a secreção e dar suporte nutricional (MACHADO; PELOI; PITOL, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico para pancreatite aguda foi confirmado após a junção de todos os sinais clínicos, anamnese, exames laboratoriais e imagens de ultrassom, no qual haviam indícios para a pancreatite aguda. O paciente citado no presente trabalho foi liberado do hospital veterinário com retorno caso os sinais persistissem, devido ao animal não ter retornado ao consultório acredita-se que o mesmo apresentou uma melhora significativa.

4 REFERÊNCIAS

CARDOSO, C. F. B. G. **Abordagem da Pancreatite Canina e Felina: Do Diagnóstico Clínico ao Diagnostico Histopatológico**. 125 f. Tese (Mestrado Integrado em Medicina Veterinária). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, 125 f.

MACHADO, T. V.; PELOI, C.; PITOL, H. Pancreatite: complicações, diagnóstico e tratamento. **Cães e Gatos**. v. 64, p. 46 - 49, 2013. Disponível em: <http://sinaldesign.com.br/prova/animaniacs/wp-content/uploads/2016/10/trabalho_pancreatite.pdf>. Acesso em 29 mai 2019

MARCATO, J. A. **Pancreatite em Cães**. 58 f. Tese (Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2010, 58 f.

ISSN 2178-9428

EFICÁCIA DO MÉTODO CUMBUCA EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTES DE CARGAS DE GUARAPUAVA - PARANÁ

MACEDO, Aline de Ramos[210]
VEIGANTES, José Leonardo Spachynski[211]
VIEIRA, Marcelo[212]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[213]

RESUMO: Este resumo expandido visa verificar a eficácia do *método Cumbuca* numa empresa de transporte na cidade de Guarapuava, Paraná. A pesquisa utilizou análise qualitativa exploratória voltada para os trabalhadores da empresa, a quem foi perguntado a sua percepção acerca da eficácia do método. Demonstrou-se, por meio dos depoimentos dos funcionários, que o método não cumpre o que propõe, ao menos na empresa estudada. Mais pesquisa é necessária para aferir sua real efetividade.

Palavras-chave: Método Cumbuca, 5s, Cinco Sensos, Empresa de Transportes.

1 INTRODUÇÃO

Na aplicação de programas de qualidade, como o 5s, Qualidade Total, entre outros, é comum os administradores terem dificuldade com o componente humano desses programas, tanto por razões de autodisciplina dos funcionários quanto à questão do comprometimento dos mesmos com a padronização dos processos.

Foi para tentar solucionar este problema que Vicente Falconi Campos criou o *Método Cumbuca*, que é um modelo que tem por objetivo engajar os colaboradores das empresas em seus processos, estimulando a leitura e autodisciplina. Porém esse método é apenas idealizado por Falconi, e em seus textos são apresentadas apenas evidências subjetivas para atestar a real efetividade do método.

Esta iniciação científica objetiva buscar evidências em favor ou desfavor da eficácia do método, através da opinião dos trabalhadores de uma empresa de transporte de Guarapuava-PR.

2 DESENVOLVIMENTO

[210] Acadêmica de Administração, regularmente matriculada no 7º período, Centro Universitário Campo Real
[211] Acadêmico de Administração, regularmente matriculado no 7º período, Centro Universitário Campo Real.
[212] Acadêmico de Administração, regularmente matriculado no 7º período, Centro Universitário Campo Real.
[213] Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR)

ISSN 2178-9428

O *Método Cumbuca* foi desenvolvido por Vicente Falconi Campos, na publicação de seu livro *Qualidade total - Padronização de empresas*. Campos (2014) dá, antes do primeiro capítulo, uma sugestão para a leitura dentro das organizações, para solucionar o insucesso na padronização das empresas, e apresenta o método, que consiste em 6 pontos:

1. Dividir a empresa em grupos de leitura de 4 a 6 indivíduos;
2. Fazer um encontro semanal de duas horas de duração;
3. Conter todas as figuras e tabelas do livro expostas na sala de reuniões, além de uma cumbuca;
4. Todos os membros do grupo leem um capítulo por semana. Durante a reunião, todos os nomes dos participantes são escritos em papéis e postos na cumbuca, e um participante é sorteado para que apresente o capítulo para o grupo;
5. Caso a pessoa sorteada não tenha lido, a reunião é desfeita, e o capítulo é retomado na semana seguinte. Este passo tem a finalidade de garantir o compromisso de todos do grupo;
6. Na semana seguinte, todos os nomes devem estar na cumbuca novamente. A mesma pessoa pode ser sorteada mais de uma vez. (CAMPOS, 2014).

O autor utiliza este método pois julga que o insucesso da padronização das empresas se deve à falta de estudo por parte dos colaboradores.

Pouca literatura acadêmica existe atestando a eficácia deste método dentro do meio organizacional, embora ela já tenha apresentado resultados positivos em ambientes acadêmicos, tais como uma aplicação do método em turmas de engenharia, em que notou-se melhor aprendizado e mais participação nas discussões (MUNIZ JUNIOR, 2017). Porém, o ambiente organizacional difere do ambiente acadêmico, sendo necessário mais pesquisas acerca da utilização do método Cumbuca.

A empresa utilizada para este estudo vinha utilizando o método para auxiliar no desenvolvimento da autodisciplina entre os colaboradores e padronizar os processos, item necessário para uma empresa em crescimento. O método tem sido aplicado na empresa de forma obrigatória (com a exceção dos funcionários

ISSN 2178-9428

contratados após o início da aplicação) desde o mês de janeiro de 2020, da seguinte forma:

Formam-se pequenos grupos com colaboradores de diferentes setores, e são realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas. No início da aplicação do método os grupos tinham de 4 a 6 integrantes, porém com o passar das semanas alguns grupos tiveram uma certa evasão, por motivos de demissão dos funcionários, e os membros restantes foram incorporados em outros grupos. No momento da aplicação dessa pesquisa, o máximo de integrantes por grupos passara a ser 8. Em uma cumbuca são colocados os nomes dos participantes daquele grupo, e um dos membros do grupo é sorteado no horário em que é marcada a reunião. Os indivíduos não podem se atrasar.

Caso algum colaborador não possa participar por questões plausíveis como atestado médico ou reuniões de extrema importância, é feito o cancelamento da leitura. Se algum integrante não puder participar por não ter feito a leitura, ele assinará uma ata em que posteriormente será repassada para a diretoria.

Após realizar o sorteio, o sorteado explica o que entendeu na sua leitura, do capítulo da semana. Todos participam com opiniões e ideias. É destinado um mentor para cada grupo, que é responsável pela condução da reunião, o mentor também pode ser sorteado.

Na pesquisa foi utilizada análise qualitativa exploratória, que consistiu em uma pergunta feita por escrito para os funcionários participantes das reuniões, contendo a seguinte pergunta, respondida anonimamente: "Você utiliza os ensinamentos do método cumbuca no seu dia a dia? Você considera esse método eficiente? Por quê?".

As respostas estão transcritas na tabela abaixo.

TABELA 1 - Entrevista com os colaboradores

- “Não, não porque são pessoas de realidades diferentes nos grupos.”
- “Não é utilizado o método cumbuca. Acredito que é um tempo desperdiçado. Não é eficaz.”
- “Não utilizo os ensinamentos. Não acho eficiente, pois o que é discutido não chega na diretoria.”

ISSN 2178-9428

- “Não utilizamos. O livro é muito bom, interessante porém a aplicação prática é praticamente nula. Durante a reunião da cumbuca é tratado de uma "empresa perfeita" a qual não existe na vida real. Não é um método eficiente porque depende do comprometimento das pessoas coisa que é difícil de se alcançar.”
- “Não. Não considero uma ferramenta eficiente.”
- “Utilizo razoavelmente. O método é eficiente sim, desde que realmente seja utilizado na íntegra. Que não é o caso da empresa.

Fonte: Os autores, 2020.

As respostas foram filtradas para não expor funcionários e manter o direcionamento da temática deste trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, pode-se perceber que há entre os funcionários uma posição negativa quanto ao *método Cumbuca*, o que sugere pouca adesão dos colaboradores e ineficácia do método. A obtenção de resultados conclusivos requer uma investigação mais aprofundada em mais empresas, mas o panorama geral apresentado por essa pesquisa de opinião indica que o método é ineficaz, ao menos no caso da empresa estudada.

Sugere-se a utilização de outros métodos de controle da qualidade, que obtenham resultados mais palpáveis, como o programa 5s, idealizado por Kaoru Ishikawa no ano de 1950 (IPEM-SP, 2013) e implantado primeiramente no Japão, que consiste na implantação de um programa que se utiliza de cinco sensos (senso de utilização, senso de ordenação, senso de limpeza, senso de impecabilidade, senso de autodisciplina, do japonês Seiri, Seiton, Seiso, Seiketsu e Shitsuke, respectivamente), e que tem por finalidade a otimização dos processos e redução de custos.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

CAMPOS, V. F. **Qualidade total - Padronização de empresas**. 2ª edição. Belo Horizonte/MG: Editora FALCONI, 2014.

MUNIZ JUNIOR, Jorge et al. Increasing students' skills in operations management classes: Cumbuca Method as teaching-learning strategy. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 680-689, Dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000400680&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 set 2020. Epub 11 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Programa 5s**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.ipem.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=487&Itemid=67> Acesso em: 20 set. 2020.

ISSN 2178-9428

ALIMENTAÇÃO DA LACTANTE COMO FATOR DE PROTEÇÃO DE DOENÇAS EM CRIANÇAS AMAMENTADAS

ROSA, Larissa de Morais Fiuza da[214]
BINDE, Emily Oliveira[215]
SCHMITT, Vania[216]

RESUMO: O trabalho teve como objetivo avaliar a alimentação de lactantes de Guarapuava – PR, visando observar se os hábitos alimentares das mães podem atuar como fator de proteção de doenças para as crianças. Participaram 31 lactantes com idade entre 17 e 36 anos. Observou-se consumo de feijão, frutas e verduras pela maioria das pesquisadas. Em relação aos alimentos ultraprocessados, o maior consumo é o de bebidas adoçadas. Para reverter essa situação, é necessário que as mães sejam conscientizadas sobre a importância da sua alimentação para o desenvolvimento e saúde dos seus filhos.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Nutrição materno infantil. Consumo alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A oferta do seio materno às crianças é um direito tanto para mãe quanto para a criança. Durante toda a história, o aleitamento materno passou por vários processos, tanto facilitando como dificultando o ato. Mas é consenso de que é a melhor forma de nutrir o bebê, suprindo suas necessidades nutricionais nos primeiros seis meses de vida. Fazendo com que o organismo da criança fique mais resistente em relação às infecções e consequentemente estabelecendo um vínculo afetivo entre a mãe e a criança (VITOLO, 2015).

O leite materno ofertado de forma exclusiva reduz o índice de mortalidade infantil, pois oferece uma proteção contra doenças infecciosas, infecções respiratórias agudas, infecções urinárias, sarampo entre outras. Os fatores responsáveis por essa proteção, são vários, como, a presença no colostro e no leite materno de células linfoides vivas e funcionais, com capacidade imunológica na produção de anticorpos. (RICCO; CIAMPO; ALMEIDA, 2015).

A saúde e a nutrição das mães e crianças estão intimamente ligadas, a alimentação da mãe necessita de uma maior quantidade de proteínas, vitaminas e minerais, para suprir tanto as necessidades de ambos, mantendo uma alimentação regular equilibrando a concentração energética nas refeições (VITOLO, 2015).

[214] Nutrição, 6ºperiodo, Centro Universitário Campo Real.
[215] Nutrição, 6ºperíodo, Centro Universitário Campo Real.
[216] Professora Orientadora, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Pesquisas apontam que a aparição da deficiência de ferro e a anemia ferropriva podem ser prevenidas com a pratica do aleitamento materno até os 6 meses de vida da criança, o ferro no leite materno é considerado pobre em relação a sua quantidade, porém o ferro do leite materno é mais bem absorvido que o de outras fórmulas lácteas (VITOLO, 2015).

Dessa forma, sabendo que a alimentação da mãe interfere na saúde da criança, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar a alimentação de mulheres lactantes de Guarapuava – PR, visando observar se os hábitos alimentares das mães podem atuar como um fator de proteção de doenças para as crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa transversal e descritiva. Foi realizada no Banco de Leite Humano (BLH) do município de Guarapuava-PR no mês de agosto de 2019. Para obtenção dos dados foi aplicado o questionário às lactantes o questionário de “Marcadores de Consumo Alimentar” do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Sendo composto por 9 perguntas objetivas com relação a alimentação do dia anterior, a fim de verificar os hábitos alimentares das participantes e relacionar com possíveis benefícios à saúde das crianças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 31 lactantes com idade entre 17 e 36 anos. Elas responderam a um questionário sobre seu consumo alimentar, o qual abordava o consumo de determinados alimentos como leguminosas, verduras, frutas, carnes, embutidos, para que possa ser analisado a ingestão desses alimentos em relação a nutrição dessa mãe e do lactente, relatando assim a relação sobre a influência da alimentação no leite materno oferecido ao bebê.

ISSN 2178-9428

Tabela 1. Frequência de consumo alimentar de lactantes em Guarapuava – PR.2019.

CONSUMO ALIMENTAR NO DIA ANTERIOR		
GRUPO ALIMENTAR	SIM	NÃO
Feijão	58%	41%
Frutas (não considerar suco de frutas)	58%	41%
Verduras (não considerar batata, mandioca, cará e inhame)	65%	35%
Hambúrguer e/ou embutidos (presunto, salame, linguiça)	35%	65%
Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó)	58%	45%
Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e biscoitos salgados	29%	70%
Biscoito recheado, doces, guloseimas (balas, chicletes, caramelo, gelatina)	22%	77%

Com base nos resultados obtidos, observa-se que há consumo de feijão, frutas e verduras pela maioria das pesquisadas. No entanto, por serem alimentos altamente nutritivos, seria interessante que todas os consumissem diariamente.

Em relação aos alimentos ultraprocessados, os quatro tipos de alimentos avaliados possuíram consumo diário. Sendo o maior consumo o de bebidas adoçadas. O que pode ser prejudicial pelo excesso energético e pouco valor nutricional, podendo refletir na saúde e nutrição da criança amamentada e da mãe.

O aleitamento materno é um grande precursor de saúde e de vida sendo assim benéfico para a criança desde a infância até a sua fase adulta (RICCO; CIAMPO; ALMEIDA, 2015).

As necessidades nutricionais da mãe são elevadas nesse período, e em especial determinados micronutrientes como vitaminas e minerais, são necessários ao desenvolvimento do bebê e como forma de proteção de doenças futuras (GUINÉ; GOMES, 2015).

Dessa forma, orienta-se uma alimentação saudável, à base de alimentos naturais e pouco processados, e muito variada. Caso a lactante não possua uma dieta balanceada pode ocasionar desnutrição, e nessas condições as alterações no leite dependerão do grau e do tipo de nutrição, as concentrações de proteínas gordura e lactose não são alteradas, porém, a menor produção de volume diário e algumas vitaminas como C, A, B1 e B12 são rapidamente afetados (VITOLO, 2015).

ISSN 2178-9428

Destaca-se a importância do aleitamento materno em relação a prevenção de doenças ao bebê, pode se citar como exemplo a obesidade e anemia ferropriva.

O leite materno tem maior concentração de gorduras, entretanto são de fácil digestão e absorção, gerando uma maior fonte de energia para a criança. As taxas de ácidos gordurosos encontrados no leite materno são fisiologicamente equilibradas, e com um alto teor de vitaminas E, e este equilíbrio é fator considerável na prevenção de arteriosclerose e doenças coronárias, tanto na infância tanto na vida adulta (VITOLO, 2015).

Assim, sugere-se que as mães recebam maiores informações em relação a importância da sua alimentação no período da lactação, visando propiciar o desenvolvimento infantil e a prevenção de doenças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir com o desenvolvimento dessa pesquisa a importância de uma alimentação equilibrada e saudável, durante o período da lactação, para que mãe e bebê possam ter todas as suas necessidades nutricionais supridas, garantindo bom estado nutricional e prevenção de doenças.

Observou-se com a pesquisa realizada em Guarapuava – PR que a maioria das lactantes consumiu no dia anterior alimentos saudáveis e ricos em nutrientes.

No entanto, parte das mães não faz consumo diário destes alimentos e apresenta consumo de alimentos ultraprocessados, os quais possuem um maior índice calórico e baixo valor nutricional prejudicando a saúde da lactante e do bebê.

Para reverter essa situação e garantir que a alimentação possa ser um fator de proteção de doenças para as crianças, é necessário que as mães sejam conscientizadas sobre a importância da sua alimentação para o desenvolvimento e saúde dos seus filhos.

4 REFERÊNCIAS

VITOLO, Márcia Regina. **Nutrição - da gestação ao envelhecimento**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2015.

CIAMPO, Luiz Antonio; Ricco, Rubens; Almeida, Carlos. **Aleitamento materno – passagens e transferências mãe-filho.** 1º ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

GUINÉ, Raquel; GOMES, Ana Luísa. **A Nutrição na lactação humana** – 2015 – http://www.ipv.pt/millenium/Millenium49/8.pdf. Acesso em: 18 set. 19.

NUTRIÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS ATUAIS E A TRANSIÇÃO NUTRICIONAL

PAES, Lediane[217]
ORLOVSKI, Katlin Sara[218]
KORCHAK, Clarice[219]
KOSAK, Josieli Maria[220]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Neste trabalho são feitas considerações sobre os principais problemas da atualidade, envolvendo nutrição infantil e suas consequências para a saúde, tendências e preferências alimentares de crianças através de estudos e revisões em artigos. Mostra-se que a família tem um papel importante em se tratando de hábitos alimentares em crianças, bem como o conjunto de fatores sociais e o meio de inserção desta. A atuação do nutricionista no contexto de educação nutricional juntamente com intervenções para a promoção da saúde pública pode melhorar a qualidade de vida da população e ter aspectos positivos relacionado a transição nutricional.

Palavras-chaves: Nutrição infantil. Saúde pública. Transição Nutricional. Atualidade.

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira tem vivido com mudanças significativas em diferentes aspectos, sendo que a melhoria das condições econômicas e sociais vem trazendo grande representatividade nos últimos anos. Uma situação de saúde pública vem preocupando especialistas: o Brasil vem passando por um período de transição nutricional nos últimos anos, cuja principal característica é a redução nos índices de desnutrição infantil e o aumento e prevalência de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas em diferentes classes sociais. Isso deve-se na maioria das vezes pela influência de hábitos alimentares, a comodidade das refeições prontas e falta de tempo em preparo de refeições mais saudáveis. É dever do nutricionista defender o direito humano à alimentação saudável contribuindo para a promoção da saúde, trabalhando a educação alimentar, informando e auxiliando em escolhas alimentares e quantidades de alimentos (REIS, 2011).

Como objetivo este estudo visa analisar o contexto da nutrição infantil em dias atuais, bem como a educação nutricional e sua importância no contexto da promoção da saúde, suas perspectivas, desafios e transição alimentar, neste trabalho são feitas

[217] Acadêmica do curso de Nutrição, Centro Universitario Campo Real
[218] Acadêmica do curso de Nutrição, Centro Universitario Campo Real
[219] Acadêmica do curso de Nutrição, Centro Universitario Campo Real
[220] Professora Orientadora

ISSN 2178-9428

considerações sobre os principais problemas da atualidade, abordando a nutrição infantil e suas consequências para a saúde. Também é debatido alguns aspectos do progresso do estudo científico na área da nutrição infantil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O trabalho visa analisar a população infantil e seu estado nutricional, bem como a transição nutricional através de um estudo exploratório, revisando-se artigos e manuais que tratam sobre temas de obesidade, importância da interação familiar e a transição nutricional, como também mostrar qual a responsabilidade do Estado em relação à alimentação adequada. Além de analisar a importância do papel do nutricionista nesse contexto. A seguir será abordado alguns resultados dos estudos pesquisados, inicialmente apresentando-se dados a respeito do aumento da obesidade infantil e a relação dos cuidados que se deve ter na construção da educação alimentar infantil, bem como a influência de fatores psicossociais e culturais (RAMOS, 2000).

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.2.1 Saúde Pública

As ações propostas pelos programas de políticas públicas em relação a obesidade infantil foram construtivas, quando essas foram voltadas para a comunidade e no âmbito escolar e familiar. Mesmo com algumas dificuldades em sua implementação, teve grande importância para população, pois suas ações são de incentivo e apoio para que indivíduos e coletividades difundam de informação, que os leve a adoção e a prática de hábitos saudáveis, com suas práticas assistencialistas, reconhecem que sua principal tarefa é continuar promovendo e protegendo a saúde e a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e reabilitação da saúde conforme a Constituição Federal promulgada em 1988 (REIS,2011).

2.2.2 Transição Nutricional

ISSN 2178-9428

Com as relevantes mudanças socioeconômicas, política e tecnológicas, o resultado mostra-se mais impactante na transição nutricional da desnutrição para obesidade, eventualmente pela forma de produzir, comercializar, industrializar e preparar os alimentos, e a falta de tempo no preparo de uma alimentação caseira. Como consequência desse processo houve um grande aumento da obesidade infantil, pela facilidade de se conseguir alimentos práticos e já prontos para o consumo os quais são muitas vezes calóricos, com alto teor de açúcar e sal. Nesse sentido, de acordo com Sargent *et al,* atenção primária representa uma boa oportunidade de intervenção contra a obesidade infantil, mas para que isso ocorra é preciso um modelo eficaz de atuação. Mostraram-se positivos os resultados quando as ações são voltadas para a educação nutricional, sendo apresentadas alternativas acessíveis para os responsáveis guiar seus filhos em melhores escolhas alimentares (LAMOUNIER, 2011).

2.2.3 Papel Da Família No Contexto Alimentar E Suas Estratégias

A criança aprende por interações, alimentos oferecidos por coação mesmo com recompensa resultada em resposta a oposição, podendo a criança a detestar certos alimentos. Os padrões de comportamento alimentar, em relação a escolha e quantidade de alimentos, horário e ambiente das refeições dependem muito do contexto familiar da criança (YOKOTA, 2010). A mesma aprende ou não a gostar dos alimentos. O que ocorre na maioria dos casos são motivados a comer alimentos com alto teor de açúcar e os alimentos saudáveis como vegetais acabam por ser ofertados em contexto negativo. Outros fatores culturais e psicossociais podem ter influência sobre as experiências alimentares das crianças. O contexto social adquire um papel preponderante neste processo, nota-se quando os pais usam de estratégias, para as crianças comerem específicos alimentos, estas apresentaram estímulos tanto adequados, quanto inadequados, podendo os pais, terem autocontrole da ingestão e na aquisição das preferências alimentares da criança (RAMOS, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que alimentação e nutrição da criança atualmente depende de muitos fatores que as determinam, sabe-se que a nutrição tem se tornado o mais

ISSN 2178-9428

modificável determinante das doenças crônicas no ser humano, e a prevenção de doenças do adulto deve ser uma preocupação já na infância. Diante disso os resultados das investigações, mostram que as estratégias alimentares dos pais na hora da refeição contribuem para aquisição das preferências alimentares da criança e para o crescimento. É importante que os pais sejam informados de como deve ser uma alimentação saudável para a criança, e sobre os métodos de aprendizagem das preferências alimentares, e nutricionista tem papel fundamental em ajudar nessas questões, orientando e elaborando ações de educação nutricional a fim de que tanto as crianças como seus pais, desenvolvam o autocontrole do seu consumo alimentar, minimizando problemas de obesidade. Outro ponto importante é responsabilidade do Estado promover o direito humano à alimentação adequada, abrangendo às políticas públicas de nutrição o diálogo intersetorial para sua execução. As políticas públicas são fundamentais para a garantir o direito humano à alimentação adequada. Os resultados apontam a necessidade das atividades de educação e monitoramento nutricional, pois, os estudos nesta área, que envolva uma perspectiva multidisciplinar, é fundamental para um maior entendimento do comportamento alimentar infantil, permitindo o desenvolvimento de ações e programas de prevenção com base na realidade psicossocial e cultural brasileira, levando assim para uma efetiva mudança dos padrões alimentares infantis, contribuindo na promoção de sua saúde, é necessário mais investigações dos possíveis fatores que interferem no desenvolvimento do comportamento alimentar infantil.

4 REFERÊNCIAS

LAMOUNIER, Joel Alves. Alimentação e nutrição da criança no século XXI. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, n. 3, p. S1-S144, 2011.

RAMOS, Maurem et al. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de pediatria**, v. 76, n. Supl 3, p. S229-S237, 2000.

REIS, Caio Eduardo G.; VASCONCELOS, Ivana Aragão L.; BARROS, Juliana Farias de N. Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil. **Revista paulista de pediatria**, v. 29, n. 4, p. 625-633, 2011.

YOKOTA, Renata Tiene de Carvalho et al. Projeto" a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

O USO DA BERINJELA PARA O CONTROLE DE UM GRANDE MAL QUE AFETA A POPULAÇÃO: A HIPERTENSÃO ARTERIAL

NOVAK, Thais Cristina[221]
HARMATIUK, Flavia[222]
LENHARD-VIDAL, Adriane[223]

RESUMO: A hipertensão arterial (pressão alta), é uma preocupante doença, por isso, há uma grande busca de métodos para seu o combate. Há várias “receitas caseiras” difundidas atualmente, especialmente pela internet. Esta pesquisa objetivou avaliar uma dessas indicações caseiras, a berinjela. Existem vários fatores que contribuem para evolução da hipertensão arterial, e para a amenização desse problema estudos comprovam que a berinjela pode ser uma forma natural e eficaz de controle dessa enfermidade, pois possui dentre outros nutrientes a acetilcolina, que tem efeitos hipotensivos.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Berinjela. Saúde. Controle.

1 INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial (pressão alta) é uma das doenças que mais afetam a sociedade brasileira atualmente. Segundo o Ministério da Saúde (2019), ela caracteriza-se pelo aumento da pressão do sangue nas artérias, em 2017 foram registradas 34 mortes por hora, 829 óbitos por dia e mais de 302 mil óbitos no ano. Portanto percebe-se o grande transtorno que essa doença é para a população.

Desde a antiguidade até os tempos atuais, as plantas vêm sendo utilizadas para auxiliar na melhora de adoecimentos, como a hipertensão (ARNOUS; SANTOS; BEINNER, 2005). A berinjela (*Solanum melongena L*), é uma planta herbácea de origem indiana, que pode ter efeito hipotensor. Nela pode-se encontrar diversos nutrientes (Pró-vitamina A, vitamina B1, B2, C e niacina. Alcaloides como a solanina, proteínas, gorduras e hidratos de carbono. Minerais Ica, P, Fe, K, Mg) (GRANDI, 2014), estes que podem combater a evolução dessa patologia.

Sabendo-se que muitas pessoas utilizam produtos naturais na tentativa de reduzir a pressão arterial, esta pesquisa objetivou avaliar na literatura, um dos

[1] Biomedicina, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Biomedicina, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Professora no Centro Universitário Campo Real, Guarapuava - PR. Doutora (2018) e Mestre (2013) em Patologia Experimental pela Universidade Estadual de Londrina, com foco em Imunologia Aplicada (Paracoccidioidomicose).

ISSN 2178-9428

produtos que vem sendo amplamente utilizado pela população, que é a berinjela, buscando evidências científicas de que seu uso ajuda a tratar a hipertensão arterial.

2 DESENVOLVIMENTO

Esse estudo tem caráter exploratório, utilizando como método de pesquisa a revisão bibliográfica, averiguando principalmente artigos científicos, com uma breve busca em livros e sites, portando como tratamento de dados uma pesquisa qualitativa. Foi feito um levantamento quantitativo com uma pesquisa de opinião popular, através de enquetes feita nas redes sociais, tendo como base indivíduos que conhecem ou convivem com hipertensos.

Em uma pesquisa feita nas plataformas digitais mostram que os indivíduos não levam uma vida baseada na prática regular de exercícios e uma nutrição correta. Foram 348 indivíduos que responderam a questionários em forma de enquetes relacionadas com o tema, sendo averiguado que os participantes em sua maioria eram indivíduos maiores de 18 anos, onde 64% destes não segue uma alimentação saudável, 42% não prática atividades físicas, sendo que destes, 49% ou conhecem ou convivem com alguém hipertenso. Dados estes relevantes, mostrando novamente como a hipertensão afeta a população, por isso, é importante encontrar meios para auxiliar ao combate dessa afecção.

Segundo o ministério da saúde os fatores que influenciam ao desenvolvimento da pressão alta podem ser: tabagismo, bebidas alcoólicas, excesso de consumo de sal, níveis altos de colesterol, falta de atividades físicas, uma mal alimentação, e o estresse. Daremos ênfase nos três últimos. A nutrição adequada e a pratica de atividade física são fatores essenciais para prevenção de doenças, como a hipertensão arterial (RIQUE; SOARES; MEIRELLES, 2002). Os fatores emocionais como a impulsividade, hostilidade, estresse, ansiedade e raiva são propulsores para o desenvolvimento da hipertensão, além trazer várias outras enfermidades (FONSECA et al, 2009).

Um estudo apresentou:

> [...] estimou-se que a ACh em berinjela administrada por via oral promove a atividade nervosa parassimpática e, em seguida, suprime a atividade nervosa simpática por inervação recíproca. O estresse e o estado psicológico (PS) estão intimamente relacionados à atividade nervosa simpática [18,19].

ISSN 2178-9428

> Fatores psicossociais também estão relacionados à pressão arterial e podem levar à hipertensão [20] Portanto, a ingestão de berinjela pode melhorar o estresse e os PSs, além da PA (NISHUMURA et al, 2019, p. 8).

O uso da berinjela pode ser considerado relevante. Em uma busca realizada no dia 25 de agosto de 2020, aviam 116.000 resultados no Google para as palavras berinjela e hipertensão, isso mostra que muitas pessoas principalmente os idosos que por sua vez já possuem uma crença maior a respeito, optam por utilizar de plantas medicinais para o tratamento de sua enfermidade. Mas é preciso ressaltar que: “A indicação do uso de plantas no combate à hipertensão deve ter embasamento científico, para que o indivíduo não seja prejudicado” (LOPES et al, p. 152, 2010).

A berinjela é uma planta que possui acetilcolina em abundância. A ACh é um neurotransmissor que em alimentos é grande responsável por ter efeitos anti-hipertensivos, também foi verificado recentemente outros componentes funcionais que a berinjela apresenta, como: O Nausunin (tem atividade antioxidante), o ácido y-aminoburitíco (efeitos de relaxamento), ácido clorogênico (efeitos antidiabéticos). Pode-se perceber a quantidade de gradientes benéficos para a saúde corporal que a planta possui. (YAMAGUCHI et al, 2019).

Um estudo mostra os efeitos da berinjela administrada em ratos SHRs com 14 semanas de idade. Esses ingeriam 0,821 mg / kg por dia de berinjela em pó para testar a eficiência desta contra a hipertensão. Para ser utilizada ela foi cortada, congelado a -80 C por 2 dias após foi criado um produto liofilizado, sendo então moída para ser feita a ingestão de seu pó por via oral. A administração dela em ratos hipertensos fez com que fosse comprovada sua eficiência, tendo como seu principal componente a ACh, sendo considerada anti-hipertensiva, pois reduziu níveis da pressão arterial em ratos (YAMAGUCHI et al, 2019).

Outra pesquisa foi feita em seres humanos. Foram incluídos aproximadamente 189 participantes com pressão arterial normal-alta ou hipertensão de grau 1, sendo fornecidos para um grupo, cápsulas contendo berinjela em pó, e para outro grupo, placebo (cápsulas contendo pó de dextrina). Para o procedimento foi feito o suco da berinjela que foi liofilizado e em seguida encapsulado. No placebo, suas cápsulas continham somente dextrina em pó. Os voluntários ingeriam 4 cápsulas de berinjela ou 4 cápsulas de placebo todos os dias durante 12 semanas. Foram realizadas consultas médicas durante o processo para o acompanhamento, com exames biológicos e medição da pressão arterial principalmente. Houve melhora aos

ISSN 2178-9428

indivíduos hipertensos a partir da semana 8, nos que ingeriram cápsulas de berinjela. (NISHUMURA et al, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados foi possível verificar que a berinjela pode ser eficaz para o tratamento da hipertensão arterial, contendo propriedades em sua composição consideradas benéficas e hipotensoras. O seu uso diário pode reduzir gradativamente os seus níveis de PA, um grande mal que afeta a sociedade. Espera-se que, os benefícios dessa planta, seja popularmente conhecido e que seu uso seja feito pela a maioria dos indivíduos hipertensos, ou até mesmo por aqueles que desejam prevenir essa doença.

4 REFERÊNCIAS

ARNOUS, Amir Hussein; SANTOS, Antonio Sousa; BEINNER, Rosana Passos Cambraia. PLANTAS MEDICINAIS DE USO CASEIRO - CONHECIMENTO POPULAR E INTERESSE POR CULTIVO COMUNITÁRIO. **Espaço Para A Saúde**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 1-6, jun. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/5859080/PLANTAS_MEDICINAIS_DE_USO_CASEIRO_CONHECIMENTO_POPULAR_E_INTERESSE_POR_CULTIVO_COMUNIT%C3%81RIO_MEDICINAL_PLANTS_OF_DOMESTIC_USE_POPULAR_KNOWLEDGE_AND_INTEREST_IN_A_COMMUNITY_GARDEN

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (org.). **Hipertensão (pressão alta): o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção**. 2019. Disponível em: https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/hipertensao. Acesso em: 26 ago. 2020.

FONSECA, Fabiana de Cássia Almeida *et al*. A influência de fatores emocionais sobre a hipertensão arterial. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, p. 1-11. 21 jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852009000200011&lang=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 ago. 2020.

GRANDI, Telma Sueli Mesquita. **Tratado das plantas medicinais**: mineiras, nativas e cultivadas. Belo Horizonte: Adaequatio Estúdio, 2014. 1204 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bz_AcmCaAL9eTmxjVS1rNllSekE/view?pref=2&pli=1. Acesso em: 25 ago. 2020.

LOPES, Gisele Aparecida Dionísio *et al*. PLANTAS MEDICINAIS: INDICAÇÃO POPULAR DE USO NO TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS). **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 143-155, jan. 2010. Disponível em:

ISSN 2178-9428

https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/download/377/368. Acesso em: 28 ago. 2020

NISHIMURA, Mie *et al*. A ingestão diária de berinjela em pó melhora a pressão arterial e o estado psicológico em indivíduos estressados: um estudo randomizado controlado por placebo. **Mdpi**. Basel, p. 1-22. 16 nov. 2019. Disponível em: https://www.mdpi.com/2072-6643/11/11/2797/htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

RIQUE, Ana Beatriz Ribeiro; SOARES, Eliane de Abreu; MEIRELLES, Claudia de Mello. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 244-254, dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbme/v8n6/v8n6a06.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

YAMAGUCHI, Shohei *et al*. Efeitos anti-hipertensivos da berinjela administrada por via oral (*Solanum melongena*) rica em acetilcolina em ratos espontaneamente hipertensos. **Science Direct**. [S. l.], p. 376-382. 15 mar. 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308814618317825?via%3Dihub#b0085. Acesso em: 28 ago. 2020.

ISSN 2178-9428

A EXISTÊNCIA DO ESTRESSE NO MEIO ACADÊMICO E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA

JACINTY, Mylena[224]
MENDES, Gisele Cristina da Silva[225]
STOCCO, Kamila Ribeiro[226]
PORFIRIO, Gustavo Bianchini[227]

RESUMO: Na graduação ocorrem mudanças que exigem do acadêmico habilidades de adaptação. Quando não são desenvolvidas, geram conflitos elevando os níveis de estresse, pois, ao estar exposto a diversas situações aversivas o indivíduo pode sofrer impactos no sistema fisiológico e psicológico, eliciando sintomas típicos do estresse. Percebeu-se, assim, a importância do apoio psicológico neste período, o que justifica a relevância do presente trabalho, que pretende compreender a influência do estresse nas já citadas áreas da vida do acadêmico, através da ilustração dos pontos negativos e positivos deste fenômeno, enfatizando a psicoterapia e outras técnicas alternativas como mediadoras no enfrentamento do estresse.

Palavras-chave: Estresse acadêmico. Qualidade de vida. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A entrada no ensino superior é um período de mudanças. A rotina dos acadêmicos altera-se e necessitam adaptar-se imediatamente ao contexto, pois, é um período essencial para a experiência profissional. Então a pesquisa abordará a existência do estresse no meio acadêmico, a fim de, esclarecer as influências deste no indivíduo. A problemática surgiu durante as práticas da disciplina do Projeto de Extensão onde as acadêmicas do 10º de Psicologia, notaram pesquisas que apontam níveis elevados de estresse em acadêmicos, o que prejudica a qualidade de vida, realizou-se, então, uma revisão de literatura para compreender a temática.

Será compreendido como o estresse no meio acadêmico estimula o indivíduo, a estar alerta, suscetível para ampliar suas habilidades e conciliar suas responsabilidades. Contudo, estudos esclarecem os malefícios do estresse em excesso. O trabalho pretende explicar de que modo a psicologia contribui, para que o

[224] Acadêmica de Psicologia, décimo período, Centro Universitário Campo Real.
[225] Acadêmica de Psicologia, décimo período, Centro Universitário Campo Real.
[226] Acadêmica de Psicologia, décimo período, Centro Universitário Campo Real.
[227] Graduado em Psicologia – Bacharelado pelo Centro Universitário Campo Real e mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

ISSN 2178-9428

estudante receba apoio para o para o enfrentamento de situações estressantes e obtenha aproveitamento deste período sem sentir-se esgotado com frequência.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o presente trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica, sendo pesquisado artigos em base de dados online com as temáticas: Estresse acadêmico; Psicologia; Saúde Mental e Estresse e qualidade de vida. Além de livros físicos já conhecidos pelas autoras que auxiliaram no processo de pesquisa e escrita.

Costa (2018), explica que o período de graduação é relevante para o desenvolvimento profissional do indivíduo. Nesta fase, as mudanças exigem habilidades do estudante que, frequentemente encontra-se em situações estressantes. Este é positivo quando, estimula o indivíduo a adaptar-se, por outro lado, em excesso pode ser negativo em múltiplos âmbitos (Lameu, 2014). Ao ser exposto à uma situação perigosa/ameaçadora, o indivíduo pode emitir respostas emocionais, comportamentais, neuroendócrinas e/ou imunológicas. Mecanismo esse, essencial para a saúde da pessoa, mas, dependendo da maneira como o indivíduo comporta-se diante destas ocorrências, podem surgir doenças.

Preocupa-se com a saúde mental de acadêmicos por conta das situações em que são expostos. No Brasil, Lameu (2014), cita que na década de 50 foi criado um Serviço de Higiene Mental e Psicologia Clínica, na Universidade Federal de Pernambuco, com o intuito de oferecer assistência psicológica e psiquiátrica aos estudantes de medicina. A investigação sobre a temática mostra-se necessária, pois, a saúde mental pode ser acometida no início da graduação, devido às exigências do ambiente acadêmico e a necessidade de desenvolver aptidões. Podem vivenciar conquistas e/ou frustrações, que agregado à cobrança dos professores, sobrecarga, conflitos interpessoais, ritmo de estudo e mudanças (cidade; hábitos alimentares; ciclo de sono-vigília), alteram as condições físicas e psíquicas do indivíduo, com isso, “Este processo de adaptação pode ocasionar alto nível de estresse e assim, desencadear distúrbios psicológicos prejudicando a saúde mental do estudante” (LAMEU, 2014, p.18), assim, o período que seria de aprendizado, torna-se uma época negativa, nota-se a necessidade da busca por apoio de um profissional de psicologia.

ISSN 2178-9428

Compreende-se então que por enfrentar estas e diversas outras mudanças e dificuldades o acadêmico pode ficar suscetível a alterações psicológicas e emocionais, além de que autoras como Kichler e Serralta (2014) destacam a importância do equilíbrio da vida pessoal com a profissional com o auxílio da psicoterapia " possibilita que os estudantes conheçam a si próprios, seus limites e potencialidades, identifiquem e diferenciem sentimentos na relação com o outro, e experenciem, na prática, o processo psicoterapêutico" (BORIS, 2008; CALLIGARIS, 2004; FERREIRA NETO e PENNA, 2006; TAVORA, 2002; YAMAGUCHI, 1996 apud KICHLER, SERRALTA, 2014 p.56)

O acadêmico, principalmente da área da saúde, deve compreender suas próprias problemáticas, ter capacidade de elaborar sentimentos e emoções que podem decorrer de situações encontradas durante sua formação. Para auxiliar nisto a psicoterapia encontra-se como uma ferramenta para cuidar tanto da saúde mental centrais presentes no agora deste indivíduo, como também para que ele consiga desenvolver capacidades de resolução de conflitos internos e externos que estarão presente em sua vivência profissional e acadêmica (KICHLER, RESSALTA, 2014; MEIRA, NUNES, 2005).

O stress é vivenciado de diferentes maneiras por cada indivíduo, isto é, as emoções são influenciadas pela avaliação que é dada naquela determinada situação (COON, 2006). Assim, nem todos os sujeitos têm o mesmo nível de stress, mesmo que estejam em condições iguais ou semelhantes. De acordo com Lazarus e Folkman (1984) apud Moraes (2012) a habilidade de enfrentar ameaças emocionais auxilia na administração do estresse, e aponta duas opções práticas para serem realizadas quando ocorrer algo pertinente, a primeira etapa consiste em avaliar a situação como: importante, boa ou ruim e então, a avaliação secundária, em que verifica-se os recursos pessoais para enfrentar a dificuldade apresentada.

Em suma, os estressores podem causar diferentes reações no organismo. Alguns sinais mais comuns referem-se ao âmbito emocional, como: ansiedade; desânimo; alteração do humor, e no físico, que engloba: exaustão; recorrente uso de medicamentos e aparição de doenças (COON, 2006) e segundo Lameu (2014) o indivíduo pode sentir-se em estado de alerta, com a boca seca, algumas tensões musculares, taquicardia e/ou sudorese excessiva. A fim de verificar outras influências do estresse, Sadir (et al., 2010) aponta que, o stress pode ocasionar a perda de

ISSN 2178-9428

qualidade de vida, dificultando a eficiência do indivíduo em rotinas diárias, isto que, instiga o interesse na busca na diminuição do mesmo (p.75).

Diante disso, há várias possibilidades de tratamentos ou práticas que visam beneficiar a saúde física e psíquica das pessoas. Para Menezes e Dell'Aglio (2009) a prática meditativa é um meio eficaz e que ilustra algumas características da psicoterapia cognitiva, pois, uma e outra buscam pela redução dos pensamentos automáticos, instruindo o sujeito a ampliar sua capacidade cognitiva de lidar com isso. Para a meditação ser feita, Coen (2019) aborda os passos para a execução do processo. Primeiramente, o indivíduo deve estar em um local silencioso, então, deve sentar-se no chão confortavelmente ou em uma cadeira a qual deixe os joelhos na altura do quadril. A autora também aborda a importância da respiração consciente, onde o ar entra pelas narinas passivamente, segura-se o mesmo por alguns segundos e após isso se expira tranquilamente, isto auxilia no relaxamento e na consciência dos movimentos do corpo no momento presente, assim dizendo: no aqui-e-agora.

O contexto da pandemia COVID-19, embora seja uma situação alarmante, trouxe novas perspectivas em relação ao uso das tecnologias como ferramenta de apoio. Assim, se faz necessário que o cuidado com a saúde física e psíquica permaneça, e com os devidos cuidados de isolamento social, é possível que as pessoas consigam fazer exercícios físicos, yoga, e a prática mindfulness, que para Kabat-Zinn (1990) apud Vandenberghe e Souza (2006) é uma técnica de atenção plena, a qual propicia benefícios similares à meditação supracitada. Estas práticas ou terapias alternativas podem promover a saúde e o bem-estar (COON, 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão viabilizou a compreensão dos aspectos do estresse e seu favorecimento para iniciar ou potencializar sintomas físicos e psicológicos. Em relação aos assuntos abordados, compreende-se a importância da contribuição do profissional de psicologia na universidade, o qual tem como objetivo acolher e possibilitar recursos no enfrentamento de problemáticas associadas aos fatores estressantes vivenciados diariamente pelos acadêmicos, pois ao trabalhar as questões de sofrimento é possível amenizar a tensão e a ansiedade, promovendo saúde e qualidade de vida dos alunos. Ainda, existem outras medidas, como: a

ISSN 2178-9428

efetivação de novas práticas e as terapias alternativas, as quais são cientificamente comprovadas e que visam contribuir para o processo de melhora, assim como a psicoterapia. Embora o estresse seja uma adversidade recorrente, ele também se insere em um contexto positivo que movimenta os indivíduos, ou seja, com cuidado é possível para os sujeitos conviver e administrá-lo da melhor forma possível.

4 REFERÊNCIAS

COEN, Monja. **Aprenda a viver o agora**. São Paulo: Planeta, 2019.

COSTA, L. B. dos S. **Avaliação do estresse e do o rendimento acadêmico em estudantes da área da saúde da Universidade de Brasília**. 2018. 89 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018

COON, Dennis. **Introdução à Psicologia: Uma Jornada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

KICHLER, Giselda Faes.SERRALTA Fernanda Barcellos. **As Implicações da Psicoterapia Pessoal na Formação em Psicologia.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, RS. v. 45, n. 1, pp. 55-64, jan.-mar. 2014.

LAMEU, J. do N. **Estresse no ambiente acadêmico: revisão sistemática e estudo transversal com estudantes universitários.** 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

MEIRA, Cláudia Hyala Mansilha Grupe; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, p. 339-343, Dez. 2005 .

MORAES, Ana Paula Pacheco. **Stress, sintomas físicos, psicológicos e enfrentamento de situações estressoras em profissionais da saúde que atuam em hospitais**. Bauru: Unesp, 2012.

SADIR, Maria Angélica et. al. **Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais**. Campinas: Paideia, 2010.

MENEZES, Carolina Baptista; Dell Aglio, Débora Dalbosco. **Os efeitos da meditação à luz da investigação científica em Psicologia: revisão de literatura**. Rio Grande do Sul: Psicologia Ciência e Profissão, 2009.

VANDENBERGHE, Luc; SOUZA, Ana Carolina Aquino. Mindfulness nas terapias cognitivas e comportamentais. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, 2006.

ISSN 2178-9428

GASTROTOMIA EM CÃO DEVIDO A INGESTÃO DE CORPO ESTRANHO – RELATO DE CASO

ALONSO, Gabriele[228]
ROTTA, Andressa[229]
ONETTA, Bruna[230]
SANTOS, Luciana Dalazen dos[231]
PEREZ, Renata Severo[232]

RESUMO: A ingestão acidental de corpo estranho pelos animais de companhia é uma prática que vem sendo observada frequentemente na rotina clínica veterinária. É de grande importância que o diagnóstico seja feito de forma rápida, e que o tratamento correto seja estabelecido, para que o animal se recupere o quanto antes, visando o estabelecimento do estado de saúde e do bem-estar que ele necessita. O objetivo do presente trabalho é realizar um relato sobre a remoção cirúrgica de corpo estranho, através da técnica de gastrotomia, em um canino macho, sem raça definida de onze meses de idade.

Palavras-chave: Canino. Gastrotomia. Técnica. Cirúrgica.

1 INTRODUÇÃO

A indicação mais comum da gastrotomia em cães e gatos é para realizar a retirada de corpos estranhos (CE), que nada mais é do que qualquer material que for ingerido pelo animal que não consegue ser digerido pelo organismo do mesmo, sendo mais comum ocorrer em animais jovens do que em animais velhos. No caso dos cães, por comerem indiscriminadamente, acabam ingerindo CE como pedras, brinquedos, plásticos que envolvem alimentos e outros objetos (FOSSUM, 2014).

Nem todos os CE causam sinais clínicos a menos que ocorra irritação ou obstrução. Geralmente ocorre distensão gástrica, irritação da mucosa e vômitos devido a obstrução do fluxo. Portanto, o vômito é intermitente quando o objeto é forçado ao antro pilórico e se torna um problema significativo quando ocorre a perfuração, obstrução ou ainda a toxicidade, neste caso, quando há ingestão de substâncias tóxicas (ETTINGER et al., 2016; FOSSUM, 2014; HARARI, 1999).

Os métodos mais confiáveis para se chegar ao diagnóstico preciso podem ser realizados por meio de exames de imagem como a endoscopia, radiografia e ultrassonografia abdominal, sendo que a maioria dos CE se apresentam de forma

[228]Acadêmica de Medicina Veterinária, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[229] Acadêmica de Medicina Veterinária, 10º período, Centro Universitário Campo Real
[230]Acadêmica de Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[231]Orientadora do Curso de Medicina Veterinária, médica veterinária, docente UNICENTRO.
[232]Coorientadora do Curso de Medicina Veterinária, do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

radiolucente. Quando diagnosticado o CE, recomenda-se analisar alguns fatores para determinar o tratamento ideal ao paciente, incluindo formato e tamanho do corpo estranho. Em caso de um objeto pequeno e liso, pode-se optar pela indução da êmese através de fármacos como a xilazina em gatos e apomorfina em cães, outra opção de indução da êmese é a administração de peróxido de hidrogênio (água oxigenada). Já os corpos estranhos grandes, com superfícies irregulares, que não possam ser eliminados pelo método clínico, opta-se pela remoção cirúrgica através da gastrotomia (PARRA et al., 2012; RUIZ, 2019).

Quando o paciente é submetido ao processo cirúrgico, os cuidados realizados no trans e no pós-operatório devem ser desenvolvidos da melhor maneira possível, pois, é isto que irá delimitar o sucesso ou o fracasso do procedimento. Vômito, peritonite secundária (em caso de extravasamento de líquido), pancreatite, ulceração na anastomose e obstrução da saída gástrica são complicações que podem estar presentes (FOSSUM, 2014).

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve revisão bibliográfica sobre o relato de caso de um canino atendido no Departamento Real Vet que apresentava êmese devido ingestão de um corpo estranho o qual foi encaminhado para uma gastrotomia para retirada do mesmo.

2 DESENVOLVIMENTO

Atendeu-se no Departamento Veterinário Real Vet do Centro Universitário Campo Real, um canino SRD (sem raça definida) de onze meses, pesando 8,6kg. Animal veio encaminhado ao departamento para a realização de uma gastrotomia, sendo assim, no dia 23 de setembro de 2019 passou por uma avaliação pré-cirúrgica, a qual foi possível constatar que o mesmo havia ingerido um corpo estranho, “bolinha pula-pula” de silicone e não tinha conseguido evacuar, o animal estava apresentando anorexia êmese, porém, ainda permanecia ativo e brincalhão. Tutor relatou que foi administrado durante três dias medicação antiemética.

Ao realizar o exame clínico a frequência cardíaca, respiratória, temperatura retal, mucosas, TPC (tempo de preenchimento capilar), hidratação, escore de condição corporal e linfonodos estavam dentro dos parâmetros normais, sendo notando apenas uma arritmia sinusal grau 1. Foi realizado coleta de sangue e requisitado hemograma completo, onde todas as células analisadas apresentaram

ISSN 2178-9428

quantidade e qualidade dentro dos parâmetros de referência, sendo assim, estando apto para a realização do procedimento cirúrgico.

No dia 25 de setembro o animal foi encaminhado para a cirurgia. Na sala de indução foi efetuada a tricotomia e o acesso venoso da pata dianteira direita e também a tricotomia ampla do abdômen. Posteriormente foi realizada a medicação pré-anestésica (MPA), fazendo uso do cloridrato de tramadol 4mg/kg[233] por via intramuscular e posteriormente a indução com tiletamina e zolazepam 6,6mg/kg[234] e xilazina 2% 1mg/kg[235] por via intramuscular.

Já no centro cirúrgico com o animal em decúbito dorsal foi realizada a técnica de antissepsia que conforme Fossum (2014) auxilia no controle de agentes patogênicos e também diminui os riscos de infecção, sendo efetuada com clorexidina 2%, álcool, iodo povidona (PVPI) e álcool.

Dando início ao procedimento da gastrotomia foi realizada a incisão na linha média ventral abdominal para conseguir expor adequadamente o trato gastrointestinal com a ajuda de afastadores. Posteriormente foi realizada a inspeção e o isolamento do estômago. Ao redor colocou-se compressas cirúrgicas umedecidas com solução fisiológica para reduzir o risco de contaminação. Em seguida foi realizado pontos de fixação com fio inabsorvível 3-0 para auxiliar na manipulação e exposição do mesmo e também reduzir o risco de extravasamento do conteúdo gástrico. Após a fixação foi realizada a incisão longitudinal na área mais hipovascularizada entre a curvatura maior e menor com o bisturi e aumentou a mesma com a tesoura metzenbaum até que chegasse no tamanho que fosse possível realizar a retirada do corpo estranho. Após a retirada do corpo estranho foi realizada a inspeção e limpeza do órgão, onde não foi possível observar lesões na mucosa (FOSSUM, 2014; OLIVEIRA, 2012).

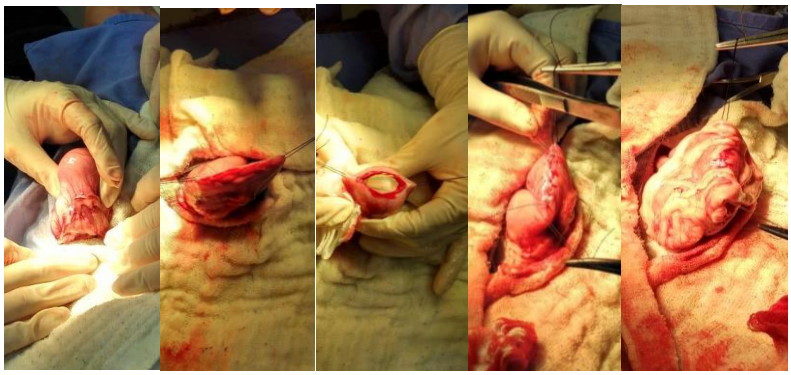
Em seguida foi realizada a oclusão do estômago em dois planos de sutura em um padrão seromuscular invertido com o padrão Reverdin e para o segundo Cushing e fio absorvível cuidando para não ocorrer a transfixação do fio, a retirada dos pontos de fixação e depois a omentalização do órgão. Posteriormente é devolvido o órgão a sua posição anatômica e as compressas são removidas. A síntese

[233]Teuto. Princípio Ativo: Cloridrato de Tramadol. Concentração: 100mg/2mL.
[234]Zoetis. Princípio Ativo: Cloridrato de Tiletamina e Cloridrato de Zolazepam. Concentração: 956mg/5mL.
[235]Syntec. Princípio Ativo: Cloridrato de Xilazina. Concentração: 2%.

ISSN 2178-9428

abdominal é realizada, onde é realizada primeiro o peritônio e a musculatura com padrão de sutura simples interrompida, posteriormente realizada a redução do espaço morto com padrão Cushing, ambos com fio inabsorvível 3-0 e por fim a síntese da pele com padrão de sutura isolado simples com fio inabsorvível 3-0 (Figura 1 e 2) (FOSSUM, 2014; OLIVEIRA, 2012).

Figura 1 – Procedimento de gastrotomia para retirada do corpo estranho (CE).



Fonte: As autoras, 2020.

Figura 2 – Corpo estranho.

Fonte: As autoras, 2020.

O procedimento foi realizado com sucesso onde o animal se manteve estável durante todo trans-operatório, sendo realizada a retirada do corpo estanho. No pós-operatório foi receitada enrofloxacina (antibiótico de amplo espectro) 5mg/kg[236], BID, durante sete dias e meloxicam (anti-inflamatório não esteroidal) 0,2mg/kg[237],SID, durante cinco dias.

[236]Chemitec. Princípio Ativo: Enrofloxacina. Concentração: 2,5%.
[237]Agener União. Princípio Ativo: Meloxicam. Concentração: 0,2%.

ISSN 2178-9428

O paciente foi internado na clínica veterinária AlegrePet, recebendo alimentação parenteral por 48 horas, alimentação pastosa durante 5 dias, após o 7º dia pós-cirúrgico iniciou-se alimentação sólida junto com a pastosa, retornando a sua alimentação sólida normal progressivamente. Animal apresentou uma ótima recuperação e foi realizada a retirada dos pontos com dez dias de pós-operatório.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ingestão de corpos estranhos é bem mais comum em cães jovens do que em adultos, como relatado no presente trabalho. Os sinais clínicos mais comuns que podem estar presentes são distensão gástrica, irritação e êmese. O diagnóstico pode ser realizado através de exames de imagens, onde através destes é escolhido o melhor método para o tratamento do paciente, podendo ser por indução da êmese, evacuação ou tratamento cirúrgico por meio da gastrotomia, sendo assim, neste trabalho optou-se pelo cirúrgico pois o CE não foi eliminado pelos outros métodos.

4 REFERÊNCIAS

ETTINGER, Stephen J.; FELDMAN, Edward C. **Tratado de medicina interna veterinária:** doenças do cão e do gato. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 2 v.

FOSSUM, T. W. **Cirurgia de Pequenos Animais.** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HARARI, J. **Cirurgia de pequenos animais.** Editora Artes Médicas Sul ltda. São Paulo. 1999. p. 164

MASSONE, F. **Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

OLIVEIRA, A. L. A. **Técnicas cirúrgicas em pequenos animais.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PARRA, T.C.; BERNO, M. D. B.; GUIMARÃES, A. C. M.; ANDRADE, L.C. A.; MOSQUINU, A. L.; MONTANHA, F. P. **Ingestão de corpo estranho em cães – relato de caso**. Revista Científica Eletrônica De Medicina Veterinária. Garça, ano IX, n.18, 2012.

RUIZ, V. R. R. **Estudos em Patologia Veterinária**. Ponta Grossa – PR: Atena editora, 2019.

ISSN 2178-9428

PERÍCIA CRIMINAL LÍCITA, MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL

RODRIGUES, José Adilson[238]
ROSAS, Rudy Heitor[239]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve analise sobre a importância da perícia criminal lícita no processo penal, sabendo que a prova pericial quando lícita, é de suma importância para dirimir os fins a que se destina; ou seja, os magistrados, bem como os que dela podem tomar proveito, sejam promotores, advogados ou delegados; principalmente na área criminal. Adotou-se a forma concisa de como se procede a perícia criminal, apresentando de forma embasada, alguns pontos fundamentais e legais para que a perícia criminal seja lícita. Quanto à elaboração, adotou-se o método de pesquisa indutivo, instrumentalizado pela pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Prova. Perícia criminal. Laudo pericial. Perito. Processo penal.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é de fundamental relevância, tanto para os operadores da área jurídica, quanto para as pessoas que dependem desse tipo de prova a ser produzida no processo, cujo objeto, por muitas vezes, implicam no meio de comprovar a verdade daquilo que está sendo discutido em Juízo, quer sob análise da pretensão deduzida na peça inicial ou como forma de garantir a mantença do status quo em favor do réu.

Provas sempre são bem-vindas num processo, isto para comprovar o certo, e desconstruir o errado, mas para que a prova tenha sua efetividade, ela deve ser robusta e embasada solidamente.

Provas ilícitas podem acontecer, todos devem estar cientes de como a prova pericial é produzida, para que assim a mesma tenha valor significativo e irrefutável no âmbito do processo.

Com isso, é de grande importância que a perícia tenha sido feita, manuseada por um profissional qualificado para que a dúvida não paire no ambiente processual, e mesmo que haja alguma dúvida, a qualificação, reputação, e

[238]Acadêmico do curso de graduação em direito, sétimo período, Centro Universitário Campo Real Guarapuava Paraná.
[239]Graduado em Direito pelo Centro Universitário Campo Real, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPR, Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professor de Criminologia no Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Advogado.

ISSN 2178-9428

metodologia empregada pelo perito, reflitam positivamente, para que todos tenham a garantia de que tudo foi feito legalmente, buscando a veracidade dos fatos.

O objetivo do trabalho é fomentar o interesse pelo tema, com isso, que possam ser realizados mais trabalhos nesta área; já que é um tema bastante abrangente, e também bastante utilizado especialmente na área criminal, demonstrando assim a grande importância da perícia criminal no período investigativo.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada para elaborar este trabalho ocorreu através de dados coletados de livros, sites, artigos científicos; isso para possibilitar uma abordagem necessária para o trabalho e também para a verificação de pontos que envolvem a ciência química existentes no trabalho da perícia técnica.

Para tanto precisamos ter um conceito do que é prova; como nos ensina Paulo Costa Filho (2010, p. 22).

> Prova é todo meio de percepção empregado com a finalidade de comprovar a verdade de uma alegação. Também pode ser entendida como o conjunto de oportunidades constitucionais e legais oferecidas à parte, para que possa demonstrar, no julgamento, a veracidade do que afirma no processo. É a relação material entre a convicção pessoal e a verdade real dos fatos. Tem a finalidade de elucidar a pratica de uma inflação penal, bem como sua autoria, no curso do processo criminal ou do inquérito policial.

As pericias criminais servem para dar veracidade à prova que elucida determinado fato/crime, como por exemplo exame de DNA, mesmo que a prova tenha sido colhida num primeiro momento de forma ilícita, e depois comprova-se a sua licitude.

Paulo Rangel classifica a prova pericial de duas formas: quanto ao sujeito e quanto a forma. Quanto ao sujeito é classificada como “prova real”.

> Prova real é aquela originada dos vestígios deixados pelo crime. Ou seja, é a prova encontrada na “res”, não necessariamente no objeto material do crime, mas, sim, em qualquer coisa que tenha vestígios do crime. Assim, o ferimento da vítima, o arrombamento da fechadura no furto, a roupa ensanguentada da vítima, o sangue na parede onde o fato ocorreu e a faca do crime são exemplos de prova real. Pode ser, também, direta e indireta. Prova real direta existe quando a análise recai sobre a própria coisa. Exemplo é a carta utilizada para difamar alguém. Nesse caso, o escrito é a comprovação do próprio fato em si: a difamação. Prova real indireta há quando se chega ao fato probando por meio de raciocínio lógico. (RANGEL, 2013, p. 456.

ISSN 2178-9428

Quanto à forma, Paulo Rangel (2013, p. 457) conceitua como “[...] prova material é aquela consistente em qualquer materialidade que sirva de elemento de convicção sobre o fato probando. São eles os exames de corpo de delito, as perícias e os instrumentos utilizados pelo crime”.

Contudo existem alguns conflitos sobre se a prova pericial pode ser absoluta ou não, por isso a importância de o perito ser qualificado como salienta o art. 159, §§ 1º e 2º do CPP. O Código de Processo Penal exigia que a perícia criminal fosse realizada por dois peritos criminais, porém, quando a Lei nº 11.690/2008 entrou em vigor, alterou o art. 159 dispensando esta exigência.

Aury Lopes Jr. (2013, p. 612) entende que a prova pericial não pode ser considerada absoluta.

> Uma prova pericial demonstra apenas um grau – maior ou menor – de probabilidade de um aspecto do delito, que não se confundem com a prova de toda complexidade que envolve o fato. Assim, um exame de DNA feito a partir da comparação do material genético do réu “A” com os vestígios de esperma encontrados no corpo da vítima demonstra apenas que o material coletado pertence ao réu. Daí até provar-se que o réu “A” violentou e matou a vítima, existe uma distância imensa e que deve ser percorrida lançando mão de outros instrumentos probatórios.

Mas realmente o que é perícia? Segundo Fernando Capez (2012, p. 405):

> o termo ‘perícia’, originário do latim *peritia* (habilidade especial), é um meio de prova que consiste em um exame elaborado por pessoa [...] dotada de formação e conhecimentos técnicos específicos, acerca dos fatos necessários ao deslinde da causa”, o que significa dizer que a perícia é um exame técnico usado de acordo com a necessidade do caso. (CAPEZ, 2012, p. 405).

Daí vê-se a importância do perito, no passado, mas principalmente no contexto atual, Aury Lopes Jr. (2013, p. 611), cita a mudança da importância do perito criminal no sistema inquisitório para o acusatório.

> No sistema inquisitório, o perito era o instrumento pensante do juiz, subministrava-lhe conhecimentos. Opera-se, assim, uma metamorfose do resíduo inquisitorial ao acusatório: o perito muda de identidade e se transforma em órgão útil para as partes antes que ao juiz. Ele serve para apontar premissas necessárias para o debate acusatório.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

Com isso percebe-se que a perícia criminal evoluiu nos últimos séculos, da mesma proporção que a sociedade, com estudos necessários e importantes que valorizam a perícia criminal, bem como o próprio perito criminal, sabendo-se que atualmente tanto um como outro estão em comunhão com a polícia.

Para tanto observemos o que escreveu Fabiano Leniesky (2020):

> O laudo pericial produzido a partir do copo plástico descartado se trata de prova lícita? Antes de adentrarmos na discussão do tema objeto deste artigo, imaginem a seguinte situação: "você é suspeito de ter praticado o crime de estupro e o Delegado de Polícia, a fim de cumprir o disposto no art. 6º, III, V e VII do CPP, resolve interrogá-lo nos autos do inquérito policial. Ao iniciar o interrogatório, a autoridade policial, 'com o intuito de deixá-lo mais calmo', lhe oferece um copo d'água, que é utilizado durante todo ato. Finalizado o interrogatório, você dispensa o copo plástico no lixo ou deixa o objeto em cima da mesa, e vai embora. Na sequência, o Delegado de Polícia coleta o copo plástico e o envia para os peritos oficiais. Estes por sua vez, extraem o DNA da saliva contida no copo, com o fim de compará-lo com o material genético encontrado no corpo ou nas roupas da vítima". Fica, agora, a seguinte pergunta: o laudo pericial produzido a partir do copo plástico descartado se trata de prova lícita?

Aí nos perguntamos: e o princípio do "nemo tenetur se detegere", foi para o espaço como direito fundamental? Alguns podem dizer que sim, outros que não, mas o importante é frisarmos que o réu em nenhum momento foi obrigado a produzir prova contra si mesmo, o Delegado apenas se utilizou de uma prova descartada pelo mesmo, além do mais o interesse público e a busca pela verdade devem prevalecer. Lenieski continua sua escrita observando que "a partir do momento em que o investigado descartou, ou seja, abandonou o copo plástico com a saliva expelida pelo próprio copo, não possui mais domínio ou posse sobre o material orgânico, nem mesmo sobre o objeto.

Vejamos o que o Superior Tribunal de Justiça nos diz sobre um caso parecido que nos serve de paradigma. "Ao analisar o Habeas Corpus n. 354068, decidiu que 'não há que se falar em violação à intimidade já que o investigado, no momento que dispensou o copo e a colher de plástico por ele utilizados em uma refeição, deixou de ter o controle sobre o que outrora lhe pertencia'. Em complemento, explicou que "inexiste violação do direito à não autoincriminação, pois, embora o investigado, no primeiro momento, tenha se recusado a ceder o material genético para análise, o exame do DNA foi realizado sem violência moral ou física, utilizando-se de material descartado pelo paciente, o que afasta o apontado constrangimento ilegal" (STJ, 2018).

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui realizado buscou analisar de forma sucinta alguns aspectos da perícia criminal, demonstrando a sua necessidade para o processo penal. Foi demonstrado ao longo do trabalho, a importância da qualificação do perito para que haja licitude, conclui-se que a prova científica licita é a que mais se aproxima da verdade dos fatos. Esperamos que tenha sido aguçado o interesse por esse tema, pois o mesmo é abordado de forma bastante rasa, necessitando de mais pesquisas neste âmbito.

4 REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA FILHO, Paulo Enio Garcia da. **Medicina Legal e Criminalística**. Brasília: Vestcon, 2012.

LENIESKY, Fabiano. A (i)licitude da prova do DNA decorrente da extração de material genético de objetos descartados pelo agente. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 25, n. 6169, 2020.

LOPES JR. Aury. **Direito Processo Penal**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. **Direito Processo Penal**. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2013..

STJ. **HC n. 354068**. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Julgado em: 13 mar. 2018.

ISSN 2178-9428

REFLEXÕES A CERCA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO RECURSO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL

SILVA DE LIMA, Elen Cristina[240]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[241]

RESUMO: Este trabalho reflete sobre a inserção da Justiça Restaurativa, no contexto de trabalho do/ assistente social. No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Percebe-se que a Justiça Restaurativa pode contribuir na construção das práticas educativas como metodologia e recurso de trabalho, na perspectiva de emancipação humana.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Metodologia de trabalho. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A inquietação por esta pesquisa, se deu a partir da inserção no “JR LAB – Grupo de estudos Justiça Restaurativa e Projeto Restaurar”. O uso da Justiça Restaurativa no Brasil, é relativamente novo, contudo vem ganhando espaço nas discussões teóricas e metodologias alternativas à justiça tradicional, conhecida também como Justiça Retributiva.

A discussão sobre essa metodologia e forma de fazer justiça começou a partir da mobilização de profissionais da área do Direito e com a popularização da mesma, outras profissões começar a se aproximar. Tendo em vista, que as metodologias interdisciplinares representam um conceito importante para o Serviço Social, é relevante refletir sobre as contribuições da Justiça Restaurativa para a intervenção profissional, considerando as especificidades do Serviço Social.

Pretendeu-se durante a pesquisa bibliográfica conhecer as possibilidades que a Justiça Restaurativa se oferece ao/a assistente social ao se apropriar de uma metodologia que em sua essência tem os princípios e entendimento de outra área de conhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO]

A Justiça Restaurativa surge com a necessidade da sociedade pensar novas formas de resolução de conflitos, ligada inicialmente a justiça criminal vem como alternativa a Justiça Retributiva, o autor Howard Zehr aborda em seu livro “Trocando

[240] Assistente Social, especialista em Famílias e Práticas Profissionais.
[241] Qualificação.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

as lentes – um novo foco sobre o crime e a Justiça Restaurativa" reflexões comparativas a essas duas formas existentes no sistema do justiça, expondo principalmente que na Justiça Retributiva há ênfase na criminalização do conflito, colocando vítima e agressor em lados opostos e já na restaurativa, a ênfase está na humanização do conflito, no entendimento que tanto vítima e agressor tiveram necessidades não atendidas, sem desconsiderar a responsabilização em relação aos danos praticados e sofridos. Segundo Leoberto Brancher (2006, p. 9)

> Ao contrário da justiça tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a Justiça Restaurativa ocupa-se das consequências e danos produzidos pela infração. Valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a autoexpressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e transgressor, vítima, familiares, comunidades – na busca de alternativas de responsabilização.

Sabe-se que a Justiça Restaurativa tem suas raízes nas comunidades indígenas, mas está presente em diversas comunidades tradicionais, ocidentais e orientais. Para além da aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito criminal, essa metodologia pode ser utilizada em diferentes espaços, principalmente com os notórios resultados positivos que vem se apresentando ao longo dos anos. A Justiça Restaurativa não se insere somente na mediação de conflitos, mas na identificação de causas comuns e na construção de diálogos propositivos e cultura da paz.

Através de revisão bibliográfica de autores como Kay Pranis, criadora dos Círculos de Paz, identifica-se que a Justiça Restaurativa pode ser um importante recurso para as práticas educativas utilizadas na construção das intervenções do/a assistente social.

As práticas educativas no Serviço Social, ao longo dos anos, vêm sendo legitimada através da posição em favor da classe trabalhadora, expresso claramente em seu projeto ético político. No Código de Ética Profissional, na seção dos princípios fundamentais, a profissão faz "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 2012, p.2).

Essa opção de projeto profissional, vislumbrando um projeto de sociedade, solicita dos profissionais ações de caráter educativo, no sentido de enfrentamento da realidade atual que incitem mudanças no agir e pensar dos sujeitos.

ISSN 2178-9428

> [...] evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990. (ABREU; CARDOSO, 2009, p.2)

Identifica-se que a Justiça Restaurativa e o Serviço Social se encontram em um objetivo comum: a contribuição para a emancipação dos sujeitos. A Justiça Restaurativa utilizada nas práticas educativas da profissão, deve ser inserida enquanto estratégia da dimensão técnico-operativa e político-ideológica da profissão, pautada

> [...] na defesa dos direitos das pessoas envolvidas e visando a transformação com a responsabilização do Estado a respeito da garantia de direitos, e os cuidados da sociedade civil com a proteção social das redes. MENDES et al., 2018)

Os círculos restaurativos advindos da Justiça Restaurativa, favorecem as práticas educativas do Serviço Social, quando ao elaborar um roteiro de círculo, por exemplo, essa ação seja construída a partir das vivências profissionais do Serviço Social, e que causem efeito na maneira de pensar e agir dos sujeitos, respeitando suas subjetividades e o coletivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da Justiça Restaurativa como uma metodologia interdisciplinaridade no contexto de construção da intervenção do/a assistente social é relevante no sentido que contribui na qualidade dos serviços ofertados à população. Entretanto, observa-se que é importante o aprofundamento dos princípios teóricos metodológicos que contemplam a Justiça Restaurativa, para não acionar o sincretismo nas intervenções profissionais. Daí a importância das produções cientificas para a socialização de conhecimento.

As práticas educativas utilizadas com a metodologia restaurativa podem fortalecer o vínculo entre profissional e famílias, comunidade e atores das políticas públicas.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANCHER, Leoberto. **Manual de Práticas Restaurativas**. PNUD. 2006.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** In: Conselho Federal de Serviço Social. 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012.

MENDES, Maria das Graças Rodrigues et al. **O trabalho do assistente social e as práticas restaurativas: desafios na intervenção profissional junto à secretaria de educação em fortaleza – Ceará**. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22593/15088. Acesso em: 17 ago. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

DETERMINAÇÃO DO FATOR DE VIRULÊNCIA PROTEINASE EM ISOLADOS DE CANDIDÍASE VULVOVAGINAL

FERMINO, Emanuele[242]
AULER, Marcos Ereno[243]

RESUMO: A proteinase, é uma enzima hidrolítica que auxilia no aumento da propensão da levedura em colonizar e penetrar o tecido do hospedeiro; assim, espécies distintas de *Candida* possuem diferentes níveis de expressão desta enzima. O trabalho caracterizou a taxonomia e a expressão da enzima proteinase de isoladas de candidíase vulvovaginal (CVV) correlacionando as mesmas no aparecimento da CVV. As análises taxonômicas revelaram que a levedura de maior prevalência entre as espécies foi a *Candida albicans*. Os índices majoritariamente negativos de atividade enzimática da Proteinase nas amostras, sugere-se que o fator de virulência isoladamente não contribua de forma impactante na patologia.

Palavras-chave: Candida. Virulência. Proteinase.

1 INTRODUÇÃO

A candidíase vulvovaginal (CVV) é uma patogenicidade caracterizada pela infecção da mucosa genital feminina, sendo o seu agente causador, espécies de levedura do gênero *Candida* (BRANDOLT et al., 2016; ELFEKY, et al., 2015). A CVV é considerada a segunda causa mais ocorrente de contaminação genital no sexo feminino quando em idade reprodutiva, sendo antecedido pela vaginose bacteriana (GHANNOUM et al., 2000; MÍMICA et al., 2009).

O gênero *Candida spp.*, abrange mais de uma espécie, sendo que particularmente a *C. albicans* é considerada um organismo comensal do trato vaginal, o desequilíbrio do mesmo e a possível geração de um quadro de CVV pode dar-se por alguns fatores como gestação, idade, uso de antibióticos e fatores comportamentais hormonais das mulheres (BRANDOLT et al., 2016; PATEL et al., 2004). Anteriormente, já foi provado que a expressão de fatores de virulência como a formação de tubo germinativo, troca fenotípica, formação de biofilme, adesinas e a produção de enzimas hidrolíticas contribuem para o aparecimento da CVV (SHIRKANI et al., 2016).

[242] Acadêmica, do curso de Biomedicina, 6° período, do Centro Universitário Campo Real.
[243] Pós-Doutor em Microbiologia pela Universidade de São Paulo, docente do na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Vice-Diretor do Setor da Saúde do Campus Cedeteg.

ISSN 2178-9428

Devido ao fato de a *C. albicans* já estar presente no trato vaginal, é a espécie mais prevalente em casos de CVV com cerca de 70% a 90% de aparição, outras espécies intituladas não-albicans como *C. glabrata*, *C. tropicalis*, *C. krusei* e *C. parapsilosis* também possuem importância médica devido ao seu aumento da frequência de isolamento de pacientes (BRANDOLT et al., 2016; MÍMICA et al., 2009). As várias espécies de *Candida spp.* diferem-se na sua produção de fatores de virulência (WILLIAMS et al., 2000; KALAIARASAN et al., 2018).

A proteinase é uma enzima hidrolítica que quando produzida, auxilia no aumento da capacidade do patógeno colonizar e penetrar o tecido do hospedeiro, através do rompimento de um número significativo de proteínas importantes para a imunidade como as imunoglobulinas, proteínas do sistema complemento e citocinas. Também nomeadas de proteases aspárticas (SAP's), são genes da enzima agrupados de acordo com a sequência homóloga de suas famílias, sendo subdivididos em um total de 10 categorias, onde sugere-se que a expressão destes ocorre conforme o tipo e estágio da enfermidade, tendo o SAP-3 com uma aparição significante nos fungos leveduriformes e na participação da infecção da mucosa (STANISZEWSKA et al., 2017; MATTEI et al., 2013).

Os SAP's possuem as mais variadas funções, podendo citar o SAP-9 e SAP-10, proteinases que associam-se a parede celular da espécie *C. albicans,* auxiliando na clivagem da parede celular ligada covalentemente por proteínas, envolvendo-se na manutenção da integridade de sua parede celular e na mediação da interação entre *C. albicans* células epiteliais humanas e neutrófilos. Cada *Candida spp.* possui um diferente nível de expressão destas enzimas, podendo aumentar ou diminuir a chance do aparecimento de uma CVV ou de uma candidíase vulvovaginal recorrente (BUU et al., 2013; RAPALA-KOZIK et al., 2017).

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo mensurar a expressão da atividade enzimática da proteinase como um importante fator de virulência em isolados de casos de candídidase vulvovaginal.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente dispomos de 80 cepas de leveduras criopreservadas no laboratório de pesquisa em fungos patogênicos do DEFAR. Essas cepas foram coletadas de

ISSN 2178-9428

amostras de secreção vaginal de pacientes que apresentaram quadro de candidíase vulvovaginal isoladas na UBS da Vila Carli, Guarapuava/PR, conforme aprovação do comitê de ética da Unicentro CAAE: 49605315.5.0000.0106, durante o ano de 2018. Com base no protocolo apresentado pelo livro “The Yeast” de Kurtzmann (2011), foram realizados os processos necessários para a identificação das leveduras.

A avaliação da expressão da enzima Proteinase foi realizada conforme o método de Rüchel et al. (1982), onde sua execução e leitura consistiam inicialmente no repique da amostra, utilizando a alça de platina em meio de ágar-proteinase e no centro o controle positivo.

As placas contendo quatro inóculos de diferentes cultivos permaneceram incubadas a 37º C, durante 4 dias. Para melhor evidenciação do halo foi adicionado solução corante sobre a superfície do meio e em seguida, após o esgotamento desta solução, foi adicionado a solução reveladora. A presença da enzima foi observada pela formação de um halo opaco ao redor da colônia da levedura e a atividade enzimática medida segundo Price et al. (1982) pelo PZ, obtido dividindo-se o diâmetro da colônia (dc) pelo diâmetro da colônia mais a zona de precipitação (dcp) ou seja, PZ= dc/dcp. Sendo que PZ=1,0 significa que a amostra não apresenta atividade, ou seja, quanto menor o PZ maior a atividade enzimática da amostra (MOHAN & BALLAL, 2008).

Um total de 80 amostras foram estudadas para as análises taxonômicas de leveduras e observamos que a maior incidência entre as espécies foi *Candida albicans,* com 55% (n=44) em relação ao total das amostras, sendo os outros 26,25% (n=21) causados por *Candida glabrata* e 18,75% (n=15) por *Candida tropicalis.*

Nossos resultados mostraram que 65% (n=52) das amostras apresentaram Pz igual a 1, ou seja, nula. Seguido pelos resultados onde 25% (n=20) apresentaram atividade baixa; 7,5% (n= 6) atividade moderada e apenas 2,5% (n=2) demonstraram atividade da enzima proteinase elevada.

Desta forma, nossos resultados sugerem que a Proteinase apresentou altos índices negativos, indicando que o fator de virulência da Proteinase de forma isolada não influenciou na patologia da CVV, embora outros estudos mencionam que a protease aspártica em conjunto com outros fatores de virulência como formação de tubo germinativo, produção de biofilme, adesinas e entre outros, tendem a contribuir

ISSN 2178-9428

em conjunto para a maior patogenicidade do fungo (KUMAR et al., 2017; DUTTON et al., 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados mostram que a *C. albicans* apresentou os maiores índices de prevalência, seguido pela *C. glabrata* e *C. tropicalis*. As cepas analisadas, apresentaram em sua maioria índices negativos de atividade enzimática da Proteinase, sendo sugestivo de que esta enzima de maneira isolada não contribua de forma significativa para o aparecimento de uma candidíase vulvovaginal.

4 REFERÊNCIAS

BRANDOLT, T. M. et al. Prevalence of Candida spp. in cervical-vaginal samples and the in vitro susceptibility of isolates. **Brazilian Journal Of Microbiology**, v. 48, n. 1, p. 145-150, mai./2016.

DUTTON, L. C. et al. Role of Candida albicans secreted aspartyl protease Sap9 in interkingdom biofilm formation. **FEMS Pathogens and Disease** , v. 74, n. 3, p. 1-12, 2016.

ELFEKY, D. S. et al. Species identification and antifungal susceptibility pattern of Candida isolates in cases of vulvovaginal candidiasis. **Alexandria Journal of Medicine**. Egypt, v. 52, n. 3, p. 269-277, out. /2015.

GHANNOUM, M. A, HOSSAIN, M. A. New investigational antifungal agents for treating invasive fungal infections. **Expert Opinion on Investigational Drugs**, 9(8), 1797–1813, 2000.

KALAIARASAN K, SINGH R, CHATURVEDULA L. Changing virulence factors among vaginal non albicans Candida species. **Indian J Med Microbiol,** v. 36, n. 364, 2018.

KUMAR, R. et al. Candida albicans Sap6 amyloid regions function in cellular aggregation and zinc binding, and contribute to zinc acquisition. **Scientific Reports**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2017.

KURTZMAN, C. P; FELL, J.W.; BOEKHOUT, T. (Eds). The yeasts: A taxonomic study. Elsevier. USA, 2011.

MÍMICA, L. M. J. et al. Candida infection diagnosis: evaluation of Candida species identification and characterization of susceptibility profile. **J. Bras. Patol. Med. Lab**, v. 45, n.1, Rio de Janeiro, fev., 2009.

ISSN 2178-9428

MOHAN, V., MAMATHA B. Proteinase and phospholipase activity as virulence factors in Candida species isolated from blood. **Revista Iberoamericana de Micología,** v. 25, p. 208-210. 2008.

PATEL, D. A. et al. Risk factors for recurrent vulvovaginal candidiasis in women receiving maintenance antifungal therapy: results of a prospective cohort study. **American journal of obstetrics and gynecology,** v. 190, n. 3, p. 644-653, 2004.

PRICE, M. F. et al. Plate method for detection of phospholipase activity in Candida albicans. **Sabouraudia: Journal of Medical and Veterinary Mycology**, v. 20, n. 1, p. 7-14, 1982.

RAPALA-KOZIK M. et al. Extracellular proteinases of Candida species pathogenic yeasts. **Molecular Oral Microbiology**, v. 33, p. 113-124, 2017.

RÜCHEL, R. et al. A comparison of secretory proteinases from different strains of Candida albicans. **Sabouraudia: Journal of Medical and Veterinary Mycology**, v. 20, n. 3, p. 233-244, 1982.

STANISZEWSKA, M. et al. Contribution of Aspartic Proteases in Candida Virulence. Protease Inhibitors against Candida Infections. **Current Protein and Peptide Science** , v. 18, n. 10, p. 1050-1062, 2017.

WILLIAMS, D. W. et al. Candida biofilms and oral candidosis: treatment and Prevention. **Periodontology**, v. 55, p. 250–265, 2000.

ISSN 2178-9428

PSICOLOGIA NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

MENDES, Gisele Cristina[244]
ROCHA, Hellen Carolinne[245]

RESUMO: A hospitalização comumente gera um impacto intenso sobre a criança internada, a qual reage de diversas maneiras sobre o ambiente. Assim, comportamentos relacionados ao medo, estresse e ansiedade podem ser resultantes das mudanças de rotina e aos procedimentos médicos aos quais é submetida. A partir disso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, sendo que a abordagem qualitativa pontua com ênfase sobre os processos de saúde e comportamentais. A revisão concentra-se na importância do brincar dentro no âmbito pediátrico, a fim de proporcionar melhor adesão e adaptação ao tratamento. Tal fator facilita os serviços dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento, bem como no desenvolvimento integral da criança, com o intuito de transpor a notoriedade da psicologia nesse contexto.

Palavras-chave: Hospitalização Infantil. Recurso de Enfrentamento. Inclusão do Brincar. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A atuação do profissional de psicologia é eficaz no tratamento de crianças em processo de hospitalização, visto que, são muitas as dificuldades encontradas, como: a não adesão ao tratamento e a nova rotina de cuidados. Assim, o psicólogo preza pelos cuidados da melhora no quadro clínico e principalmente dos aspectos psicológicos dos pacientes pediátricos. Ainda, é importante frisar que o atendimento aos familiares, possibilita o amparo e diminuição do sofrimento.

A partir disso, observa-se a importância do recurso lúdico para que a criança consiga expressar suas emoções, e por meio da comunicação com a equipe de saúde, continue desenvolvendo sua imaginação e criatividade para superação do medo. Na atenção a área pediátrica, o brincar se torna imprescindível para transformar a nova rotina, em um processo menos invasivo e mais acolhedor.

[244] Acadêmica do curso de Psicologia, décimo período, Centro Universitário Campo Real.
[245] Bacharel em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialista em psicopedagogia. Docente do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Na área da saúde, as ciências humanas e os avanços tecnológicos têm possibilitado diagnósticos precisos e com maiores chances de recuperação, isto que, pacientes ao receber o tratamento adequado consequentemente permanecem hospitalizadas, em alguns casos, por menor período de tempo. Ainda, esse progresso possibilitou a inserção de outras competências além da medicina, o qual encontra-se o psicólogo, que se propõe a agregar nas equipes, visando a promoção da saúde mental e qualidade de vida (MOTTA; ENUMO, 2010). Entretanto, nota-se que ainda existem profissionais que se limitam em tratar apenas a saúde física, desconsiderando os aspectos mentais e sociais dos sujeitos (GOMES; FRAGA, 1997, p.426). Desta forma, a saúde integral do paciente deve ser compreendida nos diversos âmbitos que envolvem a vida dele, segundo Costa (2013) as pessoas são seres biopsicossociais, ou seja, bio se refere à biológico; psico as emoções e sentimentos e, social aos relacionamentos efetuados com outras pessoas.

O adoecimento afeta todas as idades, e nesse sentido, as crianças também ficam prejudicadas devido ao processo de hospitalização. Com as dificuldades apresentadas a partir de seu estado físico, elas são internadas para tratamento do problema, porém, outros sofrimentos subjacentes à doença podem surgir. Para Oliveira (et. al, 2005 apud CONCEIÇÃO, 2015) é comum no processo de hospitalização infantil, ocorrer “à perda da sua autonomia e transformação na sua rotina, [...] fragilidade emocional que se caracteriza pelo afastamento dos seus amigos, escolas e familiares, provocando impactos na sua saúde *física e mental*” (p.1, grifo nosso).

O internamento, seja ele breve ou prolongado pode ocasionar impasses no processo de adaptação e adesão ao tratamento indicado. Segundo Conceição (2015) em função de alterações intensas, frequentes e/ou rápidas, a criança pode se deparar com vários estímulos novos e invasivos, o que, conforme a idade, pode afetar sua capacidade de identificar o real interesse da equipe, isto é, o alcance de sua recuperação. Como observou Coon (2006), isto acontece, pela presença ou o aumento do estresse, que se refere a “condição mental e física que surge quando nos ajustamos ou nos adaptamos ao ambiente” (p.447). Conforme Kohlenberg e Tsai

ISSN 2178-9428

(2001, apud GADELHA; MENEZES, 2015) a criança tem sua comunicação verbal restrita, o que impossibilita seu contato com a equipe, bem como a compreensão dos mesmos a respeito de seus sentimentos e receios. Contudo, a ludicidade não pode ser estimulada apenas como diversão, pois seu objetivo no contexto terapêutico é auxiliar “para diminuir o estresse, o medo e a ansiedade” (SOARES; ZAMBERLAN, 2001, p.65).

Muitos são os benefícios do brincar, e comumente no âmbito de hospitalização infantil esta técnica é aplicada como intervenção, já que este recurso corrobora no enfrentamento de angústias. O autor Brown (2001, apud MOTTA; ENUMO, 2010, p.446) aponta que,

> entre os benefícios de brincar, a distração do medo, preocupação ou estresse; a promoção de uma relação terapêutica e de ajuda entre a criança e o adulto; a possibilidade de manutenção de um aspecto da vida normal, por meio de atividades da infância, entre outros. Por essas razões, o brincar pode ter efeitos positivos para crianças que vivenciam situações de estresse, medo e ansiedade associadas a doenças.

Assim, não somente o psicólogo mas todos os profissionais do hospital podem se utilizar da ludicidade como recurso adaptativo e de comunicação com o paciente pediátrico. Segundo Rodrigues (2013, p.16), o “lúdico vem do latim “ludu” que significa jogos, brincar”. Assim sendo, estas atividades propiciam além da superação do medo outras vantagens a criança, como: desenvolvimento do raciocínio; criatividade; fortalecimento da interação com o meio em que está inserido; capacidade de compartilhar; imaginação; autonomia; apreensão dos conhecimentos relacionados às regras, como também a reflexão e incentivo a resolução de problemas (VYGOTSKY, 1998).

Com o intuito de ampliar o direito da criança e do adolescente, surgiu a lei n°11.104/05, a qual obriga a promoção de um espaço com acesso a brinquedos livros, jogos e brincadeiras no âmbito hospitalar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). Desse modo, a brinquedoteca é essencial na reabilitação da saúde, dado que, a imaginação e o interesse em realizar atividades comuns do dia-a-dia não são perdidos. Para Conceição (2015), deve haver uma organização para que a brinquedoteca possa ser usufruída, ou seja, o espaço além de estar disponível manhã e tarde, deve ser divulgado para os familiares e pacientes. Assim, quando a criança não é privada do brincar, enfrentará com mais facilidade a hospitalização.

ISSN 2178-9428

Como apontado inicialmente, o adoecimento não deve ser tratado apenas por determinados profissionais de saúde, uma vez que, os procedimentos em que a criança é submetida diariamente no hospital, podem ser hostis ao olhar dela, potencializando sofrimentos que envolvem o aspecto psicológico.

Diante disso, é notável a importância de intervenções psicológicas serem inseridas no atendimento do paciente pediátrico, pois segundo Motta e Enumo (2010) isso pode, diminuir riscos para o desenvolvimento integral do mesmo, como também, possibilitar amparo e recursos adequados para a família enfrentar tais problemáticas, facilitando assim, o tratamento médico. Com os conhecimentos apropriados a intervenção pode ser elaborada a partir de uma avaliação psicológica, com o objetivo de executar os processos e técnicas favoráveis em situação de contexto hospitalar. Ainda, o psicólogo também busca amparar os familiares, ofertando condições necessárias para a compreensão de tal processo/diagnóstico, a fim de promover a comunicação necessária, priorizando e respeitando os sentimentos, para diminuição do sofrimento existente (MELO; VALERO; MENEZES, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos assuntos supracitados, pode-se perceber que embora a hospitalização infantil apresente impasses, o profissional de psicologia bem como os demais da equipe, deve incluir brincadeiras e atividades lúdicas na rotina de cuidados aos pacientes, isto que, pode propiciar o processo de melhora das condições de saúde física e psicológica. Além disso, intervenções diferenciadas, estimulam a interação social e imaginária da criança internada, possibilitando a ela maneiras de expressar seus sentimentos e emoções frente à hospitalização.

4 REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Lígia Santos da. **A influência do lúdico no cuidado e tratamento de crianças hospitalizadas**. Bahia: O Portal dos Psicólogos, 2015.

COON, Dennis. **Introdução à Psicologia: Uma Jornada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

COSTA, Rodrigo Vieira da. **Atenção à Saúde: Discussão Sobre os Modelos Biomédico e Biopsicossocial**. Psicologado. Edição 03/2013.

ISSN 2178-9428

GADELHA, Yvanna Aires; MENEZES, Izane Nogueira. **Estratégias lúdicas na relação terapêutica com crianças na terapia comportamental**. Univ. Ci. Saúde, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-151, jan./jun. 2004.

GOMES, Luciana Catunda; FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira. Doenças, hospitalização e ansiedade: uma abordagem em saúde mental. **Rev. bras. enferm**., Brasília , v. 50, n. 3, p. 425-440, Set. 1997.

MELO, Anne Cristine de; VALERO, Fernanda Fernandes; MENEZES, Marina. A intervenção psicológica em cuidados paliativos. **Lisboa: Psic., Saúde & Doenças**, v. 14, n. 3, p. 452-469, nov. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n° 2.261 de 23 de novembro de 2005**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2261_23_11_2005.html> Acesso em: 07 Jul. 2020.

MOTTA, Alessandra Brunoro; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Intervenção Psicológica Lúdica para o Enfrentamento da Hospitalização em Crianças com Câncer. **Espírito Santo: Psicologia: Teoria e Pesquisa** Jul-Set 2010, Vol. 26 n. 3, pp. 445-454.

RODRIGUES, Carla Estefânia Moreira. **Importância do Lúdico no Impacto Psicológico da Hospitalização Infantil**. Estudo no Hospital Regional Santiago Norte. 2013.

SOARES, Maria Rita Zoéga; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A inclusão do brincar na hospitalização infantil. Londrina: **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 18, n. 2, p. 64-69, maio/agosto 2001.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

INFLUÊNCIAS GENÉTICAS NO TRANSTORNO DE BIPOLARIDADE

BELLIN, Anna Karolyne Komar[246]
MACEDO, Mirian do Amaral[247]
DAL FORNO, Gonzalo Ogliari[248]
CAMPOS, Maira Thatiane Pedroso de[249]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Este resumo teve como tema o Transtorno Afetivo Bipolar, e suas influências genéticas. O objetivo principal foi o de identificar quais eram as inflûencias genéticas e ambientais, responsáveis pelo desenvolvimento do transtorno, para os quais foram realizados leituras na base de dados Scielo e no livro DSM-V. Verificou-se com base nos estudos realizados que o Transtorno de Bipolaridade possui genes que, em conjunto com fatores ambientais, atuam no desenvolvimento do transtorno.

Palavras-chave: Transtorno bipolar. Influência genética. Fatores ambientais.

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo busca conhecer mais sobre as influências genéticas envolvidas no transtorno de bipolaridade. Este trabalho justifica-se uma vez que, pesquisas relacionadas com a genética dos transtornos psíquicos são importantes, tanto para a psicologia quanto para a sociedade, pois, a partir de tais estudos, podem ser determinados os genes que possuem influência para a ocorrência de determinadas doenças, auxiliando o entendimento sobre as mesmas, assim como também o de seus portadores. Também possibilita tomar conhecimento sobre se, apenas os genes podem ser determinantes para o surgimento dos sintomas de transtornos, ou se há a necessidade da ação de outros fatores, como os ambientais, para que os sinais sejam aparentes.

Mesmo que a área relacionada à genética das doenças seja extensa em conteúdo, este resumo se limitará a analisar, através de revisão bibliográfica, os

[246] Acadêmica do curso de Psicologia, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[247] Acadêmica do curso de Psicologia, 4º período, Centro Universitário Campo Real
[248] Possui graduação em Biomedicina pela Universidade de Cruz Alta (2008) e mestrado em Biologia Celular e Molecular pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente é doutorando em Ciências Farmacêuticas da UNICENTRO. Atua como docente do Centro Universitário Campo Real dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Psicologia. Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - COMEP da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
[249] Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

genes e suas influências no Transtorno Afetivo Bipolar, que afeta cerca de 1,6% da população. Para isso, serão analisados artigos e livros para conhecer quais são os genes que influenciam na ocorrência, e também como os fatores ambientais podem influenciar no surgimento dos sintomas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Transtorno Bipolar

O Transtorno Bipolar (TB), também conhecido por “transtorno afetivo bipolar” (TAB), (originalmente chamado de psicose maníaco-depressiva), é um distúrbio complexo, que tem como principal característica a oscilação extrema do humor, envolvendo episódios de mania ou euforia e de depressão, com períodos assintomáticos entre eles, onde o comportamento é profundamente afetado. Ele pode ser classificado em dois tipos:

No tipo I, o indivíduo apresenta episódios maníacos intensos e depressivos maior. Os episódios maníacos duram ao menos uma semana, quando ocorre “Um período distinto de humor anormal e persistentemente elevado, expansivo ou irritável e aumento anormal e persistente da atividade dirigida a objetivos ou da energia” (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p. 124) e pode ter necessidade de hospitalização para manter a integridade do paciente.

Já no tipo II, ocorrem os episódios hipomaníacos, que se assemelham ao maníaco, mas se diferem na duração, já que este dura em média 4 dias, e também na gravidade, sendo que o hipomaníaco não compromete o paciente no âmbito profissional e nem necessita de hospitalização.

No episódio depressivo maior, há perda de interesse ou prazer e humor deprimido, mas também pode se caracterizar por perda ou ganho de peso, insônia ou sonolência excessiva, fadiga, agitação ou retardo, capacidade reduzida de concentração, sentimentos de culpa ou inutilidade e ideação suicida.

ISSN 2178-9428

Os sintomas aparecem mais comumente entre a segunda e a terceira década de vida do sujeito.

2.2 INFLUÊNCIAS GENÉTICAS

Determinados estudos apontam que o Transtorno Bipolar pode receber influência genética, como citado no DSM-V:

> História familiar de transtorno bipolar é um dos fatores de risco mais fortes e mais consistentes para transtornos dessa categoria. Há, em média, risco 10 vezes maior entre parentes adultos de indivíduos com transtornos bipolar tipo I e tipo II. A magnitude do risco aumenta com o grau de parentesco. Esquizofrenia e transtorno bipolar provavelmente partilham uma origemgenética, refletida na coagregação familiar de esquizofrenia e transtorno bipolar. (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p.130)

Os genes estão entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento do TB, agravando-o mais conforme o grau de parentesco dos pacientes acometidos por tal transtorno afetivo, podendo também ser agravados por algumas bases nitrogenadas presentes no DNA “expansão de repetições CAG/CTG em transtornos afetivos. Dentre as expansões investigadas, alelos com um número maior de repetições CTG, localizadas no cromossomo 18q21.1, e de ERDA1, no cromossomo 17q21.3”. (MICHELON, VALLADA; 2004; p. 14)

2.3 FATORES AMBIENTAIS NO TRANSTORNO BIPOLAR

As causas da manifestação do transtorno afetivo bipolar (TAB) podem ser associadas também, a fatores ambientais provenientes das mais variadas naturezas.

A presença de traumas infantis é comum em pacientes com diversos transtornos, inclusive no transtorno bipolar. Existem diferentes tipos de traumas, dentre os quais é possível citar os abusos, físicos e emocionais, assim como negligência e abuso sexual. Diversas pesquisas associam a ocorrência de traumas com a precocidade do surgimento do TB, além de sua intervenção no curso clínico da doença em geral. Também atua no aumento da ocorrência de sintomas psicóticos, ideação e tentativas de suicídio e uso abusivo de substâncias.

ISSN 2178-9428

Outro fator que pode desencadear o TB são os “eventos da vida”, que consistem em alterações quaisquer no ambiente pessoal de um indivíduo, sendo programado ou não, o que resulta em consequências boas ou ruins no âmbito pessoal ou social da pessoa. Separação dos pais, mudança de escola/cidade, morte de um ente querido, etc, são exemplos de tais eventos, que alteram a vida diária e também tendem a influenciar a idade de início do transtorno.

Sobre as causas ambientais, a Associação Psiquiátrica Americana, através do DSM-V cita que o:

> Transtorno bipolar é mais comum em países com pessoas com renda elevada do que com renda mais baixa (1,4 vs. 0,7%). Pessoas separadas, divorciadas ou viúvas têm taxas mais altas de transtorno bipolar tipo I do que aquelas casadas ou que nunca casaram, mas o sentido em que a associação se modifica não é clara (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014, p. 130)

O apoio social ou a falta dele tem muito impacto no curso do transtorno. Em decorrência da instabilidade própria do TB, pode-se tornar dificultoso manter relações de afeto de maneiras positivas, o que pode agravar ainda mais os episódios de mania e depressão decorrentes do transtorno. O apoio da família, amigos, e outros círculos sociais se torna importante no tratamento e diminuição dos episódios bipolares, já que os sentimentos de cuidado, valorização e amor, ajudam na estabilização do humor e do estresse e ansiedade característicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após diversas leituras, a respeito do Transtorno Bipolar e suas influências genéticas e ambientais, percebe-se a importância de mais estudos interdisciplinares, unindo a Psicologia e a genética, para que assim, também sejam identificados os genes que possuam ligação com diversos outros transtornos psíquicos.

Através das referências bibliográficas, conclui-se que há determinados genes que podem ser influenciadores no surgimento dos transtornos, como o estudado, porém, não são determinantes para que os sintomas surjam, sendo necessários também a interferência de determinados fatores ambientais.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

ALDA, Martin. Transtorno bipolar**. Rev. Bras. Psiquiatr**., São Paulo , v. 21, supl. 2, p.14-17, Out 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000600005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de maio 2020.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico] : DSM-5/[American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli, et al. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENEZES, Juliana Chagas de**. Estudo das bases genéticas do Transtorno Bipolar.** 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Celular e Molecular)- Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

MICHELON, Leandro; VALLADA, Homero. Fatores genéticos e ambientais na manifestação de transtorno bipolar. **Rev. psiquiatr. clin.** , São Paulo, v. 32, supl. 1,21-27, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832005000700004&lng=en&nrm=iso>;. acesso em 29 de abril de 2020.

MICHELON, Leandro; VALLADA, Homero. Genética do transtorno bipolar. **Rev. Bras. Psiquiatr.** , São Paulo, v. 26, supl. 3, p. 12-16, outubro de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000700004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de abril de 2020.

ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE HIV EM UNIVERSITÁTIOS RELACIONADA COM COMPORTAMENTO SEXUAL

SANTOS, Agda Morgana[250]
CONTI, Antonio[251]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Com base nos dados retirados do DATASUS, observou-se incidência elevada de HIV/AIDS em adultos (20-29 anos) bem como nos jovens com níveis de escolaridade superior incompleto e completo. Diante dos dados, o objetivo do trabalho consiste em associar essas taxas com artigos que abordam o comportamento sexual em universitários muitas vezes caracterizados por serem de risco.

Palavras-chave: HIV, AIDS, escolaridade, comportamento sexual.

1 INTRODUÇÃO

Os jovens são a parcela da população mais exposta às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), segundo o Ministério da Saúde, em função da descoberta e iniciação sexual, fato que os levam a sexo inseguro e os torna vulneráveis em contrair doenças. A prevalência nessa população pode refletir duas situações a serem averiguadas: desconhecimento dos meios de prevenção e formas de contágio ou simplesmente adoção de comportamentos de risco, mesmo diante das informações.

O interesse pelo conhecimento do comportamento sexual dos jovens vem crescendo nas últimas décadas, tanto pelo aumento da taxa de fecundidade, quanto pela alta prevalência de doenças sexualmente transmissíveis.

Configuram como práticas de risco o sexo sem proteção, que podem acarretar impactos significativos na vida reprodutiva dos jovens, como uma gravidez precoce não desejada ou a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis como a Síndrome da Imunodeficiência adquirida (AIDS), hepatites, Papilomavírus Humano (HPV) e sífilis. Tais acontecimentos podem implicar na interrupção e consequente adiamento dos planos dos jovens, principalmente no que diz respeito a conclusão do curso universitário.

---

[250] Acadêmica de Medicina, sexto período, Centro Universitário Campo Real.
[251] Médico ginecologista, docente do Curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

O trabalho tem como objetivo associar a incidência do Vírus da Imunodeficência Humana (HIV) por faixa etária e escolaridade, retirado do sistema DATASUS, a fim de demonstrar o comportamento sexual de risco em universitários.

2 DESENVOLVIMENTO

A sexualidade é constituída por diversas influências e fatores que determinam como o desejo humano é expresso. E isso está relacionado com o contexto cultural em que se vive que valorizam algumas práticas e maneiras de viver a sexualidade e rejeitam outras.

A epidemia da AIDS é um problema de saúde pública que atinge a população de diferentes faixas etárias. Esta realidade aponta para uma discussão sobre os comportamentos influenciadores da vulnerabilidade da população jovem em relação à contaminação pelo HIV.

Tabela 1. Casos de HIV em percentual notificados no Sinan segundo faixa etária, por ano de diagnóstico. Brasil, 2007-2019

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
20 a 24 anos	13,5	15,3	15,5	15,3	16,2	16,9	17,1	17,5	18,8	18,4	19,2	19,1	18,7	17,9
25 a 29 anos	18,7	18,8	19,2	19,3	19,2	18,8	18,8	19,2	18,9	18,6	19,2	18,7	18,9	18,9

Ao observar o percentual de HIV notificados por faixa etária, nota-se 36,8% do total de casos, em adultos de 20 a 29 anos.

> Atribui-se esse fato a situação de que esta faixa etária se encontra no período reprodutivo humano, no qual as pessoas são sexualmente mais ativas e com possibilidade de ter maior número de parceiros. No Brasil, a tendência atual entre os jovens é que iniciem a vida sexual mais precocemente e se coloquem em situações de vulnerabilidade. O dado que se possui é que mais da metade das novas infecções por HIV que ocorre na atualidade afetam jovens de 15 a 24 anos de idade. (OLIVEIRA, 2013, p. 705)

Apesar de muito difundido por campanhas do Governo contra a o HIV, diversos estudos relataram baixo conhecimento acerca dos métodos corretos de se proteger, especialmente quando se tratando de sexo oral, anal e vaginal.

ISSN 2178-9428

> Quanto ao conhecimento sobre a forma de prevenção do HIV, 100% dos participantes elegeram o sexo protegido como forma mais eficaz, mas apenas 0,5% foram específicos quanto ao uso de camisinha no sexo oral, 0,2% sobre o uso de camisinha no sexo anal e 0,2% sobre o uso do preservativo no sexo vaginal.(OLIVEIRA, 2013, p. 707).

Tabela 2. Casos de HIV em percentual notificados no Sinan segundo escolaridade, por ano de diagnóstico. Brasil 2007-2019

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Superior incompleto	12,5	14,1	13,1	12,8	12,6	12,1	13,3	13,2	13,4	13,5	14,3	14,2	13,4	13,5
Superior completo	10,6	9,7	9,8	9,9	9,4	10,2	10,2	10,2	10,7	11,4	11,5	11,7	12,5	10,8

Muitos acreditam que escolaridade está inversamente proporcional à incidência de HIV, no entanto quando observado o percentual de casos de HIV por escolaridade, nota-se que 24,3% do total de casos possuem superior incompleto ou completo.

> A situação é preocupante quando, mesmo esperando que o nível de conhecimento acerca das consequências de determinadas práticas aumente com a escolaridade, estes jovens continuam praticando-as de forma significativa, como mostram estudos realizados com jovens universitários. (MIRANDA; GADELHA; SZWARCWALD, 2005; LEITE et al., 2007; ALVES; LOPES, 2007).

Fatores ligados ao ingresso no ambiente universitário podem aumentar a ocorrência de comportamentos sexuais de risco, visto que implicam uma série de modificações sociais na vida do indivíduo, especialmente pela maioria saírem da casa dos pais. Além disso, a heterogeneidade de classes sociais no ambiente universitário permite troca de valores, predominando o ceticismo e a ideia de liberdade, que acarreta o uso indiscriminado de drogas, bebidas alcoólicas e relações sexuais sem proteção bem como múltiplos parceiros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, conclui-se que, apesar da alta escolaridade, o HIV se trata mais de um problema cultural que educacional, visto que a taxa em jovens é extremamente alta. Enquanto não houver conscientização e mudança cultural em relação à sexualidade, haverá taxas elevadas desta infecção sexualmente transmissível (IST), bem como das demais ISTs, acarretando altos custos para a saúde do país e danos à qualidade de vida de diversos indivíduos.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

ALVES, A.S.; LOPES, M.H.B.M. Conhecimento, atitude e prática do uso de pílula e preservativo entre adolescentes universitários. ***Revista Brasileira de Enfermagem***, v.6, n.1. 2008.

BARBALHO, Ellidja E. S.**, Comportamento sexual de risco em estudantes de psicologia da Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte,**

BRAGA, S.M.M.B. et al. Aspectos do comportamento sexual em universitários**.** ***Revista Médica de Minas Gerais***, v. 19, n.3, 206-213, 2009.

GRAF, Débora D., Comportamento sexual de risco e fatores associados em universitários de uma cidade do Sul do Brasil, **Rev Saúde Publica**, p.1-13, 2020.

MOSER, A.M; REGGIANI, C.; URBANETZ, A. Comportamento sexual de risco entre estudantes universitárias dos cursos de ciências da saúde**. *Revista da Associação Médica Brasileira***, v. 53, n.2. 2007

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Boletim Epidemiológico de HIV/Aids 2019**

NASCIMENTO, Bruna S., Comportamento sexual de jovens universitários e o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva**, Revista Enfermería Global**, n 49, p. 248-258, 2018.

MASTITE BOVINA CAUSADA PELO GÊNERO *Escherichia coli*

FACHINELO-JUNIOR, Edimar[252]
AMARAL,Thaynara Andrade[253]
ALMEIDA,Jaine de Fátima[254]
TORTORELLA, Rodrigo Dorneles[255]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Considerando o assunto de grande relevância para a Medicina Veterinária, o objetivo desse trabalho foi caracterizar a mastite bovina causada por *Escherichia coli*. A bactéria *Escherichia coli* é comum do trato gastrointestinal, mas ao se alojar em um outro sistema ocasiona graves infecções podendo então levar o animal acometido à óbito. A mastite bovina ocasionada por *Escherichia coli* tem várias formas de ser diagnosticada com exames rotineiros realizados na hora da ordenha e se não tratada causa prejuízo a produção de leite. Seu tratamento pode ser tanto curativo quanto preventivo e seu controle inclui boas práticas de manejo.

Palavras-chave: Infecção. Subclínica. Vacas.

1 INTRODUÇÃO

"O gênero *Escherichia* é composto de várias espécies, mas somente a *E. coli* é um patógeno importante para os animais. Esta espécie Gram-negativa facultativa compõem a flora normal do trato gastrointestinal" (HIRSH, 2009, p.63).

A *E. coli* é uma das principais causadoras da mastite bovina causando infecções agudas ou hiper agudas, sendo muito difícil seu tratamento, pois ocorre muitas vezes nas primeiras semanas após o parto, e que podem levar o animal a óbito por toxemia (RIBEIRO et al., 2006).

A mastite bovina causada por *E.coli* pode ser apresentada de duas formas, clínica e subclínica, sendo a clínica visível a olho nu, pois é possível identificar através do teste da caneca de fundo escuro. Esta precisa ser tratada imediatamente com antibióticos injetáveis ou intra-mamários. A mastite subclínica não é visível a olho nu, podendo apenas ser identificada com teste da raquete utilizando um reagente específico (CMT) (SANTOS & FONSECA, 2007).

[252]Acadêmico do curso de Medicina Veterinária, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[253] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária, 8° período, Centro Universitário Campo Real
[254] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária, 8° período, Centro Universitário Campo Real
[255]Orientador Docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Considerando o assunto de grande relevância para a Medicina Veterinária, o objetivo desse trabalho foi caracterizar a mastite bovina causada por *Escherichia coli.*

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma revisão de literatura especializada, realizada no mês de agosto de 2020. A pesquisa foi realizada a partir de consultas em livros e periódicos da Biblioteca do Centro Universitário Campo Real, bem como a partir de artigos científicos obtidos a partir de buscas nos bancos de dados, tais como: Scielo, Google Acadêmico, etc.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A bactéria *E. Coli* é um dos principais coliformes (patógeno ambiental) causadores de mastite clínica, podendo variar de sintomatologia leve (com sinais inflamatórios na glândula mamária) a aguda, com sinais sistêmicos, como estase ruminal, desidratação, choque, e até mesmo, a morte do animal acometido (TOMAZI; SANTOS, 2015).

A transmissão pode ocorrer de várias formas como manejo inadequado tanto antes, durante e após a ordenha, sem a utilização de pré e pós-diping, a vaca recebendo seu alimento antes ou durante a ordenha, ao sair da sala de ordenha a mesma acabara não permanecendo em pé o que faz com que fique suscetível (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

O contato do teto com coliformes fecais ao se deitar, e assim ocorre uma possível contaminação, pois o esfíncter do teto permanece aberto por 40 minutos ou até 1 hora e meia após a ordenha (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Os cuidados na hora da ordenha devem ser grandes, identificar os animais com mastite e deixá-los por último na ordenha para que não haja contaminação de animais sadios, os utensílios utilizados durante a ordenha desde as teteiras até o

ISSN 2178-9428

tanque de refrigeração devem ser devidamente lavados e higienizados de forma correta com produtos específicos (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

O diagnóstico fica dependente de qual forma de mastite, sendo a mastite clínica mais fácil de ser diagnosticada, por ser evidente pelas suas características serem apresentadas em forma de rubor, aumento na sensibilidade ao tato e a presença de grumos ou de alguns flocos no leite. No entanto já a forma subclínica, não tem esse auxílio de sinais clínicos, devendo serem feitos testes rápidos a campo. Um teste bastante utilizado é o CMT (California Mastitis Test) ou em alguns casos exames laboratoriais bem como, a contagem de células somáticas (CSS), (ACOSTA et al., 2016).

O diagnóstico também pode sere feito com técnicas microbiológicas, portanto a lactocultura e provas bioquímicas facilitam na identificação do agente causador de mastite. Eventualmente estão utilizando técnicas moleculares para o diagnóstico (ACOSTA et al., 2016).

Tratamento utilizando antimicrobianos ou a secagem do quarto mamário afetado, geralmente eliminam a infecção, porém, o íntegro restabelecimento da glândula mamária pode estender-se para além da melhora clínica da vaca afetada (TOMAZI; SANTOS, 2015).

Terapia da vaca seca com antibióticos pode diminuir a incidência de infecções existentes na secagem e reduz a incidência de novas infecções durante o período seco (LENTS et al., 2007).

A terapia vaca seca é necessária para o controle de infecções intra-mamárias no rebanho, porém deve se estudar qual droga a usar na propriedade, pois podem ter diferentes resultados. Os níveis terapêuticos dos antibióticos na secagem podem persistir em média 14 a 28 dias após a aplicação, podendo na maioria das vezes ser incapaz de proteger o úbere durante todo o período seco (PETZER et al., 2009).

O prognóstico é considerado inferior para vacas mais velhas que apresentaram três lactações ou acima do mesmo, considerando em situações assim pode ser atribuído um tratamento mais prolongado para obter uma resposta significativa desse animal (LANGONI et al., 2017).

A produção de leite devido a mastite subclínica tem uma perda de 2,8 litros/vaca/dia, representando um custo de US$ 0,99 vaca/dia. Já a perda por mastite clínica é de 0,12 litros/vaca/dia, representando US$ 0,04 vaca/dia. A média de

ISSN 2178-9428

despesas é de US$0,059 vaca/dia. A secagem é a que apresenta maior quantidade, representando US$ 0,047 vaca/dia, e o tratamento US$ 0,006 vaca/dia (VISSIO et al., 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evitar a causa da mastite de origem contagiosa, por *Escherichia coli*, é a melhor forma de se controlar o rebanho, desta forma é importante realizar o tratamento na secagem dos animais em lactação, ter uma linha de ordenha, manejo de ordenha bem feito e revisão do equipamento de ordenha.

A mastite bovina causada por Escherichia *coli* é uma patologia que apresenta sintomatologia leve a aguda, tendo como seu tratamento medicamentos curativos e preventivos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. C.; SILVA, L. B. G.; MEDEIROS, E. S.; JÚNIOR, J. W. P.; MOTA, R. A. Mastites em ruminantes no Brasil. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v.36, n.7, p.565-573, 2016.

HIRSH,C.D. Escherichia. In: HIRSH,C.D.; ZEE,Y.C. **Microbiologia Veterinária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

LENTS, C.A. et al., Effects of dry cow treatment of beef cow son pathogenic organisms, milk somatic cell counts, and calf growth during the sub sequent lactation. **Journalof animal Science**, v .86, n.3, p.748-755, December, 2007.

LANGONI, H.; SALINA, A.; OLIVEIRA, G. C.; JUNQUEIRA, N. B.; MENOZZI, B. D.; JOAQUIM, S. F. Considerações sobre o tratamento das Mastites. **Pesquisa veterinária Brasileira**, v. 37, n.11, p.1261-1269, 2017.

PETZER, I. M. et al, Intramammary infection rate during the dry period in cows that received blanket dry cow therapy: efficacyof 6 differentdry-cow intramammary antimicrobial products. **JIS.Afr.vet.As** n. 80, n.1, p. 23–30, 2009.

RIBEIRO, A. C.C.L Saúde Animal. in: AUAD, A.M. et al. **Manual de bovinocultura de leite**. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2010.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

RIBEIRO,G.M.;COSTA,O.E.;LEITE,S.D.;LANGONI,H.;JUNIOR,G.K.;C.V.;LISTONI,P. J.S.; Fatores de virulência em linhagens de *escherichia coli* isolados de mastite bovina. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.58, n.5, p.724-731, 2006.

SANTOS, M.V.; FONSECA, L.F.L. **Estratégias para controle de mastite e melhoria da qualidade do leite**. São Paulo: Manole, 2007.

SILVA V. L. OLIVEIRA G. D.; **Qualidade Do Leite: Boas Práticas De Manejo Na Ordenha.** 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Alunos/Downloads/81-474-1-PB.pdf >. Acesso em 12/08/20.

TOMAZI, T., SANTOS, V. M**. Prejuízos de longo prazo da mastite clínica causada por Escherichia coli**. 2015. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/mypoint/6239/p_prejuizos_de_longo_prazo_da_mastite _clinica_causa da_por_escherichia_coli_5758.aspx Acesso em: 12/08/20;>

VISSIO, C.; AGÜERRO, D.; RASPANTI, C. G.; ODIERNO, L. M.; LARRIESTRA, A. J. Pérdidas productivas y económicas diarias ocasionadas por la mastitis y erogaciones derivadas de su control en establecimientos lecheros de Córdoba, Argentina. **Arch Med Vet**., v.47, n.1, p.10, 2015.

ANÁLISE DO DALIO-5S EM UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA EM GUARAPUAVA-PR

MACEDO, Aline Ramos[256]
VEIGANTES, José Leonardo Spachynski[257]
VIEIRA, Marcelo[258]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[259]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo central a análise do cenário de uma empresa de logística localizada em Guarapuava-PR, na Região Sul do Brasil, considerando o *DALIO-5S.* Foram realizadas pesquisas e verificações internas na empresa, bem como a rotina e o dia a dia dos colaboradores. Dessa forma, o trabalho propiciou a análise dos pontos fracos na disciplina, arrumação, limpeza, impecabilidade e organização, visando a mudança da cultura organizacional dos colaboradores, otimizando recursos e processos internos.

Palavras-chave: Logística. Programa DALIO. Programa 5S. Cultura Organizacional.

1 INTRODUÇÃO

O *5S* é um conceito idealizado por Kaoru Ishikawa no ano de 1950 (IPEM-SP, 2013) e implantado primeiramente no Japão, que consiste na aplicação de um programa que utiliza cinco sensos: utilização, ordenação, limpeza, impecabilidade e autodisciplina, do japonês *Seiri*, *Seiton*, *Seiso*, *Seiketsu* e *Shitsuke*. Conforme a teoria clássica, o programa tem como objetivo nortear práticas que devem ser cotidianas na organização, tendo como objetivo final a redução de custos, otimização de recursos materiais e combate de desperdícios. (OSADA, 1992). Esse conceito foi introduzido no Brasil pela primeira vez em 1991, pela Fundação Cristiano Ottoni, mas sua origem tem um outro contexto. O Japão pós-guerra era uma terra com muitos desafios a enfrentar, pois tinha recursos naturais escassos e barreiras no âmbito industrial, no que diz respeito à baixa qualidade dos seus produtos quando comparado aos Estados Unidos ou à Europa. (RODRIGUES, 2016).

Cada um dos "*S"* tem particularidades que ultrapassam a mera tradução das palavras, considerando a diferença entre os sistemas de escrita ocidentais e o japonês, quando traduzidas essas palavras perdem muito o seu significado. Diante disso, introduz-se a palavra senso antes de cada "S" (RODRIGUES, 2016).

[256] Acadêmica de Administração, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[257] Acadêmico de Administração, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[258] Acadêmico de Administração, 7° período, Centro Universitário Campo Real.
[259] Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR).

ISSN 2178-9428

Considerando a necessidade de adaptação, cria-se o Programa DALIO. (FERREIRA & PICININ, 2017). O “abrasileiramento” da versão do 5S, surge da necessidade de nacionalização do programa, mas sem nenhum prejuízo para o real teor. (NATALI, 1995).

O trabalho a seguir relaciona os principais problemas encontrados na empresa, através do diagnóstico empresarial e observações na rotina dos colaboradores realizadas pelo período de 6 meses, relacionando-os com cada um dos cinco sensos de utilização.

2 DESENVOLVIMENTO

A seguir, serão designadas as categorizações considerando o panorama na empresa estudada.

2.1 DISCIPLINA/AUTODISCIPLINA

O real escopo deste item é mais abrangente do que se possa imaginar em um primeiro momento, porque além de identificar o quão necessários são os equipamentos, ferramentas, utensílios, materiais, informações, arquivos e dados, são também verificadas as atividades desnecessárias, com o fim de evitar o trabalho em excesso, isto é, o não necessário, bem como as razões pelas quais esses acúmulos acontecem, para que eles não tornem a acontecer. (ARENA et al., 2011)

Na empresa estudada, os colaboradores realizam o descarte de lixos de maneira conjunta e não separada, principalmente na cozinha onde foram encontrados restos de comida, papel toalha e copos no mesmo local.

2.2 ARRUMAÇÃO

O objetivo desse senso é que a otimização de todo o espaço de trabalho acarrete numa gestão mais eficaz. Se isso for cumprido, serão notados vários benefícios como a redução de acidentes de trabalho, economia de tempo, economia de recursos, padronização, além do aumento da produtividade e subsequente impacto positivo nos rendimentos. (CAMPOS et al., 2005; CUNHA, 2012).

ISSN 2178-9428

Após o diagnóstico realizado, verificou-se que, tanto no setor administrativo quanto no operacional, os colaboradores não possuem um espaço reservado para guardar seus objetos como bolsas ou mochilas, fazendo com que muitas destas fiquem sobre as mesas de trabalho, no chão e/ou penduradas, bem como objetos desorganizados.

2.3 LIMPEZA

A limpeza é fundamental para o bom funcionamento da empresa. Poeira, lama, lixo, apares e outros nos locais de trabalho, podem não somente influenciar negativamente na saúde e integridade dos executantes como também causar danos, defeitos e falhas em equipamentos. (LAPA, 1998). De certa forma, além de limpar, precisa-se também desenvolver a consciência de não sujar (CAMPOS et al., 2005) e a investigação das rotinas empresariais que sejam causadoras de sujeira. (NATALI, 1995; RIBEIRO, 1994)

Todo o material descartado e separado das salas não possui um local adequado para armazenamento até a coleta, verificou-se como local atual, um canto na garagem da empresa, onde os lixos ficam amontoados de maneira desorganizada, criando-se assim um ambiente propicio a animais peçonhentos, bactérias dentre outros.

2.4 IMPECABILIDADE

O senso de impecabilidade tem-se como a padronização da empresa, preocupando-se com o bem estar físico e mental dos colaboradores. É atingido com a aplicação e manutenção dos sensos anteriores, servindo como apoio e dentre as práticas, deve-se evitar qualquer forma de poluição, atentar-se à saúde dos funcionários, garantir as condições para que eles zelem por sua própria integridade e higiene, desenvolver o zelo à aparência dos funcionários e da empresa. (CAMPOS et al., 2005)

Como benefícios que se esperam da aplicação deste senso temos a melhora na qualidade de vida no trabalho, melhora no relacionamento entre os colaboradores,

ISSN 2178-9428

melhora na produtividade de cada funcionário e diminuição de absenteísmo. (CAMPOS et al., 2005)

Foram relatados por alguns colaboradores reclamações quanto às cadeiras de trabalho, pois as utilizadas não estão apropriadas para passar sentado oito horas por dia, podendo causar a médio e longo prazo problemas relacionadas a LER e DORT. Também, os computadores e notebooks não estão adaptados na altura ideal, de acordo com as normas regulamentadoras, NR-17. (ABNT, 1978).

2.5 ORGANIZAÇÃO

Tendo em vista a mudança na mentalidade dos colaboradores, utiliza-se algumas práticas e técnicas - de forma gradual para que os indivíduos percebam os benefícios dos hábitos -, como não acobertar erros, ser rigoroso com horários, criticar e forma construtiva, elaborar normas claras, entre outras (CAMPOS et al., 2005). Este senso é indispensável para a plena aplicação do 5s como um todo.

Os benefícios da aplicação deste senso estão na melhoria do relacionamento interpessoal, predisposição ao trabalho em grupo e funcionários mais participativos. (CAMPOS et al., 2005) A abrangência dos benefícios da aplicação deste senso é de difícil mensuração, tendo em vista a decorrência do escopo que tem uma mudança de atitude generalizada dentro da empresa. Gomes et al (1998, p.10**)** resume bem ao afirmar que a consequência deste senso "é um maior respeito e comprometimento dentro da empresa".

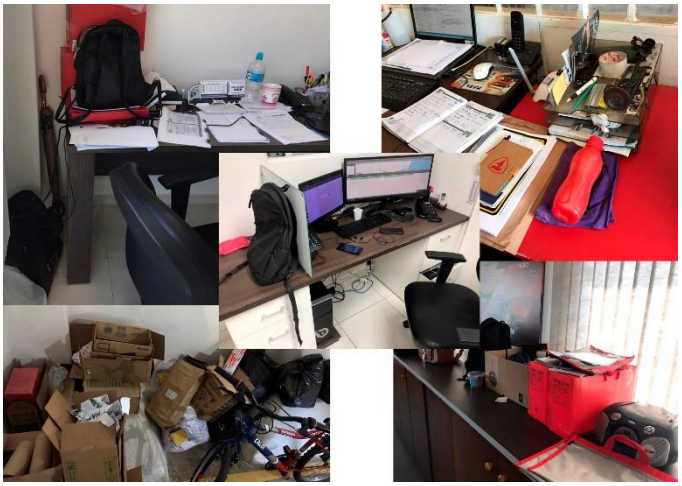
De acordo com as entrevistas realizadas, os colaboradores do setor operacional alocados na base da empresa relataram que, considerando a dificuldade das tomadas dispostas no chão de suas salas, para ligar os computadores e demais eletrônicos, é necessário a utilização de extensões elétricas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir a Figura 1 apresenta o panorama geral na empresa estudada.

ISSN 2178-9428

Figura 1 – Departamentos da empresa estudada



Fonte: Os autores, 2020.

Diante disso, sugere-se a mitigação destes problemas diante de uma aplicação do Programa DALIO, conforme segue:

Disciplina/Autodisciplina: reeducação dos colaboradores para o descarte correto e separação de lixos

Arrumação: aquisição de armário para os colaboradores depositarem seus pertences durante o expediente.

Limpeza: readaptação do local de descarte e armazenamento até a coleta.

Impecabilidade: readequação de cadeiras ergonômicas para bem estar dos colaboradores e compra de suporte para os monitores dos computadores.

Organização: reestruturação da infraestrutura elétrica e de internet.

A aplicação do DALIO com base nessas adaptações levantadas acarretaria na mudança da cultura organizacional dos colaboradores e consequentemente na otimização de recursos e processos internos.

4 REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Programa 5s.** São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.ipem.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=487&Itemid=67> Acesso em: 20 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRAILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**, PORTARIA N.° 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978.**

OSADA, T. H. **5's: seiri, seiton, seiso, seiketsu, shitsuke.** São Paulo: Instituto IMAM. 1992.

ISSN 2178-9428

RIBEIRO, H. **5S A Base para a Qualidade Total: um roteiro para uma implantação bem sucedida**. Salvador: Casa da Qualidade. 1994. 115p.

NATALI, M. **Praticando o 5S: na indústria, comércio e vida pessoal.** São Paulo: Editora STS, 1995. 101p.

GOMES, D. et al. **Aplicando 5S na gestão da qualidade total**. São Paulo: Pioneira, 1998.

LAPA, R. **Programa 5S.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAMPOS, Renato, et al. **A ferramenta 5S e suas implicações na gestão da qualidade total.** Simpep–Simpósio de Engenharia de Produção 12, 2005.

ARENA, Karina de Oliveira, et al. Método 5S: uma abordagem introdutória**. Revista Científica Eletrônica de Administração**, ano 11, 2011.

CUNHA, Olga Maria Castro**. Implementação da metodologia 5S e análise de Tempos e Métodos numa linha de montagem de carroçarias.** Coimbra:[s.n],2012.

RODRIGUES, M. V. **Ações para a Qualidade: Gestão estratégica e integrada para a melhoria dos processos na busca da qualidade e competitividade.** São Paulo: Elsevier Brasil. 2016

FERREIRA, R. H. M., PICININ, C. T. **Panorama dos Programas de Melhoria Contínua de Indústrias Multinacionais Instaladas no Paraná.** In: V Simpósio de Engenharia de Produção - SIMEP 2017, 2017, Joinville. Os Desafios na Gestão da Qualidade, Competitividade e Inovação Tecnológica.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

ANDRADE, Ana Paula Santos[260]
PAULO, Valéria[261]
NEVES, Ana Maria[262]
RIBAS, Raphael de Paula[263]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A presente análise de caráter bibliográfico tem como tema apresentar o Conselho de Segurança da ONU considerado um dos principais órgãos que a compõem. O Conselho de Segurança é responsável em manter a paz, a segurança internacional e a fazer cumprir as suas decisões a qualquer ato que ameaça a paz entre os povos. Diante disso, o estudo repousa em entender, a sua evolução histórica, os seus objetivos, composição e sua estrutura para o cumprimento dessa missão.

Palavras-chave: Conselho de Segurança. Nações Unidas. Paz.

1 INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança é um dos órgãos que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsável em manter a paz e a segurança internacional. Para aprofundar o conhecimento sobre esse órgão, no que diz respeito aos seus objetivos, funções, estrutura e demais atribuições é necessário compreender essa atuação e sua prática como Conselho de Segurança.

Com análise de caráter bibliográfico, busca-se o entendimento desta organização internacional que faz parte da estrutura da ONU, que por sua vez, conjugam relações de diálogo entre as nações. Esse diálogo tem a finalidade de evitar atos de agressão, violência e desumanidade que em muitos momentos ameaçam a paz e a segurança dos povos.

2 DESENVOLVIMENTO

[260] Acadêmica do 4 º período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[261] Acadêmica do 4 º período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[262] Acadêmica do 4 º período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[263] Professor Universitário do Centro Universitário Campo Real. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-graduado em Direito Processual Civil. Advogado.

ISSN 2178-9428

A Organização das Nações Unidas possui o objetivo principal de promover a paz e a cooperação internacional envolvendo questões humanitárias, políticas, econômicas e socioculturais entre os povos. No entanto, sua origem e desenvolvimento remete a momentos históricos, principalmente, a eventos que afetaram de forma drástica a Humanidade. Logo, após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, os países vencedores desse conflito celebraram o Tratado de Versalhes, na França. Com esse diploma legal, os países estabeleceram uma paz imposta pelos vencedores e culminou com a criação da Liga das Nações (com sede em Genebra/ Suíça), que mais tarde fora substituída pela criação da ONU.

A Carta das Nações Unidas é considerada o documento mais importante dessa organização internacional é a base principal da ONU:

> Segundo a Carta das Nações Unidas (1945) os seus propósitos são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; realizar a cooperação internacional para solucionar os problemas mundiais de caráter econômico, social, humanitário, promovendo respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (GIACON, 2010, p.19)

Para isso, esse organismo internacional em seu aspecto interno está organizado em estruturas interligadas, compondo de seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Também incluindo agências especializadas, programas, fundos subsidiários que totalizam a sua estrutura. Com a sede principal em Nova York e espalhados filiais em diversos países, conforme argumenta ZAMUR (2020, p.190-191; NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Com a criação da Carta das Nações Unidas, no final da Segunda Guerra Mundial, percebemos em seu texto normativo a criação do Conselho de Segurança e outros demais órgãos que estruturam a ONU. Cabendo, quando necessárias, decisões de cunho obrigatório e sanções para todos os membros da ONU a qualquer ato que ameaça a paz entre os povos. Ao longo do Capítulo V ao VIII - artigos 23 a 54 da Carta das Nações Unidas - consta a regulamentação do Conselho de Segurança da ONU. Segundo, a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é composto por 15 membros das Nações Unidas. Sendo cinco permanentes – China, França,

ISSN 2178-9428

Reino Unido, Rússia e Estados Unidos, e, os não permanentes que totalizam dez membros. Atualmente, são África do Sul, Indonésia, Estônia, Alemanha, Níger, São Vicente e Granadinas, Vietnã, Tunísia, Bélgica e República Dominicana. (NAÇÕES UNIDAS, 2020)

Os membros não permanentes são eleitos por dois anos pela Assembleia Geral, sendo vedado a reeleição. Essa divisão em permanentes e rotativos demonstra que os assentos pelo grupo dos cinco permanentes é uma forma de manter a hegemonia e o poder sobre os demais Estados, principalmente aos não permanentes, como argumenta Silva (2018, p.28)

Os assentos não permanentes seguem a regra de um padrão de rotação para garantir representação dos continentes, são: “cinco países africanos, asiáticos e do Pacífico; um da Europa Oriental; dois da América Latina; dois do Grupo Europa Ocidental e Outros (WEOG)”(NAÇÕES UNIDAS, 2020)

A respeito sobre o procedimento de votação para aprovar as resoluções deliberadas no Conselho de Segurança. Conforme, o artigo 27 da Carta das Nações Unidas e Varella (2019) cada membro do Conselho tem direito a um voto, sendo que as decisões processuais para serem aprovadas e tomadas devem somar nove votos afirmativos. Demais assuntos necessitam obrigatoriamente de votos afirmativos dos cinco membros permanentes.

É reservado aos membros permanentes o poder de veto nas decisões, independentemente, se os demais membros votaram favoráveis a um determinado assunto. Demonstrando uma centralização do poder e a vitaliciedade dos membros, alvo de críticas por muitos países. Como exemplo, o plano estratégico e geopolítico dos membros do Conselho de Segurança na Síria resulta em uma falta de atuação desse órgão demonstrando inquietude e impotência, devido ao veto dos membros permanentes. Muitos países lançaram propostas de reformas no Conselho de Segurança, justamente, para que a atuação desse órgão seja mais equilibrada, inclusiva e não hierarquizada e exclusivista (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017).

A intervenção na Síria pelo Conselho de Segurança na ONU acarreta altos custos e necessita de anuência da comunidade internacional. É o único órgão que possibilita autorizar o uso da força nos conflitos entre países mediante o voto e o não veto dos membros permanentes. No caso sírio, o Conselho de Segurança encontra-se bloqueado para essa intervenção.

ISSN 2178-9428

As principais funções / objetivos de forma sintetizada com base na Carta das Nações Unidas procedem às seguintes atribuições:

> Manter a paz e a segurança internacional; determinar a criação continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os capítulos VI, VII e VIII da Carta; investigar toda situação que possa vir se transformar em um conflito internacional; recomendar métodos de diálogo entre os países; elaborar planos de regulamentação de armamentos; determinar se existe uma ameaça para a paz; solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão; recomendar o ingresso de novos membros na ONU e recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário- Geral.(NAÇÕES UNIDAS,2020).

Deve-se ressaltar que qualquer medida adotada, conforme a situação da agressividade avaliada pelo Conselho de Segurança procura-se antes estabelecer medidas de diálogo com as partes em conflito. Podendo ser adotado medidas desde a interrupção parcial ou completa de algum serviço como: luz, transporte, meios de comunicação e rompimento de relações diplomáticas. Também, adentrar no território em conflito para reestabelecer a paz e a segurança através de forças terrestres, aéreas e navais, conforme estabelecido no artigo 41 e 42, capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é considerado o órgão responsável pela paz e segurança dos povos. O entendimento das tarefas desse órgão o faz ser considerado o mais importante órgão dentro da ONU. No entanto, em sua prática observa-se que sua atuação em missões políticas, mediações, inspeções de desarmamento, treinamentos e uma série de outras atividades entre seus componentes. Como também, entre seus membros ocorrem jogos geopolíticos, econômicos e estratégias de interesses em muitas das suas atuações.

A sua composição é uma amostra dos resquícios do pós 1945, em que membros permanentes demonstram em certos momentos um verdadeiro jogo de interesses geopolíticos e econômicos, em que as atuações do Conselho de Segurança em muitos momentos são caracterizadas por ser hierárquica, exclusivista, não inclusiva e concretizadora.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

GIACON, Lívia Dias. **A Reforma das Nações Unidas: o caso do Conselho de Segurança**. São Paulo, FAAP, 2010.

GUIMARAES, F.; CARVALHO, P. N. A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil na Síria: conflitos de interesses e impasses entre os P5 e a consequente falta de resolução para a questão**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** v.6, n.12, Jul./Dez. 2017, p.66-83.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A Carta**. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/carta/. Acesso em: 24 de mar.2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Como Funciona**. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/como-funciona/#verticalTab4. Acesso em: 24 de mar.2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A história da organização**. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/conheca/historia/. Acesso em: 24 de mar.2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **2016: um ano de desafios e conquistas para o mundo**. 2016. Disponível em: https://nacoesunidas.org/retrospectiva2016/ Acesso em: 24 de mar.2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Conselho de Segurança elege cinco novos membros para biênio 2019-2020. **2020.Disponível em: https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-elege-cinco-novos-membros-para-bienio-2019-2020/ Acesso em: 24 de mar.2020.**

SILVA, José Artur da Costa. **A necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas frente à concentração de poder nos membros efetivos**. 2018.44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2018.

VARELLA, Marcelo Dias**. Direito Internacional Público.** 8 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ZAMUR ,Andrea Cristina Godoy. Os órgãos principais e a estrutura da ONU. *In:* JUBILUT, Liliana Lyra; JAROCHINSKI, RAMIN, João Carlos Silva Larissa (org.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. 1ed.Boa Vista: Editora da UFRR, 2016,v.,p.190-214. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/A_ONU_aos_70.pdf. Acesso em: 24 de mar.2020.

CENTRO DE CRIATIVIDADE E CULTURA

FRANÇA, Pricila Fernanda[264]
SOUZA, Gabriel Carvalho Soares de[265]
SOUZA, Iris Parada Soares de[266]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo o estudo do processo criativo e suas vertentes e, a partir da proposta de um equipamento, incentivar e viabilizar o crescimento do setor de criatividade e cultural na cidade de Guarapuava. Setor este que não acompanhou o desenvolvimento do município nos últimos anos enquanto polo universitário e, consequentemente, seu crescente número de jovens universitários e recém-formados. O embasamento conceitual propõe que a arquitetura conduza o usuário em uma dança de trocas com o espaço, em um ambiente que promova os processos de aprendizado, criação, exposição e contribua assim no processo criativo e cultural.

Palavras-chave: Arquitetura. Criatividade. Cultural. Dança. Guarapuava.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho surge nas indagações a respeito do processo criativo e as considerações da experiência corporal como compreensão do espaço e como isso influencia o ato de criar de cada indivíduo. Com isso, o estudo pretende embasar uma arquitetura que centralize atividades voltadas para as áreas de criação e cultura na cidade de Guarapuava.

O projeto se fundamenta em autores como Fayga Ostrower (2009), que argumenta sobre a criatividade e suas considerações no processo de criação. Helena Katz e Christine Greinner (2002) que discutem a aprendizagem por meio do corpo e sua teoria do corpomídia. E o arquiteto Steven Holl, conforme descrito no texto de Igor Fracalossi (2012), que trata sobre a perspectiva do usuário sobre a arquitetura e como esta influencia suas vivências.

[264] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 10º período, do Centro Universitário Campo Real.
[265] Arquiteto e Urbanista, especialista em Gestão e Gerenciamento de Projetos, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de TCC 1, Planejamento Urbano, Urbanismo, Projetos Arquitetônicos, Processos Criativos, Topografia e Meio Ambiente no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.
[266] Arquiteta e Urbanista, especialista em Política e Planejamento Urbano e Regional, Mestre em Arquitetura Paisagística, e Professora de disciplinas de TCC 1, Projetos Arquitetônicos, Paisagismo, Urbanismo, Conforto Ambiental e Princípios de Projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se nos conceitos apresentados por Bruno Munari (1981) em seu livro Das Coisas Nascem Coisas. O autor, artista, escritor, arquiteto, design, educador e filósofo, propõe em seu escrito o método de projetar em uma ordem lógica, ditado pela experiência.

A primeira etapa consiste em estabelecer um problema, seguido da definição do problema e componentes do problema, em sequência a coleta de dados, análise de dados, criatividade, materiais e tecnologia, experimentação, modelo, verificação, desenho construtivo e solução.

Munari (1981) afirma que o esquema do método não é imutável, completo e definitivo, mas que através de uma estruturação criativa pode-se obter o melhor resultado com menos esforço.

2 DESENVOLVIMENTO

A cidade de Guarapuava, localizada na região centro sul do Paraná a 1.111 metros de altitude, fica a 256 km da capital Curitiba. O município possui aproximadamente 181.504 habitantes, em uma área de 3.168,087km², com densidade demográfica de 53,7 habitantes por km². Seu perímetro comporta 6 distritos e seus limites fazem fronteira com 8 municípios, conforme dados do IBGE.

Nos últimos anos, o desenvolvimento e crescimento nos setores da educação universitária, saúde, comercio e serviço da cidade foram potencializados, principalmente com o empreendimento do novo bairro Cidade dos Lagos, o qual possui, entre outros equipamentos, alguns que fortalecem ainda mais estes setores, como a UTFPR, o Hospital Regional e o Shopping Center. Além da chegada do curso de medicina na Unicentro e no Centro Universitário Campo Real, que fortaleceu ainda mais a cidade como polo educacional universitário.

Em 2019 Guarapuava completou 200 anos. Contudo, a consolidação da área urbana e o processo de urbanização são desproporcionais quando se trata do setor cultural, o qual não condiz com a idade e o atual desenvolvimento do município. Mesmo possuindo diversos espaços como o Teatro Municipal, a Casa da Cultura, a Usina de Conhecimento, Centro de Artes Iracema, Sesc, além de outros projetos desenvolvidos por ONGs, que oferecem serviços voltados para a cultura.

ISSN 2178-9428

A proposta de implantação de um Centro de Criatividade e Cultura surge para incentivar e viabilizar o crescimento deste setor na cidade de Guarapuava e Região. Sem a intenção de concorrer, mas sim complementar os equipamentos existentes, para que juntos alcancem o grande desenvolvimento que o município teve nos últimos anos, uma vez que este, não acompanhou e necessita ser equiparado com o atual contexto urbano.

O conceito de centro tem origem do latim e uma das interpretações refere-se a lugares que se reúnem diversas pessoas com alguma finalidade. Ao mesmo tempo, cultural refere-se ao pertencimento, do latim significa as faculdades intelectuais do homem ao cultivo do espírito humano.

O objetivo deste Centro vai além de ensinos e exposições artísticas. Ao associar cultura com criatividade pretende oferecer espaços para a execução de diferentes atividades de criação, funcionando como ferramenta para o fomento cultural.

É inegável que durante o momento de criação as vivências individuais são afloradas e a visão de mundo revela a forma com que o indivíduo se relaciona com ele. Nesse sentido, ao pensar nos aspectos das vivências em arte com ênfase no ato criativo e a maneira com que esses elementos se mostram no processo de sensibilização do espaço, verifica-se a relevância do binômio criatividade-cultura para a composição de um edifício de caráter múltiplo e, como visto, de extrema importância para o desenvolvimento humano, social e econômico de Guarapuava e Região.

Este problema de pesquisa surge em meio às investigações sobre a experiência corporal como compreensão do espaço. Neste sentido, segundo Ostrower (1987), a criatividade é algo inerente ao ser humano e essa natureza artística é formada dentro do seu contexto e leva em considerações suas vivências.

Se criar significa dar forma a algo, ou seja, ordenar e configurar, nota-se a importância do repertório pessoal adquirido ao longo da vida no desenvolvimento de processos criativos. Esse repertório não é estático ou imutável, as experiências vividas permitem mutações nas definições de conceitos, assim sendo, quanto mais vivências melhor é a probabilidade de expansão do campo criativo.

Ainda sobre criação, esta mesma autora declara em seus escritos que criar requer uma atitude de alerta e que os *insights* que ocorrem ao longo de um processo criativo se dão pelo estado de vigilância em que o indivíduo se encontra, ou seja, por

ISSN 2178-9428

mais que não se esteja pensando no projeto ao caminhar por uma praça, ou tomar um café, os *insights* surgem porque a mente está predisposta a recebê-los.

Compreendida a importância do processo criativo e sua associação com a cultura, o presente estudo segue para os conceitos acerca da aquisição de saber por meio da experiência corporal, referendado nas autoras Helena Katz e Christine Greiner (2002). Segundo estas, a existência humana é corporal, ou seja, é por meio do corpo que nos relacionamos com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Inúmeros estudos, em sua grande maioria no campo das artes, vêm discutindo acerca da potencialidade do espaço sobre o corpo, seja este do bailarino, do ator, do criador ou até mesmo do transeunte.

Katz e Greiner (2002) desenvolveram uma teoria intitulada Corpomídia, onde defendem que o corpo em contato com o espaço troca com ele informações, essa troca refere-se muito mais a um ato contaminatório do que uma ação em que o corpo cede informações para o espaço e o espaço cede informações para o corpo.

Com base na teoria do Corpomídia, no qual afirma que o saber não é apenas um saber cognitivo, mas sim um saber corporal e este vêm antes mesmo do cérebro racionalizar a situação. Isto é, antes da mente assimilar o desconforto de uma cadeira, o meu corpo já sentiu a dor física e enviou sinais para o cérebro entender o desconforto e mudar de posição.

Ao compreender esse fenômeno de trocas do corpo com o espaço, nota-se a importância da arquitetura e a influência desta no processo criativo do indivíduo. Steven Holl, conforme apresentado no texto de Fracalossi (2012, p.2), afirma que “a arquitetura tem o poder de inspirar e transformar nossa existência do dia-a-dia”. Ainda sobre o assunto:

> A representação bidimensional em fotografia, em pintura o nas artes gráficas e a música se encontram sujeitas a limites específicos e, por isso, captam só parcialmente a multidão de sensações que evoca a arquitetura. Embora a potência emocional do cinema é irrefutável, só a arquitetura pode despertar simultaneamente todos os sentidos, todas as complexidades da percepção. (FRACALOSSI, 2012, p.2)

Com isso, entende-se que o despertar simultâneo dos sentidos se dá pela forma com que a arquitetura capta as percepções sensoriais. Esta percepção ocorre por meio dos sentidos, ou seja, por meio do corpo que se faz presente na construção do espaço.

ISSN 2178-9428

Um elemento precisa do outro para que ocorra o despertar desse fenômeno, a arquitetura por si só não é sentida, e o usuário sem instigações não pode sentir. Desta forma, o embasamento conceitual propõe que a arquitetura conduza o usuário em uma dança de trocas com o espaço, evocando uma experiência de sensibilização da perspectiva do indivíduo que pode ser despertada pela arquitetura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das principais indagações deste trabalho, tem-se a intenção de fomentar o setor cultural e criativo ao mesmo nível do atual desenvolvimento da cidade de Guarapuava. Surge assim a proposta de uma arquitetura que complemente os espaços já existentes e amplifique sua atratividade ao público criador e, desta forma, viabilize o fortalecimento do setor.

Ao pensar o uso do espaço de maneira mais abrangente e diversificada, incluindo todo o processo criativo (centro de criatividade), aprendizagem e exposições (centro de cultura), a arquitetura pretende potencializar não só este setor, mas também almeja desenvolver junto com o crescente número de jovens universitários e recém-formados e ainda trazer futuros benefícios para o município.

4 REFERÊNCIAS

FRACALOSSI, Igor. **Questões de Percepção:** Fenomenologia da arquitetura / Steven Holl. 05 de janeiro de 2012. ArchDaily, Brasil. ISSN 0719-8906. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/18907/questoes-de-percepcao-fenomenologia-da-arquitetura-steven-holl. Acesso em: 07 de abril de 2020.

IBGE. **Brasil / Paraná / Guarapuava**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama. Acesso em: 11 de abril de 2020.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. **A Natureza Cultural do Corpo**. In: Lições de Dança 3. SOTER, Silvia; PEREIRA, Roberto (org.): pág. 77-98. Editora UniverCidade, Rio de Janeiro, 2002.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. Lisboa: Edições 70, 1981.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

A IMPORTÂNCIA DO ALONGAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DA FLEXIBILIDADE DA COLUNA VERTEBRAL

SOUZA, Tais Andressa[267]
MARCONDES, Jonas M. R.[268]
SILVEIRA, Celiane Hipolito.[269]
EFING, Ricardo Germano.[270]

RESUMO: Muitos estudos mostram a importância da fisioterapia no alongamento para o ganho de flexibilidade de articulações e músculos, para melhoria na reabilitação e para ganho de facilidade para realizar os movimento do corpo. Este trabalho tem o objetivo de unir informações e estudos, para relacionar a importância da fisioterapia na utilização do alongamento para a manutenção da flexibilidade da coluna vertebral, e a melhora de sua mobilidade, nas atividades físicas e diárias.

Palavras-chaves:FLEXIBILIDADE. COLUNA VERTEBRAL. ALONGAMENTO. FISIOTERAPIA.

1 INTRODUÇÃO

A fisioterapia utiliza de exercícios de alongamento, o qual tem grande importância na manutenção da flexibilidade da coluna vertebral, pois, ele é utilizado na fisioterapia para o ganho de amplitude e facilitação de movimentos. Atualmente, tornou-se comum a falta de flexibilidade da coluna, pela forma de vida moderna e sedentária que a população vive, a fisioterapia é capacitada para criar programas de prevenção para essa população. Com isso, essa revisão busca trazer informações sobre como a fisioterapia pode usar o alongamento para ganho de movimento, e ajudar na manutenção da flexibilidade, juntamente com sua importância para a funcionalidade da coluna vertebral. Sendo que, a flexibilidade faz parte do ser humano, como algo natural, tanto como o próprio movimento. (MAYWORM. 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

[267] Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real
[268] Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real
[269] Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real
[270] Professor orienador

ISSN 2178-9428

Os tópicos a seguir demonstra os métodos e os resultados desenvolvidos até o momento do trabalho realizado.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada no trabalho, foi uma revisão bibliográfica, sendo a fonte de pesquisa artigos científicos, sites e livros acadêmicos, como: Scientific Electronic Library Online e biblioteca acadêmica. A seguir, destaca-se o resultado, as definições e conceitos sobre alongamento e flexibilidade, e como a fisioterapia utiliza o alongamento para o ganho e manutenção da flexibilidade da coluna vertebral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

4.1.1 Alongamento

Entende-se alongamento como uma força, que é aplicada nos tecidos moles, como os músculos, onde provoca sua extensibilidade, sendo realizados como forma de aumentar a flexibilidade e diminuir a incidências de contraturas (encurtamento dos tecidos moles). (Fernandes et al. 2002).

O alongamento é utilizado para o aumento da amplitude de movimento ou flexibilidade em algumas articulações, mesmo que não haja evidências científicas para comprovar que o alongamento diminui o risco de lesão e de dores musculares tardias, ele faz parte dos aquecimentos para um treino e ajuda nas habilidades funcionais praticadas diariamente, sendo muito recomendado para o aumento da flexibilidade e mobilidade, principalmente nas atividades diárias. (MAYWORM. 2016).

4.1.2 Flexibilidade

Em geral:

> A capacidade de mover uma única articulação ou uma série de articulações, de modo suave e com facilidade, ao longo de uma ADM (amplitude de

ISSN 2178-9428

> movimento), sem restrições e indolor. Ela está relacionada com a extensibilidade das unidades musculotendíneas que atravessam uma articulação, com base em sua habilidade de relaxar ou deformar e ceder a uma força de alongamento. (KISNER; COLBY. 2016. p.73) .

A flexibilidade tem grande relevância quando se trata na sua utilização na reabilitação de lesões. (ALTER, 1999), normalmente as lesões de músculos são causadas pela ultrapassagem da amplitude normal da articulação, é também um fator para aumentar a mobilidade articular e diminuir lesões futuras.

4.2 FISIOTERAPIA NA MANUTENÇÃO DA FLEXIBILIDADE DA COLUNA VERTEBRAL COM ALONGAMENTO

Uma das funções da fisioterapia é a reabilitação, sendo que nela há a busca da funcionalidade do indivíduo, para isso, necessita de uma ADM e flexibilidade o mais normais possível. Sendo assim, “os fisioterapeutas prescrevem exercício para tratar condições agudas e crônicas, e para maximizar a capacidade funcional de um indivíduo” (GLYNN, A. FIDDLER, H. 2010. p. vii), exercícios de alongamento podem ser usados pelos fisioterapeutas para aumentar a flexibilidade, tanto das articulações e músculos, quando da coluna vertebral. O alongamento da coluna vertebral tem como objetivo aumentar a flexibilidade da musculatura que a sustentam, além de evitar tensões e distensões musculares. Segundo Geoffroy (2001), os exercícios de alongamento possuem um papel preventivo importante, pois eles preparam a musculatura, favorecem a recuperação e permitem evitar os problemas musculares, articulares, tendinosos e circulatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos revisados, conclui-se que a fisioterapia utiliza o alongamento para produz muitos benefícios, como a melhora da postura corporal, ativação da circulação sanguínea, aumento da flexibilidade da musculatura, além de aliviar as tensões musculares. Além disso, a flexibilidade tem resultados positivos na reabilitação de lesões, fornecendo uma maior funcionalidade, aumentando a ADM, para a coluna vertebral, tanto nas atividades físicas como nas diárias. Dessa forma, o

ISSN 2178-9428

alongamento e flexibilidade são aliados, ou seja, com a realização regular de alongamentos, desde que realizados corretamente por um profissional, como consequência haverá um aumento na flexibilidade da coluna, como também de todo corpo. Ressalvando que este trabalho não tem como objetivo de indicar exercícios de alongamento, e sim de agrupar os determinados assuntos, fazendo com que haja conhecimento da importância do alongamento.

6 REFERÊNCIAS

ALTER, M. J. **Ciência da flexibilidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GEOFFROY, Cristophe. ***Alongamento para todos***. 1ª ed. Barueri, SP: Manole, 2001.

GLYNN, A. FIDDLER, H. **Guia do exercício, Avaliação, prescrição e treinamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KISNER, C. COLBY, L. A. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Manole, 2016. ISBN: 9788520448762. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448762/cfi/105!/4/2@100:0.00. Acesso em: 22 set. 2020.

MAYWORM, S.H. **Cinesioterapia**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2016. ISBN: 978-85-5548-307-3. Disponível em: https://docero.com.br/doc/ne5eecx. Acesso em: 22 set 2020.

ISSN 2178-9428

TEORIA ANALÍTICA DO DELITO E AS INFLUÊNCIAS DAS TEORIAS DA CONDUTA

ANDRADE, Ana Paula Santos[271]
GONÇALVES, Hellen Chagas[272]
PAULO, Valéria[273]
ZAMPIER, Bruno[274]

RESUMO: A presente análise de caráter bibliográfico possui o objetivo de compreender o desenvolvimento da estrutura analítica do crime, com base na evolução histórica das teorias da conduta. A importância reside em entender como estruturou esse pensamento até atual configuração da composição do delito.

Palavras-chave: Teorias da conduta. Dolo. Culpa. Estrutura do crime.

1 INTRODUÇÃO

Quando estudamos os conceitos, princípios e normas aplicadas ao Direito Penal a primeira reflexão a ser levantada, diz respeito: O que é o crime? A partir da compreensão da teoria do crime, bem como das ramificações do conceito de crime em conceito formal, material e analítico, a pergunta sobre o que é crime vai se tornando entendível.

Essa presente análise destina não apenas em definir um conceito de crime e examinar os elementos / estrutura analítica do crime. Pretende- se, através de revisão bibliográfica entender como essa estrutura de crime se definiu no decorrer do pensamento dos sujeitos históricos. Lembrando que somos fruto de um momento vivido, em que questões levantadas em um dado tempo histórico influenciaram teorias para se chegar ao que atualmente estudamos sobre os elementos do crime - visão tripartida.

---

[271]Acadêmica do 4 º período do curso de Direito, turma A/ 2020 do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[272] Acadêmica do 4 º período do curso de Direito, turma A/ 2020 do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[273] Acadêmica do 4 º período do curso de Direito, turma A/ 2020 do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava – PR).
[274] Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (2009) e pós-graduação (Lato Sensu) em Direito Penal e Processo Penal pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Pós-graduado (Lato Sensu) em Pedagogia do Ensino Superior pelo Centro Universitário Campo Real. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador do Grupo de Estudos de Filosofia do Direito (Centro Universitário Campo Real) Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (OAB/Curitiba-PR) entre 2010 e 2012. Professor de Direito Penal e Filosofia do Direito no Centro Universitário Campo Real (Guarapuava-PR). Advogado.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Partindo do estudo de cada parte para um todo da estrutura analítica do crime, em que é dividido em fato típico, ilícito e culpável. Na parte do fato típico, especialmente na condutaque diz respeito, ao comportamento humano ação ou omissão destinada a um fim, que analisa o dolo e a culpa. Através do elemento da conduta presente no fato típico que existiram teorias que elencaram características para se pensar na estrutura do crime, dentre elas: Teoria causal da Ação ou Clássica, Teoria Neoclássica, Teoria Finalista e Teoria Funcionalista.

A Teoria Causal da Ação ou Clássica, segundo os estudos de BRANDÃO (2000) e ESTEFAM; GONÇALVES (2018), CAPEZ (2018), essa teoria do final do século XIX recebeu influências do positivismo e do Estado Formal de Direito, que consistia em colocar todo o saber no patamar das ciências naturais, inclusive o Direito. E a lei deveria ser cumprida sem discussão de seu conteúdo. Os representantes foram Franz Von Liszt, Gustav Radbruch e Ernest Beling. Segundo ESTEFAM; GONÇALVES (2018), o crime para os clássicos se apresentava estruturado em fato típico, antijurídico e culpável, sendo subdividido em aspectos objetivo: incluiria o fato jurídico e antijurídico, e subjetivo: a culpabilidade onde verificaria o dolo e a culpa.

O conceito de crime para a Teoria Clássica, como argumenta ESTEFAM; GONÇALVES (2018, p.447-448), apresenta duas modalidades teóricas: teoria causal ou naturalística da ação e teoria psicológica da culpabilidade. A primeira defende que a conduta/ ação é um movimento corporal voluntário provindo de um impulso cerebral que provoca mudanças no mundo real. Já a segunda: teoria psicológica da culpabilidade menciona que a culpabilidade através do dolo ou culpa, é que o liga o autor ao fato pelo vínculo psicológico. Essa modificação no mundo exterior (ação) com base na manifestação de vontade e nexo de causalidade que une a ação ao resultado (causa e efeito – forças físicas), e esse tal resultado devia ser previsto como crime em lei. (BRANDÃO, 2000, p.90); (CAPEZ, 2018, p. 249)

Nota-se que, a finalidade do agente (se agiu com dolo ou culpa) era analisada no terceiro elemento da estrutura do crime. Portanto, os clássicos negavam a responsabilidade penal objetiva, apontamentos salientados por ESTEFAM;

ISSN 2178-9428

GONÇALVES (2018, p.448-450), CAPEZ (2018, p.253) em que os clássicos conseguiam explicar a ação no sentido estrito como algo naturalístico, mas não os crimes de omissão. Sendo que a omissão seria um não agir, sem causa real e efetiva. Também, não havia análise se a ação foi consciente e voluntária. Já na questão do dolo ser analisado por último em uma conduta criminosa é dar mais primazia ao aspecto objetivo, dificultando em analisar a finalidade e a intenção do agente, isto é, o crime que esta tentando realizar.

Teoria Neoclássica ou Neokantista originou em meados de 1907 sobinfluências dos estudos filosóficos de Imamanuel Kant, sendo Edmund Mezger considerado o principal representante dessa teoria. Abrangendo os estudos de valores da realidade, da consciência e da vontade analisados juridicamente. (CAPEZ, 2018, p.253-254). Ressalta-se que os neoclássicos adotam a teoria Clássica em seus estudos, porém, apontando algumas modificações.

Para essa teoria a estrutura do crime se apresentaria na visão tripartite. O ponto de modificações seria na culpabilidade. Segundo ESTEFAM; GONÇALVES (2018, p. 456-457), o crime era um injusto culpável abrangia o fato típico (conduta, tipicidade, resultado e o nexo causal) e antijurídico somado a culpabilidade configuraria o crime. Já para os neoclássicos a culpabilidade iria abranger o dolo e culpa não somente como vínculo psicológico do agente, mas incluiria alguns elementos na culpabilidade como: a imputabilidade (apto responder pelo que crime praticado) e a exigibilidade da conduta (agir de outra maneira) diversa como aspectos psicológicos normativos e valorativos.

Outra inovação, como aponta ESTEFAM; GONÇALVES (2018) seria a necessidade do agente em conhecer a ilicitude, se tinha consciência e voluntariedade para composição do dolo. Para CAPEZ (2018) a inovação também residiu em entender que a vontade quem gera a ação, e não tendo conhecimento da ilicitude ao praticar o crime, portanto, não haveria dolo. As críticas feitas aos neoclássicos seriam no comportamento, a intenção do criminoso (mesmo problema com os clássicos) para verificar se poderia haver um injusto. No entanto, o injusto que está totalmente como aspecto objetivo para os neoclássicos impossibilitaria analisar a intenção pelo comportamento. Outra crítica seria no conhecimento da ilicitude, o sujeito criminoso alegaria em sua defesa que não tinha conhecimento que tal conduta era crime e

ISSN 2178-9428

poderia não responder pela prática, pois agiu sem dolo, apontamento de ESTEFAM; GONÇALVES (2018, p.459).

A Teoria Finalista (adotado pelo atual Código Penal) surgiu na metade do século XX, rompendo com os ideais do nazismo. Seu criador foi Hans Welzel. Para essa teoria, a conduta não deve ser pensada apenas como um movimento muscular e sem finalidade. Torna-se necessário, segundo CAPEZ (2018), analisar o comportamento humano aonde se encontra uma finalidade de sua ação (lícita ou punível), sua vontade de fazer, de chegar ao final, consciente desse fim. Portanto, a conduta e a finalidade estão interligadas, através do qual, pensar ação e julgar.

Salientado por BRANDÂO (2000), o crime na teoria finalista é verificado pela finalidade da ação, que primeiro se arquiteta no pensamento, o fim que se deseja os meios para realizar e quais as consequências desse ato. Segundo, seria ação no mundo concreto cogitados no pensamento e posto em sua prática. Com isso, os finalistas defendem que o dolo está na ação, sendo que a vontade dirige a um fim.

Segundo ESTEFAM; GONÇALVES (2018) os finalistas apontam algumas modificações na estrutura do crime, seguindo a divisão tripartite. A teoria finalista retira o dolo e a culpa da culpabilidade passa ao fato típico e adotam a teoria normativa pura da culpabilidade (toda ação possui uma finalidade). O dolo passa ser natural e a conduta é analisada pela própria conduta do sujeito. A culpabilidade deixa de ser subjetiva para ser normativa, pois contém valores a serem julgados.

Para os autores BRANDÃO (2000) e ESTEFAM; GONÇALVES, (2018), a respeito dos crimes culposos, os críticos defendem a punição a esses crimes, pois feriu o ordenamento jurídico, embora “o direito não reprova a finalidade do agente, mas reprova os meios que o agente elegeu para consecução de seus fins” (BRANDÃO, 2000, p.92)

A Teoria Funcionalista o crime é pensado através das funções do Direito Penal, não apenas pela conduta em si. Segundo CAPEZ (2018, p.276), os adeptos ClausRoxin e Grunther Jakobs apresentam algumas divergências a esse respeito. Para Roxin a finalidade do Direito Penal é proteger bens jurídicos denominado de funcionalismo teológico e para Jakobs seria a finalidade de proteger a própria norma penal (funcionalismo sistêmico), buscando a força e a credibilidade que possui o Direito Penal. Os funcionalistas aceitam a teoria finalista para o crime, porém,

ISSN 2178-9428

acrescentam na culpabilidade mais um elemento: satisfação de necessidades com medidas preventivas, sem aplicação de pena a um sujeito culpado por crime ínfimo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise efetuada conclui-se que o entendimento dessas teorias remete a contextos históricos e importantes avanços de pensamento sobre o delito. Por sua vez, o crime em sua parte conceitual varia em conformidade com o que é adotado para se chegar a uma definição. Ao qual, nos dias atuais prevalece à teoria finalista no ordenamento jurídico penal como consequência de lacunas e necessidade não supridas pelas demais. O elemento dolo e culpamigraram da culpabilidade para o fato típico defendido pelos finalistas que toda ação possui uma finalidade e a conduta é analisada pela própria conduta do sujeito.

4 REFERÊNCIAS

BRANDÂO, Cláudio. Teorias da conduta no direito penal. **Revista de Informação Legislativa**, 2000, Brasília, v 37, nº148, p.89-95, out/dez.2000. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/631/r14805.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 03 abr.2020.

CAPEZ, Fernando. Fato típico. In:____ **Curso de Direito Penal- Parte geral**. 22ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p.244-279.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Sistemas Penais. In: _____ **Direito Penal Esquematizado: parte geral.** 7.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 442-476.

ABORDAGEM DA DENGUE NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL

MOREIRA, Bruna Souza[275]
PACHECO, Eduarda Krebs[276]
MAZON, Mirella Lau[277]
FORNARI, Gheniffer[278]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A dengue no Brasil é considerada um problema de saúde pública devido à existência de diversas áreas endêmicas, favorecido pelo clima tropical. Objetiva-se, por meio do presente trabalho, realizar uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos e livros que contemple aspectos clínicos, diagnósticos, terapêuticos e profiláticos da doença. Conclui-se que o aumento das taxas de infecção, complicações e mortalidade dessa arbovirose tem relação com a carência no controle epidemiológico e nas ações preventivas de combate à dengue.

Palavras-chave: Dengue. Profilaxia. Manifestações clínicas. *Aedes aegypti*.

1. INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença infecciosa endêmica das regiões tropicais e subtropicais, que causa, periodicamente, surtos isolados ou epidemias de maior ou menor impacto em saúde pública. É caracterizada como uma arbovirose de acometimento multissistêmico causada por um Flavivírus, transmitida pela picada do mosquito hematófago contaminado do gênero *Aedes sp.,* mais comumente o *Aedes aegypt* (BRASIL, 2013).

Essa arbovirose pode ser causada por quatro sorotipos diferentes do vírus da dengue, e apresenta-se em sua forma clássica por febre e sintomas constitucionais, assim como, em forma mais grave, caracterizada por quadros hemorrágicos. Outras complicações, tais como desconforto respiratório devido a intenso derrame pleural, disfunção do miocárdio, sangramento intenso e falência múltipla dos órgãos, inclusive síndrome de desconforto respiratório agudo, falência hepática aguda e falência renal aguda podem representar risco de vida (BRASIL, 2013; BRASILEIRO FILHO, 2016; SINGHI et al., 2007).

O aumento de ocorrência dessa patologia tem se constituído em um crescente objeto de preocupação para a sociedade e para as autoridades de saúde, em razão das dificuldades enfrentadas para o controle das epidemias produzidas por

[275] Acadêmica do curso de Medicina, 4° Período, Centro Universitário Campo Real.
[276] Acadêmica do curso de Medicina, 4° Período, Centro Universitário Campo Real.
[277] Acadêmica do curso de Medicina, 4° Período, Centro Universitário Campo Real.
[278] Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

esse vírus, pelo aumento de regiões acometidas e pela necessidade de ampliação da capacidade dos serviços de saúde para atendimento aos indivíduos acometidos com formas graves (BARRETO & TEIXEIRA, 2008). Dessa forma, o presente estudo buscou, por meio de revisão bibliográfica, pontuar o manejo clínico preconizado pelo Sistema de Saúde Público no Brasil para os casos de dengue, abrangendo os aspectos diagnósticos, terapêuticos e profiláticos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Para a presente revisão bibliográfica foram analisados estudos observacionais retrospectivos ou estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura. Utilizou-se como metodologia a consulta nas bases de dados online SciELO e Google Acadêmico aplicando-se à pesquisa os termos “dengue”, “epidemiologia da dengue”, “*Aedes aegypti*”, “mosquito da dengue”, “dengue no Brasil”, “tratamento da dengue” para artigos científicos e publicações de revistas com alta relevância publicados na língua portuguesa, além de consultas na literatura disponibilizada pelo Governo Federal que abordaram sobre o assunto.

2.2 DISCUSSÃO

A dengue, afecção mais importante causada por arbovírus, tem característica sazonal, sendo comumente encontrada em regiões tropicais e subtropicais de clima quente, e predomina no verão, época na qual as condições de temperatura e umidade são mais favoráveis (BRASIL, 2013). Sendo assim, aliado a negligência de sua gravidade, mostram-se ascendentes as taxas de prevalência da dengue ao redor do mundo, fato evidenciado pela doença ter adquirido caráter endêmico em mais de 110 países, localizados na África, nas Américas, na Região Leste do Mediterrâneo, no Sudeste Asiático e no Pacífico Ocidental, abrangendo 40% da população global (FURTADO et al, 2019; SINGHI et al, 2007).

Mundialmente, existe uma estimativa que aponta para a ocorrência de cerca de 50 a 200 milhões de casos de dengue por ano, levando a um número

ISSN 2178-9428

aproximado de 20 mil mortes (FURTADO et al, 2019). No Brasil, estima-se que, somente no ano de 2020, 924.000 casos de dengue tenham sido notificados, com taxa de incidência de 439,8 casos por 100 mil habitantes (BRASIL, 2020).

A principal forma de transmissão da dengue, independente do sorotipo, é a picada do seu vetor, a fêmea dos mosquitos *Aedes aegypti, Aedes albopictus* e *Aedes polynesiensis* (TEIXEIRA et al, 1999). No Brasil, os registros apontam a espécie *Aedes aegypti* como única vetora de manutenção da dengue no país, muito embora o *Aedes albopictus* possa ser encontrado em território nacional (BRASIL, 2013).

A fêmea do mosquito *Aedes sp.* é contaminada com o vírus depois da hematofagia em um indivíduo contaminado durante a doença febril aguda, e após um período de 8 a 10 dias de incubação, o mosquito contaminado transmite a infecção através da picada injetando saliva contaminada na ferida de outra pessoa. Com isso, o período médio de incubação é de 4 a 7 dias, podendo ou não o indivíduo apresentar sintomas, dependendo da cepa do vírus, idade, estado imunológico e outros fatores, seguidos de viremia, associada ao surgimento repentino de febre e sintomas constitucionais que duram de 5 a 6 dias (SINGHI et al, 2007).

Com a entrada no organismo, o vírus replica-se nas células do sistema fagocitário, desencadeando processos inflamatórios (SINGHI et al, 2007). A partir daí, o quadro clínico tem início súbito com febre alta, cefaléia intensa, que pode originar dor retro-orbital e/ou holocraniana. Tipicamente, o paciente também relata mialgia intensa e generalizada e, algumas vezes, artralgias. O exantema característico surge por volta do terceiro ou quarto dia da doença, podendo ser encontrado em todo o corpo, comumente afetando as extremidades. Há, ainda, a manifestação de náuseas, vômitos e diarreia como os distúrbios do trato gastrointestinal (TGI) mais habituais, bem como prurido intenso durante a fase de remissão do exantema. (FURTADO et al, 2019).

Após essa fase inflamatória inicial, o paciente pode se recuperar ou avançar para a fase de extravasamento, conhecida como dengue hemorrágica, e apresentar os sinais de alarme, como dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, acumulação de líquidos, sangramento de mucosa (ou outra hemorragia), aumento progressivo no hematócrito e queda abrupta das plaquetas (FURTADO et al, 2019). O aumento de células infectadas resulta em maior liberação de mediadores químicos e ativação de outras células dendríticas, que acarretam em uma maior

ISSN 2178-9428

permeabilidade celular, extravasamento anormal de plasma, hipovolemia, choque, e alterações hemostáticas. E além disso, há evidências que mostram que as células endoteliais sofrem apoptose, levando à síndrome de extravasamento vascular generalizado (SINGHI et al, 2007).

Nessa fase, se o profissional da saúde não otimizar o tempo de atendimento e a sua conduta para com o indivíduo infectado, há grandes chances de que a afecção evolua para um quadro de pior prognóstico, o qual inclui as complicações supracitadas em adição a insuficiência cardíaca, síndrome da angústia respiratória (SARA), insuficiência hepática, acometimento do sistema nervoso central como a síndrome de Guillain-Barré, e em casos mais graves, levar o paciente ao óbito (BRASIL,2013).

O diagnóstico para a dengue, independente de seu sorotipo, é basicamente clínico, sofrendo interferências epidemiológicas significativas. Adicionado a isso, observam-se alguns achados no exame físico, o principal deles o teste de prova do laço positivo (BRASIL, 2013). Para a confirmação diagnóstica, levam-se em conta dois sinais clínicos e um resultado laboratorial, ou no mínimo o hematócrito elevado. Dentre os achados do hemograma, tem-se a hemoconcentração e plaquetopenia (SINGHI et al, 2007). Existem, ainda, outros exames complementares, exemplificados pela cultura, a qual busca o isolamento do agente causador para análise, e pela sorologia, técnica capaz de identificar a presença de anticorpos para o vírus da dengue (FURTADO et al, 2019).

Não há tratamento terapêutico específico para a dengue, constituindo-se, portanto, em uma abordagem farmacológica que objetiva a melhora dos sintomas. Em pacientes com suspeita de dengue, observa-se a presença de sinais de alarme. Na ausência destes, a patologia é classificada em A ou B, requerendo uma conduta de hidratação oral e acompanhamento ambulatorial. Já na presença dos sinais citados, pode-se estar diante de um quadro do tipo C ou D, aquele exigindo internação, aliada à hidratação intravenosa, e este, assistência em unidade de terapia intensiva (UTI) (BRASIL, 2013).

As medidas preventivas visam o combate ao mosquito transmissor por meio da eliminação dos focos de água parada, local de reprodução do vetor. Ademais, para a proteção individual da população é aconselhável o uso de repelentes, telas, mosquiteiros e roupas que evitem a exposição da pele durante o dia, por conta do

ISSN 2178-9428

hábito diurno do inseto. Somado a isso, faz-se necessário o controle epidemiológico, por meio da orientação da população, e da correta e completa notificação de casos suspeitos e de confirmados, a fim de direcionar as políticas públicas (BRASIL, 2013). Vacinas eficazes estão ainda sob estudo (FURTADO et al, 2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado na literatura, a dengue é uma doença febril aguda sistêmica de origem viral, com caráter emergente e prevalência considerável no Brasil. Apresenta altos índices de complicações e morbidade, fazendo-se necessária a intervenção médica precoce. Ainda há carência de maiores estudos sobre imunização, bem como, de controle epidemiológico, contribuindo com o aumento dos casos de infecção e dos índices de complicações e mortalidade. Evidencia-se, assim, a importância da multidisciplinaridade no contexto epidemiológico da dengue.

4. REFERÊNCIAS

BARRETO, M. L.; TEIXEIRA, M. G. Dengue no Brasil: situação epidemiológica e contribuições para uma agenda de pesquisa. **Estud. av.**, São Paulo , v. 22, n. 64, p. 53-72, Dec. 2008 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. **Dengue** : diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico:** Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo Aedes Aegypti (dengue, chikungunya e zika), semanas epidemiológicas 1 a 34, 2020 – vol. 51 – Brasília : Ministério da Saúde, Set 2020.

BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo - Patologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Gen, Guanabara Koogan, 2016.

FURTADO, Amanda N.R.; LIMA, Ana Sheila F.; OLIVEIRA, Anderson S.; et al. Dengue e seus avanços. **Rev. Bras. de Análises Clínicas.** Rio de Janeiro, v. 51, n.3, p.196-201, 2019.

SINGHI, S.; KISSOON, N.; BANSAL, A. Dengue e dengue hemorrágico: aspectos do manejo na unidade de terapia intensiva. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre , v. 83, n. 2, supl. p. S22-S35, Maio 2007.

TEIXEIRA, M. G.; BARRETO, M. L.; GUERRA, Z. Epidemiologia e medidas de prevenção do Dengue. **Inf. Epidemiol. Sus**, Brasília , v. 8, n. 4, p. 5-33, dez. 1999.

IMUNOTERAPIA APLICADA À NEOPLASIAS – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

OBAL, Simone Santana[279]
KREDENSER, Yasmim[280]
LENHARD-VIDAL, Adriane [281]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A imunoterapia é uma técnica que estimula o sistema imunológico a uma resposta a neoplasias. Ela pode ser de forma ativa, que estimula uma resposta imunológica contra tumores através de substâncias estimulantes e restauradoras da função (inespecífica) ou de aplicação de vacinas (específica), ou passiva, fornecendo agentes imunológicos externos. O objetivo deste estudo foi (por meio de uma revisão bibliográfica) abordar um conhecimento sobre a imunoterapia. O tratamento de imunoterapia torna-se atrativo aos pacientes devido aos poucos efeitos colaterais e sucesso na remissão do câncer, porém ainda o fator limitante para a sua aplicabilidade é o alto custo.

Palavras-chave: Imunoterapia aplicada no câncer. Imunidade tumoral. Câncer. Imunologia.

1 INTRODUÇÃO

A imunoterapia é uma técnica que se fundamenta no fenômeno da vigilância imunológica. Ela tem como objetivo estimular o sistema imunológico do paciente, melhorando sua resposta contra diversas enfermidades, incluindo neoplasias (FALÇONI JÚNIOR, 2020).

Os estudos envolvendo imunoterapia tem início no ano de 1891 com os experimentos do cirurgião William Coley. Ele percebeu que em pacientes com erisipela (infecção microbiana) houve uma significativa remissão espontânea do câncer. Ele então passou a utilizar uma mistura de bactérias vivas e atenuadas no tratamento desses pacientes. A vacinação contra a tuberculose (Bacillus Calmette-Guerin, BCG) mostrou resultados semelhantes (SCHUSTER, 2006).

Mais recentemente, no ano de 2018, os imunologistas James P. Allison e Tasuku Honjo ganharam o Prêmio Nobel de Medicina devido às suas pesquisas sobre imunoterapia. Allison estudou a proteína CTLA-4 presente nos linfócitos T e percebeu que esta funcionava como um regulador negativo para este tipo celular. Ele então realizou testes bloqueando a CTLA-4 em camundongos com câncer e verificou que a resposta imune dos linfócitos T aumentou, eliminando a neoplasia (INCA, 2018).

[279] Graduanda em Biomedicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[280] Graduanda em Biomedicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[281] Biomédica, Doutora em Patologia Experimental.

ISSN 2178-9428

Em 1992, Honjo descobriu a proteína PD-1, também expressa na superfície dos linfócitos T com a função de frear essas células assim como a CTLA-4, mas que funciona por um mecanismo diferente. O bloqueio desta proteína também se mostrou efetivo na luta contra o câncer. Em alguns testes houve remissão a longo prazo inclusive em casos de metástase, previamente considerados intratáveis (INCA, 2018).

A imunoterapia traz uma mudança de foco pois ao invés de destruir ou bloquear as células neoplásicas a partir da quimioterapia ou radioterapia, ela utiliza o sistema imune do próprio organismo como forma de proteção. Ela pode ser de forma ativa ou passiva, dependendo de cada situação (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2012)..

Considerando que o uso dessa terapia é recente, esse trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais aspectos da imunoterapia aplicada no tratamento do câncer.

2 DESENVOLVIMENTO

Essa é uma pesquisa descritiva, qualitativa realizada através de uma revisão bibliográfica. Foram utilizados artigos das plataformas PubMed, Scielo e Portal de Periódicos CAPES com as palavras-chave: imunoterapia aplicada no câncer, imunidade tumoral, câncer e imunologia.

As células do organismo humano podem sofrer mutações devido a diversas condições (fatores genéticos, exposição à radiação, envelhecimento). Naturalmente, as células de defesa do organismo têm a capacidade de eliminar essas células alteradas já no início, evitando a origem de neoplasias. Em alguns casos, essas células modificadas conseguem mudar sua carga genética ou desativar proteínas presentes nas células de defesa e passam despercebidas por elas (TORREZINI e ATHANAZIO, 2007).

A utilização de substâncias do sistema imune no tratamento do câncer foi apoiada devido à observação de que as células tumorais, ao serem transplantadas para um indivíduo geneticamente idêntico ao que as originou, não se multiplicavam. Elas eram destruídas pelo sistema imune do hospedeiro devido à expressão dos antígenos presentes nessas células (BAXTER, 2014).

Tanto a abordagem ativa quanto a passiva são utilizadas no tratamento do câncer e ambas podem ser específicas ou inespecíficas. A imunoterapia ativa específica é induzida por meio de substâncias, como as vacinas, que estimulam a

ISSN 2178-9428

resposta imune específica e duradoura dos antígenos tumorais, assim, regredindo o tumor. As vacinas aplicadas a imunoterapia têm como objetivo combater tumores metastático (aqueles já desenvolvidos) e compensar a deficiência do sistema imunológico sobre o câncer. As estratégias de vacinação terapêutica utilizadas para combater o câncer são por meio das células dendríticas geradas *in vitro* com base em monócitos sanguíneos de um paciente com tumor, as quais são pulsadas com antígenos tumorais. O processo ocorre pela incubação de antígenos tumorais ou modificação de genes em células dendríticas purificadas, estas então induzem o desenvolvimento das respostas das células B e T (ABBAS et al., 2012). A ativação específica pode ser adquirida por meio do uso das vacinas como a da hepatite B, vacina do papiloma vírus (HPV) humano. (ABDUB, 2013).

Enquanto a imunoterapia ativa inespecífica, utiliza-se de agentes imunológicos inespecíficos, como as citocinas, que estimulam ou potencializam a resposta imune por meio da proliferação de diferenciação dos linfócitos T e células NK, as quais intensificam a ativação de células dendríticas. Outras citocinas tem capacidade de induzir respostas inflamatórias inespecíficas, as quais podem apresentar atividade antitumoral (ABBAS et al., 2012; SHARMA et al., 2019).

A resposta imune não específica pode ser adquirida por meio da imunização com BacillusCalmette-Guerin (BCG), Corynebacteriumparvum, que ativam macrófagos para se tornarem tumoricidas, e outros imunomoduladores descritos no quadro 1 (ABDUB, 2013):

Quadro 1: Imunomoduladores.

Imunomoduladores	Tumores
BCG	Melanoma maligno Câncer superficial de bexiga
Interferon	Leucemia de células cabeludas Mieloma múltiplo, melanoma maligno Linfomas malignos e outras leucemias.
Interleucina -2	Melanoma maligno, sarcomas, carcinoma de cólons e reto, sarcoma de kaposi do portador de aids e adenocarcinoma de pulmão.
Fator de necrose tumoral	Melanoma maligno.
Levamisole	Melanomamalignoecarcinoma intestinal.
Corynebacteriumparvum	Câncer de pulmão, melanoma maligno.

Fonte: Controle do câncer: Uma proposta de integração ensino-serviço. 2ed. rev. atual – Rio de Janeiro: Pro-onco. 1993.

A imunoterapia passiva específica envolve a administração de um anticorpo contra um antígeno definido ou de um linfócito (exógeno) que reconhece os antígenos de uma célula maligna em especial. Já a inespecífica tem como objetivo acionar o

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

sistema imunológico como um todo conta uma enfermidade (BAXTER, 2014). Alguns dos anticorpos monoclonais utilizados são Herceptina, Ipilimumab e o Nivolumab.

A Herceptina é um anticorpo monoclonal anti-HER2/Neu que interfere na sinalização de crescimento do tumor, sendo muito utilizado no tratamento do câncer de mama quando há uma alta expressão da molécula HER2/Neu (ABDUB, 2013).

O Ipilimumab é um anticorpo monoclonal contra a proteína CTLA-4. Essa proteína age bloqueando a ação dos linfócitos T sobre as células cancerígenas. Esse anticorpo impede a ação da CTLA-4 fazendo com que haja uma resposta maior contra os tumores, principalmente em pacientes com melanoma metastático (HENRIQUES, 2018).

A proteína PD-1 é expressa na superfície dos linfócitos T e atenua a resposta imune destas células quando são expostas a uma quantidade exacerbada de antígenos, impedindo também que os linfócitos T ataquem células do próprio corpo. O Nivolumab impede a ação da PD-1, restaurando a imunidade tumoral (SILVA, 2016). É um tratamento indicado para o tratamento de: Linfoma de Hodgkin, câncer de pulmão de células não pequenas (NSCLC), melanoma avançado, carcinoma de células renais, carcinoma de células escamosas de cabeça e pescoço e carcinoma urotelial (SILVESTRINI; SANTOS, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imunoterapia tem a capacidade de manipular o sistema imunológico no combate ao câncer por meio de diferentes abordagens terapêuticas (imunoterapia ativa e passiva), com resultados promissores em relação a remissão tumor. Ela possui poucos efeitos colaterais comparada aos tratamentos mais convencionais como a quimioterapia e radioterapia, tornando esse tratamento mais atrativo ao paciente (OLIVEIRA e GOMIDE, 2020). O fator limitante da imunoterapia está no alto custo dos medicamentos anticancerígenos, assim dificultando a aplicabilidade do tratamento (KALIKS, 2016).

4 REFERÊNCIAS

ABBAS, Abul K., LICHTMAN, Andrew H. e PILLAI, Shiv. 2012. **Imunologia Celular e Molecular.** 7. ed. Rio de Janeiro. Elsevier.

ISSN 2178-9428

ABDUB, G. **Imunologia De Tumores**. 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/HELIOJOSEMONTASSIER/ed-14-imunologia-de-tumores.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2020.

BAXTER, David. Active and passive immunization for cancer. **Landes Bioscience**, Austin, v. 10, n. 7, p. 2123-2129, jul. 2014.

BRASIL. INCA. Ciência**:** imunidade a toda prova. **Rede Câncer**. v. 42, n. 1, p. 5-7, nov. 2018.

Controle do câncer: Uma proposta de integração ensino-serviço. 2 ed. **rev. atual** – Rio de Janeiro: Pro-onco. 1993

FALÇONI JÚNIOR, Aldren Thomazini et al. Imunoterapia. **Revista de Medicina**, v. 99, n. 2, p. 148-155, 23 abr. 2020.

HENRIQUES, Vivian Saccomano. **Uso do ipilimumabe em pacientes com melanoma metastático**. 2018. 24 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pesquisa Clínica, UNESP, Botucatu.

KALIKS, Rafael Aliosha. Avanços em oncologia para o não oncologista. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 14, n. 2, p. 294-299, Jun 2016.

OLIVEIRA, Beatriz Almeida; GOMIDE, Ligia Maria Micai. IMUNOTERAPIA NO TRATAMENTO DO CÂNCER. **Revista InterSaúde**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 89-100, abr. 2020. ISSN 2674-869X. Disponível em: <http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_intersaude/article/view/131>. Acesso em: 22 set 2020.

SCHUSTER, Manfred et al. Immunotherapy cancer. **Biotechnology Journal**. 7 Feb 2006. 147p.

SHARMA, P. Novel cancer immunotherapy agents with survival benefit: recent successes and next steps. **Nat Rev Cancer**. v. 11, n. 11, p. 805-812, 2012. Disponível em: < https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3426440/>. Acesso em 13 Set. 2020.

SILVA, Sónia Raquel Mota. **Anti-PD1**: uma nova estratégia de imunoterapia. 2016. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Farmacêuticas, Universidade de Coimbra, Coimbra.

SILVESTRINI, Anderson Arantes e SANTOS, Lucianno Henrique Pereira dos. Imunoterapia. In: **Diretrizes Oncológicas**. 2. ed. 2018. Cap. 39. p. 619-638.

TORREZINI, Thaissa; ATHANAZIO, Daniel Abensur. Imunovigilância e Imunoedição de Neoplasias: implicações clínicas e potencial terapêutico. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 63-77, 29 maio 2007.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

TAXA DE MORTALIDADE DO CÂNCER DE MAMA NO PARANÁ

CAMARGO, Flávia Eduarda[282]
TAQUES, Guilherme Ribas[283]

RESUMO: A neoplasia mamária foi a principal causa de óbitos por neoplasia entre os anos de 2014-2018. Os objetivos desse estudo são quantificar a taxa de mortalidade e a principal faixa etária de óbitos nas cidades paranaenses em 2018. É um estudo transversal ecológico quantitativo com base em dados do DATASUS e IBGE. A maior mortalidade (por 100.000 habitantes) ocorreu em Castro e a menor em Colombo. Os óbitos ocorreram principalmente entre 60-69 anos. Conclui-se que esse é um problema de saúde pública, com alta mortalidade feminina. Sendo necessário estudos sobre a estrutura de saúde e perfil genético nesses municípios.

Palavras-chave: Câncer de mama. Mortalidade. Incidência.

1 INTRODUÇÃO

A neoplasia mamária é a mais frequente entre as mulheres, excluindo pele não melanoma e apresentam grande mortalidade, com cerca de 13,84 óbitos/100.000 mulheres em 2018 e principal causa de óbito por câncer entre 2014-2018 no Brasil (INCA, 2020).

Para dimensionar a quantidade de óbitos é usado a taxa de mortalidade, que é calculada com números de óbitos pela neoplasia divididos pela população total e multiplicada por 100.000. Ela é um indicador do impacto na saúde pública e das pessoas que apresentam essa neoplasia, além de expressar as condições de assistência a estes pacientes. (REDE,2008).

O prognóstico dos pacientes depende de vários fatores como tipo do tumor, seu tamanho e estadiamento, (FREITAS JUNIOR et al., 2017). Um dos fatores que influenciam é a idade, com maior óbito entre as pacientes mais idosas, principalmente as de 70 anos, devido a maior associação com comorbidades, sendo menor em pacientes com menos idade, apesar de pacientes jovens apresentarem tipos mais agressivos de câncer, piorando o prognostico delas (BELABRAN et al.,2015).

Devido ao impacto do câncer de mama na vida da população, este estudo tem como objetivo a determinação da taxa de mortalidade nas principais cidades paranaenses, principalmente da cidade de Guarapuava, além da faixa etária com maior mortalidade. Os dados serão obtidos no DATASUS e no IBGE para ao ano de 2018.

[282] Acadêmica, Curso de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[283] Doutor, Professor e Coordenador do curso de medicina do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo transversal ecológico exploratório de caráter quantitativo. Foram analisados dados referentes a taxa de mortalidade e faixa etária com maior porcentagem de óbitos em cada cidade.

As cidades foram escolhidas com base na população e maiores números de óbitos por câncer de mama e estão listadas na figura 1. Foi calculada a taxa de mortalidade com base nos dados brutos do DATASUS para os óbitos e IBGE para o total das populações para essas cidades, o estado do Paraná e o Brasil, incluindo a populações masculinas e femininas no cálculo.

Figura 1: Taxa de mortalidade em pacientes com câncer de mama em cidades do Paraná por 100000 habitantes em 2018

A taxa de mortalidade do estado do Paraná foi de 9,02, sendo maior que a nacional de 8,51 mortes/ 100.000 habitantes. Esse aumento pode ser explicado devido a região sul ter maior expectativa de vida, uma vez que a incidência e a mortalidade do câncer de mama aumentam com a idade. Além da diminuição da taxa de fecundidade desta população, aumenta a incidência de neoplasias mamárias. A exposição a outros fatores de risco e características genéticas desta população, também podem influenciar nessas taxas (COUTO et al.,2017).

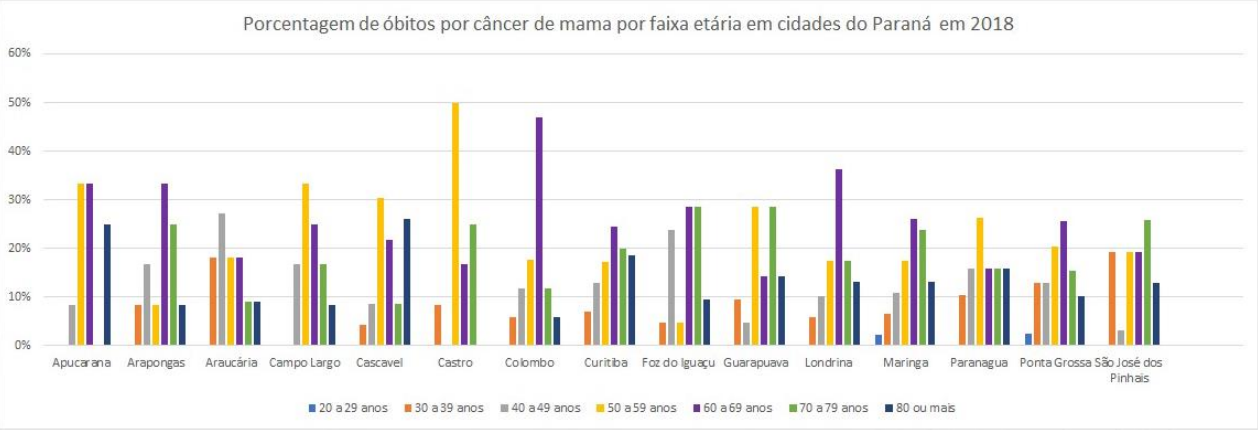
ISSN 2178-9428

Dentre as principais cidades paranaenses, a com maior taxa foi Castro, com 16,8 e as menores taxas foram em Colombo e Cascavel, com 7,05 e 7,08 mortes/100.000 habitantes, respectivamente. Estas diferenças nas taxas de mortalidade, podem estar associadas e características locais de assistência a saúde, com também perfil genético da população de cada localidade.

A cidade de Guarapuava apresentou taxa de mortalidade de 11,64, maior que a taxa do estado, porém semelhante a de Curitiba 11,26 mortes/100.000 habitantes.

Além da taxa de mortalidade, foi analisado as diferentes faixas etárias em que ocorrem esses óbitos, segundo cada cidade no ano de 2018, como demonstrado na figura 2.

Figura 2: Porcentagem de óbitos por câncer de mama por faixa etária em cidades do Paraná em 2018.



A faixa etária com maior número de óbitos é acima dos 50 anos de idade, com predomínio entre 60-69 anos, em concordâncias com o enc ontrado por um estudo em hospitais do sul do Brasil, em que o resultado é acima de 50 anos (PANIS et al., 2018). O que chama a atenção é que em muitas cidades encontramos óbitos em população abaixo dos 40 anos, por vezes abaixo dos 30 anos. O que demonstra um caráter genético em alguns casos de câncer de mama. Assim, sendo um desafio o diagnóstico precoce destes casos, uma vez que o protocolo de rastreio de câncer de mama do Ministério da Saúde do Brasil, preconiza exames de mamografia a partir dos 45 anos de idade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

Este estudo demonstrou que a taxa de mortalidade no Paraná e principalmente em algumas cidades, como Castro, continuam elevadas. Assim, sendo necessário novos estudos avaliando estrutura de saúde do estado e dos municípios e características socioculturais e genéticas da população de cada cidade. O município de Guarapuava mantém índices de mortalidade parecidos com a capital Curitiba, entretanto está acima da taxa estadual e nacional, ou seja , o câncer de mama é um problema de saúde pública necessitando, de esforços para entender o processo de carcinogenese na população do estado do paraná e diagnóstico precoce, para diminuir as taxas de mortalidade.

1 REFERÊNCIAS

BALABRAM, Débora; TURRA, Cassio M.; GOBBI, **Helenice. Association between age and survival in a cohort of Brazilian patients with operable breast cancer.** Cad.

COUTO, Maria Silvia de Azevedo et al. “Comportamento da mortalidade por câncer de mama nos municípios brasileiros e fatores associados”. **Revista panamericana de salud publica**. vol. 41 e168. 5 Dec. 2017, doi:10.26633/RPSP.2017.168

FREITAS JUNIOR, Ruffo de et al. Fatores prognósticos do câncer de mama e sobrevida global em cinco e dez anos na cidade de Goiânia, Brasil: estudo de base populacional. **Rev. Col. Bras. Cir.,** Rio de Janeiro, v. 44, n. 5, p. 435-443, Oct. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Estimativas de populações dos municípios para 2018.** Estatisticas sociais, 2018.

INCA. Instituto nacional do câncer. Conceito e magnitude do câncer de mama.2020. disponível em<https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/conceito-e-magnitude>.

PANIS C, Kawasaki AC, Pascotto CR, Justina EY, Vicentini GE, Lucio LC, et al. **Revisão crítica da mortalidade por câncer usando registros hospitalares e anos potenciais de vida perdidos**. Einstein (São Paulo).2018;16(1):eAO4018.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 8, p. 1732-1742, Aug. 2015.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

LEI 13.846/2019 E O IMPACTO NO ÊXODO RURAL

LARA, Darlan[284]
Horst, Luiz Eduardo[285]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar a teoria voltada para lei 13.846 de 18 de junho de 2019, instituída no âmbito do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, que irá fomentar ainda mais o êxodo rural tendo em em vista da dificuldade que os trabalhadores rurais ainda enfrentam para comprovar a atividade rural, muitas vezes recorrendo ao judiciário. O objetivo deste estudo é elucidar que esse tipo de política pública ao invés de garantir a redução de vícios nos processos administrativos acaba por criando outras despesas o que acaba sendo desvio de finalidade da lei em questão.

Palavras-chave: aposentadoria, êxodo rural, trabalhador rural, política pública.

1 INTRODUÇÃO

O Governo Federal instituiu sob Medida Provisória nº 871 de 18 de janeiro de 2019 o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade e outras medidas voltadas à análise de benefícios (BRASIL, 2019). Essa Medida Provisória foi sancionada pela Lei 13.846 em 18 de junho de 2019.

Essa lei fica instituída no âmbito do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Diante da grande demanda de processos administrativos na fila de análise de benefício da autarquia previdenciária onde segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social de 2018, o número de processos em análise totalizavam em 665.345 (seiscentos e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e cinco) em todo o território nacional (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2018).

O seguinte estudo busca apresentar os principais aspectos que podem impactar no êxodo rural, onde os estudos realizados são de extrema importância, tendo em vista que são fatores decisivos para a tomada de decisões sobre a continuidade da atividade rural em regime de economia familiar.

[284] Acadêmico do curso de Direito, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[285] Orientador, Mestre em História pela Unicentro, Professor do colegiado de Direito e Psicologia, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Sendo uma Medida que busca agilizar a análise de processos administrativos acaba por deixar de almejar à garantia dos direitos do beneficiário uma vez que a mesma no ano de 2019 indeferiu 261 mil aposentadorias de trabalhadores rurais. "Em 2019, o número de aposentadorias rurais negadas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) subiu 31% em relação a 2018. Foram 261 mil vetos no ano passado, ante 199 mil de 2018". (SIBAHI, 2020)

Os indeferimentos ocorrem em vista do não reconhecimento da atividade de labor rural. Uma vez que os Analistas do Seguro Social e Técnicos do Seguro Social da Carreira do Seguro Social fazem análise de pedidos com indícios de irregularidades e recebem uma bonificação prevista no Art. 4º da Lei 13.846/19. Criando assim um interessado no processo, além do próprio beneficiário.

Esse tipo de política pública acaba por fomentar ainda mais a mão de obra sucessora do regime de economia familiar a buscar oportunidades onde há reconhecimento e uma estabilidade financeira, tendo em vista que o mesmo não encontrará dificuldade em comprovar a atividade no labor urbano uma vez que a mesma possui mecanismos regulatórios."Como pode ser verificado no decorrer deste trabalho o forte impacto que influencia o êxodo rural é a busca de estabilidade financeira e educação como meio". (RODRIGUES et al, 2020, p.736).

Essa situação pode gerar retrocesso, uma vez que é descontinuada a mão de obra de produção do regime de economia familiar para ingressar no âmbito urbano visando uma estabilidade financeira, o mesmo se depara com a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e com as particularidades do ambiente urbano. Segundo RODRIGUES et al.(2020, p.731) "Além do aumento da violência, não só nos grandes centros, mas em todo o país de uma forma geral, isso é o resultado de um desequilíbrio demográfico causado principalmente pela evasão do campo[...]".

É de grande importância que haja políticas públicas para fomentar a permanência dos trabalhadores rurais e técnicas mais assertivas no que se refere ao reconhecimento do labor rural. Evitando assim: o abandono dos direitos previdenciário dos trabalhadores rurais, a sobrecarga do judiciário, os custos processuais e a desvalorização do trabalhador rural.

ISSN 2178-9428

> [...]há o que se falar nos gastos desnecessários que ocorrem quando os trabalhadores rurais se deparam com a negativa vinda do Instituto Nacional do Seguro Social, magistrados, membros do Ministério Público são disponibilizados para processos que chegam a via judicial por erro do órgão administrativo que recebeu a demanda anteriormente, isso prejudica o segurado que lidará com a demora e também o judiciário, pois gera um acúmulo de processos, este acúmulo prejudica o cumprimento do princípio da celeridade processual, não solucionando rapidamente os litígios. (SINIS, 2019, p.18).

Essa tentativa de evitar possíveis fraudes, só ocasionou maior congestionamento na análise de processos e produziu o efeito a curto prazo desejado, que fora a negativa a 260 mil trabalhadores rurais em 2019. Porém, a longo prazo esse efeito mostra o quanto esse tipo de política enfraquece não somente o trabalhador rural, mas também a autarquia previdenciária.

Sendo que de um lado os processos indeferidos pela análise por uma segunda parte interessada no processo, caracterizado como o Analistas do Seguro Social ou Técnicos do Seguro Social da Carreira do Seguro Social, gera uma receita ao servidor por um processo que há indícios ainda que pequenos de irregularidade. E outro lado o reconhecimento por parte do poder judiciário sobre o labor do trabalhador rural. Além dos valores atrasados que serão pagos, a lei 13.846/2019 gera uma despesa desnecessária, sendo R$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) por processo indeferido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação exposta, é notório que o impacto que a Lei 13.846/19 não será financeiramente significativo, mas irá gerar uma redução significativa da atividade rural do regime de economia familiar, pois os principais aspectos que incidem sobre o trabalhador rural é a busca por melhores condições de vidas essas frutos de uma estabilidade financeira.

A percepção da realidade e da dificuldade de comprovação do período rural para fins de aposentadoria acaba por desmotivar a mão de obra sucessora na continuidade do exercício de atividade rural em regime de economia familiar, visando ingressar em um regime que possua mecanismos regulatórios mais assertivos, consequentemente gerando o êxodo rural.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

IMPRENSA NACIONAL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 18 DE JANEIRO DE 2019**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59850540/do1e-2019-01-18-medida-provisoria-n-871-de-18-de-janeiro-de-2019-59850520. Acesso em: 2 jun. 2020.

PLANALTO. **LEI Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13846.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

REPÓRTER BRASIL. **Governo nega aposentadoria a 260 mil trabalhadores rurais em 2019, recorde da década?**. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2020/03/governo-nega-aposentadoria-a-260-mil-trabalhadores-rurais-em-2019-recorde-da-decada%EF%BB%BF/. Acesso em: 2 jun. 2020.

RODRIGUES, M. T. D. A. *et al*. Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivencia em meio rural. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 5, n. 2, p. 729-738, abr./2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO. **BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/02/beps18.12.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

SINIS, Nickolly Eduarda. A JUDICIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2020.

SUPLEMENTAÇÃO DE PROGESTERONA PÓS INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

ROSA, Caroline Bordignon[286]
ALVES, Paola Marcondes[287]
PASE, Diego Sinigaglia [288]
TORTORELLA, Rodrigo Dorneles[289]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A eficiência na reprodução nos dias atuais tem grande importância para o sucesso dentro de um plantel. Muitos fatores prejudicam a fixação da gestação em bovinos, sendo a reabsorção embrionária uma das maiores causas de problemas reprodutivas. A suplementação com progesterona exógena vem se mostrando muito eficaz na fixação e manutenção do feto, propiciando um melhor ambiente no útero e com isso uma maior garantia do aumento da taxa conceptiva.

Palavras-chave: Eficiência reprodutiva. Embrião. Gestação. Progesterona. Inseminação artificial.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um dos maiores rebanhos de bovinos do mundo, se destacando tanto na produtividade de leite quanto na de carne (IBGE, 2017). Para uma produção eficiente, a espécie bovina necessita de um bom desempenho reprodutivo, desta forma, os índices zootécnicos são de extrema importância, pois direcionam técnicos e produtores a obterem resultados satisfatórios (TORRES et al., 2009).

Inúmeras biotecnologias vieram a incrementar os índices de reprodução no rebanho brasileiro, sendo um deles a Inseminação Artificial (IA) (SALISTRE, 2008).

Umas das principais dificuldades são a detecção do estro e a separação dos animais, dessa forma, principalmente quando falamos de bovinos de corte a inseminação artificial apresenta-se com uma baixa taxa de eficiência. (MACHADO, 2008).

Desse modo, a Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF), diferencia-se de maneira positiva pelo fato da não necessidade da observação do cio, induzindo a ciclicidade, aumentando a taxa de prolificidade, tendo como consequência uma maior taxa de natalidade, diminuindo o intervalo entre partos (TECNOPEC, 2008).

[286] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[287] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, 8º período, do Centro Universitário Campo Real
[288] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, 8º período, do Centro Universitário Campo Real
[289] Orientador, docente do Curso de Medicina Veterinária, do Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

Em contrapartida alguns fatores são cruciais para o sucesso no desempenho da IATF, dentre eles, a seleção de vacas aptas, escore corporal adequado, manejo nutricional, utilização do protocolo ideal, entre outros (SALISTRE, 2008).

O sucesso na gestação depende de muitos fatores, principalmente que o crescimento do embrião ocorra de maneira correta (LONERGAN, 2011). Um dos hormônios usados como suplementação após a Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF), é a progesterona, a qual se mostra eficiente na diminuição de reabsorção embrionária, aumentando os números de gestação (MARQUES et al., 2012).

O objetivo do presente trabalho, foi elucidar o uso da suplementação de progesterona após a Inseminação Artificial em Tempo Fixo, mostrando-se eficiente no aumento da taxa de prenhez.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

As informações obtidas consistiram de uma revisão bibliográfica, realizada durante o mês de setembro de 2019. A pesquisa foi efetuada a partir de consultas em livros e periódicos presente na Biblioteca Professor Luiz Alberto Machado, do Centro Universitário Campo Real, bem como a partir de artigos científicos obtidos através de busca nos bancos de dados, tais como: Scielo e Google Acadêmico.

2.2 DISCUSSÃO

A progesterona (P4) é um hormônio derivado do colesterol, sendo sintetizado pelo corpo lúteo, presente no ovário, pela placenta e pelo córtex da adrenal. Além de possuir seus efeitos hormonais, a P4 também desempenha função iniciadora de estrogênios, androgênios e esteroides do córtex da glândula adrenal (HAFEZ; HAFEZ, 2004).

Este hormônio está envolvido no processo de ovulação, estabelecimento e manutenção da prenhez. Atua em cooperação com o estrógeno (E2), exercendo várias funções, como o crescimento e secreção das glândulas endometriais e oviduto, além do fornecimento de nutrientes ao zigoto, para que o mesmo se desenvolva,

ISSN 2178-9428

fazendo sua implantação, inibindo as contrações uterinas no decorrer da gestação, e atuando no controle da secreção de glicoproteína hormonal (SWENSON; REECE, 1996).

Mann e Lamming (2006), verificaram que o aumento nos índices de prenhez ocorrem quando se eleva a P4 exógena na primeira semana depois a inseminação, não mostrando efeito nas semanas seguintes.

Bó et al. (2007), reforça que vacas quando suplementadas após a inseminação com progesterona, em até sete dias, obtiveram maiores índices de sobrevivência do embrião. Além disso, o suplemento de P4 somente poderá mostrar resultados quando a disponibilidade de progesterona está limitada no animal (BÓ et al., 2007).

Embora aconteça falhas durante a inseminação, o grande problema enfrentado na gestação de bovinos é a fase embrionária, na qual há probabilidade da ocorrência reabsorção do embrião, sendo uma das maiores causas de não fertilização após a técnica, contribuindo negativamente na eficiência reprodutiva do plantel, sejam eles, de corte ou de leite (HANSEN, 2002; PEREIRA et al., 2015).

Muitos fatores estão envolvidos para que se obtenha uma eficiência reprodutiva satisfatória. O estrógeno e a progesterona são os principais hormônios dentro da reprodução, sendo este último o principal envolvido na fixação e estabilidade da gestação (SWEENSON; REECE, 1996).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a suplementação com o uso de progesterona após a técnica de inseminação artificial é uma alternativa viável, a qual assegura maiores níveis de fixação da gestação, devido esse hormônio propiciar um melhor ambiente uterino para o desenvolvimento do embrião. Métodos para que ocorra a elevação do nível de progesterona no início do período lúteo têm sido uma ótima opção para criadores de bovinos, promovendo assim uma maior eficiência reprodutiva.

4 REFERÊNCIAS

ISSN 2178-9428

BÓ, G.A. et al. 2007. **Technologies for fixed-time artificial insemination and their influence on reproductive performance of Bos indicus cattle**, The Society for Reproduction and Fertility, 64, S223-S236.

HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. **Reprodução Animal**. 7. ed. São Paulo: Manole**.** 2004. p. 543.

HANSEN, P. J. Embryonic mortality in cattle from the embryo's perspective. **Journal Animal Science**, v. 80, p. 33-44, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2017. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf >. Acesso em: 16 set. 2020.

LONERGAN, P. Influence of progesterone on oocyte quality and embryo development in cows. **Theriogenology,** v. 76, n. 9, p. 1594-1601, 2011.

MACHADO, R. **Panorama da inseminação artificial em bovinos**. Documentos 84. Embrapa Pecuária Sudeste. São Carlos. 2008.

MARQUES, T.C. et al. **Efeito do incremento de progesterona pós-inseminação artificial em tempo fixo em vacas leiteiras não lactantes repetidoras de cio**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO DO CAMPUS RIO VERDE DO IF GOIANO, I, 2012, Rio Verde. Anais...Rio Verde: IF Goiano, 2012.

MANN, G.E., FRAY, M.D. LAMMING, G.E., 2006.Effects of time of progesterone supplementation on embryo development and interferon-τ production in the cow, **The VeterinaryJournal,** v. 171, p. 500-503.

PEREIRA, M. A. et al. Reconhecimento materno da gestação em animais de produção **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 1 p. 30-35, 2015.

SALISTRE, M. V. **IATF: a ferramenta ideal para o melhoramento genético do seu rebanho.** Disponível em: <www.angus.org.br/download/ download/?ID DOWNLOAD=114 >. Acesso em: 19 set 2020.

SWENSON, M. J.; REECE, W. O. **Dukes - Fisiologia dos animais domésticos.** 11° ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro: 1996, 902 p.

TECNOPEC**. Manual técnico sobre sincronização e inseminação artificial em tempo fixo (iatf) em bovinos (tecnopec**). Disponível em:<http://www.tecnopec.com.br/filearchive/453d3138d2a55ca7fddc0374988effc6.pdf >. Acesso em: 22 de set 2020.

TORRES, J. et al. Considerações técnicas e econômicas sobre reprodução assistida em gado de corte. **Revista Brasileira Reprodução Animal**, v. 33, n. 1, p. 53-58, 2009.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

PANORAMA DE PRODUTOS HOSPITALARES EM PERÍODO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DO PERFIL GUARAPUAVANO SOB A ÓTICA DO CONSUMO E DEMANDA

OLIVEIRA, Catislei Pereira da Silva[290]
BARONI, Suélen Alice[291]
ANTUNES, Vanessa Camargo[292]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[293]

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo analisar a demanda adicional e aumento de preços de insumos hospitalares no ano de 2020 gerada pela Covid-19. Para tanto, foi realizado uma pesquisa em três empresas de produtos hospitalares da cidade de Guarapuava, levantando quais os principais produtos vendidos, a quantidade vendida e os valores praticados no período entre janeiro e julho de 2020. Os resultados evidenciam uma situação crítica, em que, por conta da grande procura, houve falta no mercado e os valores tiveram uma alta considerável.

Palavras-chave: Pandemia. Aumento da demanda. Preços. Produtos hospitalares.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano sempre passou por momentos de conflitos e pandemias, que precisam de estratégias rápidas para que sejam contornadas ou pelo menos tratadas de forma que a população consiga se adaptar às novas mudanças que uma pandemia ou conflito possam causar.

Com a alta procura por produtos de prevenção ao vírus, empresários e comerciantes, bem como fornecedores desse tipo de mercado se viram acelerados precisando garantir estoque e trabalhar com a mudança de preço dos mesmos. Tendo em vista esse panorama, a pergunta norteadora de pesquisa pode ser tida como: Quais foram os produtos mais vendidos e como foi o consumo e distribuição dos mesmos?

Neste resumo será abordado o panorama da demanda e da oscilação de preço dos produtos hospitalares mais procurados, entre janeiro e julho de 2020, considerando como sujeitos de pesquisa 3 lojas de produtos para saúde localizadas no município de Guarapuava-PR.

2 DESENVOLVIMENTO

[290] Acadêmica de Administração, regularmente matriculado no 8º período, Centro Universitário Campo Real
[291] Acadêmica de Administração, regularmente matriculado no 8º período, Centro Universitário Campo Real
[292] Acadêmica de Administração, regularmente matriculado no 8º período, Centro Universitário Campo Real
[293] Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR)

ISSN 2178-9428

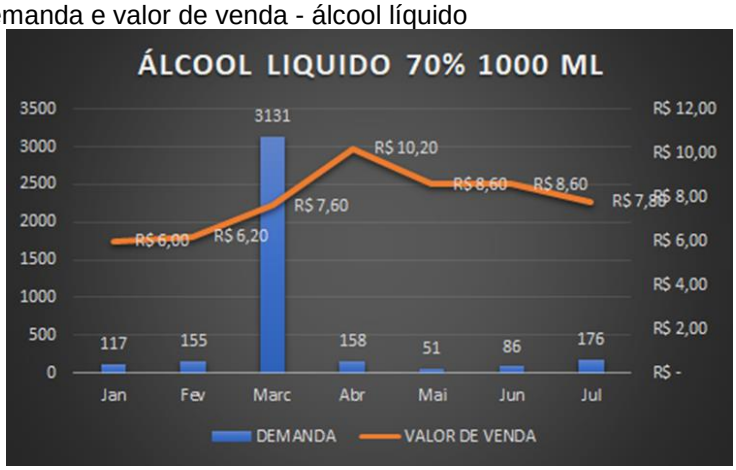
Pode-se observar dois cenários diferentes em relação a falta de materiais médicos no mercado, conforme Bertoni (2020). Nessa época de pandemia houve um aumento inesperado na demanda não só no Brasil, mas todo o mundo teve que recorrer a importação de insumos hospitalares.

A alta demanda de produtos e insumos hospitalares e o altíssimo aumento nos preços conforme Peduzzi (2020) na divulgação de um levantamento feito pela Fehoesp - Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo, foi identificado um aumento muito grande em relação aos preços praticados em alguns produtos especificamente mais usados no caso de prevenção ao COVID-19, segundo o levantamento em alguns itens o aumento foi de mais de 1000% em seus valores praticados entre os períodos de janeiro a março de 2020.

Conforme análise em três empresas de produtos para saúde de Guarapuava - PR, foi feito um levantamento do aumento na demanda e nos preços dos cinco produtos mais vendidos no período de janeiro a julho de 2020, sendo os produtos: álcool líquido 70% 1000 ML, álcool gel 70% de 500 g, máscara descartável, luva látex de procedimento, máscara PFF2 e touca descartável.

Abaixo, (Figura 1) verifica-se que a maior demanda do álcool líquido 70% de 1000 ML, foi em março de 2020, mês em que surgiram os primeiros casos da pandemia no Brasil. Também analisamos que o valor do produto teve um leve aumento em março, por ainda ter em estoques. A partir de abril, o aumento dos preços foi consideravelmente grande, partindo de R$ 6,00 em janeiro para R$10,20 nos meses de abril e maio.

Figura 1 - Demanda e valor de venda - álcool líquido

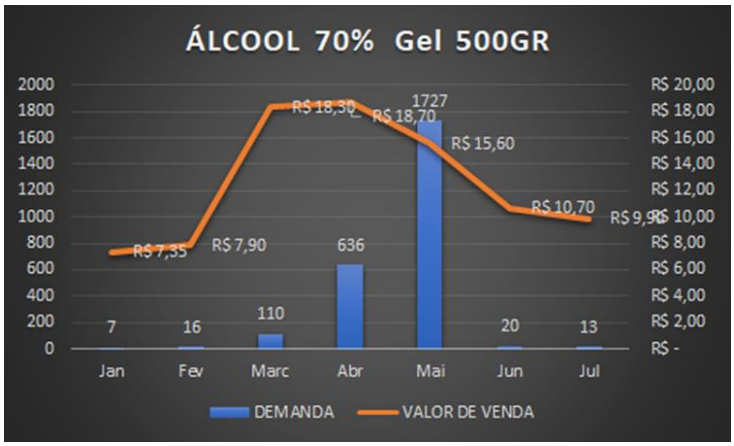


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

ISSN 2178-9428

Com base no gráfico abaixo, (Figura 2), observamos que o álcool em gel 70% teve sua maior demanda no mês de maio, isso porque nos meses anteriores houve uma grande falta do produto no mercado, sendo a partir de março, com a divulgação da ANVISA sobre a liberação da fabricação e a venda de produtos, como álcool em gel, sem autorização prévia, tendo assim o aumento de vendas.

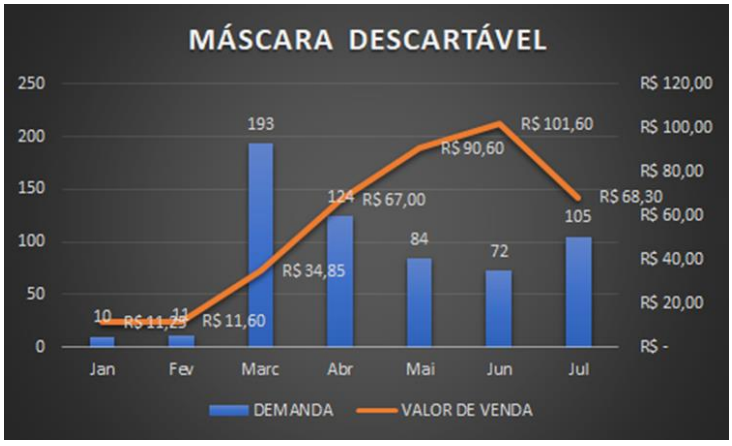
Figura 2 - Demanda e valor de venda - álcool 70%



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base no gráfico (Figura 3) podemos observar uma alta demanda na compra da máscara descartável no mês de março e abril, seguindo de uma baixa demanda por conta da falta do produto no mercado, devido a essa falta o valor foi aumentando gradativamente chegando a mais de 1000% do valor normalmente comercializado. Ainda analisamos que os preços começaram a cair no final do mês de junho.

Figura 3 - Demanda e valor de venda - máscara descartável

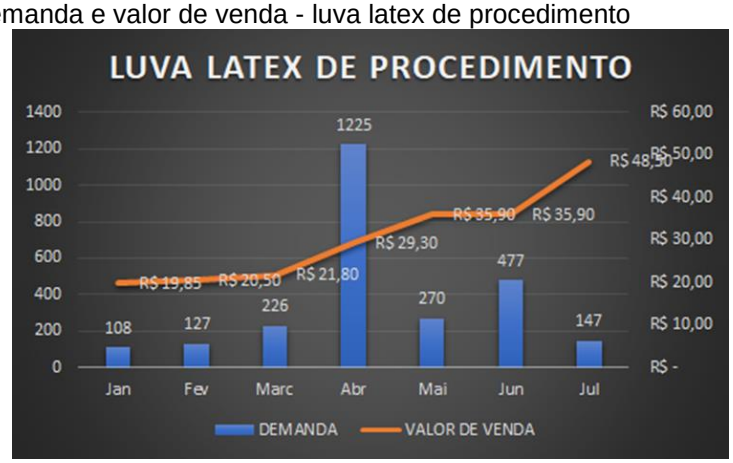


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

ISSN 2178-9428

O gráfico a seguir (Figura 4), nos mostra o aumento da demanda pela luva latex no mês de abril, nos seguintes meses vemos que a demanda caiu, os preços estão cada vez mais alto, devido esse produto ser importado.

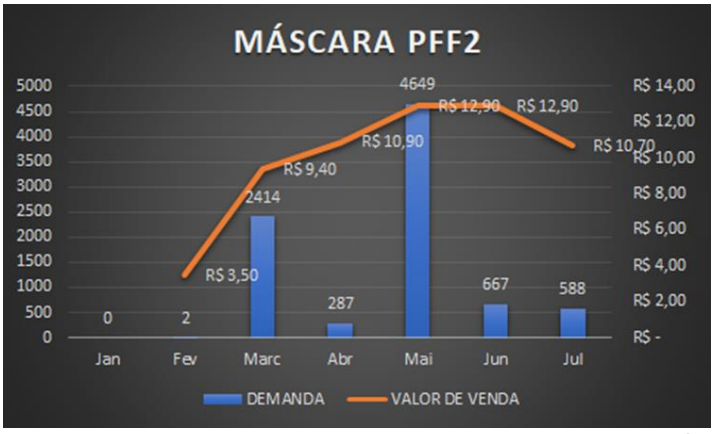
Figura 4 - Demanda e valor de venda - luva latex de procedimento



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base no gráfico (Figura 5), verificamos que nos meses de janeiro e fevereiro não houve demanda da máscara PFF2, por ser um produto que antes era usado em outras finalidades, no início do mês de março esse produto foi preconizado para a área da saúde, pois é uma máscara mais eficiente para a proteção do vírus (COVID-19). O aumento do preço cresceu conforme a sua demanda, partindo de R$3,50 no mês de fevereiro e chegando a R$12,90 em maio e junho de 2020.

Figura 5 - Demanda e valor de venda - máscara PFF2

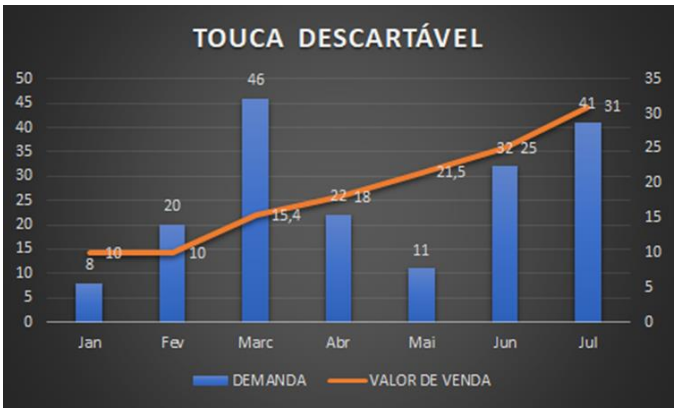


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao observarmos o gráfico (Figura 6), vemos o aumento da demanda da touca descartável no início da pandemia, onde as pessoas começaram a comprar exageradamente causando a falta no mercado. No mês de junho esse produto começou a normalizar no mercado aumentando novamente sua demanda.

ISSN 2178-9428

Figura 6 - Demanda e valor de venda - touca descartável



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base no que foi demonstrado, acima, podemos entender que quanto mais a procura por produtos, mais caro ele pode ficar, além de haver falta de matéria-prima, como ocorreu em meses de pandemia, e também atraso nas entregas por conta da lotação de pedidos para as fábricas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise, o resumo expandido possibilitou conhecermos os produtos mais procurados para a prevenção da pandemia, e a verificação do aumento do preço e demanda, concluindo que a alta procura e a elevação dos preços foi muito alta, principalmente nos meses de março e abril.

O resultado desta pesquisa, foi a análise dos gráficos em relação ao aumento da procura desses itens, o que nos mostra o quanto o Brasil possui uma dependência do exterior.

4 REFERÊNCIAS

BERTONI, Estêvão. **Por que a indústria hospitalar é tão dependente do exterior.** Nexo expresso. 27 de abr de 2020.

PEDUZZI, Pedro. **Insumos hospitalares registram aumentos acima de 1.000%.** Agência Brasil. Brasília. 20 jan 2020.

SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS E OS AGRAVANTES RELACIONADOS À PANDEMIA

TABALDI, Estéfani Cecatto [294]
MACEDO, Luana Ramos[295]
ROCHA, Hellen Carolinne[296]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir os agravantes que a pandemia de Corona Vírus (COVID-19) proporcionou a saúde mental, tendo como público alvo os acadêmicos do Centro Universitário Campo Real. Pois, todos estão vivenciando um momento extremamente estressor, aonde vão desde as atividades acadêmicas até a saúde pessoal de nossos familiares.

Palavras- chave: Psicologia. Pandemia. Saúde Mental. Acadêmicos. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A universidade atualmente é parte primordial para o desenvolvimento e aprimoramento profissional, ampliando as competências profissionais e pessoais (Bardagi, 2007). O que as pesquisas atuais indicam é que a população acadêmica está bastante vulnerável ao desenvolvimento de transtornos mentais como: depressão, ansiedade, estresse (Almeida, 2014; Bohr, 2007; Bayram & Bilgel, 2008; Eisenberg et al., 2007), as estatísticas apontam que 15 a 25% apresentaram algum transtorno ao longo de sua graduação (Junior, Braga, Marques, Silva, Vieira, Coelho, Gobira, & Regazzoni, 2015; Vasconcelos et al., 2015; Victoria et. al., 2013). Essa porcentagem aponta para o fato de que aspectos da vida acadêmico-carreira impactam diretamente na saúde mental.

Em 2020 vivenciamos uma pandemia mundial causada pela propagação do COVID-19, o primeiro caso ocorreu na China em dezembro de 2019, a rápida disseminação do vírus fez com que os especialistas confirmassem que estamos passando por uma pandemia mundial. As medidas que estão sendo tomadas para “achatarmos a curva” de aumento de casos são: isolamento de casos suspeitos, fechamento do comércio de forma parcial, escolas e universidades estão tendo suas

[294] Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[295] Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real
[296] Bacharel em Psicologia pela Pontifíca Universidade Católica do Paraná, especialista em psicopedagogia. Professora do Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

aulas suspensas, distanciamento social de grupos de risco (BROOKS et al 2020; FERGUSON et al.,2020).

2 SAÚDE MENTAL DIANTE DA PANDEMIA:

O foco neste momento é garantir a saúde física da população e por isso a saúde mental acaba por ser negligenciada ou subestimada (Ornell, Schuch, Sordi e Kessler, 2020), devemos levar em conta que a COVID-19 deixará inúmeros desdobramentos negativos e implicações psicológicas (ORNELL et al., 2020).

Alguns estudos realizados sugerem que o medo de ser contaminado pelo vírus está afetando o bem estar psicológico de muitas pessoas (Asmundson & Taylor, 2020; Carvalho et al., 2020). Os sintomas mais frequentes são: depressão, ansiedade e estresse.

Para (CASTILLO, 2000) ansiedade é um sentimento vago e desagradável de medo, geralmente acontece por tensão, que pode ser do presente como a antecipação de perigo sobre o futuro, isso pode ser de algo desconhecido ou estranho. A ansiedade compromete a rotina do indivíduo, impedindo o andamento das suas atividades, sejam elas profissionais sociais e particulares, tendo assim, um grau de sofrimento muito grande. (SKINNER, 1993).

Para Charleaux (2020):

> O impacto dessa pandemia é imensa e afeta a todos os seres humanos; alguns de forma muito intensa, principalmente os que são diretamente afetados pela perda de familiares ou amigos, além das pessoas que estão doentes e das pessoas que têm muito medo ou ansiedade em relação ao risco de se infectar.

3 SAÚDE MENTAL DO ACADÊMICO:

Na vida acadêmica, situações como a pandemia geram dificuldades, como a suspensão das aulas presenciais, de acordo com Maia e Dias (2020):

> Considerando que as alterações rápidas a que os estudantes universitários foram sujeitos, da suspensão das aulas ao decreto do estado de emergência, podem ter desencadeado dificuldades de adaptação e estados emocionais menos positivos, importa explorar as implicações psicológicas dessas circunstâncias.

ISSN 2178-9428

Foi realizado um questionário nomeado Nível de Saúde Mental dos Acadêmicos do Centro Universitário Campo Real formulado para o projeto de extensão continha sete questões com perguntas quantitativas e qualitativas. O questionário buscou analisar o nível de saúde mental dos acadêmicos referente a escolha do curso, e suas expectativas com relação a graduação, o questionário online foi respondido por estudantes da instituição dos cursos de administração, nutrição e psicologia.

Com as respostas realizadas foi possível levantar e analisar as seguintes questões: (1) As motivações que levaram este acadêmico em optar pela graduação, (2) Sentimentos e emoções vivenciados acerca da graduação, (3) Se o mesmo já buscou auxílio psicológico.

Ao analisar os dados obtidos podemos perceber que a maioria dos acadêmicos (85%) considera ter escolhido a graduação por conta própria. Outro dado levantado seria o fato de que menos de 40% dos estudantes relatam terem buscado auxílio psicológico, os resultados apontam que 63% dos acadêmicos conhecem o NAPP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico), no entanto, nenhum estudante relatou ter buscado o auxílio, ainda 36% relatou não conhecer o serviço, quanto aos seus sentimentos, emoções: motivação 12 alunos votaram até 10 e 10 alunos até 5. Sobre tristeza 7 alunos até 10, e 15 alunos até 5. Satisfação 10 alunos até 10 e 12 até 5. Estresse 13 alunos até 10 e 9 até 5. Quanto a ansiedade 13 alunos votaram até 10 e 9 até 5. O resultado nos faz refletir acerca de uma inacessibilidade do serviço aos acadêmicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa proporcionou uma análise de como o acadêmico universitário se sente em relação as suas emoções diante ao momento que estamos vivenciando: uma pandemia causada pelo corona vírus (covid- 19).

Os resultados sugerem que a pandemia provoca efeitos prejudiciais na saúde mental dos estudantes universitários, os efeitos da mesma podem prolongar-se, e é importante traçar estratégias de prevenção ou remediação. Com o cenário atual, o a intervenção imediata é a adaptação de estilos de vida saudáveis, à manutenção de redes sociais e apoio através das tecnologias de informação e

ISSN 2178-9428

comunicação. Com o término da quarentena será necessário aprofundar a discussão acerca desse tema e implementar programas de promoções sociais e emocionais para o público jovem, (universitários) como também, estratégias de remediação para episódios traumáticos decorrentes desta pandemia.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, LS, SOARES, APC, & FERREIRA, JA. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Avaliação Psicológica**, 2002, 1(2):81-93.

PEREIRA, A. & CARDOSO, F. (2015). Prevalence of suicidal ideation in a sample of Portuguese university population. Manuscrito submetido para publicação.

ARIÑO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicol. pesq.** vol.12 no.3 Juiz de Fora set./dez. 2018, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000300005&lng=pt&nrm=iso , acessado em 06 de março de 2020.

ASMUNDSON, G. J. G., & TAYLOR, S. (2020). Coronaphobia: fear and the 2019-nCoV outbreak. **Journal of Anxiety Disorders**, 70, 102-196. http://dx.doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102196

Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet,** 395(10227), 912-920. http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8 .

CHARLEAUX, João Paulo. **Luto, medo e ansiedade: o sofrimento psicológico na pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/site/noticia/luto-medo-e-ansiedade-o-sofrimento-psicologico-na-pandemia/>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

Ferguson, N., Laydon, D., Nedjati Gilani, G., Imai, N., Ainslie, K., Baguelin, M., ... Ghani, A. (2020). Report 9: **impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand**. http://dx.doi.org/10.25561/77482

JUNIOR, M. A. G. N., BRAGA, Y. A., MARQUES, T. G., SILVA, R. T., VIEIRA, S.D., COELHO, V. A. F., & GOBIRA, T. A. A. (2015). Depressão em estudantes de Medicina. **Revista Médica Minas Gerais**, 25(4), 562-567.

MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César**.** Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estud. psicol**. (Campinas), Campinas, v. 37, e200067, 2020. Disponível em:

ISSN 2178-9428

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100504&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de junho de 2020.

ORNELL, F., SCHUCH, J. B., SORDI, A. O., & KESSLER, F. H. P. (2020). “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry.** Retrieved from https://www.rbppsychiatry.org.br/details/943/en-US/-pandemic-fear--and-covid-19--mental-health-burden-and-strategies

CASTILLO, Ana Regina GL; RECONDO, Rogéria; ASBAHR, Fernando R; MANFRO, Gisele G**. TRANSTORNOS DE ANSIEDADE**. Porto Alegre, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3791.pdf> Acesso em 25 de Junho de 2020.

ISSN 2178-9428

FÍSTULA INFRAORBITÁRIA EM CÃO: RELATO DE CASO

CAMARGO, Cristina Dos Santos[297]
SILVA, Aline Aparecida[298]

RESUMO: Lesão frequente nos cães, a fístula infraorbitária comumente ocorre por injuria osteolítica periapical no quarto pré molar superior (4ºPMS). Clinicamente mostra-se por uma ampliação na área do osso maxilar com abscesso. Para um prognóstico favorável opta-se pela extração dentária. Este relato traz um caso atendido no Departamento Veterinário Real Vet que apresenta fístula infraorbitária e presença de miíase. Após terapia medicamentosa, a qual se mostrou insatisfatória optou-se pela exodontia e continuidade de antibioticoterapia para uma melhor evolução clínica.

Palavras-chave: fístula infraorbitária. Doença periodontal. Exodontia.

1 INTRODUÇÃO

Também denominada "Fístula do carniceiro" a fístula infraorbitária é uma afecção dentária comum nos cães e decorre de uma lesão osteolítica periapical a qual geralmente acomete o quarto pré-molar superior (4°PMS) e habitualmente leva a formação de um abscesso. A função do 4º pré molar superior é de auxiliar na trituração alimentar, esse dente possui raiz trirradicular que estão inseridas no osso maxilar, posicionada próximo a região infraorbitária (GIOSO, 2003; SANTOS, 2007).

Gioso (2007) relata que lesões dentárias, doenças periodontais graves, tumores maxilares, lesões periapicais e causas iatrogênicas estão dentre as causas mais comuns da fístula infraorbitária nos caninos.

Com a presença de uma doença periodontal grave há o surgimento de uma bolsa periodontal na maxila que se dirige as raízes do quarto pré-molar superior, provocando uma destruição óssea entre o ápice alveolar e o seio maxilar, causado pelo acentuado envolvimento bacteriano (DIAS et al.,2011). O resultado dessa ocorrência é a formação de um abscesso periapical na face do animal, do qual há a drenagem de substância purulenta e inflamatória (GIOSO, 2007).

O aparecimento dos primeiros sinais pode demorar de meses a anos, isso porque o desenvolvimento de uma fístula pode ser bem lento e prolongado (DIAS et al., 2011; PIGNONE, 2009). Um sinal importante da doença é o aumento dadimensão

[297]Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2]Orientadora, docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

facial com consistência variante, levando a uma deformidade da face e a formação da fistula por onde flui secreção purulenta e ocasionalmente sanguinolenta (DIAS et al., 2011).

Fístula infraorbitária em felinos é incomum e frequentemente está relacionada ao dente canino e não ao 4° PMS (RIBEIRO et al., 2011DIAS; et al., 2011). Em geral, nos gatos ocorre aumento de volume facial, com comprometimento na área do saco conjuntival, como resultado da fístula dentária (AYLON, 2008).

O diagnostico da fístula infraorbitária nos caninos procede do histórico amplo do animal e do exame minucioso da face e da cavidade oral (LEON-ROMAN & GIOSO, 2004). É importante a realização de um exame radiográfico intraoral para que seja possível determinar o comprometimento de qualquer uma das raízes do 4PMS antes da sua extração (GIOSO, 2007).

Aylon (2008) relata que a terapêutica para animais acometidos de fístula infraorbitária envolvem a exodontia ou a endodontia, juntamente com a associação de antibióticos e antiinflamatórios, aplicados no ante e pós-operatório.

Este relato de caso descreve os achados clínicos e suas correlações em um cão acometido com fístula infraorbitária, decorrente de uma lesão osteolítica da região apical do dente 4º PMS, que afetou somente o lado esquerdo. O cão chegou a clínica apresentando fístula infraorbitária já com presença de miíase, além disso, apresentava otite crônica bilateral.

2 RELATO DE CASO

Foi atendido no Departamento Veterinário Real Vet um cão, macho, com 5 kg, da raça Lhasa Apso e com11 anos de idade. A tutora relatou que o cão apresentava as lesões a cerca de dois dias. A lesão na região infraorbital do lado esquerdo da face do animal tinha presença de miíases, além disso, estava com otite crônica em ambos os ouvidos.

Durante exame físico observou-se uma lesão cutânea que acometia a região infraorbitária esquerda, com drenagem de secreção purulenta, miíases instaladas e problemas dentários que possivelmente ocasionaram a fístula. O animal mostrava-se apático, com pequeno grau de desidratação e linfonodos submandibulares reativos no lado esquerdo, no momento estava com bom estado

ISSN 2178-9428

nutricional, temperatura retal de 39,6°C, mucosas róseas e sem presença de outros tipos de ferimento na pele.

Foi realizada tricotomia na face do animal para a limpeza da miíase, drenagem da fístula e limpeza dos ouvidos. No tratamento hospitalar foram utilizados antibióticos, sendo uma associação de Shotapen® (benzilpenicilina procaína e benzatina + diidroestreptomicina) (1 ml/10kg - 10.000 UI/kg) via SC e Borgal® (sulfadoxina + trimetoprima) (10 mg/kg) via SC. Esta associação aumenta o espectro dos antimicrobianos (VIANA, 2000). Além disso, foi realizada limpeza dos ouvidos com solução otológica.

Foi receitado Stomorgyl® 10 (Espiramicina 75.000 UI/kg + Metronidazol 12,5 mg/kg) VO/SID, por 10 dias, este antibiótico de amplo espectro é muito eficaz no tratamento das principais afecções bucodentária, cutâneas e ósseas, também foi prescrito Meloxicam 1mg(0,1mg/kg) VO/SID por 4 dias, indicado para tratamento e alívio da dor e inflamação (VIANA, 2000).

Em uma nova avaliação constatou-se no olho esquerdo uma úlcera de córnea e opacidade no olho, então, foi realizado o teste defluoresceína para verificar a profundidade da úlcera, o teste mostrou que naquele momento era superficial. Além disso, foi realizada limpeza da fístula (figura 1), e indicado exame radiográfico para confirmar a necessidade da exodontia do 4º PMS.

No retorno foram realizadas limpezas do olho e ouvidos. Não houve resultado com uso de antibiótico prescrito e optou-se pela Cefalexina de 500mg (50mg/kg) VO/SID, por 10 dias. Esse fármaco é indicado para tratar infecções causadas por cepas sensíveis de alguns microrganismos (LAPPIN, 2010).

Figura 1: Fístula infraorbitária com presença de material purulento

Figura 2: Procedimento de exodontia do 4º PMS esquerdo.

Fonte: O autor.

ISSN 2178-9428

Ao exame radiográfico da face constatou-se descalcificação de raiz do dente 4º PMS. Esta descalcificação foi a grande causadora da fístula infraorbitária e por isso foi indicada cirurgia para extração do dente (figura 2).

A exodontia do 4ºPMS esquerdo foi realizada e também foi feito um flap de terceira pálpebra no olho esquerdo para o tratamento da úlcera.

Quanto aos exames pré-operatórios, o hemograma mostrou trombocitose, que neste caso é secundária já que o cão encontra-se com inflamações, o exame bioquímico estava dentro dos parâmetros normais, exceto pelo transaminase oxalacética (TGO), onde os valores de referência estão entre 10,0 U/L e 80,0 U/L, o resultado deu 8 U/L, contudo níveis baixos de TGO indicam que não há morte celular no tecido cardíaco o que é excelente.

Após a exodontia, tratamento com antibióticos e anti-inflamatórios o animal mostrou melhora significativa no quadro clínico, com cicatrização da ferida da face sem sinais de extravasamento de material purulento, a gengiva apresentou boa aparência e bem cicatrizada. O sucesso no tratamento ressalta a importância dos exames apropriados, procedimentos adequados e terapia assertiva para o caso apresentado. O comprometimento do tutor em realizar a terapia adequada contribuiu para uma boa resolução do problema.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problemas periodontais foram a causa da fístula infraorbitária e neste caso o dente que causou o problema foi o quarto pré-molar superior do lado esquerdo. Essa afecção pode trazer imenso desconforto ao animal prejudicando seu bem-estar. O sucesso na terapêutica se deve ao resultado da odontosecção, evitando o uso indiscriminado de medicamentos prejudicando a saúde do animal. O prognóstico favorável também se deve a continuidade do tratamento medicamentoso adequado adotado no pós-cirúrgico.

Pode-se afirmar que a saúde bucal dos animais é de extrema importância e nem sempre é encarada com seriedade. O cuidado com a dentição dos animais é extremamente necessário para evitar maiores problemas que envolvem todo o bem estar e vida do animal.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

AYLON, E. G. Lesão periapical do quarto pré-molar superior esquerdo com formação de fístula: relato de caso**.** 2008. 42f. Monografia (Especialização em Odontologia Veterinária) - **Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo** - ANCLIVEPA – SP, São Paulo, 2008.

DIAS, F. G. *Et al*. Fístula infra-orbitária em cão – Relato de caso. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Ano IX, n.16, p.1-13, 2011.

GIOSO, M. A. **Odontologia para o clínico de pequenos animais**, São Paulo, l editora, 2003, 202 p.

GIOSO, M. A. **Odontologia Veterinária para o Clínicode Pequenos Animais**. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2007. 145 p.

LAPPIN, M. R. **Quimioterapia antimicrobiana prática**. *In*: NELSON, R. W.; COUTO, C. G. Medicina interna de pequenos animais. Tradução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

LEON-ROMAN, M. A; GIOSO, M. A. Endodontia – anatomia, fisiopatologia e terapia para afecções dos tecidos internos do dente. **Revista Medvep**. v. 2, n. 7, p. 195-203, 2004.

PIGNONE, V. N. Utilização de bloqueio anestésico para exodontia do dente carniceiro em cão. **Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias**, v. 104, n. 509, p. 19-24, 2009.

RIBEIRO, C. M.; SCHERER, P. O.; SANAVRIA, A. Abscesso periapical no segundo pré-molar superior esquerdo associado à fístula na região frontal em um felino (*Felis catus*) da raça Persa – relato de caso. **Revista Brasileira de Medicina Veterinária**, v. 33, n. 3, p. 155-158, 2011.

SANTOS, I. C. **Doença periodontal emcães**. 2007. 50f. Monografia (Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais) – Universidade Castelo Branco, São Paulo, 2007.

VIANA, F. A. B**. Fundamentos de Terapêutica Veterinária**. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Veterinária, Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinárias. Ano 2000.

ISSN 2178-9428

DOENÇA RENAL POLICÍSTICA FELINA: RELATO DE CASO

SAPLAK, Ingridi Fernanda[299]
PILOTI, Ana Carla[300]
SILVA, Aline Aparecida da[301]

RESUMO: A doença renal policística (DRP) é uma enfermidade de caráter hereditário, que acomete preferencialmente gatos persas ou mestiços dessa raça. Evolui para uma insuficiência renal crônica tardia, ou seja, com sinais clínicos aparentes entre três e dez anos. O exame de eleição para o diagnóstico da DRP é a ultrassonografia, pois permite a visualização dos rins e é um método não invasivo. O trabalho a seguir tem como objetivo trazer um relato de caso sobre a doença.

Palavras-chave: Doença renal policística. Gata. Hereditária. Persa.

1 INTRODUÇÃO

A doença renal policística (DRP) é caracterizada por formações císticas nos rins, podendo evoluir para um quadro de insuficiência renal. A doença tem caráter hereditário, autossômico dominante, sendo mais comum de em gatos da raça Persa e mestiços dessa raça, ou em animais de raças exóticas. Devido sua alta prevalência mundial é caracterizada como a principal doença hereditária em felinos (FERREIRA, 2010).

Esta enfermidade não é relacionada ao sexo e tanto pode manifestar-se em animais com poucos dias de vida como em pacientes com mais idade, os sinais clínicos são similares aos da insuficiência renal como anorexia, poliúria, polidipsia, alteração de pressão arterial, dor a palpação dos flancos e desidratação. Contudo, existem casos de animais assintomáticos (LOPES, 2015).

Gatos com DRP apresentam vários cistos que acometem córtex e/ou medula renal, podem desenvolver-se uni ou bilateralmente, que aumentam em tamanho e quantidade com a idade, levando ao lento e irreversível comprometimento renal, até o desenvolvimento de uma insuficiência renal (LOPES, 2015).

A patogenia da DRP ainda não é bem entendida, porém, acredita-se que o cisto é oriundo de uma dilatação em algum seguimento do néfron, causada por algum tipo de obstrução (SILVA, 2009).

[299] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[300] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[301] Qualificação do orientador.

ISSN 2178-9428

As formações císticas podem variar de milímetros a centímetros entre as mesmas, geralmente são esféricas e finas, e contento um líquido seroso em seu interior, proveniente da filtração glomerular (SILVA, 2009).

O diagnóstico pode ser feito através de exames laboratoriais, porém o exame de eleição é a ultrassonografia, pois nesta a visualização das estruturas císticas é bem evidente e pode ser feita precocemente (FERNANDES, 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

Foi atendida no Departamento Veterinário Real Vet, uma fêmea felina, com idade indeterminada e aparentemente mestiça da raça Persa devido à morfologia da face. Esta fêmea foi adotada e após alguns dias entrou no cio. Durante a consulta foi sugerido um exame ultrassonográfico para avaliar a parte reprodutiva e observar se a fêmea estava gestante ou não. Durante o exame foi constatado alterações renais importantes e após avaliação total do abdômen com mais detalhes, além da gestação foi identificada a presença de muitas estruturas císticas em ambos os rins.

Após o período gestacional nasceram quatro filhotes e dois meses pós-parto ela foi castrada no RealVet, quando foi realizado novo exame ultrassonográfico o qual indicou aumento na quantidade e tamanho dos cistos.

Atualmente, a paciente é estritamente domiciliada, alimentada com ração específica para o sistema renal e alimentação caseira, feita sob orientação nutricional médico veterinária.

Figura 1: Rim da felina mostrando diversas estruturas císticas

(SILVA, A.A., 2019)

ISSN 2178-9428

3 DISCUSSÃO

Assim como pontua Ferreira (2010), a DRP é mais comum em gatos de raça Persa ou em animais mestiços dessa raça, como o animal do presente trabalho, levando em consideração sua conformação facial. Lopes (2015) aponta a hereditariedade da doença e conclui que a única forma de controle da mesma é a castração eletiva. Apesar da DRP ser característica de gatos persas ou mestiços, Ferreira (2010) ressalta a grande incidência dessa doença em gatos de pelo curto e sem raça definida no Brasil.

A DRP é caracterizada pela presença de formações císticas nos rins, mas como Fernandes (2016) descreve, essas formações também podem acometer pâncreas, fígado e baço. A etiologia da doença ainda não é bem definida, porem acredita-se que os cistos são oriundos de uma dilatação em algum seguimento do néfron. Fernandes (2016) também aponta que os cistos podem se formar após processos obstrutivos intra ou extraluminais no córtex ou medula renal.

Os principais sinais clínicos da DRP segundo Carvalho (2017) são anorexia, letargia, aumento de pressão arterial, desidratação, perda de peso, poliúria, polidipsia, urina concentrada, dor a palpação dos flancos, todos sinais de doença renal crônica aparecendo entre três e dez anos, porem existem animais assintomáticos como relata Lopes (2015), sendo o caso do animal do presente trabalho.

Fernandes (2016) salienta que a doença pode se manifestar tanto uni quanto bilateralmente, sendo a forma bilateral a que manifesta os sinais clínicos, porem o animal do relato acima apresenta a doença de forma bilateral sem manifestações de sinais clínicos, por enquanto.

A forma de diagnóstico da DRP é o exame bioquímico, radiografia e ultrassonografia abdominal, biopsia renal associado com os sinais clínicos de acordo com Fernandes (2010), sendo a ultrassonografia o padrão ouro para diagnostico.

No exame ultrassonográfico, segundo Lopes (2015) os rins se apresentam assimétricos, aumentados de tamanho, com contornos indefinidos e irregulares, perda da relação corticomedular e presença de estruturas arredondadas, bem definidas e

ISSN 2178-9428

anecóicas em todo o parênquima renal, de acordo com as imagens colocadas no trabalho.

A doença renal policística não tem cura, o tratamento deve ser paliativo, Lopes (2015) salienta a importância de controlar os sinais clínicos e correção eletrolítica caso necessário. O animal em questão é mantido com dieta especifica para sua condição clínica e não apresentou sinais clínicos até o presente momento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a confecção deste artigo e avaliando a saúde da paciente, fica claro a importância de um diagnóstico precoce da DRP e de um acompanhamento veterinário constante. Como a DRP não tem tratamento, a paciente segue consumido ração especifica para o trato urinário e é realizado avaliações séricas e acompanhamento ultrassonográfico para monitorar a progressão da doença e o aumento das estruturas císticas.

5 REFERÊNCIAS

FERNANDES, C. G., SILVA, Y. A. G., THO, J. S., ALVAREZ, L. E. C., ROMÃO, F. G. Doença renal policística em felino: relato de caso**. Almanaque Med Vet. Zoo.** 2016 jun 2 (1): 20-26.

FERREIRA, G. S., GALVÃO, A. L. B., SOCHA, J. J. M., Atualização em doença renal policística felina. **Acta veterinária Brasilica**, v.4, n.4, p. 227-232, 2010.

LOPES, M. C. T., HONORATO, R. A. GOMES, M. S. SILVA, E. M. C., SANTOS, A. C. C., ALBUQUERQUE, W. R. Doença renal policística felina: relato de caso. **Pubvet: Publicações em medicina veterinária e zootecnia.** v. 9, n. 3, p. 115-118, Mar., 2015.

SILVA, M. F.O., DRECHSLER, L. E. M., BARROS, A. M. M., SOUTO, R. C., NEVES, A. K. R., SILVA, E. N., SILVA, F. M F., SOUZA, M. R. Q. **Doença renal policística felina: relato de caso.** 2009.

CARVALHO, L. L. P., LINDOSO, J. V. S., ROCHA, H. B., KUNKEL, D., ANTONIO, F. S. L. N. MACHADO, J. A. A. G. OLIVEIRA, M. A, L., SILVA, F. M. L. Doença Renal Policística em Gata Mestiça Persa – Relato de Caso. **REDVET- Revista Eletrônica de Veterinária**. v.18, n. 12, p. 1-7, 2017.

ISSN 2178-9428

A IMPORTÂNCIA DE SOLICITAR EXAMES LABORATORIAIS PARA TRATAMENTOS ESTÉTICOS

PETEL, Maiara Aline[302]
LENHARD-Vidal, Adriane[303]

RESUMO: A estética além de cuidar do bem estar e da beleza do paciente, cuida da saúde, os exames laboratoriais são importantes nos tratamentos antes e após, pois é necessário verificar qual tratamento é mais indicado para cada paciente. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, que tem como objetivo abordar a importância dos exames laboratoriais na área da estética. Sendo usada a metodologia de revisão bibliográfica utilizando artigos científicos, revistas científicas, obtidos nos sites Google Acadêmico e BVS (Biblioteca Virtual da Saúde). Com está pesquisa foi possível analisar os exames laboratoriais e constatar que são importantes para os tratamentos estéticos.

Palavras-chave: Exames. Estética. Laboratoriais.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos notamos que a área da estética está cada vez mais crescendo, pois as pessoas buscam resultados que elevem a sua autoestima e o bem estar. Com isso é necessário ter profissionais qualificados e habilitados para exercer sua profissão. No mundo atual cuidar do corpo deixou de ser considerada atividade supérflua e virou uma questão de saúde que gera emprego, renda e, além disso, eleva a autoestima. (ABIHPEC, 2010).

A estética como um todo além de cuidar do bem estar e da beleza do paciente, cuida da sua saúde, os exames laboratoriais são importantes nos tratamentos antes e após, pois é necessário verificar qual tratamento é mais indicado para cada paciente. Considerando qualquer risco a saúde do paciente e até mesmo orientando qual procedimento será mais ideal e seguro para sua saúde e para o seu bem estar. Com todos esses cuidados de analisar cada perfil dos pacientes, mostrará a segurança que o profissional da saúde tem com os pacientes, zelando primeiramente a saúde de seus pacientes, antes de qualquer procedimento. É imprescindível que o profissional especializado esteja de acordo com as novas

[302]Acadêmica de Biomedicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[303] Biomédica, Doutora em Patologia Experimental

ISSN 2178-9428

necessidades surgidas frente aos avanços tecnológicos e ao dever ético, moral e legal de resguardar a segurança de seus clientes. (BIOMEDICINA, 1984).

Este artigo pretende relacionar a importância dos exames laboratoriais na área da estética e entre tudo zelar a saúde do paciente, antes de qualquer procedimento estético. E analisar os exames mais solicitados para os tratamentos estéticos.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho consiste em uma revisão da literatura, sobre os exames laboratoriais nos tratamentos estéticos. A pesquisa foi realizada a partir de artigos científicos, sites, bulas e revistas científicas, encontradas em plataformas digitais como o Google Acadêmico e BVS (Biblioteca Virtual da Saúde).

Os exames laboratoriais são extremamente importantes para os tratamentos estéticos, pois facilitam a identificar se existe alguma contraindicação nos procedimentos a ser realizados. Alguns tratamentos estéticos há contraindicações como grávidas, diabéticos, reações inflamatórias, hipertensão, disfunções hepáticas, entre outras doenças não são aconselhados a fazerem alguns procedimentos estéticos, aqui que entra a questão dos exames laboratoriais, pois eles auxiliam há indicar qual tratamento mais propicio para cada paciente e também contraindicar. Tanto exames de sangue e até mesmo os de saliva, são necessários para a triagem dos pacientes, trazendo mais confiança para os pacientes quanto para o profissional que realizara o procedimento.

A lei número 12.842, de 10 de julho de 2013, reconhecida “A lei do ato médico”, determina o exercício da medicina em todo território brasileiro. Com essa lei não há impedimentos legais para que o profissional biomédico esteta solicite determinados exames laboratoriais a fim de certificar as condições fisiológicas dos pacientes, para que haja o máximo da eficiência dos tratamentos e não cause prejuízo na saúde. (OLIVEIRA, 2017). Com isso abaixo será citados alguns exames importantes para avaliar os pacientes, antes da realização dos tratamentos estéticos.

Alguns dos exames mais solicitados são a glicemia, hemograma, exame de urina, gasometria, AST, ALT e as frações lipídicas. A glicemia pode ser por sangue venoso ou feito por capilar, à dosagem capilar consiste em medir a glicemia por teste

ISSN 2178-9428

rápido utilizando o glicosimetro que avalia a quantidade de glicose por gota de sangue que é retirada do dedo do paciente. (GOLD ANALISA). O hemograma é um exame que avalia os leucócitos, glóbulos vermelhos e as plaquetas, já o exame de urina ou EAS analisa se na amostra tem presença de glicose, proteínas, pH e até se tem sangue na amostra, a gasometria avalia o Ph sanguíneo, a oxigenação e também a estabilidade ácido base. (LIMA, 2008). AST ALT também são conhecidos como TGP e TGO, são enzimas encontradas no fígado, rins, coração e nos músculos esqueléticos, qualquer alteração dos valores de AST e ALT são por distúrbios ou lesão hepática. (GOLD ANALISA). Já as frações lipídicas identificam se há alguma alteração nos lipídios, como o colesterol total e os triglicerídeos. Este exame é essencial quando é realizado algum procedimento que promove a quebra da gordura, os pacientes que tem alguma alteração no perfil lipídico, não são indicados há realizar estes procedimentos de quebra da gordura.(KEDE,2009).

Os exames citados são essenciais para começar algum tratamento estético, como podemos citar um exemplo de um paciente diabético descompensado, é provável que os resultados de alguns procedimentos possam não ser tão satisfatórios, se o mesmo paciente estivesse com a glicemia controlada. Pois portadores de diabetes mellitus tipo dois são acometidos por uma desidratação cutânea, com isso aumenta as chances de lesionar o epitélio.(MAIO, 2011). Alguns procedimentos como o microagulhamento e a criolipólise são procedimentos não invasivos, que tem o intuito de causar lesões superficiais, mas em diabéticos estas lesões podem ser mais extensas e a cicatrização demorar mais, devido às disfunções endoteliais. Mas não só basta pedir os exames, se o profissional não souber interpretar os resultados não servirá para nada, por isso cada vez mais os profissionais da área da saúde estão se especializando em novos conhecimentos, e precisam andar juntos com a tecnologia que cada vez mais está se desenvolvendo na área da saúde, ajudando com novas pesquisas, remédios e equipamentos cada vez mais modernos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este trabalho a importância do tema citado, que os exames laboratoriais são de extremamente importância na área da estética, mais não só na

ISSN 2178-9428

área da estética, mais sim em todos os setores da saúde, pois eles evitam constrangimentos de procedimentos não darem certos e também fazem ter um resultado mais do que esperado com a solicitação dos mesmos. Com novas pesquisas para essa área, devem ser avaliados a possibilidade de todos os profissionais da área da saúde solicitar exames quando for necessário, assim podemos evitar muitas falhas em procedimentos, exames, cirurgias entre outras.

Os exames citados no artigo devem ser prescritos e realizados, seguindo as necessidades estabelecidas pelos profissionais biomédicos esteta, antes e após de qualquer procedimento estético, para que os resultados sejam eficientes e ao mesmo tempo seguros a saúde dos pacientes que escolhem fazer estes procedimentos estéticos com o intuito de melhorar sua aparência, sua autoestima e também a sua saúde.

4 REFERÊNCIAS

ALT-PP Gold Analisa Disponível em: http://www.goldanalisa.com.br\arquivos\%7B0ED657BA-426F-A3DF-8C74B19A580B%7D_AST_PP_Cat_422.pdf**.** Acesso em: 08 de Agosto de 2020.

BIOMEDICINA, Conselho Federal. Resolução 002, de 31 de julho de 1984. **Código de Ética.** Diário Oficial, Brasília, DF, 27 ago 1984.

BIOMEDICINA, Conselho Federal. Resolução 214, de 11 de abril de 2012. **Dispões sobre atos do profissional biomédico e insere se no uso de substâncias em procedimentos estéticos.** Diário Oficial, Brasília, DF, 11 abr 2012. Seção 1, n. 70, p. 195.

Glicose. GOLD Analisa. Disponível em**:** http://www.goldanalisa.com.br/arquivos/%7BF1F784DO-7245-4832-BC2B-3C801BB82D82%7D_GLICOSE_REF_434.pdf**.**Acesso em: 8 de Agosto de 2020.

KEDE, M.P.V.;SABATOVIC, O. **Dermatológica Estética.** 2. Ed.São Paulo: Atheneu, 2009.

LIMA, A. O. et al**. Métodos de Laboratório Aplicados á Clínica – Técnica e Interpretação.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MAIO, M. **Tratado de Medicina Estética**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2011. Vol. III, Cap. 94, p.1129-1243.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Metade dos brasileiros está com excesso de peso: Estilo de vida.** 2015. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br\saúde>. BARONE,

Bianca et al. Cetoacidose Diabética em adultos- Atualização de uma Complicação Antiga. 2007. 15 f. Dissertação (Mestrado Endocrinologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, T. S. **A importância da realização de exames laboratoriais como pré-requisitos para realização de procedimento estético.** 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Biomedicina)- Centro Universitário IBMR. Rio de Janeiro. 2017.

ISSN 2178-9428

FUNGICIDAS PREVENTIVOS NO CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA NA SOJA

SANTOS, João Vitor Potulski dos[304]
GIURIATTI, Willian Rafael Borsatto[305]
REDIVO, Greice Daiane Rodrigues Gomes [306]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A ferrugem asiática na soja é uma doença causada pelo fungo Phakopsora pachyrhizi, que causa sérios danos à lavoura, interferindo na produção e lucros. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica nas bases Scielo, Embrapa, Conab, com objetivo de especificar o controle químico através de fungicidas preventivos. Concluindo que os fungicidas de mistura tripla e preventivos apresentam melhores resultados no controle da doença.

PALAVRAS CHAVES: Ferrugem. Fungicida. Soja.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, o produto é a principal mercadoria agrícola de exportação do país (CONAB, 2016). Na safra 2018/2019 a produção brasileira foi estimada em 96,676 milhões de toneladas sendo plantada em uma área total de 30,332 de hectares (EMBRAPA, 2019). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prevê um aumento na demanda de soja em grãos no Brasil de 2,7% na safra 2018/2019. Levando em consideração a limitação de aumento de áreas de cultivo, o foco principal é o aumento da produção nas áreas já cultivadas, no entanto a ocorrência de doenças que acarretam problemas em grande escala, podendo ocasionar perda total da produção do grão (ALVES; JULIATTI, 2018).

Existem cerca de 40 doenças identificadas no Brasil que afetam a cultura da soja, são ocasionadas por nematóides, vírus, bactérias e fungos (EMBRAPA 2014).

Entre as doenças que afetam a soja a ferrugem asiática causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, se destaca como uma das principais. É comum a ferrugem causar danos nas hastes, folhas e cotilédones, sendo possível o surgimento em qualquer estágio de desenvolvimento da planta. (ALVES; JULIATTI, 2018).

Os primeiros sintomas aparecem nas folhas inferiores da planta, são lesões de coloração mais escura do que tecido saudável, pequenas e sem formato específico,

[304] Acadêmico, 6º Período, Engenharia Agronômica, Centro Universitário Campo Real
[305] Acadêmico, 6° Período, Engenharia Agronômica, Centro Universitário Campo Real
[306] Doutora, Mestre, Engenheira Agronoma, Docente, Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

em seguida ocorre o aparecimento de urédios, local de onde surgirão os uredósporos, tal processo ocorre na face abaxial das folhas. Por fim a disfunção dos tecidos acontece quando os sintomas surgem no terço médio e superior da planta (ALVES; JULIATTI, 2018).

Tendo em vista que o controle químico é fundamental no manejo da ferrugem asiática na soja, o principal objetivo deste trabalho é abordar sobre eficácia de diferentes misturas de fungicidas preventivos visando o combate a ferrugem asiática.

2 DESENVOLVIMENTO

O uso do controle químico por meio da aplicação de fungicidas é a principal ferramenta para realizar o manejo da ferrugem asiática, levando em consideração a não existência de cultivares resistentes (GARDIANO et al., 2010).

Por mais que os fungicidas de sítio-específicos e os fungicidas sistêmicos tenham grande influência no controle de doenças, o uso dos mesmo em grandes escalas pode ter como efeito a seleção isoladas dos fungos menos resistentes ou sensíveis (TERAMOTO et al, 2012).

Atualmente os modos de controle de doenças na soja são reduzidos, além disso a baixa capacidade de ingredientes ativos isolados e populações com menor sensibilidade ao fungo, deixa mais difícil a escolha de manejos de resistência como rotação de modos de ação (CELESTINO; GODOY, 2016). A maioria dos fungicidas utilizados para o combate de doenças na cultura da soja tem ação de sítio específico, onde o mesmo tem ação somente contra um ponto exato do metabolismo, ou em uma proteína necessária para o fungo (GODOY et al, 2015).

Os fungicidas de contato, também conhecidos como protetores ou preventivos, quando aplicados mantem-se na superfície das plantas, com a função de prevenir a infestação da doença na lavoura e também erradicar alguns fungos superfcialmente. Quanto aos fungicidas sistêmicos, tem ação interna nas plantas, podendo adentrar nas mesmas por meio de caules sementes e folhas, são capazes de combater a doença que ja esteja atacando a parte interna da planta e também tem a capacidade de gerar resídus tóxicos aos patógenos evitando assim uma reinfecção (JACTO, 2020).

Segundo Augusti et all, (2014), durante ensaios, com finalidade em avaliar a eficiência de um composto, sendo ele: piraclostrobina+epoxiconazol+fluxapiroxade,

ISSN 2178-9428

tendo como parâmetro outro que já é comumente utilizado, azoxistrobina+ciproconazol. Concluiu-se que, em tratamentos preventivos não foi constatada uma melhor ação com fungicida de mistura tripla (AUGUSTI et al, 2014).

Segundo Moreira Alves e Juliatti (2017) ao avaliar a adição de Mancozebe às misturas de: Azoxistrobina + Ciproconazol, Piraclostrobina + Epoxiconazole e Tebuconazol + Picoxistrobina, na cultura da soja, verifica-se que a adição deste protetor não altera na Massa de 1000 grãos, comprovando assim que a adição de fungicidas protetores à uma mistura de fungicidas, varia em função da interação dessas moléculas. (ALVES; JULIATTI, 2017).

Para Godoy et all, (2013), o controle que apresentou melhor resultado foi a mistura de azoxistrobina + solatenol 60 + 30 g i.a.ha^{-1} (gramas de ingrediente ativo por hectare), com 86% de controle. Os tratamentos que apresentaram menor eficácia foram os Triazóis tebuconazol (100 g i.a. ha^{-1}) com 48% de controle e ciproconazol (30 g i.a.ha^{-1}) com 49% de controle. (GODOY et al, 2013).

As maiores porcentagens para o controle da ferrugem foram observadas para o tratamento com azoxistrobina + benzovindiflupir com 82% de eficiência, concluindo assim que as misturas comerciais formadas com dois ou mais fungicidas vem tendo melhores resultados em todo o Brasil (GODOY et al, 2015)

Analisando as formulações acima temos os seguintes modos de ação: Piraclostrobina + epoxiconazol + fluxapiroxade, modo de ação protetor sistêmico. Azoxistrobina + ciproconazol, tem modo de ação Sistêmico. Mancozebe, modo de ação protetor, contato. Piraclostrobina + Epoxiconazol, ação sistêmica . Tebuconazol + Picoxistrobina, ação sistêmica. Azoxistrobina + benzovindiflupir, sistêmico e de contato (ADAPAR, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soja atualmente é líder na produção no mercado agro, todos os anos batendo recordes e superando expectativas, tudo isso se dá devido à alta procura pelo produto. Porém existem alguns impasses que podem afetar na produção como a ferrugem que

ISSN 2178-9428

pode causar sérios prejuízos à lavoura sendo capaz de levar a perda total, devido ao seu alto nível de infestação.

Portanto, os fungicidas em sua maioria são mais eficientes quando utilizados como tratamento preventivo, quando utilizados para correção não costumam obter bons resultados, sendo que em alguns casos a planta continua doente ou apenas faz com que o processo evolutivo da doença seja interrompido, porém no que diz respeito à ferrugem o simples fato de sua evolução ser interrompida pode ser considerado um bom resultado. Com isso, conclui-se que a melhor escolha para o controle químico, são tratamentos preventivos com fungicidas de mistura tripla e também a adição de fungicidas protetores.

4 REFERÊNCIAS

ADAPAR. Agrotóxicos – Fungicidas. In: ADAPAR **Agência de Defesa Agropecuária do Paraná**. 2020, Disponível em: http://www.adapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=335. Acesso em 23 set.2020.

Alves, V. M.; Juliatti, F.C. Fungicidas no manejo da ferrugem da soja, processos fisiológicos e produtividade da cultura. ***Summa Phytopathologica***, v.44, n.3, p.245-251, 2018.

AUGUSTI, G. R. et al. Aplicações preventivas e erradicantes de fungicidas no controle da ferrugem asiática da soja. **Summa Phytopathologica**, v. 40, n. 3, p. 288–289, 2014.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira 2015/2016**; grãos. CONAB: Brasília, 2016. 45p.

EMBRAPA. Soja em números (safra 2019/2020). In: **Embrapa soja**. Londrina-PR , jun. 2019. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos. Acesso em: 19 set. 2020.

EMBRAPA. **Tecnologias de Produção de Soja - Região Central do Brasil** 2014. Sistemas de Produção, p. 242, 2014.

GARDIANO, C.G. et al. Manejo químico da ferrugem asiática da soja, baseado em diferentes métodos de monitoramento. **Arq. Inst. Biol,** São Paulo, v.77, n.3, p.497-504, jul./set. 2010.

GODOY, C. V. et al. **Eficiência de fungicidas para o controle da ferrugem-asiática da soja**. p. 7, 2013.

GODOY, C. V. et al. **Eficiência de fungicidas para o controle da ferrugem-asiática da soja**. p. 6, 2015.

JACTO. Fungicida sistêmico e de contato: o que são e suas diferenças. In: **Jacto**. Jun. 2020. Disponível em: https://blog.jacto.com.br/fungicida-sistemico-e-de-contato/. Acesso em: 23 set. 2020.

SOJA, E. **Ensaio cooperativo para avaliação da eficiência de fungicidas protetores no controle de doenças na cultura da soja Introdução Material e Métodos.** n. Idm, 2013.

TECNOLOGIAS de produção de soja - Região Central do Brasil 2014. Londrina: **Embrapa Soja**, 2013. 265 p.

TERAMOTO, A. et al. **Sensibilidade a fungicidas de isolados de corynespora cassiicola provenientes do Estado de Goiás.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOJA, 6., 2012, Cuiabá. Soja: integração nacional e desenvolvimento sustentável: resumos. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 117, res. 193.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ASPECTOS GERAIS DO TROMBOEMBOLISMO VENOSO NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL

SIQUEIRA, Larissa Morozini[307]
VAZ, Isadora Larocca Colaço[308]
CORDEIRO, Mariana Uliano[309]

RESUMO: A DTV (doença tromboembólica venosa) durante o ciclo gravido-puerpério é uma das principais causas de óbito de gestantes e fetos. Pode se manifestar como: tromboembolia pulmonar (TEP) e trombose venosa profunda (TVP). Destaca-se o histórico de DTV prévia, defeitos na coagulação sanguínea e cesárea como principais fatores de risco. O tratamento baseia-se em anticoagulantes e, entre as heparinas, é preferível para gestantes a HBPM (heparina de baixo peso molecular).

Palavras-chave: Anticoagulante. Heparina. Trombose na gravidez.

1 INTRODUÇÃO

A doença tromboembólica venosa (DTV) pode se desenvolver de duas maneiras: Trombose venosa profunda (TVP) e Tromboembolia pulmonar (TEP), sendo mais frequente na gravidez a TVP do que a TEP. A DTV ocorre com maior frequência durante o 3º trimestre de gestação e durante o puerpério (período pós-parto que dura até que a genitália feminina e o estado geral da mulher retornem as mesmas condições de antes da gravidez, possui cerca de 6 semanas após o parto). Em seguida, diminuem os riscos de desenvolvimento da trombose, sendo que a cesariana gera maiores riscos do que o parto vaginal. O tratamento é realizado com o uso de anticoagulantes, que reduzem o risco de óbitos, mas podem gerar riscos à saúde da gestante e do bebê (BURROW, 1996; GOLDHABER, 2010).

As causas de tromboembolia estão relacionadas com a tríade de Virchow descrita em 1860, as quais são: hipercoagulabilidade, lesão vascular e estase venosa. O primeiro está relacionado com as alterações dos fatores de coagulação, desde o início da gestação até o final do puerpério, enquanto que a lesão endotelial pode ocorrer durante a cesárea. Já a estase venosa, por sua vez, é resultante de uma dilatação venosa, a qual pode ocorrer pelo aumento do fluxo sanguíneo desde o 1º trimestre de gravidez, por ação da progesterona, até o 2º e 3º trimestres pela

[307] Acadêmica do curso de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[308] Acadêmica do curso de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[309] Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, professora do curso de Medicina Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

compressão venosa pélvica em decorrência do crescimento do útero. (GOLDHABER, 2010; KALIL, 2008; MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2015).

Dessa forma, a DTV ocorre devido a defeitos no sistema de coagulação que levam a formação de coágulos (trombos), ou seja, quando o agente fibrinolítico e os anticoagulantes naturais, não conseguem evitar a coagulação sanguínea excessiva. Esses trombos podem se desprender e romper em fragmentos e, assim, propagar pela corrente sanguínea encontrando a circulação arterial pulmonar, sendo responsável pela TEP. Se forem trombos grandes podem bloquear a artéria e se forem pequenos apenas suboclui-las. As principais veias afetadas pelos trombos são a veia ilíaca, femoral e pulmonar. Portanto, os principais membros prejudicados pela trombose durante o ciclo-puerpério é a coxa, pelve e panturrilha. (BURROW, 1996; GOLDHABER, 2010; MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2015).

A DTV pode resultar em complicações durante a gestação, por isso devem ser diagnosticadas e tratadas adequadamente. São elas: insuficiência placentária, aborto de repetição, descolamento de placenta, óbito intra-útero e baixo peso para idade gestacional. Para o diagnóstico é preciso ficar atento aos principais sinais e sintomas decorrentes da DTV durante a gravidez que são os edemas dos membros inferiores, aumento local de veias e alterações cardiovasculares, dor, vermelhidão e inchaço dos membros inferiores. (DA COSTA, 2007; STOCCHER, 2004).

Portanto, conhecer as principais causas que levam a ocorrência da DTV, assim como seus fatores de risco, pode auxiliar na tomada de medidas que reduzam a incidência de casos, diminuindo o índice de complicações e mortalidade. Ao se considerar a magnitude da ocorrência da DTV e o relevante incremento nos óbitos maternos e fetais, justifica-se este estudo. O presente artigo intenciona ampliar o conhecimento na temática da DTV, elucidando os fatores de risco, diagnóstico e tratamentos associados à patologia, com a finalidade de adequar os cuidados gestacionais na detecção e prevenção da DTV. Para isso, foram realizados estudos baseados em artigos publicados sobre o tema na plataforma Scielo e Ebsco, em que foram selecionados oito artigos por meio de palavras-chaves e combinação de palavras.

2 DESENVOLVIMENTO

ISSN 2178-9428

O método de estudo utilizado foi a revisão bibliográfica, em que foram selecionados oito artigos científicos. Para a seleção desses artigos foram utilizadas palavras chaves e combinação de palavras na plataforma Scielo e Ebsco, como: trombose, trombofilia na gravidez, review and thrombosis and pregnancy, profilaxia e trombofilia e gravidez, trombofilia hereditária. Além disso, foram utilizados 2 livros: “Complicações Clínicas Durante a Gravidez” e “Obstetrícia Fundamental”.

A doença tromboembólica é uma das principais causas de óbito em gestantes e fetos, por isso é fundamental seu diagnóstico precoce e tratamento adequado. O fator de risco para desenvolver DTV durante a gestação que possui maior relevância é o histórico de desenvolvimento da trombose prévia, pois é alto o índice de repetição. Em seguida, está o defeito na coagulação do sangue, o qual pode ser hereditário/genético ou adquirido. Além disso, a obesidade, idade avançada, repouso no leito, partos complicados (principalmente a cesariana) e o uso do estrogênio para supressão da lactação também contribuem para a DTV. No entanto, a gravidez por si só já é considerada um fator de risco para o desenvolvimento de DTV, visto que alteram os fatores de coagulação aumentando os fatores pró-coagulantes e fibrinogênios e diminuindo a atividade anticoagulante e fibrinolítica. Após 6 semanas pós-parto os fatores pró-coagulantes retornam as mesmas condições que tinham antes da gestação, diminuindo o risco de DTV (BURROW, 1996; MONTENEGRO, REZENDE FILHO, 2015; OLIVEIRA, 2016;).

A TVP pode ser diagnosticada de 3 formas: pletismografia de impedância (IPG), venografia e ultrassonografia venosa, sendo a última exame primário de imagem. Os níveis plasmáticos de D-dímero, um produto oriundo da degradação da fibrina, também auxilia no diagnóstico, sendo um exame sérico sensível e inespecífico (BURROW, 1996; GOLDHABER, 2010).

O tratamento pode ser feito com anticoagulantes orais (cumarinícos) e pelas heparinas (injetável). Os cumarinícos, entretanto, são considerados teratogênicos quando utilizados no primeiro trimestre de gestação, em que as malformações são mais recorrentes quando a exposição fetal acontece depois da 6ª semana de gestação e configuram a "síndrome warfarinica fetal". Após a 14ª semana, é possível o uso dessas substâncias, desde que haja o devido esclarecimento materno sobre as ameaças ao feto pelo uso da medicação, uma vez que os riscos diminuem, mas são

ISSN 2178-9428

se cessam. Tal tratamento é uma alternativa ao uso das heparinas de baixo peso molecular, cujo custo é elevado (BURROW, 1996; SANTOS FC et al., 2015).

A heparina previne a formação do trombo e sua extensão. Deve ser utilizada durante a gravidez e no período de puerpério. Existem dois tipos de heparinas, as HNF (heparinas não fracionadas) e as HBPM (heparinas de baixo peso molecular). Ambas não atravessam a barreira placentária, por isso oferecem menor risco para o feto do que o uso de cumarínicos (anticoagulantes orais), mas cada uma tem suas particularidades. As HNF têm elevado peso molecular, meia-vida de cerca de 4 a 6 horas e biodisponibilidade de 10%. No entanto, o prolongamento do tratamento durante a gravidez pode trazer complicações, como a formação de equimoses, infecções locais, osteopenia e trombocitopenia. Já as HBPM, possuem meia-vida de 12 a 24 horas e biodisponibilidade de 85%, além de apresentarem menor risco de sangramento e trombocitopenia. No entanto, possuem custo elevado. As únicas HBPM avaliadas largamente estudadas na gravidez são a enoxaparina e a dalteparina, até o momento (BURROW, 1996; SANTOS FC et al., 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto o grande índice de DTV durante o ciclo grávido-puerpério e suas complicações para a mãe e para o feto, é necessário que a comunidade médica esteja alerta quanto aos fatores de risco, sintomas, diagnóstico e tratamento para a patologia, a fim de que haja intervenção precoce e reduza os casos de óbito materno e fetal.

Mulheres diagnosticadas com trombose durante a gravidez devem fazer uso contínuo de anticoagulantes, até o fim do seu período de puerpério. Privilegia-se o uso da heparina por não ser teratogênica como os cumarínicos, pois não atravessam a barreira placentária. Além disso, é preferível que seja feito o uso de heparina de baixo peso molecular ao invés da heparina não fragmentada, por gerar um efeito maior e de maior durabilidade, sendo necessárias menos aplicações. Entretanto, a HBPM possui um custo elevado, restringindo o acesso da comunidade ao medicamento.

É possível concluir a importância e cuidados que devem ser tomados para evitar o desenvolvimento da DTV, já que quando não tratado há alto risco de complicações para a mãe e o feto, como: insuficiência placentária, aborto de repetição, descolamento de placenta, óbito intra-útero e o baixo peso para idade

ISSN 2178-9428

gestacional (nascimento prematuro). Tendo em vista que o índice de morte de gestantes tem pelo menos um fator de risco para a DTV, é necessário que a identificação do fator e o diagnóstico da patologia sejam realizados o mais breve possível, a fim de se realizar intervenções para que se reduza o número de óbitos e se obtenha uma gestação e recuperação pós-parto segura.

4 REFERÊNCIAS

BURROW, Gerard N. **Complicações clínicas durante a gravidez.** Tradução de Jacob Israel Lemos. 4. ed. São Paulo: Roca, 1996. 597 p., il. ISBN 85-7241-161-5.

DA COSTA, FL Pereira et al. Trombose venosa profunda na gestação: conhecimento e prática profissional. **Enfermería Global**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2007.

GOLDHABE, SZ. **Venous thromboembolism**. ACP Medicine. 2010;1-16.

KALIL, Jorge Agle et al . Investigação da trombose venosa na gravidez. **J. vasc. bras.**, Porto Alegre , v. 7, n. 1, p. 28-37, Mar. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492008000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1677-54492008000100006.

MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. Rezende **obstetrícia fundamental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 751 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-277-2594-1.

OLIVEIRA, André Luiz Malavasi Longo de; MARQUES, Marcos Arêas. Profilaxia de tromboembolismo venoso na gestação. **J. vasc. bras.,** Porto Alegre , v. 15, n. 4, p. 293-301, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492016000400293&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1677-5449.006616.

Santos FC, Jesús GR, Jesús NR, Levy RA. Anticoagulação na gravidez. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto.** 2015;14(2):71-77

STOCCHE, Renato Mestriner et al . Analgesia de parto em paciente portadora de deficiência de proteína S: relato de caso. **Rev. Bras. Anestesiol.,** Campinas , v. 54, n. 1, p. 68-72, Feb. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-70942004000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-70942004000100009.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

O MEDO E O DESEJO DAS PESSOAS QUE PRETENDEM INVESTIR NA BOLSA DE VALORES

MACEDO, Aline de Ramos [310]
VEIGANTES, José Leonardo Spachynski [311]
VIEIRA, Marcelo [312]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[313]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo, mostrar o panorama de benefícios e incentivar pessoas leigas que têm interesse e buscam por embasamento e interação de como o mercado de investimento em bolsa de valores atua. Será abordado um passo a passo de como ingressar na bolsa de valores, através de respostas e conhecimento de pessoas que operam nesse cenário. Além disso, é possível levantar questionamentos sobre essa situação em um panorama local, onde essa prática gera incertezas e ansiedades.

Palavras- chave: Bolsa de Valores, Poupança, Investimento, Mercado de Ações

1 INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisa realizada da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL, 2020) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), 65% dos brasileiros preferem guardar seu dinheiro na poupança e 25% em casa.

Mesmo a poupança tendo menor rendimento em comparação com outros investimentos, mais que a metade da população não explora o mercado de ações. É necessário realizar um detalhamento de diferentes segmentos de investimentos existentes nela, como mostra a Figura 1, abaixo:

Figura 1 - Grupos de mercados e descritivos para a bolsa de valores

[310] Aline de Ramos Macedo: Acadêmica de Administração, regularmente matriculado no 7º período, Centro Universitário Campo Real.
[311]José Leonardo Spachynski Veigantes: Acadêmico de Administração, regularmente matriculado no 7º período, Centro Universitário Campo Real.
[312]Marcelo Vieira: Acadêmico de Administração, regularmente matriculado no 7º período, Centro Universitário Campo Real.
[313] Professor Orientador. Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR)

ISSN 2178-9428

Grupo de mercados	Descrição
Renda Variável e Renda Fixa Privada	• Ações, BDRs (Brazilian Depositary Receipts) e units a vista • Cotas de fundos de investimento listados • Títulos de renda fixa privada de emissão de pessoa jurídica não financeira • Títulos de renda fixa privada de emissão de pessoa jurídica financeira • Empréstimo de ativos • Derivativos de ações e ETFs (Exchange Traded Funds)
Derivativos	• Derivativos financeiros • Derivativos de commodities • Ouro ativo financeiro
Câmbio	• Câmbio spot (mercado interbancário)
Renda Fixa Pública	• Títulos públicos federais

Fonte: Adaptado de CNDL (2020).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INVESTIR NA BOLSA DE VALORES É ARRISCADO?

Ao se tratar o risco, essa é a ideia que se tem quando o assunto é investir em ações da bolsa de valores, ou em qualquer outro ativo que é negociado nela. No entanto, esse medo do risco ocorre pela falta de conhecimento que a maioria das pessoas têm em relação a esse mercado repleto de possibilidades e oportunidades de ótimos retornos, sem um risco extremamente elevado.

O mercado de ações possui riscos, mas que podem ser minimizados quando se estuda a fundo seu funcionamento e quando obtém recursos e ferramentas apropriadas para essa atividade.

> A arte de investir possui uma característica que nem sempre é percebida. Um resultado respeitável, sem ser espetacular, pode ser obtido pelo investidor leigo com um mínimo de esforço e habilidade. Porém, superar esse padrão facilmente atingível exige muito empenho e mais sabedoria ainda (GRAHAM, 2017, p.18).

Pelos mínimos retornos que a poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), e outras formas mais tradicionais de investimentos têm trazido para os investidores, a bolsa de valores tem se tornado um mercado cada vez mais atrativo.

O problema, como já foi dito, é entrar nessa modalidade de investimento sem conhecimento. Afinal, do mesmo modo que ela traz altos retornos, também pode

ISSN 2178-9428

quebrar aqueles que não sabem operar corretamente as ações e demais ativos negociados na bolsa

2.2 INVESTIMENTO QUE PODEM SER REALIZADOS

O primeiro passo é achar uma corretora, onde tenha um assessor disponível para te auxiliar em compra e venda de contrato em que ação investir, a corretora pode ser seu próprio banco. Logo em seguida, ver o que mais vai se encaixar (taxa de corretagem, suporte de plataforma qualificado, disponibilidade de material na plataforma).

Assim, aplicar uma quantidade monetária na corretora, não existe um valor mínimo para deixar na conta da corretora. Após isso, mostrar qual é o seu perfil, que são conservador, moderado e arrojado. Cada perfil desses determina que tipos de investimentos você pode realizar.

> Renda Fixa está associada com juros, enquanto a renda variável está associada com dividendos. Enquanto na renda fixa há um prazo para pagamentos de juros, na renda variável os dividendos são pagos, e somente se, o empreendimento gerar lucros (GUTERMAN, 2015, p. 20).

Depois de identificado o perfil e dependendo do valor que foi transferido, é montado uma sugestão de qual como montar sua carteira (ações onde investir). Posterior a esses passos, a realização de investimento é imediata, respeitando o horário de funcionamento.

2.3 PESQUISA PRÉVIA - PILOTO

Foi realizada uma pequena pesquisa com um questionário contendo apenas uma pergunta sobre o investimento na bolsa, tiveram três participantes, essa pesquisa teve como finalidade mostrar que é possível uma PF (Pessoa Física) realizar investimentos.

A pergunta em questão foi: “É possível investir com pouco dinheiro?”. As respostas obtidas demonstram-se no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Pesquisa-piloto com Pessoas Físicas

ISSN 2178-9428

"Sim, pode se investir com pouco dinheiro. Você pode comprar ações fracionadas, ou seja, com algo em torno de 500,00 já é possível comprar ações, pagar as taxas e ainda assim obter um lucro com o tempo".
“Sim, mas a margem de erro tem de ser mínima, sendo mais difícil de operar arrojado.”
"Sim é possível, mas tem de se ter em mente que se menor teu investimento, menor o teu retorno".

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As respostas foram selecionadas, para sanar dúvidas (parcialmente), a respeito de capital baixo para investimento.

> Derivativos não são ativos no sentido estrito no termo. Você não desembolsa dinheiro (ou desembolsa muito pouco) para adquirir um derivativo, e pode até vendê-lo sem tê-lo em carteira (GUTERMAN, 2015, p. 22).

Dessa forma, verifica-se a abrangência da temática, como forma de respaldar as possíveis necessidades e práticas dessa abordagem quanto à economia local, possibilitando novas fronteiras para esse mercado, em longo prazo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa proporcionou um aprofundamento e conhecimento sobre investir em ações da bolsa de valores, mostrando-nos que é um bom negócio, e traz grandes vantagens, se aplicado corretamente, pois, como qualquer investimento, requer uma série de estudos. Mas se não der início não terá o devido conhecimento acerca do assunto.

A preparação, também, é essencial e de suma importância, para agir com a razão e não com a emoção, nesse meio de mercado têm altas e baixas e é preciso ter uma compreensão ampla sobre a mesma.

O investimento em ações, é um processo conveniente e com um bom retorno lucrativo, seja ele a curto ou em longo prazo.

4 REFERÊNCIAS

CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Poupança ainda é o investimento mais escolhido pelos brasileiros, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil**. 2020. CNDL Brasil. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/poupanca-ainda-e-o-investimento-mais-escolhido-pelos-brasileiros-aponta-levantamento-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 24. set. 2020.

GRAHAM, Benjamin. **O investidor inteligente**. 2.ed. Tradução de Jason Zweig. São Paulo, 2017.

GUTERMAN, Marcelo. Investindo com Dr. Money**: Cuidando da parte mais sensível do ser humano: o seu bolso!** Edição Digital, 2015

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DIAGNÓSTICO, INCLUSÃO E REABILITAÇÃO

GRALAKI, Sara[314]
XAVIER, Kevelyn[315]
LACERDA, Letícia[316]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os estudos feitos por profissionais de saúde sobre o Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa, utiliza-se de artigos escrito por psiquiatras, psicólogos, professores, fonoaudiólogos. Assim há um amplo e rico conhecimento de todas as áreas sobre o autismo. O artigo visa fazer uma revisão da bibliografia sobre o processo de diagnóstico, inclusão, intervenção e reabilitação sobre o transtorno do espectro autista. Quanto mais precocemente o diagnóstico for realizado, mais cedo começará o processo de intervenção individual e maior será o resultado e evolução do desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: TEA. Autismo. Inclusão. Reabilitação. Diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento com início precoce e curso crônico, não degenerativo e é caracterizada por danos em três importantes áreas do desenvolvimento humano: habilidade para se relacionar com outras pessoas tanto emocionalmente como fisicamente, alteração importante na comunicação verbal e não-verbal e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses, dentre outros sinais e sintomas (APA, 2014).

No estudo “Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação“ fica evidente que é de extrema importância o diagnóstico e o processo de reabilitação no TEA com base nos avanços e estudos científicos. Compreende-se que a família, ao se deparar com o diagnóstico de TEA, tende a buscar mais informações para acolher melhor o autista e compreendem que é importante e crucial

[314] Graduanda do quarto período do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.
[315] Graduanda do quarto período do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.
[316] Médica Pediatra e Docente do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

que haja o tratamento adequado. Além disso, é também relevante que a família participe do tratamento, estimulando a criança a se desenvolver melhor e proporcionar a desconstrução de rótulos e inverdades sobre o transtorno (ONZI, 2015).

Com base no estudo “Transtorno do Espectro Autista (TEA): definição, características e atendimento educacional” é estudado como é feita a inclusão escolar de crianças autistas na rede regular de ensino e a importância de conhecimento técnico para os professores que atuarão com esse público, o trabalho teve como objetivo analisar como funciona a rotina do autista em ambiente escolar e como os professores lidam com a situação. A conclusão inicial do trabalho é que a educação especial deve ser vista como um direito da pessoa com deficiência e não somente uma obrigação. Considera-se que é benéfica para todos os envolvidos; para que haja sucesso nesse processo, é preciso uma parceria entre professores, pais, funcionários e alunos (PEREIRA, 2015).

No artigo “O processo de inclusão de portadores do transtorno do espectro autista”, é feito uma pesquisa qualitativa sobre a inclusão do autista em escolas relacionando o transtorno com suas especificidades, sua linguagem, interação social, comportamento, histórico escolar e como é feito o tratamento multidisciplinar e também o método psicoeducacional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MÉTODOS

O esboço metodológico deste estudo caracterizou-se por pesquisa de caráter observacional e abordagem transversal da literatura e foi orientado pela busca bibliográfica na biblioteca virtual em saúde, nas bases de dados SciELO e Google acadêmico. Para tanto, as palavras-chave selecionadas para a execução da busca foram: “autismo”, “inclusão do autista”, “autismo escola regular” e “transtorno do espectro autista”, “diagnóstico” e “intervenção”. A seleção dos artigos foi conduzida baseando-se nos critérios de inclusão: artigos completos, em português ou inglês.

2.2 DESENVOLVIMENTO

ISSN 2178-9428

O artigo de Onzi, acessou aproximadamente 30 artigos em um período de dois meses, sendo utilizados 11 e concluiu-se, com base nesses estudos, que, a família, ao se deparar com o diagnóstico de TEA, procura coletar o máximo de informações possíveis para compreender o diagnóstico. Concluiu-se que, quanto mais cedo a criança for diagnosticada e iniciar o tratamento, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento dentro de suas capacidades físicas e mentais. A escolha do tratamento adequado é muito importante, pois o TEA não tem cura, acompanha o indivíduo para o resto da vida. O autista é único dentro da sua singularidade, assim, tanto os tratamentos como seus resultados diferenciam muito entre cada um. Dependem de muitos fatores, como, o nível de comprometimento, da interatividade de cada indivíduo, da compreensão e apoio familiar. Por isso, não existe, de fato, um tratamento especifico, mas sim aquele que satisfaz melhor as necessidades de cada um dos autistas.

No estudo de Pereira, conclui-se que a escola regular é a base para o desenvolvimento das crianças com TEA. As pesquisas demonstraram ser um desafio atuar com esses alunos, visto que muitas vezes o espaço escolar e também os professores não estão capacitados suficientemente. Contudo, com o avanço de estudos sobre o transtorno do espectro autista, tem havido muita movimentação para qualificação adequada desses que os acompanham em classe. Há necessidade da existência de uma parceria entre o Atendimento Educacional Especializado, escola e família, pois é por meio dessa união que os alunos com TEA poderão construir aprendizados que possibilitem a independência na vida. É direito do autista receber uma educação de qualidade em ambientes acolhedores, que promovam não apenas o aprendizado para a vida estudantil, mas para toda a vida. Dentre os modelos de intervenção, o TEACCH é um programa individualizado que foca em cada criança ou jovem com TEA e visa ajudar esses indivíduos a cultivar a independência dentro de seu potencial máximo (PEREIRA et. al, 2015)

Na revisão bibliográfica de Zauza, na segunda etapa de sua pesquisa, realizou-se entrevistas com pais e ou responsáveis de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, que estivessem matriculados em escolas da rede pública e privada. A pesquisa utilizou 12 perguntas norteadoras abrangendo as seguintes temáticas: diagnóstico; idade de inserção na escola; visão dos pais e ou responsáveis

ISSN 2178-9428

em relação ao processo de inclusão; conhecimento do professor; maiores dificuldades da criança e tratamentos. Seus resultados, concluíram-se que o diagnostico de TEA se consolida até os dois anos de idade e que o tratamento é diferente de indivíduo para indivíduo, sendo, na maioria dos casos, multiprofissional. Analisando de forma geral, foi observado que as crianças se adequam bem ao tratamento, entretanto, não é possível afirmar qual abordagem é mais indicada. Muitas crianças com o diagnostico de TEA passam por inúmeras escolas até se adaptarem, outras, conseguem se adequar na primeira. Para os pais, há uma rica diversificação de escolas, suas orientações e capacitação de professores, ou seja, não é padronizado o tratamento para as crianças autistas. Na pesquisa, todos os pais se sentiram satisfeitos com as escolas em que os filhos foram incluídos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que existem inúmeros estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista, e também cada um possui uma singularidade. Entretanto, todos eles se embasam em três pilares: diagnóstico, tratamento e inclusão. O diagnóstico, feito por profissionais é analisado e estudado até os dois anos de idade para ser diagnosticado definitivamente. Para que ele aconteça, é imprescindível que haja cooperação dos pais ou tutores. Existem características que são fortemente observadas nos autistas, como, a falta de habilidade para se relacionar com outras pessoas, alteração importante na comunicação verbal e não-verbal e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. Esses sintomas podem ser relatados por que convive com alguém que possui essas características.

O tratamento, assim como cada um dos diagnosticados com o espectro autista, é singular para cada um deles. Há uma variedade que são combinadas de infinitas formas e assim, cada equipe multiprofissional, com a ajuda dos pais ou tutores, analisam de que forma conseguem encaixar o tratamento para que haja maior conforto para o autista. Podem ser utilizados as terapias ocupacionais, com animais, sensoriais, familiar, para controle de raiva e também, em alguns casos, o uso de antipsicóticos.

ISSN 2178-9428

A inclusão, também faz parte do tratamento, pois consegue incluir o autista num espaço com outras pessoas, o que faz com que ele tenha contato com diversas pessoas, atividades, lugares e situações. Por isso é tão importante que não haja receio em coloca-los em uma escola com outras crianças que não possuem esse diagnóstico, para que eles tenham contato com uma outra realidade. Além disso, é muito importante que os professores estejam preparados para recebe-los com base em um protocolo certeiro para que não aconteçam situações traumatizantes e para que se sintam acolhidos e muito mais que isso, se sintam compreendidos.

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-IV-TR**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ONZI, F.Z. et. al. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. ISSN 1983-0882.

PEREIRA, A.C.S. et. al. Transtorno do Espectro Autista (TEA): definição, características e atendimento educacional. **Educação,** Batatais, v. 5, n. 2, p. 191-212, 2015

VIEIRA, N.M. et. al. **Diagnóstico e Intervenção de indivíduos com transtorno do espectro autista.** Disponível em: https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4623. Acesso: 23/09/2020.

ZEUZA, C.M.F. et al. **O processo de inclusão de portadores do transtorno do espectro autista.** Portal dos psicólogos, 2015. ISSN 1646 6977.

ISSN 2178-9428

PSICOLOGIA ANALÍTICA E SONHOS NA PANDEMIA DA COVID-19

DITZEL, Paulo Antonio Demeterko[317]
PORFIRIO, Gustavo Bianchini[318]

RESUMO: O foco do presente trabalho localiza-se na implicação dos atuais contextos sobre a forma de produção de vivências oníricas. Para tal, é necessário que se faça um exercício crítico-reflexivo acerca de como a atual pandemia de COVID-19 e fenômenos adjacentes estão presentes nos sonhos das pessoas. De maneira geral, os sonhos compilados nas obras aqui trabalhadas, tanto como os de muitos brasileiros, se referem aos sonhos reativos ou de angústia. Por fim, além do trabalho do psicólogo durante este momento, é necessário que este profissional se prepare também para o pós-pandemia.

Palavras-chave: Psicologia Analítica. Fenômenos Oníricos. Pandemia. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Dada a urgência da produção de novas possibilidades analíticas e interventivas no campo da Psicologia como ciência e profissão frente às emergências fenomenológicas tão próprias da hipermodernidade, faz-se de enorme importância o trabalho com os sonhos durante a pandemia da COVID-19 e suas implicações.

De maneira geral, os sonhos são fenômenos ou experiências da vida que se reconhecem e se expressam durante estados mais rebaixados de consciência, sobretudo, durante a fase REM do sono. São caracterizados pela intensa atividade de produção de imagens-sentido atravessadas por afetos, sentimentos e emoções oriundos dos sentidos da existência e movimentos daquilo que se conhece por experiência subjetiva. Esta produção de imagens ocorre durante o sono porque o cérebro pode estar tão ativo, neste momento, quanto durante o próprio estado de vigília, mesmo que a percepção consciente esteja diminuída, já que esta produção dispõe de diferentes funcionamentos de acordo com os estados da atividade mental (HALL, 1983; SANTOS; SERBENA, 2017).

É a partir dos sonhos que pode-se obter parte da consciência que não se adquire durante a vigília, o que significa que, os sonhos não são como hieróglifos que possuem um sentido oculto a ser desvendado, mas se apresentam como material real que tem sentido de fato naquilo que carrega (JUNG, 1987, 1999, 2008, 2016; HALL; NORDBY, 1973). Tal como o supracitado, expressou Von Franz (1988), que os

[317] Graduando em Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[318] Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Campo Real. Mestrando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

ISSN 2178-9428

sonhos são como símbolos vivos que acontecem de forma relativamente autônoma, ou seja, o sonho é "[...] produção, experimentação produtiva, é no corpo que o sentido disso tudo repousa" (SANTOS; TRINDADE, 2014).

Como fenômenos complexos e polissêmicos (SANTOS; TRINDADE, 2014), os sonhos são, por consequência, de difícil compreensão, tal como quase sempre foram os estudos anátomo-fisiológicos. Alguns povos do oriente e do norte da África classificavam os sonhos de acordo com sua relevância social, para estes, existiam os sonhos comuns e os de maior importância coletiva (JUNG 1985, 1990, 1988, 1998, 1999; SANTOS; SERBENA, 2017).

Os sonhos são classificados como de relevância supra pessoal por Jung quando ocorrem deslocamentos e movimentos enantiodrômicos no inconsciente que impossibilitam a experiência de ser integrada ao ego por conta de elementos mais passíveis e suscetíveis à massificação pelas coletividades, com ênfase nas sociedades ocidentais (JUNG, 1990, 2013a, 2013b).

Sendo assim, o foco do presente trabalho localiza-se, justamente, na implicação dos atuais contextos sobre a forma de produção de vivências oníricas de maior significância coletiva. Para tal, é necessário que se faça um exercício crítico-reflexivo acerca de como a atual pandemia de COVID-19 e fenômenos adjacentes estão presentes nos sonhos dos brasileiros e, neste sentido, uma associação com os sonhos que pertenceram ao *zeitgeist* alemão do século XX, sobretudo no período entre guerras, é de extrema pertinência por conta de suas semelhanças.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho tem como metodologia de investigação a revisão bibliográfica. Dentro disso, Jung é considerado um dos primeiros autores a sistematizar seus estudos sobre os sonhos (SILVEIRA, 2001; VON FRANZ, 1988; CALAZANS, 2012; HALL; NORDBY, 1973; CLARKE, 1993; WHITMONT, 1969), tal como Freud, que considerava tais fenômenos como uma via privilegiada para o inconsciente (VON FRANZ, 1988; JUNG, 1980; FREUD, 2001). Este último, em sua obra denominada Interpretação dos Sonhos, destaca a função protetora dos sonhos em relação ao sono, neste sentido, o sonhar cumpre um papel de impedir com que o corpo seja acordado perante as perturbações oriundas das moções que envolvem o dormir, entretanto, esta função nem sempre é respeitada, como observado em sonhos

ISSN 2178-9428

de angustias ou reativos (caráter nefasto do sonho), por exemplo, quando o sujeito acorda devido às contrariedades e tensões escancaradas pelo sonho (FREUD, 2001). Freud e Jung compartilharam importantes processos históricos, como guerras, explosões de paixões políticas e ascensões de regimes totalitários e é por esse motivo que seus estudos davam primazia à experiência da subjetividade privatizada associada a uma tradição mentalista e aos processos de desumanização decorrentes das mais variadas expressões de violência da época (SANTOS; TRINDADE, 2014).

Após o término da Primeira Guerra Mundial, a partir de inúmeros relatos dos sonhos de seus analisandos alemães, Jung estabeleceu uma prospectiva na qual narrou, de maneira metafórica, que um tipo de besta loira emergiria na Alemanha e causaria imenso dano ao mundo, e, como constatado anos depois, Hitler ascendeu ao poder. Este é um exemplo do caráter teleológico e da função prospectiva dos sonhos, que representam uma leitura inconsciente que permite a antecipação e projeção para um possível futuro (HALL; NORDBY, 1973; JUNG, 2016).

Jung (1999), percebeu que o estopim da Primeira Guerra se deu por boatos, imaginações e fantasias envolvendo a Sérvia, evidenciando, desta forma, que os sonhos podem denunciar situações de iminência de crises e conflitos. Assim, as imagens fornecidas pelos sonhos permitem à experimentação de uma realidade em movimento e que diz respeito ao desejo, o que também dá sentido ao caráter prospectivo dos sonhos, visto que “[...] o futuro é em grande medida uma decorrência de como agimos em relação aos nossos desejos presentes” (DUNKER, 2020).

No livro *Memórias, Sonhos e Reflexões*, Jung (1987), relata alguns de seus sonhos e de seus analisandos, os quais precederam a Segunda Guerra. Estes sonhos relatam situações de despedidas, migrações, inundações, encontro com parentes ou estranhos já falecidos e que, por vezes, acabavam por se interessar imensamente pelas experiências dos vivos, como se estas caracterizassem fatos históricos decisivos, lembranças do serviço militar e diversos episódios relativos à guerra.

Tais conteúdos oníricos trazidos por Jung se relacionam diretamente com os que Beradt (2017) compila em seu livro *Sonhos no Terceiro Reich.* Entre 1933 e 1939, a autora investigou o que os alemães estavam sonhando e, assim, chegou à imagens relacionadas ao que veio a acontecer anos depois, como os campos de concentração, a prática de deportações, desumanização, injustiça, situações de resistência civil, perseguições políticas e diversas formas de censura. Sendo assim,

ISSN 2178-9428

de forma geral, os sonhos compilados tanto nesta obra como nas interpretações de Jung, se referem aos sonhos reativos ou de angústia, sonhos que quando se expressam em momentos como estes, muitas vezes, assemelham-se a dispositivos de vigilância. Da mesma forma, de acordo com Dunker (2020), o que vem percebendo-se nos atendimentos psicológicos no Brasil é que as pessoas de fato estão sonhando mais e lembrando destes com maior clareza, muito comum quando uma sociedade se encontra atravessada por medos, perdas e por uma notável escalada de conflitos geopolíticos de maneira que, grande parte do conteúdo destes sonhos se relaciona com o que o mundo experienciou diante de determinadas crises do século passado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do trabalho do psicólogo durante este momento de pandemia, é necessário que ele se prepare também para o pós-pandemia, até porque as consequências psicológicas desencadeadas por todos os desdobramentos deste contexto, podem ser mais prevalentes e duradouros do que o próprio adoecimento da COVID-19 em si. Por tais motivos, justifica-se a importância de intervenções psicológicas contextualizadas tanto durante, como após (CREPALDI *et al*., 2020).

Por fim, além da pandemia, as recentes escaladas de tensões em diversas partes do mundo também interferem na forma como as pessoas sonham, aspecto que, se estudado com maior profundidade, poderá contribuir com o fornecimento de subsídios para a produção de vivências mais afirmativas em sociedade.

4 REFERÊNCIAS

BERADT, C. **Sonhos no Terceiro Reich**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

CALAZANS, D. L. **Alquimia, Sonhos e Imaginação: Uma Análise sobre a Repercussão das Ideias de Jung no Campo da História da Ciência**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – PUC de São Paulo, São Paulo, 2012.

CLARKE, J. **Em Busca de Jung.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

CREPALDI, M. A. *et al*. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia,** Campinas, v. 37, n. e., p. 1-12, jun. 2020.

DUNKER, C. **Oniropolítica: nossos sonhos refletem o estado das coisas no Brasil**. Disponível em: https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2020/05/08/por-

ISSN 2178-9428

que-estamos-tendo-sonhos-mais-intensos-e-marcantes-durante-a-pandemia/. Acesso em 08 de maio de 2020.

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

HALL, C. S.; NORDBY, V. J. **Introdução à Psicologia Junguiana.** 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

HALL, J. A. **Jung e a Interpretação dos Sonhos: Manual de teoria e prática**. São Paulo: Cultrix, 1983.

JUNG, C. G. **Ab-reação, Análise dos Sonhos, Transferência**. Petrópolis: Vozes, 1999.

JUNG, C. G. **AION: Estudos Sobre o Simbolismo do Si Mesmo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

JUNG, C. G. **Civilização em Transição**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

JUNG, C. G. **Memórias, Sonhos, Reflexões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

JUNG, C. G. **Presente e Futuro**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

JUNG, C. G. **Psicologia do Inconsciente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

JUNG, C. G. **Psicologia e Alquimia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

JUNG, C. G. **Eu e o Inconsciente**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNG, C. G. **Fundamentos de psicologia analítica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

JUNG, C. G. ***Mysterium Coniunctionis***. Petrópolis: Vozes, 1988.

JUNG, C. G. **O Homem e seus Símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro:Harper Collins, 2016.

SANTOS, A. O.; TRINDADE, T. F. Tecnologias dos Sonhos em Artemidoro, Freud, Jung e nos Warlpiri. **Revista de Psicologia Fractal**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 309-326, mai./ago. 2014.

SANTOS, J. C.; SERBENA, C. A. Trabalho com sonhos em saúde mental na perspectiva da psicologia analítica. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 21, p. 501-526, jul./dez. 2017.

SILVEIRA, N. **Jung: Vida e Obra**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VON FRANZ, M. L. **O Caminho dos Sonhos**. São Paulo: Cultrix, 1988.

WHITMONT, E. C. **A Busca do Símbolo**. São Paulo: Cultrix, 1969.

BIOSSENSORES: APERFEIÇOAMENTO NO DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER E DENGUE

MOREIRA, Ellen Gonçalves[319]
DOBBINS, Isabelly Cristine de Souza[320]
MATOS, Larissa Aparecida Correa[321]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O estudo aborda uma revisão teórica sobre o funcionamento e a aplicabilidade de biossensores em diagnósticos e tratamentos do câncer e da dengue, visto que podem agilizar e abaratar os exames de diagnóstico. Para isso, foram utilizadas dissertações acadêmicas, revistas e sites relacionados à biotecnologia e a doenças com enfoque na dengue e no câncer. Com base nesses estudos, percebe-se que a biotecnologia na área de biossensores apresenta um progresso nos campos de diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: Saúde. Dispositivo. Tumor. Imunochip.

1 INTRODUÇÃO

Os biossensores são ferramentas compostas de um elemento de reconhecimento biológico - como DNA, enzimas e proteínas - e de um transdutor, capazes de mensurar determinadas informações (CRULHAS, 2017). O gradativo crescimento no campo dos biossensores é notório, especialmente no âmbito medicinal.

A dengue é uma doença grave transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, e uma das maneiras de se diagnosticar a doença é utilizando a sorologia. Já uma das melhores estratégias contra o câncer é o diagnóstico precoce, pois viabiliza um tratamento mais simples e eficaz (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/a).

O objetivo deste trabalho é apresentar as formas que os biossensores atuam auxiliando no diagnóstico e tratamento do câncer e da dengue, proporcionando resultados mais rápidos e precisos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada pela consulta a teses acadêmicas, ao *site* do Ministério da Saúde e em *sites* de revistas acadêmicas com temas relacionados a biotecnologia.

[319] Acadêmico de Biomedicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[320] Acadêmico de Biomedicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[321] Professor Orientador, Doutora em Química, Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

Investigou-se as formas de utilização de biossensores na saúde, com enfoque em dengue e câncer, afim de demonstrar os avanços na medicina pelos diagnósticos precoces e tratamentos avançados e com menor toxicidade para o organismo.

3 BIOSSENSORES

Segundo Vadgma (1990), um biossensor pode ser definido como um dispositivo de verificação formado por um elemento de origem biológica, podendo ser enzimas, anticorpos, antígenos, células, entre outros. Os elementos biológicos agem como um elemento biorreceptor, que interage com o elemento que está sendo utilizado e criar assim uma resposta físico-química, que provoca um sinal eletroquímico e dá o resultado esperado.

O objetivo do biossensor é a identificação, quantificação e a triagem de moléculas específicas, podendo então ser de enorme utilidade na pesquisa analítica, na indústria de alimentos e farmacêutica, no diagnóstico clínico, no monitoramento de processos e inclusive no controle ambiental. A importância de desenvolvimento dos biossensores acontece devido a necessidade de uma análise rápida e de rotina de muitas amostras, o que requer a energia, sensibilidade e reprodutibilidade. Além de ter baixo custo de produção, instrumentação simples, miniaturização e processamento automático de amostras (VILLAVERDE, 2003).

Atualmente várias áreas científicas utilizam os biossensores, sendo o diagnóstico clínico o foco primordial de investigação e produção desse recurso (TELES, 2006). A partir da verificação precoce seja de câncer, doenças genéticas e/ou infecciosas, os resultados dos tratamentos tornam-se muito mais efetivos e seguros, consequentemente, melhorando a expectativa de vida da pessoa afetada (TALITA PEREIRA MARTINS, 2016) (TELES, 2006).

Assim, coloca-se em perspectiva a finalidade dos biossensores utilizados na investigação do câncer e da dengue.

4 CÂNCER

O câncer, também chamado de tumor maligno é um conjunto de doenças com um fenômeno em comum: o crescimento desordenado das células (MINISTÉRIO DA

ISSN 2178-9428

SAÚDE, s/a). Por ser uma doença difícil de ser diagnosticada antes de estar em um estágio avançado e ainda possuir um tratamento rigoroso as pesquisas com biossensores aumentaram nos últimos anos. Afinal, em teoria, os biossensores são exames rápidos, menos severos e de fácil utilização (PROFISSÃO BIOTEC, 2019).

A partir disso, muitos tratamentos e detectores de câncer começaram a ser estudados e aplicados. Como por exemplo, os biossensores baseados em nanofio (NW - nanowire) criados por Patolsky et al (2006). Os NWs são semicondutores que funcionam como Transistores de Efeito de Campo (FETs), os quais a partir da variação do campo elétrico ou do potencial de superfície manifestam uma alteração na condutividade. Essa variação ocorre quando as biomoléculas se ligam a superfície do nanofio, e pela sua sensibilidade única é possível detectar uma determinada alteração no organismo.

Com isso, Patolsky et al (2006) investigaram o uso do biossensor para a detecção de vários tipos de proteína simultaneamente, pois essa avaliação poderá analisar múltiplos marcadores de câncer, fornecendo assim as informações necessárias para um diagnóstico consistente em qualquer pessoa. E, com estes marcadores associados aos diferentes estágios da doença pode até mesmo facilitar o diagnóstico precoce.

Além de estudos para melhorar os tratamentos de câncer, pesquisas com a finalidade de matar células tumorais também foram feitas. Papo e Shai (2003) propuseram um peptídeo catiônico diastereomérico lítico, o qual é mais tóxico para células cancerígenas que para células normais. Em seu estudo, os peptídeos líticos mostram-se mais seletivos em relação às células tumorais além de preservar sua atividade quando expostos a componentes do soro e também a enzimas proteolíticas. Dessa forma, os peptídeos agem desintegrando a membrana celular, provavelmente em função da atração eletrostática dos aminoácidos com os componentes ácidos que se encontram na superfície da célula. “A simples composição dos peptídeos diastereoisoméricos e sua estabilidade em relação à degradação enzimática por componentes do soro fazem destes peptídeos excelentes candidatos para novos medicamentos quimioterapêuticos” (PAPO E SHAI, 2003, tradução nossa)

5 DENGUE

ISSN 2178-9428

A dengue é uma doença grave, transmitida por picadas de mosquitos, sendo seu vetor mais comum o *Aedes aegypti*. Seus principais sintomas incluem febre alta, mal estar, dor muscular, falta de apetite e manchas vermelhas pelo corpo, porém, pode se manifestar de forma assintomática (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/a).O diagnóstico da dengue é feito de forma laboratorial, como o de isolamento viral, de biologia molecular e de sorologia, também em testes rápidos em caso de triagem. (BIOMEDICINA PADRÃO, 2017).

Novos meios, mais baratos e rápidos, para a detecção da dengue estão surgindo, como é o caso do Imunochip, criado por um grupo de estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sua forma é baseada na tecnologia das micro balanças de cristal de quartzo (MCQ) que é capaz de detectar uma molécula na ordem de nano grama. O que torna essa aplicação possível é a propriedade eletroquímica, chamada de efeito piezoelétrico que é capacidade que alguns cristais têm de gerar tensão elétrica por uma pressão mecânica. O Imunochip consegue detectar o antígeno da dengue em qualquer meio líquido e dar um diagnóstico em tempo real, em cerca de 15 minutos (FAPESP,2017).

De acordo com Silva et al (p.1, 2017):

> [...]A evolução da dengue é rápida e os sintomas são inespecíficos, podendo ser confundidos com outras doenças infecciosas 1. Neste caso, um diagnóstico clínico é difícil, sendo necessário um diagnóstico laboratorial. Os biossensores são uma alternativa interessante devido à possibilidade de produzir dispositivos de baixo custo, sensíveis, miniaturizados e simples para diagnóstico descentralizado. [...]

O diagnóstico clínico da dengue não é tão preciso, pois nos diferentes estágios da doença pode-se perceber ou não seus sintomas, e muitos casos apresentam-se de forma assintomática.

Com os avanços da biotecnologia, vários biossensores capazes de detectar novas doenças e até conseguir um diagnóstico mais rápido e preciso estão surgindo, principalmente no vírus da dengue. Os biossensores eletroquímicos, por exemplo, são mais precisos e apresentam um custo menor, mas ainda estão em desenvolvimento (Silva et al ,2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN 2178-9428

A dengue e o câncer exigem diagnósticos precisos, que geralmente são caros e demandam tempo. A agilidade no diagnóstico é imprescindível para o início do tratamento do câncer. A utilização de biossensores reduz o tempo de diagnóstico para até 15 minutos, o que facilita na identificação da infecção pelo vírus da dengue, e para uma triagem em grande escala, os custos são menores significativamente. O avanço da biotecnologia permitirá que os biossensores auxiliem no diagnóstico e tratamentos de doenças futuramente.

7 REFERÊNCIAS

BIOSSENSORES: O QUE SÃO? QUAL A SUA APLICAÇÃO? TÊM IMPORTÂNCIA NA SAÚDE?. **Profissão Biotec.** Fevereiro,2019. Disponivel em <https://profissaobiotec.com.br/biossensores-o-que-sao-qual-sua-aplicacao/> acesso em 12 de setembro de 2020.

CÂNCER: SINTOMAS, CAUSAS, TIPOS E TRATAMENTOS. **Ministério da saúde.** Disponivel em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/cancer> acesso em 09 de setembro de 2020.

DENGUE: CAUSAS, SINTOMAS, TRATAMENTO E PREVENÇÃO. **Ministério da saúde.** Disponivel em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/dengue> acesso em 09 de setembro de 2020.

MARTINS, T. P. **Avanço no diagnóstico do câncer de mama**. Rio Verde, 2016.

PAPO, Niv; SHAI Yechiel. **New Lytic Peptides Based on the D,L-Amphipathic Helix Motif Preferentially Kill Tumor Cells Compared to Normal Cells**, 2003.

PATOLSKY, F.; ZHENG, G.; LIEBER, C. M. **Nanowire-based biosensors.** 2006.

SILVA, R.; SILVA, J. V.; BRITO-MADURRO, A. G.; MADURRO, MADURRO, J. M. Madurrl. **Biossensor eletroquímico para diagnóstico específico do vírus da dengue. In: ANAIS DO SIMPóSIO BRASILEIRO DE ELETROQUíMICA E ELETROANALíTICA,** 2017. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2017.

TELES, F. S. R. R. **Desenvolvimento de um biossensor para detecção e identificação do vírus da dengue em fluídos biológicos**. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)- Centro de Ciências Biológicas-Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

VILLAVERDE, A. Allosteric enzymes as biosensors for molecular diagnosis. **Febs Letters,** v. 554, n.1, p. 169-172, 2003.

ISSN 2178-9428

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

DALLABRIDA, Jessica Fabiana[322]
OLIVEIRA, Vanessa Karina dos Santos[323]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[324]

RESUMO: A violência doméstica e familiar contra a mulher é comum em todo o país e o sistema de justiça usual não é efetivo no sentido de cessar a ocorrência deste tipo de violência. Diante disso, nos trabalhos do Grupo de Estudos Jr Lab, através do método de pesquisa bibliográfica, este estudo visa avaliar a aplicação da justiça restaurativa como forma de resolução de conflitos decorrentes deste gênero de violência. Neste sentido, concluiu-se que a justiça restaurativa pode ser muito mais efetiva, quando comparada ao sistema de justiça usual, pois prevê medidas para além da punição do agressor, responsabilizando-o efetivamente e restaurando a relação entre as partes.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Aplicação. Justiça Restaurativa.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um grave problema social que aflige a população brasileira. Neste sentido:

> Segundo dados do Instituto Maria da Penha (Relógios da Violência), a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física no Brasil. A pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, constatou que mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil (...). (VIEGAS; FRANCISCO, 2019)

Embora os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher sejam punidos sob a égide da Lei nº 11.340/2006 e Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), entre outras aplicáveis, o número de ocorrências se demonstra crescente na sociedade brasileira, tornando-se comum que os ciclos deste gênero de violência perdurem até virarem feminicídio, conforme se observa pelos dados retirados do Atlas da Violência (2019, p. 35):

> [...] Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres

[322] Graduanda no Curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[323] Graduanda no Curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[324] Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Campo Real. Coordenadora da Pós Graduação em Gestão de Conflitos do Centro Universitário Campo Real. Instrutora de facilitadores de processos circulares.

ISSN 2178-9428

> assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesse período, houve crescimento da taxa em 17 Unidades da Federação. Já no recorte de 2012 a 2017, observamos aumento de 1,7% na taxa nacional e um aumento maior ainda de 5,4% no último ano, período em que se verificam taxas ascendentes em 17 UFs em relação a 2016.

Ressalta-se que o gênero de violência aqui abordado é muito peculiar, pois, ao contrário das outras formas de violência, neste caso em específico, a vítima possui relações íntimas de afeto, de parentesco ou relações domésticas com o seu agressor, o que gera impactos para além da esfera penal e, por conseguinte, exige respostas mais efetivas que apenas a punição do agressor.

Faz-se necessário o estudo acerca de métodos alternativos que corroborem com o fim da violência doméstica e familiar contra a mulher. O presente trabalho científico, realizado através do método de revisão bibliográfica, visa avaliar a aplicação da justiça restaurativa na resolução de conflitos deste gênero de violência.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, importante destacar que:

> A Justiça Restaurativa baseia-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pelo crime. (PINTO, 2005, p. 20)

A Justiça Restaurativa trata-se de procedimento voluntário e informal, no qual são utilizados métodos como a conciliação, mediação e transação para se alcançar um acordo em que sejam supridas as necessidades individuais e coletivas das partes envolvidas, visando restaurar a relação existente entre elas, o que difere muito da justiça usual, em que o ritual é solene, contencioso e que volta-se exclusivamente para o infrator, visando intimidá-lo e puni-lo. (PINTO, 2005)

Ressalta-se que na justiça usual, comumente, a vítima sequer sabe o que se passa no processo em que é parte. Ela possui pouquíssima ou nenhuma consideração e participação neste sistema e, por isso, não raras vezes, a vítima sente-se frustrada com a forma com o qual é solucionado o seu conflito, pois embora o infrator seja punido pelo fato, não é efetivamente responsabilizado. (PINTO, 2005)

ISSN 2178-9428

Por outro lado, dispõe a Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 1º, que além participação do ofensor e da vítima, é também necessária a participação de suas famílias, dos demais envolvidos no fato danoso, bem como de representantes da comunidade para que todos possam dialogar sobre o fato ocorrido, bem como buscar novas atitudes diante do erro através do reconhecimento deste, por parte do ofensor quanto ao mal praticado. (BRASIL, 2016)

Um dos princípios da Justiça Restaurativa é justamente o empoderamento da vítima, vez que há nela essa necessidade de ser empoderada, pois se encontra em desarmonia após ter seu equilíbrio afetado. Para que este processo, e para que a vítima tenha seus anseios atendidos e seus traumas minimizados, ela necessita se sentir ouvida, o que não ocorre quando se tem somente uma instrução criminal ou quando ocorre o encarceramento do agressor. (SILVA; LIMA, 2019)

Neste sentido, uma pesquisa realizada em 2015, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstrou que apenas 20% das mulheres vítimas de violência desejavam que seu agressor fosse condenado a uma pena privativa de liberdade. Por conseguinte, 80% das vítimas não desejavam processar o seu agressor, sendo que, deste último percentual, 40% delas preferiam que o conflito fosse resolvido com a ajuda de psicólogos e/ou assistentes sociais, enquanto que 30% preferiam que o agressor participasse de grupos de reflexão para haver uma conscientização e 10% delas manifestaram-se no sentido de a pena de prestação de serviços à comunidade ser suficiente. (BRASIL, 2015)

Ou seja, esta pesquisa demonstra a insatisfação das vítimas de violência doméstica e familiar em relação à resposta meramente punitiva do Estado. Isso porque, quando se fala em violência doméstica contra a mulher, verifica-se que esse fenômeno possui uma necessidade maior de atenção às necessidades da vítima e também do agressor, no sentido de resgatar a confiança, recriar laços e fortalecer as relações (PELLENZ; BASTIANI, 2015). Tal necessidade decorre do fato de que, na maioria das vezes, a vítima possui um vínculo afetivo e de parentesco com o seu ofensor, por esta razão a maioria delas não deseja que o agressor seja preso e sequer processado, o desejo delas é que ele não reitere na conduta violenta e que a relação entre ela e o agressor possa ser restaurada, isto significa que elas buscam a solução para o conflito instaurado e não a mera punição do agressor. (FABENI; MARQUE, 2016)

ISSN 2178-9428

Dessa forma, a Justiça Restaurativa se demonstra um possível método efetivo de resolução deste tipo de conflito, pois ela visa mudar o paradigma punitivo, colocando ofensor, vítima, famílias e comunidades em sintonia com o Estado Democrático de Direito, atendendo às necessidades psíquicas, sociais e culturais da vítima e também do ofensor. Neste sentido, a Justiça Restaurativa se demonstra como uma forma de resgatar o justo e o ético nas relações entre as instituições e na sociedade, assim, este método de resolução de conflitos, além de prevenir e evitar que a violência nasça ou se repita, busca remediar novo ato da transgressão, com isso, evidencia-se o enfoque humanizado dado a essa vítima de violência na proteção de sua dignidade. (SALAMASO, 2016)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma realidade em todo o país. Considerando o número crescente de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, denota-se que a justiça usual, a qual foca na mera punição do agressor, não é efetiva no sentido de cessar a ocorrência desse gênero de violência.

Nesse sentido, a Justiça Restaurativa se demonstra um possível método mais efetivo quanto à resolução dos conflitos decorrentes desta forma de violência. Isso porque um dos pilares da Justiça Restaurativa é justamente dar o empoderamento necessário à vítima, no sentido de dar-lhe voz, de dar-lhe a oportunidade de decidir, fato que não ocorre na justiça usual, em que o Estado toma a vez da vítima e ela, muitas vezes, sequer sabe o que acontece no processo.

A partir desse empoderamento dado à vítima, busca-se, através do diálogo entre a vítima e o ofensor, mediado entre representantes da comunidade, responsabilizar efetivamente o agressor, através do reconhecimento de seu erro, bem como restaurar a relação existe entre as partes, que na maioria dos casos trata-se de relação afetiva ou de parentesco (e daí a necessidade de buscar a solução efetiva do conflito) resgatando a confiança, recriando laços e fortalecendo as relações, prevenindo, desta forma, a nova ocorrência de violência.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019.** Brasília, 2019. Disponível em:

ISSN 2178-9428

<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf>. Acessado em: 17/06/2020.

_____. **Resolução n.º 225, de 31 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original143216202001105e188af04a5d1.pdf>. Acessado em: 10/07/2020.

FABENI, Lorena Santiago; MARQUES, Wasley Peixoto. **Justiça Restaurativa no Brasil: sua inovadora atuação em Marabá, Pará, Amazônia**. 2016. Disponível em: <https://pitangui.uepg.br/eventos/justicarestaurativa/_pdf/ANAIS2016/A%20Justi%C3%A7a%20Restaurativa%20no%20%20Brasil%20%20sua%20inovadora%20atua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Marab%C3%A1,%20Par%C3%A1,%20Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acessado em: 20/07/2020.

PELLENZ, Mayara; BASTIANI, Ana Cristina Bacega de. Justiça Restaurativa e Resolução dos Conflitos Familiares. **Revista Direito e Liberdade**, vol. 17, 2015. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_articulo775419-justi%C3%A7a-restaurativa-e-resolu%C3%A7%C3%A3o-dos-conflitos-familiares>. Acessado em: 15/07/2020.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é possível no Brasil?. Justiça Restaurativa, **Coletânea de Artigos,** p. 19-40, 2005. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justi%C3%A7a-Restaurativa.pdf>. Acessado em: 10/07/2020.

SALMASO, Marcelo Nalesso. **Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz.** Justiça Restaurativa: Horizontes a partir da Resolução CNJ 225, p. 15- 64, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/08/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf>. Acessado em: 11/07/2020.

SILVA, Artenira da Silva e; LIMA, Dandara Miranda Teixeira de. O Paradigma da Justiça Restaurativa frente à Justiça Retributiva: Reflexões sobre os limites e possibilidades da sua aplicação em casos de violência doméstica contra mulheres. **Revista Quaestio Iuris**, vol.12, n^{0} 02, p. 01-31, 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/viewFile/30660/32536>. Acessado em: 10/07/2020.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; FRANCISCO, Fabiano Porto. Feminicídio: Uma Análise da Violência de Gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 999, p. 369 - 404, 2019. Disponível em: <https://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000171a91bbf83230fed96&docguid=I046dd410ff6011e89c31010000000000&hitguid=I046dd410ff6011e89c31010000000000&spos=2&epos=2&td=70&context=30&crumbaction=append&crumblabel=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acessado em: 17/06/2020.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

PROPAGANDA ELEITORAL EM BENS PARTICULARES E PÚBLICOS, COMÍCIOS E SHOWMÍCIOS

TONON, Anally Martins[325]
DALLABRIDA, Jessica Fabiana[326]
OLIVEIRA, Vanessa Karina Santos[327]
NETTO, Thieme Silvestre[328]

RESUMO: A propaganda eleitoral é um importante instrumento utilizado para a concretização da democracia, pois ela permite que o povo, o titular do poder, tenha conhecimento acerca de todos os candidatos aos cargos representativos e de suas ideologias, opiniões e propostas, para que, de acordo com a sua convicção, vote naquele que melhor o represente. Desta forma, tendo em vista a importância deste assunto, o presente estudo, realizado através de revisão bibliográfica, tem por finalidade abordar as principais regras vigentes quanto à veiculação de propaganda eleitoral, mais especificamente quanto às normas existentes em relação à utilização de bens públicos e bens particulares para esta finalidade. Ademais, o presente estudo visa abordar também as principais regras que norteiam a realização de comícios e showmícios.

Palavras-chave: Propaganda Eleitoral. Comícios. Showmícios.

1 INTRODUÇÃO

A propaganda eleitoral é uma das garantias para que a população conheça os candidatos e suas propostas, possibilitando assim, o seu direito à democracia de forma plena, na escolha daqueles que melhor o representarão no comando do governo estatal.

Neste sentido, este instrumento pode se transformar em um perigoso mecanismo de manipulação coletiva, pois quando são difundidas falsas ou distorcidas concepções, informações ou impressões, um grande número de eleitores pode ser levado a erro, elegendo um candidato que não os representa verdadeiramente. (GOMES, 2019)

Diante disso, surge a necessidade da regulamentação das propagandas eleitorais. É sobre este importante mecanismo e sobre a sua regulamentação que este

[325] Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[326] Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[327] Acadêmica do curso de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[328] Formada em Direito pela Faculdade Campo Real. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho com preparatório para a Magistratura do Trabalho pela Ematra- Amatra IX. Especialista pela Fundação Escola do Ministério Público. Mestre em Direito. Advogada no escritório Silvestri e Netto Advogados e na Câmara Municipal de Guarapuava. Professora de Direito da Faculdade Campo Real.

ISSN 2178-9428

trabalho, realizado através do método de pesquisa de revisão bibliográfica, visa explanar.

2 DESENVOLVIMENTO

A propaganda eleitoral está disciplinada pelo Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/1965), pela Lei n.º 9.504/1997 e pela Resolução n.º 23.610/2019, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conforme dispõem os artigos 2.º e 5.º, da Resolução n.º 23.610/2019, a propaganda eleitoral possui período específico para ser veiculada: somente é permitida a partir do dia 16 de agosto do ano em que a eleição for ocorrer podendo ser veiculada até 48 horas antes das eleições, momento no qual ficarão suspensas as veiculações até 24 horas depois das eleições, sendo prevista a penalidade de multa ao responsável pela divulgação da propaganda e ao beneficiário em caso de violação do referido dispositivo, nos termos do § 4.º, deste mesmo dispositivo. (BRASIL, 2020)

Em regra, é vedada a veiculação da propaganda eleitoral em bens públicos e bens de uso comum do povo[329], conforme disciplina o artigo 37, da Lei n.º 9.504/1997. Em relação aos bens públicos de uso especial, ou seja, aqueles em que há a prestação de serviços públicos, também não é possível haver veiculação de propaganda eleitoral, isso porque tal situação poderia perturbar o serviço prestado ou causar transtornos aos destinatários de tais serviços. Em caso de descumprimento destas regras, o responsável estará sujeito à reparação do dano e, caso não cumprida no prazo, a uma penalidade de multa. (BRASIL, 2020)

Todavia, há que se destacar que, excepcionalmente, permite-se a veiculação de propaganda em bens públicos, desde que esta seja realizada de acordo com as hipóteses previstas no § 2.º do artigo em comento, quais sejam: bandeiras ao longo de vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos e adesivo plástico em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado). (BRASIL, 2020)

[329] Entende-se por bens de uso comum do povo tanto aqueles definidos pelo Código Civil, quanto aqueles que a população em geral tem acesso, como cinemas, lojas, templos, estádios, centro comerciais, ainda que privados. (GOMES, 2019)

ISSN 2178-9428

Ademais, prevê o § 6.º do artigo 37, da Lei n.º 9.504/1997, que é permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo da via pública, desde que movéis e não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. (BRASIL, 2020)

Quanto aos bens particulares, a realização de propaganda eleitoral é permitida, desde que tenha o consentimento livre e espontâneo do proprietário ou possuidor, que deve ceder o espaço gratuitamente, conforme dispõe o art 37, § 8º da Lei 9504/97, todavia, somente é permitida quando produzida em adesivo ou papel,que não exceda a 0,5m² (meio metro quadrado) e não contrarie a legislação eleitoral. (GOMES, 2019). Porém, a realização de propaganda eleitoral em muros, paredes, tapumes, cercas e encostas de bens privados mediante pintura, bem como a inscrição e afixação de placas é vedada. (GOMES 2019)

Quando a propaganda é afixada sem o consentimento do proprietário, o interessado poderá levar a sua queixa até a Justiça Eleitoral, a fim que seja determinada a sua retirada, e para que haja a restauração da coisa danificada, se for o caso, podendo, ainda, recorrer ao juízo cível para reaver perdas e danos. (GOMES 2019)

Quanto aos veículos automotores, sendo eles bens particulares e destinados ao uso privado, é admitido a veiculação de propaganda mediante colagem de adesivo. Todavia, é proibida a plotagem dos veículos, exceto adesivos microperfurados até a extensão total do para-brisa traseiro e em outras posições. (GOMES, 2019). Já em relação aos panfletos, folhetos, adesivos volantes e outros impressos, são livres nos locais onde não sejam afetados por serviço público (art. 38, caput da Lei nº 12.981/2013.)

A multa para quem descumprir as regras de propaganda eleitoral nos bens particulares, está disposta no art. 37, §1º da LE, trata-se da retirada da propaganda e multa, cumulativamente. (BRASIL,2020)

O comício representa uma forma tradicional de propaganda eleitoral, caracterizado pelo contato direto entre o candidato e o eleitor (GOMES, 2020). Para a sua concretização, é necessário a comunicação para autoridade policial, a qual se dará nos termos do art. 39, §1º, da Lei 9504/97 (LE), devendo ocorrer no mínimo 24 horas antes da realização do comício para garantia do local e horário, bem como da ordem pública.

ISSN 2178-9428

Dentre as características do comício, tem-se que é uma propaganda sonorizada. Para isso, o art. 39, §4º da LE regulamenta a utilização de aparelhagens de som fixas no horário compreendido entre as 08 e as 24 horas, exceto o comício de encerramento de campanha que pode ser delongado por mais 02 horas.

É interessante registrar que o § 10º do Art. 39 da LE admite a utilização de trios elétricos em comícios, sendo especificada a potência no § 12º, inc. III do mesmo artigo. Contudo, nos termos do § 7º da LE "é proibida a realização de *showmício* e evento assemelhado para promoção de candidatos."

Diante disso, segundo José Jairo Gomes (2020), pode-se dizer que é vedada a realização de "evento em que haja divertimento, entretenimento, recreação ou mero deleite dos presentes". De modo que, os trabalhos de cantores, atores, animadores, apresentadores, etc não sejam exercidos em eventos eleitorais, como os comícios, com a finalidade de não descaracterizá-los. Ainda, conforme o §Ú, a proibição se estende aos candidatos que sejam profissionais da classe artística, cantores, atores e apresentadores que pretendem exercer suas profissões "em programas de rádio e de televisão, na animação de comício ou para divulgação, ainda que de forma dissimulada, de sua candidatura ou de campanha eleitoral".

Entretanto, não contém previsão específica de sanção para descumprimento da conduta acima descrita, mas caso ocorra deve-se punir o infrator pelo delito de desobediência previsto no Art. 347 da Lei 4737/65 (CE) (GOMES, 2020). Em relação ao comício, existe previsão de punição de detenção com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR (Art. 39, §5º da LE) quando ocorrer a promoção de comício no dia da eleição.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propaganda eleitoral tem um papel importante nas eleições para garantir que a vontade popular seja respeitada, tendo em vista que permite a divulgação de informações referentes aos candidatos, seus partidos e planos de governo. À vista disso, é necessária regulamentação voltada para realização destas propagandas, a fim de evitar fraudes e transtornos.

ISSN 2178-9428

A veiculação de propaganda em bens públicos é permitida desde que em acordo com as previsões do art. 37, §2º da Lei 9504/97, ademais é vedada. Em relação às propagandas eleitorais a serem executadas em bens particulares, devem seguir as mesmas regras previstas no artigo supramencionado, sendo que dependem do consentimento do proprietário para que ocorram de forma lícita. Quanto aos comícios, caracterizados pelo contato direto do eleitor com o candidato são permitidos, todavia são proibidos os chamados *showmícios* que tem a intenção de entreter e divertir o público descaracterizando a finalidade do evento.

Portanto, para que haja uma captação de votos justa e igualitária, bem como que os eleitores tenham informações verdadeiras sobre seus candidatos é preciso que sejam seguidas as regras dispostas na lei que estabelece regras para as eleições e o Código Eleitoral.

4 REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado.** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 2020a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 09/09/2020.

_____. **Lei n.º 9.504 de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acessado em: 09/09/2020.

_____. **Resolução n.º 23.610 de 2019.** Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019>. Acessado em: 09/09/2020.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ISSN 2178-9428

ANSIEDADE: SURGIMENTO NO MEIO ACADÊMICO E POSSÍVEL INTERVENÇÃO

VIRIATO, Bruna Ferreira [330]
PORFÍRIO, Gustavo Bianchini [331]

RESUMO: O presente trabalho irá discutir a ansiedade no contexto acadêmico, abordando como a mesma é caracterizada segundo o DSM-5 (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais) e quais fatores que podem ser desencadeadores. Para realização do trabalho, foi feita revisão bibliográfica, utilizando um livro e dois artigos encontrados no Google relacionados ao tema. Cursar graduação traz mudanças significativas, podendo ser comparada à um trabalho, onde indivíduo está na instituição, realizando atividades, possui objetivos e seu desempenho é avaliado. Surge, portanto, o conceito de Burnout acadêmico. Como forma de intervenção, se faz necessário que as instituições promovam serviços de aconselhamento psicológico.

Palavras-chave: Ansiedade. Universitários. Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

Ao entrar em uma universidade, acontece uma transição do indivíduo adolescente para se tornar e ter um novo papel social como adulto. (SILVA, PANOSSO E DONADON, 2018). Será abordado a ansiedade no meio acadêmico, discorrendo suas características e critérios diagnósticos a partir do DSM-5 (2014) (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais), como ela pode surgir no contexto mencionado, trazendo à tona a ideia de que se pode comparar as atividades realizadas no meio acadêmico à um trabalho.

Apresentará ainda de que forma as instituições podem estar intervindo diante deste problema, prestando assistência aos acadêmicos. Para realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando um livro e dois artigos encontrados no Google relacionados ao tema.

2 DESENVOLVIMENTO

[330] Psicologia, 10° período, Centro Universitário Campo Real.
[331] Graduado em Psicologia- Bacharelado pelo Centro Universitário Campo Real e mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela Unicentro.

ISSN 2178-9428

Apresenta-se a seguir a metodologia utilizada para realizar pesquisa, a caracterização e critérios diagnósticos da ansiedade, discorrendo como a mesma pode vir a aparecer entre os acadêmicos.

2.1 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando um livro e dois artigos encontrados no Google relacionados ao tema.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ANSIEDADE

Segundo o DSM-5 -Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (2014), os transtornos de ansiedade se caracterizam de medo e ansiedade intenso, tendo-se como consequência comportamentos perturbados. A resposta emocional de medo, é sentida quando percebe-se uma ameaça presente e real, em contrapartida, a ansiedade é uma resposta adiantada ou precipitada de uma ameaça futura. Os critérios para diagnosticar ansiedade, a partir do DSM-5 (2014) são:

- Ocorre na maioria dos dias, pelo menos seis meses, em várias atividades;
- É uma preocupação de difícil controle para o indivíduo;
- Está associada com três ou mais dos seguintes sintomas: inquietação, fadiga, falta de concentração, irritação, tensão muscular, conturbação do sono;
- A ansiedade, preocupações e sintomas físicos geram sofrimento marcantes, vindo a prejudicar o funcionamento social, profissional e outras áreas de importância da vida do sujeito.

2.3 ANSIEDADE NO MEIO ACADÊMICO

Está cada vez mais frequente o debate sobre o desenvolvimento da ansiedade e estresse no meio acadêmico. Ao cursar uma graduação, irá ocorrer diversas mudanças na vida do indivíduo, onde irá estabelecer novas relações, aumento significativo de responsabilidades e exigências, como aponta Lantyer et al.

ISSN 2178-9428

(2016). Os mesmos autores abordam que segundo alguns estudos, é alto o nível de ansiedade e estresse em universitários, especialmente da área da saúde, que acaba por desenvolver danos na qualidade de vida e no desempenho deste.

Silva, Panosso e Donadon (2018, p. 5 apud CABALLERO et al. 2015) trazem que pode-se comparar as atividades realizadas no meio acadêmico à um trabalho, onde os sujeitos estão inseridos em uma instituição realizando tarefas, possui objetivos a serem cumpridos, seu desempenho é avaliado pelos professores, como o chefe avalia o do funcionário. O Burnout é uma síndrome que consiste em exaustão, esgotamento emocional diante de condições e ambiente desfavorável de trabalho.

Portanto, os mesmos autores (SILVA, PANOSSO E DONADON, 2018), trazem à tona a ideia de Burnout acadêmico. O discente diante de muita pressão, estressores crônicos no ambiente, acaba por desenvolver respostas emocionais negativas que persistem, onde diante de atividades acadêmicas, irá se sentir exausto, esgotado e ineficiente, o que acaba por prejudicar o desempenho deste aluno, podendo até abandonar os estudos. Esta condição pode favorecer o aparecimento da ansiedade, depressão, baixa autoestima, e outros transtornos.

Como forma de intervenção, aponta-se necessário que a instituição de ensino ofereça serviços de aconselhamento psicológico, proporcionando assistência, bem-estar aos acadêmicos, impulsionando o sucesso do mesmo. (KITZROW, 2003 apud SILVA, PANOSSO E DONADON, 2018, p. 6). Lantyer et al. (2016) aponta que esses serviços proporcione a construção de estratégias para enfrentamento do estresse e da ansiedade, em que o psicólogo irá auxiliar os acadêmicos nesse processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a ansiedade pode interferir em vários aspectos importantes da vida do sujeito, incluindo a carreira. Já se vê muito presente hoje nas instituições de ensino serviços de aconselhamento psicológico, promovendo saúde mental neste contexto, propagando a ideia que é preciso buscar ajuda, que o psicólogo através de seu trabalho pode ajudar a tornar esta fase de tantas mudanças, que é o ingresso na

faculdade, mais proveitosa, com bom desempenho, o que a longo prazo resultará em uma trajetória profissional de sucesso.

O psicólogo auxiliará o acadêmico a identificar fatores que desencadeiam a ansiedade, e através de técnicas, construir estratégias para manejo e controle desta.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LANTYER, A. D. S; VARANDA, C. C; SOUZA, F. G. D; PADOVANI, R. D. C; VIANA, M. D. B. Ansiedade e qualidade de vida entre estudantes universitários ingressantes: avaliação e intervenção. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, 2016.

SILVA, D. R; PANOSSO, I. V; DONADON, M. F. **Ansiedade em universitários: fatores de risco associados e intervenções - uma revisão crítica da literatura.** Psicologia- saberes & práticas. São Paulo, 2018.

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MASTITE NA PRODUÇÃO LEITEIRA

BORDIGNON, Caroline Rosa[332]
PASE, Diego Sinigaglia[333]
BONAPAZ, Rubia[334]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Devido aos grandes problemas acarretados pela mastite na produção leiteira, este trabalho tem como objetivo elucidar os principais microrganismos causadores da mastite, principais métodos de controle e os possíveis tratamentos da mastite ligadas a qualidade do leite. Por meio de uma revisão bibliográfica descreveu-se os principais problemas que ocorrem dentro da produção. Conclui-se que a prevenção, o controle e o tratamento, associados, são pontos chaves no sucesso da produção, tendo efeito direto no impedimento da presença dos microrganismos causadores da doença, havendo assim o equilíbrio buscado, este refletindo em números satisfatórios gerando lucros dentro da propriedade.

Palavras-chave: Mastite. Percas econômicas. Prevenção. Qualidade. Manejo.

1 INTRODUÇÃO

A atividade leiteira é desenvolvida dentro do brasil em propriedades rurais distribuídas no decorrer de todo o território nacional, sendo uma das responsáveis pela geração de empregos além de agregar no valor final da produtividade dentro da agropecuária nacional (VILELA et al., 2002).

Este setor apresenta problemas de eficiência produtiva e de qualidade da matéria-prima e, por isso, acaba perdendo em competitividade para demais países também produtores (RIBEIRO; STUMPF JÚNIOR; BUSS, 2000).

No Brasil, o leite *in natura* apresenta, em geral, altas contagens de microrganismos aeróbios mesófilos e coliformes, indicando deficiência na higiene da produção (BELOTI et al., 1999; BUENO et al., 2006).

A má condição de qualidade do leite cru e por consequência, dos leites pasteurizado e esterilizado, assim como de derivados, está relacionada a fatores como erros de manipulação, limpeza da ordenha, índices elevados de mastite,

[332] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, 8° período, do Centro Universitário Campo Real.
[333] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, 8° período, do Centro Universitário Campo Real.
[334] Orientador, Docente do Curso de Medicina Veterinária, do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

manutenção e desinfecção inadequadas dos equipamentos, refrigeração ineficiente ou inexistente e mão de obra desqualificada, entre outros (SANTANA et al.,2001).

A mastite é uma enfermidade que possui influência direta sobre a composição e as características químicas e físicas do leite, sendo extremamente prejudicial à qualidade do produto obtido. O aumento das células originárias da corrente sanguínea e células de descamação do epitélio glandular secretor (CCS) alteram de forma negativa a composição do leite, a sua atividade das enzimas, o tempo de coagulação, rendimento e a qualidade dos derivados do leite (KITCHEN, 1981).

O objetivo do presente trabalho foi elucidar de maneira sucinta e branda os principais microrganismos causadores da mastite, principais métodos de controle e os possíveis tratamentos da mastite ligadas a qualidade do leite.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho apresentado consiste de uma revisão bibliográfica especializada, sendo realizada entre os meses de maio a setembro de 2020. Essa pesquisa baseou-se em livros e periódicos que fazem parte do acervo da biblioteca do Centro Universitário Campo Real, além destes também foram usados para realização desta pesquisa artigos científicos obtidos a partir de banco de dados, tais como: scielo, google acadêmico, bireme, pubmed entre outros.

2.2 DISCUSSÃO

Segundo Kitchen (1981), células somáticas são definidas como todas as células presentes na composição do leite, o que inclui as células oriundas da corrente sanguínea como leucócitos e células provenientes do processo de descamação do epitélio glandular secretor.

Em sua maioria, os leucócitos sofrem mobilização da corrente sanguínea para o tecido mamário por meio de alterações na permeabilidade capilar. Tal movimento é intensificado na quarta semana antes do parto, tendo diminuição de forma gradativa até uma semana após o parto. A secreção de leite em animais que

ISSN 2178-9428

possuem alguma infecção intramamária ocorre um aumento na quantidade de células defensoras, sendo os neutrófilos os mais dominantes, seguidos por macrófagos e linfócitos (PHILPOT e NICKERSON, 1991).

Segundo Kitchen (1981), a matéria-prima obtida dos quartos mamários de vacas saudáveis contém de 50 a 200 mil células/mL. Nos casos que possuem alta severidade e extensa infecção, além do tipo de microrganismo envolvido, as contagens possuem variação de 200 a 5.000 x 103 células/mL de leite.

A mastite, pode se apresentar de duas maneiras, clínica e subclínica, sendo a segunda a responsável por mais de 70% de perdas em rebanhos diagnosticados. Os patógenos envolvidos nesta afecção possuem divisão em maiores e menores. Os maiores são aqueles que causam perdas econômicas mais severas além de maiores alterações no estado composicional do leite, sendo o *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus agalactiae,* coliformes, estreptococos, enterococos, *Pseudomonas sp*., *Actinomyces pyogenes* e *Serratia sp*. os principais (HARMON, 1994).

Os menores são aqueles responsáveis por uma inflamação de carácter moderado, com contagem de células somáticas de no máximo 2 a 3 vezes maior comparada a um quarto saudável, sendo os principais patógenos o *Estafilococos coagulase* negativos *Corynebacterium bovis* (LAFFRANCHI, 2000).

Radostits et al., (2000), relatam boas práticas que minimizam a ocorrência de mastite, sendo eles: manejo correto na ordenha, manutenção periódica dos aparelhos de ordenha, limpeza dos equipamentos e do úbere, nutrição adequada, alimentação após a ordenha para que fiquem em estação antes de deitar, ordenhar as vacas positivas por último, tratamento adequado para a mastite durante o período de produção de leite, retirada de animais infectados de forma crônica, manutenção de um ambiente apropriado, sistema eficaz bom de registro, monitoração do estado de sanidade dos tetos, revisões periódicas do programa de manejo, entre outros.

A amoxicilina ou penicilina BRL 2333 (Beecham) é uma penicilina semi-sintética introduzida em 1970 e é obtida pela hidroxilação da cadeia fenólica lateral da ampicilina, que possui como todas as penicilinas, uma estrutura essencial que sofre o ataque de microrganismos resistentes, os quais possuem as enzimas βlactamases que têm a capacidade de clivar o anel βlactâmico, primordial para a atividade antibacteriana (LEVISON & JAWETZ, 1998).

ISSN 2178-9428

Para otimizar o estado sanitário dos tetos, é essencial manter os registros dos casos clínicos e subclínicos de mastites, assim como o uso correto de antibióticos com o objetivo de prevenir o desenvolvimento de resistência dos microrganismos, e ainda, realizar com ganho qualitativo o controle e monitoramento do rebanho leiteiro produtivo (LANGONI & DOMINGUES, 2000).

A quantificação da eficácia de um antibiótico muito difícil, pois há variações na resposta tanto individual quanto do rebanho, variando o tipo do patógeno envolvido, localização dos sítios de infecção, grau de endurecimento da glândula mamária, duração da infecção e outros fatores (HARMON, 1994).

Como tratamento local, utiliza-se o uso de antibiótico pela via de administração diretamente intramamária, fazendo assim uma concentração do quimioterápico no local ativo da infecção (RUBHUN, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta revisão bibliográfica pode-se concluir que a produção leiteira é diretamente afetada pela qualidade do manejo empregado, estando presente os microrganismos de maior ocorrência como os principais causadores dessa doença em propriedades produtoras de leite. A prevenção está intimamente ligada aos métodos de higiene, uso de antibióticos e programas de controle. A conscientização por parte de toda a cadeia envolvida é de extrema importância no processo de solidificação da qualidade dessa matéria prima. Todos esses métodos de prevenção, controle e tratamento têm como objetivo a redução do nível de infecção do rebanho, visando a diminuição dos casos de mastite e a frequência de aparecimentos de novas infecções.

4 REFERÊNCIAS

BELOTI, V. et al. Frequency of 2,3,5 -triphenyltetrazolium chloride (TTC) non reducing bacteria in pasteurized milk. **Revista Brasileira de Microbiologia**, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p. 137-140, 1999.

BUENO, F. M. et al.Leite pasteurizado produzido e comercializado na região sul do Rio Grande do Sul: avaliação da qualidade microbiológica. **Revista Higiene Alimentar,** São Paulo, v.21, n. 150, p.220-221, abr. 2006.

GOMES, S. T. **Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil.** In: Vilela, D.; Bressan, M.; Cunha, A. S. Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**.** Brasília: MCT/CNPq, Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2001.

ISSN 2178-9428

p.21-37. BRASIL. Código Penal. 2016. Disponível em: <link>. Acesso em: 31 jan. 2017.

HARMON, R. J. Physiology of mastitis and factors affecting somatic cell counts. **Journal of Dairy Science**, v.77, n.7, p.2103-2112, 1994

LAFFRANCHI, A.; MULLER, E. E.; FREITAS, J. C.; PRETTO-GIORDANO, L. G.; DIAS, J. A.; SALVADOR, R. Etiologia das infecções intramamárias em vacas primíparas ao longo dos primeiros quatro meses de lactação. **Ciência Rural**, v.31, n.6, p.1027-1032, 2001.

LANGONI, H.; DOMINGUES, P.F. Prevalência de mastitebovina e sua distribuição por quartos. **Rev. Bras. Med.Vet**., v.20, n.2, p.85-87, 2000.

LEVISON, W. JAWETZ, E. Microbiologia médica e imunologia. 4. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 1998. 415 p.

PHILPOT, W. N.; NICKERSON, S. C. Mastitis: Counter Attack. **A strategy to combat mastitis.** Illinois: Babson Brothers Co., 1991. 150p.

RADOSTITS, O.M; GAY, C.C; BLOOD, W.C; HEMCHELIFF, K.W. Clínica Veterinária – Um tratado de doenças dos Bovinos, Ouvinos, Suínos, Caprinos e Eqüinos, Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2000, p. 541-621.

RIBEIRO, M.E.R.; STUMPF JÚNIOR, W.; BUSS, H. Qualidade de leite. In: BITENCOURT, D.; PEGORARO, L.M.C.; GOMES, J.F. (Ed.). **Sistemas de pecuária de leite:uma visão na região de Clima Temperado**. Pelotas: EMBRAPAClima Temperado, 2000. p.175-195.

RUBHUN, W.C. Doenças do Gado Leiteiro, São Paulo: Roca, 2000, p. 339-370. SMITH, B. **Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais**, V.2, São Paulo: Manole, 1994, p. 1045-1056.

SANTANA, E.H.W.; BELOTI, V.; BARROS, M.A.F. Microrganismos psicrotróficos em leite. **Revista Higiene Alimentar**, v.15, n.88, p.27-33, 2001.

VILELA, D.; LEITE, J. L. B.; RESENDE, J. C. Políticas para o leite no Brasil: passado presente e futuro. In: Santos, G. T.; Jobim, C. C.; Damasceno, J. C. **SulLeite Simpósio sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil**, 2002, Maringá. Anais... Maringá: UEM/CCA/DZO-NUPEL, 2002.

KITCHEN, B. J. Review of the progress of dairy science: Bovine mastitis: milk compositional changes and related diagnostic tests. **Journal of Dairy Research**, v.48, n. p.167-188, 1981.

ISSN 2178-9428

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

MORICI, Eduarda Cristina de Lima[335]
FIUZA, Debora Rickli [336]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar o aumento da violência contra criança e adolescente no Brasil. Visto que é um assunto recorrente nas mídias. O objetivo do trabalho é demonstrar que durante a pandemia o número da violência contra crianças e adolescentes aumentam por conta do contato com os agressores. A metodologia utilizada foi através de pesquisas bibliográficas, em artigos e sites de reportagens que auxiliaram para o desenvolvimento do presente trabalho. Por fim, foi verificado que a taxa de violência contra criança e adolescente aumentaram em 2019 em 14% no Brasil e durante a pandemia a preocupação aumenta.

Palavras-chave: Violência. Criança e adolescente. Pandemia. Isolamento.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho aborda-se o tema da violência contra criança e adolescente durante a pandemia da coronavírus. Notasse também o aumento dessa violência no Brasil mesmo sem a questão da pandemia. Esse trabalho tem como objetivo apresentar como a violência cresce em tempos de pandemia, mostrar que as crianças e adolescentes ficam mais exposta aos seus agressores e que essas agressões acontecem desde muito cedo e muitas vezes na residência que residem.

A metodologia apresentada nesse trabalho é a forma de expressar o caminho para a chegada dos objetivos, demonstrando por onde foi o caminho percorrido até a sua conclusão.

Violência contra criança e adolescente é algo que vem crescendo a cada dia. Na maioria dos casos a violência ocorre dentro de casa, tanto a violência física, sexual, psicológica, abandono e bulling. Segundo o estatuto da criança e do adolescente Lei Nº 8.069/90 no Artigo 5º descreve que:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (LEI Nº 8.069/90 ART. 5º).

[335] Graduanda em Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real
[336] Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

De acordo com a Lei Nº 8.069/90, nela se encontra o estatuto da criança e do adolescente, que dispõe dos direitos dos mesmos. A violência contra a criança e o adolescente é desde os tempos antigos, é uma relação relativa com a sociedade com diferentes variações. As crianças e adolescentes são cidadãos e têm seus direitos que devem ser cumpridos e respeitados, que não podem ser violados.

Segundo relatório da ONG World Vision, acredita-se que poderá ter um aumento de até 85 milhões de casos de violência contra a criança e o adolescente em todo o mundo por conta do confinamento durante a pandemia do coronavírus é um aumento que pode variar entre 20% e 32% na média anual (VILELA, 2020).

Como a pandemia por si só já é algo que causa desconforto, manter as crianças e adolescentes dentro de casa não é uma tarefa fácil, pois, elas possuem muita energia para serem gastas e tempo de sobra para interagirem, como as instituições de ensinos estão fechadas a tarefa de educar/ensinar é ainda mais presente para os pais.

Esse confinamento obrigatório coloca as crianças e adolescentes frente a frente com seus agressores, e no Brasil aonde a maioria das famílias são consideradas de classe média ou baixa, as casas costumam serem de pequenos espaços e abrigam um número expressivo de pessoas dentro do mesmo espaço, aonde é comum ocorrer atritos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL

A violência contra criança e adolescente aumentou 14% em 2019 em relação ao ano de 2018 segundo dados da agencia Brasil (MELO, 2020), e a preocupação com a pandemia também aumenta por conta das crianças e adolescentes estarem mais expostas aos agressores. De acordo com o site Grupo a Tarde Comunicação (2020):

> Ameaças, privações e violações de direitos, incluindo maus-tratos, violência de gênero, exploração, exclusão social e separação de cuidadores. Esta é a realidade de crianças e adolescentes brasileiros, que lidam com estas situações cotidianamente (GRUPO A TARDE COMUNICAÇÃO, 2020).

ISSN 2178-9428

Durante a pandemia do covid-19, as crianças e adolescente estão mais exposta a sofrer algum tipo de violência por passarem mais tempo em casa. Segundo a UNICEF (2020) “Com a pandemia do novo corona vírus e as necessárias medidas de isolamento social e confinamento domiciliar, crianças e adolescentes estão sob risco ainda maior de sofrer violência física, sexual e psicológica”.

Nesse momento delicado, é importante ficar em casa para a proteção de todos, mais com o isolamento é preciso que estejamos atentos para que a agressão não se torne presente contras as crianças e adolescentes.

No Brasil 90% das violências acorrem dentro de casa (G1, 2020), no caso, quem deveria proteger a criança e o adolescente é o agressor de ambos. Nessa porcentagem quem sofre mais a violência sexual são meninas de 4 a 11 anos, com 55% (Alves, 2020).

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos na Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescentes (2018)

> Esta dimensão da violência guarda relação com as causas de violência sexual de crianças e adolescentes. Os dados estatísticos mostram que maior parte das pessoas vítimas de abuso ou exploração sexual é do sexo feminino e afrodescendente. Eis que essa relação se reflete num contexto de maior imposição do poder e das desigualdades dentro da sociedade (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Podemos perceber que a violência em meninas é mais frequente, onde vemos em noticiários recorrentes a algum tipo de violência, e também é notável que a violência ocorra desde muito cedo.

Como podemos ver, a diversos tipos de violências, e uma violência pode gerar outra, além de todos os efeitos negativos que a violência nos trás, para isso, devemos estar atentos em todos os sinais que uma pessoa vem demostrando se esta passando por algum tipo de violência, buscando compreender e sem julgar. Ainda de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018):

> Enfim, uma violência gera uma ou mais formas violências. Para o enfrentamento da violência esta relação de causa e efeito deverá ser levada em consideração, buscando o entendimento sobre todos os fatores e o ambiente que levaram tal violação de direitos (multicausal) (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Quando algum tipo de violência é denunciado, cabem às autoridades maiores se responsabilizar por esses indivíduos, muita vezes, a criança e adolescente não fazem muita ideia do que aconteceu com eles. Negligenciar um ato de violência pode

ISSN 2178-9428

também gerar um afastamento da criança e adolescente de sua família. De acordo com o Ministério de Direitos Humanos (2018)

> A negligência é a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos na atenção, como a falta de alimentação, escola, cuidados médicos, roupas, recursos materiais e/ou estímulos emocionais, necessários à integridade física e psicossocial da criança e do adolescente, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento. Isto caracteriza o abandono, que pode ser parcial ou total. No parcial coloca a criança e adolescente em situação de risco; no total elas ficam desamparadas e ocorre o afastamento total da família (MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2018).

Deste modo, além de gerar ainda mais transtornos as crianças e adolescentes, casos de afastamento podem gerar ansiedade nos mesmos e ainda prejuízos de desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que com o confinamento que devemos seguir durante a pandemia, ocorre uma porcentagem significativa em situação de violência, maioria das pesquisas mostra que qualquer tipo de violência começa dentro de casa. É necessário ter atenção nos sinais que as crianças e adolescentes demostram quando algum tipo de violência ocorre.

Quando alguém presencia algum ato de violência contra a criança e/ou adolescente é muito importante realizar a denuncia. Assim que a denuncia chega aos órgãos competentes inicia-se um processo de inquérito e a criança é retirada de seu seio familiar onde está inserido, assim a justiça sendo feita com todos os procedimentos protocolados, a criança aguarda em casas de abrigos, famílias acolhedoras ou adoção até que o processo seja concluído e sempre que possível ela voltará para seu seio familiar de origem.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela. **86,8 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência em 2019.** 2020. Disponível em: < https://observatorio3setor.org.br/noticias/868-mil-criancas-e-adolescentes-foram-vitimas-de-violencia-em-2019/#:~:text=As%20maiores%20v%C3%ADtimas%20de%20viol%C3%AAncia,entre%204%20e%2011%20anos.&text=Nos%20casos%20espec%C3%ADficos%20de%20viol%C3%AAncia,%25)%20e%20vizinhos%20(7%25).>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

ISSN 2178-9428

BRASIL. DECRETO Nº 8.069, DE 13 DE JUL. DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências,** Brasília, DF, set 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

G1.GLOBO. **Isolamento social na pandemia potencializa aumento de casos de abusos contra crianças e adolescentes.** Belém, 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/15/isolamento-social-na-pandemia-potencializa-aumento-de-casos-de-abuso-contra-criancas-e-adolescentes.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

GRUPO A TARDE COMUNICAÇÃO. **Violência contra criança e adolescente aumenta 14% em um ano; preocupação é com subnotificações durante pandemia.** 2020. Disponível em: <https://coronavirus.atarde.com.br/violencia-contra-crianca-e-adolescente-aumenta-14-em-um-ano-preocupacao-e-com-subnotificacoes-durante-pandemia/>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MELO, Karine. **Denúncias de violações contra crianças e adolescentes aumentam 14%.** Brasília, 2020. Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/denuncias-de-violacoes-contra-criancas-e-adolescentes-aumentam-14>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes:** Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

UNICEF. **Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

VILELA, Pedro Rafael. **Violência contra crianças pode crescer 32% durante a pandemia.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

INFLUÊNCIA DOS CONTRACEPTIVOS HORMONAIS EM ALTERAÇÕES FISIOPATOLÓGICAS DO METABOLISMO: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO FEMININA

REDONDO, Estéfany Santos[337]
LENHARD' VIDAL, Adriane [338]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A Contracepção Hormonal (CH) é utilizada principalmente para evitar a gestação e é associada a alterações metabólicas. O objetivo foi investigar o conhecimento destes riscos entre as mulheres. Dados obtidos através de questionário digital. Participaram 229 mulheres, 91,5% relatou já ter utilizado CH e destas 69,1% fazia uso no momento. Quase metade das mulheres (45,7%) demonstraram nenhum conhecimento ao risco metabólico. Obesidade e diminuição do colesterol HDL foram as complicações de maior e menor conhecimento, respectivamente. Ganho de peso e enxaqueca foram os efeitos adversos mais citados. Conclui-se que o conhecimento das usuárias sobre os riscos do CH foi baixo.

Palavras-chave: Contracepção Hormonal. Fatores de risco. Alterações metabólicas.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil aproximadamente 70% das mulheres em idade reprodutiva, utilizam algum método contraceptivo (ALKEMA et al., 2013). Dentre esses métodos a contracepção hormonal é a mais dominante. A prevalência de uso de contraceptivos orais (CO) na população feminina, chega a quase 30% e de contraceptivos injetáveis (CI) é superior a 4% (FARIAS et al., 2016). Por meio de uma junção de hormônios (estrogênio e progesterona) é possível inibir a ovulação, protegendo contra uma possível gestação e permitindo uma regulação do fluxo menstrual (ARAÚJO et al., 2016).

Todavia, estudos vem relatando o desenvolvimento de riscos à saúde com o uso continuo dos contraceptivos hormonais (CH) (OLIVEIRA et al., 2016). Dentre esses riscos está o desencadeamento de elevação do peso corpóreo, devido a alterações nas vias metabólicas de proteínas e lipídeos, e com isso suscetibilidade a desenvolver dislipidemias e perda da sensibilidade da insulina e consequentemente o surgimento de doenças cardiovasculares (FERNANDES; POMPEI, 2016; SANTOS et al., 2018). Vale salientar, que a maior parte das mulheres que utilizam este

[337] Acadêmica do curso de Biomedicina, Centro Universitário Campo Real.

[338] Biomédica, Docente do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Campo Real Mestre/Doutora em Patologia Experimental pela Universidade Estadual de Londrina.

ISSN 2178-9428

medicamento, não possuem o conhecimento dos riscos à saúde que este pode proporcionar, em sua grande maioria devido à falta de orientação (BRANDT et al., 2016).

Entretanto, não há muitas pesquisas populacionais brasileiras com o intuito de avaliar a extensão desse problema. Conhecer o perfil das usuárias, as tendências de utilização de CH e o conhecimento e a predominância dos efeitos adversos em decorrência do uso deste, pode contribuir para o planejamento e adequação de medidas para o uso mais adequado. Este estudo é de grande relevância para investigar onde se concentra os maiores problemas em relação a este assunto, mas também para evidenciar o tema a população feminina e aos profissionais de saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa é de natureza básica, com objetivo descritivo e exploratório, com dados obtidos de forma quantitativa, utilizando dados obtidos através de questionário digital (formulário). O estudo contou com 229 participantes, todas mulheres de 18 a 35 anos, que foram convidadas pelas pesquisadoras de forma online para preencherem o formulário. Como critério de exclusão da pesquisa considerou-se: mulheres fora da faixa etária de 18 a 35 anos e que não concordaram com o TCLE. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COMEP) do Centro Universitário Campo Real, com o parecer número 4.152.222.

No período de 10 a 30 de agosto de 2020 foram computadas 229 respostas pelo questionário digital (formulário), porém devido aos critérios do estudo eliminaram-se 6, totalizando 223 participantes. Em relação a caracterização da amostra, predominou-se a faixa etária entre 21-25 anos, correspondendo a 44,9% (n=102), sendo que a maioria 65% (n=145) eram solteiras.

Quando questionada sobre seu estado de saúde no momento 68,5% (n=153) assinalou a opção bom, 28,3% (n=63) razoável e 3,1% (n=7) a opção ruim. Todavia 41,3% (n=92) não praticava nenhum tipo de exercício físico no momento e somente 9,4% (n=21) não fazia consumo de bebidas alcoólicas.

Em relação ao uso de CH (pílula, injeção, implante subcutâneo, entre outros) 91,5% (n=204) relataram ter feito uso em algum momento da vida. Dessas, 69,1% (n=141) estava fazendo uso no momento, sendo a maioria 62,7% (n=128) a mais de três meses. Tais porcentagens concorda com dados já existentes, que afirma

ISSN 2178-9428

que mais de 100 milhões de mulheres em todo o mundo faz uso deste medicamento todos os dias, sendo hoje o método contraceptivo mais utilizado (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A predominância foi para o uso anticoncepcionais orais (ACO), 68,8% (n=137), seguido de anticoncepcionais injetáveis (ACI), 4% (n=8), as quais se assemelham as porcentagens obtidas no estudo de Fonseca, Gomes e Barreto (2015), com 87,5% e 8,75%, respectivamente. Segundo Dombrowski, Pontes e Assis (2013), alguns profissionais acabam tendo receio de prescrever outro método que não seja os ACO sem uma consulta médica e isso justifica sua prevalência ser maior em relação aos outros métodos hormonais disponíveis. Além da principal ação de contracepção, os CH possuem outras finalidades terapêuticas. No que concerne ao principal motivo que levou as participantes ao utilizar eles, estão descritos na Tabela 1.

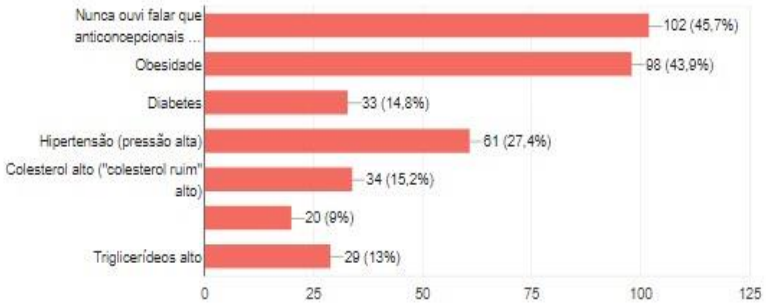
Tabela 1: Principal funcionalidade que motivou as usuárias a utilizar os CH

FUNCIONALIDADE	%	N
Para evitar gravidez	57,1%	116
Regulação do fluxo menstrual	17,7%	36
Evitar sintomas da TPM	7,4%	15
Melhorar acne	9,9%	20
Outros	7,9%	16

Fonte: Autor, 2020.

Regulação do fluxo foi o segundo motivo mais citado pelas voluntárias. Segundo a literatura, o método tem uma boa eficácia para essa função após três meses de uso (BONAN; TEIXEIRA; NAKANO, 2017). Algumas patologias metabólicas estão sendo associadas ao uso de CH. O conhecimento das participantes em relação a estes riscos estão descritos na figura 1.

Figura 1: Ciência do risco a desenvolver patologias metabólicas pelo uso de CH



Fonte: Autor, 2020

O conhecimento referente às complicações metabólicas foi fraco: 45,7% (n=102) das mulheres demonstraram nenhum conhecimento. Obesidade e diminuição

ISSN 2178-9428

do colesterol HDL foram as complicações de maior e menor conhecimento reportados, respectivamente.

As participantes foram questionadas se apresentaram efeitos colaterais/complicações ou então se havia conhecimento de alguém que desenvolveu, em decorrência do uso dos CH e 37,4% (n=83) responderam que SIM. Destas 77 responderam quais eram e os efeitos colaterais/complicações mais citados por elas foram: Ganho de peso, dores de cabeça, enjoos/ânsia, trombose e irritabilidade.

O efeito colateral mais prevalente na amostra foi o ganho de peso, assim como no trabalho de Steckert; Nunes; Alano (2016). Esse dado juntamente com o fato de a obesidade ser a complicação metabólica que as participantes mais tem conhecimento, mostra o quanto o aumento de peso ocorre entre as usuárias. É importante ressaltar, que o peso corpóreo elevado é um fator muito importante para o surgimento de alterações nos parâmetros bioquímicos e de doenças cardiovasculares (FONTELA; WINKELMANN; VIECILLI, 2017).

As dores de cabeça/enxaqueca foi o outro efeito adverso mais citado no estudo. Vale salientar, que quando a mulher sofre de enxaqueca, ela tem propensão a desenvolver Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico (SILVEIRA et al., 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que o conhecimento dos riscos metabólicos pelo uso dos CH pelas mulheres é baixo, inclusive para as usuárias. Isso se deve muito pela falta de orientação por parte dos profissionais de saúde, que muitas vezes não possuem conhecimento suficiente em relação a este assunto. O aumento de peso foi citado por boa parte das participantes e por isso, a análise de seus parâmetros bioquímicos seria importante para avaliar a proporção das divergências entre usuárias e não usuárias, verificando o efeito do uso prolongado de CH nas vias metabólicas, para assim complementar os dados obtidos até o momento.

4 REFERÊNCIAS

ALKEMA, L. National, regional, and global rates and trends in contraceptive prevalence and unmet need for family planning between 1990 and 2015: a systematic and comprehensive analysis. **Lancet**, v. 381, p. 1642-52, 2013.

ISSN 2178-9428

ARAÚJO, A. B. R. et al. Anticoncepcionais hormonais contendo apenas progestágenos e seus principais efeitos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v.15, n.1, p.75-81, 2016.

BONAN, C; TEIXEIRA, L. A; NAKANO, A. R. Absorção e metabolização dos hormônios sexuais e sua transformação em tecnologias contraceptivas: percursos do pensamento médico no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.1, p.107-116. 2017.

BRANDT, G. P. et al. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **RGS**, v. 18, n. 1, p. 54-62, 2018.

DOMBROWSKI, J. G; PONTES, J. A; ASSIS, W. A. L. M. Performance of nurses in prescribing hormonal contraceptives in the primary health care network. Rev. bras. enferm. v.66, n.6. nov./dez, 2013.

FERNANDES, C. E; POMPEI, L. M. **Endocrinologia feminina**. Barueri: Manole; 2016.

FONSECA, A. C. N; GOMES, A. T; BARRETO, J. G. Distribuição de anticoncepcionais em uma farmácia básica no município de São José do Calçado. **ES. Acta Biomedica Brasiliensia**, São José do Calçado – ES, v.6, n.1, p.01-20, Jul, 2015.

FONTELA, P, C. WINKELMANN, E, R. VIECILLI, R, N. Study of conicity index, body mass index and waist circumference as predictors of coronary artery disease. **Revista Portuguesa de Cardiologia**. v. 36, n. 5, p. 357-364, May, 2017.

NAÇÕES UNIDAS, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. **Tendências no uso de anticoncepcionais em todo o mundo**, 2015.

OLIVEIRA, J. et al. Padrão Hormonal Feminal: Menopausa e Terapia de Reposição. **Revista Brasileira de Análises Clinicas**. v. 48. n. 03. p. 198-210, 2016.

FARIAS, M. R. et al. Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Rev. Saúde Pública**. v. 50, n. 2, 2016.

SANTOS, J. et al. Mortalidade por infarto agudo do miocárdio no Brasil e suas regiões geográficas: análise do efeito da idade-período-coorte. **Ciênc. Saúde Colet**. v. 23, n. 5, 2018.

SILVEIRA, C.O et al. Contracepção em mulheres com condições clínicas especiais. Critérios médicos e elegibilidade. **Reprod. Clim**. v. 29, n. 1, p. 13–20, 2014.

STECKERT, A. P. P; NUNES, S. F; ALANO. G. M. Hormonal contraceptive pills: Usage and risk factors among college students. **Arq. Catarin Med**. v. 45, n. 1, p. 78-92, jan-mar, 2016.

ISSN 2178-9428

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA HUMANIZAÇÃO DO PARTO NORMAL

INGLES, Luciane Almeida[339]
WIONZEK, Kamilly Eduarda[340]
NETO, Altair Justus[341]

RESUMO: A humanização da assistência ao parto normal se caracteriza pela relação interpessoal de profissional para paciente e o modelo de assistência obstétrica no Brasil é caracterizado por excesso de intervenções no parto, o que tem contribuído para aumento de partos cesarianos e morbimortalidade materna e perinatal. Esse estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem descritiva que buscou identificar a produção cientifica sobre a humanização e assistência de enfermagem ao parto normal, por meio de trabalhos pesquisados no Google acadêmico nas bases de dados: Scielo e Recien no período de 2002 a 2015.

Palavras-chave: Trabalho de parto. Parturientes. Humanização. Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a assistência do trabalho de parto era de responsabilidade e exclusivamente das mulheres, devido a atuação das curandeiras, parteiras e os conhecimentos passados de mães para outras mães, era uma ligação de mulher com outras mulheres, algo íntimo e privativo, criando um clima emocional favorável para a parturiente e agregando inúmeros significados a tal evento. Era algo que não tinha valor para as atividades médicas. O médico só era chamado em casos de intercorrências obstétricas, na qual a parteira não conseguia dar prosseguimento de todo o processo parturitivo. (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2008), (LEISTER, 2011).

No final do século XVI com o surgimento do fórceps pelo cirurgião inglês Peter Chamberlain e aceitação da obstetrícia como disciplina técnica, ocorreu o declínio das parteiras, o ato de parir passa a ser considerado um evento perigoso sem a presença de um médico. A partir desse momento, o discurso médico da metade do século XIX em relação a obstetrícia, se caracterizou pela defesa da hospitalização dos partos e da criação das maternidades. Foi então que a partir do século XX na década de 40, iniciou-se a hospitalização do parto, permitindo a medicalização e controle do período gravídico e puerperal. Passou a ser de “mulher para mulher”, para um evento

[339] Acadêmica de Enfermagem, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[340]Acadêmica de Enfermagem, 2º período, Centro Universitário Campo Real
[341] Docente, Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

familiar, onde a presença masculina se tornava cada vez mais presente. (MOURA, FERNANDA, 2007).

O conceito de humanização no trabalho de parto inclui vários aspectos, se caracterizando pela relação interpessoal de profissional para paciente e acompanhante, mudança cultural e estrutural do hospital, uma assistência realmente voltada para a mulher e sua família deixando o local mais acolhedor e favorável à implantação de práticas humanizadoras da assistência. (Rev Enferm UNISA. 2012;13: 64-8). Para a Organização Mundial de saúde (OMS), humanizar é um conjunto de condutas que promovem um parto e o nascimento saudáveis e evita condutas que tragam riscos para a mãe e feto. O modelo de assistência obstétrica no Brasil é caracterizado por excesso de intervenções no parto, o que tem contribuído para aumento de partos cesarianos e morbimortalidade materna e perinatal.

O estudo apresentado, se propõe a descrever a trajetória da evolução do parto e o parto humanizado nos dias atuais, com a finalidade de criar subsídios para o entendimento das atuais práticas de cuidado às gestantes e às parturientes nos dias atuais, enfatizando a proposta da humanização.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um resumo expandido, cuja pesquisa foi realizada por via eletrônica, através de consulta de literaturas presentes no Google acadêmico retirado nas bases de dados SciELO, Recien. Os quais foram buscados artigos com informações com base histórica do parto, a assistência de enfermagem humanizada no trabalho de parto, reflexões sobre a assistência de enfermagem prestada à parturiente e assistência à parturiente por enfermeiras obstétricas. As palavras chaves usadas foram: Enfermagem; Trabalho de parto humanizado; Assistência de enfermagem; Enfermeiras obstétricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN 2178-9428

Foram encontrados 8 artigos com o tema desejado no Google acadêmico, tais quais: SciELO e Recien.

Art 1º	2002	DAVIN - RMB BEZERRA - LGM	Assistência à parturiente por enfermeiras obstétricas no Projeto Midwifery: um relato de experiência.
Art 2º	2005	CASTRO – JC CLAPIS - MJ	Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto.
Art 3º	2006	MARQUE – FC DIAS – IMV AZEVEDO - L	A percepção da equipe de enfermagem sobre humanização do parto e nascimento.
Art 4º	2007	MOURA – FMJSP CRIZOSTOMO -CD NERY – IS MENDONÇA – RCM ARAUJO – OD ROCHA - SS	A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal.
Art 5º	2010	VELHO – MB OLIVEIRA – ME SANTOS- EKA	Reflexões sobre a assistência de enfermagem prestada à parturiente.
Art 6º	2012	SANTOS – IS OKASAKI - ELFJ	Assistência de enfermagem ao parto humanizado.
Art 7º	2014	GOMES – ARM PONTES – DS PEREIRA – CCA BRASIL – AOM MORAES- LCA	Assistência de enfermagem obstétrica na humanização do parto normal.
Art 8º	2015	SANTOS – RAA MELO – MCP CRUZ - DD	Trajetória de humanização do parto no Brasil a partir de uma revisão integrativa de literatura.

Dentro dos oito artigos, foram encontradas:

- Duas pesquisas que se referiam ao histórico do parto;
- Três pesquisas sobre a Assistência de Enfermagem Prestada a Parturiente;
- Dois artigos sobre a Percepção da Enfermagem;
- Um artigo sobre a Trajetória da Humanização do Parto no Brasil.

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas bibliografias consultadas, o trabalho de parto foi por décadas tratado como algo patológico, deixando a parturiente desconfortável, retirando sua privacidade e liberdade, fazendo com que suas virtudes, crenças e seus medos fossem colocados de lado para apenas parir uma nova vida, sem emoção, sem apoio. Na atualidade, o Brasil vem trabalhando com a visão de um novo paradigma, que é o da atenção humanizada à mulher. A humanização na hospitalização e no trabalho de parto desconstrói os paradigmas do passado, faz com que a paciente tenha liberdade dos seus atos, tenha apoio emocional, perca os medos que constrói durante as 40 semanas de gestação, faz com que o momento seja de felicidade e que a dor se transforme em força, faz um bebê nascer e uma mãe renascer em um momento único de amor.

4 REFERÊNCIAS

Ministério da Saúde (BR). **Parto, aborto e puerpério. Assistência humanizada à mulher.** Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

GOMES, Ana Rita Martins, Assistência de enfermagem obstétrica na humanização do parto normal. São Paulo, **Revista Recien**. 2014. Disponível em: https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/73/137

VELHO, Manuela Beatriz, Reflexões sobre a assistência de enfermagem prestadas á parturiente. Brasília, **Revista brasileira de enfermagem**, v m63, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000400023&script=sci_arttext

CASTRO, Jamile Claro, Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. Ribeirão Preto, **Rev.latino-Am de enfermagem,** v 13, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692005000600007&script=sci_arttext

MATEI, Elizabete Martins, Parto Humanizado- Um direito a ser respeitado. São Paulo, **Revista Cadernos**, v, 9, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0403/pdf/IS23(4)104.pdf

MOURA, Fernanda Maria, A Humanização e a Assistência de Enfermagem ao Parto Normal. **Brasília, Rev. bras. enferm.** vol 60. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000400018&script=sci_arttext

ISSN 2178-9428

SANTOS, Isaqueline Sena, Assistência de enfermagem ao parto humanizado. **Rev Enferm UNISA**; 2012. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49348340/Assistencia_de_enfermagem_ao_parto.pdf?1475596948=&response-content-

DAVIM, Rejane Marie, Assistência à parturiente por enfermeiras obstétricas no Projeto Midwifery: Um relato de experiência. **Rev.Latino-Am. Enfermagem** vol.10. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000500016&script=sci_arttext

CASTRO, Jamile Claro, Parto Humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. **Rev.Latino-Am.Enfermagem** vol.13. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692005000600007&script=sci_arttext#nota1

USO DA FINASTERIDA, MINOXIDIL E MICROAGULHAMENTO NO TRATAMENTO DA ALOPECIA ANDROGENÉTICA MASCULINA

WALIGURA, Hercules Ivan[342]
MARIANI, Filipe Quadros[343]

ISSN 2178-9428

RESUMO: A alopecia androgenética é a principal causa de calvície no homem. Esta condição determinada geneticamente e pela ação de androgênios pode iniciar ainda na adolescência e sua incidência aumenta ao passar dos anos afetando até 50% dos homens na faixa dos 50 anos. Este trabalho visa abordar alguns dos tratamentos mais efetivos atualmente usados baseando-se na literatura científica das áreas da dermatologia e cirurgia plástica. A partir do levantamento realizado concluiu-se que o uso da finasterida, minoxidil e recentemente da técnica de microagulhamento usadas juntas ou separadamente são efetivas para o tratamento da condição.

Palavras-chave: Alopecia.Tratamento. Minoxidil. Finasterida. Microagulhamento.

1 INTRODUÇÃO

A calvície é uma das principais preocupações estéticas masculinas sendo a alopecia androgenética sua principal causa no sexo masculino. A queda de cabelo por vezes tem início na adolescência e por volta dos cinquenta anos de idade chega a atingir por volta de 50% dos homens. Devido a sua ampla prevalência na população masculina, este trabalho visa explorar os princípios da fisiopatologia bem como as bases dos tratamentos clínicos e minimamente invasivos considerados mais eficazes para impedir tanto a evolução da calvície quanto restauração de parte dos fios perdidos.

A partir dos trabalhos analisados concluiu-se que o uso da finasterida oral na composição de 1 mg, o Minoxidil tópico em solução de concentração a 5% bem como a técnica de microagulhamento do couro cabeludo aliada ou não ao uso do Minoxidil demonstraram bons resultados. No entanto é preciso ressaltar que nenhuma delas restaura toda a perda capilar. Ademais é preciso atentar-se quanto aos possíveis efeitos colaterais causados por esses tratamentos.

[342] Acadêmico de Medicina, sexto período, Centro Universitário Campo Real.
[343] Doutor, Químico, docente do Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho de BARAZZETTI et al. (2019), define o complexo que porta o cabelo como unidade pilossebácea, formada pela invaginação de epitélio, sendo composta por haste, bulbo, papila dérmica, músculo eretor do pelo e glândula sebácea.

Como lembra o texto de BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011), no crescimento normal do fio de cabelo, o folículo piloso é marcado pela alternância de três fases durante o desenvolvimento senda elas a fase anágena, marcada pela proliferação e com uma duração que varia de 2 até 7 anos; fase catágena caracterizada pela involução, onde o fio deixa de crescer por aproximadamente duas semanas e finalmente pela fase telógena marcada pelo repouso e posterior queda do fio esta última com duração de aproximadamente três meses sendo que após esse período inicia-se um novo ciclo. É importante ressaltar que o couro cabeludo normal possui folículos capilares nessas três fases de desenvolvimento. Esse mecanismo de controle do ciclo é localizado no folículo e resulta da interação entre moléculas reguladora e seus respectivos receptores. Finalmente ressalta-se que a papila dérmica e seus fibroblastos influenciam no crescimento folicular, particularmente na proliferação e diferenciação celular da matriz do folículo piloso.

Uma pessoa que não possui nenhum grau de calvície tem um número aproximado entre 100.000 a 150.000 fios de modo que pode perder por volta de 50 a 100 fios por dia. No caso da alopecia androgenética o indivíduo possui uma predisposição genética bem como níveis elevados de andrógenos, como explica WEIDE E MILÃO (2009).

No caso da alopecia androgenética (AAG) a fase anágena é marcada pelo tempo reduzido devido a diminuição da expressão de fatores estimulantes bem como o aumento de citocinas relacionadas a promoção do apoptose. Outro fator que marca a evolução do quadro é o aumento dos folículos em repouso como bem observado no trabalho de BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011).

A (AAG) é caracterizada segundo BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011), pela perda de cabelo causada pela miniaturização folicular progressiva diminuindo com o

ISSN 2178-9428

passar do tempo a espessura e tamanho dos fios até que sejam convertidos em velos. Essa miniaturização folicular ocorre em suma pela ação da Dihidrotestosterona (DHT), um metabólito da testosterona. Esse processo de conversão da testosterona em DHT é mediado pela enzima 5αredutase. No indivíduo com AAG essa enzima é presente em maiores níveis e com uma maior atividade nos folículos do couro cabeludo. Além disso, a superexpressão ou a responsividade aumentada dos receptores de andrógenos nos folículos capilares é primordial para o desenvolvimento e evolução da AAG masculina.

O diagnóstico deve ser realizado por meio do acompanhamento médico do paciente que apresente uma queda de cabelo acentuada, no entanto de acordo com BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011), não existe um exame padrão ouro para tal fim. Dessa forma a abordagem médica deve ser realizada por meio de uma anamnese completa bem como hemograma,dosagem de hormônios tireoideanos e dermatoscopia do couro cabeludo.

Atualmente, segundo afirma BARAZZETTI et al. (2019), a agência Norte Americana Food and Drug Administration (FDA)aprova apenas um fármaco de ação sistêmica para tratamento de alopecia androgênica masculina, a finasterida. Já o minoxidil é o medicamento de ação tópica atualmente indicado.

Recentemente, vários estudos como o de CONTIN (2016), sugerem que existe uma superioridade do minoxidil injetável em relação ao minoxidil aplicado topicamente.

A finasterida, como ressalta WEIDE E MILÃO (2009) é um medicamento usado por via oral e de metabolismo hepático com excreção nas fezes e na urina em forma de metabólitos. Esta droga não possui interação com outros medicamentos, de forma que é possível a utilização de outras substâncias.

"A ação da finasterida envolve a inibição da conversão da testosterona em DHT nos tecidos onde ocorre a expressão da enzima 5-alfa redutase tipo II, mais especificamente na próstata e nos folículos pilosos". (BARAZZETTI et al. 2019). Assim a concentração de DHT nos tecidos-alvo e na concentração sérica é reduzida. É preciso ressaltar que finasterida não reduz as ações fisiológicas da testosterona, diminuindo apenas as concentrações de DHT como é observado no trabalho de

ISSN 2178-9428

BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011). A publicação destes autores traz que em um grupo de homens usando finasterida 1mg/dia durante um ano, em 80% dos casos ocorreu aumento dos fios. No início ocorre um aumento na contagem folicular, com pico aos 12 meses, e posteriormente ocorre o aumento da espessura dos fios. É importante ressaltar ainda que o efeito do medicamento é perdido em torno de 12 meses após a descontinuação.

Os principais e efeitos colaterais deste medicamento ocorrem relacionados à sexualidade como a diminuição da libido, disfunção erétil e diminuição do volume da ejaculação. Esses efeitos foram vistos segundo o trabalho de BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011), em 4,3% de homens com idade entre 18 e 41 anos versus 2,2% no grupo placebo ($p < 0,05$). No entanto essas adversidades são reversíveis após a descontinuação do uso.

O minoxidil não tem seu mecanismo de ação bem claro. Segundo (BARAZZETTI et al. 2019), presume-se que a ação deste medicamento em forma tópica aumenta o nível de atividade do fator de crescimento endotelial vascular além de uma ação vasodilatadora. Seu uso é capaz de prolongar a fase de crescimento anagênica enquanto torna a fase telogênica mais curta, aumentando o diâmetro dos fios, que sofreram miniaturização. Os resultados são vistos por por volta de 16 semanas de uso do minoxidil tópico na concentração de 5% como observado por BRENNER, SEIDEL e HEEP (2011), ao passo que caso ocorra interrupção do uso após seis meses o quadro retorna a seu estádio inicial. Entre os efeitos colaterais possíveis destacam-se prurido, irritação local e hipertricose.

Estima-se que o microagulhamento segundo explica CONTIN (2016) age liberando fatores de crescimento derivados de plaquetas e fatores de crescimento epidérmicos, ativa células-tronco no bulbo e pode levar a superexpressão de genes envolvidos no ciclo capilar. Isso ocorre devido ao processo de regeneração através das feridas causadas pelas microagulhas. O microagulhamento tradicional ocorre com a aplicação de cilindros conhecidos como *rollers que* contêm agulhas capazes de atingir cerca de 1,5 mm de profundidade no couro cabeludo.Além dessa técnica tradicional existe microinfusão de medicamentos associada a técnica do microagulhamento utilizando-se aparelhos como os de tatuagens e agulhas apropriadas e devidamente esterilizadas e que após o uso devem ser descartadas

ISSN 2178-9428

seguindo os devidos protocolos. Essa técnica deve ser realizada por um profissional médico capacitado dentro de um ambiente adequado para tal prática. Esse método a longo prazo possui uma baixa aderência pelos pacientes devido a necessidade das aplicações frequentes e com a dor sendo um importante efeito adverso. Além disso, esse tratamento como bem ressaltado por CONTIN (2016), possui respostas variáveis de modo que nem sempre são satisfatórias. Dessa forma outras evidências são necessárias visando comprovar a efetividade do minoxidil aliado a técnica do microagulhamento em relação ao uso tradicional da medicação ou do microagulhamento de forma isolada. Outros fatores como número de sessões, intervalo entre elas e manutenção do tratamento também precisam ser mais bem esclarecidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam diversos estudos atualmente visando o tratamento efetivo da calvície, apenas o uso diário da finasterida 1 mg e o uso tópico do minoxidil 5% são capazes de controlar a queda de cabelo causada pela alopecia androgenética. Devido aos possíveis efeitos colaterais recomenda-se uma avaliação médica e o esclarecimento pelo médico sobre riscos e benefícios das técnicas atualmente disponíveis para o indivíduo acometido pela alopecia antes de iniciar o tratamento.

4 REFERÊNCIAS

ARSIE CONTIN, Leticia Alopecia androgenética masculina tratada com microagulhamento isolado e associado a minoxidil injetável pela técnica de microinfusão de medicamentos pela pele. **Surgical & Cosmetic Dermatology** 2016.

MULINARI-BRENNER, Fabiane; SEIDEL, Gabriela;HEPP, Themis. Entendendo a alopecia androgenética. ***Surgical & Cosmetic Dermatology***. 2011.

BARAZZETTI Daniel, et al.Capillary Growth and the Use of Medicines in the Treatment of Androgenic Alopecia. **Rev. Bras. Cir. Plást**. 2019.

WEIDE, A. C.; MILÃO, D. A utilização da Finasterida no Tratamento da Alopécia Androgenética. **Revista da Graduação**, v. 2, n. 1, 22 abr. 2009.

ISSN 2178-9428

(IN) DELEGABILIDADE DO PODER DE POLÍCIA

BUFOLISKI, Andressa Cardoso[344]
OLIVEIRA, Kamila Demenck de[345]
SILVA, Arli Pinto da [346]

RESUMO: Por meio de métodos de pesquisas bibliográficas de autores de destaque na área de direito administrativo o presente trabalho busca abordar como enfoque principal o Poder de Polícia que a Administração Pública detém com o objetivo de apresentar um estudo a respeito do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre a possibilidade de sua delegação ao poder privado, sendo retratado a origem do Poder de Polícia e o conceito de delegação de serviços públicos para atingir esse objetivo.

Palavras-chave: Administração Pública. Delegação. Direito administrativo.

1 INTRODUÇÃO

A expressão Administração Pública, em suma, possui dois sentidos: o formal que compreende os entes que exercem a atividade administrativa e o material que trata da própria atividade desenvolvida por estes entes, nesse sentido surgem as prerrogativas e sujeições da Administração Pública, as prerrogativas para que a administração consiga exercer plenamente suas atividades e as sujeições como limites para que se respeite os direitos dos cidadãos.

Como prerrogativas da Administração Pública surgem os poderes inerentes a ela, tal como o Poder de Polícia, que se trata de um meio para conter o abuso dos poderes do particular visando manter o interesse público.

Por tratar-se de um instituto que representa o poder de império do Estado o presente trabalho visa desenvolver o tema a respeito da possibilidade da delegação do Poder de Polícia aos particulares, ou seja, a transferência da prestação de atos decorrentes deste poder a pessoas jurídicas de direito privado.

Por meio de obras doutrinarias e da jurisprudência, este resumo traz o conceito de Poder de Polícia e de delegação de serviços públicos, buscando o atual

[344] Acadêmica do curso de Direito, 6 º período B, Centro Universitário Campo Real.
[345] Acadêmica do curso de Direito, 6 º período B, Centro Universitário Campo Real.
[346] Professor do curso de Direito no Centro Universitário Campo Real e na Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Mestre em Direito do Estado pela UFPR, Graduado em Direito pela UEPG.

ISSN 2178-9428

entendimento a respeito da possibilidade de delegação desse poder, considerando tratar-se de uma atividade exclusiva do Estado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PODER DE POLÍCIA

A Constituição Federal assegura uma vasta gama de direitos que são assegurados aos cidadãos, contanto que estes não agridam o bem comum e o coletivo, em outras palavras, o interesse particular não pode causar prejuízo ao interesse público (MELLO, 2014).

O Poder de Polícia surge como prerrogativa da Administração Pública, ou seja, um meio para que esta consiga desenvolver plenamente suas atividades, neste caso é uma forma para conter o abuso de direitos dos particulares, que mostrarem-se prejudiciais ao interesse público, principal bem jurídico que regula as ações do Estado (DE SOUSA; VALGOI; ET AL.,2019).

O termo Poder de Polícia advém da idade média, do período conhecido como Estado de Polícia, época em que imperava o poder do rei sobre as leis, mas seu significado vai além do sentido de segurança pública, abrangendo a chamada polícia administrativa como a vigilância sanitária e fiscalização de trânsito, nesse sentido o Art. 78 do Código Tributário brasileiro define o Poder de Polícia como: (MAZZA, 2019).

> Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 1966, art. 78.).

Os atos da polícia administrativa são autoexecutáveis, não precisam de homologação judicial para serem efetivos, por exemplo a apreensão de alimentos impróprios para consumo, pode ser realizada sem que preexista uma autorização judicial para isto, basta que conste irregularidades, essa dispensa se deve, em parte, a falta de celeridade do judiciário que acarretaria uma demora em atender os

ISSN 2178-9428

interesses coletivos defendidos, podendo perecer os valores sociais que cabe ao Poder de Polícia resguardar (MELLO, 2014).

Caso se sinta lesado de alguma forma por um ato decorrente do Poder de Polícia ou desconfie de ação irregular o particular pode recorrer para Administração Pública ou ao judiciário por meio de ferramentas como habeas corpus e mandado de segurança (MELLO, 2014).

2.2 DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A Constituição Federal prevê a exclusividade da titularidade de alguns serviços públicos ao Estado, porém há a possiblidade de transferir a titularidade da prestação do serviço, que será feita em seu nome, a outros entes da Administração Pública ou a particulares por meio do instituto da delegação, consiste nessa transferência da titularidade da prestação do serviço público ao particular, mantendo a titularidade do serviço, mas transferindo sua prestação, podendo ser feita por meio dos institutos da concessão, permissão e autorização (MARINELA, 2018).

O termo Serviço Público, em seu sentido objetivo, é caracterizado pela atividade exercida pela Administração Pública e seus agentes, ele pode ser classificado em serviços delegáveis que são aqueles que podem ser executados pelo Estado ou por particulares, como o transporte público, e os serviços indelegáveis que são de prestação exclusiva do Estado, como a defesa nacional (CARVALHO FILHO, 2019).

2.3 DELEGAÇÃO DO PODER DE POLICIA

O Poder de Polícia expressa o poder de império do estado, tendo como atributo a coercibilidade, havendo a possibilidade de impor seu poder a terceiros, representando, assim, a verticalidade da relação entre a Administração Pública e o particular, por este motivo a doutrina majoritária entende que não é possível a delegação de atos do Poder de Polícia ao particular, podendo ser delegados somente a pessoas jurídicas de direito público (MAZZA, 2019).

Segundo Di Pietro (2019) a questão de indelegabilidade do Poder de Polícia para pessoas do direito privado é aprovada pelo STF e pela jurisprudência, por

ISSN 2178-9428

ser uma atividade de competência exclusiva do Estado. Seria descabido o uso de repressão de particular sobre outro caso a delegação ocorre-se. Cabe destacar que a ação do poder de polícia é um ato auto executável desde que seja o agente dotado de competência para realizar o ato, o que seria impossível em tese, que um particular possua sobre a administração pública.

> Os atos jurídicos expressivos de poder de público, de autoridade pública e, portanto, os de policia administrativa, certamente não poderiam, não menos em principio salvo circunstâncias excepcionais ou hipóteses muito especificas (caso, e.g., dos poderes reconhecidos aos capitães de navios), se delegados a particulares, ou ser por eles praticados. (MELLO,2014, p.857).

Tal restrição baseia-se pelo fato de que o poder particular não deve praticar atos que sejam públicos, porque se assim agisse, poderia causar um desequilíbrio entre os particulares, pois não haveria imparcialidade e igualdade de tratamento certamente. Entretanto é possível a realização de atos materiais pelo particular quando a ele for delegado como os equipamentos fotos sensores que medem a velocidade nas rodovias são empresas contratadas pelo poder público para captar e registrar a ocorrência de infração, nas palavras de Mello, 2014, p. 858 *"*pois não esta ai envolvida expedição de sanção administrativa e nem ao mesmo decisão sobre se houve ou não violação de norma de trânsito, mas mera constatação objetiva de um fato*"*. A justificativa para tal possibilidade seria que mesmo que os equipamentos sejam particulares, em nada afeta a fiscalização, pois agem de forma impessoal e tratamento igualitário (MELLO, 2014).

Segundo decisão do Supremo Tribunal de Justiça, em recurso especial de trânsito, o Poder de Polícia se divide em quatro grupos: da legislação, consentimento, fiscalização e sanção, podendo ser transferidos aos particulares somente os atos de consentimento como a emissão da carteira de motorista, e os atos de fiscalização como o exemplo dos sensores de velocidade, sendo vedado a transferência da prestação de atos de legislação e sanção, como o estabelecimento de normas do Código de Trânsito Brasileiro e aplicação de sanções em caso de seu descumprimento.

Apesar do entendimento majoritário vedar a possibilidade da delegação de atos do Poder de Polícia ao particular alguns doutrinadores e a jurisprudência admitem essa possibilidade em situações bem especificas como os poderes reconhecidos aos

ISSN 2178-9428

capitães de navios, a execução de atos meramente materiais e atos de consentimento e fiscalização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho foi possível apresentar de forma breve, quais são as possibilidades e condições que a Administração Pública pode delegar o Poder de Polícia ao poder privado, quais as funções possíveis de delegar e quais não são passiveis de delegação. Foi exposta a posição da doutrinária mais recomendada sobre o tema e o entendimento atual dos tribunais.

Ficou evidenciado que apesar de ocorrerem divergências sobre o entendimento dessa delegação, conclui-se que em todas situações expostas deve prevalecer o interesse e necessidade pública, devendo o estado zelar por isto, seguindo sempre os princípios constitucionais.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm> Acesso em: 10 de set. 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33.ed. São Paulo: Atlas. 2019.

DE SOUZA, Cassio Vinícius Steiner; VALGOI, Gabriele; BARBOZA, Maitê Ribeiro Tamura Meleto; FERNANDES, Rodrigo Flores. **Direito Administrativo**. .ed. Porto Alegre: Grupo A Educação S/A. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2019.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12.ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2018.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2019.

MELLO, Celso Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31.ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2014.

ISSN 2178-9428

SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE BARRAGENS DE USINAS HIDRELÉTRICAS

CHAGAS, Bruno Beló[347]
JUNIOR, Volmar Wasen[348]
FEDRECHESKI, Alisson Rodrigo[349]
MARTINS, Osmar de Carvalho[350]

RESUMO: As barragens de usinas hidrelétricas podem sem projetadas de várias maneiras, visando a maior segurança possível para o meio ambiente e para a população, através de estudos de artigos científicos e TCC e cálculos e estatísticas, a fim de entender as causas do rompimento de barragens iremos, com base na teoria do princípio fundamental da hidrodinâmica de Stevin, realizar diversos estudos e cálculos para que assim possamos concluir qual o tipo de barragem mais eficiente a ser construída, sem prejudicar o meio ambiente e a população.

Palavras chave: Barragens. Hidrelétricas. Meio ambiente. População. Segurança.

1 INTRODUÇÃO

Com o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho a barragem de terra se tornou o modelo mais perigoso devido ao acúmulo de rejeitos que resultou na interrupção da absorção da água pela terra e assim acabou aumentando a pressão hidrostática e rompendo a barragem fazendo com que varias pessoas e varias casas ficassem cobertos de lama

> Segundo Bruno Milanez, professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), “esse é um modelo bem mais arriscado. Como a barragem cresce sobre o próprio rejeito, não é tão estável. A alternativa mais segura é o reservatório à jusante, erguido do lado de fora.”

Dessa forma, essa revisão pretende relacionar a teoria da pressão hidrostática de Stevin com o rompimento de barragens para que assim possa encontrar uma alternativa para contribuir com a segurança das barragens.

2 DESENVOLVIMENTO

[347] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 2 Período, Centro Universitário Campo Real
[348] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 2 Período, Centro Universitário Campo Real
[349] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 2 Período, Centro Universitário Campo Real
[350] Graduado em engenharia ambiental e civil, especialista em engenharia de segurança do trabalho, especialista em MBA em gestão de qualidade e SGI, especialista em estruturas de concreto e fundações, mestrado em desenvolvimento e sociedade

ISSN 2178-9428

Os tópicos a seguir abordam a metodologia do trabalho e os resultados alcançados até o momento para o estudo realizado.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi uma reportagem de jornal interligada com a revisão bibliográfica do princípio da hidrodinâmica de Simon Stevin e as fontes de consulta foram artigos científicos, TCC, dissertações e reportagens selecionadas a partir de endereços eletrônicos tais como o Google acadêmico e bibliotecas universitárias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BARRAGENS DE ENROCAMENTO

As barragens de Enrocamento podem ser feitas em um núcleo argiloso ou um núcleo asfáltico, face de concreto e polietileno de densidade elevada. Segundo Almeida “Enrocamentos são materiais que, quando submetidos a uma variação de tensões sofrem transformações estruturais devidas a deslocamentos, rotações e quebra de partículas.” (ALMEIDA, 2010, p. 28).

A seguir para determinar a pressão que a água faz sobre a barragem de enrocamento da Usina do rio cavernoso no Paraná, que segundo o site www.aen.gov.br a barragem possui 18 m de altura, 520 metros de comprimento e possui uma vazão de 4,5 m^3/s e demora 5 dias até alcançar sua capacidade máxima utiliza - se a equação de Stevin e a fórmula da vazão.

$Vz = V / t \rightarrow 4,5 = V / (5 \times \{24 \times 3600\}) \rightarrow 4,5 = V / 5 \times 86400 \rightarrow 4,5 = V / 432000 \rightarrow 4,5 \times 432000 = V \rightarrow V = 1944000\ m^3 \rightarrow V = 1,944.10^6\ m^3 \rightarrow 1m^3 = 10^3\ L \rightarrow 1,944.10^6\ m^3 = X \rightarrow X = 1,944.10^{12}\ L = 1,944.10^{12}\ kg \rightarrow A = 520.18 \rightarrow A = 9360\ m^2 \rightarrow P = m.g.h + m.g / A \rightarrow P = 1,944.10^{12} \times 10 \times 18 + 1,944.10^{12} \times 10 / 9360 \rightarrow P = 34,992.10^{13} + 1,944.10^{13} / 9360 \rightarrow P = 36,936.10^{13} / 9360 \rightarrow P = 3,95.10^{-3} \times 10^{13} \rightarrow P = 3,95.10^{10}\ Pa \rightarrow P = 39,5\ MPa.$

No cálculo aplica - se a fórmula da Vazão para achar o volume da barragem e logo após aplica - se a fórmula da área do retângulo para achar a área da barragem

ISSN 2178-9428

e logo após transformar m^3 em L para determina - se a massa, pois 1L = 1kg e depois aplica - se a fórmula de Stevin e conclui - se que a Pressão que a água exerce sobre a barragem do Rio Cavernoso é de 39,5 Giga Pascal.

4.2 BARRAGENS DE ARCO OU ABÓBADA

A barragem de arco ou abóbada são aquelas que cujo formato é semelhante a um arco e também é chamada de barragem em abóbada, são construídas em vales com menos espaço podendo assim a altura ser maior que a largura. Segundo Silva “As barragens abóbadas são estruturas contínuas muito esbeltas com geometria variável, podendo ser de simples ou dupla curvatura, ou seja, apresenta uma seção transversal e longitudinal em arco”. (SILVA, 2013, p. 05)

Para esses cálculos irá se determinar a pressão que a água faz na barragem do funil no Rio de janeiro, que segundo o site www.furnas.com.br tem 85 m de altura, 270 mil m^3 de volume e 40 km^2 de área.

Utilizando – se a equação de Stevin e a fórmula da área

$P = m.g.h + m.g / A \rightarrow A = 40\ km^2$ ou $40000\ m^2 \rightarrow 40000 = 85 \times C \rightarrow 40000 / 85 = C \rightarrow C = 470\ m \rightarrow 1m^3 = 10^3\ L \rightarrow 270.10^3\ m^3 = X \rightarrow X = 270.10^9\ L = 270.10^9\ kg \rightarrow P = 270.10^9 \times 10 \times 85 + 270.10^9 \times 10 / 40000 \rightarrow P = 22950.10^{10} + 2700.10^{10} / 40000 \rightarrow P = 25650.10^{10} / 40000 \rightarrow P = 2565.10^{11} / 4.10^4 \rightarrow P = 641.10^7\ Pa \rightarrow P = 6410.10^6\ Pa \rightarrow P = 6410\ MPa.$

No cálculo aplica – se a fórmula da área do retângulo para achar a área da barragem e logo após transformar m^3 em L determina - se a massa, pois 1L = 1kg e depois aplica - se o valor da massa junto com os outros valores na fórmula de Stevin e conclui - se que a pressão exercida pela água na barragem do funil no rio de janeiro é de 6410 MPa (Mega Pascal).

4.3 BARRAGENS DE GRAVIDADE, GRAVIDADE ALIVIADA E CONTRAFORTES

4.3.1.Barragem de gravidade e gravidade aliviada

As barragens de gravidade são aquelas em que a estabilidade é garantida pelo próprio peso, ou seja, o próprio peso da barragem anula a força

ISSN 2178-9428

exercida pela pressão da água com o auxílio da força gravitacional já a as barragens de gravidade aliviada são semelhantes às barragens de gravidade, porém essas contém uma estrutura mais leve e aplica uma pressão menor às fundações. Segundo Cerdeira “A forma das barragens de gravidade é estabelecida de maneira que a estabilidade dos elementos verticais isolados, face ao impulso das águas, seja assegurada pela atuação do peso próprio”. (CERDEIRA, 2011, p. 31).

4.3.2 Barragem de contrafortes

A barragem de contrafortes é formada por uma laje plana em um muro de concreto armado. segundo Schmitz “As barragens de concreto em contraforte dependem de estruturas verticais para sua sustentação.” (SCHMITZ, 2018, p. 39).

Para os cálculos irá se determinar a pressão que a água exerce sobre a barragem de contraforte de Itaipu que segundo o site www.itaipu.gov.br a barragem tem altura máxima de 196 metros e um comprimento total de 7919 m e densidade de água 1 kg/m^3 e volume de 29.10^9 m^3.

Utilizando a fórmula da pressão hidrostática de Stevin

$P = m.g.h + m.g / A \rightarrow A = 196 \times 7919 \rightarrow a = 1552124\ m^2 \rightarrow 1m^3 = 10^3\ L \rightarrow 29.10^9 \rightarrow X \rightarrow X = 290.10^{12}\ L \rightarrow X = 290.10^{12}\ kg \rightarrow P = 290.10^{12} \times 10 \times 196 + 290.10^{12} \times 10 / 1552124 \rightarrow P = 568400.10^{12} + 2900.10^{12} / 1552124 \rightarrow P = 571300.10^{12} / 1552124 \rightarrow P = 0{,}37.10^{12}\ Pa \rightarrow P = 0{,}37\ TPa.$

No cálculo aplica – se a fórmula da área do retângulo para achar a área da barragem e logo após transformar m^3 em L determina a massa, pois 1L = 1kg e depois aplica a fórmula de Stevin e conclui - se que a pressão que a água exerce sobre a barragem de Itaipu é de 0,37 Tera Pascal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após varias análises e cálculos conclui - se que a barragem de gravidade e contrafortes é o tipo de barragem mais segura em que a pressão da água sobre a barragem e de 6410 MPa (Mega Pascal) ,ou seja, é a menor pressão registrada entre as barragens listadas, em outras palavras, é o tipo de barragem que corre o menor risco de rompimento, esse trabalho não tem como objetivo propor a solução para os

ISSN 2178-9428

impactos ambientais mas de apresentar o tipo de barragem mais eficiente para ser construída sem se preocupar com o seu rompimento.

6 REFERÊNCIAS

STEVIN, Simon. **Principio fundamental da hidrodinâmica.** Disponível em http://brasilescola.uol.com.br/biografia/simon-stevin.htm. Acesso em 02 de set de 2020.

ALMEIDA, Marínis Maria de. **Estudo tensão deformação de barragem de terra e enrocamento.** 2010.139 f. dissertação (mestrado em Geotecnia) Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010. Disponível em http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/234.

CERDEIRA, João Migual de Freitas. **Estudo da forma de barragem abóboda sob a ação da pressão hidrostática e de variações de temperatura.** 2011. Dissertação (mestrado em estruturas e construção) Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011. Disponível em http://hdl.handle.net/10400.6/3550.

SCHMITZ, Lucas. **Estudo de alternativas de barragem de concreto para pequenas centrais hidrelétricas: estudo de caso da PCH poço fundo.** 2018. TCC (graduação em engenharia civil) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em https://repositório.ufsc.br/handle/123456789/187894.

SILVA, Jorge Miguel Ribeiro Moreira da. **Injeção de juntas de contração de barragens abóbada.** 2013. Dissertação (mestrado em especialização em estruturas) Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto Portugal, 2013. Disponível em http://hdl.handle.net/10400.6/3550.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

O LUTO COM BASE NA TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

BERBERT, Marília[353]
STOCCO, Kamila Ribeiro[354]
ROCHA, Hellen Carolinne[355]
PORFÍRIO, Gustavo Bianchini[356]

RESUMO: Sabe-se que o luto é uma temática complexa e presente com frequência nas discussões entre profissionais da área de Psicologia. Portanto, ao realizar pesquisas em artigos, buscou-se compreender o luto com base na Terapia Analítico-Comportamental, a qual informa sobre os comportamentos percebidos em enlutados e explica-os. Fato esse, que é de grande valia para auxiliar na readaptação do indivíduo em processo de luto, tendo em vista que quando perde um ente querido, o mesmo sente a ausência de reforçadores pré-existentes, o que acaba eliciando respostas como as de fuga e de esquiva.

Palavras-chave: Luto. Comportamento. Reforço. Extinção. Readaptação.

1 INTRODUÇÃO

Devido a importância do tema: o luto, buscou-se explicar o processo do mesmo, como ele ocorre e explanar comportamentos relacionados tanto com reforços, punições e extinções, quanto com fugas e esquivas. Dessa forma, objetivou-se compreender o luto com enfoque na Terapia Analítico-Comportamental e demonstrar a complexidade e singularidade desse processo. Para isso, estudou-se artigos como os denominados: Luto - uma perspectiva da terapia analítico-comportamental e O processo de luto, de 2015 e 2016, respectivamente.

2 DESENVOLVIMENTO

Utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica baseada em artigos e em pesquisas como a de Nascimento, Nasser, Amorim e Porto (2015), a qual é baseada em uma análise da obra de Worden, denominada Aconselhamento do Luto

[353] Graduanda do curso de Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[354] Graduanda do curso de Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[355] Professora no Centro Universitário Campo Real, psicóloga hospitalar no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo. Especialista em Psicopedagogia no Processo Ensino-Aprendizagem. Curso de Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com conclusão em novembro de 2015. Formada no Curso de Formação de Docentes das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil pelo Colégio Estadual Visconde de Guarapuava. Representante Setorial do Conselho Regional de Psicologia do Paraná na região Centro-Oeste do referido estado entre 2018 e 2019.
[356] Graduado em Psicologia – Bacharelado pelo Centro Universitário Campo Real e mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

ISSN 2178-9428

e Terapia do Luto, publicada em 2013. A qual, juntamente com o enfoque Analítico Comportamental, teve o intuito de propor interpretações de intervenções baseadas na análise do comportamento. Um fato relevante citado pelos autores, é que, para Worden (2013), cada processo de luto é único, singular e será influenciado por diversos fatores, como quem era a pessoa que faleceu; o vínculo existente com essa, seus antecedentes históricos; aspectos de sua personalidade; aspectos sociais e estressores concorrentes, como prejuízos secundários, mudanças sobrepostas e crises relacionadas à perda.

Dessarte, é importante citar a existência da relação do indivíduo com o ambiente, mas também, a que ocorre entre os demais organismos, isto que, se refere ao comportamento social. Nascimento et al. (2015) reforçam a relevância de compreender a relação entre o enlutado e a pessoa falecida, visto que os demais "organismos também fazem parte do ambiente e as situações nas quais a emissão e o reforçamento do comportamento de uma pessoa depende, ao menos em partes, do comportamento de outro" (p.449). Assim sendo, verifica-se, por exemplo, que o acontecimento de o ente querido ter falecido, faz com que os estímulos reforçadores: "qualquer evento que quando apresentado aumenta a frequência de um comportamento" (JÚNIOR; SOUZA, p.11, 2006), que eram emitidos pelo falecido, deixem de existir. Os autores, salientam a importância da adaptação do enlutado, agora diante de uma outra realidade, onde não existe mais a presença daquele que faleceu.

De acordo com Moore e Fine (1990 apud Ramos, 2016) o luto é visto como um processo, onde o equilíbrio físico é retomado após a perda de um ente querido, o qual é uma resposta que, geralmente, é acompanhada pela perda de interesse em relação ao mundo exterior, apreensão relacionada as memórias e ao passado vivenciado com a pessoa e redução da capacidade de investir em novos relacionamentos.

Segundo Nascimento et al. (2015), "A função de estímulo do outro seria estabelecida de acordo com a história de vida do organismo e, com a sua morte, deixaria de fazer parte do ambiente do enlutado, que perderia os reforçadores advindos dessa relação" (p.449). Dessa forma, inicia-se um processo de extinção operante, que é a "quebra da relação de contingência entre uma resposta e uma consequência pela suspensão do reforçamento" (JÚNIOR; SOUZA, p.12, 2006). O

ISSN 2178-9428

que, segundo a TAC (Terapia Analítico-Comportamental), pode referir-se à um reforço negativo que é o "tipo de reforçamento em que o aumento da frequência de uma resposta ocorre devido à retirada de um estímulo consequente" (JÚNIOR; SOUZA, p.20, 2006). Se o comportamento não for extinguido, pode se tratar de uma punição negativa, a qual, segundo Júnior e Souza (p.18, 2006) é o tipo de punição em que a diminuição da frequência de uma resposta ocorre por causa da retirada de um estímulo consequente, considerado reforçador. Entretanto deve-se lembrar que a punição apenas faz com que o comportamento deixe de ocorrer em determinadas circunstâncias.

Então, percebe-se que, a análise funcional de um caso, é importante, pois, "após a morte, o enlutado necessita de um tempo para adaptação à nova realidade e o comprometimento é relativo à intensidade da relação." (Nascimento et al., p.448, 2015). E que há influência multifatorial diante da forma em que essa pessoa específica está se comportando. Sendo que, ao se tratar de uma extinção, ocorre um período de latência antes da extinção de fato, neste caso, existe maior probabilidade da ocorrência de comportamentos, logo após a retirada do estímulo.

Diante de um enlutado, há um conjunto de estímulos que foram extintos, isso explica o aumento de vários comportamentos e também o aparecimento de variáveis emocionais, por se referir à uma situação aversiva. Logo, o comportamento de fuga pode ser manifestado, já que se refere à "interrupção de uma estimulação aversiva por uma resposta" (JÚNIOR; SOUZA, p.12, 2006), e o de esquiva que, para os autores, é a "prevenção de uma estimulação aversiva por uma resposta" (JÚNIOR; SOUZA, p.11, 2006). Dessarte, a fuga refere-se a escapar de uma situação aversiva, já a esquiva, seria a ação de preparar-se antecipadamente para não entrar em contato com essa ocorrência.

Vale ressaltar que, de acordo com Shuchter e Zisook (1993) "o luto é um fenômeno natural que ocorre depois da perda de uma pessoa significativa, sendo um processo individual, que varia de pessoa para pessoa, de momento para momento e que envolve muitas dimensões do ser humano" (apud Ramos, 2016, p.3). Percebe-se, assim, que o psicólogo deve realizar sua atuação voltada ao indivíduo enlutado, levando em consideração que o processo do luto, para ele, é singular e único. Portanto, pode auxiliar o mesmo na retomada de sua rotina, buscando novos reforçadores e criando um novo repertório comportamental voltado a atividades que

ISSN 2178-9428

ocupem seu tempo ocioso, façam com que ele viva o luto de forma saudável e tenha qualidade de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do luto é experienciado de forma única para cada indivíduo. Sendo assim, observa-se a importância da realização de mais pesquisas sobre o tema, pois não há, ainda, como explicar de que maneira o luto ocorre para cada um. Sabe-se que quando a pessoa falece, o indivíduo passa por um processo de luto, pois os reforçadores existentes na relação entre os dois deixam de existir, eliciando respostas no mesmo. Portanto, compreendendo a complexidade desse processo, percebe-se a importância do terapeuta analítico-comportamental, o qual teria a função de auxiliar o enlutado na readaptação de sua rotina.

4 REFERÊNCIAS

JÚNIOR, R. R. T. & SOUZA, M. A. O. **Vocabulário de Análise do Comportamento: um manual de consulta para termos usados na área.** Editora: ESETec, 2006.

NASCIMENTO, D. C.; NASSER, G. M.; AMORIM, C. A. A.; PORTO, T. H. Luto: uma perspectiva da terapia analítico comportamental. **PsicolAlgum**. 2015.

RAMOS, V. A. B. O processo de luto. **Psicologia.pt**. 2016. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1021.pdf. Acesso em: 21/09/2020.

O USO DE ÓLEOS DE ESSENCIAS COM AÇÃO ANTIMICROBIANA EM CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS CRÔNICAS

RIBEIRO, Emanuelli Kotecheski[357]
NASCIMENTO, Renata Aparecida[358]
BONAPAZ, Rubia[359]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O uso de óleos essenciais vem sendo uma alternativa no tratamento de feridas, sendo elas agudas ou crônicas. Essa revisão bibliográfica tem como objetivo trazer informações sobre os óleos de canela e melaleuca e sua ação antimicrobiana no processo de cicatrização. A partir dessa revisão percebe-se uma baixa gradativa por parte de alguns pacientes que possuem feridas crônicas, na utilização dos métodos convencionais sendo substituídos pela presente alternativa.

Palavras-chave: Óleos essenciais. Ação antimicrobiana. Feridas

1 INTRODUÇÃO

A pele reveste cerca de 15% do peso corporal, sendo este o maior órgão do corpo humano. Atua como principal barreira de proteção, desempenhando diversas funções contra o meio externo, essa exposição faz com que esses microrganismos e agentes agressores venham a danificar e muitas vezes romper essa barreira, fazendo com que ocorram lesões teciduais (BERNARDO *et al*., 2019).

A lesão tecidual incentiva o início do processo de cicatrização, entretanto em relação a feridas crônicas o organismo necessita de um estímulo externo, como: fármacos e óleos essenciais, por exemplo (CAMPOS *et al*., 2007). A utilização dos óleos essenciais é uma das formas mais antigas de medicina que se conhece, sendo exploradas a muitos séculos. Esse interesse na medicina natural expandiu devido à grande demanda do consumo de produtos naturais. Segundo Nascimento et al., (2007), diversos estudos apontam a eficácia terapêutica dos óleos essenciais e sua ação antimicrobiana.

Os óleos como comprovado cientificamente tem um efeito positivo sobre essas patologias. Deve-se considerar a alternativa de tratamento com óleos essenciais justamente por conta do organismo de pacientes portadores de feridas crônicas, onde

[357] Acadêmica de Biomedicina, 6° Período, Centro Universitário Campo Real
[358] Acadêmica de Biomedicina, 6° Período, Centro Universitário Campo Real.
[359] Docente, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

seu sistema atinge uma certa resistência aos fármacos através do seu uso contínuo. Sendo assim, optam por uma segunda opção para que conquistem a amenização dos sintomas e consequentemente o processo de cicatrização dessas lesões teciduais.

As pessoas portadoras de feridas crônicas estão cada vez mais procurando e optando por outras alternativas de tratamento para amenizar essa patologia e atingir o processo de cicatrização da mesma. Essa escolha se dá devido ao uso contínuo de medicamentos, onde o organismo do paciente adquire resistência ao fármaco. Com base nesse fato os mesmos acabam bloqueando o auxílio no tratamento.

Levando em consideração a importância desse assunto para a Biomedicina, o presente trabalho tem como objetivo abordar uma alternativa secundária no tratamento de feridas crônicas, sendo esses os óleos essenciais de fácil acesso e de baixo custo, como o óleo de canela (*Cinnamomum sp*) e óleo de melaleuca (*Melaleuca alternifólia*).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse resumo expandido fundamentou-se em artigos presentes no Google acadêmico, Scielo e em outras fontes respeitosas, como a OMS, ANVISA e o Ministério da Saúde, nos quais foram buscados por artigos e informações complementares sobre os princípios da utilização de óleos essenciais e sua ação antimicrobiana.

- Google acadêmico, Scielo, Dados da OMS, ANVISA e Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CANELA (*Cinnamomum sp*)

A canela pertence à família Lauraceae, existindo aproximadamente 250 espécies distribuídas na China, Índia e Austrália. Os óleos aromáticos estão presentes nas folhas e na casca. Essa especiaria é obtida na parte interna da casca do tronco.

ISSN 2178-9428

A própria tem seu nome de origem Grega, significando madeira doce. Conhecida desde 2.500 a.C pelo povoado chinês (ZANARDO et al., 2014).

Dentre a variedade de espécies de canela, podemos ressaltar a espécie (Cimmamomum verum). Em relação a mesma pode-se destacar suas propriedades farmacológicas, sendo elas: antibacteriana, antioxidante e hipoglicemiantes. A canela é um estimulante das funcionalidades digestivas e circulatórias do organismo.

Através de estudos e experimentos científicos essa especiaria vem comprovando que possui efeito inibitório sobre as bactérias, exibindo sua atividade antimicrobiana, antisséptica e antioxidante. A canela possui uma diversidade de princípios bioativos com capacidade de trazer benefícios para o organismo, como o cinamaldeído, cinamato, cinomil-acetato, b-cariofileno, o eugenol e os polifenóis (SILVA, 2018).

2.3 MELALEUCA (*Melaleuca alternifólia*)

A *Melaleuca Alternifólia* é uma planta que pertence à família Myrtaceae. Com origem Australiana a Melaleuca, é conhecida também como árvore-de-chá ou mirto-de-mel. Nome o qual foi estabelecido devido as suas folhas, utilizadas para a fabricação de chás aromáticos. Seu óleo é extraído das folhas e ramos, através da destilação a vapor (RONCHI *et al*., 2018).

As pesquisas clínicas perante essa planta foram iniciadas em meados de 1920, onde constatou-se que a mesma possuía propriedades com grande potencial antimicrobiano. Segundo Maluf (2011):

> Este óleo é detentor de várias propriedades benéficas principalmente pelo seu grande poder bactericida, fungicida, cicatrizante, antisséptico, expectorante, anti-infeccioso, balsâmico, anti-inflamatório, antiviral, febrífugo, inseticida, imunoestimulante, diaforético e parasiticida (MALUF, 2011, p. 34-66).

Além disso, este óleo é capaz de causar a inibição e propagação de bactérias, sendo eficaz contra bactérias isoladas, a partir da superfície da pele, como os estafilococos. Bactérias gram-negativas isoladas da pele, como o *Staphylococcus aureus e S. epidermidis também demonstraram sensibilidade ao óleo de melaleuca em concentrações elevadas (RONCHI et al., 2018).*

ISSN 2178-9428

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa revisão bibliográfica, constatou-se que esses óleos essenciais apresentam eficácia no controle de patologias, devido a sua ação antimicrobiana e antisséptica. Pode-se considerar essa alternativa como uma nova possibilidade de tratamento de feridas crônicas.

A presente revisão trouxe duas opções de recursos terapêuticos, optado por diversos pacientes portadores dessa enfermidade. Perante esse fato, os óleos de canela e melaleuca são uma nova proposta para pesquisas e sucessivamente uma futura fabricação de medicamentos naturais.

.

4 REFERÊNCIAS

BERNARDO, Ana; SANTOS, Kamila; SILVA, Débora. Pele: Alterações Anatômicas e Fisiológicas do Nascimento à Maturidade. **Revista Saúde em Foco.** Ed. 11, p. 1221-1233, Minas Gerais: 2019.

CAMPOS, Antonio; BORGES-BRANCO, Alessandra; GROTH, Anne. Cicatrização de Feridas. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva.** Ed. 20, Vol. 1, p. 8-51, Paraná: 2007.

NASCIMENTO, Paula; NASCIMENTO, Analuiza; RODRIGUES, Carolina; ANTONIOLLI, Ângelo; SANTOS, Patrícia; JUNIOR, Márcio; TRINDADE, Rita. Atividade Antimicrobiana dos Óleos Essenciais: Uma Abordagem Multifatorial dos Métodos. **Revista Brasileira de Farmacognosia**. Ed. 17, Vol. 1, p. 108-113, Sergipe: 2007.

RONCHI, Beatriz; ROSSETTI, Bianca; FALDONI, Flávia. O potencial do óleo essencial de melaleuca em tratamentos estéticos faciais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 3, Ed. 1, Vol. 1, p. 56-73, São Paulo: 2018.

SILVA, Ana Luiza Sant' Anna da Costa. **Efeitos da Suplementação com Canela (*Cinnamomum verum*) Sobre Parâmetros Endócrino-metabólicos em Mulheres na Pós-Menopausa com Sobrepeso ou Obesidade**. Rio de Janeiro, 2018.

ZANARDO, V.P.S; RAMBO, D.F; SCHWANKE, C.H.A. Canela (*Cinnamomum sp*) e Seu Efeito Nos Componentes da Síndrome Metabólica**. Perpectiva. Ed especial**, Vol. 38, p. 39-48. Rio Grande do Sul, 2014.

ISSN 2178-9428

JUDICIALIZAÇÃO E *BACKLASH*: O IMPACTO NA PRODUÇÃO E DISCUSSÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA

LARA, Darlan[360]
ROSAS, Rudy Heitor[361]

RESUMO: Diante da omissão legislativa por parte do Poder Legislativo, há a necessidade da interferência do Poder Judiciário realizando assim a judicialização. Visando alcançar direitos fundamentais às minorias sobre assuntos de caráter moral e social. Essa interferência é criticada causando o efeito *backlash*, o mesmo pressiona o Poder Legislativo para que suspenda os efeitos da decisão. Nesse estudo busca-se apresentar opiniões consideráveis para a defesa dos dois fenômenos, pois podem ser importantes na produção legislativa brasileira tendo em vista que abre discussão para amplo diálogo.

Palavras-chave: Judicialização. *Backlash*. Legislativo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca qualificar a atuação de dois aspectos presentes no âmbito judiciário brasileiro, sendo eles a judicialização e o efeito *backlash*. Apresentando as principais características desses dois aspectos no processo e o impacto na produção legislativa brasileira na atualidade.

O poder judiciário tem como prerrogativa funcional típica a jurisdicional, esta que é inerente a sua natureza. Podendo exercer funções atípicas a sua natureza, no que concerne a executivo-administrativa e também os de natureza legislativa. Assim:

> [...] o Poder Judiciário tem por função típica a jurisdicional, inerente à natureza. Exerce, ainda, funções atípicas, de natureza executivo-administrativa (organização de suas secretarias -- art. 96, I, "b"; a concessão de licença e férias a seus membros, juízes e servidores imediatamente vinculados -- art. 96, I, "f"), bem como funções atípicas de natureza legislativa (elaboração do regimento interno -- art.96, I, "a"). (LENZA, 2012, p. 689).

Em contrapartida, o poder que o judiciário exerce vai além das funções atípicas elencadas no art. 96 da Constituição Federal de 1988. Onde o mesmo perante uma base legislativa, pode não ter um entendimento satisfatório sobre causas individuais. Diante da situação, o poder dispõe de um parecer técnico sobre lide em

[360] Acadêmico do curso de Direito, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[361] Orientador, professor de Criminologia no curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

questão. A decisão que em regra será aplicada aos demais tribunais, essa prática é conhecida como judicialização.

Assim sendo, o Superior Tribunal Federal em consequência dispõe sobre entendimentos de direitos fundamentais que não possuem base legislativa. Um exemplo que pode ser citado é a questão a respeito da homofobia e transfobia que foi enquadrado pelo STF como crime de racismo, visto que havia omissão legislativa sobre esta matéria. O enquadramento da homofobia e transfobia no crime de racismo, serve para amparar esse direito fundamental até que o Congresso Nacional discorra sobre a matéria.

> Por maioria, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. (STF, 2019).

Ao discorrer sobre a matéria, o crime de homofobia e transfobia como tipo penal determinado na enquadra Lei de Racismo. O Superior Tribunal Federal sofreu diversas manifestações, algumas a favor da decisão e outras contrárias. A parte contrária pressiona o poder legislativo para que o mesmo tome uma posição perante ao que foi determinado pelo poder judiciário, essa prática é conhecida como *Backlash*.

É importante salientar, que esse tipo de situação ocorre visto que há um grande apelo popular ou a falta do amparo legislativo vigente para o entendimento do Poder Judiciário. Cabendo ao Poder Judiciário alcançar a população que são classificadas como minoritárias, e as lides que não possuem prerrogativas de entendimento técnico satisfatório. Deste modo, Adriana Timoteo dos Santos Zagurski (2017, p. 90): “Também remete à possibilidade de os tribunais decidirem situações onde não houve deliberação legislativa e a ausência de norma legal é objeto da decisão judicia”.

Diante do exposto o próximo tópico apresentará algumas características voltadas a esta prática do Poder Judiciário, mostrando os principais aspectos deste fenômeno, o impacto que esse movimento pode produzir na produção legislativa e no fortalecimento do Estado Democrático uma vez que a matéria abordada torna-se base de um amplo diálogo.

ISSN 2178-9428

2 JUDICIALIZAÇÃO E O *BACKLASH* ASPECTOS EM ESTUDO

O ativismo judicial é visto por outros poderes como um posicionamento equivocado antidemocrático, pois ultrapassa o limite da função típica do poder judiciário. Assim produz interferência direta no Poder Legislativo na formulação de normas jurídicas. Onde não é percebido a separação entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, podendo haver uma desarmonia entre ambos. Desta maneira, Juliano Zaiden Benvindo (2014, p.91) contesta: "[...] não há harmonia entre os Poderes. Há muito de competição política, muito de buscar por espaços de poder e muito de cálculos estratégicos de como operar esse poder".

De fato há muita competição política entre os poderes, percebe-se que são voltados a matérias muito delicadas e de grande apelo popular e desamparo legislativo. A constituição em si afirma que os poderes devem ser harmônicos, sendo possível esse objetivo ser resultado da judicialização e com o efeito *Backlash*. Visto que esses efeitos ocorrem uma vez que são consequências da ausência da atuação do poder legislativo por influência de forma direta ou indireta.

> A omissão parlamentar em cumprir o mandado de criminalização, nos casos de que ora se trata, pode ser compreendida como um fenômeno que, mais do que jurídico, é político: como explica Ran Hirschl, com a ascensão do conceito de supremacia constitucional em todo o mundo, os tribunais tornaram-se instituições sensíveis aos reclamos de grupos sistematicamente excluídos da esfera política, contando com o apoio – explícito ou implícito – dos atores políticos, os quais, ao transferir sua responsabilidade para as instituições judiciais, evitam sua responsabilização política por decisões impopulares. (STF, 2019).

O entendimento sobre a matéria por parte do Poder Judiciário, não o coloca como uma decisão monocrática, podendo essa mesma ser deliberada posteriormente pelo Congresso Nacional e consequentemente ser aprimorada. Ou seja, o entendimento sobre determinada matéria de lei será baseado no que o Superior Tribunal Federal deliberou. Deste modo, quando houver legislação por parte do Congresso Nacional esse entendimento passa por mudanças.

> Efetivamente, os atores políticos têm ciência de que são mais facilmente responsabilizados, perante seus eleitores, por suas ações do que pelas respectivas omissões. Nesse sentido, a judicialização pode contribuir para a inserção de determinados temas na agenda política. Os grupos sistematicamente excluídos de direitos têm, outrossim, mais facilidade para alcançar seus objetivos estratégicos por meio do Poder Judiciário, cujo

ISSN 2178-9428

> acesso é mais simples e menos custoso do que o acesso ao Legislativo e ao Executivo". (STF, 2019).

Ao decidir sobre um tema que o Poder Legislativo deveria discorrer sobre a matéria de lei, o Poder Judiciário produz um efeito de celeridade processual. Ou seja, o processo delicado e de teor moral e social com carência legislativa, passa a ter uma base de entendimento que poderá ser atribuído a outros processos com a mesma característica. Validando assim, a prerrogativa da celeridade processual, bem como, proceder direitos fundamentais.

É visto que, os ministros do Superior Tribunal Federal procuram propor medidas que visam o alcance aos Direitos Fundamentais. Como as matérias apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal são resultados de omissão legislativa, algumas tendem a não serem apreciadas em pauta no Poder Legislativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante da omissão legislativa por parte do Poder Legislativo, sendo por interferência direta ou indireta o Poder Judiciário torna-se atuante visando cobrir os Direitos Fundamentais a todos os indivíduos da sociedade. Uma vez que há a judicialização, passa a ser adotado o entendimento que o Poder Judiciário discorreu sobre, promovendo a celeridade processual. Em contraponto ocorre o efeito *Backlash* pressionando o Poder Legislativo para que atue inviabilizando os efeitos da decisão do Poder Judiciário.

4 REFERÊNCIAS

BENVINDO, Juliano Zaiden. A “Última Palavra”, o Poder e a História: o Supremo Tribunal Federal e o Discurso de Supremacia no Constitucionalismo Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v. 201, p. 71-95, 2014.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

STF. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 04 mai. 2020.

ZAGURSKI, Adriana Timoteo dos Santos. BACKLASH: UMA REFLEXÃO SOBRE DELIBERAÇÃO JUDICIAL EM CASOS POLÊMICO. **Revista da AGU**: Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, Brasília, v. 16, ed. 03, jul/set. 2017.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR PARACOCCIDIOIDOMICOSE EM ÁREAS DE PREVALÊNCIA DE *PARACOCCIDIOIDES LUTZII*

BENECK, Maria Eduarda[362]
LENHARD-VIDAL, Adriane[363]

RESUMO: A Paracoccidioidomicose (PCM) é uma micose sistêmica causada por *Paracoccidioides brasiliensis* (Pb) e *P. lutzii* (Pl), com diferente distribuição destes agentes no Brasil. Este trabalho avaliou se a mortalidade difere em cidades de áreas de PCM por Pb ou Pl. Realizou-se revisão bibliográfica referente a epidemiologia e mortalidade em Foz do Iguaçu e Rondônia. O índice de mortalidade nas regiões pesquisadas é considerado elevado e os homens são mais propícios a adquirir a doença e evoluir para óbito em relação as mulheres.

Palavras-chave: Doença. Fungo. Mortalidade. Prevalência.

1 INTRODUÇÃO

A paracoccidioidomicose (PCM) é uma doença fúngica que se apresenta como micose sistêmica causada por fungos que estão dispersos no meio ambiente e são de duas espécies principais: *Paracoccidioides brasiliensis (P. brasiliensis)* e *Paracoccidioides lutzii (P. lutzii). P. lutzzi* possui apenas uma espécie abrangente e seu índice de prevalência está distribuído nas regiões do Equador (Centro-Oeste) e da Amazônia (Norte do Brasil) (SHIKANAI-YASUDA *et al*., 2018, p. 2).

No Brasil, a prevalência de casos de PCM, em geral, se concentra nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A aquisição do fungo está relacionada ao manejo de solos contaminados que ocorre em atividades agrícolas, desmatamentos e dentre outras atividades. Há outros fatores de risco que também podem ser associados à doença ou ao seu agravamento, como o etilismo e o tabagismo (BRASIL, 2020).

A contaminação ocorre quando o indivíduo inala os propágulos infectantes (SHIKANAI-YASUDA *et al*., 2018, p. 2), que depois de inalados darão a forma de leveduras no local de infecção primária (pulmão) e se espalha para outros tecidos, como por exemplo a pele e a mucosa, através do sistema linfático. Os sintomas iniciais podem ser tosse, febre, perda de peso e presença de catarro (VIEIRA *et al*., 2014).

[362] Biomedicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[363] Biomédica, Doutora em Patologia Experimental.

ISSN 2178-9428

A PCM afeta principalmente a população que trabalha na agricultura e geralmente não são privilegiados economicamente, além disso é uma doença um tanto difícil de ser diagnosticada e que exige recursos para tais procedimentos. Por isso no Brasil há subnotificação da doença que resulta em altas taxas de mortalidade (COUTINHO *et al*., 2002, p. 1451).

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, as micoses sistêmicas não compõem a lista nacional de doenças de notificação compulsória e a PCM está entre as dez principais causas de morte por doenças infecciosas e crônicas no país. Infelizmente, nem todos os estados abastecem os sistemas de informação com os novos casos da doença, mas uma vez que o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) é abastecido com a causa dos óbitos, é possível avaliar a mortalidade por PCM em diferentes regiões do país. O objetivo principal deste trabalho foi comparar aspectos epidemiológicos e a frequência de óbitos em diferentes regiões do país através de artigos publicados sobre óbitos por PCM.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando como fonte de dados as informações disponíveis do Ministério da Saúde e artigos científicos do Scielo e Arca Fiocruz, publicados entre os anos 2002 a 2020 em que os descritos encontrados foram sobre epidemiologia, etiologia e índices de mortalidade da PCM.

A PCM é dividida em: paracoccidioidomicose infecção, que é a forma assintomática; forma aguda que possui rápida evolução e disseminação do fungo pelos órgãos comprometendo o sistema mononuclear fagocitário (SHIKANAI-YASUDA *et al*., 2018 p.7); e a forma crônica, de evolução prolongada, pode ser classificada quanto à sua gravidade como leve, moderada ou grave, afeta a maior parte da população e em maior proporção os homens do que as mulheres ((BITTENCOURT; DE OLIVEIRA; COUTINHO, 2005).

No Brasil, durante o período de 1980 a 1995 (16 anos), foi registrado um total de 3.181 mortes com taxa média anual de 198,81 (1,45 por milhão de habitantes) em que 84,75% dos óbitos foram em indivíduos do sexo masculino (COUTINHO *et.al*., 2002, p. 1443). Só no estado do Paraná, entre os anos de 1980 a 1998 ocorreram 551 óbitos por PCM com taxa média anual de 3,48 por milhão de habitante e a maior

ISSN 2178-9428

prevalência de óbitos também foi em homens (BITTENCOURT; DE OLIVEIRA; COUTINHO, 2005).

Um estudo realizado na região do Lago de Itaipu em Foz de Iguaçu- PR nos anos de 2008 a 2009 sobre PCM nessa região, concluiu que houve 102 novos casos da doença neste período, em que 29,4% (30) foi de mulheres e 70,6% (72) de homens. Destes 102 casos, 14,7% (15) entraram em óbito e apenas um não apresentou a forma crônica (LOTH *et. al.*, 2011).

Já em um outro estudo clínico quantitativo de casos de PCM, realizado entre 1997 e 2012 no estado de Rondônia, registrou nesse período um total de 2.163 casos da doença, em que 90,2 % (1.952) foi observado em homens e 9,8% (211) em mulheres, com cálculos baseados em 1.000.000 de habitantes. A média anual foi de 135,1 (±52,7). O total de óbitos foi de 6,05% (131). O ano com maior taxa de mortalidade foi 2001 com 12,07 e 2011 foi o ano que teve maior percentual de óbitos com 22,7%. (VIEIRA *et al*., 2014)

Atualmente sabe-se que *P. lutzii* é mais frequente nas regiões centro-oeste e norte do Brasil, sendo os casos de PCM no restante do país geralmente causados por *P. brasiliensis* (SHIKANAI-YASUDA *et al*., 2018). Nos dois artigos citados nos parágrafos anteriores, observa-se que PCM causada por *P. lutzii* apresentou menor taxa de óbitos, o que necessita de maior investigação.

Como a PCM não compõe a lista nacional de doenças de notificação compulsória, os casos só são notificados em estados onde a doença tem índices epidemiológicos relevantes e Rondônia por sua vez tem elevados números de casos, onde é obrigatório a notificação da doença (VIEIRA *et.al*., 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa revisão conclui-se que esses índices de mortalidades analisados são considerados elevados e as mulheres apresentam menor risco relativo de mortalidade em relação aos homens.

Atualmente, se tem um novo agente etiológico que é o *P. lutzii* e ainda não possui dados de mortalidade referentes a essa nova espécie. Entretanto, será o objeto de futuros estudos.

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, J.I.; DE OLIVEIRA, R. M.; COUTINHO, Z.F. Paracoccidioidomycosis mortality in the State of Paraná, Brazil, 1980/1998. **Cad Saude Publica**, v. 21, n. 6, p. 1856-1864, 2005 Nov-Dec 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Paracoccidioidomicose.** 2013/2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/paracoccidioidomicose>. Acesso em: 9 set. 2020.

COUTINHO, Z.F. *et al*. Paracoccidioidomycosis mortality in Brazil (1980-1995). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n. 5, p. 1441-1454, set/out 2002.

LOTH, E.A. *et al*. Ocorrência de 102 casos de paracoccidioidomycose em 18 meses na região do Lago de Itaipu, Oeste do Paraná. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 44, n. 5, Set/Out 2011.

SHIKANAI-YASUDA, M.A. *et al*. II Consenso Brasileiro em Paracoccidioidomicose – 2017: Brazilian guidelines for the clinical management of paracoccidioidomycosis. **. Rev Soc Bras Med Trop,** v. 50, n. 5, p. 715-740, Sep-Oct 2017.

VIEIRA, Gabriel de Deus et al. Paracoccidioidomycose no Oeste da Amazônia Brasileira: Perfil clínico-epidemiológico e distribuição espacial da doença. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 47, n. 1, jan/fev. 2014.

ISSN 2178-9428

DESFECHO DE TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES

CALDAS, Gabrielle Petranhski[364]
RODRIGUES, Eros Uriel[365]

RESUMO: Este estudo tem como foco principal a análise do desfecho de tratamento de mulheres com incontinência urinária. Esse distúrbio miccional, de grande incidência na população feminina, causa problemas físicos, econômicos e psicossociais que interferem na vida como um todo, se agravando ainda mais por ser um desafio o tratamento eficaz. O objetivo é verificar o tratamento realizado, bem como sua adesão e resolubilidade.

Palavras-chave: urodinâmica, incontinência urinária, saúde da mulher

1 INTRODUÇÃO

A incontinência urinária, perda involuntária de urina, causa em mulheres grande mudança no seu estilo de vida, interferindo em hábitos rotineiros. Apesar disso, a procura por diagnóstico e tratamento é baixa, assim como a adesão e efetividade do tratamento (SIMEONOVA, 1998).

O tratamento conservador mais indicado para incontinência de esforço, incontinências mistas ou de urgência é a fisioterapia pélvica e se mostra mais eficiente quando iniciado precocemente, em níveis não tão graves de incontinência. A conclusão de vários artigos é que os principais motivos apresentados pelas mulheres para não procurar por tratamento se devem principalmente e achar normal a perda de urina e ao médico dizer que o tratamento não era necessário (BOTELHO, 2007).

Portanto, o objetivo deste estudo é investigar a adesão ao tratamento após o diagnóstico, estabelecendo o perfil das mulheres diagnosticadas, visando a discussão para resolubilidade desse problema comum (SILVA, 2009).

2 DESENVOLVIMENTO

A incontinência urinária em mulheres causa problemas físicos, econômicos e psicossociais que interferem no convívio social, profissional, sexual e familiar. Apesar disso, muitas mulheres apresentam graus leve e moderado de incontinência e não buscam por atendimento médico, sendo mais comum a procura por tratamento

[364] Acadêmica de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real
[365] Residência médica em Ginecologia e Obstetrícia, docente no Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

da IU no período pós-menopausa quando se eleva o grau de perda urinária (LOPES, 2006). Outros fatores que pioram o grau da incontinência são idade superior a 41 anos, constipação intestinal, alteração de peso e hipertensão arterial, fatores que podem estar presentes com maior frequência após a menopausa (HIGA, 2007).

Na avaliação dessas mulheres é necessário utilizar o estudo urodinâmico, que constitui a avaliação de pacientes com disfunção miccional entre elas a incontinência urinária. O estudo consiste em avaliar a função vesical, função esfinctérica e sua junção no ato de urinar. Os fatores básicos da função vesical normal são: capacidade, complacência, sensibilidade, contratilidade, controle voluntário e resposta vesical a medicamentos. Todos esses fatores podem ser avaliados pela cistometria. A função esfinctérica depende de dois elementos: esfíncter muscular liso e esfíncter voluntário. A atividade desses dois elementos pode ser registrada urodinamicamente por medidas de pressão; a atividade do esfíncter voluntário também pode ser registrada por eletromiografia. O ato de urinar é uma função da interação entre a bexiga e o esfíncter, e o resultado é a velocidade do fluxo (MCANINCH, 2010).

O tratamento conservador mais indicado para incontinência de esforço (e também eficaz em incontinências mistas ou de urgência), é a fisioterapia descrita por Kegel, treinando a região de músculos pélvicos. Essa técnica promove a identificação pela paciente dos músculos responsáveis pela contração do esfíncter urinário e anal, percebendo suas diferenças na movimentação. Também deve ser feito contrações voluntarias durante cerca de 5 a 10 segundos, entre 10 a 15 vezes por dia, durante pelo menos 6 meses (BOTELHO, 2007).

Analisando o perfil encontrado, as pacientes queixando de incontinência são em grande parte jovens ou na meia-idade (45% tinham idade <40 anos) não praticantes de exercício físico mas que tem trabalhos de esforço físico ativo. Em relação ao tipo de IU, mostra maior prevalência da incontinência mista, de acordo com diagnóstico sem uso de exames complementares (HIGA, 2005). Foram analisados vários estudos a respeito da procura de atendimento e adesão ao tratamento. Concluímos que serviços básicos de saúde não dispõem amplamente de programas de reabilitação do assoalho pélvico, o qual causaria grande impacto na saúde da população feminina, uma vez que a IU é uma das afecções mais prevalentes e afeta diretamente em vários aspectos de qualidade de vida (SIMEONOVA, 1998).

ISSN 2178-9428

Considerando a grande importância dessa disfunção miccional, o diagnóstico e tratamento são essenciais para melhora na qualidade de vida dessas mulheres, sendo indispensável a adesão às recomendações e a disponibilização de tratamentos adequados para paciente SUS.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se mostrou necessário, pois analisamos uma patologia que afeta grande parte da população feminina. A maioria das mulheres relataram que sentiram mudanças pessoais no modo de vida, prejudicando sua convivência interpessoal. Entretanto, mesmo a incontinência urinária sendo prevalente e influencie de forma negativa na qualidade de vida, apenas um poucas mulheres procuram atendimento médico. Isso mostra que é preciso implementar projetos de intervenção e desenvolver mais amplamente os estudos que avaliem melhor a situação de mulheres com incontinência urinária.

4 REFERÊNCIAS

SIMEONOVA, Z; MILSOM, I; etc. The prevalence of urinary incontinence and its influence on the quality of life in women from a urban Swedish population**. Acta Obstet Gynecol Scand** 1999; 78: 546-51. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10376867/>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

HIGA, Rosângela; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Restrições causadas pela incontinência urinária à vida da mulher**. Rev Esc Enferm** USP 2006; 40(1):34-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n1/a04v40n1.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

HIGA, Rosângela; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Fatores associados com incontinência urinária na mulher. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v. 58, n. 4, p. 422-428, agosto de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

KRISSOVICH, M. **The financial side of continence promotion**. Geriatric Nursing 1998; 19(2):91-94.

MCANINCH, Jack W; TANAGHO, Emil A. **Urologia geral de Smith**. 17. ed. Porto Alegre: AMGH ed., 2010. 755 p.

SILVA, Lígia da; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Incontinência urinária em mulheres: razões da não procura por tratamento. **Rev. esc. enferm**. USP, São Paulo, v.43, n.1, p. 72-78, Mar 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Junho 2020.

BOTELHO, Francisco; SILVA, Carlos; CRUZ, Francisco. **Incontinência Urinária Feminina**. Acta Urológica 2007, 24; 1: 79-82.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DO NÚCLEO MARIA DA PENHA- GUARAPUAVA

JACINTY, Mylena[366]
LACERDA, Jully Annye Gallo[367]
FORTINI, Priscila Ferreira[368]

RESUMO: O Núcleo Maria da Penha -NUMAPE- do município de Guarapuava é um projeto de extensão vinculado a Universidade do Centro-Oeste -UNICENTRO- que atende mulheres em situação de violência doméstica. O presente trabalho tem como objetivo analisar os dados do Núcleo Maria da Penha acerca da violência psicológica sofrida pelas mulheres atendidas pelo projeto, bem como analisar a literatura existente sobre o tema. Observou-se que a violência psicológica é a mais vivenciada pelas usuárias do recorte de tempo do estudo, concluindo assim que há uma grande divergência com os dados nacionais, e que esse tipo de violência pode estar sendo subnotificada.

Palavras-chave: Violência psicológica. Lei Maria da Penha. NUMAPE.

1 INTRODUÇÃO

O Núcleo Maria da Penha é um projeto de extensão, que se iniciou em 2018 no município de Guarapuava, tendo como objetivo acolher a demanda de prevenção e intervenção relacionada à violência de gênero, realizando também estudos sobre as violências. Este trabalho é realizado com uma equipe interdisciplinar com as áreas de direito, psicologia e serviço social, por meio do atendimento e de ações de prevenção sobre a violência contra a mulher. O NUMAPE Guarapuava atende os municípios da comarca sendo eles: Guarapuava, Candói, Turvo, Campina do Simão, e Foz do Jordão.

As cinco formas de violência contra a mulher são definidas pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), sendo elas a violência física, violência psicológica, violência moral, violência patrimonial e violência sexual. Para o presente trabalho, focamos na violência psicológica, definida como:

[366] Estudante do décimo período do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, bolsista estagiária no projeto de extensão Núcleo Maria da Penha- NUMAPE Guarapuava, e-mail: mylenaj@hotmail.com
[367] Psicóloga, especialista em Sexualidade Humana, bolsista recém formada do Núcleo Maria da Penha – NUMAPE Guarapuava(UNICENTRO), e-mail: jullynumape@gmail.com
[368] Psicóloga, Mestranda em Psicologia (UFPR), especialista em Psicologia Clínica e Gestão Pública. MBA em Gestão do Conhecimento no Ensino Superior. Colaboradora no projeto Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (UFPR) e orientadora voluntária em Psicologia no NUMAPE (UniCentro), e-mail: priscilafortini@gmail.com

ISSN 2178-9428

> a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Na pesquisa divulgada pelo DataSenado, a violência psicológica apresenta-se como a segunda forma de violência que mais ocorre em nosso país, sendo cerca de 52% dos casos, ficando atrás apenas da violência física com 66% dos casos (DATASENADO, 2019).

Tratando da visibilidade das agressões, a física é considerada como a de mais fácil visualização pela sociedade, pois ela geralmente deixa marcas no corpo da mulher diferente das outras formas de violência que deixam marcas ditas invisíveis aos olhos.

O presente trabalho tem por objetivo analisar dados quantitativos das formas de violências vivenciadas por mulheres atendidas no Núcleo Maria da Penha do Município de Guarapuava, bem como explorar como a violência psicológica se apresenta em mulheres que vivem ou vivenciaram situações de violência doméstica.

2 DESENVOLVIMENTO

Os atendimentos do Núcleo têm como porta de entrada o setor de serviço social, que realiza a entrevista socioeconômica e encaminha para as demais áreas do Núcleo. A profissional de direito realiza orientação jurídica e ações judiciais dentro da Vara da Família. Além disso, um dos serviços oferecidos é o atendimento psicológico individual.

Antes da pandemia os atendimentos do NUMAPE eram realizados de forma presencial pela equipe com agendamento de horário, e durante o período de pandemia os atendimentos se tornaram remotos, por meio de chamadas de vídeo e ligações telefônicas também agendadas previamente.

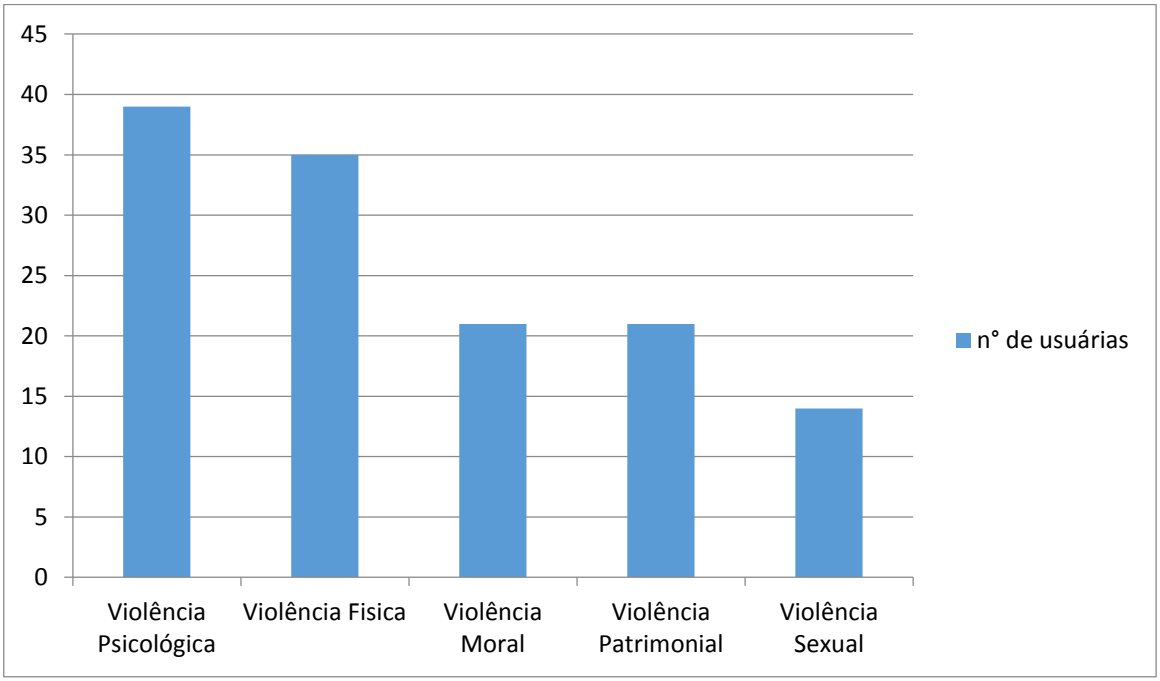
Utilizou-se como principal instrumento de pesquisa os prontuários individuais de usuárias do NUMAPE, estes que possuem informações sobre a mesma,

ISSN 2178-9428

como nome, endereço, telefones de contato e também os tipos de violências percebidas pela equipe durante os atendimentos ou de relato espontâneo da mulher. Fez-se a analise dos prontuários datados desde o dia 24 de junho de 2020 até o dia 22 de setembro do mesmo ano, sendo um total de 41 prontuários. O sujeito desta pesquisa trata-se de mulheres maiores de 18 anos que vivem ou viveram situações de violência doméstica e foram atendidas pela equipe do Núcleo Maria da Penha. Os dados aqui descritos foram tabelados e examinados quantitativamente, porém para que se atingissem os objetivos propostos utilizou-se também a pesquisa bibliográfica sobre a violência psicológica, assim categorizando este trabalho como uma pesquisa quali-quantitativa.

Foram analisados um total de 41 prontuários, nestes uma usuária foi encaminhada para outro projeto de extensão devido a sua demanda e uma desistiu dos atendimentos, assim não se obtendo informações sobre os tipos de violência que vivenciaram.

Gráfico 2- Distribuição do número de usuárias por tipo de violência.



Como ilustrado no gráfico acima, dessas 39 mulheres, 39 mulheres estiveram em situação de violência psicológica (95,1%), 35 mulheres vivenciaram violência física (85,3%), 21 mulheres violência moral (51,2%), 21 mulheres violência patrimonial (51,2%) e 13 mulheres violência sexual (31,7%). É importante notar que as mulheres dessa pesquisa vivenciaram múltiplas violências.

ISSN 2178-9428

Nota-se que no contexto analisado a violência psicológica apresenta-se como a mais frequente, contradizendo os dados nacionais que apontam a violência física como a mais frequente. Como dito anteriormente os prontuários apresentam dados de violências relatadas pelas usuárias claramente, como também dados percebidos pela equipe, pelo discurso da mulher durante os atendimentos. Isto se dá devido à dificuldade de compreensão do que são situações de violência.

Segundo Saffioti (2004), a violência psicológica e moral se tornam visíveis quando a mulher é vista como louca, ou seja, ela passa por inúmeras situações de violência, de tortura e de perda de autoestima que trazem consequências psicológicas que refletem em seu emocional e no seu modo de se comportar.

A autora ainda fala que estas feridas de ordem psicológica podem e devem ser trabalhadas em um processo de cura, e não consideradas como algo comum no cotidiano das mulheres, mesmo que muitas ainda entendam que algumas situações de humilhação e ameaças sejam comportamentos habituais em um relacionamento.

Segundo Schraiber et al. (2003) o entendimento sobre a violência, sobretudo a psicológica, é algo construído a partir da cultura em que aquela mulher está inserida, assim, em sua em sua pesquisa, as autoras e o autor explanam sobre a importância de realização de perguntas diretas que descrevem os atos e comportamentos que buscam estudar em um instrumento de pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados sobre as violências vivenciadas pelas mulheres atendidas pelo Núcleo Maria da Penha em Guarapuava nota-se que a violência psicológica é a que ocorre com mais frequência. Segundo dados nacionais do DataSenado (2019) a violência psicológica ficaria apenas atrás da violência física com maior numero de ocorrências. Encontra-se grande divergência entre os dados nacionais e minicipais aqui apresentados sendo que todas as mulheres que se obteve informações sobre o assunto aqui tratado vivenciaram violência psicológica em um relacionamento, e na pesquisa nacional cerca de 52% faz se

Mas ainda pode-se pensar na subnotificação que ocorre com a violência psicológica, pois segundo autoras como Saffioti (2003), as violências psicológicas e

morais muitas vezes são imperceptíveis, devido a aspectos sociais e culturais daquele contexto.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI **MARIA DA PENHA**. Lei N.°11.340, de 7 de Agosto de 2006.

DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Instituto de Pesquisa DataSenado. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1> Acesso em 20 de Ago. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, L. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.12, p.41-54, 2003.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

USO DE COBERTURAS ALTERNATIVAS COM AÇUCAR OU MEL EM FERIDAS ONCOLÓGICAS

LUDWIG, Rhaíssa Monandra[369]
BONAPAZ, Rubia dos Santos[370]

RESUMO: A assistência de Enfermagem em feridas oncológicas visa os cuidados paliativos, priorizando o conforto e bem estar do paciente. Diante desse cenário as opções em coberturas são inúmeras e variadas, como o uso de açúcar, mel e seus derivados. Seus efeitos curativos são conhecidos e utilizados desde meados de 2.300 a.C, sendo uma opção acessível e eficaz no controle de infecção, na diminuição do processo inflamatório e otimização do processo cicatricial. Entretanto são necessários mais estudos, pois o uso de açúcar e/ou mel em feridas oncológicas ainda é um tema escasso na literatura.

Palavras-Chave: Feridas oncológicas. Mel. Açúcar. Coberturas alternativas.

1 INTRODUÇÃO

Estima-se que até 2022 apareçam cerca de 625 mil casos de câncer no Brasil, atualmente ocupa o 4º lugar das causas de morte antes dos 70 anos. Segundo DATASUS, só no ano de 2017 ocorreram 221.821 mortes em decorrência de neoplasias, sendo 116.619 óbitos no público masculino, e 105.193 mortes entre as mulheres (INCA, 2019; DATASUS, 2017).

As feridas neoplásicas ou lesões tumorais, acometem principalmente pacientes em cuidados paliativos, quando o câncer se encontra em metástase ou quando o mesmo se instala em estruturas próximas a pele. A lesão ocorre quando há ruptura da integridade tegumentar, devido á infiltrações das células cancerosas na superfície da pele (GOZZO et al., 2014; MS, 2009).

Devido à oncobiologia essas lesões possuem particularidades, logo se faz necessário a implementação de antineoplásicos para sua cicatrização, combinados com curativo oclusivo e tratamento tópico, caso não haja probabilidade de cura, deve se enquadrar em cuidados paliativos (INCA, 2019; AZEVEDO et al., 2014).

As coberturas utilizadas na lesão oncológica devem atender a algumas exigências, como se há exsudato ou odor, infecção, situação do leito da ferida e o estado físico do paciente. Há um arsenal de coberturas tópicas no mercado utilizadas no leito dessas lesões. Entretanto, tem crescido o uso de produtos naturais

[369]Acadêmicos, Enfermagem, 10° Período, Centro Universitário Campo Real.
[370]Docentes, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

terapêuticos, como o mel e o açúcar como terapia alternativa (AZEVEDO, 2014; PEREIRA et al., 2012, RODRIGUES, et al., 2019).

Diante desse cenário, esse resumo expandido de revisão literária integrativa tem como objetivo analisar na literatura cientifica, as coberturas tópicas alternativas com açúcar ou mel, utilizadas em lesões oncológicas, bem como determinar sua eficácia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar este resumo expandido de revisão bibliográfica integrativa qualitativa, a busca de materiais científicos foi feita na base de dados SciELO, Google Scholar, BIREME e PubMed, buscando na literatura cientifica temas que abordassem as coberturas de feridas oncológicas e sua diversidade, a fim de analisar suas propriedades e resultados na aplicação da mesma.

2.2 DISCUSSÃO

De acordo com Campos, Graveto e Silva (2009), O mel é utilizado há cerca de 2 mil anos no tratamento de feridas, possui ação contra bactérias, neutraliza o mau odor da lesão, além de possuir efeitos cicatrizantes e desbridantes. O mel é composto principalmente por frutose, glucose, água e sacarose, também fazem parte de sua composição, aminoácidos, enzimas, vitaminas e minerais.

A cicatrização nas feridas utilizando mel, ocorre principalmente devido a sua ação anti-inflamatória, diminuindo a resposta do sistema imunológico na lesão, bem como inibindo o crescimento bacteriano por meio do peróxido de hidrogênio, inibina, pH baixo e capacidade absortiva para água (MARQUES et al., 2015).

Por meio do processo osmótico que ocorre pela alta concentração de açúcar encontrado no mel, o fluido se mobiliza de uma área mais concentrada para uma área menos concentrada, trazendo assim a linfa circulante para a superfície da ferida, esse processo auxilia no desbridamento, limpeza e diminuição do edema da lesão, que são fatores importantes para a cicatrização (SEGOVIA, 2010).

ISSN 2178-9428

De acordo com Marques (2015), o uso do Mel de Manuka leva a uma diminuição no tempo de cicatrização, bem como, atua desinfeccionando a lesão. Em uma pesquisa realizada, quando comparado o tempo de cicatrização, o grupo tratamento levou 100 dias, já o grupo controle levou mais tempo para sua cicatrização, 140 dias.

Conforme o estudo de Segovia (2010) dentre os dois pacientes com lesões oncológicas tratados com Active Leptospermum Honey, um obteve as lesões cicatrizadas, o segundo paciente teve uma das lesões cicatrizada e a outra lesão continuou progredindo para a cicatrização. A aplicação do ALH, apresentou também diminuição da dor e redução do odor, possuindo baixo custo, sendo eficaz contra microrganismos resistentes.

A propólis é constituída por mais de 200 substancias, que possuem variação de acordo com a região e da genética das abelhas, os principais componentes são flavonoides, aminoácidos, álcoois e ácidos graxos, entre outros. Há registros de seu uso durante a Segunda Guerra Mundial na cicatrização das lesões. Além de sua ação cicatrizante, possui efeito bactericida, assim como, atua no processo inflamatório. (BARBOSA et al., 2009)

Um estudo utilizando formulação tópica composta de própolis, mel, açúcar granulado, manteiga e albumina, aplicada em pacientes com lesões oncológicas após excisão cirúrgica, levou em média 39 dias para a cicatrização, assim como, demonstrou uma menor troca de curativos, sendo necessário a troca 1 vez ao dia, não ocorrendo complicações ou efeitos colaterais quanto ao seu uso. Considerada uma cobertura de valor acessível, pela acessibilidade a seus componentes (PEREIRA; BICALHO; SILVA, 2012).

O uso do açúcar em feridas é descrito desde a guerra do Egito, pois possui efeito antibacteriano por meio de sua osmolaridade que apresenta no leito da ferida e devido aos ácidos (málico, fórmico e lático) presentes em sua composição, proporcionando um pH ácido, impedindo a proliferação de bactérias (ROSSI et al., 2013).

De acordo com Rodrigues et al. (2019) o uso de glicose no tratamento de feridas possui resultados benéficos, possui valor acessível devido a sua disponibilidade, já que o Brasil possui uma alta produção e consumo de glicose, porém há poucos estudos disponíveis na literatura cientifica acerca do tema no Brasil.

ISSN 2178-9428

No estudo de Naselli et al. (2017), o uso simultâneo de antibióticos e açúcar cristal comercial, aplicado de forma tópica no leito de uma ferida infectada por patógenos multirresistente, demonstrou redução da dor quanto a ferida, bem como diminuiu a produção de exsudato da lesão, e apresentou cultura negativa para microrganismos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de açúcar e/ou mel como cobertura de feridas oncológicas possuem resultados favoráveis nas fases da cicatrização, propiciando diminuição do sofrimento e causando uma melhora na qualidade de vida do paciente em cuidados paliativos.

A utilização desses componentes é bem difundida em diversas afecções pelo mundo todo, demonstrando grande potencial curativo, porém ainda se faz necessário maiores pesquisas sobre seu uso nas lesões oncológicas.

4 REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA/MS). **Estimativa 2020 incidência de Câncer no Brasil,** Rio de Janeiro- RJ, 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – DATASUS**. Informações De Saúde, Mortalidade** – Brasil, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA/MS). **O que é Câncer?** Brasil, 2019. Disponivel em: https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer. Acesso em: 23 set. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. (SBGG/ANCP). **Vamos falar de Cuidados Paliativos**. BRASIL, 2015.

GOZZO, T. O. et al. Ocorrência e manejo de feridas neoplásicas em mulheres com câncer de mama avançado. **Esc. Anna Nery,** V.18(2), p. 270 – p. 276, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS/INCA). **Tratamento e Controle de Feridas Tumorais e Úlceras por Pressão no Câncer Avançado**. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

AZEVEDO, DE I. C. et al. Tratamento de Feridas: A Especificidade das Lesões Oncológicas. **Revista Saúde e Pesquisa**, V. 7, n. 2, p. 303 – p.313, 2014.

ISSN 2178-9428

PEREIRA, J. S. F. ; BICALHO, L. ; SILVA, D. A. Uso de Própolis Associada a Outros Componentes no Tratamento de Feridas Oncológicas Após Excisão. **Acta biomedica brasiliensia.** V.3, N. 2, p. 15 – p. 25, 2012.

RODRIGUES, W. P. et al. Tratamento Farmacológico através da utilização da Glicose para Fins Terapêuticos em Feridas Agudas e Crônicas: Revisão Integrativa. **Scire Salutis**. V.9 – N.1. p.37 – p. 42, 2019.

CAMPOS, D.C.F. DE. ; GRAVETO, J. M. G. N. ; SILVA, M. A. N. C. G. M. M. DA. A Aplicação do Mel no Tratamento de Feridas**. Revista Referência**. V. II. N. 11. p. 117 – p. 124, 2009.

MARQUES, A. D. B. et al**.** O Uso do Mel no Tratamento de Feridas de Difícil Cicatrização: Revisão Sistemática. **Ver. Pre. Infec e Saúde**. V. 1 (4). p. 42 – p. 51, 2015.

SEGOVIA, D. **The Clinical Benefits of Active *Leptospermum* Honey in Oncologic Wounds. Ostomy Wound Management.** p. 14 – p. 17, 2010.

BARBOSA, M. H. et al. Ação Terapêutica da Própolis em Lesões Cutâneas. **Acta Paul Enferm.** V.22(3). p. 318 – p. 322, 2009.

ROSSI, G. O. et al. Sacarose em Feridas Infectadas: Fundamentação Científica e Especulações. **Rev Rene**. V.14(5). p. 1022 – p. 1030, 2013.

NASELLI, A. et al. Granulated sugar for adjuvante treatment of surgical wound infection due to multi-drug-resistant pathogens in a child with sarcoma: a case report and literature review. **Le Infezioni in Medicina.** N.4. p. 358 – p. 361, 2017.

OS 4 TEMPERAMENTOS NA GESTÃO DO TRABALHO

KRUGER, Laize[371]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[372]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a apresentação do conhecimento sobre os quatro temperamentos e como esse estudo pode ser útil dentro de uma instituição, tanto para o autoconhecimento do gestor, quanto para um melhor entendimento sobre seus colaboradores, ajudando-os a extrair da melhor forma o que cada um têm a oferecer, trabalhar os pontos fortes e fracos dos mesmos e também a ter uma comunicação mais assertiva.

Palavras-chave: Quatro temperamentos. Autoconhecimento. Desenvolvimento pessoal. Comportamento.

1 INTRODUÇÃO

Uma das coisas mais bonitas da humanidade é a diferença que existe entre as pessoas, os estilos, as etnias, o modo de falar, a cultura. Sabe-se também que cada um tem uma forma de ser - se tratando do interior, da forma pela qual vê o mundo. Cada ser humano traz consigo um legado a partir das experiências vividas, da educação que recebeu, das escolhas que fez durante o longo dos anos.

E dentre tantas formas que se pode buscar analisar, compreender o ser humano, está alocada a ótica dos Temperamentos.

Será abordado nessa Iniciação Científica o que são e quais os temperamentos, como esse conhecimento pode nos auxiliar no dia a dia, nos relacionamentos interpessoais, em especial nos trabalhos, como se comunicar de forma mais assertiva com cada pessoa, explorar o que ela tem de melhor com base nas suas características, o que um gestor precisa melhorar em si mesmo com relação às fraquezas que seu temperamento apresenta e os pontos positivos que ele pode impulsionar para alavancar ainda mais seus resultados e seu desenvolvimento pessoal.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados, em especial, livros e artigos sobre o assunto.

[371] Acadêmica do 6º período do Curso de Administração. Centro Universitário Campo Real.
[372] Professor Orientador. Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR-PB). Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR-PG).

ISSN 2178-9428

Inicialmente pôde-se compreender que os temperamentos surgiram a partir de Hipócrates (377.a.C) onde ele os chamava de humores, segundo ele esses humores se dividiam em quatro: Sangue, Bilis Negra, Bilis Amarela e Fleuma (GALENO, 2020).

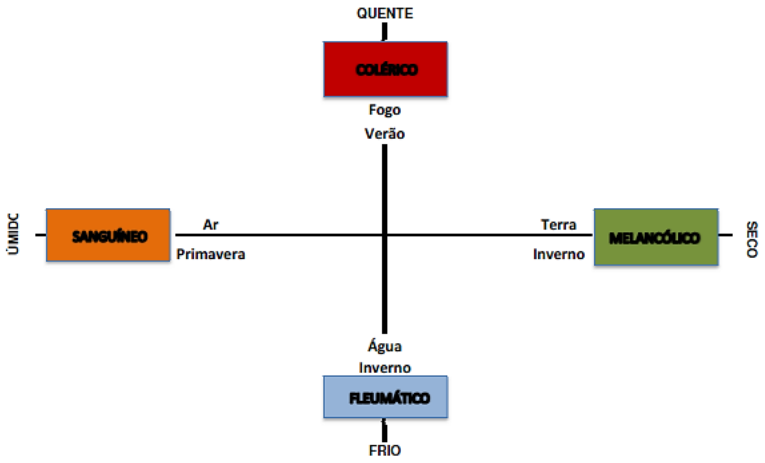
Setecentos anos depois, a teoria clássica apontou que esses quatro humores estavam ligados às emoções, paixões, disposições de cada pessoa e que todas tinham os quatro humores misturados, porém o que prevalecesse era o temperamento da pessoa, ele os chamou de: Sanguíneo, Colérico, Melancólico e Fleumático – atualmente se utiliza essa denominação para os temperamentos (GALENO, 2020).

Hoje, podemos dizer que os temperamentos são um conjunto de inclinações que brotam da constituição fisiológica de um homem, é imutável, “são como um filtro da nossa psique, um filtro que nos confere um certo modo de experimentar o impacto do mundo” (MARSILI, 2018, p. 9).

Para uma melhor compreensão sobre os temperamentos é necessário se utilizar de uma visão simbólica e poética sobre o tema, segundo (MARSILI, 2018). Com base nisso, apresentamos os quatro elementos: terra, água, fogo e ar e as quatro estações do ano: primavera, verão, outono e inverno e mostraremos a seguir a relação que cada um desses elementos tem com um temperamento em específico.

A Figura 1 reflete essa transcrição de uma forma mais simples.

Figura 1 – Divisão dos Quatro Temperamentos



Fonte: Autores (2020).

É possível verificar através da imagem que existem dois temperamentos quentes, que se dividem em: quente e seco (Colérico) ou quente e úmido (Sanguíneo)

ISSN 2178-9428

e dois temperamentos frios, sendo um frio e seco (Melancólico) e outro frio e úmido (Fleumático).

Os temperamentos quentes têm a característica de expansão, ou seja, diante uma situação o indivíduo recebe a impressão e logo em seguida reage a ela. Já os temperamentos frios, tem uma característica de introspecção, são contraídos, sendo assim, recebem uma impressão externa e guardam para si, não devolvem tão facilmente uma resposta (GALENO, 2020).

Quanto à secura e umidade, a diferenciação está em que os temperamentos úmidos envolvem, e os temperamentos secos não envolvem.
Conseguimos até então perceber as diferenças entre cada temperamento, mas ainda precisamos descrevê-los com suas individualidades, pois os quentes não são todos secos, os frios não são todos úmidos.

2.1 TEMPERAMENTO COLÉRICO

O Colérico é o temperamento quente e seco, o elemento que o representa é o fogo. As pessoas que possuem esse temperamento têm características bem marcantes, são expansivas, reagem de imediato, são líderes natas, carismáticas, determinadas, possuem vontade forte, ou seja, diante de um desafio não desanimam até conquistarem o objetivo proposto, são pessoas de ação, audaciosas, ambiciosas. A secura faz com que não seja tão envolvente com os demais, muitas vezes são vistos como insensíveis. Os coléricos ocupam os papéis de super-heróis dos filmes, são os desbravadores, corajosos, fortes, como o fogo, podem destruir uma floresta, mas se bem ordenados, como uma lareira podem aquecer os demais, em outras palavras, ser o suporte a torre firme, âncora para aqueles que estão ao seu redor. São intuitivos, precisos, vão direto ao ponto, são francos e não deixam para depois, como um fogo, se encostar pode queimar. Os pontos que os coléricos precisam melhorar são: a impaciência, ira, orgulho, insensibilidade, autossuficiência, precisa ouvir mais os outros e aceitar que nem todos acompanham seu ritmo acelerado (MARSILI, 2018).

2.2 TEMPERAMENTO SANGUÍNEO

O Sanguíneo é o temperamento quente e úmido, o elemento que o representa é o ar. Por ter umidade é envolvente, acolhedor, compassivo com os demais, animado, brincalhão, entusiasta. Tem forte poder de influência. Se o colérico

ISSN 2178-9428

consegue na força, o sanguíneo consegue no jeito, conquistando, motivando os que estão ao seu redor. Tem uma imaginação fértil, nele os sentidos são muito desenvolvidos, por ter característica quente, também reage de imediato às impressões externas, mas diferente do colérico sua impressão não é duradoura, se fica irritado, logo se acalma, se triste, logo fica feliz novamente, se magoado, perdoa rapidamente – assim como o ar, as coisas vêm e passam. Os sanguíneos são falantes, alegres, sociáveis, sensíveis, criadores de projetos e idéias, mas devido às impressões não serem duradouras eles normalmente não concretizam seus projetos. Gostam de liberdade, não servem para funções metódicas e isoladas, os sanguíneos estão entre os excelentes vendedores e oradores. Os pontos que precisam melhorar são: sua inconstância, superficialidade, falta de concentração e falta de disciplina (MARSILI, 2018).

2.3 TEMPERAMENTO MELANCÓLICO

O Melancólico é o temperamento frio e seco, o elemento que o representa é a terra. Um temperamento analítico e profundo, assim como a terra, se fincado uma faca, ao tirá-la será nítida a presença de terra na mesma. Os melancólicos são criativos, voltados para as artes, leitura, gostam de silêncio e solidão, são bons ouvintes, compassivos, econômicos, imaginativos, constantes, organizados, introvertidos, são calmos exteriormente. Em uma roda de amigos o melancólico é aquele que se comunica, mas não de forma expansiva como o colérico e o sanguíneo, são mais contidos, suas emoções não são imediatas. São donos de um coração vivo, uma sensibilidade aguçada, se eles sentem é com profundidade, sejam esses sentimentos bons ou ruins. Levam tempos para esquecerem situações marcantes e muitas vezes têm um olhar pessimista diante da vida. São pessoas voltadas para os ideais elevados. As fraquezas que os melancólicos devem vencer são o egoísmo, o julgamento do outro medindo os atos a partir dos seus, trabalhar a introspecção para se comunicar melhor, vencer a timidez, acreditar mais em si mesmo e cuidar com o perfeccionismo que pode o paralisar (MARSILI, 2018).

2.4 TEMPERAMENTO FLEUMÁTICO

O Fleumático é um temperamento frio e úmido, o elemento que o representa é a água. Moderado, tranquilo e calmo, assim podemos definir um fleumático. Reage muito lentamente diante as impressões externas – quando reage.

ISSN 2178-9428

Como a água, contorna situações, envolve, mas diferente do sanguíneo não tem uma expressão viva. Gostam de silêncio assim como os melancólicos, mas não tem a mesma profundidade. Gostam doo conforto, rotina, nada de imprevistos, são metódicos, acessíveis, são bons mediadores, trabalham com facilidade em serviços metódicos. Em uma reunião são aqueles que ouvem e se pronunciam somente se for solicitado, são subordinados leais. Os fleumáticos fogem de tudo que possa contrariar ou contradizer. Os pontos que precisam ser melhorados desse temperamento são, sem dúvidas o cuidado para não estacarem na vida, a preguiça, a mornidão, trabalhar a motivação, a lentidão e falta de expressão, tendo em vista que em certos momentos é necessário mais expressão, emitir opinião e se posicionar (MARSILI, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas nota-se as diferenças entre um temperamento e outro, dentro de uma organização pode se aproveitar dessas diferenças para direcionar os colaboradores paras as funções que melhor se enquadram ao seu perfil. Um funcionário que está em uma posição que lhe é favorável trabalha melhor o que trás mais rendimento para a empresa. Funcionários deslocados desmotivam-se com mais facilidade o que reflete na sua produção.

Os gestores que conhecem seu temperamento e de seus subordinados consegue fazer com que uma equipe diversificada responda de uma forma mais positiva aos seus ideais.

Apesar de complexas, as relações e temperamentos devem ser estudados como forma de entendimento gerencial, humano e, pelo viés mais importante, social. Logo, vale-se da expansão de pesquisa para diversos ambientes, inclusive, organizacionais.

4 REFERÊNCIAS

MARSILI, Italo. **Os 4 Temperamentos na Educação dos Filhos**. 01. ed. Campinas: CEDET, 2018.

GALENO, Claudio. **Os Temperamentos**. 01. ed. Campinas: CEDET, 2020.

ISSN 2178-9428

INFLUÊNCIA DA SUPLEMENTAÇÃO COM ÁCIDO FÓLICO DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL

UCZAK, Ana Julia[373]
DE CRISTO, Ingrid Belo[374]
SANTOS, Hemerson Dinis Oliveira[375]

RESUMO: O ácido fólico é um micronutriente que faz parte do complexo B, extremamente importante para prevenir de anomalias no sistema nervoso central (SNC) durante a embriogênese. Buscou-se neste trabalho, realizar uma revisão bibliográfica, em fontes de dados online, entre os dias 09/09/20 e 15/09/20. Concluiu-se que a utilização do ácido fólico durante a gestação é eficaz para auxiliar no fechamento correto do tubo neural.

Palavras-chave: Ácido fólico. Gestação. Suplementação. Anomalias. Espinha bífida.

1 INTRODUÇÃO

O ácido fólico é uma vitamina do complexo B que contribui para o desenvolvimento do tubo neural, sendo fundamental na prevenção de possíveis anomalias do sistema nervoso central (SNC), o que torna está determinada vitamina extremamente importante durante o período gestacional. Diversos estudos baseados em ensaios clínicos e revisões de bibliografia, como o de Leal et al. (2020), Maia et.al (2019) e Amaral et al. (2016), apontam suas contribuições para o desenvolvimento fetal. Diante do exposto, esse estudo pretende abordar a importância da suplementação com o ácido fólico através de uma revisão bibliográfica realizada nas fontes de dados disponíveis nas plataformas virtuais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

[373] Biomedicina, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[374] Biomedicina, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[375] Mestre em saúde pública em região de fronteira, Universidade estadual do oeste do Paraná - Unioeste.

ISSN 2178-9428

O estudo foi realizado, através da pesquisa bibliográfica na base de dados LILACS, entre os dias 09/09/20 e 15/09/20. Na fonte de busca foram adotadas como palavras chaves *"*folic acid and pregnancy*"*, e aplicados filtros de pesquisa referentes à tipo de estudo "ensaio clínico controlado, estudo de avaliação, avaliação de tecnologias em saúde e síntese de evidências" assim como idioma "inglês e espanhol", e textos apresentados por completo publicados entre 2015 - 2020. Após a aplicação dos filtros a busca resultou em cinco artigos, dos quais foram lidos os resumos para visualizar compatibilidade com o assunto a ser abordado, destes foram excluídos dois textos, pois um se tratava de uma tese completa de doutorado e o outro, um relatório de recomendação. Os demais artigos selecionados foram lidos na íntegra para elaboração deste resumo expandido.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.2.1 Ácido fólico

O ácido fólico é um micronutriente que participa do agrupamento de vitaminas do complexo B, sendo representado pela vitamina B9. Em sua forma natural é chamado de folato, já na forma sintética é chamado de ácido fólico. Naturalmente o organismo humano não produz a determina vitamina, sendo necessária sua ingestão através de fontes nutricionais, (folhas verdes, fígado, frutas cítricas, entre outros) (MAIA et al., 2019).

2.2.2 Importância do ácido fólico durante a gestação

Durante a gestação, a suplementação com ácido fólico é extremamente importante, pois contribui para o desenvolvimento eficaz do tubo neural, a presença deste micronutriente é capaz de evitar o desenvolvimento de anomalias do SNC como, por exemplo, anencefalia e espinha bífida, que são alterações ocorridas devido à má formação embrionária (MAIA et al., 2019).

Quando não há disponibilidade suficiente de ácido fólico durante o período gestacional, ocorre uma competição materno-fetal por seu consumo, resultando em escassez nutricional deste componente ao feto (LEAL et al., 2020). A disponibilização

ISSN 2178-9428

do ácido fólico ao feto contribui para o desenvolvimento e formação do tubo neural, o qual é a estrutura precursora do SNC (MAIA et al., 2019).

De acordo com do Amaral et al. (2016), o número de novos casos de espinha bífida e anencefalia registrados anualmente em todo o mundo ficam em torno de 300.000 mil, o que demonstra que por mais que diversos estudos apontem a importância deste micronutriente durante o período gestacional, ainda há grande incidência de complicações fetais ocorridas por sua ausência.

2.2.3 Suplementação com ácido fólico

A suplementação com essa vitamina deve ser iniciada um mês antes da concepção até o terceiro mês gestacional, pois é durante este período que ocorre a formação do SNC, a mesma deve ser continuada até a 12° semana gestacional e após esse período deve ser mantida até o momento do parto, usualmente administrada em menores doses: de 0,4 mg (400 µg) a 1 mg (1000 µg) por dia, prolongando-se até seis semanas depois do parto (MAIA et al., 2019).

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo realizado por Leal et al. (2020), corresponde a um estudo descritivo de abordagem transversal e caráter quantitativo feito com mulheres no pós-parto, entre os meses de julho e agosto de 2018. A amostra foi composta por 133 nutrizes com idade maior ou igual 18 anos que aceitaram participar da pesquisa, os dados foram analisados por meio de variáveis fundamentadas no programa IBM SPSS. O estudo mostrou que das 133 participantes, 88,0% fizeram mais de cinco consultas de pré-natal, 84,2% tiveram informações sobre alimentação e aleitamento materno e 81,2% receberam informações sobre a diminuição do consumo de industrializados, e quando questionadas sobre a importância da alimentação saudável na gestação, todas relataram ser a determinada importância, e explanaram ter recebido informações sobre o uso de medicamentos compostos de ferro e ácido fólico.

Já Maia et.al (2019), realizou uma revisão de literatura em base de dados, durante o período de novembro de 2017 até abril de 2018, com ênfase nas publicações mais recentes, nos idiomas português e inglês. Do total de 174 artigos,

ISSN 2178-9428

87 compuseram o trabalho. A pesquisa apontou que o aumento dos casos de Transtorno Espectro Autista (TEA) se baseia em diferentes fatores genéticos implicando diretamente em sua etiopatogênese neural. O autor conclui que ao analisar o risco-benefício da suplementação com ácido fólico nas doses recomendadas, 0,4 a 0,8 mg/dia, os benefícios sobrepujam os possíveis riscos de desenvolver TEA.

O estudo de do Amaral et al. (2016), trata-se de um Estudo transversal com 316 puérperas, cujas informações foram obtidas através de entrevista e acesso aos prontuários. Para avaliar a influência de fatores sociodemográficos no uso de ácido fólico na gestação, foram feitos modelos de regressão logística multinomial. O autor conclui que as chances de adesão à suplementação com ácido fólico foram maiores em gestantes que apresentaram maior escolaridade, planejamento da gravidez, início do pré-natal anterior à 11° semana e conhecimento sobre a importância desta suplementação, relatou ainda que, o tempo médio de uso estava abaixo das recomendações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado atendeu ao objetivo proposto, de investigar as publicações referentes à importância da suplementação com ácido fólico durante o período gestacional, evidenciando que este micronutriente é capaz de contribuir para o desenvolvimento normal do SNC, evitando o desenvolvimento de anomalias correlacionadas com sua ausência. Sugere-se a realização de novos estudos, que ampliem as fontes de busca bibliográficas utilizadas, para evidenciar diferentes contribuições científicas da devida temática.

4 REFERÊNCIAS

AMARAL, Augusto Radünz do *et al*. **FATORES ASSOCIADOS À SUPLEMENTAÇÃO COM ÁCIDO FÓLICO EM GESTANTES NA CIDADE DE JOINVILLE, SC. 2016.** Arquivos Catarinenses de Medicina. Disponível em: http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/113. Acesso em: 24 set. 2020.

LEAL, Francisca Juscicléia de Pinho Silva *et al*. **ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL NO PRÉ-NATAL: ESTUDO COM NUTRIZES NO PÓS-PARTO HOSPITALIZADAS EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA.** 2020. Saúde em Redes. Disponível em:

http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2297. Acesso em: 24 set. 2020.

MAIA, Carina Scanoni *et al*. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A SUPLEMENTAÇÃO POR ÁCIDO FÓLICO ANTES E DURANTE A GESTAÇÃO.** 2019. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852019000400231&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

MARCADORES CARDÍACOS DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: UMA REVISÃO.

HAINOCZ, Reinaldo[376]
LENHARD-VIDAL, Adriane[377]

RESUMO: O infarto agudo do miocárdio consiste na necrose de parte do tecido muscular cardíaco por conta da falta de irrigação sanguínea causada por coágulo ou trombo. Foi o objetivo desse trabalho mostrar quais são os principais marcadores bioquímicos para avaliação de infarto agudo do miocárdio. Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica realizada através da busca de marcadores de infarto agudo do miocárdio no Google Acadêmico, Google e Scielo. Os principais marcadores são CK=MB, Troponina I e T e Mioglobina e seus níveis permitem avaliar qual o tempo de IAM e diferenciação de outras causas de dor precordial.

Palavras-chave: Infarto. Miocárdio. Músculo Cardíaco. CK-MB. Troponina.

1 INTRODUÇÃO

O infarto agudo do miocárdio se da através da necrose do tecido múscular por falta de oxigênio devido a obstrução da artéria coronária decorrente de formação de coágulo por aterosclerose anterior, diminuindo assim a passagem do sangue mas aumentando a pressão localmente (CAVALCANTI et al., 1998). No Brasil a taxa de mortlidade se encontra entre as maiores do mundo sendo semelhante país desenvolvidos que contém super-população, como a China, por exemplo. Alguns fatores que fazem a incidência desses números aumentarem são: os hábitos diários das pessoas que acabam descuidando da saúde e não tendo práticas saudáveis (tabagismo, aumento da ingestão de carnes gordas, sedentárismo, aumento no consumo de bebidas alcoólicas, redução da ingestão de frutas e verduras), sendo também fator de complicação doenças do sistema circulatório, obesidade, fatores socioeconõmicos, a desigualdade ao acesso à saúde e a idade (PIEGAS et al., 2009)..

O diagnóstico é feito através de eletrocárdiograma e exames de marcadores de lesão muscular cardíaca: Troponina I, Troponina T, Mioglobina e CK-MB (MIRANDA; LIMA, 2012).

Este trabalho objetivou avaliar o uso dos marcadores bioquímicos para infarto agudo do miocárdio.

[376] Biomedicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[377] Biomédica,Doutora em Patologia Experimental.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Esta é uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, descritivo com buscas através do portal Google Acadêmico, utilizando artigos, manuais e as diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia, com as palavras chave: marcadores de infarto agudo do miocárdio, com a data de publicação a partir de 2009.

O IAM por ser silencioso e apresentar sintomas apenas perto de seu acontecimento e mesmo assim ainda sendo de difícil diagnóstico por não conter exames totalmente específicos. A taxa de mortalidade é em alta mesmo se diagnosticada e tratada rapidamente, podendo sua faixa de morte ser de 40 a 65% na primeira hora e de até 80% nas primeiras 24 horas, sendo a maior parte dos óbitos ocorridos fora do ambiente hospitalar por conta da demora do paciente e procurar auxílio médico. (PIEGAS et al, 2009).

Pode ser caracterizado como transmural e não transmural, dependendo da espessura do dano causado ao tecido. Sendo caracterizada como transmural quando atingem a espessura total do miocárdio, desde o epicárdio até o endocárdio, tendo caracteristica níveis anormais de ondas Q no eletrocardiograma. È caracterizada como não transmural por não atingir toda a extensão do tecido cardíaco e apresentar alteração em ST-T. A parte onde foi afetada pode ser demonstrada partir da duração e extensão dos níveis de CK ou pelos picos de Troponina (WARNICA,2016).

Os marcadores cardíacos são substâncias liberadas na corrente sanguínea com o rompimento das células que “morreram” devido lesão no tecido cardíaco, sendo esses marcadores importantes na detecção de IAM, angina e síndrome coronária aguda, já que todas estão associadas ao miocárdio. O IAM é a pricipal lesão cardíaca onde se observa anormalidade nos níveis de CK-MB, Troponina I, Troponina T e Mioglobina, porém, não são específicos apenas de IAM, sendo necessárias provas adicionais para seu diagnóstico preciso. (PIEGAS et al, 2009).

A mioglobina é uma hemeproteina que pode ser encontrada tanto no músculo esquelético bem como no cárdiaco e serve como marcador de lesão cardíaca precoce. Já a troponina é uma enzima marcadora de lesão do músculo cardíaco que permanece para dosagem por um período de tempo acima de 72 horas. A

ISSN 2178-9428

creatinoquinase em sua fração MB é utilizada como auxiliar no diagnóstico de IAM conjuntamente com a mioglobina e troponina. (MARTINS, 2009)..

Ao sentir uma dor no peito onde se tem uma lesão cardíaca, o primeiro fator a ser alterado é a mioglobina, por sua liberração ser mais rápida do que os outros marcadores, tendo seu pico de subida de 3 a 4 horas pós lesão e após isso começa seu declínio por conta de seu tempo de vida fora da célula ser bem menor, sendo quase indetectavel no sangue em torno de 18 a 20 horas depois da lesão. O CK-MB é o segundo componente que irá iniciar seu pico, mantendo um linear parecido com a mioglobina, porém, em tempo posterior, sendo cerca de 4 a 6 horas, no máximo 12 a 20 horas, posteriormente começando seu declínio também e ainda pode ser detectado em até 72 horas (sendo essa relação de tempo para mioglobina e CK-MB se nao houver novas lesões subsequentes). (PIEGAS et al, 2009).

Mioglobina e CK-MB, tem mais facilidade de atingir seu pico por conta de estarem soltas no citoplasma das células, tendo assim mais facilidade de se espalhar e dispersar, em relação as troponinas, que estão presas dentro do sarcômero.

Por conta de sua dispersão mais rápida, mioglobina e CK-MB, após 72 horas de lesão, já não podem mais ser utilizados como parâmetros para análise para saber quais as dimensões da lesão e qual o correto diagnóstico. Já as troponinas que levam de 4 a 8 horas para atingirem seu pico, diferentes dos outros marcadores, se mantém em níveis altos podendo permanecerem elevadas de 7 até 14 dias.

A sensibilidade do teste de troponina para diagnóstico precoce é bastante baixa. A creatinoquinase-MB possuí sensibilidade diagnóstica de 93 a 100% depois de 12 horas do início dos sintomas no paciente, porém, é pouco sensível nas primeiras 6 horas. O teste de mioglobina por ser bem inespecífico pode ser utilizado para excluir o diagnóstico de IAM nas horas iniciais pós desconforto no peito. (MIRANDA,2012)

Os marcadores que são utilizados para parâmetro de análise de IAM, também tem os mesmos fatores avaliados para angina e síndromes coronianas agudas (SCA). Sendo a angina e síndrome coroniana aguda diagnosticada através do nível de intensidade dos marcadores. (WARNICA,2016).

Um fator que pode ser utilizado para detecção precoce de IAM, conjuntamente com ECG é a proteína de ligação de ácidos graxos – cardíaca (H-FABP), sendo abundante no tecido miocárdico fazendo parte das proteínas citosólicas que o padrão é específico de tecidos que se ligam e transportam ácidos graxos

ISSN 2178-9428

(FABPs). No infarto agudo do miocárdio o H-FABP é encontrado no plasma após 2 horas, atingindo seu pico de 4 a 6 horas, podendo ser usado para diagnóstico por tempo de 20 minuto a 24 horas, podendo ser muito bom para diagnóstico precoce, podendo ser detectado com teste rápido de H-FABP, sendo seu valor acima de 7ng/mL indicativo de IAM. Porém, sua leitura feita apenas uma vez e sem outros biomarcadores pode apresentar um resultado com equívoco, pois existem alguns fatores que podem fazer com que o valor esteja alterado mesmo sem indicio de ocorrência de infarto. Para um diagnóstico preciso de IAM pode-se utillizar vários marcadores bioquímicos para leitura de parâmetros, já que não se têm um teste específico, conjuntamente com o ECG. (MIRANDA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dosagem dos marcadores tem extrema importância no diagnóstico do IAM, sendo a mioglbina indicadora de lesão precoce,porém, por ser inespecífica deve ser acompanhada conjuntamente com a elevação dos níveis de CK-MB na sequência e logo depois os níveis de troponina que permanecem por um período de 7 a 14 dias e devem ser acompanhados. Como novo marcador e mais específico de lesão do tecido cardíaco, o H-FABP, é uma proteína que pode ser detectada com tempo de 30 minutos pós lesão e é específico, sendo um marcador melhor que a mioglobina que pode ser indicativo de lesão também do músculo esqueletico sendo bastante amplo pra diagnóstico.

4 REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Alexandre Biasi et al . Diagnóstico do infarto agudo do miocárdio. Valor da dosagem de mioglobina sérica comparada com a creatinofosfoquinase e sua fração MB. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 70, n. 2, p. 75-80, fev. 1998.

EXPERT GROUP ON BIOMARKERS. Biomarcadores em Cardiologia - Parte 2: Na Doença Coronária, Doença Valvar e Situações Especiais. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 104, n. 5, p. 337-346, May 2015.

MARTINS, Carla Soa. Troponina: Estrutura, Fisiopatologia e Importância Clínica para Além da Isquemia Miocárdica. **Arq Med**, Porto , v. 23, n. 6, p. 221-240, nov. 2009

ISSN 2178-9428

MIRANDA, Marciano Robson de; LIMA, Luciana Moreira. Marcadores bioquímicos do infarto agudo do miocárdio. **Marcadores bioquímicos do infarto agudo do miocárdio**, [*s. l.*], 17 jul. 2012.

PIEGAS LS, Feitosa G, MATTOS LA, Nicolau JC, ROSSI Neto JM et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto agudo do Miocárdio com Supradesnível do Segmento ST**. Arq Bras Cardiol.2009;93(6 supl.2):e179-e264.

WARNICA, James Wayne. **Infarto agudo do miocárdio (IAM)**. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7a-coronariana/infarto-agudo-do-mioc%C3%A1rdio-iam. Acesso em: 23 set. 2020.

WARNICA, James Wayne. **Visão geral das síndromes coronarianas agudas (SCA)**: Angina instável; Infarto agudo do miocárdio; Infarto do miocárdio. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7a-coronariana/vis%C3%A3o-geral-das-s%C3%ADndromes-coronarianas-agudas-sca#v934946_pt. Acesso em: 23 set. 2020.

ISSN 2178-9428

JUSTIÇA RESTAURATIVA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

AMARAL, Lucimeli Nogueira do[378]
ROSAS, Patrícia Melhem[379]

RESUMO: Este resumo expandido, fruto do Grupo de Estudos Jr Lab, objetiva discutir a intervenção da Justiça Restaurativa com adolescentes em conflitos com a lei. Busca-se entender o contexto social que este público está inserido, analisando tais práticas restaurativas contribuem de modo positivo para a responsabilização. Neste ínterim, busca entender o sistema socioeducativo, a partir do trabalho pedagógico desenvolvido com adolescentes.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Sistema Socioeducativo. Adolescente. Ato Infracional.

1 INTRODUÇÃO

O presente tema é uma indagação que surge a partir das reflexões realizadas durante os encontros do Projeto de pesquisa e extensão em Justiça Restaurativa desenvolvido no Centro Universitário Campo Real de Guarapuava – Pr, Jr Lab.

A partir da justiça punitiva, no cenário atual, dados apontam reentradas e reiterações infracionais de adolescentes, levando a refletir o problema da violência relacionados a questões sociais, políticas e econômicas, assim como outros fatores que influenciam, buscando entender o papel das medidas socioeducativas e das práticas restaurativas para a responsabilização do adolescente.

Justifica-se a temática, no interesse em trazer a discussão sobre a contribuição da Justiça Restaurativa para adolescentes em conflitos com a lei e a participação de outros indivíduos que estiverem envolvido no mesmo conflito. A realização deste estudo, parte-se da pesquisa bibliográfica, na busca por referenciais teóricos para a contextualização e pesquisa qualitativa que propõe a reflexão do assunto a ser abordado. No desenvolvimento, abordará em primeiro momento, os pressupostos teóricos da Justiça Restaurativa. Em seguida, busca-se compreender a organização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na aplicação das medidas socioeducativas. E para finalizar, discutir sobre o adolescente em conflito com a lei.

[378] Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Unilagos, em 2014; Acadêmica do curso de pós-graduação Gestão de Conflitos pelo Centro Universitário Campo Real.
[379] Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Coordenadora de grupos de estudos sobre Justiça Restaurativa; Professora no Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA E O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A Justiça Restaurativa nasce da cultura de povos indígenas, que utilizavam da prática de círculos para a resolução de conflitos da comunidade. As primeiras experiências foram na década de 70 e 80 nos países Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, chegando ao Brasil somente em 2004. Está regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 225, de 31 de Maio de 2016, dispondo de uma metodologia da Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Oportuniza a escuta e o diálogo das vitimas e ofensores, oferecendo aos mesmos um encontro pessoal, humanizado, voluntário, mediado por facilitadores, podendo haver a participação das famílias, comunidade e entidades públicas e privadas para a construção de soluções de conflito, sendo aplicada em crimes considerado pequeno e médio potencial ofensivo.

De acordo com SALMASO (2016), a justiça restaurativa segue por um conjunto de princípios, métodos e técnicas, que por meio deste, estimula a participação dos envolvidos no conflito, para a conscientização, responsabilização e pacificação das relações sociais, de forma amenizar o ciclo da violência, que por consequência leva a danos materiais ou emocionais. Deste modo, oportuniza aos indivíduo a solucionar o próprio conflito, ter voz ativa durante o processo, buscando respostas as suas necessidades, promovendo a corresponsabilidade individual como também coletiva, contribuindo na prevenção e agravamento dos conflitos.

A partir do material Terre des Hommes (2013), abrange que as práticas restaurativas visam trabalhar situações de conflitos, violências e ato infracional. Os conflitos são as diversidades de percepções, contradições, confronto de ideias, não sendo considerados como violentos, desde que haja o respeito entre as pessoas. A violência ocorre quando gera o desrespeito, impondo ao outro por meio da força física, moral, sua vontade, causando ameaça, dano ou abuso de poder, levando à algum prejuízo. O ato infracional é a manifestação da violência, praticada pelo adolescente, considerada como crime ou contravenção penal.

Neste caso, as práticas restaurativas são aplicadas desde o conflito até à violência que corresponde a prática do ato infracional. O trabalho desenvolvido quando há conflito, busca prevenir a violência, mas quando a violência já ocorreu,

ISSN 2178-9428

objetiva a responsabilização e reparação do dano, como também a restauração dos vínculos.

A criança e o adolescente passam a ter proteção integral a partir da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, onde possui seus direitos e garantias respeitado. Diante das medidas socioeducativas, o ECA tem caráter de responsabilização do adolescente pela prática do ato infracional.

A Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, organiza um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas para adolescente que cometeram ato infracional, desde o processo de apuração, aplicação e execução de medida. O SINASE constitui-se de um sistema de garantia de direitos, reconhecido como uma política pública que promove a inclusão do adolescente em conflito com a lei como também a responsabilização, visando a participação de diferentes políticas públicas e sociais na proteção integral do adolescente, de forma a reduzir a vulnerabilidade e a exclusão social. A execução das medidas socioeducativas é considerada pelo sistema natureza pedagógica, está incluso no SINASE um dos princípios no Art. 35, III como "prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas".

3 ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

A prática do ato infracional é designada como conduta irregular do adolescente, o ECA visa responsabiliza-lo a partir das medidas socioeducativa. Segundo apontamentos de Vicentin, Catão, Borghi e Rosa (2011), a justiça juvenil reconhecida mais como justiça restaurativa, tem o objetivo de desenvolver práticas restaurativas que proporcionem a responsabilização do adolescente de forma individual e coletiva para que saibam fazer gestão de seus conflitos, buscando a corresponsabilização aos mesmos centradas na reintegração social.

O trabalho desenvolvido com adolescente, deve proporcionar a compreensão sobre o convívio social, onde deve haver reciprocidade. A responsabilidade é o trabalho a ser desenvolvido diante da prática social na sociedade, promovendo um olhar ampliado aos adolescentes. O autor expõe que a Justiça Restaurativa traz uma proposta que foque em questões problemas apresentados pelo adolescente na pratica

CAMPO REAL 20 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

ISSN 2178-9428

do ato, mas do outro lado, possuem as dificuldades pelo território marcados principalmente pela violência e violações de direitos.

De acordo com estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2019) sobre reentradas e reiterações infracionais de adolescentes no sistema socioeducativo, no período de janeiro de 2015 a junho de 2019, apresentam elementos que levam adolescentes à reincidência, estando relacionados a abandono escolar, situação de rua, histórico de drogas, morar em abrigos, comprimento de medidas socioeducativas por menos tempo e a convivência com a família. Conforme dados apresentados, mostram que 95% são homens que cumprem medidas socioeducativas e 5% mulher. A faixa etária dos 12 aos 17 anos, que mais é cometido ato infracional são aos 16 e 17 anos, permanecendo no trânsito julgado níveis elevados. Os atos infracionais mais cometidos são roubo e tráfico de drogas seguido de condutas afins. As medidas mais aplicadas são liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. A natureza das medidas aplicadas, mostra que quanto menor a idade a medida aplicada é em meio aberto e quanto maior a idade a medida aplicada é em regime fechado.

Seguindo a análise, o sexo masculino tem maior número de reentradas ao sistema socioeducativo do que as mulheres e o cumprimento das medidas ocorrem mais em meio aberto. Por fim, quanto mais próximo da maioridade, menor chances dos adolescentes a voltarem para socioeducativo.

No entanto, estudos apontam que atos infracionais como tráfico, roubo, armas e furto, estão diretamente ligados à vulnerabilidade socioeconômica o que leva o adolescente reentrar no sistema socioeducativo novamente. Neste caso, é refletido sobre alternativas de mudanças para este cenário, necessitando urgente mudanças e novas abordagens diante da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o processo restaurativo próximo a uma metodologia socioeducativa, na responsabilização do adolescente diante da prática do ato infracional, não possui caráter penal, visa o protagonismo e proteção do adolescente, garantindo seu direito de cidadão. Sabendo que o adolescente está em fase de desenvolvimento e de formação de pensamento, o ato infracional praticado é considerado como um comportamento irregular, precisando o mesmo compreender as consequências do dano causado. As práticas restaurativas visam gerar a

ISSN 2178-9428

corresponsabilidade dos envolvidos no conflito para o caminho da paz nas relações sociais, prevenindo para não se agravar ainda mais os conflitos. Por isso, devem ser também aprimoradas e aplicadas medidas socioeducativas que tragam na base um caráter pedagógico, de compreensão do convívio social com o outro de forma recíproco, evitando o caminho para a violência. Porém, existe dificuldades no desenvolvimento do processo restaurativo, diante da extrema vulnerabilidade apresentada, que leva ao caminho da violação de direitos. Cabe ao Estado em contrapartida oferecer condições para efetivação de direitos, ampliando acesso, implementando políticas e concretizá-las.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça.** Resolução 225, de 31 de Maio de 2016. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao225_31052016_02062016161414.pdf> Acesso em setembro de 2020.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em agosto de 2020.

BRASIL, **Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros**/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2019

BRASIL, **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE**/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. <Acesso em agosto de 2020>

BRASIL, **Sistema Nacional de Atendimento Soceducativo**. Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. <Acesso em agosto de 2020>

BRASIL, **Prevenindo a violência e promovendo a justiça juvenil restaurativa: justiça juvenil restaurativa e práticas de resolução positiva de conflitos**. - Fortaleza: Terre des hommes, 2013. 84p. : il.

SALMASO, Marcelo Nalesso. **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225**/Coordenação: Fabrício Bittencourt da Cruz - Brasília: CNJ, 2016.

VICENTIN, Maria Cristina G. CATÃO, Ana Lucia. BORGHI, Adriana. ROSA, Miriam Debieux. Antena Intersetorial. Adolescência e Sistema de Justiça: problematizações em torno da responsabilização em contextos de vulnerabilidade social. **Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 271-295, set. 2011/fev. 2012

ISSN 2178-9428

ANÁLISE DO IMPACTO DOS INFLUENCERS VIRTUAIS NO MEIO PUBLICITÁRIO E NAS REDES DIGITAIS

BARBOSA, Jordana[380]
LOBATO, Vanessa[381]
CALEFFI, Renata[382]

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar o âmbito dos *influencers* virtuais em relação às empresas e a sua recorrência no meio publicitário. Justifica-se a análise dessas personalidades o fato delas terem conquistado mais espaço nas redes sociais e no meio publicitário como grandes influenciadores dessas marcas, trazendo novidades para o mercado. Recorreu-se ao método bibliográfico de pesquisa já que foi embasado em diversos estudiosos como Walter Longo (2014) Sampaio (1997). O resultado foi a apresentação dessas personalidades virtuais como uma possível tendência perante empresas que desejam ser influentes no mercado e terem representantes fiéis e totalmente confiáveis.

Palavras-chave: Influencer Virtual. Publicidade. Tecnologia. Inteligência Artificial. Marketing Digital.

1 INTRODUÇÃO

Uma das possibilidades da publicidade é transmitir uma mensagem da melhor forma possível. Este conteúdo, preferencialmente, precisa encantar - não apenas pelas palavras, mas pelo conjunto transmitido através de imagens, textos, filmes e áudio. Para que isso seja possível, a publicidade escolhe um canal ideal que esteja presente na vida das pessoas que precisam ser atingidas pela mensagem, ou seja, a publicidade tem “a responsabilidade informativa e o caráter persuasivo no processo de comercialização de bens e serviços” (PEREZ, BARBOSA, 2007, p. 4) fazendo a melhor escolha de mídia possível.

A publicidade para atingir esses diferentes públicos, age em diferentes canais chamados de off ou on, cada um com seus aspectos, objetivos e até mesmo públicos diferentes. A escolha neste trabalho foi optar por um canal atual que, através da quarentena em tempos de disseminação do Covid-19, chamou a atenção por ter se destacado e recebido muita atenção, principalmente de jovens à procura de pessoas interessantes para passar seu tempo em *lives,* conteúdos criados e distração, fazendo

[380] Acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda, Centro Universitário Campo Real
[381] Acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda, Centro Universitário Campo Real
[382] Professora Orientadora

ISSN 2178-9428

então, os *influencers* se destacar ainda mais perante novos seguidores e os que já o acompanhavam em seu canal.

A definição de *Influencer* Digital é bem ampla, porém como explica Issaaf Karhawi (2016) é uma função em que uma pessoa engaja e influência nichos, monetizando sua própria imagem. São criados conteúdos e a pessoa acaba se transformando em uma personificação de diversas marcas e serviços.

Walter Longo destaca que é preciso utilizar de uma alma digital, ou seja, usar ao máximo da onisciência, onipresença e onipotência que o digital proporciona (2014, p. 16) e ir muito além do que as pessoas esperam que você faça, usando de toda essa tecnologia para crescer e aparecer diante de tanta concorrência no mesmo lugar.

Com a necessidade de aparecer, se diferenciar e, ainda sim, ser inovador e criativo iniciou-se a corrida em torno de buscar um *influencer* "perfeito" para diferentes marcas de todo o mundo. Mas existe um ser humano perfeito, capaz de resolver os problemas e estar sempre disponível para a publicidade dessa marca? Ainda mais, esse indivíduo conseguiria sanar dúvidas, criar conteúdo diariamente e ainda ter um custo baixo? São exatamente essas questões que fizeram com que esse trabalho começasse.

As dúvidas sobre o poder da influência digital, bem como as personificações de novas tecnologias para criação de influenciadores para marcas permeiam nossos objetivos, seguindo a estratégia da metodologia de revisão de literatura e análise de digitais existentes no mercado publicitário atual. É preciso ter a vista de que todo este mercado virtual e digital está sendo descoberto e redescoberto através de novas possibilidades, pois estamos vivendo em uma era necessitada da capacidade de reinvenção e a coragem de rediscutir e reprogramar os processos e a forma de aparecer (LONGO, 2014).

Essa iniciação científica olha especificamente para a influenciadora virtual Miquela através do seu perfil no Instagram, mostrando o porquê de ela ter se tornado uma influenciadora tão forte neste meio, representando diversas marcas, mesmo que a maior parcela das pessoas entende que ela não é uma pessoa real ou ficam na dúvida e, também, tentar entender como as empresas se sentem representadas e lidam com essa característica única dessa personalidade virtual.

ISSN 2178-9428

2 DESENVOLVIMENTO

Para chegar em um público é necessário conhecê-lo e entender as características do grupo que ele pertence. Isso ajuda a definir o rumo para que a propaganda consiga seduzir e incentivá-lo a fazer uma determinada ação (já pré-determinada pela propaganda). Mesmo que o indivíduo não queira ser atingido por ela, é preciso destacar que essas ações ultrapassam a barreira racional, permitindo esse sujeito a ser seduzido pelos desejos (SAMPAIO, 1997).

Levando em consideração que a pandemia auxiliou a ampliar e difundir os serviços de propaganda online, a necessidade de se comunicar e se fazer presente mesmo que não presencialmente é urgente. O resultado desse movimento durante a Covid-19, foi que muitas empresas foram obrigadas a pensar diferente para superar a maior crise já vista nesta década.

Conforme uma pesquisa realizada pela Conta Pra Gente, em maio de 2020, é possível observar que 49% das pessoas aumentaram as duas vendas *onlines* e 65% diminuíram as suas compras presenciais. As redes sociais se tornaram, portanto, uma grande vitrine para diferentes tipos de produtos. Entre os canais destacamos o Whatsapp, Facebook e Instagram (que criou diversas funções para as empresas se apresentarem melhor para seu público).

Com toda essa intensa utilização das redes online e a disputa ampliada para ter seu comércio notado por seu público, também houve um aumento de marcas a procura de *influencers* para a divulgação das marcas. Tendo em vista esse mercado, a rede que cresceu durante a pandemia (Socialbakers, 2020) e conseguiu criar mais atrativos para as empresas com novas funções atraindo mais engajamento, principalmente para empresas, foi o Instagram. E inseridos nessa grande rede social estão os *influencers.* Essas pessoas monetizam sua imagem, sua postura perante a sociedade e, claro, sua influência em relação a tantos usuários que a seguem e que podem tornar-se *lovers* da marca através de uma “indicação” de alguém que admiram (Issaaf Karhawi, 2016), usuários que conforme uma pesquisa da QualiBest em 2018 essas personalidades já são a segunda fonte para a tomada de decisão entre produtos e serviços.

ISSN 2178-9428

Pensando no universo em que o digital perfeito seria alguém que estivesse muito inserido neste universo virtual, que aproveita cada segunda nas redes e representa a marca muito bem, seria possível imaginar alguém real que suprisse as demandas que a marca precisa e deseja, com situações elaboradas especialmente para representá-la? E neste ponto é onde os *influencers* virtuais se encaixam para tornar-se um ponto de segurança em relação à representação de diversas marcas.

Diferente dos digitais, os *influencer* virtuais estão totalmente inseridos dentro das mídias sociais, principalmente no Instagram. Alguns exemplos mais famosos de personalidades virtuais que representam algumas marcas, são: Miquela Sousa, Bermuda, Noonoouri, Blawko, Brenn, Shudu, Dagny e Coronel Sanders.

Todos criados por artistas de diferentes essas personalidades virtuais se tornaram grandes influenciadores de opiniões e, principalmente, representando grandes marcas o que faz com que eles apareçam e tornem-se relevante para as pessoas. O maior exemplo é a influencer Miquella, desenvolvida em 2016 pela empresa Cain Intelligence e "agenciada", hoje, pela Brud, empresa localizada no Vale do Silício (lar das tendências tecnologias e inovadoras do mundo) que mantém o mistério em relação a esta Influencer e outros em que eles, também, cuidam da carreira. Lil Miquela, como é mais conhecida, é Youtuber e Instagramer, vive uma vida de "blogueira" com vídeos sobre suas vidas e opiniões, se reconhece como musicista e conquistou muitos seguidores durante esse tempo, sendo considerada pela revista Time em 2018 uma das 25 pessoas mais influentes da internet.

Miquela e as outras personalidades virtuais que estão presentes nas redes são um futuro que instiga a curiosidade dos internautas encantando muitas pessoas, mas que também cria muitos *haters* por medo do rumo em que este projeto pode tomar no futuro ou por não se sentir representados perante uma personalidade virtual. Por fim, este é o começo de uma nova corrida para as marcas terem personalidades totalmente condizentes com a marca e com a forma que desejam ser vistas, crescer e ser reconhecidas no mercado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em torno de muitas mudanças e lançamentos a todos os momentos, em que ter uma visão para frente do que já está acontecendo hoje e vai acontecer amanhã, prevendo possíveis tendência ou às criando, ou seja, "[...] precisamos prestar

ISSN 2178-9428

atenção ao que já existe, mas ainda não se tornou conhecido. Avaliar o que ainda é extraordinário, mas que em breve será ordinário. ” (Walter Longo, 2014, p. 282).

Estes influenciados nos mostram as possibilidades que hoje temos para criar e desenvolver diversos tipos de conteúdo próprios e como as marcas e pessoas estão interagindo através das redes sociais, além de trazer para dentro o mundo publicitário um processo novo junto com possibilidades diferentes em relação à atualidade.

Portanto, as possibilidades de “humanóides” virtuais e populares aparecer cada vez mais nas redes cresce na decorrência em que as empresas percebem que as perspectivas e vantagens de se ter uma personalidade com muita influência personalidade e produzida para o público em que se deseja inspirar, mesmo que a empresa não seja responsável pela celebridade, mas que possa trajá-la como uma embaixadora dessa marca.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria. **Influenciadores artificiais entram na mira de grandes marcas** - 2019 Disponível em: <encurtador.com.br/hyH28> Acesso em: 24 set. 2020.

MATHIAS, Lucas. **Quem são os principais influenciadores digitais de 2019?** - 2019 Disponível em: <encurtador.com.br/dtAH8> Acesso em: 23 set. 2020.

TEORIA DIGITAL. **Instagram cresce na pandemia: audiência já é 31% maior que a do Facebook.** Disponível em: <encurtador.com.br/EJNY5> Acesso em: 22 set. 2020

COLETIVA.NET. Brasil: **Os números do relatório Digital in 2019**. Disponível em: <encurtador.com.br/fyGU8> Acesso em: 22 set. 2020

BLOG DA SÔNIA. **Cresce o mercado dos influenciadores digitais em meio à pandemia.** Disponível em: <encurtador.com.br/fxyI9> Acesso em: 22 set. 2020

PACETE, Luiz Gustavo. **Influenciadores já são a segunda fonte para tomada de decisão** - 2018 Disponível em: <encurtador.com.br/fnKV6> Acesso em: 23 set. 2020.

KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria** - 2016 Disponível em: <encurtador.com.br/fnKV6> Acesso em: 23 set. 2020.

LONGO, Walter. **Marketing e comunicação na era pós-digital: as regras mudaram.** / Walter Long. - São Paulo : HSM do Brasil, 2014

SAMPAIO, Rafael. Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso/ Carlos Sampaio. - Rio de janeiro: Campus, ABR, 1997.

IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO COM GESTANTES

SCUSSEL, Beatriz Marchi[383]
DA LUZ, Debora[384]
FIUZA, Debora Rickli[385]

ISSN 2178-9428

RESUMO: Este estudo trata-se de uma revisão teórica, que tem como objetivo apontar a importância do acompanhamento psicológico durante o período gestacional. Foi utilizada uma metodologia de pesquisa bibliográfica, bem como artigos e livros disponíveis em bases de dados online. O presente trabalho também é relacionado à um projeto desenvolvido com gestantes na Unidade Básica de Saúde do município de Rio Bonito do Iguaçu, que permitiu na prática a percepção de algumas teorias abordadas no seguinte documento.

Palavras-chave: Acompanhamento psicológico. Período gestacional. Gestantes.

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um período de intensas mudanças físicas e emocionais. É extremamente importante o acompanhamento psicológico durante o processo, pois a gestante está diante de novas perspectivas e sentimentos que devem ser ajustados, para que a mesma consiga desfrutar dessa gravidez com mais integralidade.

Entende-se que a mulher se encontra vulnerável durante a gestação, e está propensa à uma multiplicidade de sentimentos (FALCONE, MADER, NASCIMENTO, SANTOS, NÓBREGA apud KLEIN & GUEDES, 2008, p. 863). Dessa forma, a gestação de um filho é um fenômeno que promove na mulher situações que demandam elaboração psíquica e um processo de reorganização enquanto sujeito, mediante a complexidade e à riqueza das mudanças que compõem a construção da maternidade. (LIMA, 2009, p. 2).

A gestação, o parto e seguindo, o pós parto, são períodos que modificam uma mulher, o período gestacional faz com que várias ideias tanto positivas quanto negativas sejam desenvolvidas. Idealizações sobre o bebê e sobre a responsabilidade materna, uma nova estrutura familiar, inseguranças quanto ao tipo de parto e as possíveis sensações de dor, entre tantas outras questões.

Desta maneira, o trabalho almeja mostrar a importância de que a mulher em período gestacional tenha um acompanhamento psicológico, visando uma escuta

[383] Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real
[384] Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real
[385] Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

qualificada para melhor atender às necessidades da gestante. Todavia, o acompanhamento psicológico torna-se tão importante quanto o pré-natal.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MODIFICAÇÕES CAUSADAS PELA GESTAÇÃO

Maldonado (1988) afirma que situar a gravidez como transição não significa que o período crítico termine com o parto, pois grande parte das mudanças maturacionais ocorre após a mulher dar à luz, e, dessa forma, o puerpério deve ser considerado a continuação do período de transformação, pois implica modificações fisiológicas assim como da rotina e do relacionamento familiar. Dessa maneira, é possível entender a relevância que o acompanhamento psicológico no período gestacional é importante para o equilíbrio das várias emoções que passam neste momento. Sendo assim, uma maneira de trabalhar essas emoções seria a intervenção grupal, onde as gestantes possam compartilhar e se identificarem umas com as outras através desta troca de experiências.

Como afirma o Congresso Americano de Obstetras e Ginecologistas (ACOG), entre 14% a 23% das mulheres demonstram sintomas de depressão durante a gravidez, e esta perturbação tem uma elevada probabilidade de persistir após o parto, caso não seja prontamente diagnosticada e tratada. Ao notar sinais de Depressão seja ela na gravidez ou no pós-parto, a busca por ajuda é extremamente importante para que o tratamento seja eficaz. É uma doença que precisa e pode ser curada.

Maldonado aconselha a chamada Intervenção Psicológica Educacional (IPE), tendo este como objetivo associar os exercícios de sensibilização corporal, técnicas de respiração e relaxamento, entre outros, com os princípios psicoterápicos de um grupo. Segundo a autora:

> Os três vetores básicos da IPE são: a transmissão de informações sobre o ciclo grávido-puerperal; os exercícios de sensibilização corporal e de estética pós-parto, e o treinamento de técnicas de relaxamento e respiração para o parto; os grupos de discussão sobre as vivências emocionais envolvidas na situação de ter um filho e o impacto da gravidez na estrutura familiar. Cada um implica a utilização de diversas técnicas, de atendimento psicológico, especialmente a orientação antecipatória, a reflexão de sentimentos e o reasseguramento (MALDONADO, 1976, p. 101).

ISSN 2178-9428

Nesse sentido, a ansiedade vivenciada neste momento, é trabalhada de uma maneira saudável, permitindo uma descarga dessas emoções, facilitando assim, a expressão delas.

2.2 O PAPEL DA PSICOLOGIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM RELAÇÃO ÀS GESTANTES NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

A Psicologia é considerada uma ciência nova, devido ter sido regulamentada como profissão poucos anos atrás e abrange diferentes áreas do conhecimento. Para entender o papel do psicólogo ao inserir-se em uma Unidade Básica de Saúde é necessário tentar entender as mudanças ocorridas no país e no contexto da saúde pública. Dentre as mudanças sociais, destacamos o processo de redemocratização e, associado a ele, os debates sobre a assistência à saúde no Brasil que assumem forma na proposta do Sistema Único de Saúde (SUS). (DAVI, DOMINGUEZ, ARAÚJO & FRANCO, 2016, p. 72). Desse modo, os profissionais de psicologia passaram a ter mais valorização e inserção nos campos da atenção básica de saúde.

O município de Rio Bonito do Iguaçu tem uma população estimada de 13.255 habitantes. Durante o período de pandemia o número de gestantes aumentou, chamando à atenção de profissionais pela causa. São cerca de 135 gestantes, onde mais da metade não possuem o ensino médio completo, não são registradas no sistema de cadastro único de saúde até o momento e possuem uma renda considerada baixa. O projeto idealizado na instituição tem por objetivo acolher essas gestantes, permitindo que elas tenham um espaço de diálogo, resolução de dúvidas sobre a gestação e informações importantes para a saúde das mesmas e de seus bebês.

As atividades com gestantes possibilitam um espaço de aprendizagem e apoio onde as participantes podem narrar seus problemas e refletir sobre eles. Desse modo, o caráter terapêutico do processo grupal configura-se na dinâmica em que há o incentivo para a troca de experiências comuns e formação de vínculo entre os participantes, o que gera possibilidades de mudanças. (VIÇOSA apud LIMA, 2009, p. 2). Sendo assim, entendemos que é relevante um acompanhamento psicológico da gestante com o intuito de possibilitar uma vivência mais equilibrada de todas as emoções e manifestações que ocorrem durante o ciclo gravídico-puerperal. (KLEIN & GUEDES, 2008, p. 864). Também é interessante abranger nas atividades, as pessoas

ISSN 2178-9428

que possuem um vínculo diário com a gestante. Todavia, são essas pessoas que irão enfrentar com mesma, o ciclo das alterações causadas pela gestação, dando o apoio necessário para que seja uma experiência boa e saudável para a gestante e seu bebê.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a importância do acompanhamento psicológico durante o período gestacional foi o objetivo principal desse documento. Foi possível, através das pesquisas realizadas, perceber a grande quantidade de mudanças que são experienciadas durante essa fase. Todavia, diante das questões emocionais e físicas, conclui-se que é extremamente importante o acompanhamento psicológico durante a gravidez, para que seja possível vivenciar esse momento de modo integral e de forma saudável.

4. REFERÊNCIAS

DAVI, R. S.; DOMINGUEZ, A. R.; ARAÚJO, M. V. & FRANCO, E. M. **O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: relatos distantes do SUS**. Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Brasil. 2016.

KLEIN, M. M. S.; GUEDES, C. R.; MALDONADO, M. T. P. **Intervenção psicológica a gestantes: contribuições do grupo de suporte para a promoção da saúde.** Faculdades integradas Maria Thereza. 2008.

LIMA, M. A. **Acompanhamento psicológico à gestante em grupo operativo: instrumento de intervenção psicossocial em saúde.** Universidade Vale do Rio Doce. 2009.

MALDONADO, P. T. M. **Psicologia da Gravidez, parto e puerpério.** 1976, p. 101.

PEREIRA, M. C. **Acompanhamento Psicológico na Gravidez** (2016). Disponível em:<https://www.claudiamadeirapereira.com/consultas/gravidas-pais-e-bebes-criancas/acompanhamento-psicologico-na-gravidez/>.

ISSN 2178-9428

INFLUÊNCIAS DE QUADROS DE ANSIEDADE NO CONSUMO ALIMENTAR EM ADULTOS JOVENS SAUDÁVEIS

SILVA, Andressa Lopes[386]
UCHAK, Alisson Ferreira[387]
WELINSKI, Dábila Rayanne[388]
PORFÍRIO, Gustavo Bianchini[389]
SCHMITT, Vania[390]

RESUMO: Nutrição e hábitos alimentares podem estar relacionados de forma positiva ou negativa com a saúde mental dos indivíduos. Sendo assim o objetivo deste trabalho é apresentar as influências que as emoções têm sobre o comportamento alimentar, sendo essas influenciadoras nas escolhas alimentares, nas quantidades ingeridas e na frequência das refeições. Uma má alimentação está correlacionada com quadros de ansiedade, pois é a partir dos aminoácidos que são formados os neurotransmissores, vitaminas e cofatores minerais. A maioria desses neurotransmissores do SNC é sintetizada a partir de aminoácidos que são obtidos na dieta.

Palavras-chave: Alimentação. Ansiedade. Triptofano. Saúde Mental. Comportamento Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é uma necessidade biológica, entretanto, tem um peso muito grande dos valores culturais, simbólicos e religiosos que são incorporados à alimentação dos humanos determinando seu comportamento alimentar, o qual é originado por aspectos demográficos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, psicológicos e nutricionais de um indivíduo ou sociedade, ou seja, a alimentação é baseada em todo o nosso redor (MORAIS, 2014).

Um fator que tem grande influência no comportamento alimentar são as emoções, influenciadoras nas escolhas alimentares, nas quantidades ingeridas e na frequência das refeições, e não apenas em relação às necessidades fisiológicas (LOURENÇO, 2016). Segundo Torres et al. (2007), transtornos de ansiedade podem estar relacionados com aumento de peso e obesidade, pois além de outros fatores, o diagnóstico de ansiedade observa-se muito mais prevalente em indivíduos obesos. O transtorno da ansiedade tende a se iniciar entre 7-9 anos de idade, com prevalência

[386] Curso Nutrição, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[387] Curso Nutrição, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[388]Curso Nutrição, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[389] Psicólogo, Centro Universitário Campo Real
[390] Docente, Centro Universitário Campo Real

ISSN 2178-9428

podendo se estender para a vida toda, ou até que ocorra um tratamento (FIGUEROA, 2015).

A partir dos aminoácidos são formados os neurotransmissores, vitaminas e cofatores minerais. A maioria desses neurotransmissores do SNC (Sistema Nervoso Central) é sintetizada a partir de aminoácidos que são obtidos na dieta. O Triptofano é um aminoácido essencial aromático, com sua principal função de ser o precursor do neurotransmissor Serotonina (Hidroxitriptamina) (ZANELLO, 2012). Alguns estudos foram feitos nas últimas décadas, e demonstram que a ingestão de certos nutrientes apresentaria influência sobre o humor, assim, a ingestão de Triptofano teria possível impacto na alteração dos sintomas depressivos (TRAJANO, 2018).

Segundo Patier (2018), notou-se que a grande quantidade de pessoas que foram diagnosticadas com transtornos psiquiátricos ou depressivos, estão com os neurotransmissores do sistema nervoso central desregulados, levando a alteração de humor, estresse, desânimo e várias outras condições relacionadas.

Com isso o trabalho tem como objetivo analisar e apresentar como os quadros de ansiedade afetam a alimentação, também relacionando se algum alimento tem interferência em seu estado emocional, todavia a alimentação é uma forma de regulação dos níveis de neurotransmissores pelo eixo intestino-cérebro, exatamente quando se trata da qualidade alimentar na dieta, e a ingestão de alimentos ricos em triptofano, que é o precursor da serotonina.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consistiu de uma revisão de literatura especializada, realizada no ano de 2020 entre os meses de abril e maio, através de artigos científicos em português e inglês, com uso da plataforma Scielo e Google Acadêmico e tem como objetivo analisar o quanto uma má alimentação está relacionado com quadros de ansiedade.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A saúde mental de um indivíduo pode sofrer influências positiva ou negativas da nutrição e hábitos alimentares adotados, visto que ambas são fatores ambientais (TAVOLACCI; et al 2015). A relação entre dieta e transtornos mentais tem um impacto

ISSN 2178-9428

significativo da qualidade da dieta, não somente em doenças crônicas não-transmissíveis, mas também em doenças mentais de alta prevalência, como ansiedade e depressão, mesmo não havendo, ainda, consenso de qual alimentação possui mais consequências nesses transtornos (BANDEIRA et al 2016).

Segundo Olszewer (2008), 84% da população americana apresenta desequilíbrio dos neurotransmissores e 70% apresenta deficiência de 5-HT. Um caso alarmante confirmado pelo aumento do número dos pacientes, quanto a essa condição, como também a grande quantidade de prescrições de antidepressivos é o aumento de obesos que não conseguem combater o peso devido à falta do controle do apetite, ou seja, deficiência de 5-HT, leva a depressão e o descontrole do apetite.

Um estudo realizado por França et al; (2012) avaliou o impacto dos aspectos nutricionais e psicológicos de um grupo psicoeducativo com o foco na mudança do comportamento alimentar, da faixa etária de 18-70 anos de idade. Dos resultados foram observados a prevalência da depressão e da ansiedade como fatores psicológicos que interferem na mudança de comportamento alimentar, dessa forma se torna importante o acompanhamento de profissionais psicólogos e de nutricionistas como uma forma de modificar o estilo de vida e obter respostas terapêuticas mais eficazes.

Já em um estudo realizado por Rao et al; (2008), visou entender nutrição, depressão e doenças mentais, levantou resultados que conduzem à uma maior aceitação de que a dieta pode estar responsável por alterações na saúde mental do indivíduo, como a prevalência de quadros de depressão. Neste estudo foi demonstrado que dietas de pacientes que sofrem de transtornos mentais apresentam deficiência de diversos nutrientes, como vitaminas e minerais essenciais, bem como de ômega 3.

De acordo com Araújo et al. (2020) o magnésio, zinco, vitaminas do complexo B e a vitamina D estão sendo estudados como estando associados a um menor risco de transtornos depressivos. Já Andrade et al; (2018) relata que em um grupo de indivíduos estudados foi realizado a suplementação do L-triptofano, ômega 3, magnésio e vitaminas do complexo B, mostrando-se ser eficiente na redução dos sintomas da ansiedade.

Mas assim como existem nutrientes que vem sendo estudados para as melhoras dos sintomas das doenças mentais, também existem estudos que trazem

ISSN 2178-9428

alguns alimentos que podem nos deixar propensos a ter sintomas da depressão. Como as gorduras trans, que além de prejudiciais ao organismo, causam tristeza. Diferente das gorduras saudáveis, que encontramos em peixes do mar e óleo de oliva, esses geram efeitos positivos no humor (REINBERGER, 2015).

Do ponto de vista de Sezini et al. (2014), o indivíduo pode apresentar uma melhora em sua ansiedade e depressão com uma dieta equilibrada, já que os fatores nutricionais associados a atividade físicas e o acompanhamento profissional pode ajudar em um tratamento mais eficiente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse trabalho foi possível observar que nosso comportamento alimentar pode estar associado a alguns sintomas de doenças mentais, como ansiedade e depressão, alguns estudos citados trazem alguns nutrientes que podem ser eficazes no tratamento desses sintomas, já que ajudam na regulação dos neurotransmissores, como o triptofano.

Conclui-se que uma alimentação adequada pode auxiliar em nossa saúde mental. No entanto foi possível observar que existem pesquisas que relacionam alimentação com doenças mentais, mas algumas são inconclusivas, por isso a importância de que se realize mais pesquisas aprofundadas nessa área.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eduarda Aparecida Franco de. et al. L-Triptofano, ômega 3, magnésio e vitaminas do complexo B na diminuição dos sintomas de ansiedade. **Rev. Mult. Psic**., Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p.1129-1138, maio 2018.

ARAÚJO, A. H. **Interaminense de. Influências de quadros de ansiedade e depressão no consumo alimentar em adultos jovens saudáveis**. 2017. xv, 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ARAÚJO, Alessandra da Silva Freitas et al. Avaliação do consumo alimentar em pacientes com diagnóstico de depressão e/ou ansiedade. **Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO**, v. 3, n. 1, 2020.

BANDEIRA, Y. E. R.; MENDES A. L. R. R. A.; CAVALCANTE, A. C. M.; ARRUDA, S. P. M. Avaliação da imagem corporal de estudantes do curso de Nutrição de um centro universitário particular de Fortaleza. **J. Brás. psiquiatr**. 2016;65(2).

ISSN 2178-9428

BECK, A. T., BROWN, G., EPSTEIN, N., & STEER, R. A. (1988). An Inventory for measuring clinical anxiety: Psychometric properties. **Journalof Consulting andClinicalPsychology**, 56(6), 893-897.

CUNHA, J. A. (1999). **Estudo dos pontos de corte do BDI e do BAI na versão em português**. [Resumo]Em VIII Congresso Nacional de Avaliação Psicológica (p. 78). Porto Alegre, RS.

FIGUEROA A, SOUTULLO C, ONO Y, SAITO K. **Ansiedade de separação**. In Rey JM (ed), IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health. (edição em Português; Dias Silva F, ed). Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions 2015.

FRANÇA, Cristineide Leandro et al. Contribuições da psicologia e da nutrição para a mudança do comportamento alimentar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 17, n. 2, p. 337-345, 2012.

LOURENÇO, Ana Sofia de Almeida et al. **Ingestão de alimentos como mecanismo de regulação da ansiedade**. 2016. Dissertação de Mestrado.

MORAES, Renata Wadenphul de. **Determinantes e construção do comportamento alimentar: uma revisão narrativa da literatura**. 2014;

OLSZEWER, E. **Neurotransmissores em medicina: da clínica à prática ortomolecular em doenças afetivas e obesidade**. 2ª ed. São Paulo: Ícone, 2008.

PATIER, Pedro Henrique Ximenes et al. Relação Entre Depressão, Qualidade Alimentar Dietética e Eixo Intestino-Cérebro. **InternationalJournalofNutrology**, v. 11, n. S 01, p. Trab684, 2018.

RAO, T. S. *et al*. Understanding nutrition, depression and mental illnesses. **Indian Journal of Psychiatry**, v. 50, n. 2, p. 77-82, 2008.

REINBERGER, Stefanie. **Diga-me o que você come...**Psicologia da Alimentação, São Paulo, n. 52, nov. 2015

SEZINI, A. M.; DO COUTTO GIL, C. S. G. Nutrientes e depressão. **Vita et Sanitas**, Trindade, v. 8, n. 1, p. 39-57, 2014.

TAVOLACCI MP, GRIGIONI S, RICHARD L, MEYRIGNAC G, DÉCHELOTTE P, LADNER J. Eating disorders and associated health risks among university students. **Nutrition Education and Behavior**. 2015;47(5): 412-20.

TORRES, Susan J.; NOWSON, Caryl A. Relationship between stress, eating behavior, and obesity. **Nutrition**, v. 23, n. 11-12, p. 887-894, 2007.

TRAJANO, Caroline da Silva Mucillo. **Associação do consumo alimentar e a eficácia de antidepressivo inibidor da recaptação da serotonina em pacientes com transtorno de ansiedade generalizada: estudo preliminar**. 2018.

ZANELLO, Diogo Rabelo de Paula. **Efeitos do L-Triptofano sobre ansiedade, compulsão e escolha alimentar**. 2012.

ALEITAMENTO MATERNO: CAUSAS DO DESMAME PRECOCE

SANTOS, Aguinaldo Jose[391]
JUK, Aline Saruva de Oliveira[392]
BELÉM, Camila[393]
PINHEIRO, Raul Henrique Oliveira[394]

ISSN 2178-9428

RESUMO: O aleitamento materno exclusivo é o alimento ideal para o bebe nos primeiros seis meses de vida e deve ser alimento único até os seis meses, contudo o que muito se acontece com a prevalência de várias causas é o desmame precoce. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que inclui artigos recentes encontrados na base de dados, totalizando para análise 9 artigos. Foram encontrados como fatores mais comuns relacionados ao desmame: a idade precoce, introdução de mamadeira e bicos, dificuldade na sucção, intercorrências mamarias, leite fraco e também falta de orientação sobre os benefícios para a mulher e para o bebê. Conclui-se que a importância do aleitamento materno deve ser fortalecida incluindo ações educativas em saúde, destacando o profissional de Enfermagem.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Desmame precoce; Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de aleitamento materno existe preocupação por parte das mães principalmente em relação à primeira gestação, que é acompanhada de várias mudanças na vida da mulher, questões essas que envolvem e refletem diretamente o cuidado com o recém nascido (REA; CUKIER, 1988).

O aleitamento materno é de grande importância para o desenvolvimento da criança, preconiza que até os seis meses de vida seja alimento único para o bebê, provendo que a amamentação seja prolongada até os dois anos da criança. O leito materno tem a quantidade ideal de vitaminas e anticorpos para o desenvolvimento adequado (SILVA, VENÂNCIO, MARCHIONE ,2010).

Nas ultimas décadas, foram elaboradas pesquisas que apontam medidas a serem adotas para melhorar o conhecimento das pessoas sobre o aleitamento

[391] Acadêmico do curso de Enfermagem do Centro Universitário Campo Real
[392] Acadêmico do curso de Enfermagem do Centro Universitário Campo Real
[393] Acadêmico do curso de Enfermagem do Centro Universitário Campo Real
[394] Professor Orientador

ISSN 2178-9428

materno, entre estes estudos houve o fortalecimento sobre benefícios para mulher e criança, fatores que enfrentam diretamente o crescimento do uso do leite de fórmula (TOMA,REA, 2008).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi conscientizar a população em geral da importância do aleitamento materno e fornecer informações aos profissionais de saúde serem promotores desta causa.

2 DESENVOLVIMENTO

Esse trabalho é uma revisão bibliográfica que aponta as causas do desmame precoce, os benéficos para a mulher e o bebê. Foram utilizados um total 9 (nove) artigos acadêmicos e um manual (1) que falam sobre a temática. As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), incluindo na busca artigos recentes (2016 a junho de 2020), em português, que envolvessem o tema proposto e que estivessem disponíveis na íntegra para leitura.

Através dos artigos encontrados foi possível observar que, o desmame precoce acontece quando é introduzido qualquer outro tipo de alimento antes dois seis meses de vida ou com a utilização do aleitamento sintético em fórmula. Através deste processo, é comum ainda observar a diminuição da ingestão de leito materno e aumento a oferta de outros alimentos antes mesmo dos 6 meses de idade (SOUSA ,2017).

Segundo Campelo, et. al., 2008, um fator importante relacionado ao desmame seria a idade materna mais jovem, pois é a faixa etária que menos amamenta, devido à falta de orientação e conhecimento sobre o aleitamento materno, bem como fatores estéticos (CAMPELO et al 2008) Para as mães um fator bem forte que leva ao desmame precoce são as intercorrências mamarias como o ingurgitamento e dificuldade que o bebê tem de fazer a sucção correta nos primeiros dias de vida, levando este aspecto a preocupação que acaba resultando na inserção do leito artificial (FEITOSA, SILVA, SILVA,2020).

Além destes fatores já citados, a mamadeira e a chupeta têm um papel importante para ocorrer o desmame, os dois itens junto tem grande influência no

ISSN 2178-9428

sensório motor oral fazendo com que o bebê se adapte mais rápido e ficando satisfeito em pouco tempo (ALVES ,2010). Uma pesquisa realizada por TOMIKAWA et. al., 2002, apontam que maioria das mães acredita que seu leite é fraco e que não sustenta seu filho.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018), somente o leito materno é capaz de nutrir fazendo com que a criança seja saudável, é imprescindível que ele seja exclusivo nos primeiros de vida (GONZAGA, et al 2017). A amamentação ainda gera benefícios para a saúde de ambos, pois para a mãe existe os fatores preventivos relacionados a redução do câncer de mama, aspectos emocionais de proximidade com a criança e prevenções de doenças osteomusculares como a osteoporose (TOMA, REA ,2008). Os fatores positivos podem ser concretizados por outros fatores pois:

> O sucesso do aleitamento materno pode ainda ser definido pela qualidade da interação entre mãe e bebé, durante a mamada, pois este proporciona a oportunidade de contato físico e visual e a vivência da cooperação mútua entre a mãe e o bebé. Uma boa interação entre a mãe e o bebé durante a mamada pode ser definida como uma valsa na qual cada um dos interlocutores, mãe e bebé, emite sinais ao outro, sinais esses que são descodificados, dando origem a comportamentos de resposta contingentes e adequados, conduzindo a uma adaptação mútua de mãe e bebé, cada vez mais rica e complexa (LEVY BERTOLO p 9 2012).

O profissional da saúde é um grande aliado da causa para que o desmame precoce não acontece em grande números e acarrete em doenças e agravos na saúde da mulher e da criança, cabe ressalta ainda a importância do profissional de enfermagem como promotor do aleitamento materno passando as devidas orientações desde o pré-natal até toda fase puerperal (ALVES,2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aponta as causas mais comuns que favorecem o desmame precoce, bem como a importância sobre o conhecimento desta temática na área da saúde que envolve as ações da enfermagem. Neste contexto, o lugar dos profissionais de Enfermagem se destaca envolvendo ações de promoção a saúde e prevenção de agravo através de ações educativas que influenciam diretamente no fortalecimento do aleitamento materno.

ISSN 2178-9428

4 REFERÊNCIAS

ALVES, E.A.**Fatores determinantes do desmame precoce: Um estudo de revisão bibliográfica,** 2010.

CAMPELO, S.M.A et al**. Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce,** 2008.

GONZAGA, M.M.F.N. et al. **Os benefícios da amamentação para a saúde da mulher,** 2017.

LEVY, L.; BÉRTOLO, E. **Manual do aleitamento materno: Comite Português. UNICEF. Comissão Nacional Iniciativa Hospitais Amigos dos Bebés.** p.8, 2012.

REA, M.F.; CUKIER, R. **Razões de desmame e de introdução da mamadeira: uma abordagem alternativa para seu estudo,** 1988.

SOUSA, C.M. **A importância do aleitamento materno e as principais causas do desmame precoce, 2017.**

SILVA, L.M.P.; VENÂNCIO, S.I.; MARCHIONI, B.M.L. **Práticas de alimentação complementar no primeiro ano de vida e fatores associados,** 2010**.**

TOMA, T.S.; REA, M.F.**Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências,** 2008.

TOMIKAVA, S.O et al. **Aleitamento materno e condições socioeconômico-culturais: fatores que levam ao desmame precoce,** 2002.

ISSN 2178-9428

OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO E A PERSPECTIVA DOS PAIS

UDAGAWA, Mayumi Keiko[395]
MANEIRA, Paula Andressa[396]
BONAPAZ, Rubia[397]

RESUMO: Devido à grande importância que se tem o aleitamento materno, se faz de grande necessidade o conhecimento dos profissionais da saúde para poder auxiliar na transmissão desses. Com isso este presente trabalho de abordagem exploratório bibliográfico tem como objetivo geral apresentar os benefícios do aleitamento materno e a perspectiva vista pelos pais. Pode-se concluir que tanto o papel do pai quanto o da mãe e equipe hospitalar são extremamente necessário para que o aleitamento materno se torne além de essencial para a saúde algo agradável e prazeroso.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Benefícios. Perspectiva. Vínculo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo dos tempos, os seres humanos têm evoluído gradativamente, permanecendo 99,9% com a tradição de amamentar os filhos, porém, no Brasil na década de 1970 a importância desse ato foi deixada de lado, embora, nesta mesma época tenha sido descoberto que o leite materno tem grande importância na imunidade da criança (MARTINS, 2009, citado por SALES, CASTANHA, ALÉSSIO, 2017), entretanto, a década de 1980 trouxe um grande salto em pesquisas e desenvolvimento a fim de definir um tempo necessário para o aleitamento materno (AM), este sendo considerado mais tarde o alimento ideal para o crescimento e desenvolvimento saudável dos bebês, trazendo benefícios à ambos pela prática.

A realidade de muitas mães ao amamentar nem sempre é 100% positiva e frequentemente surgem dificuldades. De acordo com Giugliani (2004), no início da amamentação, a maioria das mulheres sente uma discreta dor ou desconforto, podendo ocorrer pela má pega do bebê a mama, levando a mãe a sentir angústia, refletindo na produção do leite, o que faz a criança rejeitar o peito, deixando-as inseguras de si na tarefa de nutrir, além de não ter todo o conhecimento necessário frequentemente convive com a falta de apoio do parceiro ou da equipe hospitalar, gerando cansaço e desgaste.

[395] Acadêmica de Enfermagem, 2° Período, Centro Universitário Campo Real.
[396] Acadêmica de Enfermagem, 2° Período, Centro Universitário Campo Real
[397] Professor Ms. Do Curso de Enfermagem, Centro Universitário Campo Real.

ISSN 2178-9428

Tendo a aristocracia dado papéis bem definidos e diferentes ao homem e a mulher, se vê o impacto na relação entre mãe, pai e bebê, a ligação entre o pai e o filho, segundo Maldonado, Nahoum, Dickstein (1987), depende da evolução do relacionamento pai-filho desde a gestação, o qual é mais lento do que aquele entre mãe e filho e torna-se um vínculo estável somente após o nascimento, ainda assim não estando 100% participativos, visto que a sociedade "definiu" maior parte dos afazeres como materno, deixando "de lado" a paternidade.

Com o avanço da saúde e o conhecimento sobre o aleitamento materno, sua importância para o bebê e tendo um certo enfoque nos últimos anos, o presente estudo tem por objetivo geral analisar e discutir os benefícios do aleitamento materno e a perspectiva vista pelos pais.

2 DESENVOLVIMENTO

21. MATERIAL E MÉTODOS

Empregando-se uma metodologia com predominância na abordagem qualitativa, sendo um trabalho exploratório bibliográfico, foram selecionadas revisões de literatura presentes no Google Acadêmico e em outras fontes respeitosas como a SciELO, OMS e o Ministério da Saúde. A partir desse levantamento, escolheu-se 10 artigos entre os anos 1984 a 2017 sobre o tema aleitamento em geral, achando-se no corpo do trabalho e utilizados como suporte para a presente pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO

O ato de amamentar traz tanto benefícios para a mãe quanto para o bebê, muitas vezes não são vistas com a devida importância ou ao menos comentado durante o pré-natal ou até mesmo depois do parto, com isso Giugliani (2000, p. 3) contribui argumentado:

ISSN 2178-9428

> O aleitamento materno também contribui para a saúde da mulher, protegendo contra o câncer de mama e de ovário, ampliando o espaçamento entre os partos. A eficácia da lactação como anticoncepcional é de 98% nos primeiros 6 meses após o parto, desde que a amamentação seja exclusiva ou predominante e que a mãe se mantenha amenorreica. Outra vantagem para a saúde da mulher que amamenta é a involução uterina mais rápida, com consequente diminuição do sangramento pós-parto e de anemia.

Analisado esses entendimentos, a amamentação deve, preferencialmente, começar na primeira hora após o parto para estimular o contato pele a pele, o que produzirá uma melhor interação mãe-filho.

Os benefícios para o bebê mesmo sendo mais conhecidos, grande parte deles não são comentados pelos médicos e profissionais da saúde, porém, o aleitamento materno exclusivo é um importante fator de proteção do recém-nascido (RN), reduz a mortalidade infantil, as doenças alérgicas e problemas gastrointestinais (MARTINS, R.F.M., et al., 2012), evita infecções respiratórias, diminui o risco de diabetes, obesidade, colesterol alto, hipertensão, diarreias. Além disso, o leite materno possui nutrientes e substâncias de defesa que são passados para o bebê no momento da amamentação.

3.2 PERSPECTIVA DA MÃE

A experiência de ser mãe é vinculada com o aleitamento materno, tornando-se o ato de amamentar ligado não apenas a nutrição da criança, mas também a interação entre mãe e filho (BRASIL, 2015), sendo esse um momento íntimo. De acordo com Cafer (2016) o aleitamento “propicia desenvolvimento do vínculo, gera afeto, proporciona sensação de segurança, acolhimento e contribui para o desenvolvimento da linguagem e a construção da inteligência do bebê”.

Porém, devido às frequentes mamadas, a dor e desconforto fazem-se presentes, afetando esse momento. Grande parte das mulheres relata que a dor normalmente é no início da amamentação, segundo o Ministério da Saúde Brasil (2007) isso ocorre devido ao mau posicionamento ou a má pega do bebê no seio, o que pode gerar grande dor e os seios ficarem com fissuras e rachaduras.

A grande expectativa de ser mãe é o ato de amamentar, que por algumas vezes acaba sendo abalado e destruído quando a mesma não pode, e por vezes gerando depressões, angústias e revoltas por parte das mães. Contudo, ao se sentirem

ISSN 2178-9428

desconfortáveis durante a amamentação podem achar-se "menos mãe", o que pode interferir na relação mãe-bebê.

3.3 PERSPECTIVA DO PAI

Por ser um ato feito e executado exclusivamente pelas mães, a paternidade não se vê tendo função ativa na amamentação, sendo citado por Martins Filho (1984), o preparo do parceiro para a nova situação de pai é essencial para que ele entenda as mudanças na dinâmica familiar com a vinda do bebê, melhorando assim a participação durante a amamentação e ajudando a esposa, o que é essencial para o sucesso.

Entendendo por esse ângulo, os pais devem procurar por mais informações para essa mudança, porém, em estudos feitos por grandes autores, a figura paterna relata não ter essa fonte de conhecimento para saber como agir e de que forma participar do início da vida de seu filho, levando a procurarem por informações de temas como a interação pai-filho, sendo o aleitamento um dos menos procurados.

O motivo desta situação pode decorrer pela amamentação ser considerada uma técnica, "uma ação centrada no corpo biológico e, consequentemente, pertence apenas à mulher" (SILVA, SANTIAGO, LAMONIER, 2012), entretanto, alguns estudos observou que mesmo sendo um ato materno o apoio e ajuda da paternidade é importante e bem vindo por parte das mães, visto que há grandes dificuldades principalmente na transição do hospital para o domicílio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as perspectivas mencionadas, nota-se que tanto o papel do pai quanto o da mãe é extremamente necessário para que o AM se torne além de essencial para a saúde algo agradável e prazeroso, ganhe também sua devida importância, em virtude que traz grandes benefícios. Visto que durante a pesquisa foram encontrados diversos artigos e autores que relatam a falta de informações.

ISSN 2178-9428

A partir desses entendimentos destacam-se a importância do apoio paterno em conjunto com a equipe hospitalar, no qual, frequentemente não está completa, com psicólogos e enfermeiros que são necessários para dar um bom atendimento, conhecimento e estarem a prontidão para os pais.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Promovendo o aleitamento materno.** Brasília, DF; Total Editora, 2007. Disponível em: http://www.redeblh.fiocruz.br/media/albam.pdf. Acessado em: 08 set. 2020

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança:** aleitamento materno e alimentação complementar. (Cadernos de Atenção Básica, n°23), 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf. Acessado em: 08 set. 2020.

CAFER, J. R. **Representações sociais sobre amamentação na perspectiva de mães adolescentes com sintomas de depressão pós-parto.** (Trabalho obtenção do título de Mestre). Universidade de São Paulo: Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2016. 11p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-30092016-155210/pt-br.php. Acessado e em: 08 set. 2020.

GIUGLIANI, E. R. J. O aleitamento materno na prática clínica. **Jornal de Pediatria** - Vol. 76, Supl.3, Porto Alegre, 2000, 3 p. Disponível em: http://www.jped.com.br/conteudo/00-76-s238/port.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

GIUGLIANI, E. R. J. Problemas comuns na lactação e seu manejo. **Jornal de Pediatria**, (Rio J.) v. 80 n. 5 supl. Porto Alegre nov. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000700006. Acessado em: 08 set. 2020.

MALDONADO, M. T.; NAHOUN, J. C.; DICKSTEIN, J. **Nós estamos grávidos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Block Editores, 1987.

MARTINS FILHO, J. **Como e porque amamentar**. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 1984.

MARTINS, R. F. M., *et al*. Amamentação e fatores relacionados ao desmame precoce: uma revisão crítica da literatura. **Rev. Pesq. Saúde.** 13(3): 47-52, 2012. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/1463. Acessado em: 08 set. 2020

SALES, C., CASTANHA, A & ALÉSSIO, R. Aleitamento Materno: representações sociais de mães em um distrito sanitário da cidade do Recife. **Arq. bras. psicol.** vol. 69 no.1 Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000100014. Acessado em: 03 set. 2020.

SILVA, B. T.; SANTIAGO, L. B. LAMONIER, J. A. Apoio paterno ao aleitamento materno: uma revisão integrativa – Fathers support on breastfeeding: an integrative review. **Rev. paul. pediatr**. vol. 30 no.1 São Paulo, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822012000100018. Acessado em: 12: set. 2020.

ISSN 2178-9428

ISSN 2178-9428

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E SENSORIAL NA QUALIDADE DO MEL SILVESTRE (*APIS MELLIFERA*) NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ

RANZANI, Mary Ster[398]
RANK, Talita Quintiliano[399]
PRADO, Dayanne Louise do[400]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[401]
MARIANI, Filipe Quadros[402]

RESUMO: O mel é considerado um dos alimentos mais puros da natureza, sendo sua fonte principal, o néctar das flores. Esse trabalho teve como objetivo, verificar a qualidade dos méis em sua composição tanto físico-química quanto sensoriais em um Entreposto de beneficiamento de mel e derivados com Inspeção Federal no Município de Prudentópolis no Paraná. Foram examinadas 40 amostras. As determinações de cor, sabor, aroma, pH, HMF, umidade, acidez e Lund, foram realizadas e comparadas aos padrões exigidos pela legislação. O conhecimento das análises, garante a satisfação da qualidade na compra.

Palavras-chave: Mel Silvestre. Análise Físico-Química. Análise Sensorial. Qualidade. *Apis Mellifera.*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Agricultura, 2000, através do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel (IN n°20/2000), mel é definido como: “produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas, a partir do néctar das flores ou das secreções procedentes de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores de plantas que ficam sobre partes vivas de plantas, que as abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias específicas próprias, armazenam e deixam madurar nos favos da colmeia

Segundo Souza, 2007 p.38, atualmente, não existem no Brasil abelhas puras europeias, e sim, uma raça de abelhas denominadas de “africanizada” que é o resultado do cruzamento de abelhas europeias e africana *Apis m. scutellata*.

[398] Adacêmica de Biomedicina, Centro Universitário Campo Real
[399] Adacêmica de Biomedicina, Centro Universitário Campo Real
[400] Médica Veterinária
[401] Professor Orientador
[402] Professor Coorientador Mestre em estudos linguísticos pela UFPR. Professor de Comunicação e Metodologia do Centro Universitário Campo Real. (prof_sandromazurechen@camporeal.edu.br)

ISSN 2178-9428

Quando não é possível identificar a origem do néctar, porque o aroma e sabor mascaram qualquer característica, nesta ocasião o mel pode ser tipificado como sendo silvestre ou plantas nativas (mel de plantas diversas do mato) ou outra origem como mel de flores dos campos tratando-se de plantas rasteiras e arbustos de porte baixo, ervas dos campos, capoeiras, tec. (ALVIM, 2004).

Conforme Geană, *et al* (2020), garantir autenticação físico-química é de grande importância para verificação do atendimento aos padrões de qualidade exigidos pela legislação e, garantia de segurança alimentar (GOMES, NEGRELLE, ELPO, 2008). Segundo Piana, et al (2004, apud SODRE ET AL, 2008, p.72),

> a análise sensorial é uma técnica de avaliação de atributos perceptíveis pelos órgãos do sentido (atributos organolépticos) e é usada em muitos campos, permitindo estabelecer o perfil organoléptico de diversos produtos, indicando a preferência do consumidor.

Nos anos de 2016 a 2020 foram encontrados na plataforma Science Direct 135 artigos científicos com a palavras-chaves, "*honey quality*", no qual 103 são artigos de pesquisa, 16 são artigos de revisão, capítulos de livro são 12, de enciclopédia 2 e outros 2, tendo nos últimos 5 anos um aumento de 58% nas pesquisas e uma constante nos últimos 3 anos.

Posto isso, o presente estudo tem como objetivo, verificar a qualidade dos méis em sua composição, tanto sensoriais quanto físico-química em um Entreposto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados com Inspeção Federal no Município de Prudentópolis no Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

Até o momento o desenvolvimento do trabalho apresenta os materiais e métodos, as discussões e as conclusões chegadas até essa etapa da pesquisa.

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1.1 Amostragem

As amostras de méis foram colhidas aleatoriamente no período entre janeiro de 2019 a setembro de 2020. Foram classificadas em mel silvestre. As mesmas fazem parte da matéria-prima recebida de diversos apicultores pelo Entreposto de

ISSN 2178-9428

Beneficiamento de produtos de abelhas e derivados com Serviço de Inspeção Federal (SIF 1270), compreendendo o município de Prudentópolis e região onde teve suas análises físico-química e sensorial realizados em laboratório próprio (LECAM) Laboratório Entreposto Capital do Mel e no Laboratório da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ambos no Paraná.

2.1.2 Preparo das amostras e análises

No preparo das amostras e análises, foi seguido o Manual de Bancada do LECAM, elaborado pelo químico responsável e verificado pela médica veterinária RT do Entreposto.

2.1.3 Equipamentos

A Listagem de equipamentos encontrava-se no Manual de Bancada do LECAM

2.1.4 Métodos

Foram realizadas as análises descritivas de abordagem físico-química tanto qualitativos quanto quantitativos, além dos sensoriais, seguindo metodologias oficiais para umidade, acidez, HMF, Lund, aroma, sabor e cor. Metodologia encontrava-se no Manual de Bancada do LECAM.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das amostras selecionadas, totalizando 40, apresentaram o resultado das análises físico-químicas para umidade de 17 a 22,3%, resultando 2 amostras fora dos parâmetros exigidos pela legislação; pH de 3,5 a 5,1, resultando em 3 amostras fora dos parâmetros exigidos pela legislação; Lund, 13 negativas, já para acidez, ficou entre 8,68 mEq/Kg a 26,04 mEq/Kg, resultando em todas as amostras dentro dos parâmetros exigidos pela legislação; HMF todas as amostras foram aprovadas, ficando seu resultado característico. Já nas análises sensoriais (Aroma, sabor e cor), as amostras estão em conformidade com exceção de 3, que mesmo apresentando odor de fumaça em nível baixo, não invalidou as amostras, sendo aceito pelo entreposto. De acordo com os dados já citados, quanto às análises físico-química, no quesito acidez, 100% das amostras ficaram dentro dos parâmetros exigidos pela legislação brasileira, já o pH, 7,5% ficaram fora dos parâmetros, como também o de

ISSN 2178-9428

umidade que ficou com 5% fora dos parâmetros, já no teste de Lund, totalizando 32,5% de resultados não conforme obtiveram um aumento de destaque em relação aos demais resultados. Desta forma, foi realizada análise físico-química em duplicata nos dois laboratórios com a elaboração de um Blend de 1:1 de méis de outros apicultores comprado no mesmo período, não sendo amostras deste presente estudo com resultados positivos (P) para Lund, misturando-se às amostras deste estudo de 1:1 com resultados negativos (N), que estavam fora dos parâmetros exigidos pela legislação.

Com a elaboração deste Blend 1:1 obteve-se como resultado o produto dentro dos parâmetros RTIQ o que ficou evidenciado através de uma nova análise.

A Obtenção do Blend conforme consta no Programa de Autocontrole (PAC 14) ocorre da seguinte maneira:

Com a utilização de um homogeneizador, mistura-se a matéria-prima, homogeneizando as cores, sabores e texturas, resultando em um produto padronizado. Após homogeneizado, caberia nova sequência de análises para determinação de parâmetros obtidos nesse Blend.

A acidez variou significativamente positivamente entre os grupos, apesar do estudo não ter realizado análise de pólen, os resultados sugerem que a origem floral seja o principal fator para tal variação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, das 40 amostras, 45% apresentaram um índice de reprovação em algumas das características analisadas, quando comparadas aos parâmetros exigidos pela legislação brasileira. Diante deste resultado, sugere-se que os apicultores tenham uma maior preocupação com as boas práticas de fabricação (BPF) em todas as etapas de produção do mel desde as técnicas de manejo, extração e processamento, através da participação em treinamentos, seminários, simpósios entre outros. Sugere-se também mais estudos para que os apicultores consigam ter um guideline de boas práticas de fabricação, para que assim os méis que serão entregues aos Entrepostos se encontrem dentro dos parâmetros da legislação brasileira, resultando em um produto de qualidade padrão para o consumo humano.

ISSN 2178-9428

O conhecimento das análises obrigatórias pelo consumidor garante a satisfação da qualidade na compra.

5 REFERÊNCIAS

ALVIM, Nivaldo César, **Revista Científica Eletrônica De Medicina Veterinária** - ISSN 1679-7353 PERIODICIDADE SEMESTRAL – EDIÇÃO NÚMERO 3 – JULHO DE 2004.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Instrução Normativa n. 11**, de 20 de outubro de 2000. Regulamento técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 2000. Seção 1, n. 204, 16p.

GEANĂ, Elisabeta-Irina; CIUCURE, Corina Teodora; COSTINEL, Diana; IONETE, Roxana Elena. **Evaluation of honey in terms of quality and authenticity based on the general physicochemical pattern, major sugar composition and δ13C signature.** National Research and Development Institute for Cryogenics and Isotopic Technologies – ICSI Rm. Valcea, 4th Uzinei Street, 240050, Rm. Valcea, Romania.

Science Direct: <https://www.sciencedirect.com>. Acesso em: 16 set. 2020.

SODRÉ, Geni da Silva; CARVALHO, Carlos Alfredo Lopes de; FONSECA, Antonio Augusto Oliveira; ALVES, Rogério Marcos de Oliveira; SOUZA, Bruno de Almeida. Perfil sensorial e aceitabilidade de méis de abelhas sem ferrão submetidos a processos de conservação. **Ciênc. Tecnol. Aliment**., Campinas, 28(Supl.): p. 72-77, dez. 2008.

SOUZA, Darcet Costa. **Apicultura Manual do Agente de Desenvolvimento Rural.** p.38. Brasília 2007**.**